UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

RAFAEL VITOR BARBOSA SOUSA

**O Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional no panorama
dos estudos folclóricos brasileiros (1946-1975)**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao
programa de pós-graduação do
Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Filosofia.

Área de concentração:
Estudos Brasileiros

Orientação: Professora Dra.
Flávia Camargo Toni

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
© reprodução total

Sousa, Rafael Vitor Barbosa

O Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional no panorama dos estudos folclóricos brasileiros (1946-1975) / Rafael Vitor Barbosa Sousa -- São Paulo, 2016.

Orientadora : Profa. Dra. Flávia Camargo Toni.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade.

Versão do título para o inglês: Folkloric monographs contest in the perspective of Brazilian folkloric studies (1946-1975).

Descritores: 1. Alvarenga, Oneyda 2. Discotecas 3. Folclore 4. Cultura popular 5. Política cultural 6. Etnomusicologia I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD31/2016

CDD 398.0981

Nome: SOUSA, Rafael Vitor Barbosa

Título: *O Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* no
panorama dos estudos folclóricos brasileiros (1946-1975)

Dissertação apresentada ao
Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
filosofia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

SOUSA, Rafael Vitor Barbosa. *O Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* no panorama dos estudos folclóricos brasileiros. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A Discoteca Pública Municipal de São Paulo, criada em 1935 com a institucionalização do Departamento de Cultura, tem sido alvo de pesquisas nos últimos anos. Oneyda Alvarenga, ex-aluna e principal herdeira de Mário de Andrade no que se refere aos estudos folclórico-musicais, conduziu inúmeros trabalhos enquanto esteve na direção da Discoteca. Constituindo um conjunto documental inédito, o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional (1946-1975)* contou com a participação de trabalhos de intelectuais do campo das ciências sociais de São Paulo. Por outro lado, considerando a necessidade de “conhecer” as manifestações populares no Brasil, Oneyda soube tirar proveito da mobilização criada pelo *Movimento Folclórico Brasileiro*, sob a batuta de Renato Almeida e Edison Carneiro. Deste modo, inúmeros autores polígrafos, filiados às Comissões Estaduais de Folclore, figuraram nas 30 edições do Concurso.

Palavras-chave: Oneyda Alvarenga. Discotecas. Folclore. Cultura Popular. Política Cultural. Etnomusicologia.

ABSTRACT

SOUSA, Rafael Vitor Barbosa. *Folkloric monographs contest* in the perspective of Brazilian folkloric studies (1946-1975). Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The *Discoteca Pública Municipal de São Paulo* (DPM) - *Public Record Collection of São Paulo* - created in 1935 along with the institutionalization of the *Departamento de Cultura* - *Department of Culture*, has been subject of research in recent years. Oneyda Alvarenga, Mário de Andrade's former student and main heiress in relation to folk-music studies, conducted numerous works while she was in the direction of the DPM. Constituting an unprecedented set of documents, the *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional (1946-1975)* – *Folkloric monographs contest* - counted the participation from intellectuals of the fields of social sciences in São Paulo. On the other side, considering the need to "know" the *popular culture* in Brazil, Oneyda took advantage of the mobilization created by the *Movimento Folclórico Brasileiro* - *Brazilian Folkloric Movement*, by the baton of Renato Almeida and Edison Carneiro. Thus, several writers affiliated to the *Comissões Estaduais de Folclore* - *States Commissions of Folklore* - figured in the 30 editions of the competition.

Keywords: Oneyda Alvarenga Records Collection. Folklore. Popular Culture. Cultural Policy. Ethnomusicology.

AGRADECIMENTOS

No primeiro semestre de 2007 eu iniciava minha trajetória profissional, na condição de estagiário, junto ao Centro Cultural São Paulo. Era um período de mudanças e me lembro quando auxiliei na transferência de um conjunto de livros que ocupava completamente um armário de aço. Algumas capas já se encontravam bem desgastadas, mas em outras ainda era claramente visível o título escrito em baixo relevo e em cor dourada. Tratavam-se dos volumes do *Concurso de Monografias Folclóricas* sob guarda do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Iniciou-se aí, lentamente, um trabalho de identificação desta parte do acervo sob a orientação de Vera Lucia Cardim de Cerqueira e Carlos Eduardo Sampietri, meus supervisores na época. Essa pesquisa jamais teria se realizado se não fosse a confiança por eles depositada em mim, e lhes faço aqui um agradecimento todo especial. A eles se somaram as companhias de Ana Campanhã, Maricler e Luiza, funcionárias do Acervo Histórico, além dos amigos Pedro Albert, Felipe Guarnieri e Lucas Lara, todos companheiros de estágio. Agradeço a todos não só pela possibilidade de conhecer e pesquisar um pouco a história da cultura popular brasileira, mas também pelas conversas e debates de altíssimo nível. Agradeço também ao Maurício Faria Ramos, que sempre me acolheu com grande carinho no CCSP.

Após um ano e meio de estágio fui trabalhar diretamente na Discoteca, na condição de funcionário comissionado. Lá tive ótima convivência e pude conhecer um pouco mais da música brasileira. Agradeço, pois, ao Vavá, Aloisio, Toninho, Oswaldo, Jackson, Maria Antônia, Rita, Airtom (*in memoriam*), Jéssica, Eliane, Vivian e Marçal.

O mestrado ainda era algo distante; um pensamento. Após algumas conversas com Flávia Toni, minha professora durante a graduação, resolvi fazer um projeto de estudo sobre o *Concurso de Monografias Folclóricas*. Ela soube ser rigorosa e encorajadora; agradeço-lhe por toda a orientação que tem me dedicado desde o final da graduação até o presente. Devo ainda à Flávia a possibilidade de conversar com o professor Stélio Marras, o qual agradeço pela leitura criteriosa e fundamental para o amadurecimento do projeto para finalmente ingressar no programa de mestrado do Instituto de Estudos Brasileiros em 2013. Aqui tive ótimos mestres e debatedores, tais como a minha orientadora Flávia Toni, Telê Ancona Lopes, Ana Paula Simioni, Marina de Melo e Souza, Luiz Gustavo Rossi, Paulo Iumatti, Marcos Antonio de Moraes e Jaime Oliva. A todos eles agradeço pelas primorosas aulas e recomendações. Não poderia deixar de agradecer aos colegas do programa de pós-graduação

do IEB que propiciaram um ambiente intelectual enriquecedor não só durante as aulas mas também por meio da realização de dois seminários nos quais pude tomar contato com a maior parte das pesquisas em andamento no programa, bem como comunicar o andamento de minha pesquisa.

Agradeço também à professora Érica Giesbrecht e aos colegas das aulas de Antropologia do Som, ministrada no Departamento de Antropologia da FFCLH, com os quais pude aprender mais sobre esta disciplina.

Devo o amadurecimento de inúmeros aspectos do trabalho aos professores Alberto Ikeda, Ana Paula Simioni e Marina de Melo e Souza que debateram primorosamente o andamento da pesquisa tanto no exame de qualificação quanto na defesa da dissertação. O professor Ikeda se tornou um verdadeiro coorientador com o qual pude debater horas a fio a história dos estudos de cultura popular no Brasil e em São Paulo, especificamente. Devo a ele, inclusive, os primeiros contatos estabelecidos com Américo Pellegrini Filho, professor aposentado pela ECA-USP, e Dalva Bolognini, ambos antigos funcionários e colaboradores do então Museu de Folclore de São Paulo. Agradeço tanto ao Américo quanto à Dalva pelos livros e pela atenção que me dedicaram ao narrarem a história dos estudos folclóricos em São Paulo e no Brasil.

Agradeço à atual equipe do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, nas pessoas de Wilma e Wesley, que sempre me atenderam com a maior atenção possível. Sem eles essa dissertação não teria sido escrita, uma vez que me encontrava trabalhando em outro departamento de SMC. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Multimeios, principalmente ao Edinei, que sempre me deu as melhores condições de consulta e pesquisa. Agradeço também ao Celso Ono, arquiteto e servidor municipal de raríssima memória institucional.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários das bibliotecas do IEB e da FFCLH, ambas da USP, e também aos funcionários do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do IPHAN, na pessoa de Doralice, bem como aos servidores e funcionários do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, instituições nas quais pude pesquisar inúmeras fontes para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço especialmente ao meu maninho Carlos Gabriel; os primeiros livros que li de Florestan, Edison, Alceu e Rossini, literalmente, roubei de sua biblioteca.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer à Patrícia Sanches, amiga de PMSP, que traduziu o parecer de Roger Bastide de 1946, originalmente escrito em francês.

Agradeço também aos novos amigos e colegas de DPH e Pavilhão das Culturas

Brasileiras, que me acompanharam nesses últimos anos de gestão na PMSP, momento no qual transcorreu boa parte da pesquisa propriamente dita: Sílvia Shimada, Sarita Pina, Mariza Melo, Elizabeth Ekizian, Bianca Saijo, Leila e Nalú.

Por fim, agradeço aos meus pais, Antonio e Célia; e aos meus irmãos Karina e Rodrigo, que, mesmo sem saberem propriamente o que eu pesquisava, nunca endossaram a minha real vontade de parar e desistir; à dona Zita e ao sr. Rafael, pais de minha amada Juliana. Faço aqui também um agradecimento especial ao Vinícios e a Meire pelos jantares e almoços ímpares regados a cervejas singulares. Em todas essas etapas eu estive ao lado da minha companheira Juliana; amiga e namorada que soube me amparar quando eu já havia jogado a pesquisa e prefeitura para o ar.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Membros da Comissão Paulista de Folclore participantes do certame	104
Tabela 2 – Membros das demais subcomissões folclóricas participantes do certame.....	105
Tabela 3 – Alunos da Escola de Folclore participantes do certame.....	108
Tabela 4 – Membros do júri oriundos da FFCL	113
Tabela 5 – Membros do júri oriundos de outros institutos da USP	114
Tabela 6 – Membros do júri oriundos da ESP	114
Tabela 7 – Membros do júri de outras instituições	115
Tabela 8 - Membros do júri oriundos das Comissões Folclóricas	116
Tabela 9 – Intervalo em anos das publicações (menções honrosas e premiações).....	207

SUMÁRIO

Introdução	11
1º Capítulo } Oneyda Alvarenga e a Discoteca Pública Municipal: genealogia dos estudos musicais, etnográficos e folclóricos.....	28
1.1 O Departamento de Cultura (1935-1975).....	32
1.2 Concursos como meio de democratização da produção cultural.....	40
1.3 Discoteca Pública Municipal e a salvaguarda da cultura no Brasil: Sociedade de Etnografia e Folclore e Missão de Pesquisas Folclóricas.....	47
1.4 Discoteca entre o erudito e o popular: um concurso de musicologia	56
2º Capítulo } Bases institucionais e metodológicas do Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional	76
2.1 O Folclore no Brasil: de Sílvia Romero à Comissão Nacional de Folclore.....	78
2.2 Oneyda Alvarenga e o Movimento Folclórico: a constituição da Comissão Paulista de Folclore.....	83
3º Capítulo } Resultados do Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional	99
3.1 Concorrentes e comissões julgadoras: metodologias para os estudos de folclore.....	102
3.2 Objetivos esperados, objetivos alcançados: breve análise dos editais.....	121
3.3 As monografias premiadas: atas e pareceres do júri.....	142
3.4 As monografias não premiadas: atas e pareceres do júri.....	183
3.5 A Discoteca e a Revista do Arquivo Municipal: as publicações.....	196
4º Capítulo } Os estudos folclóricos em São Paulo	210
4.1 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Sociologia da Cultura no Concurso Mário de Andrade: Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gioconda Mussolini	212
4.2 A Escola de Sociologia e Política e os Estudos de Comunidade no Concurso Mário de Andrade: Alceu Maynard Araújo e Oracy Nogueira	227
4.3 O Movimento Folclórico no Concurso Mário de Andrade: Rossini Tavares de Lima, Américo Pellegrini Filho e Edison Carneiro	243
Considerações finais } O lugar do folclore musical no Concurso de Monografias.....	272
REFERÊNCIAS	279
FONTES	286
ANEXO A} Relação das monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga	290
ANEXO B } Relação das monografias arquivadas segundo classificação de Edison Carneiro.....	299
ANEXO C} Relação das comissões julgadoras do Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional (1946-1975)	312
ANEXO D } Membros das Comissões Estaduais Folclóricas: anos de formação.....	314

Introdução

Este trabalho pretende analisar a última iniciativa da Discoteca Pública Municipal de São Paulo (DPM) direcionada ao fomento de pesquisas folclóricas: o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* (1946-1975).¹ Instituído e mantido graças ao empenho profissional de Oneyda Alvarenga, que chefiou a DPM desde a sua implantação em 1935 até 1969, o concurso de monografias folclóricas foi uma das atividades de fomento à pesquisa que talvez tenha alcançado a maior longevidade dentre outras iniciativas do gênero junto ao Departamento de Cultura (DC).

Nesse sentido, essa pesquisa terá dois fios narrativos que guiarão o desenvolvimento da dissertação: um deles, voltado à história institucional da Discoteca Pública Municipal e, por conseguinte, do próprio Departamento de Cultura; outro, voltado à história intelectual referente aos estudos de cultura popular ou folclórica desenvolvidos no Brasil entre as décadas de 50 e 70 do século XX, com especial destaque às instituições paulistas que se dedicaram ao tema, notadamente a Comissão Paulista de Folclore, a Escola de Sociologia e Política (ESP) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). Assim, quais seriam os propósitos da DPM ao instituir concursos de pesquisas folclóricas? Qual foi a orientação metodológica que as instituições dedicadas direta ou indiretamente com o estudo da cultura popular optaram seguir?

Desse modo, do ponto de vista institucional, pode-se dizer que a historiografia referente ao Departamento de Cultura se deteve no período de gestão de Mário de Andrade (1935-1938), fato este que nos impôs certas limitações uma vez que essa pesquisa se dedicou ao momento posterior à direção do autor de *Macunaíma*. Entretanto, a extensa literatura desenvolvida nos últimos anos, principalmente aquela referente às iniciativas específicas de Mário de Andrade, permitiu, por outro lado, estabelecer relações indeléveis entre os principais projetos desenvolvidos na segunda metade dos anos 1930 e o *Concurso de Monografias Folclóricas* iniciado efetivamente em 1946. Em outras palavras, acreditamos que o respectivo certame se relacionou diretamente a três iniciativas desenvolvidas pelo DC entre 1935 e 1938, a saber: ao *Curso de Etnografia e Folclore*, ministrado por Dina Lévi-Strauss; a *Sociedade de Etnografia e Folclore*, dirigida tanto por Dina quanto pelo autor de *Macunaíma* e a *Missão de*

¹ Como demonstraremos no transcorrer desta dissertação, o certame recebeu três nomes. O primeiro deles foi *Concurso de Monografias sobre o folclore musical brasileiro*, utilizado apenas na 1ª edição do concurso. Entre 1947 e 1954 o concurso recebeu o título de *Concurso de Monografias sobre o folclore nacional*. Por fim, de 1955 até 1975 o certame ficou nomeado como *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o folclore nacional*. Durante o desenvolvimento do trabalho iremos nos valer das três nomeações, as quais dirão respeito ao mesmo certame.

Pesquisas Folclóricas, coordenada essencialmente por Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga.

Assim, nos anos 1930, corroborando com a tese de Silvana Rubino,² apesar da característica “autônoma” dos estudos sociológicos em São Paulo³, as ciências sociais estiveram demasiadamente próximas das atividades inauguradas pelo Departamento de Cultura.⁴ Outrossim, apesar de uma maior polarização entre intelectuais polígrafos e intelectuais especializados no âmbito das ciências sociais a partir do final da década de 40 do século XX, Oneyda Alvarenga buscou preservar, durante a vigência do concurso de monografias, a aproximação entre ciências sociais e folclore em moldes semelhantes àqueles verificados nos exemplos paradigmáticos da *Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939)* e da *Missão de Pesquisas Folclóricas (1938)*.⁵ Em outras palavras, acreditamos que as bases do referido concurso provieram de questões e objetivos estabelecidos pela *Sociedade de Etnografia e Folclore (1937-1939)*, presidida por Mário de Andrade e pela etnóloga francesa Dina Lévi-Strauss, para os quais os estudos monográficos constituiriam um meio eficaz de se conhecer as manifestações culturais no Brasil.

Com a saída de Fábio Prado da gestão municipal em 1938, o planejamento proposto pelo DC foi parcialmente interrompido e Oneyda Alvarenga viu seu projeto de criar um concurso de monografias, originalmente proposto nesse mesmo ano, completamente congelado, sendo retomado apenas em 1946. O ano de 1946 não poderia ser menos emblemático: primeiro ano após a morte de Mário de Andrade e o primeiro ano de exercício após a gestão de Prestes Maia (1938-1945).

Daquele momento em diante, Oneyda Alvarenga não dispunha de uma política cultural tal como encontrara durante a gestão dos modernistas e tampouco se valia da articulação intelectual propiciada pela *Sociedade de Etnografia e Folclore*.⁶ Assim, o Concurso de Monografias só pôde atingir a vitalidade que teve, perdurando por 30 anos, em virtude do sucesso que o *Movimento Folclórico* alcançou graças à atuação de Renato Almeida,

² RUBINO, Silvana. Clube de pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, vol.1,1989.

³ MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: _____. (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, vol.1,1989.

⁴ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

⁵ Ver ANEXO C: Relação das comissões julgadoras

⁶ VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

musicólogo e alto funcionário do Itamaraty, responsável direto pela criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), subordinada ao Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências (IBECC), braço da UNESCO no Brasil. Nesse sentido, Oneyda Alvarenga, na condição de herdeira dos estudos musicais de Mário de Andrade, além de ter sido convidada a compor o quadro efetivo da CNFL, também foi incumbida de instituir a Comissão Paulista de Folclore. Em outras palavras, pode-se dizer que grande parte dos autores premiados pelo respectivo certame se vinculavam às comissões folclóricas estaduais, todas subordinadas à CNFL.

O *movimento folclórico* se caracterizou por articular uma grande rede de intelectuais pela maior parte dos estados brasileiros entre as décadas de 40 e 70 do século XX, os quais, por sua vez, passaram a constituir as subcomissões folclóricas estaduais com o fito de pesquisar e proteger as manifestações folclóricas. De uma maneira geral, como demonstraremos no transcorrer do trabalho, pode-se dizer que grande parte destes intelectuais compunha concomitantemente os quadros institucionais dos Institutos Históricos Geográficos e Academias de Letras, não raras vezes associados à tradição esperitual *ensaística*.⁷ Por conseguinte, o convívio nem sempre harmonioso entre o *ensaísmo* e o padrão científico dos estudos sociais e culturais inaugurados a partir da segunda metade do século XX marcou profundamente a história do movimento folclórico brasileiro; logo, tal realidade não poderia deixar de se plasmar sobre as obras que concorreram ao Concurso Mário de Andrade.

Sem pretendermos atenciar o debate entre o perfil intelectual do folclorista, propriamente dito, e o padrão científico instituído pelas principais instituições universitárias criadas na década de 30 do século XX, parece-nos fortuito frisar introdutoriamente que esta dialética representou, talvez, a marca distintiva do movimento folclórico em São Paulo. Deste modo, as primeiras reuniões da Subcomissão Paulista de Folclore ocorreram na Discoteca Pública Municipal e contaram com a presença de Alceu Maynard de Araújo, Oracy Nogueira (ambos sociólogos formados pela ESP), Rossini Tavares de Lima (o principal folclorista de São Paulo) e Florestan Fernandes, autor paradigmático da sociologia paulista e futuro crítico dos estudos folclóricos. Assim, a autora de *Cateretês do Sul de Minas Gerais* soube dosar como ninguém as possibilidades de cooperação entre estudiosos não especializados, vinculados às comissões folclóricas e intelectuais acadêmicos associados ao campo das ciências sociais, principalmente em São Paulo, os quais, por sua vez, contribuíram direta ou

⁷ Especificamente sobre o *ensaísmo* ver: CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: **Literatura e sociedade**. 8º Ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000. p.119-120.

indiretamente com o concurso de monografias folclóricas. Figuras de proa junto aos estudos de comunidade praticados principalmente na Escola de Sociologia e Política, tais como os já citados Alceu Maynard de Araújo e Oracy Nogueira, orientados por Donald Pearson e Emilio Willems, são dois exemplos de estudiosos que souberam praticar sociologia e antropologia aplicadas ao *folclore* e que, inclusive, foram premiados pelo respectivo certame.

Considerando a complexidade e o volume de autores envolvidos no certame, principalmente entre os concorrentes, não foi possível apurar a trajetória intelectual de todos eles; por outro lado, pudemos confirmar que boa parte dos autores premiados pelo concurso estavam associados ao *Movimento Folclórico*: Luiz Carlos Lessa (Comissão do Rio Grande do Sul); João Chiarini (Comissão de São Paulo); Théó Brandão (Comissão Alagoana); Oswaldo Rodrigues Cabral (Comissão de Santa Catarina); Rossini Tavares de Lima (Comissão de São Paulo) e Edison Carneiro (Campanha de Defesa do Folclore) são apenas alguns dos intelectuais vinculados às subcomissões folclóricas. Todos aqui, sem exceção, inscreveram trabalhos no Concurso de Monografias e, inclusive, chegaram a ser convidados para compor as bancas examinadoras em outras oportunidades do próprio certame ao lado de intelectuais tais como Sérgio Buarque de Holanda, Roger Bastide, Antonio Candido, Florestan Fernandes, dentro outros.⁸

Assim, no primeiro capítulo dessa dissertação debateremos, basicamente, as principais iniciativas do Departamento de Cultura entre 1935-1938 que, de uma maneira geral, embasaram a institucionalização do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*. Uma vez que a historiografia sobre o Departamento de Cultura relativa à gestão de Mário de Andrade é significativamente volumosa, optamos pela utilização de duas pesquisas empreendidas na década passada com o fito de estabelecer as principais relações entre o respectivo certame e o período de direção do autor de *Macunaíma*. Deste modo, optamos pelos trabalhos de Patrícia Tavares Raffaini⁹ e Roberto Barbato Junior,¹⁰ *Esculpindo a cultura na forma Brasil* e *Missionários de uma utopia nacional-popular*, respectivamente, os quais apresentaram perspectivas que, se não se opuseram dicotomicamente, permitiram esclarecer as possibilidades interpretativas sobre a política cultural inaugurada pelos modernistas na cidade São Paulo.

Outrossim, como já apontamos anteriormente, nos últimos anos surgiram vários

⁸ Ver ANEXO D: Relação dos membros das comissões folclóricas estaduais.

⁹ RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo: Humanitas, FFCLH-USP, 2001.

¹⁰ BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2004.

estudos que aprofundaram essa historiografia, que, ao se debruçarem sobre atividades específicas do DC, comprovaram a vitalidade do mesmo após a gestão de Fábio Prado. Nesse sentido, destacaríamos as pesquisas dedicadas exclusivamente à trajetória da Discoteca Pública Municipal e Oneyda Alvarenga, como os trabalhos de Carlos Eduardo Sampietri¹¹, *Discoteca Pública Municipal de São Paulo*, dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da FFCLH-USP em 2009; de Fernanda Nunes Moya¹², *A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: um projeto modernista para a música nacional*, dissertação de mestrado defendida em 2010 na FFCL da UNESP-Assis; e de Valquíria Maroti Carozze¹³, *A menina boba e a Discoteca*, dissertação de mestrado defendida em 2012 junto ao programa de pós-graduação do IEB-USP. Do mesmo modo, as pesquisas relativas à Sociedade de Etnografia e Folclore de Vera Lúcia Cardim Cerqueira¹⁴, *Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo*, dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciências Sociais da PUC-SP em 2009; de Luísa Valentini¹⁵, *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*, dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciências Sociais da FFCLH-USP em 2009; e de Andrea Dias Vial¹⁶, *O colecionismo no período entre guerras: a contribuição da Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções etnográficas*, dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da FFCLH-USP em 2009, compõem, ao lado das pesquisas sobre a DPM, o núcleo historiográfico contemporâneo referente às bases institucionais do DC.

A essas teses e dissertações se somaram as obras de Flávia Toni, *A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura*¹⁷; Gilberto Ramos Nogueira¹⁸, *Por um*

¹¹ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009.

¹² MOYA, Fernanda Nunes. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: um projeto modernista para a música nacional**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em História, FFCL (UNESP-Assis), 2010.

¹³ CAROZZE, Valquíria Maroti. **A menina boba e a Discoteca**. São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado em Identidades Brasileiras, IEB-USP, 2012.

¹⁴ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

¹⁵ VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCLH-USP, São Paulo, 2010.

¹⁶ VIAL, Andrea Dias. **O colecionismo no período entre guerras: a contribuição da Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções etnográficas**. São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009.

¹⁷ TONI, Flávia Camargo. **A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.

¹⁸ NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

inventário dos Sentidos. Mário de Andrade e a Concepção de Patrimônio e Inventário, e de Silvana Rubino¹⁹, *A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia*, as quais compõem o conjunto mais sólido para discussão sobre as problemáticas da política patrimonial da cultura brasileira. Em outras palavras, pode-se dizer que nosso objetivo no primeiro capítulo não foi outro senão comprovar que o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* possui vínculos indeléveis com a política patrimonial inaugurada pelo DC entre 1935-1938, porém, relacionando-se diretamente ao novo contexto intelectual dos anos 50 do século XX.

No 2º capítulo discutiremos basicamente as bases metodológicas e institucionais que subsidiaram a vitalidade do Concurso de Monografias por cerca de 30 anos. Deste modo, nosso fito será demonstrar que o *Concurso Mário de Andrade* só pôde alcançar a longevidade que teve em virtude do *Movimento Folclórico*, constituindo-se, pois, em uma das páginas da especificidade desse movimento intelectual em São Paulo. Assim, as fontes primárias oriundas do arquivo da Comissão Nacional de Folclore, atualmente sob responsabilidade do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN, tais como cartas e relatórios, comprovarão a importância de Oneyda Alvarenga e da DPM no processo de implantação da Comissão Paulista de Folclore ocorrida em 1948. Outrossim, a análise dessas fontes esclarecerá que muitos autores que concorreram ao certame ou mesmo constituíram as comissões julgadoras participaram desse primeiro momento da Comissão Paulista de Folclore, a qual, após implantada, foi chefiada pelo musicólogo e professor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, Rossini Tavares de Lima. Ora, o *Concurso Mário de Andrade* não só se vinculou umbilicalmente ao *Movimento Folclórico* capitaneado por Renato Almeida e Edison Carneiro como inspirou a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958) a instituir um certame similar em 1959, existente, inclusive, até os dias de hoje: o *Concurso Sílvio Romero*.²⁰

¹⁹ RUBINO, Silvana. Clube de pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org). **História das Ciências Sociais no Brasil** (vol.1). São Paulo: Vértice Editora, Idesp, 1989.

²⁰ REVISTA BRASILEIRA DE FOLCLORE. n° 11. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura 1965, pp.95-6.

Ibid., n° 17, 1967, p. 58.

O *Prêmio Sílvio Romero* foi instituído em 1959 no âmbito da Campanha do Folclore Brasileiro, vinculada ao MEC, por meio da Portaria n°215, de 23 de junho de 1959. Posteriormente foi modificado pelas Portarias n°288, de 27 de junho de 1961; n°210 de 18 de agosto de 1965 e n° 343, de 27 de outubro de 1966. De uma maneira geral, o edital datado de 1965 se assemelha bastante com o Concurso Mário de Andrade, no qual destacamos os seguintes aspectos: os concorrentes poderiam apresentar monografias sobre qualquer tema do folclore brasileiro, atentando para a necessidade de registrar em pauta *os exemplos musicais e da linguagem usada pelo grupo estudado*; os trabalhos deveriam ter no mínimo 50 páginas; a comissão julgadora seria constituída por três membros, indicados pela diretoria da Campanha. Ao contrário do verificado no Concurso

Entretanto, pode-se dizer que a historiografia sobre o *Movimento Folclórico Brasileiro* não é muito extensa, o que evidencia a necessidade de mais pesquisas sobre a trajetória dos estudos de cultura popular no Brasil. Assim, os trabalhos de Luís Rodolfo Vilhena²¹, *Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*, e de Letícia Borges Nedel,²² *Um Passado novo para uma história em crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1848-1965)*, compõem as duas principais teses sobre o tema. O primeiro apresentou a principal obra dedicada ao *Movimento Folclórico Brasileiro*; realizada junto ao programa de doutorado em antropologia da UFRJ em 1995, tornou-se imediatamente obra paradigmática e lapidar para compreensão dos estudos de cultura popular durante os anos 50 e 60 do século XX. A segunda, ao defender tese de doutorado no programa de pós-graduação em História da UNB em 2005, abordou a especificidade dos estudos de cultura popular no Rio Grande do Sul, tomando como referência a Comissão Estadual de Folclore daquele estado e os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Pode-se dizer que essas duas teses ao lado do artigo escrito por Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti,²³ em parceria com Luiz Rodolfo Vilhena, *Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore*, publicado na Revista Estudos Históricos em 1990, constituem a principal matriz historiográfica que subsidiará a redação dos segundo e terceiro capítulos dessa dissertação, as quais se somarão aos livros e artigos publicados por Edison Carneiro, Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima e Florestan Fernandes.

Deste modo, no terceiro capítulo, que constituirá a parte mais descritiva do trabalho, abordaremos os resultados efetivos do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*. Por outro lado, do ponto de vista teórico, este capítulo se alinhará diretamente à *escola dos annales*, notadamente aos trabalhos de Marc Bloch,²⁴ *Apologia da história ou o ofício do historiador* e de Jacques Le Goff,²⁵ *História e Memória*. Uma vez que nesse período houve uma intensa polarização entre intelectuais polígrafos e cientistas sociais, somada à natureza de disputa que qualquer tipo de concurso consagra, a metodologia dos

Mário de Andrade, seria conferido apenas um prêmio e duas menções honrosas; os autores premiados só poderiam concorrer novamente após o intervalo de três anos. Além disso, receberiam uma premiação em dinheiro.

²¹ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997.

²² NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese, PPG História, UnB, 2005.

²³ CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luis Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**, vol 3, nº 5, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC 1990.

²⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

²⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

annales nos permitiu historiar as posições teóricas colocadas em jogo em cada edição do certame. Assim, debateremos as características e o perfil intelectual dos concorrentes e das comissões julgadoras; analisaremos os editais que embasaram anualmente a realização dos certames; discutiremos as atas e os pareceres do júri que elegeram os trabalhos premiados e não premiados, cujas bases metodológicas variaram de acordo com o perfil das bancas; e, por fim, analisaremos as relações entre a DPM e a Revista do Arquivo Municipal (RAM), esta última responsável pela publicação dos trabalhos premiados ou destacados com menções honrosas. Outrossim, o objetivo desse capítulo não será outro senão comprovar o que debateremos anteriormente no primeiro e segundo capítulos: se por um lado o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* se vinculou diretamente aos projetos culturais desenvolvidos na década de 30 junto ao DC, notadamente à *Sociedade de Etnografia e Folclore* e à *Missão de Pesquisas Folclóricas*, por outra via, ele se transformou em um verdadeiro foro de debate onde folcloristas e cientistas sociais discutiram as bases metodológicas sobre as quais os estudos folclóricos deveriam se assentar.

Por fim, o quarto e último capítulo constituir-se-á em um ensaio sobre a natureza metodológica dos estudos folclóricos ocorridos no Brasil, especificamente, em São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1970. Uma vez que a quantidade de monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, totalizando 206 títulos, não permitiu que discutíssemos todas as obras, no entanto, após a leitura das introduções e bibliografias dos trabalhos premiados pelo certame, somado ao cotejamento destes dados com a historiografia e as fontes primárias disponíveis, optamos, pois, por selecionar algumas obras e autores que permitiriam reconstruir o quadro teórico e metodológico dos estudos de cultura popular que se refletiram nas páginas do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*. Assim, as monografias selecionadas deveriam orbitar obrigatoriamente em torno de três instituições: as obras feitas sob os auspícios do *Movimento Folclórico*; os estudos feitos pela Escola de Sociologia e Política (ESP) e por fim as pesquisas feitas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP. Como poderemos discutir profundamente no transcorrer dessa dissertação, se por um lado houve uma maior adesão de cientistas sociais vinculados à ESP ao *Movimento Folclórico*, por outra via, a FFCL tendeu a afastar-se ligeiramente do “engajamento” ensejado pela Comissão Nacional de Folclore. Em outros termos, pode-se dizer que o maior ou menor grau de envolvimento dos intelectuais dessas duas instituições passou, necessariamente, pela natureza metodológica dos estudos praticados por essas instituições que, se não se opunham completamente, ao menos apresentavam pontos de vistas distintos.

Antes, porém, de dar prosseguimento à dissertação propriamente dita, faremos algumas considerações conceituais com o fito esclarecer e dirimir alguns problemas que permeiam a polissemia das concepções de *folclore* e *cultura popular*. Por conseguinte, teceremos um curto histórico destes conceitos, buscando esclarecer como se desenvolveram historicamente os estudos folclóricos – tanto em relação ao objeto de estudo quanto à disciplina científica – para, então, confrontá-los com a literatura contemporânea, com o objetivo de compreender, especificamente, suas aplicações no Brasil durante a vigência do respectivo certame.

Deste modo, com a criação da *Folklore Society* em 1878 na Inglaterra, rapidamente a palavra folclore se tornou hegemônica para classificar as manifestações populares; originalmente concebida pelo arqueólogo William J. Thoms, o folclore passou a ser encarado como disciplina científica, com método e objeto próprios, sob forte influência da obra de Tylor, *Cultura Primitiva*, publicada em 1871. Seguindo os passos da filosofia positiva, o folclore, por conseguinte, seria a ciência que trataria das sobrevivências culturais “arcaicas” na sociedade moderna; como coloca Ortiz, o argumento de que a “mentalidade primitiva” se prolongaria até os tempos modernos permeou toda a reflexão folclorística deste período.²⁶ Especificamente sobre a realidade brasileira dos anos 50 e 60 do século XX, período no qual as pesquisas folclóricas alcançaram seu esplendor, pode-se dizer que a definição outrora forjada na Europa já havia passado por profundas transformações, afastando-se relativamente das premissas evolucionistas para se aproximar das concepções relativas à *identidade nacional* e ao sincretismo cultural do país.²⁷

Do ponto de vista conceitual, Peter Burke, historiador cultural e autor do estudo *Cultura popular na idade moderna*, esclareceu por meio da respectiva obra algumas nuances que aproximam as definições de *folclore* e *cultura popular* posto que ambas, à primeira vista, causam impressão dicotômica em relação à cultura dita *erudita*. Assim, ao abrir seu trabalho, o autor recorreu justamente aos folcloristas para municiar-se de fontes para sua pesquisa:

[...] Quanto à cultura popular, talvez seja melhor de início defini-la negativamente como uma cultura não oficial, a cultura da não elite, das 'classes subalternas', como chamou-as Gramsci. No caso dos

²⁶ ORTIZ, Renato. **Cultura popular: Românticos e Folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água Editora e Livraria, s/d, p.13 et seq.

FERNANDES, Florestan. Sobre o folclore. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978, pp.40-3

²⁷ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.62.

inícios da Europa moderna, a não elite era todo um conjunto de grupos sociais mais ou menos definidos, entre os quais se destacavam os 'artesãos e camponeses' [...].

Para descobrir as atitudes e valores dos artesãos e camponeses é necessário alterar as abordagens tradicionais da história da cultura [...] e recorrer a conceitos e métodos de outras disciplinas. A disciplina a que se recorre naturalmente é a do folclore, visto que os folcloristas estão interessados principalmente no 'povo' (*the folk*), em tradições orais e rituais. Boa parte do material a ser estudado neste livro tem sido estudada há muito tempo por especialistas no folclore europeu.²⁸

Como pudemos perceber por meio da citação de Burke, o *folclore* foi entendido não só como matéria de estudo mas também como disciplina com métodos e abordagens particulares, perspectiva esta que também verificar-se-á futuramente no caso brasileiro. Entretanto, se por um lado o ápice do folclore enquanto disciplina científica na Europa ocorreu no século XIX, momento de ampla consolidação dos estados nacionais daquele continente, no Brasil, em contrapartida, tal movimento ocorreu praticamente um século depois, em um contexto histórico e político muito diferente daquele vivenciado anteriormente na Europa, porém desprovido de pretensões chauvinistas comuns ao século XIX.

Nesse sentido, não foi por acaso, portanto, que o autor inglês escolheu como data limite de seu estudo justamente o final do século XVIII, momento este da descoberta do *povo*. Pode-se dizer, grosso modo, que a partir de 1800 ocorreu uma grande explosão de coletâneas de contos e canções populares, cujo exemplo paradigmático foi a obra dos irmãos Grimm, marcadas pelo sentimento estético romântico e também, em certos casos, pelo ânimo nacionalista:

O Iluminismo não era apreciado em certas regiões, como, por exemplo, na Alemanha e na Espanha por ser estrangeiro e constituir mais mostra do predomínio francês. Na Espanha, o gosto pela cultura popular em fins do século XVIII era um modo de expressar oposição à França. A descoberta da cultura popular estava intimamente associada à ascensão do nacionalismo. Não no caso de Herder, que era um verdadeiro europeu, e mesmo um verdadeiro cidadão do mundo; sua coletânea de canções populares incluía traduções do inglês, francês, do dinamarquês e espanhol, do leto e esquimó. Os Grimm também publicaram baladas dinamarquesas e espanholas, e mostraram um interesse considerável pela cultura popular dos eslavos.²⁹

²⁸ BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p.11.

²⁹ Ibid., pp.35-6

Entretanto, do ponto de vista diacrônico, a concepção imediata de *cultura popular* apresenta alguns problemas: se por um lado estabelece uma apressada antítese entre *popular* e *erudito*, em contrapartida, dá falsa impressão de que o *popular* seja homogêneo. Peter Burke demonstrou como a cultura da “não-elite”, como prefere classificar camponeses e artesãos, variou, seja no tempo ou espaço, e que tampouco esteve fechada aos membros da cultura erudita ou oficial até meados do século XVI. Nesse sentido, o historiador inglês cunhou o termo *biculturalidade* para compor o quadro cultural europeu, no qual a elite e a não-elite partilhavam de uma cultura comum, panorama que, entretanto, mudou paulatinamente a partir do renascimento. A “elite”, entendida como representantes do clero, nobreza, profissionais liberais e comerciantes, começou a se afastar ou se retirar da “cultura comum”.³⁰ Ora, pode-se dizer que o nascimento do folclore como tema e método de pesquisa marcou justamente a “descoberta” de uma cultura que um dia foi realmente comum ou popular; no caso brasileiro, por outro lado, não se tratou propriamente da “descoberta” de um passado remoto e residualmente vivo no presente, mas efetivamente da “descoberta” de uma cultura latente e essencialmente “nova”, porém em risco de desaparecer frente à modernização, à urbanização, enfim, frente ao processo de racionalização e mercantilização das relações sociais até então majoritariamente regidas pelos laços familiares de compadrio e parentesco. Como demonstraremos ao longo do trabalho, o folclorista brasileiro partiu da premissa de que o folclore brasileiro seria realmente novo, resultante, em outras palavras, do sincretismo e miscigenação entre o europeu, o africano e o indígena, ao contrário da perspectiva europeia cujo princípio apregoava que o folclore, em última análise, seria a reminiscência de arqueocivilizações ou os resíduos pré-lógicos na sociedade moderna.

De forma semelhante à problemática de Burke, o processo de separação entre a cultura dita erudita e a cultura popular, no caso europeu, também foi analisado por Norbert Elias, o qual o classificou como “sociogênese” do processo civilizador. Nesse sentido, em meio à substituição do latim pela língua francesa durante o renascimento cultural, proliferaram publicações de manuais de hábitos de conduta, higiene e etc., os quais, grosso modo, avalizavam a conduta dita “civilizada”. Assim, dedicando especial atenção ao tratado de Erasmo de Rotterdam, Elias apresentou um quadro esclarecedor sobre a evolução histórica do conceito *civilité* (*civilização*), conceito este que passou a diferenciar a cultura da elite frente

³⁰ BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p.18

ao restante dos segmentos sociais.³¹ Ora, pode-se dizer que o momento histórico que pretendemos discutir neste trabalho representou um processo até certo ponto oposto ao verificado por Elias e Burke; em outras palavras, a segunda metade do século XX marcou o início de um momento de valorização e reconhecimento cultural do que até então era tido como “incivilizado”.

Isto posto, nosso objetivo não foi até aqui desenvolver um estudo epistemológico sobre a *cultura popular* ou *folclórica*; antes disso, apenas esclarecemos que uma pesquisa a respeito da produção intelectual sobre a *cultura popular* no Brasil, bem como de seus condicionantes sociais e institucionais, não poderia prescindir de análise teórico-conceitual apropriada. No Brasil, assim como na Europa, tais pesquisas foram hegemonicamente classificadas com “folclóricas”, conceito aplicado tanto à manifestação cultural em si quanto ao método científico de estudo dessa matéria. Nesse sentido, gostaríamos de reforçar que a utilização do termo *folclore* – que será constante no transcorrer de nossa pesquisa – estará sempre se referindo ora à matéria de estudo ora ao método científico que norteou tais pesquisas.³² De uma maneira geral, todas essas questões aparecerão direta ou indiretamente no *Concurso Mário de Andrade de Monografias* na medida em que o *Movimento Folclórico*, sobre o qual debateremos com maior detalhe no transcorrer do 2º capítulo, ao mesmo tempo em que defendeu a cientificidade dos estudos folclóricos, chegando mesmo a postular os elementos definidores de uma ciência, também esteve eivado pela questões relativas à identidade nacional, na qual a linguagem, a música e as artes dramáticas em geral se tornaram objetos centrais para a definição e proteção do que seria genuinamente a cultura brasileira.

Como já pudemos parcialmente perceber, o conceito de *cultura popular* cunhado por Burke superou as limitações teóricas do *folclore*; entretanto, ele possui inúmeras definições e aplicações em contextos específicos, podendo se referir tanto aos fenômenos anteriormente balizados pelo *folclore* como a outros fenômenos sociais tidos como populares. Assim, os conceitos de *tradição* e *costume* permitem dirimir parte da polissemia carregada pelo conceito de *cultura popular*. Coube a Eric Hobsbawm definir com precisão que a *tradição*, determinadas vezes associada erroneamente ao passado imemorial, possui sua origem na

³¹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, vol.1, p. p. 33, 65, 70 e 83.

Deste modo, a partir da leitura destes manuais do renascimento, o autor analisou o desenvolvimento do conceito *civilité*, o qual se firmou em certa antítese à noção de cortesia-feudal.

³² Gostaríamos de esclarecer que o conceito de Peter Burkner superou as limitações teóricas do conceito de folclore uma vez que este último tendia a tratar a cultura popular como fenômeno social fechado e restrito às camadas sociais subalternas. Em outras palavras, Burke comprovou que a cultura popular não é um fenômeno fechado a determinadas camadas sociais ou a determinados “tempos” históricos.

história recente, cujo objetivo visaria estabelecer certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, implicando-se, pois, em uma “falsa” continuidade em relação ao passado.³³ Deste modo, tanto *folclore* quanto *cultura popular* podem ser lidos em contextos históricos e políticos diretamente relacionados à formação de identidades nacionais, como descrito por Hobsbawm em relação à *tradição*. Não afirmamos aqui, em absoluto, que os estudiosos do folclore no Brasil durante os anos 1950 e 1960 tivessem pretensões chauvinistas; apenas destacamos uma vertente de interpretação que não deve ser menosprezada: a relação entre folclore ou cultura popular e a formação de identidades nacionais.

Em contrapartida, a associação imediata de *folclore* e *cultura popular* à *tradição* e, por conseguinte, à ideia de manifestação cultural congelada e desprovida de dinâmica social e histórica, tende a anular a existência de análises sem compromisso propriamente ideológico, as quais aproximar-se-iam das definições de E. Thompson e também de Hobsbawm a respeito de *costume*:

A 'Tradição' nesse sentido deve ser nitidamente diferenciada do 'costume', vigente nas sociedades ditas tradicionais. O objetivo e a característica das 'tradições' inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O 'costume', nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.³⁴

Complementando a definição de Hobsbawm, E. Thompson descreve algo semelhante em relação à distinção entre *costume* e o aspecto superficial que muitas vezes os estudos folclóricos foram associados:

[...] termo 'costume' foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra 'cultura'. O costume era a segunda natureza do homem. [...] Se o folclore do século XIX, ao separar os resíduos culturais do seu contexto, perdeu o sentido do costume como contexto e *mentalité*, deixou igualmente de perceber a função racional de muitos costumes, nas rotinas de trabalho diário e semanal.³⁵

³³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

³⁴ Ibid., p.12

³⁵ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo, Cia das Letras, 2002, p. 15

Deste modo, ao considerarmos o conjunto de pesquisas e trabalhos apresentados ao Concurso de Monografias bem como a história do *Movimento Folclórico*, há de se reconhecer que se por um lado o folclore serviu direta ou indiretamente ao interesse de formação da identidade nacional brasileira - afinal sua base interpretativa se pautava, principalmente, sobre a *aculturação* das “etnias” formadoras do Brasil -³⁶ por outro lado, algumas pesquisas folclóricas, de uma maneira geral, estavam eivadas pela inquietude relativa aos impactos da transformação da sociedade brasileira, marcada naquele momento por um intenso processo de modernização. Logo, compreender e “preservar” a superestrutura de culturas “tradicionais” entrou na *ordem do dia* dos folcloristas.³⁷

Nesse sentido, mesmo que o folclore tenha sido utilizado pelo estado em iniciativas cívicas, como no caso da *Exposição Interamericana de artes e técnicas populares*, ocorrida durante as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo,³⁸ estudos apresentados ao Concurso de Monografias dão prova que o folclore também foi entendido dentro de seu contexto social e histórico, e, por conseguinte, próximo às interpretações de Hobsbawm e E. Thompson a respeito do *costume*.

³⁶ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.37-39.

³⁷ Essa é uma consideração importante de se realizar principalmente devido a presença de cientistas sociais que atuaram diretamente no *Movimento Folclórico*. Deste modo, o caso de Oracy Nogueira nos parece paradigmático. O respectivo sociólogo participou de congressos e cursos organizados pela CNFL e também participou da pesquisa sobre o negro em São Paulo ao lado de Roger Bastide e Florestan Fernandes. Daremos mais detalhes dessas questões no 4º capítulo dessa dissertação.

³⁸ ALMEIDA, Renato. **A inteligência do folclore**. Rio de Janeiro: Ed. Americana; Brasília: INL, 1974. p.266. NEDEL, Letícia Borges. **Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil Meridional**. In: Revista Brasileira de História, v. 31, nº 62. São Paulo: USP, pp. 204-5. Os folcloristas tinham conhecimento dessa questão uma vez que Renato Almeida reconheceu essa problemática. Assim, comentando justamente a importância das exposições e festivais folclóricos, o musicólogo descreveu essa questão à luz dos eventos do IV Centenário de São Paulo: “A importância das exposições e festivais, além do valor para os estudiosos, que podem presenciar assim espetáculos legítimos, serve para divulgação do grande público. Têm os festivais o inconveniente de serem ‘representações’ e não o autêntico folclore, que só pode ser visto no local em que vive. [...]”. Pode-se dizer, por outro lado, que a dicotomia entre o *costume* e o *tradicional*, tomando de empréstimo as acepções de Hobsbawm, Ranger e Thompson, cristalizou-se no Rio Grande do Sul, estado no qual os grupos dos *Tradicionalistas*, futuros fundadores dos Centros de Tradições Gauchas (CTGs), e os folcloristas da Comissão Estadual Folclóricas passaram a representar perspectivas antagônicas em relação ao popular. Segundo Letícia Borges Nedel, historiadora especialista neste tema, apesar da convivência pacífica entre os folcloristas da Comissão Folclórica e os *tradicionalistas*, os dois grupos passaram a representar posições dissonantes: “[...] Depois do entusiasmo inicial de alguns para com esses ‘jovens devotos do Rio Grande’, a maioria dos autores ligados à CEF não só começou a discordar da ênfase dada por eles ao gaúcho de antigamente, como desconfiava de que tal gaúcho nunca tivesse existido – pelo menos não da forma retratada nos bailes e desfiles *tradicionalistas* [...]. Os gaúchos ‘postiços’ dos CTGs não só faziam lembrar do malfadado caudilho, que tanto tempo levou para ser expulso da historiografia, como feria o *ethos* um tanto aristocrático dos intelectuais, inspirado na reprodução do que entendiam ser a cordialidade do homem brasileiro. [...] Dante de Laytano, [...] em correspondência trocada em 1955 como os amigos lotados em instâncias superiores da CNFL refere-se ao tradicionalismo como uma ‘mascarada carnavalesca’ e aos CTGs pejorativamente como ‘sociedade bailantes’.”

Entretanto, apesar da possível aproximação entre folclore e cultura popular, no início dos anos 1950 ambas passaram a representar definições aparentemente antagônicas, mas ainda equivalentes entre si: a primeira cada vez mais limítrofe à ideia de tradição, entendida enquanto cultura ritual “repetida” e “congelada” e a segunda mais próxima ao contexto político engajado e de âmbito urbano. Nesse sentido, as palavras de Renato Ortiz nos permitem compreender essas nuances que ora aproxima ora afasta o uso destes termos:

Diversas manifestações culturais passam assim a compor o espectro de fenômenos considerados sob a classificação de 'cultura popular': o cinema novo que reivindica a implantação de uma indústria cinematográfica nacional; o teatro que revaloriza os temas brasileiros; as tradições populares regionais. No que diz respeito às tradições folclóricas, pode-se apontar um incoerência teórica com relação à proposição da 'falsa cultura'. Com a emergência da problemática do imperialismo cultural, tem-se que a questão dos fatos folclóricos enquanto 'falsidade' transmuta-se em estado de 'veracidade' nacional. O pensamento desloca-se do núcleo da 'falsa cultura' para centralizar-se sobre um novo polo: o da independência nacional; delimita-se assim uma esfera da 'autenticidade' nacional que naturalmente se manifesta na memória popular regional. O *rock* simbolizaria assim uma etapa do processo de alienação cultural, enquanto a música folclórica reafirmaria a identidade perdida³⁹

Entretanto, a partir da implantação dos Centros Populares de Cultura na década de 60 do século XX no Brasil, a equivalência entre folclore e cultura popular foi constantemente negada e questionada:

Apesar de algumas considerações contrárias, esta concepção conservadora da cultura popular dominou grande parte da literatura folclórica brasileira; ela será entretanto fundamentalmente questionada com a emergência dos Centros Populares de Cultura. Quando Ferreira Gullar afirma que a expressão 'cultura popular' designa um fenômeno novo na vida brasileira, de um certo modo o autor afirma que a noção se desvincula do caráter conservador que lhe era atribuído anteriormente. Rompe-se, desta forma, a identidade forjada entre folclore e cultura popular. Enquanto o folclore é interpretado como sendo as manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de 'cultura popular' é definida em termos de transformação. Critica-se a posição do folclorista, que corresponderia a uma atitude de paternalismo cultural, para enfim implantar as bases de uma política cultural segundo uma orientação reformista-revolucionária.⁴⁰

Por outro lado, mesmo que o contexto político subjacente à criação dos CPC's buscasse se diferenciar de uma possível acepção paternalista atribuída ao *folclore* – deve-se

³⁹ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.76

⁴⁰ Ibid., p. 71.

destacar que essa visão fora comumente associada a Gilberto Freyre – ambas não deixaram de se plasmar sobre a noção de *identidade e autenticidade* frente à sociedade capitalista e de massas. Deste modo, análises realizadas no final do século XX, nas quais se destacou Nestor Garcia Canclini, alteraram a perspectiva de avaliação em direção aos processos de *hibridização* em vista de desconstruir interpretações ideologizadas:

Esses processos incessantes, variados, de hibridização levam a relativizar a noção de identidade. Questionam, inclusive, a tendência antropológica e a de um setor dos estudos culturais ao considerar as identidades como objeto de pesquisa. A ênfase na hibridização não enclausura apenas a pretensão de estabelecer identidades “puras” ou “autênticas”. Além disso, põe em evidência o risco de delimitar identidades locais autocontidas ou que tentem afirmar-se como radicalmente opostas à sociedade nacional ou à globalização.⁴¹

Não se trata aqui de questionar a validade das posições intelectuais de folcloristas frente às análises contemporâneas feitas à luz da contemporaneidade. Por outro lado, o exame de Canclini é suficientemente estimulante e desafiador para pensar os limites e contradições que grande parte da intelectualidade latino-americana se viu imersa durante os anos áureos de seus respectivos *modernismos*⁴² ao elaborarem narrativas voltadas às identidades nacionais cujas bases se assentaram em grande parte sobre o folclore ou cultura popular; em outras palavras, a concepção de *hibridismo*, segundo Canclini, buscou “superar” as limitações de outros dois conceitos, *miscigenação* e *sincretismo*, fortemente aplicados aos fenômenos religiosos e raciais, respectivamente, em vista de abranger todos os eventos de trocas culturais sob a mesma baliza.⁴³

Assim, se por um lado as críticas direcionadas aos folcloristas por parte de Renato Ortiz em seu trabalho *Românticos e Folcloristas* são justificáveis, todavia, ela obscureceu a especificidade deste movimento intelectual em decorrência de uma possível visão ideológico-autoritária; em outras palavras, tal perspectiva anularia a relativa circularidade entre níveis culturais, que, segundo Vilhena, não negaria a “*dominação, a violência simbólica e a resistência cultural*”.⁴⁴ Talvez o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o*

⁴¹ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: Estratégia para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, EDUSP, 2011, p. xxiii

⁴² Ibid., pp.23-30.

Baseado em Jürgen Habermas e Marshall Berman, Canclini distingue conceitualmente *modernidade*, *modernização* e *modernismo*. O primeiro entendido como etapa histórica, o segundo visto como processo econômico e social e o terceiro aplicado aos projetos culturais. Nesse sentido, estamos trabalhando com a terceira definição.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: o movimento folclórico (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte,

Folclore Nacional seja uma prova dessa provável circularidade da qual nos fala Vilhena, ou seja: partindo do pressuposto que qualquer intelectual, independentemente de sua formação ou atuação profissional, poderia concorrer ao certame e possivelmente ser premiado, este, por conseguinte, poderia contribuir ativamente para a formação de uma bibliografia sobre a cultura popular ou folclórica brasileira.

1º Capítulo } Oneyda Alvarenga e a Discoteca Pública Municipal: genealogia dos estudos musicais, etnográficos e folclóricos

A partir de 1976, iniciamos o estudo sistemático e programado das artes nacionais, a pesquisa da invenção, da criatividade brasileira, sob ângulos vários de suas muitas faces e interfaces. Em todos os campos e subcampos procuramos investigar as expressões criativas eruditas, indígenas e populares.

Maria Eugenia Franco

O *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*, iniciado no ano de 1946, ocorreu ininterruptamente até 1975, ano no qual a prefeitura passou por uma transformação substantiva no que se refere à organização de sua estrutura administrativa dentro da seara cultural. Nessa ocasião o Departamento de Cultura (DC), instituição criada em 1935 durante a gestão de Fábio Prado, deixaria de “existir” definitivamente para se transformar no que hoje denominamos Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Dentro da nova estrutura administrativa a Discoteca Pública Municipal (DPM) passou a compor, na condição de Divisão, o Departamento de Informação e Documentação Artística (IDART), instituição pioneira no registro e estudo da cena cultural paulistana durante as décadas de 70 e 80 do século XX.⁴⁵ Congregando intelectuais consagrados dos campos artístico e universitário, tais como Décio Pignatari e Paulo Emílio Salles Gomes, o Centro de Pesquisa de Arte Brasileira foi criado com o objetivo de investigar e preservar a memória artística brasileira sob olhar metodológico interdisciplinar, fosse ela do passado ou do presente. Nesse sentido, a cidade de São Paulo seria um lugar ímpar da cena cultural nacional e internacional.

Que espaço restaria, nessa nova organização, à Discoteca Pública Municipal, cuja

⁴⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. **SEF: Sociedade de Etnografia e Folclore [Catálogo]/ Discoteca Oneyda Alvarenga**. Coordenação de Maria Regina A. Davidoff e Elizabete H. Shimabukuro. São Paulo: CCSP, 2004, p.79.

A história do IDART (Departamento de Documentação e Informação Artística) se confunde com a trajetória profissional de Maria Eugênia Franco, que fora responsável ao lado de Sergio Milliet, pela Seção de Arte da Biblioteca Mário de Andrade, desde 1943, na qual idealizou um projeto de pesquisa da arte brasileira contemporânea. Sediado inicialmente no Solar da Marquesa, o IDART absorveu a antiga seção de artes da BMA e a Discoteca Pública Municipal e, assim, inaugurou um trabalho sistemático de pesquisa das artes brasileira e paulista. É interessante que destaquemos que Maria Eugênia Mendes de Almeida Franco foi uma das sócias fundadoras da Sociedade de Etnografia e Folclore criada em 1937.

Para mais detalhes consultar:

<http://www.centrocultural.sp.gov.br/idart30anos/apresentacao.asp> (consultado em 28/11/2014).

singularidade despertou interesse em instituições internacionais tais como a Biblioteca do Congresso⁴⁶; a Sociedade de Educação Musical de Praga, que contatou Oneyda Alvarenga com o objetivo de obter informações para organização de um serviço idêntico na então Tchecoslováquia⁴⁷ ou a Biblioteca Nacional de Nova York, cujo diretor se entusiasmou com a organização da instituição paulistana no final dos anos 1930?⁴⁸ Seguramente, a DPM foi uma das criações mais inovadoras e modernas para os anos iniciais do DC e aquela que talvez mais sofreu com o fim da gestão de Mário de Andrade. Sem sede própria e padecendo com constantes mudanças de endereço, ora na rua Florêncio de Abreu ora na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, o Departamento de Cultura, como nos colocou Paulo Duarte, continuou a resistir graças à persistência e à teimosia de alguns funcionários. Certamente a musicóloga mineira foi uma dessas funcionárias que não hesitou em se indispor com diretores e mesmo secretários para levar a cabo a realização anual e o cumprimento dos editais do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*. Passados pouco mais de 5 anos após a aposentadoria de Oneyda Alvarenga, o trigésimo e último concurso só ocorreu devido à interferência de Bráulio Nascimento, então diretor da Campanha de Defesa do Folclore Nacional, instituição subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1979, esta mesma Campanha de Defesa do Folclore se ressentia de que o certame estivesse inativo até aquela data, o que a levou, por conseguinte, a restabelecer o contato com a Secretaria de Cultura com o fito de retomá-lo:

[...] Em 1975, ao completar o Concurso 30 anos de existência, esta Campanha, reconhecendo o grande significado do acontecimento, associou-se à Secretaria Municipal de Cultura, atribuindo, mediante Convênio, um prêmio especial ao trabalho classificado em primeiro lugar.

Nos anos seguintes deixou de promover o Concurso Mário de Andrade, fato que constituiu irreversível dano para pesquisa e estudo do nosso folclore.

Sugiro a Vossa Excelência o retorno do Concurso Mário de Andrade, que representará um fato de grande significação cultural, entre os diversos Projetos da Secretaria, ficando assegurada a colaboração desta Campanha.⁴⁹

Assim, Mario Chamie, então Secretário de Cultura, solicitou que Maria Eugenia Franco, primeira diretora do IDART, informasse-lhe sobre a possibilidade de retomada do concurso:

⁴⁶ ANDRADE, Mário de; ALVARENGA, Oneyda. **Cartas**. São Paulo: Duas Cidades, 1983. pp.219-21

⁴⁷ Ibid., pp. 151- 2

⁴⁸ Ibid., pp. 240-3

⁴⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo Discoteca Pública Municipal, Grupo Concurso de Monografia, PROCESSO nº 10.024.385-80 7b (cópia)

[...]Senhor Secretário

O Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional havia baixado consideravelmente de nível e perdido seu antigo prestígio.

Consultei especialistas em cultura popular, a fim de reformulá-lo.

Não foi relançado, porque se esperava que o IDART se tornasse Fundação, o que nos daria possibilidades mais amplas, para prêmios de melhor nível, a partir do estímulo a trabalhos cientificamente melhor elaborados do que os recebidos no Concurso.

O regulamento não foi modificado pela Comissão constituída, e isto pareceu perigoso, a mim e a nossa Assistente Jurídico, tendo-se em vista uma total reformulação de critérios para os prêmios a serem criados.⁵⁰

Ao se pautar no fato de que o certame “*havia baixado consideravelmente de nível*” como justificativa para não retomada do concurso, a resposta da diretora do IDART parece apontar diretamente para o processo de transformação do perfil intelectual ensaístico que norteou a produção espiritual brasileira até a implantação das instituições universitárias. Dito de outro modo, entre os anos 30 e 70 do século XX o Brasil se transformou, sensivelmente, não só econômica e socialmente, mas também institucionalmente quando pensamos em termos de educação e pesquisa. Não por acaso tomamos como disparador a última edição do *Concurso Mário de Andrade* para elaboração deste capítulo; iniciado após a ditadura de Getúlio Vargas, período no qual as Universidades contavam com módicos 10 anos de existência (A Escola de Sociologia e Política fora fundada em 1933 e a Universidade de São

⁵⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo Discoteca Pública Municipal, Grupo Concurso de Monografia, PROCESSO nº 10.024.385-80 7b (cópia) (grifo nosso)

Até onde pudemos apurar, não encontramos grandes indícios que confirmassem a retomada do certame. Entretanto, não é desproporcional considerarmos que os entraves administrativos e burocráticos inviabilizaram a continuidade do concurso. Se a iniciativa de Oneyda Alvarenga foi pioneira aos instituir o Concurso de Monografias na década de 40 do século XX, no final da década de 1970 a municipalidade paulistana parecia “desconhecer” a real potencialidade do projeto outrora encabeçado pela autora de *Música Popular Brasileira*. Nesse sentido, durante a tramitação do supracitado processo, Laurita Platzeck Senra, Diretora da Divisão de Discoteca e Biblioteca de Música, elencou os principais entraves concernentes ao Concurso Mário de Andrade ao então diretor do IDART Luiz Nagib Amary em 14/07/1980: “[...] Nem mesmo os próprios autores tem acesso às obras, sendo que um deles ao necessitar de cópia de trabalho de sua lavra (Vocabulário tupi do folclore amazônico, por Anísio de Mello), somente foi autorizado através de ordem escrita da diretora do Idart. [...] Não existe uma definição clara e precisa a respeito, e material valioso e inédito referente a regiões e fatos folclóricos, se encontra paralisado, sem o devido aproveitamento.

- Consideramos oportuno, o estudo do aspecto jurídico da questão (direito autoral, etc) afim de possibilitar, de acordo com a Lei, uma real contribuição à pesquisa e ao estudo de nosso folclore.

- Quanto às normas adotadas pelo Concurso de 1975, deveriam constituir objeto de estudo, por quem de direito, para modificações eventuais.

Somos favoráveis à reativação do Concurso. Apenas pedimos encarecidamente a V.sa. para providenciar a indicação dos Funcionários já solicitadas por repetidas vezes, no sentido de virem a contribuir para a consecução de nossos serviços de rotina e auxiliar no atendimento aos candidatos do Concurso, pois um aumento considerável de trabalho será, indiscutivelmente, sentido. [...]

Paulo fora criada em 1934), compreendido em pouco menos de 20 anos de experiência democrática e cerca de 10 anos em outra ditadura, o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional (1946-1975)* transcorreu, digamos assim, em um momento de transição da sociedade brasileira, em especial da sociedade paulistana. O país adentrara definitivamente naquilo que poderíamos denominar como sociedade de massas, cujo reflexo não deixaria de transformar as instituições universitárias e culturais com as quais a DPM e sua diretora sempre mantiveram estreita relação. Em outras palavras, queremos dizer que o Departamento de Cultura se encerrou definitivamente enquanto projeto institucional em 1975 e, por conseguinte, a própria ideia de se estimular a prática de pesquisas científicas por meio de “concursos públicos” se esgotara.

Deste modo, na medida em que inúmeras obras destacaram a falha de se abordar o Departamento de Cultura apenas no que diz respeito à gestão de Mário de Andrade,⁵¹ nenhum trabalho até o presente momento teve como mote estudar diacronicamente a história administrativa do DC. Os últimos trabalhos relativos à Discoteca, especificamente, avançaram para além do período supracitado, lançando semente sobre esse terreno.⁵² Nossa pesquisa seguramente é um desdobramento desse campo uma vez que partimos cronologicamente do período pós-Vargas. Há um grande salto social, econômico e cultural quando comparamos os anos 30 com os anos 50 do século XX. Até os anos 1930, o país era dominado por uma economia agrária, baseada essencialmente no café, e regido politicamente por essa mesma “aristocracia” econômica. Esse modelo “arcaico” começaria a ruir ainda na década de 1920, cujos marcos paradigmáticos foram, do ponto de vista cultural, a Semana de Arte Moderna de 1922 e, do ponto de vista econômico, a quebra da bolsa nos EUA, em 1929, e o consequente reflexo político que desaguou na Revolução de 30, a qual colocou abaixo o modelo político conhecido como *República do Café com Leite*. Os anos 1930, portanto, foram um momento de ruptura. Nesse sentido, a idealização e efetivação do Departamento de Cultura, da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política podem ser vistas como um projeto nacional de cultura elaborado sob o prisma paulista. Essa é uma questão intensamente debatida e impossível de se esgotar em um único parágrafo; portanto, gostaríamos apenas de

⁵¹ RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935 – 1938)**. São Paulo: Humanitas, FFCLH-USP, 2.000.

BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

⁵² SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009.

CAROZZE, Valquiria Maroti. **A menina boba e a Discoteca**. Dissertação de Mestrado em Identidades Brasileiras, IEB-USP, 2012.

esclarecer que os “problemas” e “desafios” colocados a partir de 1946 são bem diferentes daqueles existentes em 1935. Por outro lado, se existe um salto substantivo entre os anos 1930 e os anos do pós-guerra, muito mais grave e complexo é o *gap* entre os anos 1940 e segunda metade dos anos 70 do século XX. Para nos atermos apenas ao critério administrativo-municipal, a lei nº 8.024 de 1975 transformou o então Departamento de Cultura em Secretaria Municipal de Cultura e a lei nº 8.252 criaria o Departamento de Informação e Documentação Artística (IDART), no qual a Discoteca seria integrada na condição de Divisão.⁵³ Ora, se o nosso trabalho tivesse como metodologia apenas a abordagem do ponto de vista histórico-político, esse recorte seria mais do que inviável para o desenvolvimento de uma pesquisa em nível de mestrado. Por outro lado, justificamos essa abordagem pelo ponto de vista institucional e documental acumulado entre os anos de 1946 e 1975, ou seja, pelo próprio Departamento de Cultura, e o consequente diálogo de sua Discoteca com o restante da sociedade paulista e brasileira no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas em torno da temática musical-folclórica realizadas no âmbito municipal e nacional.

Qual a origem, afinal, dessa fórmula? Por que a opção por concursos públicos como meio de incentivar pesquisas sobre assuntos culturais? Para respondermos essas perguntas, que nos parecem essenciais para fornecermos uma visão satisfatória sobre história institucional da DPM pós estado-novo e em certa medida do Departamento de Cultura, somos instados a buscar essa genealogia dentro do próprio DC.

1.1 O Departamento de Cultura (1935-1975)

A ideia de se organizar um departamento público que cuidasse exclusivamente de assuntos e questões estritamente culturais surgiu de algumas reuniões ocorridas no apartamento de Paulo Duarte, onde estavam presentes, além do próprio Paulo Duarte: Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, André Dreyfus, Antonio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Antonio Magalhães, dentre outros.⁵⁴ Paulo Duarte nos lembra esse momento:

Mas a memória daquele apartamento havia de ficar pelos sonhos que ali se sonharam. Foi lá que germinou o Departamento de Cultura. Éramos um

⁵³ AZEVEDO, José Eduardo. Apresentação. In: **Acervo de pesquisas folclóricas de Mário de Andrade: 1935-1938**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 2000, p.13

⁵⁴ DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, Editora Hucitec, 1985. p.2

grupo pequeno: Mário de Andrade, Antonio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antonio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolpho Homem de Melo, (...), Rubens Borba de Moraes e Nino Gallo. Havia um punhado que aparecia duas ou três vezes por semana (...).

Pois foi nessa sala, em torno da fria mesa de granito, que um de nós – quem poderá saber qual de nós? - falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros. Mas cadê dinheiro? O nosso capital eram sonhos, mocidade e coragem. Havia quem conhecesse uns homens ricos em São Paulo. Mas homem rico não dá dinheiro para essas loucuras. Quando muito deixa para Santa Casa. Caridade espiritual, jamais. Que testamento pinchou legado para uma universidade ou para uma biblioteca? A nossa gente ainda está no paleolítico da caridade física. À vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia seríamos governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo.⁵⁵

O Departamento de Cultura e Recreação (DC) foi implantado pelo Ato 861 em 30 de maio de 1935. Neste momento fizeram parte de sua estrutura as seguintes divisões: Divisão de Expansão Cultural, sob direção de Mário de Andrade, que também acumulava o cargo de diretor de Departamento; Divisão de Educação e Recreios, chefiada por Nicanor Miranda; Divisão de Bibliotecas, dirigida por Rubens Borba de Moraes; e, por fim, a Divisão de Documentação Histórica e Social, coordenada por Sérgio Milliet.⁵⁶

Segundo Patrícia Tavares Raffaini, o Departamento de Cultura não teria sido propriamente a primeira experiência paulistana a pensar uma política cultural para a cidade. Antes dele o governo de Antonio Prado já havia começado, por exemplo, a construção do Teatro Municipal, iniciada em 1909 e concluída em 1911, ou mesmo a organização de bandas e pequenas orquestras que se apresentavam em coretos ou parques da cidade. Do ponto de vista educacional, Washington Luiz, na condição de prefeito, em 1914, teria dedicado especial atenção à organização do sistema educacional, além de colaborar substancialmente na comemoração do Centenário da Independência por meio da instituição de um concurso de Monumento. Coube a ele, ainda, a publicação de documentos municipais sob guarda do Arquivo Municipal. Os Parques Infantis, outra instituição muito lembrada pelos estudiosos do DC, também já existiam antes da gestão dos modernistas, tendo sido criados por Anhaia Melo seguindo o modelo projetado por Fernando de Azevedo em 1924. A autora ainda nos lembra

⁵⁵ DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, Editora Hucitec, 1985, p.49-50

⁵⁶ Em um segundo momento foi criada uma quinta Divisão, intitulada Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos e o Departamento passou a chamar-se apenas Departamento de Cultura. Para mais detalhes consultar Ato 1146 de 4 de junho de 1936 disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>

que, paralelamente à institucionalização cultural, outras agremiações e espaços de lazer surgiam na cidade para além da esfera político-estatais, geralmente ligadas às populações de origem imigrante e operárias, tais como teatros, circos, campos de futebol e etc. Nesse sentido, para Raffaini o objetivo do Departamento de Cultura foi justamente “controlar e arrecadar impostos” na medida em que tais espaços autônomos eram “temidos” e “desprezados” pelos intelectuais do DC, que miravam reeducar a população da cidade de São Paulo.⁵⁷

Pode-se dizer, portanto, que a obra de Raffaini, cuja teoria, em parte, pode ser vislumbrada em Carlos Sandroni,⁵⁸ possui o mérito de apontar que serviços significativos, os quais muitas vezes são automaticamente associados ao Departamento de Cultura, tais como a Revista do Arquivo Municipal ou os Parques Infantis, na verdade já se encontravam em processo de implantação. Em outras palavras, o objetivo da autora de *Esculpindo a cultura na forma Brasil* foi dar maior atenção aos enfoques “centralizadores” e “disciplinadores” do DC. Por outro lado, outra vertente historiográfica não deixou de destacar os aspectos de elevada eficiência da política pública implementada pelos modernistas. Como nos coloca Antonio Candido, ao prefaciá-la obra de Paulo Duarte sobre o Departamento de Cultura, seria impossível dizer que outros homens tivessem feito aquele trabalho tão bem feito, não apenas com o objetivo de “rotinizar a cultura”, mas na:

[...] tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas. (...) E até hoje, na cidade de São Paulo, a cultura assim concebida não encontrou manifestações semelhantes; o que existe é a ruína ou desenvolvimento do que então se fez.⁵⁹

As palavras de Antonio Candido são mais do que pertinentes. Primeiro, porque aponta para a necessidade de se entender o DC diacronicamente; segundo, porque a experiência empreendida pelo grupo capitaneado pelo autor de *Macunaíma* é paradigmática para quem quer que atue na seara cultural, seja como pesquisador ou agente público. Afinal, quem soube desenvolver e ampliar tão bem serviços e projetos socioculturais iniciados em outras gestões sem nutrir interesse político partidário? Se esse fosse o objetivo de Mário de Andrade ou,

⁵⁷ RAFFAINI, Patricia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935 – 1938)**. São Paulo: Humanitas, FFCLH-USP. 2.000, pp. 32 - 3.

⁵⁸ SANDRONI, Carlos. **Mário de Andrade contra Macunaíma**. São Paulo: Edições Vértice, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

⁵⁹ CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, Editora Hucitec, pp. XIII – XV.

antes disso, se ele compusesse afirmativamente a ala “política profissional”⁶⁰ por que simplesmente não “esqueceu” estas ainda tímidas iniciativas, seja da Revista do Arquivo Municipal ou dos Parques Infantis?⁶¹ Não queremos aqui, em absoluto, especular a respeito de questões contrafactuais; pelo contrário, apenas acreditamos que isso se deveu à consciência crítica do grupo de intelectuais, em especial a Mário de Andrade, para quem o objetivo era, fundamentalmente, rotinizar, para além de interesses partidários, uma política pública coerente e social, aprofundando, inclusive, iniciativas de grande potencial cultural implantadas em gestões anteriores.

De qualquer forma, haveria algum compromisso politicamente orientado ao se criar o Departamento em 1935? Parte da historiografia tende a vislumbrar afirmativamente essa posição.⁶² Roberto Barbato Jr., por outro lado, relativiza essa questão colocando-a em outros termos. A idealização do DC não teve origem no chamado “grupo do estado”, composto por aqueles que lideravam o jornal *O Estado de S. Paulo*, tais como Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Amadeu Amaral, exceção feita a Paulo Duarte, para o qual o DC seria o embrião de um futuro *Instituto Brasileiro de Cultura* que Armando de Salles de Oliveira asseguraria caso chegasse à Presidência. Segundo Barbato Jr:

Seria possível justificar a fundação deste organismo cultural a partir do desejo imperioso de avultar o Estado de São Paulo na teia da federação nacional, por meio de um projeto político? Não obstante sejam essas informações interessantes para se entender os objetivos de criação do Departamento de Cultura, não há qualquer menção explícita do grupo de Mário de Andrade a tal projeto e presumir que estivesse ligado a ele somente se justificaria por questões de ordem impositiva, necessárias para a garantia de seus sonhos culturais. [...] ⁶³

Nesse sentido, o autor de *Missionários de uma utopia nacional-popular* elaborou uma tese segundo a qual haveria um forte sentimento de recusa e desencantamento em relação à política profissional⁶⁴ no núcleo mais substantivo que compôs o DC, tais como Mário de

⁶⁰ BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004, p. 94.

⁶¹ Especificamente sobre os Parques Infantis, quando Fabio Prado assumiu a prefeitura já existia o Parque Pedro II. Ele inaugurou outros três: Ipiranga, Lapa e Santo Amaro. Fora planejado outros 46. Para mais detalhes consultar: BARBATO JR, Roberto. Op. cit., p. 31.

⁶² MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente Brasileira (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difiel, 1979.

⁶³ BARBATO JR, Roberto. Op. cit., p. 73

⁶⁴ LAFETÁ, João Luiz. **1930: A crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000, p.189 Segundo João Luiz Lafetá: “Mário não teve jamais uma militância aberta, como tiveram por exemplo Oswald de Andrade, na esquerda, ou Antonio de Alcântara Machado, no âmbito do liberalismo. Sua participação no Partido Democrático, desde a fundação, pautou-se sempre pela presença discreta e – ao que se infere de seu depoimento ‘Começo de crítica’ – por uma relutância íntima de quem é ‘infenso a quaisquer políticas, sejam

Andrade, Rubens Borba de Moraes e Sergio Milliet; este grupo de intelectuais almejava preservar sua autonomia intelectual como meio de resguardar e desenvolver suas ideias à frente da instituição paulistana.⁶⁵ Se mesmo a criação da Universidade de São Paulo (1934) pareceu não se encerrar a essa orientação ideológica, a tese apresentada por Barbato Jr. nos parece pertinente. Deste modo, caso o projeto desenvolvido pelos modernistas de São Paulo fosse apenas a “encarnação” dos interesses partidários emanados do “grupo do estado”, como justificariamos a aplicação de uma proposta educacional que perdurou por mais de 30 anos, que, inclusive, adentrou e persistiu às inúmeras crises institucionais e políticas nacionais entre os anos de 1946 e 1975, tal como o *Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional*? Em outras palavras, somos instados a concordar com Barbato Jr. para o qual a ideia de se conceber concursos artísticos ou históricos foi um meio efetivo que o Departamento encontrou para democratizar não só o acesso, mas, principalmente, um mecanismo de produção cultural compartilhado com o restante da sociedade brasileira.

No entanto, a lacuna existente na historiografia referente ao Departamento de Cultura impõe limitações à nossa dissertação. Afinal, como já destacara o próprio Barbato Jr. ou mesmo indiretamente Raffaini, o recorte cronológico estabelecido até o presente tem debatido, grosso modo, o período de gestão de Fábio Prado e, por conseguinte, de Mário de Andrade, impondo restrições à compreensão de uma instituição que, a rigor, existiu até 1975. Quando muito, o debate ora estabelecido limita-se em apontar o “sucateamento” do DC após o período em que sua direção coube ao autor de *Ensaio sobre a música brasileira*. A discussão contemporânea em relação à Discoteca Pública Municipal, por outro lado, mostrou a gravidade em tomar o DC como mero reflexo da gestão de Mário de Andrade, reiterando, pois, que os trabalhos institucionais continuaram se desenvolvendo, apesar de encontrarem sérias dificuldades após o ano 1938.

Resta-nos por ora, apesar das limitações apontadas acima, traçar um breve histórico político-administrativo referente à municipalidade paulistana que, se não resolve completamente a questão, nos ajudará a preencher, mesmo que precariamente, alguns pontos dessa lacuna. Assim, a Prefeitura de São Paulo passou por uma mudança substancial em 27 de Dezembro de 1945, ainda no início do mandato de Abraão Ribeiro. Por meio do Decreto-Lei nº 333 foi reorganizada a estrutura administrativa municipal coma instituição das Secretarias

elas religiosas ou profanas'. Resistência à política enquanto ação, bem entendido, enquanto militância direta dentro de um partido, porque como escritor [...] fez sempre obra política. Mas o cidadão Mário de Andrade, pequeno-burguês brasileiro dos anos trinta, evitou habilidoso o contato com as manobras partidárias.”

⁶⁵ BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004, p. 73

Municipais. Ao que parece os reflexos foram dos mais negativos à Discoteca, que se viu uma instância abaixo daquela apresentada no regime de Departamentos.⁶⁶ Além disso, ainda mais grave foi o fato de a Secretaria que incorporou o Departamento de Cultura, mesmo que o objetivo do referido decreto fosse agrupar serviços afins e correlatos, passou a gerenciar não apenas os trabalhos restritamente culturais, mas também aqueles atinentes à higiene e saúde. Nesse sentido, o Decreto-Lei nº 360 de 13 de Dezembro de 1946, que regulamentava especificamente a organização da Secretaria de Cultura e Higiene, deixou claro que as atividades culturais a partir de então seriam tratadas ao lado de questões relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios, tais como o Mercado Municipal e Feiras-Livres, ou mesmo em relação às políticas de assistências médica, odontológica e veterinária... Apesar de tais contradições, o artigo 2º do respectivo decreto assegurava ao DC a promoção de “(...) *concursos, manter bibliotecas e estimular as artes em geral*”. Oneyda pode, portanto, continuar com a instituição dos certames.

A sobreposição de funções foi parcialmente resolvida em 1947 através do Decreto-Lei nº 430, durante o curto mandato de Christiano Stocker das Neves (1947), o qual desdobrava a Secretaria de Cultura e Higiene em outras duas repartições: Secretaria de Higiene e Secretaria de Educação e Cultura. A partir de então o Departamento de Cultura compartilhou a mesma secretaria com o Departamento de Educação, Assistência e Recreio. Se continuou com menor autonomia em comparação ao período de sua criação, ao menos o DC passou a dividir, a partir de então, suas atividades com um departamento que, aparentemente, aproximava-se dele enquanto atividade fim. O citado decreto, entretanto, não faz menção explícita no que diz respeito à instituição de concursos públicos culturais entre as competências da Divisão de Expansão Cultural, assegurando-os apenas de maneira indireta por meio do artigo 27: Caber-lhe-ia estimular iniciativas que favorecessem o movimento cultural e educacional que se relacionassem às artes em geral, fosse a música, o cinema, o rádio, o teatro, o turismo e os divertimentos públicos inspirados na tradição nacional e popular.⁶⁷ Grosso modo, esse quadro administrativo perdurou até a gestão de Miguel Colasuonno que “transformou” o Departamento de Cultura na atual Secretaria Municipal de Cultura através da Lei nº 8204 de 14 de Janeiro de 1975.⁶⁸

⁶⁶ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009.

⁶⁷ O artigo 32, referente à Divisão do Arquivo Histórico, fazia menção explícita à promoção de certames públicos, provavelmente inspirado nos concursos históricos realizados durante a gestão de Mário de Andrade.

⁶⁸ O Departamento de Cultura não chegou até o ano de 1975 sem que tenha sofrido qualquer tipo de alteração. Paralelamente à transferência de antigas divisões, outros serviços foram criados: a Seção de Divertimentos Públicos, originalmente subordinada à Divisão de Expansão Cultural, foi transferida para Secretaria de

Após a gestão de Abraão Ribeiro o poder executivo foi ocupado por Paulo Lauro (1947-1948); Milton Prota (1948-1949); Asdrúbal Euritysse da Cunha (1949-1950); Linneu Prestes (1950-1951) e Armando Arruda Pereira (1951-1953). Desde 1938 os prefeitos foram nomeados pelo Governador do Estado; até este último, nomeado por Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), todos foram nomeados por Adhemar de Barros (interventor federal entre 1938 e 1941), exceção feita a Abraão Ribeiro, que fora nomeado pelo interventor federal José Carlos de Macedo Soares (1945-1947). Apenas em 1953 a cidade teve um prefeito eleito por votação direta, ocupada por Jânio Quadros (1953-1955), que não concluiu o mandato para concorrer à eleição para governo do estado. Por seis meses o Presidente da Câmara Municipal, William Salém (1955), assumiu a prefeitura até a eleição de Juvenal Lino de Mattos (1955-1956), para fim de complementação de mandato. Em 1956 tomava posse o vice-prefeito Wladimir de Toledo Piza. Entre 1957 e 1965 a municipalidade foi administrada por velhas figuras conhecidas pela cidade: Adhemar Pereira de Barros (1957-1961) e Francisco Prestes Maia (1961-1965). O período de eleições diretas se encerrou com José Vicente de Faria Lima, que ocupou o cargo entre 1965 e 1969. Deste modo, Paulo Salim Maluf (1969-1971), nomeado pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) por indicação imposta pelo Presidente da República, Arthur da Costa e Silva (1967-1969); José Carlos de Figueiredo Ferraz (1971-1973) e Miguel Colasuonno (1973-1975), ambos nomeados pelo governador Laudo Natel (1971-1975); e Olavo Egydio Setúbal (1975-1979), nomeado pelo governador Paulo Egydio Martins (1975-1979), encerram os prefeitos que administraram a prefeitura de São Paulo durante a vigência do Concurso Mário de Andrade de Monografias.⁶⁹

Grosso modo, Francisco Pati foi quem por mais tempo chefiou o Departamento de Cultura após a saída de Mário de Andrade: cerca de vinte e dois anos. Por outro lado, durante a vigência do Concurso de Monografias, ou seja, entre 1946 e 1975, o DC foi administrado basicamente pelos seguintes responsáveis: Francisco Pati (1946-1947); João Lellis Vieira (1948-1949); José de Barros Martins (1950); Francisco Pati (1951-1964); Paulo Fradique

Turismo em julho de 1971 (Decreto nº 9527); a Divisão de Estatística e Documentação Social, que, nos anos 1930, contou com a singular coordenação de Samuel Lowrie junto à pesquisa sobre a condição social dos trabalhadores da limpeza pública de São Paulo, foi transferida para o Departamento do Tesouro da Secretaria Municipal de Finanças em julho de 1969 (Decreto nº 8307). Concomitantemente outros serviços foram criados: a Pinacoteca Municipal foi oficialmente criada em novembro de 1961 por meio da Lei nº 5859; o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico foi criado em março de 1971 (Decreto nº 9414) e reestruturado em agosto de 1973 (Decreto nº 10599); o Conselho Municipal de Cultura foi criado em abril de 1973 (Decreto nº 10468).

Todos os decretos estão disponíveis em:

<http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>

⁶⁹ MACHADO JR, Armando Marcondes. **Resgate histórico: Divisão territorial do Estado de São Paulo**. São Paulo, MAGEART, 2011.

Sant'Anna (1965-1967); Leonardo Arroyo (1968-1969); Raimundo A. de Menezes (1970-1971); Alberto Soares de Almeida (1971); Noemi V. Penteado (1972-1973); Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento (1974). Em 1975 a Discoteca foi incorporada ao Departamento de Informação e Documentação Artística, cuja direção coube à Maria Eugênia Franco. Sobre a direção da Discoteca, Oneyda permaneceu oficialmente como diretora até 1968; a partir dessa data a chefia coube a Carmem Martins Helal.⁷⁰

Esta breve descrição referente às mudanças constantes dos responsáveis pelo poder executivo municipal entre 1947 e 1951 (6 prefeitos em 4 anos) comprova a instabilidade política que a municipalidade se encontrava mesmo após o Estado-Novo. Apenas a partir de 1957 a prefeitura viveu um período estável no qual os prefeitos exerceram seus mandatos por mais de dois anos. Entretanto, a partir de 1969, a ditadura prevalecente na esfera federal colocou fim ao curto período de eleições diretas, restabelecendo, pois, o autoritarismo político em âmbito municipal. Oneyda Alvarenga, que se afastou oficialmente da chefia da Discoteca Pública Municipal em 1969, conviveu, pois, com substancial descontinuidade e instabilidade políticas desde a saída de Fábio Prado (1935-1938) do governo municipal, cujo fato se não impossibilitou o prosseguimento do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, a partir de 1946, impôs sérios transtornos ao cumprimento das normas estabelecidas nos editais, principalmente aquelas atinentes à difusão dos trabalhos premiados. Ora, se em 1935 o DC representou o exemplo pioneiro de administração pública em que a *cultura* deixou de ser mero ornamento restrito à elite econômica, ocupando-se, pois, desde os campos da arte até o estudo e assistência das condições de vida dos munícipes (os trabalhos da Divisão de Documentação Histórica e Social bem como os Parques Infantis foram exemplos paradigmáticos) o trabalho levado a cabo pela autora de *Música Popular Brasileira* aponta para o limite deste projeto que se viu constantemente tolhido pela inconstância e vulnerabilidade políticas impostas a um Departamento que quis ser “cultural nesta Loanda”. Mas, afinal, quais eram os propósitos de se estimular pesquisas culturais por meio de Concursos Públicos nos quais o *Concurso Mário de Andrade* estava compreendido?

⁷⁰ Estas informações foram levantadas diretamente dos Editais de cada edição do Concurso de Monografias Folclóricas. Para mais detalhes consultar:
SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Fundo Discoteca Pública Municipal, Grupo Concurso de Monografias, Subgrupo Editais (datas-limite: 1946-1975).

1.2 Concursos como meio de democratização da produção cultural

No Ato 861 de 30 de maio de 1935 percebemos o crivo claramente educacional do Departamento, cujo escopo era estimular e desenvolver atividades voltadas essencialmente aos exercícios educacionais, artísticos e culturais. Em seu artigo 1º, item f, por exemplo, notamos que os modernistas de São Paulo miravam não apenas a criação de serviços culturais emanados da municipalidade; mas, além disso, objetivavam *fiscalizar todas as instituições recreativas* permanentes ou transitórias estabelecidas na cidade. A primeira referência aos *concursos* ocorre no artigo 13, parágrafo 4, no qual pudemos verificar que caberia à Divisão de Expansão Cultural promover anualmente concursos de peças teatrais e de obras musicais, ambas sobre assuntos nacionais e restritas a autores brasileiros. A tarefa de promover ou estimular trabalhos culturais não foi exclusiva da Divisão chefiada por Mário de Andrade. Seria atribuição da Divisão de Bibliotecas, dirigida por Rubens Borba de Moraes, organizar anualmente um concurso de livros infantis, conforme previsto no parágrafo 5º, do artigo 38. Outra referência aparece no item c, do artigo 58, segundo o qual a Divisão de Educação e Recreios responsabilizar-se-ia por concursos públicos de planos de festejos, de cartazes de propaganda, concursos de fantasias, de carros, de corsos, de prêmios carnavalescos, de fogos nas festa de São João, além de “festas e bailados tradicionais ou populares do Brasil”. Já no seu artigo 63, item h notamos, talvez, o certame mais próximo àquele que futuramente encontraremos a partir de 1946 junto a DPM: caberia à Divisão de Documentação Histórica e Social organizar anualmente um concurso sobre assunto histórico cujo concorrente vencedor receberia uma premiação em dinheiro.

A historiografia relativa ao DC que compreende a gestão de Mário de Andrade não tem opinião consensual, antes disso, divergente, a respeito dos objetivos da administração pública ao instituir “concursos” culturais. Nesse sentido, o primeiro concurso histórico ocorreu em 1936, sem tema específico desde que datasse de intervalo anterior aos últimos 30 anos.⁷¹ A comissão julgadora foi composta por Alcântara Machado, Djalma Forjaz, Fernando

⁷¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Arquivo Histórico Municipal. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO n° 68721/1935, 703003/1935, n° 81942/1938, n° 71606/1936.

Semelhante àquilo que Oneyda proporá em 1938, as obras premiadas nos concursos históricos seriam publicadas na Revista do Arquivo Municipal, além da publicação de 1000 separatas do 1º prêmio. Em 1937 o tema do Concurso Histórico deveria ser uma biografia de um paulista falecido há mais de 30 anos e um trabalho sobre a situação histórica de São Paulo no século XVIII. Já em 1938 o tema abarcou novamente uma biografia de um personagem histórico de São Paulo falecido há mais de 30 anos e outro sobre Morgado de Matheus. Neste ano o 1º prêmio ficou a cargo do trabalho “*A capitania de São Paulo*” (sob o governo de Morgado de Matheus) de autoria de Carlos Jardins e “*O governo de Morgado de Matheus*” de Américo

de Azevedo, Paulo Prado e Plínio Ayrosa. Os vencedores foram, respectivamente, Serafim Leite com o trabalho intitulado “*Os jesuítas na vila de São Paulo*”, e Affonso Taunay, com a obra intitulada “*A guerra dos Bárbaros*”. Para Patrícia Raffaini o objetivo dessa iniciativa, ou seja, a instituição de concursos públicos, sejam eles históricos ou folclóricos, era traçar, por meio da história da cidade e do estado de São Paulo a história do próprio Brasil:

Assim, pelo conhecimento da história da cidade de São Paulo e do estado de São Paulo, poderia-se traçar também a história do país, já que uma seria constituída a partir da outra. Essas obras historiográficas teriam sua importância na divulgação de São Paulo como berço da nação, opinião que aparece frequentemente na produção dos intelectuais do Departamento. (...) A cidade de São Paulo, que no passado era simplesmente uma cidade de passagem, por onde o café escoava, começava a ter um destino nobre devido ao Departamento de Cultura, o de conquistar e divulgar para todo o país a cultura brasileira. Assim como no passado teriam sido os bandeirantes a desbravar, a civilizar todo o país, na década de 1930 os intelectuais paulistas pareciam acreditar possuir o mesmo papel.⁷²

Sem desconsiderar o acentuado teor ideológico de certos certames, somos instados a concordar com Roberto Barbato Jr. em relação aos concursos, fossem esses históricos ou não por duas razões: primeiro, porque Raffaini não se aprofundou nesse aspecto, restringindo-se aos concursos históricos e folclóricos durante a gestão de Mário de Andrade.⁷³ Segundo, em que pese a tese de “retomada da hegemonia paulista” a interpretação de Barbato Jr. nos parece plausível na medida em que, através dos concursos públicos culturais, o Departamento pretendia integrar o cidadão como sujeito ativo da produção cultural da cidade ao superar a mera condição de consumidor da cultura:

Brasiliense Antunes de Moura; o 2º prêmio ficou com o trabalho intitulado “*Feijão*” de Alfredo Ellis Jor; um 3º prêmio para Amadeu Nogueira com o pesquisa intitulada “*Barão de Itapetininga*” e um 3º prêmio que foi dividido entre os seguintes trabalhos: “*Quirino dos Santos*” de Duílio Santos e “*D. Bernardo de José Lorena*” de D. Maria Luiza Franco da Rocha. Ainda foi conferida uma menção honrosa ao trabalho “*O primeiro Romance Brasileiro*” de autoria de Ruy Bloen. A comissão julgadora foi composta por Tácito de Almeida, Carlos da Silveira e Nuto Sant’ Anna.

⁷² RAFFAINI, Patricia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935 – 1938)**. São Paulo: Humanitas, FFCLH-USP. 2.000, p. 82 -3.

⁷³ Raffaini não se aprofundou sobre os “concurso folclóricos”. Neste caso a autora se referiu ao Concurso que premiou as melhores monografias dos alunos do Curso de Etnografia e Folclore. Para mais detalhes consultar:

CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCLH-USP, São Paulo, 2010

Mas por que tanta insistência em recuperar o passado? Além dos esforços dirigidos ao ideal paulista, haveria outro propósito subjacente a essa prática? (...) Uma das metas da instituição paulistana residia na tentativa de investigação da realidade nacional. 'A redescoberta do Brasil', tão difundida naquela época, supunha a existência de um lastro histórico, sem o qual seria impossível a apreensão do presente. Nesse sentido, a lógica que orientava a realização dos concursos históricos é a mesma que justifica a viagem dos modernistas, em 1924, a Minas Gerais. Trata-se de um recurso de busca pelo passado, afim de equacionar as peculiaridades da conjuntura dos anos 30.⁷⁴

Ora, a iniciativa de se instituir concursos públicos sobre inúmeros assuntos em contextos e abordagens distintas foi uma constante nos anos iniciais do DC. Nesse sentido, encontraremos concursos de peças teatrais, musicais, de design, de decoração e etc. Em 1937, por exemplo, o DC institui um concurso de música de banda. Mário de Andrade indicou para compor a banca examinadora dos trabalhos apresentados os seguintes musicistas especializados em composições e regência de bandas: Professor Savino de Benedictis (compositor); Silvio Motto (compositor); Tenente José Machado (regente de força pública); Major Joaquim Antão Fernandes (regente de bandas). Mário de Andrade fez essa indicação no momento em que se encontrava apenas na chefia da Divisão de Expansão Cultural, reportando-se, pois, a Francisco Pati, então diretor do DC. O edital desse concurso propunha que as obras apresentadas deveriam ser compostas de uma *abertura* comemorativa ao cinquentenário da Abolição dos escravos no Brasil. A estruturação do edital se aproxima em muitos aspectos daqueles que encontraremos posteriormente no *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*. De acordo com seu artigo 1º, a *abertura* deveria estruturar-se com duração máxima de 12 minutos, e seria “(...) constituída obrigatoriamente com temas afro-brasileiros, colhidos no folclore”. Além disso, os trabalhos deveriam vir em apenas uma via devidamente pautados com as partes instrumentais prontas para execução, além de conter uma carta lacrada indicando pseudônimo, identidade e endereço do autor. Assegurava-se, assim, a lisura do certame. Por tratar-se de obra artística, os direitos autorais estariam garantidos ao compositor da obra inédita, cabendo ao DC o direito à primeira execução. A banca julgadora acabou por ser composta pelo tenente José Machado; professor Silvio Motto e pelo maestro Martin Braunwiser. As obras classificadas foram respectivamente: *Curumiassú*, de Savino de Benedictis; *Preta minha*, de Luiz Olini; *Abolição*, de Franklin de Carvalho Junior. Na ocasião de julgamento dos trabalhos premiados Guilherme de Almeida chefiava a Divisão de Expansão Cultural, antes a cargo de Mário de Andrade.⁷⁵

⁷⁴ BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004, p. 175.

⁷⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal. Fundo Departamento

Outro caso que merece destaque no campo musical foi a instituição de dois concursos em 1936: Um para peça sinfônica e outro para formação de quarteto de cordas. O edital esteve nitidamente vinculado à orientação de Mário de Andrade em relação ao nacionalismo musical que, segundo seu 1º artigo, recomendava que as obras deveriam se inspirar nos caracteres rítmico-melódicos da música nacional brasileira. No entanto, elas deveriam valer-se da livre invenção do compositor e, por conseguinte, sem se utilizar de temas colhidos diretamente do folclore. Por outro lado, o Concurso para uma Suíte do mesmo ano recomendava que a peça composta se valesse de temas colhidos diretamente do folclore. Da mesma forma que orientava os outros dois concursos anteriores, a concorrência a este também estava restrita aos brasileiros natos ou naturalizados, restrição esta que deixa margem para a tese de Raffaini.⁷⁶ Entretanto, o edital dos concursos históricos asseguravam a participação de autores estrangeiros.⁷⁷

Em 1937, reconhecendo a falha na legislação que regulamentou a criação do DC, o autor de *Macunaíma* tentou instituir um Concurso de Artes Plásticas:

Sr. Prefeito

Há no orçamento deste ano, verba para prêmios de quatro concursos de composições musicais. Ora, o Departamento de Cultura, pelo Ato que o criou, cuida de concursos literários e musicais, mas não cuida de concursos de artes plásticas, nem de artes aplicadas. Crendo porem esta Diretoria, ser da própria finalidade do Departamento providenciar também sobre estas artes, vem solicitar do sr. Prefeito, autorização para utilizar-se duma dessas verbas determinadas para concursos musicais, aplicando-a num concurso de artes plásticas. Dada autorização, esta Diretoria voltará oportunamente à presença do sr. Prefeito, sugerindo concurso novo, de acordo com o que resolver o Conselho Técnico da Divisão de Expansão Cultural.⁷⁸

Do mesmo modo, o teatro não poderia ficar de fora desta política cultural. Assim, em 1936 o diretor da Divisão de Expansão Cultural propôs a abertura de edital de peças teatrais que contemplou uma peça dramática e outra sobre sátira ou comédia. Neste caso,

de Cultura, PROCESSO N° 76703/ 1938.

⁷⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO N° 36130/1936. Infelizmente neste processo não foram juntadas as atas de julgamento destes Concursos Musicais.

⁷⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 68721/1935.

⁷⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 25674/1936.

Este processo, originalmente encaminhado por Mário em 10 de Fevereiro de 1936, foi arquivado em 1 de abril de 1937 sem que nele conste qualquer despacho de Fábio Prado a respeito. Deste modo, tudo leva a crer que o concurso não se realizou.

especificamente, a tese de Raffaini ganha credibilidade na medida em que o tema proposto para aquele ano deveria orbitar, no caso do drama, sobre a crise econômica do café de 1929; já a comédia parecia se orientar em torno de um crivo “moral”, uma vez que a peça deveria criticar ou satirizar a paixão desordenada da mocidade pelos esportes em detrimento da cultura intelectual.⁷⁹ Tanto a primeira quanto a segunda podem ser lidas sob o prisma de Raffaini, uma vez que os eventos de massa ganhavam destaque e espaço no cotidiano da cidade nos anos 1930, e, conseqüentemente, a proposta do edital parece reafirmar a hipótese do viés centralizador e “civilizador” do DC direcionado às camadas populares e operárias.

O Departamento não se ocupou apenas de concursos artísticos ou históricos. Antes disso, possibilitou que mesmo assuntos do cotidiano do município também pudessem compor a produção cultural da cidade. Esse foi o caso do concurso de vitrines ou arranjo geral de lojas durante as “*festas de natal, ano bom e reis*”, proposto por Guilherme de Almeida para o qual o intuito foi:

[...] incrementar no comercio deste município o gosto artístico na apresentação e exposição das várias mercadorias, de animar e favorecer os diversos negócios [...].⁸⁰

O comerciante concorrente poderia inscrever quantas vitrines quisesse e os arranjos não deveriam ter qualquer tipo de orientação ofensiva, seja religiosa, social e racial, além de abster-se de alusão política – deve-se destacar que estávamos vivenciando o período de ditadura de Vargas. A ideia da municipalidade era premiar tanto os proprietários das vitrines dos estabelecimentos comerciais por meio de isenção de impostos quanto os artistas com prêmios em dinheiro.⁸¹ De forma semelhante, a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos chegou a instituir um *Concurso de Motivos Ornamentais do Restaurante do Turismo* proposto por seu diretor Amador Florence em novembro de 1937, o qual, no entanto, não se realizou.⁸²

Em 1935 a Comissão de Divertimentos Públicos organizou um *Concurso de Cartazes de Propaganda para o Carnaval de São Paulo* para o ano de 1936. Cada concorrente, estrangeiro ou não, poderia apresentar mais de um trabalho, todos em formato não inferior a

⁷⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 58767/1936.

⁸⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 88431/1938.

⁸¹ Aos estabelecimentos premiados seria conferida isenção de imposto sobre a vitrine por 1 ano, 1 semestre e 1 trimestre, respectivamente, para o 1º, 2º e 3º premiados. Aos artistas seriam conferidos prêmios em dinheiro.

⁸² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 78293/1037.

1m x 0,7 m, coloridos e acompanhados de memorial descritivo. Para garantir a lisura do certame, as inscrições deveriam ser feitas com pseudônimos. Buscando garantir os inúmeros pontos de vista, a comissão julgadora seria composta por um pintor, um escultor, um desenhista, um jornalista e um representante da Comissão de Divertimentos Públicos, a qual, caso fosse necessário, poderia anular o concurso *in limine* ou classificar os trabalhos sem a obrigatoriedade de conferir os maiores prêmios; estes, por sua vez, dividiam-se em 1º, 2º e 3º prêmios. Na medida em que o objetivo foi divulgar o Carnaval de 1936, os direitos autorais de todos os trabalhos originais classificados ficariam em posse da municipalidade. Deste modo, Victor Brecheret, Washt Rodrigues, Gumercindo Flury, Benedicto Bastos Barreto e Paulo Vergueiro Lopes conferiram a seguinte classificação: 1º lugar para Henrique Zwiebelberg; 2º lugar para Rubens Albuquerque Vaz; 3º Lugar para Oswaldo Morgantetti.⁸³

A mesma comissão de Divertimentos Públicos, secretariada por Amador Florence instituiu outro concurso referente ao carnaval de 1936. Este, por outro lado, relativo à música e à letra para festividade “popular”. Semelhante ao edital atinente ao certame de cartazes, os concorrentes poderiam inscrever mais de uma obra, sem restrição quanto à nacionalidade dos compositores. Especificamente sobre a música e a letra, aquela deveria restringir-se aos gêneros samba ou marcha e esta a respeito de “cousas paulistas”.⁸⁴

Mas, seguramente, o concurso mais curioso foi o referente à mobília operária. Certamente esse certame abre margem tanto para as teses foucaultianas orientadas pelos traços de “governamentabilidade” promanados do DC quanto para aquelas que inferem uma perspectiva gramsciana orientada por uma política nacional-popular. Nesse sentido, o artigo 1º do edital indicava que o certame almejava planejar uma sala de jantar e estar, quarto de dormir, quarto infantil e cozinha. Alinhado com elevado nível de complexidade, os projetos deveriam apresentar alto grau de detalhamento:

2º - Cada aposento deverá ser projetado numa série de desenhos, acompanhado de relatório descritivo.

3º - A série dos desenhos, no mínimo de dois, conterà: a) um esboço de conjunto, em perspectiva e a cores; b) uma folha contendo os desenhos pormenorizados dos móveis, inclusive cortinas, molduras para quadros e aparelhos de iluminação.

4º - O relatório descritivo conterà: a) indicação dos materiais empregados;

⁸³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO n° 76145/1935.

⁸⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 76144/1935. Nesse processo não pudemos apurar quais foram os trabalhos premiados e seus respectivos autores. Apenas confirmamos que as premiações de fato ocorreram, totalizando 10 sambas e 10 marchas.

b) avaliação tanto quanto possível exata dos custos da instalação de cada aposento em particular e da série completa dos aposentos; c) descrição elucidativa dos pormenores dos móveis, suas respectivas dimensões; d) possibilidade de transformação e melhoramentos ulteriores pela adição de elementos tais como biblioteca, piano, rádio.

5º - [...]

6º - Poderão concorrer a este concurso quaisquer pessoas individualmente e firmas comerciais fixadas no Brasil.⁸⁵

Este breve balanço dos concursos instituídos pelo Departamento de Cultura se não resolve as dicotomias interpretativas da historiografia relativa aos anos entre 1935 e 1938, pelo menos nos permite afirmar que tal política, antes de ter sido simples acessório se comparada às demais atividades desenvolvidas pelo DC, revela o quanto a instituição de certames públicos foi seguramente uma opção efetiva, a ponto de Oneyda Alvarenga, mesmo sem o amparo político do autor de *Macunaíma*, lançar, em 1946, o concurso mais amplo tanto do ponto de vista temporal quanto de alcance geográfico no Brasil: o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*. Nesse sentido, se Patrícia Raffaini apresentou uma narrativa singular em relação ao DC, a abordagem de Roberto Barbato Jr complementou a visão sobre os concursos culturais durante a gestão de Mário de Andrade. Assim, não vemos na prática de instituição de certames públicos a tentativa de cerceamento e controle da população operária e paulistana. Se por um lado, *a Missão de Pesquisas Folclóricas* e a *Sociedade de Etnografia e Folclore* prefiguram parte do propósito intelectual de nacionalização da cultura brasileira, mais especificamente da música, que, grosso modo, buscava construir uma *identidade nacional* por meio da cultura popular, por outra via, reduzi-las ao contexto estritamente “político” de São Paulo dos anos 1930 não nos permitiria encontrar continuidades dentro do próprio projeto cultural representado pela Discoteca Pública Municipal. Em outras palavras, o *Concurso de Monografias Folclóricas* foi a última atividade no interior do Departamento de Cultura orientada ao estudo *folclórico*, que, apesar de instaurado em 1946, possui estreita relação com o período que o antecedeu, seja por valer-se do recurso de estímulo à pesquisa por meio de concursos públicos, seja pela orientação metodológica traçada pelo *Curso de Etnografia e Folclore* ministrado em 1936 por Dina Lévi-Strauss.

⁸⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 90525/1936.

1.3 Discoteca Pública Municipal e a salvaguarda da cultura no Brasil: Sociedade de Etnografia e Folclore e Missão de Pesquisas Folclóricas

Ao analisarmos o conjunto de monografias composto por aproximadamente 200 títulos, surpreendemo-nos à primeira vista com a singularidade do acervo acumulado. Reunindo autores de significativo prestígio e relevância para o campo da antropologia, sociologia, folclore e ciências sociais em geral, tais como Alceu Maynard de Araújo, Gioconda Mussolini, Edison Carneiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Rossini Tavares de Lima, Oracy Nogueira e Américo Pellegrini Filho, por exemplo, perguntamo-nos como Oneyda Alvarenga conseguiu articular tamanho projeto ininterruptamente por cerca de 30 anos.⁸⁶ Além disso, as comissões julgadoras que contaram com as substanciais colaborações de Donald Pearson, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Rui Galvão de Andrade Coelho, Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza, Sergio Buarque de Holanda, dentre outros, cancelaram o rigor científico dos trabalhos apresentados, não poupando, pois, que alguns certames fossem literalmente anulados em decorrência da “deficiência” metodológica dos trabalhos apresentados.⁸⁷

Ora, em certa medida, isso só foi possível devido ao fato de a Discoteca ser, efetivamente, entre os anos de 1946 e 1975 uma instituição referencial em relação aos estudos culturais e musicais no Brasil, posição desfrutada pelo fato de a DPM ser a herdeira dos estudos culturais e folclóricos desenvolvidos entre 1935 e 1938. Falamos, pois, da “herança” do *Curso de Etnografia e Folclore/Sociedade de Etnografia e Folclore e da Missão de Pesquisas Folclóricas*. Em outras palavras, tentaremos demonstrar nesse trabalho e nesse capítulo, especificamente, o quanto o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* está diretamente articulado a essas duas realizações. Se por um lado a *Missão de Pesquisas Folclóricas* (1938) representou a transferência, para a Discoteca, da

⁸⁶ Oneyda Alvarenga deixou a direção da Discoteca em 1969. A partir daquela data a direção foi assumida por Carmem Martins Helal. Acreditamos que o fato de Oneyda não chefiar a DPM a partir daquela data não seja um problema para o nosso recorte cronológico na medida em que Carmem Martins Helal sempre foi a responsável por substituir Oneyda em virtude de férias ou licenças. Além disso, o fato de o Concurso perdurar até 1975 prova o quanto o mesmo estava alicerçado e incorporado à rotina institucional do DC graças à persistência e vigilância de Oneyda entre 1946 e 1968 e, por conseguinte, as edições posteriores a 1969 nada mais foram do que a continuidade das edições anteriores planejadas por Oneyda.

⁸⁷ Como ocorrido nas edições 1954, 1957, 1961, 1962, 1964, 1965, 1966, 1967; 9º, 12º, 16º, 17º, 19º, 20º, 21º e 22º Concursos, respectivamente. No 2º Capítulo desta dissertação discutiremos brevemente os possíveis impactos do Golpe Militar sobre os estudos folclóricos. Luis Rodolfo Vilhena, inclusive, fundamentou seu recorte de estudo em 1964. A partir do novo quadro político, lideranças importantes do folclorismo, tais como Edison Carneiro, que ocupava a direção da Campanha de Defesa do Folclore vinculada ao MEC, foram afastadas das posições de comando do *Movimento Folclórico*, modificando, em certa medida, os projetos iniciados em 1947.

tarefa de “inventariamento” da cultura no Brasil, trabalho inicialmente concebido para ficar a cargo do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), conforme anteprojeto elaborado por Mário Andrade a pedido de Gustavo Capanema e Rodrigo Mello Franco de Andrade, por outro lado, o *Curso de Etnografia Folclore* deu as orientações metodológicas para realização deste inventariamento, essencialmente pautado no registro por meio da fotografia, gravações fonográficas e filmográficas.⁸⁸ Nesse sentido, Flávia Camargo Toni ponderou que:

Como é sabido, o anteprojeto não logrou aprovação e, ao que parece, Mário de Andrade então transfere para a Discoteca a incumbência de mapear a música do Brasil, não apenas a de São Paulo. Mas tanto para a tarefa em pequena escala, quanto para os projetos almejados para os anos seguintes, o musicólogo experiente agora sabe que é preciso formar pesquisadores. Naquele 1936 já travara amizade com a jovem etnóloga Dina Dreyfus, que estava no Brasil em companhia de seu marido Claude Lévi-Strauss [...]. Junto à Discoteca, Dina oferece o curso de etnografia e folclore orientando os alunos para o trabalho de campo [...].⁸⁹

Deste modo, em abril de 1936, na condição de diretor do Departamento de Cultura (1935-1938)⁹⁰, Mário de Andrade tomou a iniciativa de instituir o *Curso de Etnografia e Folclore*, o qual teve duração de 6 meses e cujas aulas foram ministradas por Dina Lévi-Strauss, professora vinculada ao Museu do Homem, naquele momento esposa do então professor Claude Lévi-Strauss, contratado pela recém fundada Universidade de São Paulo (1934). O ponto central a se destacar neste curso promovido pela municipalidade paulistana foi seu objetivo essencialmente prático, isto é, orientado para formar pesquisadores de campo.⁹¹ A importância que o *Curso de Etnografia e Folclore* possui para entendermos o *Concurso de Monografias Folclóricas* não se deve apenas à metodologia almejada pelas bancas e comissões julgadoras, como demonstraremos em capítulo apropriado. Antes disso, o curso foi o embrião da *Sociedade de Etnografia e Folclore* (SEF) criada em 1936⁹² que durante sua efêmera existência almejou orientar cientificamente os “interessados” que desejassem estudar o folclore no Brasil. Segundo Silvana Rubino, a SEF se constituiu em um

⁸⁸ TONI, Flávia Camargo. Missão: as Pesquisas folclóricas. In: **Revista USP**, n°77, 2008.

⁸⁹ Ibid., p. 28.

⁹⁰ Esta data diz respeito apenas a permanência de Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura, durante gestão de Fabio Prado. O departamento continuou existindo até 1975, ano em que o mesmo foi “elevado” à condição de Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

⁹¹ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

⁹² Ibid., p. 105

Consideramos aqui como data de fundação o almoço em homenagem a Dina Lévi-Strauss no qual foi criado o *Clube de Etnografia*. Oficialmente o Clube passa a se chamar *Sociedade de Etnografia e Folclore* em 2 de abril de 1937.

dos casos de exceção das Ciências Sociais em São Paulo quando se considera que elas foram:

[...] uma ambição paulista, onde essa disciplina que se constituía pretendia guardar distância dos locais de treinamento dos futuros políticos, o que contrasta com o que se passava no mesmo momento no Rio de Janeiro [...]⁹³

Na medida em que a *Sociedade de Etnografia e Folclore* e *Sociedade de Sociologia*, principalmente aquela, mantinham laços vitais com a municipalidade e que fizeram da *Revista do Arquivo Municipal* seu principal órgão de divulgação, como demonstrou Rubino, caracterizaram, pois, casos de exceção das Ciências Sociais em São Paulo. Não por acaso, o exemplo da SEF como sociedade eficazmente capaz de articular uma rede de associados e delegados servirá de exemplo nos anos 1940 para a *Comissão Nacional do Folclore* – (CNFL) criada junto ao Ministério das Relações Exteriores, que teve objetivo semelhante ao dela, ou seja, articular em nível federal e estadual estudiosos do folclore brasileiro. Oneyda Alvarenga, que, inclusive, será fundamental na criação da *Comissão Paulista de Folclore*, valer-se-á da capacidade de articulação da CNFL para alavancar o alcance do *Concurso de Monografias Folclóricas*.

Esta relação inicialmente harmônica entre as ciências sociais nascentes no Brasil e intelectuais polígrafos ocorrida na SEF durante os anos 30 do século XX será, por outro lado, uma via de constante atrito e divergências teóricas nas décadas subsequentes a 1950 com instauração do *Movimento Folclórico*. Não afirmamos aqui, em absoluto, que a *Comissão Nacional do Folclore* (1947) e a *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro* (1958) sejam fenômenos equivalentes à SEF. Pelo contrário, enquanto a *Sociedade de Etnografia e Folclore* se coteja ao momento de implantação das ciências sociais e humanas em São Paulo nos decênios de 1930, a CNFL e suas respectivas comissões estaduais relacionam-se ao contexto político-cultural do pós-guerra, em grande parte estimulado pela UNESCO, e, também, pelo maior grau de especialização do campo acadêmico.⁹⁴

⁹³ RUBINO, Silvana. Clubes de pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol 2. São Paulo: Editora Sumaré, Fapesp, 1995. p.486

⁹⁴ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997

Guardada as proporções históricas e políticas entre as duas instituições, ambas podem ser aproximadas em certos aspectos. A SEF, por exemplo, publicou os seus *boletins informativos* que relacionavam informações dos sócios e demais interessados e as instruções folclóricas elaboradas por Dina Lévi-Strauss. Como já destacamos, a SEF não conseguiu manter-se sem o apoio institucional de Mário de Andrade e apenas publicou os boletins mensalmente entre outubro de 1937 e março de 1938. A Comissão Nacional do Folclore manteve desde 1947 duas séries documentais semelhantes aos boletins: A série Documentos e a série Boletins Noticiosos da CNFL. Para mais detalhes consultar Vilhena.

Por outro lado, podemos adiantar que a tão combatida pesquisa diletante durante os anos de 1950 e 1960 em alguns artigos de Florestan Fernandes, se não estimulada, podemos lê-la, sem grande preocupação durante anos 1930, como um eficiente mecanismo de articulação e diálogo entre a municipalidade paulistana e o restante da sociedade, o que reforça, pois, o intento de fundar efetivamente em São Paulo uma política pública cultural. Ora, não será justamente essa a queixa de Florestan Fernandes em meados dos anos 1970 ao verificar o hiato existente entre os cientistas sociais e o restante da sociedade brasileira?⁹⁵ Deste modo, Dina Lévi-Strauss almejava atingir o pesquisador não especializado com o curso de etnografia, tais como os funcionários públicos ou professores primários:

Instituído pelo Departamento de Cultura, para uma categoria bem definida de ouvintes, funcionários municipais da capital e do interior, professores primários, instrutoras de parques infantis, o curso de etnografia prática deve ter em mira dar, aos que estão adstritos a segui-lo, um método geral imediatamente aplicável no campo de trabalho.⁹⁶

Por ora, nos basta verificar que entre os frequentadores do *Curso de Etnografia e Folclore* e posteriores colaboradores da SEF encontraremos futuros concorrentes e/ ou membros de banca que, em certa medida, foram funcionários ou colaboradores do DC e, em alguns casos, futuros professores da USP e da ESP, tais como Gioconda Mussolini, pesquisadora contratada pela Divisão de Documentação Histórica e Social; Lavínia Costa Vilela, instrutora de Parques Infantis; Mário Wagner da Cunha, sócio fundador da SEF e futuro professor da USP; e Antonio Rubbo Müller, sócio fundador da SEF e professor da ESP.⁹⁷ Em aula inaugural o autor de *Ensaio da Música Brasileira* frisou claramente os objetivos esperados e a opção metodológica do curso:

Não foi ao acaso que escolhemos a Etnografia, ela se impôs. Quem quer que mesmo diletantemente como eu, se dedique a estudos etnográficos e procure na bibliografia brasileira o conhecimento da formação cultural do nosso povo, muitas vezes desanima, pensativo, diante da facilidade, da leviandade detestável, da ausência, muitas vezes total, de orientação científica, que domina a pseudo-etnografia brasileira (...). E é principalmente nisto, na

⁹⁵ FERNANDES, Florestan. Nota explicativa. In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo, Hucitec, 1978, p.2

⁹⁶ LÉVI-STRAUSS, Dina. Função theorica e pratica da ethnographia. In: O Estado de S. Paulo. Apud: VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCLH-USP, São Paulo, 2010, p.47

⁹⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Arquivo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga/ FUNDO SEF. Série Livro de Presença do Curso de Etnografia, maio a outubro, 28 de maio de 1936.

colheita da documentação popular que a enorme maioria dos nossos livros etnográficos é falsa (...). Colher, colher cientificamente nossos costumes, nossas tradições populares, nossos caracteres raciais, esta deve ser a palavra de ordem dos nossos estudos etnográficos; e num sentido eminentemente prático vão se orientar os trabalhos deste Curso de etnografia [...].⁹⁸

Parte do programa elaborado e discutido por Dina Lévi-Strauss compôs o seu livro intitulado *Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural*, publicado em 1936 pelo Departamento de Cultura, como resultado do *Curso de Etnografia e Folclore*. Nele encontramos grande parte da metodologia apresentada no curso, perpassando as técnicas e recursos aplicáveis em pesquisas de antropologia física e também cultural. Nesse sentido, a etnóloga francesa fala especificamente da fotografia e cinematografia, abordando tanto a escolha de equipamentos e películas quanto os usos destes aparelhos, os quais dariam ao pesquisador os melhores recursos da época para o desenvolvimento de pesquisas etnográficas, principalmente para aquelas direcionadas ao fenômeno musical.

Além disso, podemos acrescentar aos dados contidos no livro as aulas 8º, 9º, 10º e 11º do curso, que se dedicaram especificamente sobre o documento musical e o uso dos registros mecânicos (Fotografia e Cinematografia) e não mecânicos: manuseio dos instrumentos; anotações de campo sobre materiais, suportes e técnicas; coreografias e questões sociais dos informantes, tais como suas origens e posições sociais.⁹⁹ Não foi por acaso, pois, que em 20 de Abril de 1937 Mário de Andrade tentou nomear Dina Lévi-Strauss para a direção dos serviços etnográficos e folclóricos do DC:

Sr. Prefeito

A ilustre professora Sra. Dina Lévi Strauss que no ano passado fez o Curso de Etnografia, mantido pelo Departamento de Cultura, continua a ser uma ótima auxiliar dos nossos trabalhos de etnografia e folclore. Ultimamente estes trabalhos tem se desenvolvido muito e com ótimos frutos, e a professora em questão vem se prestando gentilmente a nos auxiliar, organizando e orientando os trabalhos principais da Sociedade de etnografia e Folclore, criada sob os auspícios do Departamento de Cultura. (...) e não exigindo ela vencimento pelo auxílio que presta ao Departamento de Cultura, solicita esta diretoria de V.excia, se digne determinar seja lavrado um título à professora Diná Lévi-Strauss, nomeando-a encarregada de organizar e dirigir os serviços etnográficos e folclóricos do Departamento de

⁹⁸ ANDRADE, Mário de. Inauguração do Curso de Etnografia do Departamento de Cultura (minuta de palestra). Apud. SHIMABUKURO, Elizabete H.; BOTANI, Aparecida Sales Linares; AZEVEDO, José Eduardo. Introdução, p. 5. In: **SEF: Sociedade de Etnografia e Folclore [Catálogo]/ Discoteca Oneyda Alvarenga**. Coordenação de Maria Regina A. Davidoff e Elizabete H. Shimabukuro. São Paulo, CCSP, 2004. p.79.

⁹⁹ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.p. 105

Cultura.

Com a nomeação, meramente titular, a municipalidade corresponderia de alguma forma à gentileza de tão digna e eficiente cientista. [...] ¹⁰⁰

Apesar da nomeação proposta não ter sido autorizada pelo prefeito, este fato em nada anulou a substancial atuação de Dina. Como nos coloca Vera Lúcia Cardim Cerqueira, o retorno de férias de Dina Lévi-Strauss à França portando um relatório para apresentá-lo ao Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger, no qual se verificava as atividades de Dina junto à municipalidade de São Paulo, demonstrou que a etnóloga estava muito além de “simples colaboradora” do DC ou mesmo da simplória condição de esposa que acompanhava seu marido contratado pela Universidade de São Paulo. Segundo Vera Cardim:

[...] o objetivo central foi obter um novo exame e uma possível aprovação para subvencionar a continuidade de seus trabalhos em São Paulo. Apesar de ela ser considerada “em deslocamento na Universidade de São Paulo”, o relatório evidencia sua tentativa frustrada de obter a mesma subvenção que Claude Lévi-Strauss recebera ao vir para o Brasil. Evidencia também sua busca em integrar a “missão francesa” da mesma forma que os professores contratados e selecionados por Dumas, e, principalmente, o fato de ter desenvolvido intencionalmente atividades em São Paulo que resultaram num reconhecimento profissional. ¹⁰¹

Deste modo, não duvidamos que a concepção de um concurso de caráter monográfico tenha partido justamente da experiência e possibilidades lançadas pela *Sociedade de Etnografia e Folclore*. Segundo Dina Lévi-Strauss, por exemplo, o Brasil dos anos 30 ainda:

[...] encontrava-se carente de estudos etnográficos tanto das regiões longínquas do interior, como nos bairros das cidades, ou nas menores aldeias [...]. Seria impossível enumerar todos os assuntos de *monografias que estão à espera do pesquisador*. ¹⁰²

Não teria sido por meio desta constatação que Oneyda Alvarenga, frequentadora do curso de etnografia e colaboradora da SEF, resolveu, pois, instituir um concurso de caráter *monográfico*? Os Boletins Informativos publicados pela SEF dão prova não apenas das

¹⁰⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Fundo Departamento de Cultura, PROCESSO 27396/1937

¹⁰¹ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, pp. 80 et seq.

¹⁰² LÉVI-STRAUSS, Dina. **Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural**. Prefeitura do Município de São Paulo, 1936. p.18. Apud. CERQUEIRA, Vera Cardim. Op. Cit., p. 97.

informações aos sócios e interessados, mas, principalmente, do incentivo à pesquisa e ao estudo através das instruções folclóricas elaboradas por Dina. Em seu primeiro número o boletim se apresentou como veículo de comunicação entre sócios, correspondentes e pesquisadores, o qual trouxe informações sobre as atividades da Sociedade de Etnografia, cujo objetivo foi a formação de pesquisadores à distância. Em seus pouco mais de dois anos de existência a Sociedade produziu um volumoso conjunto de trabalhos e orientações valendo-se sempre do enorme potencial de divulgação da Revista do Arquivo Municipal.¹⁰³ Acreditamos que a semelhança não é fortuita em relação à publicação das monografias folclóricas apresentadas: A Revista do Arquivo Municipal foi considerada o órgão divulgador das ideias do DC, cuja linha editorial sempre manteve significativo mote interdisciplinar.¹⁰⁴ Por outro lado, somos os primeiros a reconhecer a distância temporal e os riscos teóricos ao compararmos parte dos objetivos da SEF com aqueles propostos por Oneyda por meio do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*. No entanto, não nos parece arbitrário que a

¹⁰³ Para mais detalhes sobre os Boletins consultar:

VIAL, Andrea Dias. **O colecionismo no período entre guerras: a contribuição da Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções etnográficas**. São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009, pp.89-90.

Segundo Adrea Dias Vial: [...]O primeiro boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore foi publicado em em 1º de outubro de 1937, era uma publicação mensal para difusão dos trabalhos da SEF, bem como o “*órgão permanente de ligação entre o corpo central da Sociedade e o seus sócios correspondentes e pesquisadores, residentes no interior*”. Além de difundir os trabalhos do Boletim pretendia formar e auxiliar pesquisadores por meio das Instruções e Questionários, que seria o assunto principal doBoletins, já que as pesquisas coletivas da Sociedade seriam publicadas na Revista do Arquivo do Departamento de Cultura”.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Colonizadores do Futuro: Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. pp. 95-6

CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: Um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934-1950)**. Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFCLH-USP, 2008.

Durante a direção de Mário de Andrade (1935-1938), a Divisão de Documentação Histórica e Social, dirigida por Sergio Milliet, compunha-se de duas subdivisões (Documentação Histórica; Documentação Social e Estatísticas Municipais) e uma Seção Gráfica. Esta última encarregou-se da montagem da Tipografia Municipal, envolvendo a Gráfica Municipal e a oficina de encadernação. Em suma, sua função era publicar os trabalhos da Divisão de Documentação Histórica e, principalmente, a Revista do Arquivo Municipal. Preenchendo o vazio deixado pela “Revista do Brasil”, extinta em 1927, a RAM alcançaria significativo prestígio intelectual. Rita Oliveira pondera a esse respeito: “[...] Assim como a Discoteca Pública e o Serviço de Gravações, a Gráfica Municipal colocou ao alcance daqueles intelectuais que dirigiam o Departamento a possibilidade de editar e comercializar obras sobre os temas que julgassem culturalmente relevantes[...].

Os primeiros números da revista, entretanto, antecederam a gestão de Fabio Prado. Quando este assumira a prefeitura de São Paulo em setembro de 1934, já ocorrera a edição de quatro volumes da Revista. Sob responsabilidade da “Diretoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura”, Alfredo Luzzi Galliano e Nuto Sant’Anna editavam mensalmente um numero da revista contendo em média 120 páginas. Sua proposta inicial era publicar o acervo documental do Arquivo Municipal. Durante a gestão de Mário de Andrade a RAM atingiu uma tiragem de 2.000 exemplares, algumas com mais de 500 páginas. Além de circular pelo território nacional, a revista também era distribuída a universidades americanas, européias e centros de cultura, chegando a contar em 1936 com 1.000 assinantes. A Revista do Arquivo Municipal se tornou, portanto, “um veículo para a divulgação das atividades do Departamento de Cultura”.

publicação das melhores *monografias* produzidas pelos alunos do curso ministrado por Dina, por meio de um concurso, tenha sido fonte de inspiração para Oneyda.¹⁰⁵ Afinal, ela mesma concorrera com trabalho *Cateretês do sul de Minas Gerais*, inicialmente planejado para o Boletim Latino-Americano de Música através do convite de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, que, afinal, fora sua monografia apresentada ao término do curso ministrado por Dina.

Deste modo, como já destacamos anteriormente, Luísa Valentini reforçou a ideia de que se por um lado os associados da SEF seriam “amadores dispostos a trabalhar”, por outro lado, a lista dos sócios fundadores revelou o contraste destes últimos em relação aos primeiros, sem que isso implicasse em uma contradição, apesar de os sócios fundadores não reaparecerem em outros documentos relativos à SEF. Segundo Valentini essa tática foi das mais perspicazes uma vez que Mário de Andrade buscou apoios para além do grupo que efetivamente frequentou o Curso de Etnografia e que estivessem dispostos a trabalhar no desenvolvimento da temática.¹⁰⁶ Seria imperioso considerarmos que Oneyda adotou estratégia semelhante ao instituir o Concurso de Monografias? Acreditamos que não, pois se em grande parte os concorrentes provinham das comissões estaduais de folclore, do contrário, as comissões julgadoras até 1954 compuseram-se quase que exclusivamente de professores universitários oriundos da USP e da ESP. Isso explicaria a presença de Donald Pearson enquanto membro de banca e que alguns estudos de comunidade tenham concorrido aos editais, tais como os trabalhos de Alceu Maynard de Araújo, Oracy Nogueira e Otavio da Costa Eduardo. Do mesmo modo, a assistência avaliadora de Roger Bastide, Herbert Baldus, Antonio Candido, Egon Schaden, Mário Vagner da Cunha, dentre outros, reafirmou a existência de estudos se não iguais, ao menos semelhantes aos “estudos de comunidade” no interior da Universidade de São Paulo, tal como os trabalhos de Maria Isaura P. De Queiroz e

¹⁰⁵ VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCLH-USP, São Paulo, 2010; CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 120.

Almejando incentivar e valorizar a produção das pesquisas o DC instituiu um Concurso de Etnografia e Folclore que conferiu dois prêmios no valor de 1:000\$000 aos dois melhores trabalhos apresentados. A comissão julgadora foi composta por Plínio Airosa, Arthur Ramos, Samuel H. Lowrie, Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga (esta em substituição de Dina Lévi-Strauss). Os trabalhos premiados foram respectivamente: *Pesquisa sobre a mancha pigmentária congênita na cidade de São Paulo* de autoria de Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro Silva; *A Dança de São Gonçalo* de Marciano dos Santos. As demais monografias concorrentes foram: *Cateretês do Sul de Minas Gerais*, de Oneyda Alvarenga; *Contribuições à Etnologia Paulista*, de R. Paula Souza; *Sintaxe caipira do Vale do Vale do Paraíba*, de Gentil de Camargo; *Provérbios e Ditos Populares*, de Amadeu Queiroz; *Vocábulo designativos de relações e contratos sociais nas línguas tupi ou guarani*, de Juan Francisco Recaldo.

¹⁰⁶ VALENTINI, Luísa. Op.Cit., p.62

Gioconda Mussolini. Em outras palavras, todos os concorrentes, sem exceção, apesar das críticas válidas em certo grau, guardariam aproximações com o *folclore*, seja por questões de ordem temática ou pela adesão incontestada ao *Movimento Folclórico*.

Além disso, seria fortuito associarmos o Concurso encampado por Oneyda ao projeto de inventariamento da cultura no Brasil, como Mário de Andrade planejara no anteprojeto do SPAN? Ora, se demonstramos até aqui que o respectivo certame possui vínculos indeléveis com a Sociedade de Etnografia e Folclore, a qual, como demonstrou a historiografia referente ao DC, resultou do sucesso alcançado pelo Curso de Etnografia e Folclore, seja pela capacitação de funcionários municipais ou pela adesão de estudantes universitários, acreditamos que sim. Afinal, se o Curso de Etnografia e Folclore e a SEF representaram para Dina Lévi-Strauss a busca de afirmação profissional enquanto etnógrafa e, por conseguinte, sua tentativa de reconsideração de um posto junto a Universidade de São Paulo, para Oneyda e Mário de Andrade estas experiências possibilitaram que a Discoteca realizasse, por meio da *Missão de Pesquisas Folclóricas*, o inventariamento do “patrimônio intangível” do norte e nordeste do país.¹⁰⁷ Afinal, não foi por acaso que Mário de Andrade, ao realizar um balanço sobre os estudos folclóricos no Brasil, publicado junto ao trabalho organizado por Rubens Borba de Moraes, confirmou a importância de instituições tais como SPHAN e DC para com o estudo monográfico do *folclore*:

Mas o que se observa de tudo isso é que o Folclore ainda não estava encarado, entre nós, na sua integridade. Havia sempre um tal ou qual amadorismo, verificado principalmente na ausência completa de qualquer estudo sobre a nossa cultura material. [...].

A criação pelos governos de certas instituições culturais novas, como o Departamento de Cultura, da Municipalidade, de São Paulo (1935) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) veio apressar a fixação de uma tendência nova, muito mais energicamente científica, que, aliás, estava já se manifestando em certos espíritos. O que distingue especialmente esta orientação, embora nela se incluam as importantes obras de conjunto do Prof. Artur Ramos sobre a contribuição do negro no Brasil, é a consciência de que ainda não é possível ao folclorista o sedentarismo das obras de gabinete nem muito menos estabelecer desde já sínteses completas da formação folclórica do povo brasileiro. Entramos portanto numa fase monográfica, em que as largas obras foram substituídas por pequenas monografias especializadas, de assuntos mais facilmente pesquisáveis por um só autor.¹⁰⁸

¹⁰⁷ NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Fapesp, Hucitec, 2005, pp. 260 et seq.

¹⁰⁸ ANDRADE, Mário de. Folclore. In: MORAES, Rubens Borba de (org). **Manual Bibliográfico de estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro, Editora Souza, 1959, p.289.

Fica evidente, pois, que as relações entre o *Concurso de Monografias Folclóricas* e a face *patrimonial* do DC e, por conseguinte, de sua Discoteca, longe de parecer anacrônica está subjacente aos objetivos da Discoteca ao instituir os certames, que deveriam se iniciar ainda em 1938, pouco após o retorno de Luis Saia, Martin Brawmviser, Luiz Pacheco e Antonio Ladeira, enviados ao norte e nordeste do país pelo DC com o objetivo de registrar a música e a cultura popular carentes de estudos pormenorizados. Na medida em que o órgão federal demoraria mais de meio século para instituir mecanismos jurídicos de reconhecimento daquilo que não fosse “patrimônio” edificado, a autora de *Música Popular Brasileira* buscou dar continuidade aos estudos monográficos inspirados tanto na Sociedade de Etnografia e Folclore quanto na *Missão de Pesquisas Folclóricas* através de um *Concurso*, que, em 1955, receberia o nome de Mário de Andrade.

1.4 Discoteca entre o erudito e o popular: um concurso de musicologia

Ao falarmos do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, o primeiro do gênero e talvez único em sua dimensão tanto cronológica quanto “temática”, somos instados a historiar minimamente a trajetória intelectual e profissional de Oneyda Alvarenga, musicóloga, poetisa e estudiosa do folclore brasileiro, a qual esteve à frente da Discoteca Pública Municipal desde sua criação em 1935 até 1968. A formação musical de Oneyda iniciara-se em sua cidade natal e aos dezenove anos idade, em fevereiro de 1931, mudara-se para São Paulo com o objetivo de aprimorar-se justamente com Mário de Andrade, professor de História da Música e Piano no Conservatório Dramático Musical de São Paulo, com o qual uma de suas primas, Sylvia Alvarenga, já estudava. Rapidamente o autor de *Macunaíma* afeioou-se à jovem aluna, cujo nível intelectual destoava das demais.¹⁰⁹ Pouco a pouco, iniciou-se a troca de correspondências, nas quais notamos a presença de Mário não apenas amigo, mas principalmente de professor e orientador intelectual, desde os campos da filosofia, literatura e psicologia.

Em 6 de Maio de 1935 Mário de Andrade revela à Oneyda a intenção de contar com ela nos trabalhos advindos pela criação do Departamento de Cultura. Ele diz:

¹⁰⁹ ANDRADE, Mário de & ALVARENGA, Oneyda. **Cartas**. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p.9.

No breve relato de Oneyda Alvarenga sobre seu encontro com Mário de Andrade ela nos lembra as constantes queixas do autor de *Macunaíma* em relação ao baixíssimo nível intelectual das demais alunas do Conservatório, conforme atesta carta trocada entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira. Segundo Oneyda, “[...] Eram lindinhas e ignorantíssimas (...). Na minha turma de História da Música, em 1933, houve quem não conseguisse entender o que era notação alfabética, por não saber o que era... alfabeto.”

O caso é o seguinte. Se eu conseguisse pra você aqui em São Paulo um emprego público aí duns 700\$000 talvez, você aceitava? Imagine que o Prefeito mandou de sopetão me convidar pro cargo de Diretor da Divisão de Expansão Cultural, dum Departamento de Cultura e Recreação, que ele vai criar hoje ou amanhã. (...) eu terei talvez que nomear alguns cargos técnicos. Ora si eu tiver algum lugarzinho em que possa colocar você, logo me lembrarei disso. (...) Quero apenas saber se você aceitaria um lugar assim. Sei que o ordenado é pequeno e o trabalho bastante, principalmente no começo. Mas é S. Paulo. Você terá que viver economicamente. Mas é S. Paulo. É a cidade grande, de muitas possibilidades, onde você pode se desenvolver. Está claro que terá sempre a minha proteção, o meu auxílio máximo e toda a minha melhor amizade. (...) Mas por outro lado você terá que se mexer, andar, lidar com muita gente, será sempre uma moça na multidão sem piedade. Sempre será tempo de desistir e resguardar-se na sua Varginha sossegada e mais carinhosa. Resolva rapidíssimo e responda por telegrama: 'Aceito' ou 'Não posso'. Porque a coisa urge. E se eu arranjar o lugar, telegrafarei 'Venha'. Ordenado tanto' e você virá imediatamente tomar posse.¹¹⁰

Dois meses depois, em 6 de Julho de 1935, já nomeado diretor do Departamento de Cultura, Mário deu mais detalhes das possíveis áreas nas quais Oneyda poderia trabalhar:

Mas vem cá, Oneida, pense um bocado no que é, com a burocracia nacional, ter de instalar um Departamento de enorme complexidade, em que, a bem dizer não havia nada feito! São quatro divisões, comportando nove seções diferentes, uma de teatros e cinemas, outra de rádio-escola, outra de divertimentos públicos, outra de parques infantis, outra de esportes, outra de bibliotecas, outra de bibliotecas populares ambulantes e uma infantil, outra de documentação histórica, e outra de documentação social! De tudo isso só havia a Biblioteca Pública Municipal, e os primeiros parques infantis! [...] Talvez deixemos a rádio-escola pra iniciar o ano que vem, e a regulamentação de esportes, bem como a primeira praça popular grátis de esportes. O resto já está sendo criado. Mesmo da rádio-escola, ontem pedindo a verba pra este ano ao Prefeito, pedi verba pra iniciar a Discoteca Pública. No momento tenho dois cargos em vista pra você: um é o de catalogador, na seção de documentação histórica. É um bom lugarzinho: ler documentos antigos, catalogá-los e fichá-los conforme um sistema determinado pelo chefe de seção que é o Sergio Milliet, meu amigo. Ora o outro lugar que estou imaginando pra você é o de discotecária da Discoteca. Aí o trabalho é mais penoso, mas também é mais vagarento. E carece apenas de ter alguma instrução intelectual e musical suficiente pra fazer catalogações e comentários aos discos pra quando se iniciar a rádio-escola. [...] vamos ver si o Prefeito não corta a verba pedida pra Discoteca, si não cortar você está feita porque aí imponho você¹¹¹

Em um primeiro momento, a futura discotecária parece hesitar em aceitar o convite do outrora professor: “[...] Darei mesmo certo nesse arranjo todo? Como discotecária não pode

¹¹⁰ ANDRADE, Mário de & ALVARENGA, Oneyda. **Cartas**. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p.105

¹¹¹ Ibid., p.119

*ser, não tenho cultura musical suficiente, você arrisca me dando esse trabalho. De qualquer jeito levo um sustão se me imagino aí nesses assados. Você me conhece, sabe que eu tenho medo de gente.”*¹¹² Pois bem, Mário sabedor do potencial de sua ex-aluna não deu importância aos medos e receios de Oneyda, respondendo-lhe apenas “[...] *você está sim em condições de ser discotecária, e eu como o Paulo Magalhães ajudaremos você, deixe de bobagem.*”¹¹³

Como nos coloca Carlos Eduardo Sampietri, citando Bento Ferraz, em pouco tempo a Discoteca Pública Municipal torna-se a menina dos olhos de Mário de Andrade.¹¹⁴ Apesar de estar subordinada à Radio-Escola que, entretanto, nunca chegou a ser efetivamente instalada, logo a discoteca transforma-se em um *laboratório do Brasil*, nas palavras de Gilberto Ramos Nogueira.¹¹⁵ Já no início de 1936 o autor de *Ensaio da Música Brasileira* providenciou a compra do gravador Presto Recorder com o objetivo de subsidiar o serviço de gravações tão importante às inúmeras atividades do Departamento de Cultura.

Os artigos 30 e 31 do Ato 861 tratam especificamente das atribuições referentes à DPM que, além de subsidiar a Radio-Escola, deveria manter um serviço de gravação de discos, com o objetivo de constituir um “museu da palavra” voltado essencialmente ao estudo fonético brasileiro, além de registrar as músicas, cantos eruditos e populares nacionais.¹¹⁶ Não foram poucas as contribuições da Discoteca com Oneyda Alvarenga a sua frente. Comentamos há pouco a relevância que a *Sociedade de Etnografia e Folclore* e *Curso de Etnografia e Folclore* tiveram para orientar os trabalhos da *Missão de Pesquisas Folclóricas*, inaugurando, pois, um dos primeiros trabalhos etnomusicológicos no Brasil regido por uma perspectiva de registro do “patrimônio” intangível. As primeiras gravações, contudo, foram ensaiadas ainda em 1935 e 1936 nas imediações da cidade de São Paulo: em Carapicuíba, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes, cidades nas quais foram colhidos fonogramas de Dança de Santa Cruz; Dança de Roda; Dança de Carapicuíba; Festa do Divino Espírito Santo, obtida

¹¹² ANDRADE, Mário de & ALVARENGA, Oneyda. **Cartas**. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p.121

¹¹³ Ibid., p.123

¹¹⁴ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009, p. 25
NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo, Fapesp, Hucitec, 2005, p.260

¹¹⁶ Subordinada à Divisão de Expansão Cultural, caberia à Radio-escola transmitir os atos oficiais do governo e de interesse público, tais como palestras, conferências e cursos, especialmente da Universidade de São Paulo, recém-criada em 1934, além de sessões artísticas com finalidade educativa. O artigo 24 menciona, ainda, que a estação seria ligada por linhas telefônicas ao Paço Municipal, à USP e ao Teatro Municipal. Na medida em que a instalação da Radio necessitaria de quantidade mais vultosa de recursos para ser instalada, o que efetivamente nunca aconteceu, Mário de Andrade providenciou que a DPM fosse implantada antes dela.
Para mais detalhes consultar:

Ato 861, do artigo 21 ao 32 disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>

em cópia cinematográfica 35mm pelo casal Lévi-Strauss. Além da Missão, cujo escopo foi essencialmente a música *folclórica*, a Discoteca contribuiu consideravelmente também com o *Congresso da Língua Nacional Cantada (1937)*.

Na medida em que o objetivo do referido congresso foi criar um modelo padrão para o canto erudito brasileiro, a Discoteca contribuiu substancialmente por intermédio de seu serviço de gravações que, além de registrar a música popular e erudita, mantinha uma seção voltada ao estudo fonético: o *Arquivo da Palavra*. Contando com a consultoria de Manuel Bandeira e do filólogo Sr. Antenor Nascentes, os quais desenvolveram um texto padrão com a finalidade de propiciar maior inteligibilidade à fala nacional, a Discoteca coletou exemplos da pronúncia brasileira. Segundo Sampietri:

Inicialmente pensou-se em recolher representações de todos os estados, mas sob intervenção de Antenor Nascentes o país foi dividido nas seguintes zonas fonéticas: Amazônica (depois região Norte), Nordeste, Bahia, Distrito Federal (Rio de Janeiro), Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Buscando representantes dessas zonas fonéticas, a Discoteca procurou criar um mosaico das pronúncias que seriam estudadas.

Para dimensionar as diferenças de pronúncia com maior precisão, os representantes dessas zonas fonéticas ainda foram divididos em dois grupos, os cultos e os incultos. Uma vez que os textos padrões deveriam ser lidos em uma única vista de olhos, para que houvesse maior espontaneidade na leitura. Vários dados eram recolhidos, afim e se considerar todos os detalhes que poderiam fazer a diferença nas pronúncias. [...] ¹¹⁷

O Congresso da língua nacional cantada foi a tentativa de lançar as bases de um tema muito caro ao projeto de nacionalização e socialização da cultura no Brasil, encampado por Mário de Andrade, na medida em que o canto teria um potencial impar para concretização desta proposta; por isso desenvolver uma norma padrão para o canto que não fosse “exógeno” ao brasileiro era tão importante. Apesar dos musicólogos terem sido a minoria no congresso, o autor de *Macunaíma* teria destacado há quase dez anos o potencial *socializador* da música; essa condição conferia à música condições ímpares para edificar a contribuição brasileira à cultura universal. Desta forma, o canto, por exemplo, teria um vultoso potencial de afabilidade:

¹¹⁷ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009, p.148.

O serviço de gravações da DPM estava dividido nas seguintes séries: Arquivo de Música Erudita (Série ME), Arquivo da Palavra (Série AP) e o arquivo de Músicas Folclóricas (Série F). A série AP estava subdividida em dois grupos: o primeiro com gravações de vozes de pessoas ilustres e um segundo grupo para o registro das vozes de homens “incultos”.

“Mas os nossos compositores deveriam de insistir no coral por causa do valor social que êle pode ter. O côro unanimisa os indivíduos. (...) A música não adoça os caracteres, porém o côro generaliza os sentimentos. A mesma doçura molenga, a mesma garganta, a mesma malinconia, a mesma ferocidade, a mesma sexualidade peguenta, o mesmo chôro de amor rege a criação da música nacional de norte a sul. (...) É possível a gente sonhar que o canto em comum pelo menos conforte uma verdade que nós estamos não enxergando pelo prazer amargoso de nos estragarmos pro mundo...”¹¹⁸

A Discoteca, portanto, buscou fundir a música popular e erudita, sem dispensar a singularidade da fonética brasileira. Deste modo, o serviço de gravações desenvolvido pela Discoteca conferiu-lhe uma posição única junto aos estudos musicais no Brasil, tendo-se em vista que ele perpassou tanto a música erudita e folclórica quanto o estudo sobre a pronúncia da língua portuguesa no Brasil. Não por acaso, Oneyda Alvarenga aventou projetar um acervo de matrizes das casas de gravações comerciais as quais eram comumente destruídas quando esgotadas suas funcionalidades econômicas. Tal proposta que, infelizmente, não logrou grande resultado, reafirmava a vocação dessa instituição para a pesquisa musical. Apenas a empresa RCA Victor assentiu ao projeto de Oneyda, enviando, porém, apenas um lote de matrizes.¹¹⁹

Miramos até aqui demonstrar a maior parte das ações desenvolvidas pelo Departamento de Cultura durante a gestão de Mário de Andrade que contaram direta ou indiretamente com a colaboração da DPM e de sua diretora. O leitor poderá queixar-se, com certa razão, sobre a necessidade de dispendermos tantas páginas na descrição deste período, pois, afinal, o Concurso de Monografias foi efetivamente iniciado apenas em 1946. Entretanto, o leitor concordará conosco que toda teoria social por mais bem arquitetada que seja deverá em algum momento comprovar sua validade junto à história. Não almejamos outra coisa senão isso com este breve histórico. Deste modo, à primeira vista o *Concurso Mário de Andrade* pode parecer deslocado do período de opulência dos anos 1930. Segundo Carlos Sampietri, o *Concurso de Monografias sobre o Folclore* não seria outra coisa senão a “terceirização” de pesquisas outrora a cargo da DPM mediante o processo de “burocratização” iniciado a partir da gestão de Abraão Ribeiro, que, grosso modo,

¹¹⁸ ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música Brasileira**. São Paulo, Brasília: Livraria Martins Editora, Instituto Nacional do Livro, 1972. pp. 65 - 6.

¹¹⁹ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009, p.132.

A parceria com a gravadora RCA Victor foi das mais profícuas que a Oneyda conseguiu estabelecer. Nesse sentido, parte das gravações de música erudita e do arquivo da palavra foram realizadas no estúdio da respectiva empresa. Apesar da Byington Company, representante da Columbia no Brasil, ter apresentado a DPM com um mostruário das etapas de gravação de um disco, ainda preservado, a empresa não aderiu ao projeto de Oneyda Alvarenga.

transformou-a em simples fornecedora de discos a ouvidos interessados:

“Em 1945, com a saída de Prestes Maia, o novo prefeito, o Sr. Abrão Ribeiro, resolve remodelar a estrutura administrativa da prefeitura de São Paulo e cria as secretarias municipais. Para a Discoteca esse golpe esse foi mais duro, pois, afastou definitivamente a instituição do centro de decisões. Além disso, o Departamento de Cultura e toda a sua estrutura foram alocados na Secretaria de Cultura e Higiene, e por isso passou a dividir verbas com programas de saúde e fiscalização sanitária, transformando-se em órgão absolutamente deslocado de suas funções. A partir daí a Discoteca passa a repensar o seu papel na cidade e diante das dificuldades pelo novo contexto modifica sua forma de atuação, 'terceirizando' suas pesquisas através do Concurso de Monografias Sobre Folclore, e burocratizando-se como mera fornecedora de discos à ouvidos mais interessados com o caráter de entretenimento que a Discoteca parecia assumir.”¹²⁰

Como podemos notar, Sampietri associou o processo de “burocratização” do DC à mudança de papel que a Discoteca passaria exercer junto a sociedade paulistana. Entretanto, essa mudança não estaria associada, de um ponto de vista mais amplo, ao modelo de difusão cultural cada vez mais fundamentado no padrão de mercado, então vitorioso no Brasil, no que diz respeito à consolidação de uma cultura de massa? Afinal, se o modelo de financiamento público semelhante ao planejado por Mário de Andrade não vingou tanto em plano municipal quanto nacional, seria sensato manter um serviço de gravação de música cujo objetivo era subsidiar a Radio-Escola que, a rigor, nunca se efetivou?¹²¹ Nesse sentido, não acreditamos que a ideia de se instituir um concurso de monografias folclóricas esteja associado ao “engessamento” do DC e a consequente necessidade de “terceirização” das pesquisas então desenvolvidas. Por outro lado, somos os primeiros a reconhecer que o processo de “burocratização” esteve mais do que evidente durante todo o transcorrer do certame folclórico, verificável, inclusive, pelo fato de o primeiro concurso esperar cerca de 7 anos para

¹²⁰ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009, p.192.

¹²¹ CAROZZE, Valquíria Maroti. **A menina boba e a discoteca**. Dissertação de Mestrado em Identidades Brasileiras, IEB-USP, 2012, pp.84-5.

Pode-se dizer que a criação Discoteca se relaciona diretamente com o americanismo musical, conceito e movimento cultural desenvolvido pelo musicólogo teuto-uruguaio Francisco Curt Lange. Segundo Valquíria Carozze: “No documento *Americanismo musical*, escrito pelo próprio C. Lange, em 1934, o autor procura chamar a atenção dos músicos e musicólogos latino-americanos para a importância da obtenção e do intercâmbio de informações acerca das origens e da produção da música nacional dos países do continente, como fator fundamental para a formação do novo artista latino-americano e de sua expressão. [...] Alegando que poucos músicos do continente conhecem as manifestações musicais de países vizinhos, ou até mesmo de seu próprio país, C. Lange comenta esse desconhecimento sobre a evolução histórico-cultural da América e assinala a obrigação dos musicólogos e músicos latino-americanos no sentido de se fazerem conhecer obras musicais, antes que estas caíam no esquecimento. Ou seja, a ação nesse sentido seria justamente recuperação e organização dessas obras em centros de documentação musical. [...] Curt Lange considerava a criação de Bibliotecas, Museus e Discotecas procedimento imprescindível para que se realizassem estudos posteriores da música como manifestação da cultura nacional, como patrimônio da humanidade.”

acontecer.

Nesse sentido, em 16 de novembro de 1938, pouco após o retorno da *Missão de Pesquisas Folclóricas*, Oneyda Alvarenga propõe ao então diretor do Departamento de Cultura, Franciso Pati, a instituição de um concurso de monografias de música popular e de biografias de músicos brasileiros:

Sr. Diretor

Esta chefia vem mui respeitosamente a presença de V.S., afim de apresentar um projeto de trabalhos que ampliariam grandemente a função educativa da Discoteca Pública Municipal.

Como por certo V.S. não ignora, o Brasil é total e lamentavelmente pobre em biografias musicais. Afóra uma parte mínima de honrosas exceções, tudo está por fazer. Estão por estudar a vida e as obras dos músicos ilustres do país; estão apenas iniciados os estudos sobre música popular brasileira; não existem trabalhos gerais de vulgarização de História da Música, absolutamente necessários e encontráveis em todas as línguas, em qualquer país culto do mundo.

Desde que a acertada orientação que vem sendo imprimida ao Departamento de Cultura reconhece a importante função da música na formação cultural do povo (como o provam os concertos públicos, os agrupamentos musicais e a própria Discoteca), sugerimos que se instituíssem concursos anuais de trabalhos nacionais de musicologia, que, alargando os conhecimentos gerais da coletividade, ampliando-lhe pela cultura a capacidade de recepção artística, viriam tornar ainda mais úteis, mais profícuos, mais capazes de determinar a eclosão de bons frutos, esses mesmos organismos ora em funcionamento.

Tais concursos seriam um poderoso estímulo para o gosto das pesquisas musicais entre nós. Muitos elementos bons andam esparsos por aí, sem produzirem o que deles se poderia esperar. Falta-lhes o interesse dos editores, excessivamente preocupados com as suas questões comerciais; na impossibilidade geral das edições por conta própria, ninguém se dá ao trabalho de proceder a pesquisas e estudos que requerem um tempo que seria roubado, sem proveito, às duras lutas de todo dia. Acreditamos que o incentivo apresentado pelos prêmios e a publicação das obras premiadas, revelaria entre nós um excelente série de úteis estudos musicais.

Esperando que V.S. se digne considerar este nosso projeto, tomamos a liberdade de passar a suas mãos o plano que regula a instituição do concurso.

122

O primeiro ponto a se destacar dessa extensa citação são os termos usados por Oneyda ao propor o Concurso. A diretora da DPM engloba tanto os estudos histórico-biográficos de música erudita quanto os estudos folclóricos sob a mesma classificação: concursos anuais de *musicologia*. Ora, bem sabemos que os primeiros estudos voltados à etnografia musical no

¹²² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Arquivo Histórico Municipal. Fundo Departamento de Cultura, Processo nº 86399. Grifo nosso.

século XIX e início do século XX estavam pautados em um critério etnocêntrico, cujo objetivo primeiro era, antes de tudo, comparar as músicas não ocidentais sob uma perspectiva evolucionista. Em outras palavras, as escalas, timbres, instrumentações e ritmos de músicas não ocidentais eram entendidos enquanto “erros” em comparação à música canônica europeia.¹²³ Nesse sentido, a perspectiva sugerida parece se enquadrar perfeitamente sobre as bases da *musicologia comparada*, entretanto, desprovida aparentemente da carga evolucionista cristalizada na “escola vienense de etnologia” que teve em Curt Sachs um dos principais expoentes no campo da música.¹²⁴ Não afirmamos aqui que a dicotomia entre *erudito* e *popular* inexistisse para Oneyda e Mário; apenas destacamos, como demonstrou Telê P. Ancona Lopes, que as contradições e limitações teóricas não devem ser vistas de uma perspectiva simplificada. Assim, comentado o caminho teórico percorrido para elaboração de *Na Pancada do Ganzá*, passando por autores tais como Tylor, Frazer e Manuel Bonfim, Telê analisa os impasses vividos por Mário ao estudar o *folclore* e a formação da cultura brasileira:

O espírito crítico do livro de Mário de Andrade deveria nascer dessa teorização e ser, portanto, a aplicação do conceito de mentalidade pré-lógica e lei da participação do povo brasileiro, enquadrando-o na categoria de primitivo. Veria, pois, o brasileiro como um primitivo, pré-lógico, sem investigações intelectuais para suas práticas de cunho folclórico, que possuem fundo e origem mágico-religioso. [...] Mário [...] não tinha condições para descobrir muitas de suas falhas científicas, porque viveu um período de absorção e descobertas, não um período essencialmente crítico. [...] ¹²⁵

Sem pretendermos digredir para o campo teórico, é importante que frisemos essa questão porque ela nos subsidiará junto à problemática que formulamos no início do trabalho: por mais que o certame a partir de 1947 tenha passado a abarcar o folclore como um todo, deixando de se restringir ao campo estritamente musical, a proposição inicial de Oneyda é

¹²³ ALBERT, Eduardo Henrik. A música do ponto de vista do nativo: um ensaio bibliográfico. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, vol 50, n°1, 2007.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia Sonora. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, Vol 44, n° 1, 2001

_____. Etnomusicologia: da música brasileira à música mundial. In: **Revista USP**. São Paulo: USP, CCS, n° 77, 2008.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música. Tradução de Giovane Cirino. In: **Cadernos de Campo**, n° 17. São Paulo: USP, 2008

¹²⁴ PINTO, Tiago de Oliveira. Considerações sobre a musicologia comparada alemã. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Musicologia**. Ano 1, n° 1, São Paulo, 1983, p.79.

Tiago de Oliveira Pinto destaca que essa historiografia, apesar de toda sua importância para o desenvolvimento do estudo da música, deu margem para boa parte dos preconceitos que se formaram em torno da musicologia comparada.

¹²⁵ LOPES, Telê Porto Ancona. **Mário de Andrade: Ramais e Caminhos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972, pp.94 - 5

suficiente para comprovarmos que a sua ideia era justamente lançar bases bibliográficas sobre o que viria a ser a etnomusicologia brasileira.

Entretanto, em novembro de 1938 o prefeito municipal já não era Fábio Prado e tampouco Mário de Andrade ocupava o cargo de diretor do Departamento de Cultura. Deste modo, Francisco Pati, na situação de diretor do DC, apenas encaminhou a solicitação de Oneyda ao então prefeito Prestes Maia para que este se dignasse autorizar a proposta, que, no entanto, não ocorreu. Em que pese toda *memória* de Paulo Duarte no celebre livro *Mário de Andrade por ele mesmo*, no qual narra a trajetória e “decadência” do Departamento de Cultura, o processo ora analisado é prova cabal do completo congelamento em que se viu grande parte das atividades desenvolvidas pela gestão dos modernistas durante o governo do prefeito engenheiro. Entretanto, a leitura do chefe de gabinete de Fábio Prado parece atribuir indiretamente ao próprio Estado Novo, ou seja, ao próprio Vargas, o congelamento das políticas culturais desenvolvidas por Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, na medida em que Paulo Duarte menciona a ditadura instaurada em 1937. Entretanto, inúmeros são os autores que reconsideram a complexidade desse quadro político. A título de exemplo poderíamos, inclusive, citar aqui o já mencionado Roberto Barbatto Jr. ou mesmo o clássico trabalho de Schwartzman, os quais mostram que essa questão pode ser relativizada, na medida em que o próprio Mário Andrade irá trabalhar no ministério de Capanema. Em carta datada de 15 de agosto de 1938 notamos que o descaso de Prestes Maia derivasse, talvez, mais de uma insensibilidade em relação aos projetos do autor de *Macunaíma* do que em virtude de uma orientação “estadonovista”:

Meu caro Capanema,

[...] O novo prefeito é um urbanista notável, parece excelente escolha para a Cidade[...]. Hoje estive com ele para apresentação como de direito de minha demissão, e a conversa não foi nada animadora.

Por outro lado sei de fonte limpa que dos homens do PRP que subiram agora, uma fortíssima corrente deseja a extinção, pura e simplesmente, do Departamento de Cultura. Outra, mais moderada, sustenta a necessidade de conservação, acabando apenas com certas ‘brincadeirinhas’ inúteis. Não erro certamente em supor que tais brincadeirinhas sejam a Discoteca Pública, as pesquisas de Folclore e Etnografia, quartetos, trio e corais [...] ¹²⁶

Essa situação de descaso e descrédito mostra o quanto Oneyda foi hábil em preservar e, mais ainda, ampliar as ações e atividades da Discoteca. Por outro lado, quando falamos em

¹²⁶ SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000, p. 384

“congelamento” das atividades do DC durante a gestão de Prestes Maia não queremos dizer que nada foi feito. Para nos atermos apenas à Discoteca, foi justamente nesse período que Oneyda Alvarenga trabalhou na organização de todo o material colhido pela *Missão de Pesquisas Folclóricas* e organizou, talvez, uma das principais atividades educativas da DPM: os Concertos de Discos que se iniciaram em 20 de julho de 1938 e perduraram até 22 de Maio de 1958, mesmo encontrando “resistência” do prefeito engenheiro.¹²⁷

Em carta envia em 5 de agosto de 1938 para Mário de Andrade comprovamos as dificuldades encontradas por Oneyda em levar à frente os trabalhos planejados pela Discoteca, principalmente aquele referente ao acervo recolhido pela *Missão de Pesquisas Folclóricas*, o qual não contatava com a simpatia do prefeito recém empossado:

Mário,

Tivemos ontem a visita do chefão. E dela resultou uma amargura tão funda, uma tão funda impressão de tempo perdido, que tive um verdadeiro ataque de desespero, diante do nosso pessoal. [...] Os meus nervos andam profundamente tensos e foi um escapamento momentâneo das contrariedades acumuladas.

O homenzinho viu a casa. Só. Sobre tudo quanto quis mostrar, passou olhos aborrecidos e ia continuando a andar. O material folclórico é bugiganga que precisa ser retirada daqui. Vai retirar móveis da seção para levar para o gabinete dele. E sobre tudo isso, a atitude mais agressiva, a cara mais amarrada deste mundo. Mal resmungou duas palavras. Olha a gente como se estivesse olhando um salteador de estrada. Fiquei, como resultado da visita, com uma nítida, uma aguda sensação de perigo. E com uma convicção de que precisamos tratar de salvar isto aqui, principalmente o material folclórico, de qualquer jeito. Vigora ainda a sua ideia de trabalhar o espírito desta gente para uma venda de tudo ao Rio? Espero apenas sua opinião para começar a campanha. Pode ser que o meu julgamento seja prematuro e que nada sobrevenha de pior. Em todo caso, as condições de trabalho continuam péssimas, o regime do papelório e da desconfiança não melhora. [...] O que me põe desesperada é que a gente ainda tem a burrice de amar, de sofrer e de tentar trabalhar. [...]

Estive ouvindo ontem alguns fonogramas colhidos pela Missão. Estão ótimos. Ótimos como registro, ótimos como qualidade musical e folclórica [...] Podemos dizer de cabeça bem alta que colhemos material de primeiríssima qualidade. Fiquei toda gloriosa e, meu Deus! quase me esqueci da burrice circundante.¹²⁸

Ora, na carta da musicóloga mineira fica patente que o maior obstáculo foi, em última

¹²⁷ CAROZZE, Valquíria Maroti. **A menina boba e a Discoteca**. São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado em Identidades Brasileiras, IEB-USP, 2012.

Os concertos foram interrompidos entre 1942 e 1953, retomados apenas nesse último ano. Esse intervalo de 11 anos é atribuído à inexistência de local adequado para realização dos concertos comentados no endereço que a DPM ocupou à rua Florêncio de Abreu. Antes da mudança de endereço, durante a gestão de Prestes Maia, a DPM se viu proibida de colocar cartazes em frente ao Teatro Municipal, principal fonte de publicidade e atratividade para os Concertos de Discos.

¹²⁸ ANDRADE, Mário de & ALVARENGA, Oneyda. **Cartas**. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p.141

análise, o completo alheamento e descaso de Prestes Maia em relação ao acervo acumulado pela Discoteca. Não por acaso Oneyda nos lembra que a situação chegou ao ponto limite de o próprio Mário de Andrade estudar a possibilidade de transferir o acervo para o Ministério da Educação e Saúde, onde o autor de *Macunaíma* trabalhava naquele momento. Por outro lado, a resposta deste não foi das mais alentadoras, reconhecendo, pois, as artimanhas da política oficial:

Oneyda,
Quero ver si nesta semana vou procurar o Capanema. Falarei sobre a Discoteca e vou dizer para ele que, si não quiser, oferecerei ao prefeito do Distrito Federal, de quem ele tem ciúmes. Vamos ver se adianta. Mas não pense que aqui, Ministério ou Prefeitura, você terá as facilidades que tivemos com o nosso grande Fabio topador. A aquisição será só pra evitar o desmembramento. Mas aqui se marca passo também. Se souber de alguma coisa lhe escreverei logo [...]¹²⁹

Fato é que o tema da dissociação, mencionado por Mário, parece ser uma matéria que não se restringiu aos anos da década de 1930. A ausência de uma sede própria colocou parte do acervo em muitas situações delicadas que só se resolveu momentaneamente nos anos 1980 com a inauguração do Centro Cultural São Paulo, sede atual da DPM. Por ora nos basta destacar que a autora de *Música Popular Brasileira* acabou dissuadida da ideia ao reconhecer que dificilmente a municipalidade concordaria com a ideia de “vender” o acervo, fosse por “*pirraça ou para não se darem mau atestado de cultura*”,¹³⁰ o que permitiu a Oneyda prosseguir em seu trabalho institucional e intelectual, seja pelos estudos e publicações decorrentes do acervo acumulado principalmente pela *Missão de Pesquisas Folclóricas* quanto pelo incentivo aos estudos folclóricos por meio do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre Folclore Nacional*, o qual, como destacamos anteriormente, deve ser lido como “continuidade” dos objetivos traçados pela *Sociedade de Etnografia e Folclore*.

Nesse sentido, a minuta do edital previa em seu artigo 1º que o concurso de 1938 abarcaria dois temas: Um sobre *biografias de compositores nacionais*, com análise crítica de suas obras e outro referente aos *estudos sobre música popular brasileira*. O edital difere muito pouco daquele que usualmente Oneyda elaboraria posteriormente. Nesse sentido, poderiam concorrer escritores brasileiros natos ou naturalizados; todos os estudos deveriam ser inéditos e escritos em português; o júri seria composto por músicos e intelectuais brasileiros escolhidos pelo Departamento de Cultura, que poderiam anular o certame caso os

¹²⁹ ANDRADE, Mário de & ALVARENGA, Oneyda. *Cartas*. São Paulo: Duas Cidades, 1983, p.142.

¹³⁰ Ibid., p.143.

trabalhos não atendessem às condições do edital ou não fossem merecedores do prêmio; os trabalhos seriam classificados em 1º e 2º prêmios, não desdobráveis, três menções honrosas; e finalmente a “principal” premiação seria a publicação dos trabalhos classificados junto à Revista do Arquivo Municipal (RAM), periódico que a partir do gestão de Fábio Prado alcançou posição hegemônica no campo dos estudos históricos, sociológicos, antropológicos e folclóricos.¹³¹

Entretanto, na medida em que todos os esforços de Prestes Maia se orientavam para a execução do Plano de Avenidas, como demonstramos anteriormente, o Processo 85399/1938 só seria retomado após 7 anos, em 28 de novembro de 1945, quando Francisco Pati o devolveu a Oneyda, solicitando-lhe reatualizar o projeto idealizado outrora. A próxima citação será longa, mas o leitor verificará que por não se tratar de um despacho burocrático corriqueiro a mesma tornou-se indispensável:

Estudado melhor seu antigo projeto sobre concurso anuais de obras musicológicas, esta chefia acredita que o mais justo a fazer-se é um concurso de musicologia com dois prêmios independentes: um de trabalhos sobre música erudita nacional, outra de ensaios folclóricos. A união num só prêmio de trabalhos de natureza assim distintas tornaria absolutamente difícil o estabelecimento de exigências de juízos adequáveis indiferentemente aos dois casos. Um primeiro exemplo dessa dificuldade encontra-se no número de págs. dos trabalhos: se um estudo histórico ou biográfico-crítico é justo exigir-se um mínimo de 100 págs., o mínimo para os trabalhos folclóricos poderá perfeitamente ser de 30 págs., visto que no ramo folclórico a musicologia nacional precisa acima de tudo de monografias. O folclore musical brasileiro é um terreno ainda praticamente inexplorado. Sem um grande acervo de documentos sobre cada uma de suas manifestações locais ou regionais, ou de cada um de seus aspectos particulares, será impossível chegar-se um dia a uma nítida visão geral que permita estudos seguros de conjunto. Essa diferença no número de págs.exigíveis acarreta uma segunda dificuldade: a impossibilidade de se atribuir a mesma quantidade como prêmio a um estudo de 30 ou 100 págs. dada a diferença de trabalho que isso significa para os autores.

Além dessa modificação, esta chefia propõe mais duas outras: a elevação da importância dos prêmios e a libertação do Departamento de Cultura da incumbência de publicar os trabalhos sobre música erudita. A primeira se justifica muito claramente pela enorme disparidade entre as condições econômicas gerais reinantes em 1938 e as de hoje. A 2ª se baseia em que, de 1938 para cá, houve um grande surto no movimento editorial brasileiro,

¹³¹ OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Colonizadores do Futuro: Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: Um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934-1950)**. Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFCLH-USP, 2008.

Em capítulo oportuno falaremos mais detalhadamente sobre o papel cultural desempenhado pela RAM e seu caráter editorial multidisciplinar.

tornando-se por isso e pelo interesse sempre crescente dos leitores, fácil a qualquer autor premiado encontrar um editor para o seu livro. O Departamento de Cultura evitará assim uma despesa relativamente grande e com essa economia lhe permitirá, portanto, aumentar sem maiores gastos a importância dos prêmios. Para os trabalhos folclóricos manter-se-ão a publicação na Revista do Arquivo e as separatas, pois que o seu tipo não comporta a publicação em livro.

Em vista do exposto, esta chefia sugere, pois, que fiquem assim instituídas as bases para o concurso anual de musicologia nacional:

1a.) - Ficam instituídos dois prêmios independentes para trabalhos sobre música nacional:

a) Estudos históricos, críticos ou histórico-críticos sobre música erudita nacional, tratando de quaisquer dos seus aspectos e quaisquer dos seus compositores.

b) Estudos monográficos sobre qualquer aspecto da música popular brasileira.

2a.) - As obras identificadas no item “a” da 1a. cláusula deverão ter um mínimo de 100 págs. e as do item “b” um mínimo de 30 págs. em formato papel ofício, dactilografadas de um só lado, com dois espaços, em três vias, sendo motivo de eliminação do concurso menor número de cópias, a critério da Comissão Julgadora. [...] ¹³²

Oneyda continua a explanação dos demais artigos que constituiriam as bases de agora dois concursos independentes. Acreditamos que a separação proposta em 1945 deveu-se, antes de tudo, a critérios técnicos, sejam eles de ordem econômica ou mesmo bibliográfica, a outro de qualquer ordem conceitual, o que não anula o que discutimos anteriormente. Afinal, segundo Florestan Fernandes, em artigo clássico publicado em 1946, o aproveitamento erudito do material folclórico já era um tema antigo na crítica brasileira, cabendo a Silvio Romero a primeira tentativa em desenvolvê-lo. Entretanto, em Mário de Andrade – e podemos aqui estender sua análise à Discoteca e Oneyda Alvarenga – surge uma nova teoria ou um projeto estético-cultural que não se reduziria a utilização de elementos ornamentais do *popular*:

O que importa, todavia, é que em Mário de Andrade a distância entre arte popular e arte erudita diminui consideravelmente em algumas produções, atingindo em algumas produções excepcionais um grau de interpenetração e de equilíbrio notáveis. É preciso ressaltar, contudo, a ausência de finalidades chauvinistas; é por isso que grafei acima o adjetivo nacional. Nacional aqui significa expressividade, existência de um padrão característico e próprio de cultura. [...] ¹³³

Ora, neste caso nos parece claro que o objetivo de Oneyda Alvarenga foi justamente

¹³² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Fundo Departamento de Cultura, Processo nº 86399.

¹³³ FERNANDES, Florestan. Mário de Andrade e o Folclore. In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 151.

não partir da dicotomia estabelecida entre *popular* e *erudito* na medida em que a Discoteca ensinava a superação desta oposição para o desenvolvimento da música brasileira. Nesse sentido, ao analisar os Concertos de Discos em meio à dicotomia entre *erudito* e *popular*, munida pelo referencial teórico do antropólogo Garcia Canclini, Valquíria Carozze conclui que os concertos de discos, apesar de se pautarem na história da musical ocidental – tida como *erudita* – teve como propósito chegar ao *hibridismo* musical.¹³⁴ Afinal, qual seria a classificação das obras de Villa-Lobos, Béla Bartók ou Igor Stravinsky - todas contempladas pelos concertos comentados de Oneyda? Para Carlos Eduardo Sampietri, Mário de Andrade e Oneyda operaram um plano de nacionalização da música, estudando-a, pois, profundamente e principalmente em seu campo popular para extrair deste os elementos formadores da música brasileira; em outras palavras, a Discoteca foi instituída mirando “coleccionar” e pesquisar a música popular ou folclórica que servisse de base para inspiração de compositores brasileiros.¹³⁵ A conclusão de Valquíria Carozze não seria diferente: pautando-se em *Evolução social da música no Brasil*, de 1939, a autora nos mostrou que para o desenvolvimento da música nacional seria necessário passar, antes, pela fase de pesquisa para, então, alcançar-se a fase *cultural* na qual a liberdade estética traduziria naturalmente as “realidades profundas da terra”. Nestes termos, a Discoteca seria pedra angular deste projeto de nacionalização.¹³⁶

Outro ponto central que devemos destacar é o uso do conceito “popular” por Oneyda Alvarenga, empregado em acepção bem distinta do(s) sentido(s) atribuídos atualmente ou no passado recente.¹³⁷ Há um certo trânsito para a diretora da DPM entre *popular* e *folclore*, existindo, inclusive, certa equivalência epistemológica.¹³⁸ Por outro lado, acreditamos que

¹³⁴ CAROZZE, Valquíria Maroti. **A menina boba e a Discoteca**. São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado em Identidades Brasileiras, IEB-USP, 2012.

Seguramente Mário de Andrade e Canclini falaram de processos semelhantes de trocas culturais. Entretanto, o sentido empregado por Canclini é diferente da teoria andradiana; essa objetivava fundir a música popular (folclórica) com os elementos técnicos da música ocidental para chegar à moderna música nacional. Mário entendia, pois, que a música folclórica era a música genuinamente brasileira. Mesmo que possamos reconhecer que a música popular/folclórica para Mário de Andrade tenha surgido de um processo de *hibridização* entre elementos culturais do negro, europeu e indígena, o conceito para Canclini é outro: o antropólogo argentino está a desconstruir a noção de *tradicional*, *puro* e, por conseguinte, a concepção do *nacional* enquanto elemento de especificidade cultural.

¹³⁵ SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo (1935-1945)**. Dissertação de Mestrado em História, FFCLH-USP, 2009, p.190

¹³⁶ CAROZZE, Valquíria Maroti. Op. cit., p.90-1.

¹³⁷ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANDRONI, Carlos. Anotações sobre etnomusicologia como folclore e como antropologia. In: **Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Belém do Pará: ANAIS 27a RBA, 2009.

¹³⁸ Não por acaso em sua obra clássica, *Música Popular Brasileira*, que rapidamente discutiremos a seguir, comprova a equivalência já percebida por Sandroni (SANDRONI, Carlos. Op. Cit.; 2009). Oneyda escreve justificando metodologicamente a obra: “Em essência, o critério adotado para a elaboração do trabalho foi o seguinte: a) Inclusão apenas dos fatos principais e mais ou menos estabelecidos. Em consequência, afastamento relativo do que necessitasse discussão. b) Tanto quanto possível, exposição descritiva, condição

haja uma distinção sutil entre ambos que mereça ser esclarecida. Como poderíamos explicar, portanto, a opção de um (popular) em 1938 e 1945 e outro (folclore) em 1946? O que estaria, pois, subjacente nessas opções? Temos uma hipótese que se não resolve completamente a problemática, ao menos, lança luz sobre a questão.

A primeira possível resposta deve-se ao desenvolvimento institucional da Discoteca dentro do Departamento de Cultura pós 1938. Ao lançar as bases do Concurso de Monografias a DPM tinha há pouco tempo recebido o conjunto documental oriundo da *Missão de Pesquisas Folclóricas*. Estávamos em um momento no qual havia uma grande permeabilidade não apenas conceitual, mas, principalmente, disciplinar em relação aos estudos culturais em implantação no Brasil. Falamos, obviamente, sobre a etnografia e folclore; não por acaso ambas fazem parte da Sociedade criada em 1937. Deste modo, a partir de 1938 Oneyda passou a trabalhar na sistematização de todo o material recolhido por Luis Saia, Martin Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antonio Ladeira. Logo, a opção pelo *folclore* apontaria para a continuidade institucional de tais estudos cujo termo pode ser verificado tanto no Curso ministrado por Dina Lévi-Strauss quanto na Missão de 1938, entendido, pois, como elemento científico e disciplinar.¹³⁹ Nesse sentido, a opção pelo conceito *popular*, apesar de ser utilizado na mesma acepção de *folclore*, está mais próximo às pesquisas que Oneyda vinha realizando paralelamente ao trabalho institucional, cujo exemplo paradigmático foi a publicação, em 1945, de *Música Popular Brasileira*, contemplado com o prêmio Fabio Prado daquele ano. Originalmente planejado sob encomenda do “Fondo de Cultura Económica”, o

essencial do método folclórico. Excetuando-se raros casos, supressão das questões etimológicas, altamente emaranhadas ainda.

¹³⁹ TONI, Flávia Camargo. **A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1985, pp.46 – 7

A sistematização e descrição do acervo folclórico da Discoteca, principalmente aquele recolhido pela Missão de Pesquisas Folclóricas, iniciou-se em 1938 terminando em 1950. Flávia Toni fez balanço do trabalho de Oneyda que nos permite tomar a dimensão pormenorizada da catalogação de todo o conjunto. Deste modo, todo o material recolhido foi organizado por meio do *fichário folclórico*, o qual reunia todos os dados sobre fotos, objetos, discos, textos, filmes e informantes. Almejando ampliar o alcance do rico acervo recolhido em 1938 Oneyda organizou uma série de publicações a respeito dele. O primeiro e talvez um dos mais substanciais foi a publicação de *Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro*, em 1948, referente à seleção dos fonogramas que foram copiados em discos e textos a eles correspondentes. Esta série foi complementada pelo *Arquivo Folclórico*, que reunia as melodias grafadas por Martin Braunwieser e as fotos de objetos. Ficaram de fora de *Registros Sonoros* os documentos relativos aos registros de Bumba-meu-boi, Reis de Congo, Reisado, Cabocolinhos e Cambinda. Nesse sentido, a referida publicação reuniu os documentos relativos a Xangô, Babassuê e Chegança de Marujos. *Melodias registradas por meios não mecânicos*, que fazia parte do *Arquivo Folclórico*, compunha-se de quatro partes: Documentos doados diretamente por Oneyda, de Mário de Andrade e outros colhidos por Camargo Guarnieri, em 1937, durante o Congresso Afro-Brasileiro realizado na Bahia e os registros de Martin Braumwisier colhidos em 1938. Além disso, Flavia C. Toni nos esclarece que Oneyda planejara publicar também junto à série *Arquivo Folclórico* um *Catálogo Ilustrado*, as transcrições das melodias registradas em disco. Entretanto, devido à limitação de verbas, esta parte acabou restrita à publicação do *Catálogo Ilustrado do Museu Folclórico* em 1950.

livro fez parte de uma série de obras a respeito de vários aspectos culturais da América Latina, sendo primeiramente lançado no México. Nessa mesma obra podemos, inclusive, notar os objetivos que guiaram Oneyda Alvarenga no planejamento do concurso:

O crítico musical Andrade Muricy disse há tempos, com grande razão, que o folclore musical brasileiro é ainda um cipoal bravo. Se não me foi possível tornar êste livro uma síntese melhor da nossa vida musical popular, a culpa é menos minha que do estado em que se encontram os nossos estudos de folclore. [...] a documentação recolhida é bastante escassa: as melodias recolhidas e publicadas em livros talvez não cheguem a mil. E, o que é pior, sofremos de uma grande falta de estudos científicos de folclore musical; as pesquisas, na sua maioria mal orientadas, pecam pela ausência de dados suficientes e precisos.

Essas falhas que atualmente causam embaraços ao estudioso do folclore musical brasileiro, podem ser eliminadas pela multiplicação dos estudos monográficos, pelo bom exemplo dos conhecedores do método folclórico e pelos cursos de folclore que se estão desenvolvendo nas universidades brasileiras.¹⁴⁰

Já discutimos no subcapítulo anterior que a relação entre *Sociedade de Etnografia e Folclore* e o Concurso de Monografias não deve ser menosprezada, o que ficou mais do que claro na justificativa elaborada pela diretora da DPM, em 1945, visto que ela reforçou a necessidade de estudos monográficos sobre o folclore musical, que, além disso, está mais do que evidente em sua obra *Música Popular Brasileira*. Desta forma, haveria um padrão de trabalho almejado? Seguramente a principal referência de Oneyda fora a pesquisa de Mário sobre o samba rural paulista, originalmente publicada na Revista do Arquivo Municipal em 1937. Segundo Elisabeth Travassos, o trabalho *Samba Rural Paulista* representa um exemplo paradigmático do que Mário propôs como monografia de *folclore musical* cientificamente elaborada, mesmo que o modernista paulista pareça negá-lo ainda nas páginas iniciais do texto.¹⁴¹ Não devemos nos esquecer, ainda, que a obra foi escrita no bojo do curso ministrado por Dina Lévi-Strauss. Desta forma, ele dedicou o 2º capítulo ao *Processo de colheita documental*, no qual destacou a incerteza do registro por meio não mecânico; em outras palavras, a colheita do que fosse executado principalmente em grupo seria sempre, nas palavras do autor de *Macunaíma*:

[...]dissociação ou uma síntese. Além de não registrar o timbre, polifonias e acordes(...) se presta perfeitamente para o estudo, análise, comparação e conclusões. Mas sob o ponto de vista folclórico será sempre uma

¹⁴⁰ ALVARENGA, Oneyda. **Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro, Pôrto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1950, pp.11-8. grifo nosso.

¹⁴¹ TRAVASSOS, Elisabeth. Mário de Andrade e o Folclore. In: **Revista Iphan** n° 30. Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

precariedade. Há que recorrer à gravação por meios mecânicos, discos e filme.¹⁴²

Nesse sentido, Mário de Andrade despendeu uma página completa para descrever os trabalhos de gravação que a Discoteca vinha realizando naquele momento, cuja direção cabia a sua outrora aluna no Conservatório Dramático Musical. Por outro lado, mencionou também as dificuldades e limitações técnicas que, apesar de graves, não anulavam, em absoluto, a importância destes registros para compreensão mais precisa da música *popular*. Assim, os registros por meios não mecânicos, que formaram a base principal sobre a qual ele alicerçou a maior parte de sua discussão, de modo algum foi negligenciada; muito pelo contrário, lançou mão de anotações próprias colhidas entre 1931 e 1937 e outras colheitas de Luis Saia¹⁴³ e José Bento Ferraz.

Ora, não foi por acaso, portanto, que Oneyda faria constar a partir do edital de 1951 um artigo que selava definitivamente os fundamentos buscados junto ao *Curso de Etnografia e Folclore* e a sua obra *Música Popular Brasileira*: As monografias apresentadas deveriam priorizar trabalhos de campo apesar de se aceitarem trabalhos de síntese:

- 1.a) - As monografias versarão sobre qualquer aspecto do folclore nacional. Deverão ser inéditas, na língua do país.
- 2.a) – Somente serão levadas em consideração as monografias que representarem o resultado de pesquisas pessoais, feitas pelos seus autores em campo. Entretanto, poderão ser aceitos, a título excepcional e de acordo com a deliberação do júri, trabalhos que embora não satisfazendo essa exigência, revelem pontos de vista originais na interpretação de dados obtidos em livros sobre o folclore brasileiro.¹⁴⁴

Deste modo, *Samba Rural Paulista* seria o exemplo esperado por Oneyda por dois motivos: primeiro porque a obra de Mário era até então o modelo de trabalho “etnomusicológico” alicerçado em fontes que não fossem unicamente bibliográficas. Segundo, na medida em que a atividade-fim da DPM voltava-se, como era de se esperar, à música, nada mais natural que esta buscasse fomentar o estudo sobre músicas folclóricas, apesar do “alargamento” do certame a partir de 1947. O trabalho de Mário de Andrade foi, inclusive, indicado a Celso Carvalho, concorrente não premiado no 9º Concurso, em Janeiro

¹⁴² ANDRADE, Mário de. O Samba Rural Paulista. In: _____. **Aspectos da Música Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975, p.153.

¹⁴³ Luís Saia também foi um dos alunos do Curso de Etnografia e Folclore; em 1938 ficou encarregado de dirigir os trabalhos *in loco* da Missão de Pesquisas Folclóricas.

¹⁴⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Fundo Discoteca Pública Municipal, Grupo Concurso de Monografias, Edital do 6º Concurso. DT.0006.23. Grifo nosso.

de 1955, que buscou junto a Oneyda Alvarenga orientação metodológica adequada:

[...] Diamantina, MG, 11 de janeiro 1955 [...]

Antecipadamente devo pedir-lhe desculpas da liberdade que tomo de me dirigir a sra, de modo que não deixo de ser importuno. Justifico-me exclusivamente com a pontualidade e atenção que observei na correspondência anterior dessa Discoteca, assinada pela sra. Fui um dos concorrentes ao fracassado IX Concurso de Monografias Folclóricas. A comissão julgadora achou que os trabalhos apresentados careciam de interpretação do ponto de vista sociológico, estético, ergológico, etc., bem como da verdadeira noção de monografia. Acatando este parecer com espírito construtivo, senti a necessidade de travar um conhecimento maior com uma literatura modelar no gênero. Principalmente aqui no interior, longe dos grandes centros de cultura, não nos é fácil conhecer essa literatura. É verdade que tenho na minha biblioteca particular algumas das obras básicas (Cascudo, G. Barroso, Silvio, A.Meyer e outros...) mas sinto a necessidade de conhecer outras obras, principalmente no gênero monografia, para que de outras vezes a gente possa tentar utilizar com mais acerto o material que não falta aqui no interior. E nesse sentido é que tomei a liberdade de importuná-la, para pedir-lhe a fineza de como folclorista, que já me lembro ter ouvido citado o seu nome, salvo engano em L. Câmara da Cascudo, como zelosa do folclore e não como mera funcionária pública (queira desculpar minhas expressões), indicar-me algumas sugestões a respeito, indicações bibliográficas e, possivelmente, até os endereços para aquisição das obras indicadas, coisa que no interior não se conhecem facilmente. Ainda hoje encontrei no Boletim Bibliográfico Brasileiro a indicação de um trabalho de Araújo, Alceu Maynard “Documentário Folclórico...” na Revista do Arquivo Municipal desde Departamento de Cultura de São Paulo. Onde adquirir uma obra dessas? [...] ¹⁴⁵

Ficou claro que a preocupação de Celso Carvalho ia além da questão de simplesmente compreender a concepção de *monografia*, abarcando, também, questões de ordem sociológica, a qual, como se verá no 2º capítulo dessa dissertação, será uma constante no interior do *Movimento Folclórico*, inclusive, verificável na composição das bancas examinadoras do Concurso. Por ora, nos basta esclarecer quais foram os pontos discutidos por Oneyda ao responder a carta de Celso Carvalho:

Sr. Celso de Carvalho,

A ausência de vaidade com que o senhor aceitou a decisão dos julgadores do 9º Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional, me causou enorme prazer. Ela é o testemunho de inteligência, de honestidade intelectual, de vontade verdadeira de realizar coisa mais duradoura e útil que a simples

¹⁴⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Centro Cultural São Paulo, Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Fundo Discoteca Pública Municipal, Grupo Concurso de Monografias, Carta de Celso de Carvalho (11/01/1955), Pasta 9º Concurso, Documento nº DT.0009.40. Grifo nosso.

conquista de um prêmio. No meio das dores de cabeça que dão, às vezes os concursos me reservam agradáveis surpresas. O senhor foi uma delas.

Infelizmente, a bibliografia folclórica brasileira ainda é pobre de boas monografias. Verdadeiramente modelar, verdadeiramente capaz de servir de exemplo, a quem procure uma orientação segura, eu só conheço uma: “O Samba Rural Paulista”, de Mário de Andrade, onde o senhor encontrará rigor de método, pensamento límpido e riqueza intelectual. [...]. Aliás, valeria a pena o senhor ler os demais estudos folclóricos de Mário de Andrade, se não os conhece. [...]. O trabalho de Alceu Maynard de Araújo a que o senhor se refere não é uma monografia, mas uma coleção de sementes de que poderiam brotar diversas monografias. [...]

Mandar-lhe-ei, tão logo me derem verba para correio, alguns livros que organizei para esta Discoteca que versam o assunto folclórico. Talvez possam interessa-lo. E ajunto uma pequena monografia minha sobre “Cateretês do Sul de Minas Gerais”, na falta da de Mário de Andrade. É modesta, tem partes de exegese histórica e crítica pequenas, pois eram poucos os dados de que se podia dispor, naqueles idos de 1937, mas Mário de Andrade me deu a honra de saudá-la como a primeira monografia folclórica científica que se escreveu no Brasil. Não vejo nessa informação uma vaidade que não tenho, mas apenas o desejo de atender, na medida do possível, pouco que valho e sei, o seu pedido tão cordial. Tenha-me sempre a suas ordens e queira receber meus atenciosos cumprimentos.¹⁴⁶

Podemos confirmar por meio da carta encaminhada por Oneyda Alvarenga a Celso Carvalho, que concorrera com o trabalho *Ciclo de Natal num velho recanto de Minas*, o modelo de trabalho esperado pela Discoteca: *O Samba Rural Paulista*, monografia paradigmática elaborada à luz de pesquisa de campo orientada metodologicamente pela *etnografia*. Além disso, ficou evidente, também, que a iniciativa de se instituir *concursos públicos* longe de representar um simples título “honorífico”, pelo contrário, embasava-se em uma perspectiva educacional que almejava, a rigor, propiciar o desenvolvimento de trabalhos duradouros e cientificamente bem elaborados. Não por acaso Oneyda enviou, ao que tudo indica, as publicações e catálogos do Acervo da Discoteca, bem como a monografia dela apresentada ao *Curso de Etnografia e Folclore*, para servirem de orientação aos próximos trabalhos do respectivo estudioso.

Assim, acreditamos que essas são as principais balizas que perfazem as opções metodológicas e institucionais que Oneyda mirou ao propor o *Concurso de Monografias Folclóricas*. Nesse sentido, sem perdermos de vista o complexo debate estabelecido a partir dos anos 1950 entre as Ciências Sociais acadêmicas e o *Movimento Folclórico* buscaremos

¹⁴⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Centro Cultural São Paulo, Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Fundo Discoteca Pública Municipal, Grupo Concurso de Monografias, Resposta de Oneyda Alvarenga a carta de Celso de Carvalho (31/01/1955), Pasta 9º Concurso, Documento nº DT.0009.41. Grifo nosso.

analisar em qual medida tal debate se manifestou no interior de cada certame e até que ponto a autora de *Cateretês do sul de Minas Gerais* logrou os intentos planejados para uma instituição essencialmente orientada à música. Afinal, o projeto realmente resultou em uma bibliografia sobre *etnomusicologia* brasileira e, por conseguinte, contribuiu para o desenvolvimento desta disciplina?

2º Capítulo } Bases institucionais e metodológicas do Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional

Ninguém contestaria, atualmente, que o folclore pode e deve ser estudado do ponto de vista científico. Contudo, o desenvolvimento das ciências sociais vem demonstrando, aparentemente de forma cabal, que essa circunstância não justifica a preocupação de dar ao folclore o caráter de ciência independente ¹⁴⁷

Florestan Fernandes

No início dos anos 60 do século XX a Discoteca Pública Municipal de São Paulo se mudava para Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 278, 6º andar. Em matéria assinada por Ivo Zanini, o jornal *A Gazeta* noticiava o evento destacando no título da coluna que passadas quase duas décadas desde que fora criada, a DPM não contava ainda com sede fixa, apesar da eficiência de seus serviços, os quais, como já pontuamos no capítulo anterior, serviram de inspiração, inclusive, a instituições estrangeiras, tais como a Associação dos Compositores Musicais de Praga. Desde 1936, ano de sua instalação, a DPM funcionou primeiramente na Rua da Cantareira, próxima do Mercado Municipal, passando depois para Rua Florêncio de Abreu. Manteve-se posteriormente por um período no prédio Trocadero, no Teatro Municipal, e retornou novamente para a Rua Florêncio de Abreu. A notícia trazia aos leitores certo entusiasmo, pois, afinal, a Discoteca parecia assumir definitivamente uma sede fixa, livrando-se dos embaraços ocasionados pelas constantes mudanças de endereço, além de ampliar e capacitar substancialmente seus equipamentos técnicos:

Até há pouco tempo, a Discoteca contava quatro cabines apropriadas para atender o público, que nessas circunstâncias via-se na contingência de longas esperas. Hoje, no entanto, aquele número de cabines duplicou, assim como aumentou a quantidade de discos, de livros para estudos, de objetos folclóricos, melhorando inclusive a parte técnica, pois, já possui aparelhos para discos 'long-playing', o máximo de perfeição que se pode almejar. Foi criado, ainda, um moderno e grande auditório, cuja capacidade é para cento e sessenta e duas pessoas, destinando-se o mesmo a conferências, audições musicais (concertos comentados e cursos acompanhados de exemplificação sonora), exibição de documentário fotográfico e cinematográfico, palestras

¹⁴⁷ FERNANDES, Florestan. Objeto e campo do folclore. (Suplemento Literário de OESP, nº 75, de 29/03/1958). In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p.23

sobre o nosso folclore e outros assuntos relativos à música.

Tal situação privilegiada deve-se à capacidade da sra. Oneyda Alvarenga, que desde a sua nomeação pelo saudoso Mário de Andrade encontra-se à frente da Discoteca Pública, lutando sempre pela melhoria e engrandecimento da mesma.¹⁴⁸

Ora, ficou claro o quanto a Discoteca continuou e mesmo ampliou suas atividades apesar das inúmeras mudanças de endereço e dificuldades delas resultantes. Assim, no final da matéria Oneyda explicou brevemente à reportagem quais eram os objetivos que norteavam o Concurso de Monografias bem como quais foram os resultados alcançados até então:

Encerrando a entrevista arguímos a sra. Oneyda Alvarenga, autora de sete alentados volumes de cunho folclórico, sobre o propalado concurso de monografias, instituído pela Discoteca Pública.

— Trata-se de um trabalho que vem sendo realizado desde 1946, ano em que lancei o concurso anual de monografias sobre o folclore nacional, sendo as melhores premiadas. Geralmente os trabalhos vão além da documentação musical, abrangendo a etnografia e a sociologia de várias regiões do Brasil, devendo a composição ter trinta páginas no mínimo. Esse concurso é encerrado sempre no mês de outubro de cada ano.¹⁴⁹

Uma vez que o certame se iniciou ainda na década 40 e que em 1963 já contava com 16 edições, nota-se o quanto o mesmo já estava incorporado às atividades da Discoteca e rotinizado no âmbito intelectual brasileiro. Entretanto, qual seria afinal o campo de pesquisa que os estudos apresentados realmente abordavam? Quais campos Oneyda mirava estimular e difundir por meio deste concurso? Encerramos o primeiro capítulo nos perguntando se efetivamente a meta original de Oneyda fora alcançada, afinal, ela visou criar uma bibliografia sobre o folclore-musical brasileiro. Nesse sentido, indiretamente, Oneyda deu a resposta nesta pequena matéria: Os campos iam além dos estudos propriamente musicais, envolvendo as áreas de sociologia e etnografia.

Assim, se ao lado de trabalhos propriamente *musicológicos*, figuraram estudos *sociológicos* e *etnográficos*, devemos pensar, em contrapartida, a respeito da natureza dos chamados estudos folclóricos e seus desdobramentos no Brasil durante a vigência do *Concurso Mário de Andrade*, os quais ganharam grande impulso a partir da institucionalização da Comissão Nacional de Folclore em 1947. O que os promotores desta

¹⁴⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Discoteca Oneyda Alvarenga. Hemeroteca. Jornal A Gazeta. S/d.

¹⁴⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Discoteca Oneyda Alvarenga. Hemeroteca. Jornal A Gazeta. S/d.

vertente de pensamento propunham? Se no início da década de 1960 o certame transbordava os limites do folclore, envolvendo as áreas da etnografia e da sociologia, somos instados a analisar a natureza intelectual do *Movimento Folclórico* e sua relação com o Concurso de Monografias uma vez que parte considerável dos concorrentes estava associado às subcomissões folclóricas. Em outras palavras, responderemos nesse capítulo em qual medida o *Concurso Mário de Andrade* se relaciona com o movimento deflagrado por Renato Almeida em 1947 com a criação da Comissão Nacional de Folclore junto ao IBECC, braço da UNESCO no Brasil.

2.1 O Folclore no Brasil: de Sílvia Romero à Comissão Nacional de Folclore¹⁵⁰

No Brasil, as pesquisas sobre a cultura popular são inicialmente influenciadas pelo pensamento evolucionista e racial do século XIX.¹⁵¹ A superação do binômio “raça-meio” ocorrerá apenas na década de 30 do século XX através das interpretações de cunho histórico-sociológico de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.¹⁵² Nesse sentido, dentro do *Movimento Folclórico* deflagrado no final da década de 40 do século XX, três autores serão constantemente retomados com o fito de traçar a evolução dos estudos folclóricos no Brasil: Sílvia Romero, Mário de Andrade e Amadeu Amaral.¹⁵³ A centralidade

¹⁵⁰ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, Luis Rodolfo. 125 et seq.

Amparado no texto de Edison Carneiro, *Evolução dos estudos folclóricos*, Luis Rodolfo Vilhena dedicou um dos subcapítulos de sua tese a tal perspectiva tomando Sílvia Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade como os principais autores que iniciaram o processo de sistematização dos estudos folclóricos. Assim, considerando a importância do tema em tela e os reflexos desse contexto junto ao Concurso de Monografias, nos vimos instados a reconstituir aqui boa parte das ideias debatidas por Vilhena.

¹⁵¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993, pp.154 - 5 e 208.

FERNANDES, Florestan. Amadeu Amaral e o folclore brasileiro. In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978, p.115.

CARNEIRO, Edison. Evolução dos estudos de folclore no Brasil. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 162.

Nina Rodrigues é paradigmático a esse respeito; antes de conceber qualquer tipo de análise propriamente cultural, seu objetivo foi estabelecer relações entre epidemias e doenças e seus potenciais vínculos raciais. Entretanto, o médico baiano foi o primeiro a contribuir para com o estudo da influência do elemento negro na sociedade brasileira, mesmo que indiretamente. Encarando o poligenismo como verdade incontestável, Sílvia Romero, por outro lado, será inovador ao traçar um quadro “elogioso” à mestiçagem sem negar a tácita desigualdade racial. Amadeu Amaral foi outro intelectual de grande importância para os estudos da cultura popular no Brasil, distinguindo-se por ter sido o primeiro a discutir seriamente uma posição crítica frente aos folcloristas brasileiros, procurando uniformizar a investigação folclórica e “instaurá-la sob o modelo científico”, propondo a criação de uma *sociedade demológica*.

¹⁵² CANDIDO, Antonio. O significado de “raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

¹⁵³ CARNEIRO, Edison. Op.cit.

Segundo Edison Carneiro, intelectual de proa do *Movimento Folclórico Brasileiro*, até o final da 2ª Guerra Mundial o folclore era entendido como um ramo da literatura, da linguística ou da história, em prejuízo de

destes autores se relaciona diretamente à problemática da identidade nacional, tema caro à intelectualidade brasileira desde o final do século XIX.

Assim, considerando que a obra de Sílvio Romero se inseriu no âmago das teorias evolucionistas adaptadas à realidade brasileira, a singularidade do autor da *Escola de Recife* se deveu a sua interpretação na qual a contribuição do negro – negligenciada pela história oficial, cujo autor paradigmático foi Varnhagen – não poderia ser omitida em detrimento da cultura europeia e ameríndia, como verificado em parte da literatura romântica. Não obstante a assimetria entre negros e indígenas em relação à cultura europeia de origem portuguesa, nas coletâneas folclóricas de Romero, divididas segundo a contribuição de cada uma das “raças” formadoras do Brasil, coube ao mestiço o maior traço de originalidade na identidade nacional nascente.¹⁵⁴

Apesar de o autor da *Escola de Recife* representar o primeiro impulso rumo à “sistematização” de estudos folclóricos no Brasil, com Amadeu Amaral surgiu pela primeira vez a defesa de formação de uma organização social que promovesse a orientação dos estudos folclóricos sob moldes científicos. Assim, o autor paulista propôs a criação de uma Sociedade Demológica, uma vez que, aos seus olhos, tais pesquisas, além de diletantes, careciam de teorias apropriadas. Edison Carneiro sintetizou o programa de Amaral do seguinte modo:

Em um artigo que publicava, semanalmente, num diário paulista de grande circulação, Amadeu Amaral fez a crítica dos estudos de folclore e propôs a criação e traçou o programa de uma Sociedade Demológica.

sua especificidade; caberia, pois, à sua geração renovar e superar essas deficiências, cuja meta não seria outra senão colocar o folclore dentro do campo das ciências humanas com teoria e metodologia próprias. Inicialmente, coube a Sílvio Romero, um dos principais autores da propalada geração de 1870, o primeiro impulso pela sistematização científica da vida literária brasileira, na qual seus estudos folclóricos se inseriram. Entretanto, como nos apontou Vilhena, ao viver em um período de inexpressiva institucionalização do campo cultural, o autor optou por uma orientação sem se comprometer diretamente com nenhum ramo de especialização. Contraditoriamente, Mário de Andrade e Amadeu Amaral, apesar do renome de suas obras literárias, foram os principais autores a defenderem o distanciamento entre o exercício literário e o conhecimento científico do folclore

¹⁵⁴ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, pp. 126-30 e 151.

Esse processo de emancipação das antigas roupagens literárias e ensaísticas foi um fenômeno também operado no campo da sociologia. A esse respeito Luis Rodolfo Vilhena nos lembra de Antonio Candido, para o qual a primeira obra estritamente sociológica elaborada no Brasil seria *Assimilação e populações marginais no Brasil*, de autoria de Emílio Willems, publicada em 1939, ao invés de considerar os clássicos dos anos 1930, quais sejam, *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*. Sem desconsiderar o enorme valor destas últimas obras, Candido estaria, na verdade, reforçando que, não obstante singular contribuição destas obras ao pensamento brasileiro, a sociologia teria aparecido nestas obras mais como ponto de vista do que como método propriamente dito e, por conseguinte, dentro do quadro ensaístico brasileiro ao conciliar história, economia, filosofia e arte. Assim, comentando a visão sobre literatura de Romero, Vilhena pontuou: “Dessa forma, a tarefa do ‘crítico’ torna-se a avaliação das diversas dimensões da cultura brasileira. Paradoxalmente, tentando combater o predomínio de que o literato gozava no campo intelectual de sua época, Romero incorpora em suas definições essa dimensão totalizante da literatura na sociedade brasileira e a escolhe como via de acesso para a compreensão do ‘caráter nacional’ brasileiro, tema que persegue em toda a sua obra.”

Parecia-lhe que o folclore brasileiro, como disciplina, padecia de três males principais, um deles geral, os outros particulares às teorias e tendências ainda vigentes:

- a) o sentimentalismo ('quase sempre, o folclorista é atraído ao estudo das criações populares por uma espécie de admiração romântica de seus conterrâneos, pelo transparente desejo de os glorificar, provando que eles são muito inteligentes, muito engraçados ou muito imaginosos');
- b) 'excesso de teorizações imaginosas e precoces', que considerava, genericamente, "simples abuso vulgar de imaginação";
- c) 'excesso de diletantismo erudito', com estudos 'microscópicos e estéreis', que entretanto talvez pudessem ser aproveitados algum dia em obra de maior vulto. [...]¹⁵⁵

A citação de Edison Carneiro deixou claro que desde Amadeu Amaral os estudos de cultura popular careciam de seriedade científica haja vista que eram realizados sob tendência diletante; outrossim, não obstante a falta conhecimento empírico, Amaral – e leia-se aqui o próprio Carneiro, que escrevia seu artigo *Evolução dos Estudos de Folclore* em vista de colocar a Comissão Nacional de Folclore e a Campanha de Defesa do Folclore como guias dos estudos de cultura popular no Brasil - ressentia-se da falta de objetividade e excesso de “literatura” nas pesquisas folclóricas. Deste modo, a partir do final da década de 1940 o *Movimento Folclórico* buscará obstinadamente, como comprovou Luiz Rodolfo Vilhena, erigir os estudos a respeito da cultura popular sob prisma científico, com a meta de integrá-los ao universo acadêmico das ciências sociais, tendo como um de seus guias intelectuais Amadeu Amaral.

Como já destacamos, outro intelectual retomado pelo *Movimento Folclórico* foi Mário de Andrade; autor multifacetado que dedicou sua vida espiritual aos estudos da música, da literatura e do folclore. Conforme discutiu Vilhena, a “fábula das três raças” termo cunhado por Roberto DaMatta,¹⁵⁶ foi uma questão que permeou grande parte da produção sociológica e histórica brasileira na qual as obras de Sílvia Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade se inseriram. Assim, se por um lado, Romero dedicou especial atenção ao campo da literatura e, por meio dessa, vislumbrou a contribuição dos elementos éticos formadores da cultura brasileira, em Mário de Andrade, por outra via, a síntese outrora assentada sob a baliza da língua cedeu espaço à interpretação de cunho mais amplo, envolvendo, pois, as práticas musicais e dramáticas. Deste modo, ao abrir seu livro *Danças Dramáticas do Brasil*, organizado postumamente por Oneyda Alvarenga dentro do escopo de suas obras completas,

¹⁵⁵ CARNEIRO, Edison. *Evolução dos estudos de folclore no Brasil*. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p.162.

¹⁵⁶ DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981, pp.62-3
VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.133

Mário de Andrade apresentou os elementos dessa reorientação metodológica em direção à música:

Uma das manifestações mais características da música popular brasileira são as nossas danças-dramáticas. Nisso o povo brasileiro evoluciona bem sobre as raças que nos originaram e as outras formações nacionais da América. Possuímos um grupo numeroso de bailados, todos eles providos de maior ou menos entrecho dramático, textos, música e danças próprias. E se me fatiga bastante, pela sua precariedade contemporânea, afirmar que o povo brasileiro é formado das três correntes: portuguesa, africana e ameríndia, sempre é comovente verificar que apenas essas três bases étnicas o povo celebra secularmente em suas danças dramáticas.

É curioso constatar que jamais o brasileiro não tivesse a ideia de inventar pelo menos um bailado, se referindo historicamente a ele, aos seus fatos, glórias e tradições. Nem as tragédias da colonização que durou quase dois séculos, nem os dramas da catequese, nem a própria volúpia aventureira do bandeirismo, coincidindo tanto com a instabilidade viageira da gente nacional (...), nem mesmo a guerra do Paraguai que venceu fundo a memória coletiva e até agora frequenta o nosso verso cantado: nenhuma dança dramática celebra esses feitos.¹⁵⁷

Se a “fábula das três raças”¹⁵⁸ permeou tanto a obra de Romero quanto os trabalhos de Mário, para este, conforme destacamos acima, a identidade brasileira pareceu se pautar sobre o enfoque cultural no qual a música teceria em uma única trama os elementos dramáticos, coreográficos e linguísticos. Anteriormente, no *Ensaio sobre a música brasileira*, ao discutir a formação rítmica da *síncope*, Mário de Andrade mostrou o quanto era difícil ou mesmo improvável precisar sua origem, cujo fato, por outro lado, não impossibilitou que, mediante as várias influências possíveis, o brasileiro se acomodasse bem a ela, fazendo-a um elemento de expressão musical a ser estudado e aplicado pelos músicos nacionais:¹⁵⁹

Tal como é empregada na música popular não temos que discutir o valor da síncope. É inútil discutir uma formação inconsciente. Em todo caso afirmo que *tal como é realizado* na execução não está grafado no populário impresso, o sincopado brasileiro é rico. O que carece pois é que o músico artista assunte bem a realidade da execução popular e *a desenvolva*. [...] ¹⁶⁰

Percebe-se por meio da citação do autor de *Macunaíma* a correta avaliação de Vilhena: com Mário de Andrade a preocupação dos estudos folclóricos alterou seu enfoque do campo

¹⁵⁷ ANDRADE, Mário de. **Danças Dramáticas do Brasil**. 1º Tomo, Obras Completas de Mário de Andrade. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d, p.21.

¹⁵⁸ DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981. p.62-3
VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.133

¹⁵⁹ ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, INL, 1972, p. 32

¹⁶⁰ Ibid., p. 37

da linguagem ou daquilo que poderia ser classificado como *tradição oral* em direção à música popular com o fito de aproveitá-la junto à produção estético-musical. Em outras palavras, essa tendência marcou profundamente a natureza de tais estudos até o advento da Comissão Nacional de Folclore em 1947. O autor de *Projeto e Missão* definiu essa mudança de perspectiva por meio da interpretação de Peter Burke, segundo o qual a necessidade de nações e países do leste europeu consolidarem línguas nacionais próprias, como meio de se desvencilharem das línguas e influências estrangeiras, motivou, por conseguinte, os estudos de folclore sobre contos e versos populares. No Brasil, pelo contrário, uma vez que a língua nacional também era a língua colonizadora, não seria possível reconhecer nela as contribuições étnicas não europeias, ao contrário do verificável na seara musical e dramática.¹⁶¹

Não obstante, como mencionamos anteriormente, a partir da segunda metade da década de 40 do século XX esse perfil teórico tendeu a se afastar dos estudos musicais. Assim, se por um lado, pode-se dizer que a Discoteca Pública Municipal representou a consolidação da perspectiva metodológica orientada à música, e, por conseguinte, que o *Concurso Mário de Andrade* caracterizou originalmente essa tendência, por outra via, com o advento do *Movimento Folclórico*, o escopo dos estudos folclóricos passou a priorizar o estudo dos *folguedos populares*¹⁶² em detrimento da centralidade, anteriormente voltada aos estudos folclórico-musicais.

Por mais que o quadro teórico apresentado por Vilhena nos ajude a compreender a guinada do *Movimento Folclórico* para o campo dos *folguedos populares* em substituição às análises folclóricas da música brasileira, não devemos esquecer que as contribuições e ações de Mário de Andrade não se restringiram à música popular; como destacamos anteriormente, a *Missão de Pesquisas Folclóricas* se inseriu diretamente no campo das políticas patrimoniais uma vez que o anteprojeto do SPHAN, elaborado pelo autor de *Ensaio da Música Brasileira*, não logrou o objetivo esperado. Contudo, considerando que a atividade-fim da

¹⁶¹ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.153.

¹⁶² CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2002, p.241. VILHENA, Luis Rodolfo. op. cit., p.154 et seq.

A classificação de Folguedo Popular segundo Câmara Cascudo é praticamente sinônimo de Danças Dramáticas. Assim, poderia ser definida do seguinte modo: “Manifestação folclórica que reúne as seguintes características: 1) Letra (quadras, sextilhas, oitavas ou outro tipo de versos); 2) Música (melodia e instrumentos musicais que sustentam o ritmo); 3) Coreografia (movimentação dos participantes em fila, fila dupla, roda, roda concêntrica ou outras formações); 4) Temática (enredo da representação teatral)[...]. Entretanto, segundo Vilhena, nos anos 1950 a utilização do termo *folguedos populares* representou justamente a ampliação do arcabouço de pesquisas encampadas pelo *Movimento Folclórico*. Assim, manifestações tais como cavallhada, desprovidas de parte musical, passaram a ser englobadas pela terminologia *folguedo*.

Discoteca Pública Municipal se voltava diretamente à música, pode-se dizer que o certame planejado por Oneyda Alvarenga no final dos 30 e apenas iniciado em 1946, ou seja, um ano antes da implantação da Comissão Nacional de Folclore, colocou um dilema à autora de *Cateretês do Sul de Minas Gerais*: mantê-lo sob a restrição do folclore-musical ou ampliá-lo em direção às demandas postas em cena pelo *Movimento Folclórico* que passava a encarar a cultura popular sob perspectiva ampla.

Diante da grande mobilização proporcionada pelo *Movimento Folclórico*,¹⁶³ o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* não pôde se furtar às demandas e mudanças ocasionadas pelos folcloristas capitaneados por Renato Almeida, que, de uma maneira geral, passou a espelhar a ampliação do escopo científico do folclore a partir de 1947, deixando, pois, de se restringir ao folclore musical. Deste modo, Oneyda Alvarenga, na condição de herdeira das pesquisas e iniciativas folclóricas do Departamento de Cultura, foi incumbida por Renato Almeida de organizar a Comissão Paulista de Folclore em 1948. A relação entre *Movimento Folclórico* e o respectivo certame foi fundamental para a vitalidade do projeto levado a cargo ininterruptamente pela Discoteca Pública Municipal até 1975, questão esta que desenvolverei no subcapítulo seguinte.

2.2 Oneyda Alvarenga e o Movimento Folclórico: a constituição da Comissão Paulista de Folclore

O período subsequente ao término da 2ª Guerra Mundial marcou profundamente o quadro político internacional. As consequências desastrosas ocasionadas pela ascensão dos estados totalitários sensibilizaram os “líderes” mundiais e revelaram ao mundo o potencial de autodestruição em escala global. Deste modo, a formação da Organização das Nações Unidas (ONU) em substituição à ineficiente Liga das Nações surgiu como um instrumento efetivo de diálogo e cooperação entre os estados membros, com o objetivo de evitar conflitos bélicos desnecessários e fomentar o desenvolvimento social e econômico mundial. Assim, o trauma

¹⁶³ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.173 et seq.

O *Movimento Folclórico* foi dividido em um programa de 3 pontos – pesquisa, preservação e educação. Como demonstrou Vilhena, esse plano passava primeiramente pela campo da pesquisa e documentação das manifestações folclóricas com o fito de auxiliar as ações de preservação e, por consequência, não poderia prescindir da via educacional que mirava não só penetrar ao universo acadêmico mas também adentrar ao ambiente da educação regular.

ocasionado pelo nazi-fascismo e os resultados nefastos do racismo permearam boa parte dos debates e resoluções da UNESCO, com o objetivo de contribuir com a paz mundial por meio de ciência, educação e cultura, tríade fundamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, as Ciências e a Cultura (UNESCO). Em meio a uma história carente de exemplos de convivência humana harmoniosa, o Brasil aparecia aos olhos da nova organização como paradigma singular: um país multirracial aparentemente desprovido de racismo no qual o período colonial teria permitido o convívio e o consequente “cozimento” de culturas distintas, transformando-o em uma sociedade mestiçada aparentemente livre do estigma do racismo.¹⁶⁴

É justamente nesse contexto que devemos entender o papel desempenhado por Renato Almeida, então funcionário do Itamaraty e diretor do IBECC, braço da UNESCO no Brasil, ao criar a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), instituição que passou a incentivar a criação de subcomissões estaduais voltadas ao estudo e proteção da cultura popular ou folclórica. Não queremos dizer aqui que a CNFL servisse de simples instrumento político da UNESCO, em absoluto, e que tampouco Renato Almeida defendesse a ideia de que o Brasil fosse um país livre do estigma do racismo.¹⁶⁵ Por outro lado, pode-se dizer que a criação da CNFL representou, indiretamente, o início de um processo de reconhecimento, por parte dos organismos internacionais, dos “patrimônios” culturais que não poderiam, simplesmente, ser ignorados ou eliminados frente à intolerância cultural, triste marca do breve século XX, resultante, contraditoriamente, do avanço da “civilização”. Deste modo, o “mundo rural” não raras vezes associado ao atraso, à barbárie, enfim, ao mundo “incivilizado”, passou a ser valorizado e reconhecido como patrimônio cultural; tal perspectiva resultou, posteriormente, por parte da UNESCO, na “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”.¹⁶⁶

¹⁶⁴ MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: A luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. In: **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Vol.2. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1998, pp.375-413. O fato de o Brasil ter sido privilegiado no que diz respeito às pesquisas sociológicas que, dentre outros objetivos, estudou as questões raciais no Brasil, demonstra, pois, a presença marcante e atuante de Artur Ramos e indiretamente de Gilberto Freire. Este último, inclusive, chegou a ser convidado a chefiar o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, revelando, pois, a o mito de um Brasil harmonioso do ponto de vista racial em comparação com outros países, era um caso a ser estudado. Por outro lado, os resultados das pesquisas provaram a ausência de uma “democracia racial”.

¹⁶⁵ MARIZ, Vasco. **Três musicólogos brasileiros: Mário de Andrade, Renato Almeida, Luiz Heitor Correa de Azevedo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1983, p.105. SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio: Um anteprojeto ainda atual. In: **Revista do Iphan**, nº 30. Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

O próprio Renato Almeida se ressentiu em um certo momento, mais especificamente em 1954, da pouca atenção que a UNESCO dedicou ao Folclore. O reconhecimento, por exemplo, em relação à salvaguarda das culturas tradicionais ocorreu tardiamente caso comparemos o memento de sua implantação nos anos finais da década de 80 do século XX e o anteprojeto do SPAN de autoria de Mário de Andrade escrito no final da década de 30.

¹⁶⁶ SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio: Um anteprojeto ainda atual. In: **Revista do IPHAN**,

A atuação da Comissão Nacional do Folclore (CNFL) não se restringiu apenas ao estímulo das agremiações locais; antes disso, organizou inúmeros Congressos nacionais e internacionais, passando a subvencionar museus, revistas e etc., principalmente com a criação da *Campanha de Defesa do Folclore* no ano de 1958.¹⁶⁷ Deste modo, como nos colocou Luís Rodolfo Vilhena, a principal novidade da CNFL foi sua capacidade de superar o caráter local, até então vigente nas agremiações voltadas ao estudos folclóricos, e estender-se por quase todos os estados da federação por meio de suas comissões locais, articuladas graças à capacidade de Renato Almeida, musicólogo e folclorista, que sempre manteve uma ampla rede de amigos e de interlocutores, tais como Mário de Andrade, Câmara Cascudo, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, dentre outros.¹⁶⁸

Renato Almeida exerceu papel fulcral na implantação do IBECC, criado por decreto-lei em 1946 junto ao Ministério das Relações Exteriores. Além de alto funcionário do Itamaraty, onde iniciou sua carreira em 1927 como escriturário, o autor de *Inteligência do Folclore* criou uma ampla rede de contatos e articulação intelectual internacional no campo do estudos culturais. Vilhena nos lembra, citando Vasco Mariz, que Almeida, na condição de diretor do *Lycée Français* do Rio de Janeiro, foi convidado a visitar a França em 1947. Nessa ocasião conviveu com André Varagnac e A. Marinus, participando, inclusive, da fundação em Londres do *International Folk Music Council* e também da reorganização do *Centre International des Arts et Traditions Populaires* em Paris, ambas instituições apoiadas pela UNESCO, as quais:

[...] procuravam articular a associação internacional dos folcloristas aos esforços, que caracterizaram os primeiros anos daquela organização em favor da compreensão mútua entre as culturas, nascidos em resposta ao trauma nazista e, pouco tempo depois, às tensões da Guerra Fria. Essas relações garantiram a Renato Almeida um grande trânsito no circuito internacional dos estudos de folclore.¹⁶⁹

Instituído o IBECC, ainda no mesmo ano de 1947, Renato Almeida resolveu, então,

nº 30. Brasília: Ministério da Cultura, 2002, p.134.

Como já discutimos anteriormente, o ineditismo que representou o anteprojeto de Mário de Andrade, recomendado por Gustavo Capanema, sobre o atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional), já foi matéria de inúmeros estudos especializados. Por outro lado, deve-se lembrar o quanto o anteprojeto do Decreto-Lei nº 25/37 era avançado inclusive internacionalmente quando analisamos muito brevemente a trajetória da UNESCO em relação a mesma matéria quando versa sobre a cultura popular.

¹⁶⁷ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p. 105.

A Campanha de Defesa do Folclore estava sob responsabilidade do MEC.

¹⁶⁸ Ibid., p. 94.

¹⁶⁹ Ibid., p. 95

convidar Oneyda Alvarenga para fazer parte da Comissão Nacional do Folclore. A autora de *Menina boba* respondeu favoravelmente ao convite:

[...]Sinto-me muito honrada com o convite que, em nome da diretoria do IBECC, me foi endereçado por V. Excia. Terei grande prazer em participar dos trabalhos da Comissão Nacional de Folclore.

Li o programa das atividades a serem desempenhadas pela Comissão, que V.Excia teve a gentileza de enviar-me. Pareceu-me suficiente e adequado, no momento, para um organismo que se destina essencialmente, conforme consta da entrevista V.Excia, a manter em contato os indivíduos e as instituições que se dedicam ao estudo do folclore nacional.¹⁷⁰

Por mais que a resposta de Oneyda Alvarenga seja formal, ela é suficiente para comprovar o papel referencial que a diretora da Discoteca Pública Municipal desempenhava no final dos anos 1940. Pode-se considerar que, com saída de Mário de Andrade da direção do DC e, principalmente, após a sua morte, todo o legado resultante do estímulo e desenvolvimento de pesquisas sobre folclore ficou a cargo da Discoteca, e, por consequência, de Oneyda Alvarenga, sem a qual dificilmente Renato Almeida conseguiria alcançar seus objetivos no estado de São Paulo. Assim, a autora de *Cateretês do Sul de Minas Gerais* ressentia-se de não conseguir articular em tempo satisfatório os intelectuais interessados em participar da criação da Comissão Paulista de Folclore:

[...] de maneira nenhuma me aborrecerei se a Comissão Nacional quisesse confiar o encargo da organização da Comissão Regional a outra pessoa. Se a lentidão não atrapalhar, na medida do possível irei procurando dar conta do recado.

Como não trouxe suas cartas de casa para cá, não sei se você me pedia mais alguma coisa e se há outros pontos a responder. Se houver, fica para depois que você acusar o recebimento destas explicações [...]

Outro caso a acertar sobre a Comissão Regional: Com que recursos econômicos poderá ela contar? O IBECC garante ao menos uma pequena contribuição para as coisas de expediente, cartas, livros atas, papéis em geral e outros materiais escreventes, sem os quais não poderemos nem ao menos nos comunicar com ninguém? Deverá viver de contribuição dos seus membros? No último caso deixaria de ser uma comissão para tornar-se uma sociedade. Infelizmente não posso dizer a você que a discoteca supriria as necessidades econômicas pelo menos da vida digamos burocrática da Comissão. Andemos até a crise do papel.¹⁷¹

¹⁷⁰ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (19 de Dezembro de 1947), doc s/n°.

¹⁷¹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (fragmento sem data), doc s/n°.

Pela resposta de Oneyda Alvarenga percebemos que ela não se furtou à responsabilidade de organizar a subcomissão paulista de folclore; porém, percebendo a dimensão que a tarefa acarretaria uma vez que a administração da Discoteca já lhe ocupava demasiado tempo – manter a programação de concertos comentados; organização do material recolhido pela *Missão de Pesquisas Folclóricas*; abertura e encaminhamento do Concurso de Monografias etc. – deixou nas mãos de Renato Almeida buscar outra pessoa com maior disponibilidade para tal empreitada. No entanto, como já destacamos, dificilmente outra personalidade e instituição, que não fossem Oneyda e a DPM, teriam sucesso em reunir os intelectuais de maior expressividade dedicados direta ou indiretamente ao estudo da cultura popular. Assim, em 30 de março de 1948, Oneyda contatou instituições e intelectuais diretamente interessados pela temática folclórica para se reunirem na Discoteca Pública Municipal com o objetivo de instituir a Comissão Paulista de Folclore:

A Comissão Nacional de Folclore, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão da UNESCO no Brasil, encarregou-me de organizar a Comissão Regional de Folclore do Estado de S. Paulo. Tanto a Comissão Nacional como as Comissões Regionais têm como fins básicos: servir de elementos de ligação entre as pessoas e instituições interessadas no estudo do folclore nacional, constituindo-se para isso em órgãos informativos das atividades folclóricas exercidas no país e em particular nos estados: na medida de suas possibilidades, auxiliar, orientar e realizar trabalhos folclóricos, bem como amparar as tradições populares do país.

Certa de que V.S. dará seu apóio a êsse programa, tenho o prazer de convidá-lo a participar da Comissão Regional de S. Paulo, que muito necessita do auxílio precioso de seus conhecimentos e boa vontade.

Caso V.S. aceite colaborar nêsse trabalho coletivo em favor do Folclore Nacional, peço-lhe a gentileza do seu comparecimento à reunião preparatória dos trabalhos da Comissão Regional, a realizar-se no dia 7 de abril, às 16h na Discoteca Pública Municipal (Rua Florêncio de Abreu, 157, 9º andar). Nessa reunião terei a honra de dar por instalada a Comissão Regional e de expor aos seus membros a missão de que fui incumbida pela Comissão Nacional.

Com meus protestos de estima e consideração, queira V.S. receber minhas cordiais saudações [...]

Oneyda Alvarenga.

Membro da Comissão Nacional de Folclore do IBECC.”¹⁷²

Em carta enviada em 2 de abril de 1948, a diretora da DPM deu mais detalhes ao diretor da CNFL sobre as instituições e intelectuais convidados. Dentre os intelectuais que receberam o convite constavam Rossini Tavares de Lima, Donald Pierson, Alceu Maynard de Araujo, Octávio da Costa Eduardo, Fernando Mendes de Almeida, Luis Saia, Florestan

¹⁷² BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (30 de Março de 1948), doc s/nº.

Fernandes e Roger Bastide. Dentre as instituições foram convidadas o Conservatório Dramático Musical de São Paulo, o Museu Paulista, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Livre de Sociologia e Política:

[...] Recebi seu telegrama, que agradeço. Já dei os primeiros passos para a Comissão Regional. Mandeí a oito pessoas e quatro instituições a carta-convite de que lhe envio a cópia. O Nome dos convidados está nessa cópia. Espero que a carta esteja do seu agrado. Se o pessoal não mancar, entregarei ao grupo, no próximo dia 7, os destinos da Comissão.

Consegui ontem, mais ou menos por acaso, falar com a senhora de Antonio Candido e pedi a ela que transmitisse ao marido seu recado sobre o IBECC. Abraços da Oneyda¹⁷³

Apesar de o *Movimento Folclórico* ter sido marcado em São Paulo pela atuação de Rossini Tavares de Lima, sobre o qual comentaremos mais adiante, há de se considerar que seria a partir de criação da Comissão Paulista de Folclore que Rossini despontaria no cenário nacional como folclorista, principalmente pelo estímulo proporcionado pela pessoa de Renato Almeida. Até então, grande parte dos trabalhos em São Paulo voltados ao “folclore”, em especial ao musical, de uma maneira geral, ocorreram sob o auspício da Discoteca Pública Municipal, cujo exemplo paradigmático foi a *Missão de Pesquisas Folclóricas*.¹⁷⁴ Deste modo, Rossini Tavares de Lima começaria a se destacar principalmente após a criação do *Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade*, inaugurado em 1947 e mantido nas dependências do *Conservatório Dramático e Musical de São Paulo*, embrião do futuro Museu de Folclore a ser inaugurado em 1948.¹⁷⁵ Além disso, até onde pudemos apurar, o Conservatório Dramático em si nunca atuou sistematicamente no campo de pesquisas etnográficas de cunho musical antes da criação do referido Centro de Pesquisas Folclóricas. Fato é que neste campo de pesquisa o Departamento de Cultura e, por conseguinte, a Discoteca Pública Municipal, foram pioneiros na realização de pesquisas sociológicas, etnográficas e folclóricas e, portanto, nada mais natural que Oneyda Alvarenga fosse a pessoa ideal e talvez a única em São Paulo capaz de articular o principal quadro intelectual paulista disposto a colaborar na Comissão Paulista de Folclore. Não por acaso, Renato Almeida se

¹⁷³ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (São Paulo, 2 de abril de 1948), doc s/nº

¹⁷⁴ Após a realização da Missão de Pesquisas Folclóricas, a Discoteca não mais empreendeu nenhum serviço sistemático de gravação “folclórica”. Oneyda Alvarenga passou a trabalhar mais diretamente na sistematização e extroversão do acervo.

¹⁷⁵ Rossini estudou com Mário de Andrade no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Para mais detalhes ver 4º capítulo desta dissertação.

aconselhou com Oneyda a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão Nacional de Folclore, como podemos depreender de sua carta:

Meu caro Renato Almeida,

Aí vai a protocolar resposta ao seu convite oficial. No momento não tenho nada a dizer ao programa que você apresenta na entrevista. Talvez apenas duas coisas deveriam ser acentuadas: a necessidade da Comissão agir em defesa das nossas manifestações folclóricas tão desamparadas, em decadência, estudando-se coletivamente os meios mais adequados para isso: em vez do inquérito para saber-se o que deve ser estudado e pesquisado preferencialmente, o inquérito destinado a fazer um levantamento geral, tão completo quanto possível, dos vários aspectos do folclore nacional e consequente roteiros de pesquisa. Me explico melhor. Na verdade, tudo é preferencial como matéria de estudo folclórico, pois que tudo está cientificamente para fazer. Demais, há que contar, nas respostas, com as preferências pessoais de cada especialista: [?] dificilmente um especialista em folclore musical, lutando com uma desgraçada falta de dados, gostará de ceder caminho a pesquisas, digamos, sobre arquitetura popular, as técnicas de tecelagem, etc., coisas sobre as quais não dispomos de nenhuma documentação. E parece, pois, que o melhor a fazer é, antes de mais nada, saber precisamente ... o que há a fazer, e onde se encontram os materiais para o trabalho e em que situação se encontram. Da riqueza e importância, bem como do perigo que correram os fatos folclóricos assinalados pelo inquérito, ressaltará por si mesma a urgência dos trabalhos, o caráter preferencial dêles.

Acho muito boa a ideia dos manuais. Creio que já contei a você que eu mesma [?] à espera de tempo mais folgado para escrever um, abrangendo se possível o folclore em geral, com técnicas de colheita e trabalhos dos diversos materiais. [?] Isso é coisa muita, precisarei estudar demais antes de meter mãos à obra e tempo anda escasso. Será ótimo assim que a Comissão realize essa tarefa. E eu, se puder e souber ajudar, ajudarei,

Quanto aos folcloristas paulistas e nacionais de que você me pede indicação, sei em que lhe possa ser útil. Você conhece todo o mundo que eu conheço. A mais só tenho notícia de alguns pesquisadores, de méritos desiguais, que surgiram em consequência dos concursos de monografias folclóricas da Discoteca. Como não tenho aqui em casa nem nome nem endereço dêles, mando-lhe depois essas indicações. [...]¹⁷⁶

Vê-se na carta de Oneyda a experiência de quem organizou ao lado de Mário de Andrade uma das principais pesquisas de registro da cultura popular no Brasil até o final da década de 1940. Nesse sentido, a atuação da comissão deveria pautar-se sobre a “proteção” das manifestações folclóricas. A concepção de proteção defendida por Oneyda se espelhava, ao que tudo indica, nos moldes do pensamento de Mário de Andrade, segundo o qual far-se-ia

¹⁷⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (19 de Dezembro de 1947).

por meio do inventariamento, como previsto no anteprojeto do SPHAN, cristalizado em certa medida na *Missão de Pesquisas Folclóricas*.¹⁷⁷ Deste modo, Oneyda reiterava a ideia de Renato Almeida em relação à elaboração de um manual que servisse de instrumento metodológico de pesquisa, provavelmente em semelhança ao exemplo dado pelo *Curso de Etnografia e Folclore*, ministrado em 1936 por Dina Lévi-Strauss, que, inclusive, resultou na publicação do livro *Instruções Práticas para Pesquisa de Antropologia Física e Cultural*. Outrossim, no final da carta a autora de *Menina boba* lembrava a Renato Almeida que ela não conheceria ninguém além daqueles por ele mesmo reputados, salvo autores recém premiados pelo primeiro *Concurso de Monografias Folclóricas*: José Nascimento de Almeida Prado e Afonso Chiarini.¹⁷⁸

Ora, levando-se em conta que Oneyda Alvarenga, na qualidade de membro da Comissão Nacional de Folclore e articuladora da Comissão Paulista de Folclore, cujo objetivo primeiro foi organizar autores diretamente interessados em colaborar com pesquisas em torno da Cultura Popular, nada mais natural que esses intelectuais passassem a figurar sejam como concorrentes às premiações ou como membros de banca, como no caso de alguns professores e pesquisadores vinculados às principais universidades em São Paulo, notadamente Universidade de São Paulo e Escola de Sociologia e Política, uma vez que Oneyda buscou reuni-los à Comissão Paulista de Folclore:

Meu caro Renato,

Está cumprida a minha obrigação de agregar a subcomissão de folclore. Mando a você o relatório da 1ª reunião preparatória. Ontem foi realizada a segunda, de que a própria subcomissão certamente dará notícia a você. O Museu Paulista enviará como representante o prof. Herbert Baldus. Os profs. Roger Bastide e Donald Pierson não aceitaram o convite, alegando excesso de trabalho. Também não quis participar o Fernando Mendes de Almeida. De acordo com o estabelecido na primeira reunião, na segunda vários outros nomes foram indicados para membros da sub-comissão. Enquanto se expedem os convites a essas pessoas e se espera comparecimento delas, o pessoal resolveu escolher um secretário geral ad-hoc, que ficou sendo o Rossini Tavares de Lima, procedendo-se depois à escolha definitiva de quem deverá ser o primeiro a exercer essas funções.

¹⁷⁷ NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Fapesp, Hucitec, 2005.

TONI, Flávia. Missão: as pesquisas folclóricas. In: **Revista USP**, nº 77, 2008.

RUBINO, Silvana. Clube de pesquisadores: A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sergio (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vertice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, vol.1, 1989

¹⁷⁸ Afonso Chiarini, inclusive, trocará intensa correspondência com Renato Almeida. Morador e pesquisador de Piracicaba foi, inclusive, responsável por manter um museu de folclore nesta cidade.

Por hoje é só. Abraços da Oneyda.¹⁷⁹

Comprova-se, portanto, o papel desempenhado por Oneyda Alvarenga durante a instituição da Comissão Paulista de Folclore. Não por acaso, a maior parte dos intelectuais convidados para compor o quadro da respectiva subcomissão passaram a participar do certame de monografias. Assim, se por um lado grande parte dos autores concorrentes aos prêmios provinham das comissões estaduais de folclore, como debateremos mais à frente, por outro lado, Oneyda Alvarenga buscou chancelar cientificamente as edições do concurso convidando intelectuais acadêmicos, não raras vezes vinculados às Universidade de São Paulo e Escola de Sociologia e Política. A citação subsequente comprovará que a autora de *Menina Boba* articulou um quadro expressivo de intelectuais e instituições que, além de serem capazes de colaborar com a subcomissão de São Paulo, poderiam contribuir – como de fato o fizeram – avaliando o rigor metodológico das pesquisas apresentadas aos certames:

Realizou-se no dia 7 de Abril de 1948, às 16 horas, em dependência da Discoteca Pública Municipal, a reunião preparatória dos trabalhos da Sub-Comissão de Folclore do Estado de São Paulo. Para essa reunião a Sra. Oneyda Alvarenga, a quem a CNF do IBICC encarregou da organização da Sub-Comissão estadual, enviou convites às seguintes pessoas e instituições: Rossini Tavares de Lima; Alceu Maynard Araújo; Luis Saia; Otávio da Costa Eduardo; Florestan Fernandes; Fernando Mendes de Almeida; Roger Bastide; Donald Pierson; Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; Escola Livre de Sociologia e Política; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Museu Paulista.

Estiveram presentes o srs. Rossini Tavares de Lima; Alceu Maynard Araújo; Luis Saia; Otávio da Costa Eduardo (por si como representante da Escola Livre de Sociologia e Política); a sra. Ligia Sangirardi Lacerda, presidente do 'Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, representando o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e a sra. Oneyda Alvarenga.

O sr. Florestan Fernandes deixou de comparecer por ter recebido com atraso o convite; pela mesma razão não enviou seu representante o Museu Paulista. Os professores Donald Pierson e Roger Bastide não se encontravam em São Paulo, estando aquele no Rio e este em viagem de regresso da França. O sr. Fernando Mendes de Almeida declinou do convite, por razões particulares. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não comunicou se aceitava ou recusava participar da Sub-Comissão Estadual de Folclore.

Iniciando os trabalhos, a sra. Oneyda Alvarenga informou aos folcloristas presentes que, conforme já lhes expusera, na carta-convite que lhes fôra enviada, recebera da CNF o encargo de organizar a sub-comissão de Folclore do Estado de São Paulo; tratou das finalidades da Comissão que no momento se instalava, apresentando aos seus membros o programa de trabalho e o plano de estruturação da CNF, que deverão ser os modelos, mas não os

¹⁷⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (São Paulo, 15 de Abril de 1948), doc s/nº.

limites, das atividades da Sub-Comissão de Folclore do Estado de São Paulo; comunicou ainda as demais deliberações tomadas pela CNF quanto as comissões, resumindo-se suas obrigações para com a CNF em cooperar com esta na realização do seu plano de trabalho e mantê-la ao par das suas atividades; informou que os trabalhos das Sub-Comissões regionais deverão ser, tais como o da CNF, presididos por um secretário-geral, de que a função é meramente executiva.

Em seguida, por proposta da sra. Oneyda Alvarenga e a aprovação unânime dos representantes, ficou decidido que:

1) o lugar de secretário-geral da sub-comissão de folclore de São Paulo será ocupado por rodízio. O processo de escolha (eleição ou sorteio), bem como o tempo que deverá durar o exercício da função de secretário-geral, serão decididos na próxima reunião, com a presença de maior número de membros.

2) A Sub-Comissão de Folclore de São Paulo será uma organização aberta, isto é, o número de seus membros não tem limite. Por proposta de um de seus componentes, aprovada em sessão, dela poderão participar todas as pessoas capazes de colaborar eficientemente para a realização de seus planos de trabalho.

3) A Sub-Comissão de Folclore de São Paulo sempre deliberará por maioria e funcionará com qualquer número de membros presentes, ficando claro que nenhum dos seus componentes é responsável por deliberações tomadas em sessões de que não tenha participado.

Resolvidos esses pontos básicos, a sra. Oneyda Alvarenga comunicou aos presentes que pedira ao secretário-geral da CNF informes sobre quais os meios econômicos de que a Sub-Comissão de São Paulo disporia para os seus trabalhos, mas que nada lhe tinha sido dito a respeito. Assim sendo, caberia à própria Sub-Comissão entender-se com o secretário-geral da CNF sobre as questões econômicas. O prof. Rossini Tavares de Lima disse então que um dos pontos que anotara para tratar da reunião era justamente uma pergunta sobre quais os recursos que a Sub-Comissão iria ter para custeio de suas atividades. Todos os presentes mostraram-se acordes em que a Sub-Comissão nada poderá fazer sem auxílio financeiro e deliberaram unanimemente conferir ao futuro Secretário-geral o encargo de tratar do assunto com o Secretário-geral da CNF.

Passou-se depois a tratar do local onde funcionará a Sub-Comissão. Em nome da Discoteca Pública Municipal, a sra. Oneyda Alvarenga pôs à disposição a biblioteca dessa instituição. O professor Rossini Tavares de Lima ofereceu a sala do 'Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade', no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. O sr. Luís Saia prontificou-se a ceder o escritório da repartição que dirige - a Chefia da 4ª Região da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação. O sr. Octávio da Costa Eduardo pôs as ordens da Sub-Comissão a Escola Livre de Sociologia e Política. Os presentes optaram pela Discoteca Pública Municipal, embora a resolução não tenha sido dada como definitiva, visto que essa repartição está em local de acesso menos fácil que os outros propostos. Entretanto, resolveu-se positivamente que as reuniões deverão realizar-se sempre num mesmo lugar e em datas fixas, a serem ainda escolhidas.

Por proposta do sr. Luís Saia e aceitação unânime, a próxima reunião foi marcada para o dia 14 do corrente, às 16 horas, na Discoteca Pública Municipal.

Encerrando os trabalhos, a sra. Oneyda Alvarenga deu por concluída a sua missão, passando aos presentes o encargo de conduzir a bom termo a

organização da Sub-Comissão de Folclore de São Paulo.¹⁸⁰

A transcrição integral do primeiro relatório enviado a Renato Almeida por Oneyda Alvarenga nos trouxe inúmeras questões importantes a serem discutidas. Primeiramente, é inegável o empenho de Oneyda em reunir as principais instituições que poderiam colaborar com a Comissão Nacional de Folclore subordinada ao IBBEC. Assim, mesmo que naquele momento algumas delas não tenham respondido ao chamado inicial da diretora da Discoteca Pública Municipal, a relação efetivamente se estabeleceu tanto com o Museu Paulista quanto com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, como comprova a relação de membros da Comissão Paulista de Folclore.¹⁸¹ Além disso, há de se comentar que se por um lado a autora de *Música Popular Brasileira* deixou a Discoteca Pública Municipal aos préstimos da Comissão, inclusive oferecendo a biblioteca da mesma para sediar os encontros da Comissão, por outro, Oneyda Alvarenga pareceu afastar-se ligeiramente das atribuições que acarretaria manter a subcomissão paulista em funcionamento. Outrossim, nem a sede paulista do SPHAN, oferecida por Luis Saia e tampouco a Discoteca sediariam a recém-fundada Comissão Paulista de Folclore, ficando, pois, sediada junto ao Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, sob a forte liderança daquele que seria o primeiro Secretário-Geral: Rossini Tavares de Lima.

Outro ponto relevante verificável neste relatório enviado por Oneyda à Comissão Nacional de Folclore é que, se por um lado, alguns estudiosos não participaram desse primeiro encontro e mesmo não tenham se envolvido a fundo com a Comissão Paulista – como no caso da FFCL e do Museu Paulista – em contrapartida, estas instituições serão constantemente contatadas a fim de cancelar inúmeras bancas avaliadoras do Concurso de Monografias. Esse é o caso, por exemplo de Sérgio Buarque de Holanda e Herbert Baldus – ambos atuando no âmbito do Museu Paulista, Escola de Sociologia e Política, e mesmo Roger Bastide e Donald Pierson - este professor e coordenador do programa de pós-graduação da ESP e aquele professor de sociologia na FFCL da USP.

Assim, realizadas as primeiras reuniões, a Comissão Paulista de Folclore enviou um interessante relatório em maio de 1948 no qual poderemos confirmar a presença de alguns pesquisadores que futuramente figurariam no *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, sejam como concorrentes ou membros de júri:

¹⁸⁰ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Grupo Comissão Paulista de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda Alvarenga (São Paulo, 07 de Abril de 1948), doc s/nº.

¹⁸¹ Ver ANEXO C: Relação das comissões julgadoras

[...] Organizada a Sub-comissão seus membros estabeleceram que seria realizada quinzenalmente uma reunião que se comporia de duas partes: a primeira de caráter privado e a segunda franqueada ao público.

O local escolhido, situado em zona central, foi o Centro de Pesquisas Folclóricas 'Mário de Andrade', incentivando os membros da Sub-comissão com os resultados sadios de uma atividade idealista em memória do grande folclorista que São Paulo deu ao Brasil: Mário de Andrade.

Da organização das Equipes:

Em reunião de 13 de Maio p.p. os membros da capital organizaram-se em equipes:

Folclore Indígena:	Prof. Fernando A. Silva
Folclore Afro-Caboclo:	Prof. Antônio R. Müller
	Prof. Octávio C. Eduardo
Arte:	Prof. Ruth Guimarães
	Rossini T. de Lima
	Lygia S. Lacerda
	Prof. Luís Saia
Exposições	Prof. Alceu Maynard Araújo
	Prof. Magaly França
	Prof. Oswald A. Filho
Folclore Infantil	Prof. Florestan Fernandes [...] ¹⁸²

Podemos, então, confirmar a atuação de professores da ESP: Fernando Altenfelder Silva, Antônio Rubbo Müller, Octávio da Costa Eduardo e Alceu Maynard Araújo, por exemplo. Os quatro estudiosos serão convidados em inúmeras ocasiões para avaliarem monografias postulantes às premiações, sendo que os dois últimos terão, inclusive, trabalhos premiadas pelo respectivo certame. O correspondente relatório continua a sua descrição remontando aos últimos trabalhos realizados e planejados pelos representantes de São Paulo:

[...] De acordo com o programa traçado pelos membros da Sub-comissão, a segunda parte da reunião realizada quinzenalmente constaria de uma comunicação, sendo franqueada aos interessados:

Assim, o prof. Octávio da Costa Eduardo, no dia 25 de maio último discorreu sobre 'Folclore e Etnografia'.

A seguir, no dia 10 de junho o prof. Antônio Rubbo Müller fez sua comunicação: 'O ciclo anual e algumas festas populares'.

A terceira comunicação foi feita pelo prof. Alceu Maynard Araújo, em 22 de junho: 'A reportagem cinematográfica e o Folclore'.

A comunicação seguinte intitulava-se: 'Notas sobre dois mitos do ciclo

¹⁸² BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Correspondências recebidas. Relatório de Atividades (de 7 de abril a 6 de julho de 1948), doc s/nº.

da angústia infantil' e coube ao prof. Rossini Tavares de Lima. [...]¹⁸³

De uma maneira geral, podemos aferir por meio desta última citação que neste primeiro momento houve a presença preponderante de cientistas sociais da Escola de Sociologia e Política e mesmo do futuro crítico dos estudos folclóricos: Florestan Fernandes. Interessa-nos reter por ora que todos eles contribuirão direta ou indiretamente com o Concurso de Monografias, reforçando, pois, o ponto central da tese de Vilhena. Uma vez que o diálogo, por vezes polêmico, entre *folcloristas* e *cientistas sociais* foi central durante os anos 1950 e 1960, a presença destes dois grupos no interior do certame instituído pela Discoteca Pública Municipal, apresenta-nos vestígios indeléveis desse contexto. A vitalidade do *Concurso Mário de Andrade de Monografias* deve-se, em grande medida, ao próprio *Movimento Folclórico*. Deste modo, Oneyda Alvarenga procurou em cada edição do certame enviar os editais aos secretários-gerais das subcomissões estaduais com o objetivo de divulgá-lo aos folcloristas, como poderemos comprovar por meio de carta enviada ao CNF em 1950:

[...]Meu caro Renato,

Parece que o correio anda jogando de bandido comigo. Há muitos meses escrevi a você, pedindo uns números de coleção de documentos da CNF, que me faltavam, e a série inteira para a Discoteca. Você certamente não recebeu o pedido, porque não apareceram nem documentos nem carta sua. Agora vejo, pelo seu cartão do dia 3º, hoje chegado, que o correio não lhe entregou também o edital do 5º Concurso de Monografias Folclóricas, enviado em janeiro. E parece que não entregou também as Sub-Comissões Estaduais, porque só o Ayres da Mata Machado Filho acusou o recebimento. Para você vai outro com essa carta, mais a cópia da notícia fornecida aos jornais sobre o resultado do 4º Concurso. O relatório da Comissão Julgadora deverá ser publicado junto com as monografias. [...]¹⁸⁴

Do mesmo modo, os editais foram sempre publicados na Revista Brasileira de Folclore, revista esta subordinada à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958); a respeito da Campanha, inclusive, Oneyda Alvarenga foi representante do estado de São Paulo ao lado de Rossini Tavares de Lima junto ao Conselho Técnico.¹⁸⁵

¹⁸³ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Correspondências recebidas. Relatório de Atividades (de 7 de abril a 6 de julho de 1948), doc s/nº.

¹⁸⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Oneyda. (13 de Abril de 1950), doc s/nº.

¹⁸⁵ CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.p. 171 et seq.

Enfim, acreditamos que os dados coligidos aqui comprovem a estreita relação que o *Concurso Mário de Andrade* teve com o *Movimento Folclórico*, sem o qual dificilmente o respectivo certame teria alcançado a longevidade que teve. Por outro lado, as duas principais teses que historiaram o *Movimento Folclórico*, notadamente o já citado Luís Rodolfo Vilhena e Letícia Borges Nedel¹⁸⁶, delimitaram suas pesquisas a partir do início do *movimento* até a instauração da ditadura militar. Logo, nos vemos obrigados a considerar a política cultural voltada ao folclore até 1975 uma vez que o certame ocorreu ininterruptamente até esta data.¹⁸⁷

Segundo Lia Calabri, entre as décadas de 60 e 70 do século XX as questões culturais passaram a ser encaradas dentro do escopo das políticas ligadas à problemática do desenvolvimento econômico do país.¹⁸⁸ Ainda no governo de Jânio Quadros ocorreu a primeira tentativa de implantação de um Conselho Nacional de Cultura que ficaria diretamente subordinado ao gabinete da presidência. Regulamentado pelo Decreto nº 51.063 de 27 de junho de 1961, o conselho que seria composto por subcomissões das áreas de literatura, teatro, cinema, música e dança, artes plásticas, filosofia e ciências teve vida efêmera em virtude da renúncia de Jânio.¹⁸⁹ Entretanto, vale destacar que essa tentativa de

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Documentos: nº 1 a 580 (1948-1970)**. Rio de Janeiro: UNESCO, FUNARTE, Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe, 1997, p.17.

Em 1961, com Edison Carneiro na direção da Campanha, o conselho técnico, então restrito aos intelectuais do estado da Guanabara, foi ampliado para um Conselho Nacional. Nesse sentido, o mesmo passou a contar com Luiz da Câmara Cascudo (Rio Grande do Norte), Théo Brandão (Alagoas), Guilherme Santos Neves (Espírito Santo), José Loureiro Fernandes (Paraná), Oswaldo R. Cabral (Santa Catarina), Rossini Tavares de Lima e Oneyda Alvarenga (representantes de São Paulo).

Ao consultarmos o arquivo da Discoteca pudemos confirmar que Oneyda sempre enviou os editais diretamente para as Comissões nacional e estaduais de folclore a ponto dele (edital) ser, inclusive, publicado na série *Documentos* da CNFL, nº 76, em 03/02/1949.

¹⁸⁶ NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese, PPG História, UnB, 2005

¹⁸⁷ Por outro lado devemos reiterar que Oneyda Alvarenga se aposentou oficialmente em 1969, ou seja, as últimas edições ocorridas na década de 1970 ocorreram porque o concurso já havia se tornado uma rotina no interior do Departamento de Cultura. Nesse sentido, de 1975 em diante o certame não ocorreu mais devido à mudança administrativa que transformou o DC em Secretaria de Cultura.

¹⁸⁸ CALABRI, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 até ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 58.

¹⁸⁹ Ibid., pp. 60-1

Segundo Calabri: “Em 20 de Maio de 1961 foi realizada, em Brasília, a sessão de instalação do Conselho Nacional de Cultura – algumas comissões não estavam completamente instauradas e a Comissão de Literatura não estava presente. A comissão Nacional de Literatura não estava presente. A Comissão Nacional de Artes Plásticas era composta por Oscar Niemeyer, Geraldo Benedito Gonçalves Ferraz, Augusto Borges Rodrigues e presidida por Francisco Matarazzo Sobrinho. A Comissão Nacional de Cinema tinha como membros Flavio Tambellini (presidente) e Desidério Gross. A Comissão de Filosofia e Ciências Sociais era formada por Djacir Menezes, Euríalo Cannabrava, Dom Gouveia Isnard e presidida por Sérgio Buarque de Holanda. A Comissão Nacional de Música e Dança era presidida por José Candido Andrade Murici, com a participação de Eleazar de Carvalho, Otto Maria Carpeaux e Edino Krieger. A Comissão Nacional de Teatro era composta por Alfredo Mesquita, Nelson Rodrigues, Décio de Almeida Prado, Cacilda Becker e presidida por Clóvis Garcia. Participaram ainda do conselho Wladimir Amaral Murtinho, representando o Ministério das Relações Exteriores, e Renzo Massarani, representando o Ministério da Educação e Cultura. O primeiro secretário-geral do conselho foi Mário Pedrosa.”

sistematizar uma política nacional de cultura ocorreu fora da seara do Ministério da Educação e Cultura e apenas três anos após a implantação da Campanha de Defesa do Folclore Nacional (1958), esta última subordinada ao MEC. Deste modo, com a ascensão dos militares em 1964 se iniciou um processo de recrudescimento dos aparatos de censura e de recuperação das instituições patrimoniais. Segundo Lia Calabri:

Na segunda metade de 1966, por recomendação da Presidência da República, foi formada uma comissão para elaborar estudos visando à reformulação da política cultural do país. Foi sugerida a criação de um Conselho Federal de Cultura (CFC), nos moldes do Conselho Federal de Educação. Para os elaboradores da proposta, o Conselho Nacional de Cultura não tinha efetiva atuação nacional, limitava-se a ações pontuais, de pouca abrangência.¹⁹⁰

Assim, a partir da institucionalização do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, o folclore começou a entrar mesmo que timidamente na agenda cultural dos militares, uma vez que o CFC era dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional. O objetivo do regime não era outro senão organizar um sistema nacional de cultura, estimulando estados e municípios a organizarem seus respectivos conselhos de cultura. Data deste mesmo ano a criação da EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo, cuja institucionalização ensejou a entrada do folclore no mercado cultural.¹⁹¹ Segundo Renato Ortiz:

O crescimento da classe média, a concentração da população em grandes centros urbanos vão permitir ainda a criação de um espaço cultural onde os bens simbólicos passam a ser consumidos por um público cada vez maior. O ano de 1964 inaugura um período de enorme repressão política e ideológica, mas significa também a emergência de um mercado que incorpora em seu seio tanto empresas privadas como as instituições governamentais. Durante o período 1964-1980 ocorre uma formidável expansão, no nível da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais.¹⁹²

Ora, com o golpe as políticas voltadas ao folclore assumiram contornos claramente

¹⁹⁰ CALABRI, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 até ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.68.

O CFC, efetivamente criado por meio do Decreto n° 60.237 de 17 de fevereiro de 1967, teve a seguinte composição: Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur César Ferreira Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival do Prado Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Candido de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manuel Diegues Junior, Moysés Vellinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burle Marx, Rodrigo Mello Franco.

¹⁹¹ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.86

¹⁹² Ibid., p.83.

conservadores e, por conseguinte, orientadas ao mercado cultural em franca expansão. A relação entre folclore e turismo não só se ampliou como as Casas de Cultura Popular, principalmente do nordeste, encontravam-se associadas a grandes empresas de turismo na década de 70 do século XX.¹⁹³ Se, por um lado, não se pode dizer que o *Movimento Folclórico* simplesmente desapareceu com a ascensão da ditadura, por outra via, somos instados a reconhecer a guinada “conservadora” que o mesmo sofreu após o golpe de 1964. Até aquela data o movimento estava eivado por intensos debates e conflitos que, entretanto, não impediram o convívio entre intelectuais com orientações teóricas e políticas aparentemente inconciliáveis como, por exemplo, entre Renato Almeida, intelectual de perfil marcadamente tradicional e Edison Carneiro, intelectual abertamente marxista. Com a ditadura, porém, Edison Carneiro se viu afastado da Campanha de Defesa do Folclore devido à acusação de corrupção por pura perseguição política.¹⁹⁴

Nesse sentido, a partir da segunda metade da década de 60 do século XX o *Movimento Folclórico* perdeu paulatinamente a “vitalidade” vivida na década anterior,¹⁹⁵ o que não impediu, porém, a continuidade dos trabalhos das subcomissões estaduais. Em São Paulo, por exemplo, a década de 1970 proporcionou um novo momento dos estudos de cultura popular em virtude da criação de uma escola de folclore nas dependências do Museu de Artes e Técnicas Populares, ou simplesmente Museu de Folclore, dirigido por Rossini Tavares de Lima. Consequentemente, muitos alunos desse curso livre concorreram ao certame instituído pela DPM.

Por fim, objetivamos demonstrar até aqui que a vitalidade do Concurso Mário de Andrade de Monografias, apesar dele se ligar umbilicalmente com a história institucional do Departamento de Cultura, só pôde se manter graças ao surgimento do *Movimento Folclórico*, do qual o respectivo certame se constituiu em um capítulo importante no estado paulista, que, ao contrário da grande maioria dos outros estados do país, apresentava no final da década de 1940 um quadro intelectual peculiar de consolidação e profissionalização universitária; em outras palavras, o intelectual acadêmico passava a despontar como especialista autorizado a falar dos fenômenos sociais e culturais. Assim, discutiremos a seguir como Oneyda Alvarenga dosou esta correlação entre autoridades acadêmicas e intelectuais não especializados no que dizia respeito às opções metodológicas para com os estudos de cultura popular ou folclórica.

¹⁹³ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.87

¹⁹⁴ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p. 106.

¹⁹⁵ Id.

3º Capítulo } Resultados do Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional

A Discoteca Pública, não obstante a sua excelente organização, não chegou a constituir um centro nacional de estudos – com a exoneração de Mário de Andrade todo o estímulo oficial cessou – e a rotina burocrática não lhe permitiria ser conhecida fora de São Paulo se não fôsem os concursos anuais de monografias instituídos por Oneyda Alvarenga em 1946 [...]

Edison Carneiro

Demonstramos no transcorrer dos dois primeiros capítulos que o objetivo inicial de Oneyda Alvarenga de criar uma bibliografia sobre o folclore musical brasileiro por meio do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* se viu frustrado em virtude da ampliação do escopo científico do folclore, premissa esta em grande medida propalada pelo *Movimento Folclórico*, do qual Oneyda Alvarenga foi uma colaboradora notável enquanto representante do estado de São Paulo.

Apenas o primeiro concurso, ocorrido no ano de 1946, se restringiu à meta original da autora de *Música Popular Brasileira*. Se por um lado o *Movimento Folclórico* impôs certos “obstáculos” ao projeto inicial da Discoteca, por outro, a primeira crítica, e talvez a mais objetiva e perspicaz de todas, partiu inicialmente das ciências sociais, mais especificamente de Florestan Fernandes, futuro crítico dos folcloristas. Assim, em artigo publicado originalmente no Jornal de São Paulo, ao mesmo tempo que o sociólogo paulista louvava a iniciativa do Departamento de Cultura voltada ao estímulo de pesquisas por meio de certames públicos, contudo, não deixou de frisar os problemas impostos devido as suas limitações metodológicas:

É evidente que este não é o momento oportuno para discutir tais problemas. Todavia, eles precisam ser indicados e considerados, quando se tem em mira a discussão de um assunto como o que me propus neste artigo: o concurso sobre o folclore musical brasileiro, instituído pelo Departamento Municipal de Cultura, sob influxos mentores da Discoteca, diretamente interessada em seus resultados. Isso porque se deve encarar este concurso em termos de seu significado geral, e não somente enquanto expressão de uma iniciativa burocrática, mais ou menos feliz. O fato essencial aqui é que o interesse pelos estudos estritamente folclóricos tem perdido seu antigo ritmo de

desenvolvimento.

A fragmentação cada vez maior do campo de trabalho está contribuindo para o aparecimento de tendências por assim dizer *atomizadoras*, forçando a perda da consciência do folclore como uma realidade total [...]. As Faculdades de Filosofia, que deviam incluir o folclore no curso de ciências sociais, conforme um projeto inicial, deram atenção ao folclore de uma forma pouco adequada – antes prejudicial que construtiva. Essa é a verdade, pois os irregulares e breves 'cursos' de folclore são ministrados por pessoas interessadas mais diretamente pela sociologia, pela antropologia e etc. [...]. Delas não partem estímulos sérios para o estudo do folclore brasileiro; quando muito, ligadas a pesquisas sobre certos problemas sociais (estudos de comunidade rurais, de formas sociais peculiares etc.), surgem acidentalmente algumas contribuições parciais. [...] ¹⁹⁶

Essa citação nos interessa por inúmeros aspectos. Primeiramente, porque neste artigo Florestan Fernandes defendeu duas demandas futuramente encampadas pelo *Movimento Folclórico*: a ampliação do escopo científico do folclore e a inclusão do folclore no interior dos cursos de ciências sociais. Além disso, outro ponto de grande relevância se relaciona à especificidade do folclore em relação à sociologia e à antropologia. Por mais que o intelectual da Escola Paulista de Sociologia tenha reforçado, no transcorrer do artigo, que as ciências sociais teriam uma importância considerável para a superação do caráter empiricista dos estudos de cultura popular, por outro lado, no trecho acima destacado, evidencia-se, por parte de Fernandes, a defesa da natureza singular do folclore frente às respectivas disciplinas citadas. Uma vez que as contribuições da sociologia ou da antropologia teriam sido pontuais ou mesmo acidentais em relação ao conhecimento do folclore, justamente por se subordinarem aos “*estudos de comunidade rurais, de formas sociais particulares*”, seria conveniente que o folclore tivesse certa autonomia frente às ciências sociais.

Deste modo, Florestan Fernandes antecipou uma das principais premissas do *Movimento Folclórico* – a ampliação do escopo dos estudos de cultura popular para o folclore em geral – visto que seu artigo foi escrito em 1946, justamente após a abertura do primeiro edital do *Concurso de Monografias Folclóricas*, ou seja, um ano antes da criação da Comissão Nacional de Folclore ocorrida em 1947:

A disposição limitativa, restringindo a inscrição aos estudos do folclore musical brasileiro, é de fato uma coisa estranha. Que critério justifica essa limitação? Por acaso os organizadores do concurso têm meios para provar que o folclore musical possui uma importância relativa tão grande no

¹⁹⁶ FERNANDES, Florestan. Um Concurso de Folclore Musical. In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 218-9.

folclore brasileiro em geral que consagre uma discriminação e um incentivo tão especiais? No momento, parece-me que a preocupação não deve ser o estudo de um dos ramos do folclore brasileiro, mas todos os seus aspectos possíveis. Um concurso sobre o folclore brasileiro, atualmente, contaria com um número regular de trabalhos sobre o folclore musical. É por assim dizer o assunto da moda entre os folcloristas brasileiros. Essas contribuições deveriam satisfazer a sede ou as necessidades imediatas, visadas pela Discoteca. Por isso, penso que os seus organizadores devem alargar as suas bases, dando ao folclore musical o lugar que merece por sua importância material. Assim, prestariam um serviço maior ao folclore brasileiro e ao próprio folclore musical atraindo mais concorrentes e sendo ao mesmo tempo mais úteis aos nossos folcloristas. E depois resta uma pergunta: Como se poderia compreender os elementos do folclore musical brasileiro fora de seu contexto cultural mais amplo? [...] ¹⁹⁷

Mesmo considerando que Florestan se antecipou ao *Movimento Folclórico* ao defender a ampliação do escopo dos estudos folclóricos, não devemos esquecer que anos antes ele debateu seriamente a validade de considerar o folclore uma ciência dentro do âmbito das ciências sociais, destacando, pois, que o mesmo era “*menos uma ciência à parte que um método de pesquisa*”. ¹⁹⁸ No entanto, o fato de o futuro crítico dos postulados emancipatórios desta disciplina defender esta posição metodológica, antes que os folcloristas estivessem propriamente organizados em torno da Comissão Nacional de Folclore, é suficientemente instigante para confirmarmos que realmente o *Concurso de Monografias Folclóricas*, longe de parecer mais uma iniciativa burocrática, como bem destacou Fernandes, foi tido, muito pelo contrário, como uma iniciativa séria e contumaz em relação ao desenvolvimento de métodos de pesquisas a respeito da cultura popular ou folclórica no Brasil. ¹⁹⁹

Dessa maneira, Oneyda Alvarenga, apesar de compreender que talvez seria mais proveitoso aos estudos musicais manter o certame dentro dos limites iniciais, por outra via, reconhecendo as insuficiências dos estudos de cultura popular, inclusive, daqueles relacionados à música popular, resolveu ampliá-lo de acordo com as proposições de Fernandes. Ao mesmo tempo em que colaborou diretamente com o estímulo e divulgação de

¹⁹⁷ FERNANDES, Florestan. Um Concurso de Folclore Musical. In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 220.

¹⁹⁸ FERNANDES, Florestan. O Folclore como método. In: Ibid., p. 53. (originalmente publicado em OESP em 14. Set. 1944)

¹⁹⁹ FERNANDES, Florestan. Um Concurso de Folclore Musical. In: Ibid., p. 221.

Nesse sentido, Florestan Fernandes comparou a validade e a importância das bases metodológicas do Concurso com políticas similares em outros países, tais como EUA ou estados europeus. Em suas palavras: “O critério melhor, neste caso, seria paradoxalmente a falta de critérios. Estes são por excelência limitativos – implicam exclusões, e quem conhece de perto o estado atual dos estudos folclóricos no Brasil sabe muito bem o quanto estas têm de perigosas. Um “Concurso de monografias sobre o folclore” seria bastante; seria, mesmo o ideal. Países como a França, a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos etc, podem se dar ao luxo das exclusões, porque existem possibilidades de fazer tantos concurso e seleções quantos são os ramos do folclore. Entre nós, até a parte relativa à sistematização teórica merece acolhida, pois, só três autores tentaram a empresa: João Ribeiro, Basílio Magalhães e Joaquim Ribeiro. [...]”

pesquisas inéditas a respeito do folclore brasileiro, Oneyda também favoreceu, por vias transversas, a constituição de uma bibliografia que abordasse mesmo que indiretamente a música popular.

Por outro lado, independentemente dos objetivos imediatos ou difusos de Oneyda Alvarenga, o *Concurso Mário de Andrade de Monografias* tomou contornos que transcenderam a orbita do próprio Departamento de Cultura. Como demonstraremos nesse capítulo, pode-se dizer que os estudos de cultura popular realizados entre os anos 1950 e 1960 marcaram nitidamente a polarização entre dois perfis intelectuais: o intelectual com formação no âmbito universitário, notadamente junto às ciências sociais, via de regra, com atuação profissional docente, e o intelectual de perfil ensaístico - que seria o folclorista propriamente dito - cuja formação se dava, grosso modo, nas Faculdades de Direito e que compunham os quadros dos Institutos Históricos Geográficos, Academias de Letras e/ou Institutos Musicais, ou seja, instituições predecessoras das universidades brasileiras. Deste modo, o certame instituído pela DPM em 1946 rapidamente se transformou em um “foro” privilegiado de debate acerca das opções teóricas e metodológicas para o estudo da cultura popular no Brasil, chegando a inspirar a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958) a instituir um concurso similar ao certame do DC em 1959: o *Concurso Sílvio Romero*.

Nosso objetivo neste capítulo será, portanto, acompanhar os resultados e os bastidores de cada edição do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, sempre atentos, pois, à dicotomia entre ciências sociais e folclore, que, de uma maneira geral, tomou contornos específicos em São Paulo: ao mesmo tempo em que a Escola de Sociologia e Política e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras despontavam no cenário nacional como promotoras do novo perfil intelectual, frente ao padrão ensaístico, a Comissão Paulista de Folclore se transformou na subcomissão mais ativa do *Movimento Folclórico*, contando inclusive com a adesão de professores e alunos oriundos dos principais centros universitários de São Paulo. Em outras palavras, tal realidade se refletiu nas edições do certame de monografias.

3.1 Concorrentes e comissões julgadoras: metodologias para os estudos de folclore

Após avaliarmos brevemente os autores concorrentes e a composição das comissões julgadoras notamos um certo “ecletismo” em relação às origens e orientações profissionais destes intelectuais. Uma das maiores dificuldades em nosso estudo foi justamente trabalhar com um recorte cronológico demasiadamente extenso, marcado por inúmeras mudanças políticas e institucionais, e, mais do que isso, lidar com um enorme contingente de autores e

intelectuais, correndo, pois, o enorme risco de sermos parciais em relação a alguns e indulgentes em relação a outros. Assim, buscaremos superar essas lacunas abordando as posições e orientações metodológicas apresentadas ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias* por meio das vinculações institucionais tanto dos concorrentes quanto daqueles que compuseram as bancas examinadoras, estas, em sua grande maioria, escolhidas por Oneyda Alvarenga.

Como destacamos nos transcorrer do capítulo anterior, acreditamos que o propósito mirado por Oneyda Alvarenga com a instituição do *Concurso Mário de Andrade de Monografias* foi amparar as pesquisas folclóricas, pelo menos aquelas “fomentadas” pelo Departamento de Cultura, por metodologias provenientes do seio das ciências sociais, em processo de ampla profissionalização e consolidação no Brasil, em moldes semelhantes do que se verificou no *Curso de Etnografia e Folclore* e na *Sociedade de Etnografia e Folclore*. Pode-se considerar, em contrapartida, que o tempo transcorrido entre os principais projetos do DC voltados às pesquisas folclóricas ou etnográficas e a institucionalização do Concurso de Monografias fragilize essa interpretação. Entretanto, não devemos desconsiderar e tampouco esquecer que Oneyda Alvarenga planejou o certame em outubro de 1938, pouco tempo após a exoneração de Mário de Andrade do posto de direção do DC. Assim, o lapso entre 1938 e a realização do primeiro certame em 1946 se relaciona, como já comentamos anteriormente, à gestão de Prestes Maia (1938 - 1945) voltada quase que exclusivamente à implantação do Plano de Avenidas.

Nesse sentido, as últimas pesquisas relativas à Sociedade de Etnografia e Folclore reforçam que o fito mirado por Mário de Andrade com a instituição da SEF não foi outro senão contar com o maior número de colaboradores interessados no estudo do folclore, sem dispensar, todavia, o embasamento metodológico oriundo da etnografia para orientação científica dos estudos folclóricos. Se por um lado era fundamental contar com a colaboração de estudiosos “não especializados” no campo das ciências sociais, por outro, a presença de autoridades acadêmicas junto a SEF, tais como Roger Bastide, Pierre Monbeig, Claude Lévi-Strauss e Dina Lévi-Strauss, por exemplo, objetivava “elevar” o rigor dos estudos culturais brasileiros relacionados com a temática popular ou folclórica.²⁰⁰ Ora, levando-se em conta que o *Movimento Folclórico*, deflagrado por Renato Almeida, por meio da Comissão

²⁰⁰ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCLH-USP, São Paulo, 2010.

Nacional de Folclore, também buscou não só articular, mas também organizar, sob bases institucionais, o maior número de estudiosos do folclore, Oneyda Alvarenga pôde manter, pois, o *Concurso de Monografias Folclóricas* sob balizas semelhantes ao período de existência da SEF. Em outras palavras, a autora de *Música Popular Brasileira* criou um meio efetivo de incentivo à pesquisa do folclore, por meio de premiações em dinheiro e publicações, sendo que, ao mesmo tempo, almejou refinar o rigor metodológico de tais pesquisas com a constituição de bancas examinadoras rigorosas, não raras vezes, compostas por professores universitários. Assim, veremos rapidamente, os vínculos institucionais dos concorrentes.

De uma maneira geral, como já afirmamos reiteradas vezes no transcorrer dessa dissertação, parte considerável dos autores estava associada ao *Movimento Folclórico*. Nesse sentido, a Comissão Paulista de Folclore reuniu a maior parte dos autores concorrentes até onde pudemos apurar:²⁰¹

Tabela 1 - Membros da Comissão Paulista de Folclore participantes do certame

Comissão Folclórica de São Paulo			
Nome	Ano	Concurso	Classificação
Rossini Tavares de Lima	1951, 1952	6° e 7°	1° menção Honrosa no 6° concurso e 1° prêmio no 7° Concurso
Evanira Pereira Mendes	1953	8°	2° prêmio
Frederico Lane	1951	6°	1° prêmio
Geraldo Brandão	1951, 1952, 1954	6°, 7°, 9°	2° menção honrosa no 6° Concurso, 3° menção honrosa no 7° Concurso, não premiado no 9° Concurso
José Geraldo de Souza	1952	7°	2° prêmio
Aluísio de Almeida	1947, 1952, 1957, 1958, 1973	2°, 7°, 12°, 13°, 28°	1° menção honrosa no 2° Concurso, não premiado no 7° Concurso, não premiado no 12° Concurso, não premiado no 13° Concurso, não premiado no 28° Concurso
Maria de Lourdes Borges Ribeiro	1953, 1960, 1969	8°, 15°, 24°	1° prêmio no 8° Concurso, 1° prêmio no 15° Concurso, 2° menção honrosa no 24° concurso
Oracy Nogueira	1955	10°	1° menção honrosa

²⁰¹ Ver ANEXO D: Relação dos membros das comissões folclóricas estaduais.

Oswald Andrade Filho	1954	9°	Não premiado
Yves Rudner Schmidt	1954	9°	Não premiado
Alceu Maynard de Araújo	1950, 1951, 1956	5°, 6°, 11°	1° prêmio no 5° concurso, 2° prêmio no 6° concurso, 2° prêmio no 11° concurso
Octávio da Costa Eduardo	1947	2°	1° prêmio
João Chiarini	1946	1°	2° prêmio

Uma vez que Oneyda Alvarenga foi um dos membros da Comissão Nacional de Folclore, a autora de *Menina boba* foi hábil ao se valer da articulação criada pela respectiva comissão, posteriormente solidificada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro(1958), fazendo, pois, publicar em periódicos destas instituições os editais de cada edição do *Concurso Mário de Andrade*. Assim, grande parte dos outros intelectuais concorrentes aos prêmios estavam associados às demais subcomissões folclóricas:²⁰²

Tabela 2 – Membros das demais subcomissões folclóricas participantes do certame

Subcomissões Folclóricas Estaduais				
Nome	Ano	Concurso	Classificação	Comissão Folclórica
Theotonio Villela Brandão (Théo Brandão),	1949 e 1948	4° e 3°	1° prêmio no 4° Concurso; 1° prêmio no 13° Concurso.	CAFL
Pimentel de Amorim	1951 e 1956	3° e 11°	3° menção honrosa no 3° concurso e 1° menção honrosa 11° concurso	CAFL
Hélio Galvão	1947	2°	Não premiado no 2° Concurso	CRNFL
Veríssimo de Melo	1949 e 1951	4° e 6°	2° prêmio do 4° concurso e não premiado no 6° concurso	CRNFL
Luiz Carlos Lessa	1949 e 1952	4° e 7°	1° menção honrosa no 4° concurso e 2° menção honrosa no 7° concurso	CRSFL
Oswaldo R. Cabral	1950	5°	2° prêmio no 5° concurso	CCFL

²⁰² Ver ANEXO D: Relação dos membros das comissões folclóricas estaduais

Walter Pizza	1951	6°	Não premiado no 6° concurso	CCFL
Maria Stela de Novaes	1953	8°	Não premiada no 8° concurso.	CESFL
Fausto Teixeira	1953	8°	Não premiado no 8° concurso	CMFL
Ático Villas Boas da Mota ²⁰³	1972, 1974 e 1975	27°, 29° e 30°	2° prêmio no 27° concurso, 3° prêmio no 29° concurso e 2° prêmio no 30° concurso.	CNFL
Hidalgardes Cantolino Viana	1952 e 1956	7° e 11°	Não premiado no 7° concurso e 2° menção honrosa no 11° concurso	CBAFL

Legenda:

CNFL: Comissão Nacional de Folclore

CAFL: Comissão Folclórica de Alagoas

CRNFL: Comissão Folclórica do Rio Grande do Norte

CRSFL: Comissão Folclórica do Rio Grande do Sul

CCFL: Comissão Folclórica de Santa Catarina

CESFL: Comissão Folclórica do Espírito Santo

CMFL: Comissão Folclórica de Minas Gerais

CBAFL: Comissão Folclórica da Bahia

Tendo em vista que nos valem da documentação disponível no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular relativa à Comissão Nacional do Folclore, apuramos apenas quais eram os intelectuais vinculados às subcomissões folclóricas no momento de suas implantações. Assim, outros autores que direta ou indiretamente colaboraram com o *Movimento Folclórico* em outras ocasiões também participaram do Concurso de Monografias: Wilson Rodrigues Moraes, 1° prêmio no 25° concurso em 1970; Américo Pellegrini Filho, 2° menção honrosa no 23° Concurso em 1968 e 1° Prêmio no 26° concurso em 1971; e Léa Vinocur Freitag,²⁰⁴ não premiada no 21° Concurso em 1966, são alguns exemplos.

Apesar da maioria dos autores premiados estarem filiados às comissões folclóricas estaduais, alguns estudiosos como Alceu Maynard de Araújo, Octávio da Costa Eduardo e Oracy Nogueira, da Comissão Paulista de Folclore, também mantinham laços vitais com a

²⁰³ COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Documentos: n° 1 a 580 (1948-1970)**. Rio de Janeiro: UNESCO, FUNARTE, Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe, 1997.

Em 1997 Ático Vilas Boas da Mota se encontrava na presidência da Comissão Nacional de Folclore.

²⁰⁴ Léa Vinocur Freitag iniciou parte de sua formação musical junto ao Conservatório Dramático e Musical. No final dos anos 1960 se especializou na área do nacionalismo musical ao defender tese sobre este tema sob orientação de Ruy Galvão Andrade Coelho. Para mais detalhes consultar:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4447344U6> (consultado em 02/05/2016)

Escola de Sociologia e Política. Outros autores, que não estavam formalmente vinculados às subcomissões folclóricas, também se dedicaram direta ou indiretamente ao estudo da cultura popular: Gioconda Mussolini, 1º prêmio no 3º certame em 1948 e Maria Isaura Pereira de Queiroz, 3º prêmio no 11º concurso em 1956 formaram-se no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFCL) da USP e atuaram como docentes dessa mesma universidade. Semelhantemente, Theresinha Aparecida Porto Ancona Lopez,²⁰⁵ 2º prêmio no 24º concurso em 1969 e Carlos Rodrigues Brandão,²⁰⁶ 2º prêmio no 29º concurso em 1974 e 1º prêmio no 30º concurso em 1975, formaram-se pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

O elevado número de concorrentes durante os 30 anos de certame não nos permitiu apurar as vinculações institucionais de todos os autores uma vez que os editais não lhes obrigavam remeter um breve currículo no ato das inscrições. Assim, as vinculações institucionais foram obtidas por meio do cruzamento de fontes arquivísticas, notadamente as fontes do próprio *Concurso Mário de Andrade* com os documentos da Comissão Nacional de Folclore, atualmente sob responsabilidade do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do IPHAN. Uma vez que as listas dos membros das comissões folclóricas que acessamos no Centro Nacional de Folclore se restringiam às décadas de 1940 e 1950, não conseguimos apurar as vinculações institucionais da maior parte dos concorrentes durante a década de 1970. Deste modo, associamos o fluxo maior de concorrentes destes últimos anos do certame à criação da Escola de Folclore, em 1971, junto ao Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo.²⁰⁷ Ao consultarmos o inventário do Fundo Museu de Folclore, mais especificamente a série *Relatórios do dia a dia*,²⁰⁸ sob guarda do Pavilhão das Culturas Brasileiras, apuramos que os seguintes autores estudaram efetivamente na Escola de Folclore

²⁰⁵ Telê Ancona Lopez se especializou na década de 1960 na área de teoria literária sob orientação de Antonio Candido. Para mais detalhes consultar:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788508P3> (consultado em 02/05/2016)

²⁰⁶ Carlos Rodrigues Brandão se especializou na década de 1970 junto a Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo, sob as orientações de Roberto Cardoso de Oliveira e José de Souza Martins, respectivamente. Para mais detalhes consultar:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780720Y4> (consultado em 02/05/2016)

²⁰⁷ *Museu de artes e técnicas populares* passou a ser o nome oficial do *Museu de Folclore* fundado em 1948 nas dependências do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. De uma maneira geral, ele resultou da fusão do acervo reunido junto ao Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade com o acervo reunido para a realização da exposição *Interamerica de artes e técnicas populares* realizada no Parque do Ibirapuera em virtude dos festejos do IV Centenário de São Paulo.

²⁰⁸ BOLOGNINI, Dalva Soares. Depoimento. [20 de agosto de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor Barbosa Sousa.

Os *Relatórios do dia a dia* se tratavam de uma espécie de trabalho de conclusão do curso da Escola de Folclore. Listamos aqui apenas os autores que fizeram os referidos relatórios e apresentara monografias ao Concurso Mário de Andrade.

e concorreram ao certame:

Tabela 3 – Alunos da Escola de Folclore participantes do certame

Escola de Folclore - Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo			
Nome	Ano	Concurso	Classificação
Haydée Nascimento	1973	28°	2° Prêmio
Luiz Roberto de Barros Mott	1972 e 1973	27° e 28°	3° Prêmio no 27° Concurso e Não premiado no 28° Concurso
Manoel J. Cardoso	1973	28°	Não premiado
Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo	1972	27°	1° Prêmio
René Antonio Nusdeu	1972	27°	Não premiado

Outros autores vinculados ao Museu de Folclore de São Paulo também participaram do certame enquanto concorrentes: Marcel Jules Thieblot, 3° prêmio no 28° Concurso ocorrido em 1973 e Niomar de Souza Pereira, 3° Menção Honrosa no 30° Concurso ocorrido em 1975. No entanto, não pudemos avaliar as possíveis vinculações dos poucos mais de 50 autores que concorreram ao Concurso entre 1971 e 1975, fato este que não nos impediu de verificar a existência de um novo “impulso” pelo qual o *Movimento Folclórico* passou nesse ínterim cujo exemplo paradigmático foi a criação da referida Escola de Folclore em São Paulo.

Em algumas ocasiões do capítulo anterior destacamos que durante os anos 30 do século XX as iniciativas do Departamento de Cultura relacionadas aos estudos culturais buscaram se ancorar, metodologicamente, junto às ciências sociais em vias de implantação universitária no Brasil, sem desprezar, por outro lado, a colaboração de intelectuais sem formação formal no campo das ciências humanas. Nesse sentido, pode-se considerar que o elevado número de intelectuais diretamente relacionados ao *movimento folclórico* reafirma a tese que expusemos ainda no primeiro capítulo: uma vez que a meta mirada pela *Sociedade de Etnografia e Folclore* foi reunir o maior número de estudiosos dedicados às pesquisas sobre cultura popular, não nos parece exagerado considerar que Oneyda Alvarenga buscou justamente concretizar uma parte deste projeto - precocemente abortado em decorrência do quadro político municipal - por meio do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*. Em outras palavras, na medida em que o *Movimento Folclórico* vinculou estudiosos da maior parte dos estados brasileiros, os certames realizados pela DPM concretizaram uma das pedras angulares desejada pela Sociedade de Etnografia e Folclore: conhecer o Brasil por meio de uma ampla rede de estudiosos.

Se a metodologia defendida para tais estudos partiu inicialmente, especificamente no Departamento de Cultura, da *etnografia*, a partir dos anos 1950 o *Movimento Folclórico* passará a defender autonomia metodológica frente às demais ciências humanas, seja da sociologia, antropologia, etnografia, psicologia, geografia e história, sem negar, entretanto, o diálogo com estas disciplinas. O principal fórum de debate em relação às metodologias dos estudos folclóricos se estabeleceu por meio dos inúmeros congressos nacionais e internacionais organizados pela Comissão Nacional de Folclore.²⁰⁹ O primeiro deles, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1951, centro irradiador do respectivo movimento, legou ao movimento a famosa *Carta do Folclore Brasileiro*, que, nas palavras de Edison Carneiro, procurou estabelecer linhas complementares entre folclore e antropologia:

1. O Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda a sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.
2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica
3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.
4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturais no exame e análise do folclore.²¹⁰

Este trecho da *Carta do Folclore Brasileiro* apresenta inúmeros elementos suscetíveis de análise. Primeiramente, destaca-se o fato de encarar como *folclórico* apenas aquilo que esteja livre da influência “erudita”, inclusive aquelas manifestações que tenham passado por algum tipo de “intervenção” com o fito de preservá-las. Do mesmo modo, o fato de defenderem o mínimo de intervenção, inclusive daqueles que se dedicavam ao estudo da cultura popular, elucida o viés científico do movimento.²¹¹ Assim, como já havíamos

²⁰⁹ CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 62-3. O segundo, terceiro e quarto congressos aconteceram nos anos de 1953, 1957 e 1959, respectivamente em Curitiba, Bahia e Porto Alegre. Outrossim, o auge dos congressos folclóricos ocorreu na cidade de São Paulo conjuntamente com os festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, que promoveu o Congresso Internacional de Folclore em 1954.

²¹⁰ CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 62-3.

²¹¹ SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. In: **Estudos Avançados**, 24(69).

pontuado, a preservação da “identidade brasileira” ocorreria por meio do estudo e registro do folclore, independentemente da natureza material ou espiritual da manifestação cultural. Há na carta do folclore brasileiro outro elemento de grande relevo que, inclusive, motivou a discordância entre folcloristas brasileiros e europeus durante a realização do Congresso Internacional de Folclore ocorrido em São Paulo em 1954: a noção de que o folclore não seria, obrigatoriamente, o vestígio de reminiscências culturais. Por outro lado, nesse primeiro momento, notamos que os folcloristas ainda entendiam o *folclore* como disciplina “híbrida” uma vez que ela pertencia ao ramo das “ciências antropológicas” cuja base teórica deveria se pautar no método histórico e cultural, visão que, entretanto, mudou paulatinamente até atingir seu clímax em 1954.²¹²

A ideia de que o folclore seria uma ciência “autônoma” dentre as demais ciências sociais nunca foi completamente consensual, inclusive, entre os próprios folcloristas, como observável na posição de José Loureiro Fernandes, catedrático de etnografia no Paraná, durante a realização do 1º Congresso Internacional de Folclore realizado em São Paulo em 1954. Nesse sentido, em meio à realização do respectivo congresso, por exemplo, os folcloristas brasileiros se depararam com forte resistência dos folcloristas europeus em vários pontos metodológicos sobre aquilo que denominaram *fato folclórico*. Estes concebiam o folclore como manifestação das “arqueocivilizações” que persistiriam no mundo moderno, teoria desenvolvida por André Varagnac, enquanto aqueles propunham que o folclore seria

São Paulo: USP, 2010, p.374-7.

Ao contrário do que se concebe atualmente, a política de preservação cultural possuía um forte crivo científico. Pode-se dizer que o principal instrumento de preservação seria justamente o registro das manifestações folclóricas, fortemente ameaçadas de desaparecerem no transcorrer do processo de modernização da estrutura social e econômica que o país vivenciava. Atualmente, pelo contrário, a tendência “positiva” foi substituída por políticas de salvaguarda ao invés de se restringirem ao registro.

²¹² CARNEIRO, Edison, Antropologia e Folclore. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 63-5.

Edison Carneiro talvez tenha sido o intelectual que mais defendeu a autonomia metodológica e teórica do folclore. O autor de *Candomblés da Bahia* descreve com detalhes a evolução dos debates conceituais durante os congressos: “[...] Não obstante a resolução situar o folclore no campo das ciências antropológicas e culturais, os métodos deveriam ser ‘históricos e culturalistas’... Pode-se pensar, quer numa associação da história e da antropologia, quer numa tardia recordação do método histórico-cultural, a essa época já ultrapassado. A vagueza da expressão caracteriza bem essa fase inicial. (...)”

No Congresso Internacional de Folclore, em São Paulo (1954), a questão foi tratada com seriedade científica por Oracy Nogueira, em proposta aprovada em comissão, mas relegada, em plenário, à discussão posterior (...).

Mas, no III Congresso de Folclore, na Bahia (1957) começamos a regredir. Tales de Azevedo, relator da mesa redonda de folclore e ciências sociais, não obstante pender para a limitação do folclore à literatura oral, tentou antes expor o problema do que resolvê-lo. E expôs do modo pior para as relações entre folclore e as ciências sociais – alinhando um sem-números de opiniões de antropólogos e sociólogos contra a admissão do folclore além do campo das humanidades. (...)”

O cúmulo da desorientação dos folcloristas ocorreu mais tarde, por ocasião do IV Congresso de Folclore, em Porto Alegre (1959). De outro modo não teria sido possível aprovar uma absurda resolução que exige do folclorista um completo estudo de comunidade para dar ‘amostras’ do folclore local... [...]”

oriundo da dinâmica social.²¹³ Como já frisamos, internamente o “movimento” não estava coeso em relação às fronteiras entre folclore e as demais ciências sociais. José Loureiro Fernandes, catedrático de antropologia e etnografia da Universidade do Paraná e secretário da Comissão Paranaense de Folclore, por exemplo, discordou de pontos metodológicos apresentados na *Carta do Folclore*, documento aprovado no 1º Congresso Nacional, provocando a reação imediata de Fernando Corrêa Azevedo, membro da Comissão Paranaense de Folclore e diretor da Escola de Música e Belas-Artes da Universidade do Paraná. Apesar dos esforços de Renato Almeida em apaziguar o desentendimento, Loureiro foi categórico em afirmar que o folclore quando estudado por homens de ciência, e não por homens de arte, seria capítulo da etnografia. Esta divergência se estendeu até o meio editorial, quando Edison Carneiro direcionou sérios “ataques” à escola paulista de sociologia.²¹⁴

Pode-se dizer, ainda, que em um certo momento a metodologia oriunda das ciências sociais prevaleceu sobre a orientação dos estudos folclóricos, verificável, por exemplo, na resolução do IV Congresso Nacional de Folclore, ocorrido em 1959, que recomendou aos estudiosos de cultura popular seguirem o modelo dos *estudos de comunidade*, metodologia fortemente praticada pela Escola de Sociologia e Política. Deste modo, Edison Carneiro não deixou de externar seu descontentamento em relação ao Congresso de 1959:

Tentando orientar dêsse modo as pesquisas de folclore, o Congresso invadiu o campo mais geral da antropologia, reinstalando uma confusão que parecia ter-se esclarecido desde 1951, e, sob a alegação de fomentar as boas relações entre os cultores das ciências sociais, praticamente propôs a auto-anulação do folclorista, ao indicar, como objetivo dêste, 'o estudo mais completo e integral do homem brasileiro nas diferentes manifestações de sua cultura'[(...]

A resolução do Congresso declara que os estudos de comunidade permitem 'o conhecimento das manifestações folclórica em sua totalidade, dentro do contexto da sociedade em que aparecem', mas logo reduz tão larga perspectiva, acentuando que servirão 'para revelar, através de amostras, o folclore de uma região cultural.' Poucos, pouquíssimos serão os folcloristas que se dêem por satisfeitos com simples *amostras*. Terá utilidade estudar tôda a estrutura de uma comunidade, empregando recursos de outras ciências sociais, a fim de entender as manifestações folclóricas 'dentro do contexto da sociedade', para, afinal, trazer apenas algumas *amostras* que o revelem?²¹⁵

²¹³ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.142 et seq.

²¹⁴ CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978.

²¹⁵ CARNEIRO, Edison. Comunidade, Folk Culture e Folclore. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 81-3

Como demonstraremos subsequentemente, não só os estudos de comunidade serviram de baliza para parte dos estudos folclóricos, apesar das queixas de Carneiro, como o *Concurso Mário de Andrade* contemplou pesquisas desenvolvidas sob o auspício desta metodologia. Assim, tanto as posições defendidas pelas comissões julgadoras como as orientações teóricas e metodológicas dos trabalhos apresentados ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* contém vestígios indeléveis que permitem reconstituir substancialmente esse debate intelectual.

A esse respeito, as comissões julgadoras deixam antever essa dialética. Salvo pequenas interrupções e após 1968, as escolhas das bancas partiram diretamente de Oneyda Alvarenga. Em uma breve avaliação, verificaremos que intelectuais universitários foram exaustivamente convidados a compor o júri, o que, acreditamos, representou o intento da autora de *Música Popular Brasileira* de embasar metodologicamente os estudos folclóricos sob o crivo teórico das ciências sociais. Nomes como os de Roger Bastide, Donald Pearson, Florestan Fernandes, Herbert Baldus, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e Gilda de Melo e Souza, por exemplo, dão prova de que Oneyda pretendeu aproximar os estudos folclóricos do que havia de mais avançado na época em relação às metodologias voltadas ao estudo científico do *folclore*, o que, aliás, também foi um dos objetivos do próprio *Movimento* apesar da tentativa de autonomização deste campo de estudo.

Vejamos brevemente as opções realizadas por Oneyda Alvarenga para composição das comissões julgadoras.²¹⁶ No que diz respeito à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP²¹⁷ os seguintes pareceristas de júri podem ser verificados na tabela abaixo:

²¹⁶ Deve-se destacar que essa divisão foi realizada com intuito unicamente didático. Muitos autores poderiam figurar em mais de uma classificação, tais como Alceu Maynard Araújo e Oracy Nogueira, os quais se formaram junto a ESP e depois trabalharam no Instituto de Administração da USP. Do mesmo modo, Gioconda Mussolini e Mário Wagner Vieira da Cunha, ambos formados pela FFCL, especializaram-se na ESP. Herbert Baldus e Sérgio Buarque de Holanda dirigiram o Museu Paulista e também trabalharam na Escola de Sociologia e Política, sendo que o último também lecionou na FFCL. Por fim, o caso mais emblemático diz respeito ao fato de muitos destes intelectuais terem atuado junto à Comissão Paulista de Folclore, como no caso de Octávio da Costa Eduardo, Oracy Nogueira, Alceu Maynard Araújo, Antonio Rubbo Müller, na qual tiveram papel de destaque.

²¹⁷ As trajetórias profissionais destes autores foram obtidas basicamente nos seguintes estudos: MICELI, Sérgio (org). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1 e 2. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, 1989. PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo dos anos 1950-1960**. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2008, pp. 239-43.

Tabela 4 – Membros do júri oriundos da FFCL

Nome	Datas	Concursos	Vínculos Institucionais
Roger Bastide	1946 e 1950	1° e 2°	FFCL
Sérgio Buarque de Holanda ²¹⁸	1947, 1958 e 1961	2°, 13°, 16°	FFCL; MP; ESP;
Antonio Candido de Mello e Souza	1948 e 1953	3° e 8°	FFCL
Gilda de Mello e Souza ²¹⁹	1949, 1954	4° e 9°	FFCL
Florestan Fernandes	1949	4°	FFCL, ESP, CPF
Egon Schaden ²²⁰	1949, 1953	4° e 8°	FFCL; ECA
Lavínia Costa Raymond	1950	5°	FFCL
Mário Wagner Vieira da Cunha	1955	10°	FFCL, ESP, IA, CPF
Maria Isaura Pereira de Queiroz	1958	13°	FFCL
Aziz Simão ²²¹	1958	13°	FFCL
Gioconda Mussolini	1960	15°	FFCL, ESP
Fernando Henrique Cardoso	1961	16°	FFCL
Octávio Ianni	1960	15°	FFCL
Nice Lecoq Müller	1961	16°	FFCL
Ruy Galvão de Andrade Coelho	1961, 1966	16° e 21°	FFCL
Armando Ferrari	1962	17°	FFCL
Duglas Teixeira Monteiro	1966	21°	FFCL
João Batista Borges Pereira	1966	21°	FFCL
Lia Freitas Garcia	1967	22°	FFCL
Eva Altermann Blay	1967	22°	FFCL
Léa Vinocur Freitag	1970	25°	FFCL, CPF
Erasmus D’Almeida Magalhães ²²²	1971	26°	FFCL
Maria do Socorro da Silva Aragão ²²³	1972	27°	FFCL, CPF

²¹⁸ Sobre a trajetória institucional e intelectual de Sérgio Buarque consultar:

NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960. In: MARRAS, Stelio. **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp, IEB, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Museu Paulista. In: COSTA, Marcos (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: Livro II, 1950-1979**. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Em torno da “Semana”. In: Ibid

²¹⁹ Sobre a trajetória institucional e intelectual de Gilda de Mello e Souza consultar:

PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo dos anos 1950-1960**. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2008.

MICELI, Sérgio (org.); MATTOS, Franklin (org.). **Gilda, a paixão pela forma**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: FAPESP, 2007.

²²⁰ PEREIRA, João Baptista Borges. Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia. In: **Estudos Avançados**, 8(22), 1994, pp.249-53.

²²¹ <http://sociologia.FFCLh.usp.br/node/188>

²²² <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K4727281D2>

²²³ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.027.560/72. Natural de Brejo do Cruz, estado da Paraíba. Formou-se em 1970 em letras anglo-germânicas pela Faculdade de Filosofia de Campina Grande. Em 1972 já era professora de linguística na USP. Estudiosa do artesanato paraibano, foi membro efetivo da Associação Brasileira de Folclore, associação esta mantenedora do Museu de Folclore, e fez o curso da Escola de Folclore no respectivo museu.

Maria do Carmo Vendramini	1975	30°	FFCL
---------------------------	------	-----	------

Legendas:

FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras)

IA (Instituto de Administração da USP)

ESP (Escola de Sociologia e Política)

MP (Museu Paulista)

CPF (Comissão Paulista de Folclore)

Outros três intelectuais da Universidade de São Paulo também participaram como membros de júri: Hiroschi Saito e Américo Pellegrini Filho, ambos da Escola de Comunicação e Artes; Raul de Moraes, da Faculdade de Ciências Econômicas e Maria Amália Giffoni, da Faculdade de Educação Física:

Tabela 5 – Membros do júri oriundos de outros institutos da USP

Nome	Datas	Concursos	Vínculos Institucionais
Hiroschi Saito	1963	18°	ECA
Américo Pellegrini Filho	1974	29°	ECA, CPF
Raul de Moraes	1952	7°	FCE
Maria Amália Corrêa Giffoni ²²⁴	1973	28°	EEF, CPF

Legendas:

ECA (Escola de Comunicação e Artes)

CPF (Comissão Paulista de Folclore)

EEF (Escola de Educação Física)

FCE (Faculdade de Ciências Econômicas)

Os professores e pesquisadores da Escola de Sociologia e Política²²⁵ também compuseram um dos grupos mais expressivos do júri do *Concurso Mário de Andrade* como poderemos verificar na tabela seguinte:

Tabela 6 – Membros do júri oriundos da ESP

Nome	Datas	Concursos	Vínculos Institucionais
Donald Pierson	1947, 1950	2°, 5°	ESP

²²⁴ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.027.680/73.

Em 1973 era professora Catedrática da Escola de Educação Física da USP. Foi professora titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva e também da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da “Organização Moura Lacerda” de Ribeirão Preto. Era membro da Comissão Paulista de Folclore e também da Associação Brasileira de Folclore, mantenedora do Museu de Folclore. Também era um membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

²²⁵ Sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política consultar:

KANTOR, Iris (org.); MACIEL, Débora A. (org.); SIMÕES, Júlio Assis. **A Escola Live de Sociologia e Política: anos de formação**. São Paulo: Escuta, 2001.

Herbert Baldus ²²⁶	1951, 1958, e 1954	6°, 13°, 9°	ESP, MP
Octávio da Costa Eduardo	1953	8°	ESP, CPF
Alceu Maynard Araújo	1957, 1969	12°, 24°	ESP, IA, CPF
Fernando Altenfelder Silva	1957	12°	ESP
Alfonso Trujillo Ferrari	1958	13°	ESP
Antônio Rubbo Müller	1960, 1968	15°, 23°	ESP, CPF
Paulo Zingg	1964	19°	ESP
Oracy Nogueira	1967	22°	ESP, CPF, FFCL
Mariwal Antônio Jordão	1969	19°	ESP

Legendas:

ESP (Escola de Sociologia e Política)

CPF (Comissão Paulista de Folclore)

IA (Instituto de Administração da USP)

FFCL (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências)

Da Escola Nacional de Música, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo participou como membro de banca na ocasião do primeiro Concurso de Monografias, quando este ainda estava especificamente voltado ao estímulo de estudos folclórico-musicais em 1946. Por outro lado, como o referido certame foi financiado e mantido pelo Departamento de Cultura, a própria Oneyda Alvarenga, Sérgio Milliet e Luís Saia também participaram como examinadores.

Tabela 7 – Membros do júri de outras instituições

Nome	Datas	Concursos	Vínculos Institucionais
Luiz Heitor Corrêa de Azevedo ²²⁷	1946	1°	ENM
Oneyda Alvarenga ²²⁸	1946 e 1975	1°, 30°	DC
Sérgio Milliet	1951	6°	DC
Luís Saia ²²⁹	1948	3°	DC, SPHAN

²²⁶ FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2005, v. 48, n°2, pp.585-611.

SILVA, Orlando Sampaio. O antropólogo Herbert Baldus. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2000, v.43, n°2, pp.23-79.

²²⁷ PEREIRA, Maria Eliza. **Lundu do escritor difícil: canto nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p.119.

Luiz Heitor Correia Azevedo, musicólogo e organizador do Centro de Pesquisa Folclóricas (1943), participou, inclusive, do *Congresso da Língua Nacional Cantada* ocorrido em 1937 por meio da comunicação *A imperial academia de música e ópera nacional e o canto em vernáculo*; na condição de musicólogo de destaque foi o organizador da Bibliografia Musical Brasileira e diretor dos serviços musicais da Unesco sendo, ainda, o primeiro professor da cadeira de Folclore Nacional na Escola Nacional de Música em 1939.

²²⁸ Em 1975 Oneyda Alvarenga já se encontrava aposentada.

²²⁹ Nesta ocasião Luis Saia era funcionário do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Legendas:

DC (Departamento de Cultura)

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

ENM (Escola Nacional de Música)

Como era de se esperar, os membros das Comissões Estaduais Folclóricas²³⁰ compuseram o segundo maior grupo de intelectuais convidados a avaliar as monografias concorrentes ao certame:

Tabela 8 - Membros do júri oriundos das Comissões Folclóricas

Nome	Datas	Concursos	Vínculos Institucionais
Rossini Tavares de Lima	1947, 1963, 1964	2°, 18°, 19°	CDMSP, CPF
Renato Almeida	1952	7°	CNFL
Edison Carneiro	1952	7°	CNFL
Théo Brandão	1952	7°	CAF
Frederico Lane	1954	9°	CPF
Silvio Romero Filho	1955	10°	CMF
Oswaldo Rodrigues Cabral	1955	10°	CCF
José Geraldo de Souza	1956, 1964	11°, 19°	CPF
Guerra Peixe	1956	11°	CPF
José Dalmo Belfort de Mattos	1956	11°	CPF
Alfredo João Rabaçal	1962, 1968, 1975	17°, 23°, 30°	CPF, ESP
Maria de Lourdes Borges Ribeiro	1963, 1970	18°, 25°	CPF
Hélio Damante	1968, 1975	23°, 30°	CPF
Luiz Carlos Lessa	1969, 1972	24°, 27°	CRGSF, CTG
Oswald Andrade Filho	1970	25°	CPF
Wilson Rodrigues de Moraes	1971	26°	CPF
Julietta Andrade	1973	28°	CPF
Laura Della Mônica	1974	29°	CPF
Dante de Laytano	1975	30°	CRGSF
Ernesto Machado Kawall ²³¹	1973	28°	CPF, PUC-RJ

Legendas:

CDMSP (Conservatório Dramático e Musical de São Paulo)

CNFL (Comissão Nacional de Folclore)

CPF (Comissão Paulista de Folclore)

CMF (Comissão Municipal de Folclore de São Paulo)

²³⁰ Ver ANEXO C: Relação das comissões julgadoras

²³¹ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.027.680/73.

Ingressou na Faculdade de Jornalismo - “Casper Líbero”, da PUC, em 1947. Em 1949 ingressou na Gazeta como revisor e posteriormente trabalhando como reporter policial. Em 1957 fez um curso de extensão cultural na Escola de Sociologia e Política. Também fazia parte da Associação Paulista de Folclore, mantenedora do Museu de Folclore.

CAF (Comissão Alagoana de Folclore)
CCF (Comissão Catarinense de Folclore)
IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
ENM (Escola Nacional de Música)

Por fim, fecha a lista de membros do júri Nilo Scalzo²³², jornalista de OESP, sobre o qual não pudemos apurar o grau de envolvimento com as instituições que efetivamente se dedicaram aos estudos do folclore ou cultura popular no Brasil.

Assim, sem desconsiderar as devidas distinções históricas e políticas entre a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF) e o *Movimento Folclórico*, é possível, por outra via, traçar alguns elos de continuidade e mesmo de certo espelhamento entre as pesquisas folclóricas desenvolvidas pelo Departamento de Cultura, durante a segunda metade dos anos 1930, com a política cultural voltada à proteção da cultura popular por parte da Comissão Nacional de Folclore, criada junto ao Itamaraty por Renato Almeida em 1947. Luís Rodolfo Vilhena demonstrou que a obra e o legado intelectual e institucional de Mário de Andrade foi constantemente rememorado pelo *Movimento Folclórico*. Tomando-se como referência o texto *Evolução dos Estudos de Folclore no Brasil* de Edison Carneiro, eloquentemente analisado por Luís Rodolfo Vilhena, vislumbra-se que para o *Movimento Folclórico* a principal herança do autor de Macunaíma foi precisamente a fundamentação de bases científicas e institucionais para os estudos folclóricos, notadamente corporificadas na *Sociedade de Etnografia e Folclore* e na *Missão de Pesquisas Folclóricas*, que, efetivamente, serviram de inspiração para a Comissão Nacional de Folclore; não por acaso, como debatemos anteriormente, Renato Almeida remeteu para Oneyda Alvarenga um questionário relativo aos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão Folclórica recém-criada junto ao IBECC.²³³

Deste modo, se o objetivo da SEF, como discutimos no primeiro capítulo, foi agrupar os intelectuais brasileiros interessados no estudo da cultura popular, combinando, por conseguinte, os esforços do pesquisador não especializado com a diligência do intelectual acadêmico, via de regra com formação e atuação profissional no âmbito das ciências humanas e sociais, e, que neste aspecto específico, a Comissão Nacional de Folclore se assemelhou à SEF, principalmente quando se toma como referencial a especificidade da Comissão Paulista

²³² <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/154>

Foi editor chefe de OESP e participou do Conselho Editorial da Revista do IEB (1991-1997).

²³³ Não localizamos no arquivo da Comissão Nacional de Folclore o respectivo questionário. Entretanto, a carta remetida por Oneyda Alvarenga a Renato Almeida no permitiu inferir que a autora de *Menina Boba* está justamente debatendo essa questão relativa aos trabalhos a serem desempenhados pela Comissão Nacional de Folclore. Para mais detalhes ver o subcapítulo *Oneyda Alvarenga e a Comissão Paulista de Folclore*.

de Folclore, pode-se considerar que o *Concurso de Monografias Folclóricas*, promovido pela Discoteca Pública Municipal, materializou umas das principais premissas da SEF: a promoção de pesquisas voltadas à cultura popular sem dispensar o rigor metodológico proveniente do campo acadêmico, principalmente, das ciências sociais.

Outrossim, considerando que os intelectuais oriundos das comissões estaduais folclóricas representaram o segundo maior grupo no que diz respeito ao quadro referente às comissões julgadoras, superado apenas pelo grupo proveniente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, concluímos, pois, que Oneyda Alvarenga contrabalançou quando possível as orientações metodológicas provenientes das ciências sociais e do folclore, ora mais harmonizadas ora mais antagonizadas. Entretanto, acreditamos que o peso preponderante das ciências sociais, principalmente da sociologia, nas composições do júri, aponte para a opção metodológica esperada pela organizadora do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*, qual seja: embasá-los sob o prisma das ciências sociais em processo de cristalização no âmbito universitário brasileiro. Nesse sentido, caso tomemos como data limite o ano 1955, ano no qual, como demonstraremos oportunamente, a autora de *Cateretês do Sul de Minas Gerais* perdeu a autonomia de nomeação das bancas examinadoras, justificaremos ainda mais o que acabamos de frisar: até aquela data, 14 intelectuais filiados à FFCL ou à ESP participaram como pareceristas do certame ao passo que apenas 6 se originavam das comissões folclóricas. Esse retrato se amplia ainda mais caso consideremos os professores da Escola de Comunicação e Arte, Faculdade de Ciências Econômicas, todas da Universidade de São Paulo. Não por acaso, portanto, em 1952 Rossini Tavares de Lima avisava por meio de carta a Renato Almeida sobre o conselho dado à Oneyda Alvarenga com o fito de aproveitar os membros das comissões folclóricas para avaliação dos trabalhos concorrentes ao concurso:

Renato,
[...]

Hoje, faremos uma reunião da Comissão Paulista. Pena é que você não esteja aqui para participar do nosso bate-papo. Quero ver se na reunião eu converso com os companheiros sobre o nosso já atrasado convênio. Quanto à consulta, logo amanhã lhe mandarei a resposta, oficialmente, como você pede. Vou também providenciar uma cópia do meu programa de folclore para lhe enviar. Estamos preparando o segundo número da revista. Desejava, por isso, que você me mandasse quanto antes o trabalho do Aluísio, assim como a de outros companheiros, para que nós publiquemos. Tenho uma boa notícia para você. Estive conversando com a Oneyda e ela me disse que o prêmio do concurso de folclore desse ano será de trinta pacotes o primeiro, vinte o segundo e de dez o terceiro. Também ela me contou que ficou deliberado que os dois concorrentes vencedores do ano passado só poderão voltar a

participar do concurso de 1955. Quer dizer: os vencedores de um concurso só poderão participar de outro dois anos depois. Ela prometeu estudar a minha sugestão de que sejam aproveitados nas bancas julgadoras membros das comissões regionais e da nacional. [...]²³⁴

Ora, até esta data, ou seja, 1952, apenas Rossini Tavares de Lima havia, afinal, participado como membro da comissão julgadora em 1947, ano do segundo concurso. Não casualmente, em 1952, foram convidados a compor o júri nada menos que Renato Almeida, Edison Carneiro e Théo Brandão. Os dois primeiros foram os principais agentes da Comissão Nacional de Folclore e o terceiro o mais importante folclorista da Comissão Alagoana de Folclore. Porém, a presença hegemônica de folcloristas de “ofício” só encontraria outro paralelo em 1956, primeiro ano após a mudança do edital. Pode-se dizer, portanto, que de 1952 em diante Oneyda passou, quando possível, a contrabalançar a presença de professores universitários e folcloristas na composição das bancas examinadoras.²³⁵

Afinal, quais foram as bases metodológicas dos estudos apresentados ao Concurso de Monografias? Por mais que tenhamos frisado insistentemente até aqui a respeito da centralidade de Dina Lévi-Strauss, parece-nos temeroso afirmar, a priori, que Oneyda Alvarenga simplesmente impusesse as premissas teóricas apresentadas no *Curso de Etnografia e Folclore* uma vez que entre o referido curso e a institucionalização do certame houve o intervalo de 11 anos, período no qual o campo universitário brasileiro se consolidava.

Deste modo, defendemos a hipótese de que o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* comprova a fluidez de abordagens teóricas, ainda pouco cristalizadas durante a vigência do certame, no que dizia respeito aos estudos de folclore. No período compreendido entre 1950 e 1975, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, período no qual se institucionalizou o concurso proposto pela DPM, não havia propriamente uma delimitação clara, como pudemos apurar por meio da *Carta do Folclore Brasileiro*, a respeito do papel que cada ciência humana desempenharia no estudo do *popular*. Em vista disso, o folclore emergiu com força dentro do movimento capitaneado por Renato Almeida, que passou a ser considerado uma disciplina particular, cujo tema de estudo deveria ser abordado não só pelo sociólogo, antropólogo ou historiador, mas preferencialmente pelo *folclorista*. Os principais defensores desta perspectiva buscaram justamente dissipar a imagem do folclorista “improvisado”, geralmente associado ao intelectual diletante. Talvez, as defesas

²³⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional do Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Rossini Tavares de Lima para Renato Almeida. Data: 12/03/1952. Doc. s/nº

²³⁵ Ver ANEXO C: Relação das comissões julgadoras.

mais acaloradas do folclore como ciência social tenha surgido com o fito de dissipar este estigma de intelectual improvisado, mal preparado teórico e metodologicamente, que dividia o exercício profissional da advocacia, do jornalismo etc., com pesquisas sobre a cultura popular. Logo, como frisou Vilhena, um dos principais pontos defendido pelo *Movimento* se embasava no aspecto educacional do folclore, para o qual seria fundamental que se estabelecesse a cadeira de folclore dentro do corpus das ciências sociais. Entretanto, essa foi uma meta fracassada no pujante movimento liderado por Renato Almeida. Não só o folclore deixou de ser integrado aos cursos de ciências sociais brasileiros, exceção feita aos cursos de música onde o folclore contava com uma cadeira desde o final dos anos 1940,²³⁶ como paulatinamente pareceu se esvaziar da seriedade científica que os anos 1950 e 1960 pareciam legar às próximas gerações.²³⁷

Considerando a importância deste debate intelectual durante os anos áureos do *Movimento Folclórico*, o Concurso de Monografias organizado por Oneyda Alvarenga não pôde deixar de refletir as conversas e por vezes as desavenças entre folcloristas e cientistas sociais, cada qual defendendo seus pontos de vistas em relação ao popular. Uma vez que o conjunto documental de monografias arquivadas junto à Discoteca Pública Municipal contempla pouco mais de 200 títulos, não teremos condições de analisar todos os autores e suas respectivas obras dentro dos limites impostos a uma dissertação de mestrado. Assim, objetivando contribuir, mesmo que modestamente, para com o aprofundamento da história dos estudos folclóricos em São Paulo, abordaremos subsequentemente todas as edições do certame por meio da análise das fontes primárias disponíveis nos fundos e arquivos do município de São Paulo. Outrossim, analisaremos as bases institucionais do certame por meio da discussão dos editais de cada edição do concurso; debateremos as posições metodológicas defendidas por cada banca e por fim discutiremos as relações entre a Discoteca e a *Revista do Arquivo Municipal*, haja vista que esta última foi responsável pela publicação dos estudos premiados ou destacados com menções honrosas.

²³⁶ PEREIRA, Maria Eliza. **Lundu do escritor difícil: canto nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p.119.

A cadeira de Folclore foi criada junto à Escola Nacional de Música em 1939 e teve em Luiz Heitor Correia de Azevedo o seu primeiro catedrático. Segundo Alberto Ikeda, também nos cursos de Educação Física existiu uma certa “tradição” da prática de aulas de Danças Folclóricas, como ocorreu na Faculdade de Educação Física da Usp, que teve a Profa. Maria Amália Corrêa Giffoni, por muitos anos, que tem vários livros sobre danças. (informação fornecida por Alberto Ikeda em São Paulo, em 2016)

²³⁷ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p. 28.

3.2 *Objetivos esperados, objetivos alcançados: breve análise dos editais*

Uma boa forma de mensuração dos objetivos específicos mirados por Oneyda Alvarenga ao instituir o Concurso de Monografias Folclóricas reside na análise das bases estabelecidas em cada edição do certame em seus respectivos editais. Nesse sentido, como já discutimos no 1º capítulo, a meta original da autora de *Música Popular Brasileira* não se restringiu ao incentivo de estudos monográficos sobre o folclore musical; antes disso, a proposta da diretora da DPM se pautava nas bases da *musicologia comparada* uma vez que mirava estudar tanto a música erudita brasileira quanto a música popular. Entretanto, em virtude da situação política municipal, que conduziu ao engavetamento da proposta durante a gestão de Prestes Maia (1938-1945) e sua posterior retomada em 1945, levou a administração a optar apenas pelos estudos de folclore musical.

Inicialmente intitulado *Concurso de Monografias sobre o Folclore Musical Brasileiro*, o referido certame visou “*incentivar os estudos do folclore musical nacional e criar uma bibliografia sobre o assunto*”.²³⁸ A fim de obtermos uma discussão detalhada dos objetivos esperados pela DPM, transcreveremos na íntegra o edital do concurso de 1946 que serviu de referência para fixação das bases dos concursos subsequentes:

Concurso de Monografias sobre o Folclore Musical Brasileiro

Afim de incentivar os trabalhos da musicologia nacional, o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, pela secção da Discoteca Pública Municipal, resolve instituir concursos anuais de monografias sobre o folclore musical brasileiro.

Ficam abertas, a partir desta data até 31 de Outubro do corrente ano, as inscrições para o 1º Concurso, que se processará dentro das seguintes normas:

1ª De ordem do sr. Diretor do Departamento de Cultura, fica instituído, durante o ano de 1946, o 1º Concurso de Monografias sobre qualquer um dos aspectos do folclore musical brasileiro

2ª As obras apresentadas ao concurso deverão ter um mínimo de 30 páginas em formato papel ofício, datilografado de um só lado com dois espaços, em três vias.

3ª Todas as obras concorrentes deverão ser inéditas, originais, na língua do país.

4ª Os trabalhos serão assinados com pseudônimo, acompanhando-os, em envelope fechado, o nome, o pseudônimo e a residência do autor.

5ª Poderão concorrer todos os brasileiros natos ou naturalizados e os concorrentes radicados no país.

²³⁸ REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. N° CXV, 1947.

Conforme minuta da nota explicativa que acompanhou a primeira edição das monografias premiadas publicadas na Revista do Arquivo Municipal.

6ª Os trabalhos serão julgados por uma comissão composta de três especialistas (estudiosos de folclore e especialmente do folclore musical brasileiro), escolhidos pelo Departamento de Cultura.

7ª Caberá à comissão julgadora o direito de anular este concurso ou de conferir os prêmios que julgar passíveis de distribuição, não cabendo aos concorrentes nenhum direito de reclamação.

8ª A comissão deverá apresentar o resultado do julgamento no máximo até 15 de Dezembro do corrente ano.

9ª Serão conferidos os seguintes prêmios:

um 1º prêmio, não desdobrável de cr.\$ 5.000,00

um 2º prêmio, não desdobrável de cr.\$ 2.500,00

três menções honrosas.

10ª O Departamento de Cultura fará publicar na Revista do Arquivo Municipal as monografias premiadas. Do primeiro e segundo prêmio será feita separatas de 500 exemplares, tendo os autores direito a cem. Aos autores das Menções Honrosas serão oferecidos 500 exemplares do número da Revista que publicar suas obras.

Dos trabalhos não premiados, o júri poderá classificar até cinco para publicação na Revista do Arquivo.

11ª De cada um dos trabalhos classificados o Departamento de Cultura ficará de posse de duas cópias, sendo a 3ª devolvida aos seus autores.

12ª Os trabalhos deverão ser enviados à Discoteca Pública Municipal do Departamento de Cultura.

13ª Pela apresentação dos trabalhos entende-se que os concorrentes aceitam todas as cláusulas deste edital.²³⁹

Este foi o primeiro e único certame que efetivamente se restringiu à promoção de estudos folclórico-musicais. Como já destacamos no início deste capítulo, tal fato se deveu a dois aspectos: primeiro, em decorrência da crítica lançada ao Concurso por Florestan Fernandes e, também, em virtude da ampliação do escopo dos estudos folclóricos, questão esta em parte também salientada por Fernandes, mas deflagrada pelo *Movimento Folclórico* do qual Oneyda Alvarenga foi uma das principais referências no estado de São Paulo.

Deste modo, por mais que a mudança de perspectiva, em um primeiro momento, pareça deslocar-se relativamente da atividade-fim da Discoteca, essencialmente direcionada ao metiê musical, o contexto histórico-intelectual do final da década de 40 e início dos anos 50 do século XX, relativo à revitalização dos estudos folclóricos sob a égide da Comissão Nacional de Folclore (1947), somado ao esvaziamento da Sociedade de Etnografia e Folclore, a ampliação da abordagem temática do certame se apresentou à Oneyda como uma garantia do alcance e da longevidade do Concurso de Monografias, que, apesar do redirecionamento ao folclore como um todo, permitiria à Discoteca se manter articulada a uma ampla rede de intelectuais interessados no estudo da cultura popular. Assim, a partir da segunda edição do Concurso este passou a chamar-se tão somente *Concurso de Monografias sobre o Folclore*

²³⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Fundo Departamento de Cultura, Processo nº 86399/1938. (grifo nosso)

Brasileiro, no qual, a cláusula 1ª assegurava a ampliação da meta do certame:

Concurso de Monografias sobre o Folclore Brasileiro

De ordem do sr. Secretário de Cultura e Higiêne, faço público que se acha aberto, a partir desta data até 31 de outubro do corrente ano, o 2º Concurso de Monografias Folclóricas instituído pelo Departamento de Cultura, através da secção da Discoteca Pública Municipal, como incentivo aos estudos do folclore nacional e consequente formação de bibliografia sôbre o assunto. [...]

1ª As monografias versarão sôbre qualquer aspecto de folclore brasileiro [...]
240

Em 1958 o artigo ganhou maior direcionamento metodológico em virtude dos resultados de pesquisa apresentados até então:

1ª As monografias versarão sobre qualquer aspecto do folclore nacional. Deverão ser inéditas, na língua do país e deverão conter, de preferência, não só a exposição de fatos, mas também o estudo deles. [...]²⁴¹

Como tratamos no capítulo anterior, os folcloristas debateram constantemente em congressos, em artigos etc., a necessidade do estudioso da cultura popular não se restringir à coleta de “fatos folclóricos”; a título de exemplo, lembremos do artigo de Edison Carneiro.²⁴² Do mesmo modo, essa demanda também foi constantemente ventilada pelas ciências sociais, cujo exemplo paradigmático foi Florestan Fernandes, o que despertou certos desentendimentos entre a sociologia uspiana e alguns folcloristas. Nesse sentido, a respectiva redação se manteve sem alteração até 1969, ano da 24ª edição do certame, último ano de direção de Oneyda Alvarenga. Nessa ocasião a redação mudou sem que isso implicasse qualquer alteração interpretativa:

1ª As monografias versarão sôbre quaisquer aspectos do folclore nacional, devendo ser inéditas, escritas na língua do país contendo não só a exposição

²⁴⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1947. DT.0002.38
Ibid., Edital de 1952. DT.0007.11.

O respectivo artigo se manteve sem alterações substanciais até a última realização do Concurso em 1975, no que diz respeito ao campo de pesquisa, o que não significou total inalteridade. Em 1948 o adjetivo *brasileiro* é substituído por *nacional*, mantendo-se assim até a 6ª edição do certame em 1951. Em 1952, na 7ª edição do Concurso, o artigo mudou para a seguinte redação: “1º As monografias versarão sobre qualquer aspecto do folclore nacional. Deverá ser inédita, na língua do país. [...]”

²⁴¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1953. DT.0008.13

²⁴² CARNEIRO, Edison. Pesquisa de folclore. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. pp.133-56.

dos fatos como estudo dêsses mesmos fatos.²⁴³

Apesar da 2ª cláusula do edital de 1946 determinar o mínimo de 30 páginas aos trabalhos concorrentes, que se manteve inalterada até a última edição do certame em 1975, não raras foram as monografias que superaram o número de 200 páginas, tais como os estudos de Alceu Maynard de Araújo, Carlos Borges Schmidt e Théo Brandão.

Já a cláusula 3ª artigo se conservou inalterada no que diz respeito ao ineditismo dos trabalhos concorrentes, reforçando-se, pois, a concepção de que o certame objetivava estimular e dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas sob a temática folclórica. A principal alteração ocorreu na realização do 6º Concurso, em 1951:

[...]Somente serão levadas em consideração as monografias que representarem o resultado de pesquisas pessoais, feitas pelos seus autores em campo. Entretanto, poderão ser aceitos, a título excepcional e de acordo com a deliberação do júri, trabalhos que, embora não satisfazendo essa exigência, revelem pontos de vista originais na interpretação de dados obtidos em livros sobre o folclore brasileiro.²⁴⁴

Apesar de os trabalhos apresentados até essa data terem resultado de pesquisas a princípio feitas em *campo*, os editais até então não deixaram essa questão esclarecida. Assim, até a realização do último certame em 1975 o mesmo continuou sem qualquer alteração em seu conteúdo, sempre destacando a necessidade de os trabalhos serem realizados *in loco*, garantindo-se, por outro lado, que estudos de gabinete também seriam aceitos excepcionalmente. Dentre os premiados “excepcionalmente” podemos destacar os estudos de Edison Carneiro e Telê Porto A. Lopes.²⁴⁵

Nesse sentido, no 8º Concurso a respectiva cláusula passou a vigorar com nova redação, entretanto, sem nenhuma alteração de sentido:

²⁴³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1969. DT.0024.16
Ibid., DT.0029.07.

A redação do mesmo não se manteve na edição subsequente, retornando, pois, o artigo, a redação anterior, mantendo-se inalterado até a realização do penúltimo concurso em 1974: “1º Todos os trabalhos que forem apresentados deverão ser preferencialmente, de pesquisas de campo, na aplicação da metodologia folclórica”. Debateremos com mais detalhe quais foram os entendimentos a respeito da metodologia folclórica nos próximos subcapítulos referentes aos trabalhos premiados e não premiados.

²⁴⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1951. DT.0006.11
Nesse ano de 1951 a ordem do artigo 2 e 3 foi alterada, ou seja, o 2º tratava da natureza dos estudos exigidos e 3º sobre o formato dos trabalhos.

²⁴⁵ Ver ANEXO A: Relação das monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga

[...]Somente serão levadas em consideração as monografias que representarem o resultado de pesquisas pessoais, feitas pelos seus autores em campo, e os trabalhos que, embora não satisfazendo essa exigência, revelem pontos de vista originais na interpretação de dados bibliográficos sobre o folclore brasileiro.²⁴⁶

E desta forma preservou-se até o último concurso, porém, substituindo-se o adjetivo *brasileiro* por *nacional* a partir da 10ª edição (1955). Assegurava-se, portanto, o estímulo aos estudos inéditos sobre a realidade cultural brasileira. Ora, seria um equívoco ler esse objetivo à luz do projeto marioandradino vislumbrado no anteprojeto do SPHAN de 1936? Além disso, seria assertivo compreender o Concurso de Monografias em certa continuidade com os projetos institucionais do DC paradigmaticamente iniciados com o *Curso de Etnografia e Folclore* e a *Sociedade de Etnografia e Folclore*, que, em linhas gerais, fundamentaram metodologicamente a *Missão de Pesquisas Folclóricas* em 1938? Ora, uma vez que a *Missão* se realizou, em certa medida, em virtude do malogro do anteprojeto de Mário de Andrade, acreditamos que a realização do referido certame representou a continuidade de uma política pública voltada ao *inventariamento* da cultura brasileira,²⁴⁷ uma vez que os editais passaram a priorizar pesquisas “feitas em campo” por seus autores.

Na realização da primeira edição do concurso Oneyda Alvarenga se inspirou, ao que tudo indica, em outros concursos realizados pelo Departamento de Cultura, os quais sempre se valeram da obrigatoriedade de pseudônimo, por parte dos concorrentes, como forma de garantir a lisura do certame. Entretanto, a partir da segunda edição do concurso, o pseudônimo deixou de ser obrigatório:

4ª Os autores deverão acompanhar seus trabalhos da indicação de residência.²⁴⁸

E desta forma permaneceu até a realização do 8º Concurso em 1953, no qual passou a vigorar a seguinte redação:

4ª Os trabalhos deverão ser enviados com pseudônimo, acompanhados de

²⁴⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1953. DT.0008.13

²⁴⁷ NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo, Fapesp, Hucitec, 2005.

TONI, Flávia. Missão: As pesquisas folclóricas. In: **Revista da USP**, nº 77, São Paulo: USP, 2008...

²⁴⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1947. DT.0002.38

um envelope fechado e lacrado, que conterá nome e residência do autor;²⁴⁹

Perece difícil compreender o motivo que teria levado Oneyda Alvarenga a optar pela não obrigatoriedade de apresentação de pseudônimo e tampouco o retorno deste, sete anos após a realização do primeiro concurso. Outrossim, ao consultarmos a documentação arquivística disponível no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga não encontramos qualquer manifestação contrária às decisões exaradas do júri que possivelmente teria levado a diretora da DPM a reavaliar o retorno da heteronomia dos concorrentes. Talvez Oneyda tenha optado pela não obrigatoriedade do pseudônimo dos concorrentes em virtude do embaraço surgido na primeira edição do certame: as monografias *Trabalhos Fúnebres na Roça* e *Cantores Paulistas de Porfia ou Desafio* foram enviadas sem o envelope que conteria o nome verdadeiro dos autores:

Aberto o envelope que acompanhou o trabalho de “Patriota”, constatou a comissão tratar-se do sr. João Chiarini, residente em Piracicaba (Est. de São Paulo) [...]. De acordo com o deliberado, a comissão pedirá prova de autoria aos srs. 'Elias Veloso' e 'Germano de Souza', e os seus nomes registrados em adendo a esta ata.²⁵⁰

Por outro lado, na medida em que apenas o primeiro certame se dedicou exclusivamente ao folclore-musical, a redação da cláusula relativa à composição das bancas julgadoras mudou substancialmente em virtude da ampliação temática do concurso, que passou a compreender todos os campos da cultura popular. Assim, no edital de 1947 a redação foi a seguinte:

[...]Os trabalhos serão julgados por uma comissão composta por três especialistas (estudiosos do folclore), escolhidos pelo Diretor do Departamento de Cult. e pela chefia da Discoteca Pública Municipal. A comissão poderá ser assessorada por outros especialistas que ela mesma escolherá, caso julgue essa medida necessária para melhor apreciação dos trabalhos apresentados, quando êstes versarem assuntos que constituam, por assim dizer, uma sub-especialização no campo dos estudos folclóricos ou

²⁴⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital 1953. DT.0008.13

²⁵⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata do 1º Concurso. DT.0001.10
Do mesmo modo que os pseudônimos causaram certo embaraço quanto à apuração da verdadeira identidade dos autores, não havia nenhuma restrição em 1946 quanto ao número de monografias inscritas por um mesmo autor. Coincidentemente, José Nascimento de Almeida Prado foi o autor responsável pelos dois trabalhos inscritos em 1946. Assim, a partir do 2º concurso os editais passaram a restringir a inscrição de apenas 1 (uma) monografia por concorrente.

exijam conhecimento minucioso de certas disciplinas intelectuais e de certas técnicas. Por ex.: música, artes plásticas, linguagem, medicina, etc.²⁵¹

Ao contrário do verificado no primeiro Concurso, a partir de 1947 a indicação da banca ficaria a cargo do diretor do DC e da diretoria da Discoteca. Tal perspectiva não poderia ser diferente uma vez que na realização do certame de 1946 coube a Oneyda Alvarenga apressar a indicação da banca com o fito de garantir a realização do concurso:

Sr. Diretor

[...] Como até este momento o processo não voltou a nossas mãos, tomamos a liberdade de pedir-lhe interessar-se pela solução urgente do caso, afim de que a realização do concurso não fique prejudicada. O prazo para a entrega dos trabalhos é curto. Se se demorar muito a publicar o edital já não haverá tempo para que os especialistas possam preparar as monografias desejadas. No edital vem incluída a cláusula de que os membros da comissão julgadora, em número de três, serão escolhidos pelo Departamento de Cultura. Aproveitamos a oportunidade para sugerir a vossa excelência a conveniência de convidar-se os professores Roger Bastide, catedrático de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, Catedrático de Folclore da Escola Nacional de Música, da Universidade do Brasil. Ambos são por todos reconhecidos como autoridades na matéria. No primeiro como conhecedor da metodologia folclórica e estudioso do nosso folclore; o segundo como um dos maiores representantes não só da musicologia folclórica, como da musicologia erudita do país. Caso nossa indicação seja aprovada por vossa excelência poderemos enviar os necessários convites aos professores Roger Bastide e Luiz Heitor Corrêa de Azevedo. Com convém ao Departamento ter um representante na comissão, tomamos a liberdade de sugerir a vossa excelência seja esta chefia o terceiro membro do júri visto que não só foi a Discoteca a projetadora do Concurso, como somos nós, no Departamento de Cultura, o único funcionário especializado em musicologia e folclore.²⁵²

Deste modo, como pudemos apurar nas citações anteriores, a partir de 1947 a responsabilidade pela indicação da comissão julgadora passou a ser dividida entre Oneyda Alvarenga e o diretor do Departamento de Cultura, ampliando-se, ainda, o escopo de especialidades antes restrito à música. Outrossim, caberia a própria comissão escolher, se necessário fosse, ser assessorada por outros especialistas visto que o campo de estudo se ampliou consideravelmente. Como demonstramos anteriormente, essa ampliação de escopo, perpassando estudos de medicina popular, costumes, linguagem e etc., esteve na base das

²⁵¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital 1947. DT.0007.11

²⁵² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ofício 21 de 22 de Fevereiro de 1946. DT.0001.04

pesquisas folclóricas, verificáveis, por conseguinte, nos trabalhos apresentados à Discoteca.²⁵³

Apesar de os editais subsequentes não esclarecerem a quem caberia a responsabilidade de indicar os membros da comissão julgadora, esta tarefa ficou a cargo de Oneyda Alvarenga, contando sempre com a anuência do diretor do DC. Entretanto, a partir do 11º Concurso, ocorrido em 1955, a competência pela indicação do júri recaiu sobre as comissões municipal, estadual e nacional de folclore:

[...]Por indicação da Comissão Municipal de Folclore e aprovação do Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, constantes no processo nº 140841/55, os trabalhos serão julgados por uma comissão “constituída de três membros, escolhidos pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, de listas de três nomes de especialistas em folclore ou em matérias afins, enviadas pela Comissão Municipal de Folclore, Comissão Paulista de Folclore e Comissão Nacional de Folclore.”²⁵⁴

Como pudemos verificar na citação acima, a partir do 11º Certame a indicação da comissão julgadora deixou de ser atribuição de Oneyda Alvarenga em virtude da articulação de folcloristas em São Paulo que sugeriram que o júri fosse recomendado pelas comissões municipal, estadual e nacional de folclore, sendo que cada uma delas indicaria uma lista tríplice de especialista para que o Secretário de Educação e Cultura escolhesse os três membros do júri.

Como discutimos nesse capítulo, até a realização do 7º Concurso de Monografias em 1952, ou seja, contados 5 anos desde que a Comissão Nacional de Folclore fora instituída, apenas um folclorista - Rossini Tavares de Lima, na condição de Secretário Geral da Comissão Paulista de Folclore e personalidade seleta do *Movimento Folclórico* - havia participado efetivamente do certame enquanto membro de banca. Ora, considerando que após o certame de 1952, cuja banca foi formada por um time distinto de folcloristas engajados com a Comissão Nacional de Folclore, os outros dois concursos mantiveram bancas “ortodoxas”, com exceção a Frederico Lane - que compunha os quadros da Comissão Paulista de Folclore -

²⁵³ LIMA, Rossini Tavares de; ANDRADE, Julieta. **Escola de Folclore: estudo e pesquisa de cultura espontânea**. Editora Livramento, São Paulo, 1979.

Rossini Tavares de Lima, um dos principais agentes do pensamento folclórico em São Paulo, dividiu as pesquisas folclóricas nas seguintes áreas: linguagem, formas de linguagem e linguagem de gestos, usos e costumes, superstições e credices, medicina, literatura (proza e poesia), casa, indumentária, comidas e bebidas, trabalhos (coleta e atividades extrativas), caça e pesca, agricultura, pecuária e avicultura, transporte, religião, festa, rodas e jogos, teatro, dança arte e artesanato (máquinas e ferramentas). De maneira geral, Rossini justifica esses seguimentos de estudo com base nas aulas ministradas nos anos 1970 na Escola de Folclore, curso livre e mantido, na ocasião, pelo Museu de Folclore, sediado no Parque do Ibirapuera.

²⁵⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital 1956. DT.0011.16

pode-se dizer, portanto, que Oneyda Alvarenga manteve a premissa de indicar intelectuais diretamente alinhados com as ciências sociais.²⁵⁵

Nesse sentido, a indicação dos nomes para o concurso de 1955 seguia a mesma linha das recomendações anteriores: Gioconda Mussolini, Ruy Galvão Andrade Coelho e Oracy Nogueira, todos cientistas sociais atuantes nos principais centros universitários de São Paulo (FFCL ou ESP), foram sugeridos para comporem a Comissão Julgadora daquele ano. Entretanto, essa recomendação não se efetivou. Sem se posicionar frente à indicação de Oneyda, Francisco Pati remeteu o processo nº 140841/1955 ao Secretário Municipal de Educação para que ele deliberasse sobre a nomeação em pauta. O secretário, por sua vez, enviou o respectivo processo para Rossini Camargo Guarnieri²⁵⁶, então Presidente da Comissão Municipal de Folclore – que também acumulava a função de chefe de gabinete da respectiva pasta –, para que o mesmo se manifestasse sobre o tema em questão. A resposta de Rossini Guarnieri não foi favorável e tampouco contrária à sugestão de Oneyda Alvarenga; entretanto, propôs a alteração da cláusula referente à indicação das bancas examinadoras, as quais deixariam de ser prerrogativa da Discoteca Pública Municipal:

Senhor Secretário,

A Comissão Municipal de Folclore resolve sugerir a Vossa Excelência uma modificação no regulamento do 'Concurso de Monografias sôbre Folclore', instituído anualmente pela Discoteca Pública Municipal.

Essa modificação se relaciona à organização da Comissão Julgadora do referido Concurso – Norma 7^a.doEdital – a qual deverá ser constituída de três membros, escolhidos pelo sr. Secretário de Educação e Cultura, de listas de três nomes de especialistas em folclore ou de matérias afins, enviadas pela Comissão Municipal de Folclore, Comissão Paulista de Folclore e Comissão Nacional de Folclore.

(Rossini Camargo Guarnieri)
Presidente²⁵⁷

Nesse sentido, após a aprovação prévia da assessoria jurídica da Secretaria de Educação e Cultura quanto à alteração do referente artigo, a Comissão Municipal de Folclore não perdeu o momento oportuno para sugerir a adoção do nome de Mário de Andrade junto ao título do Concurso de Monografias:

²⁵⁵ Em 1953 a banca fora constituída por Antonio Candido de Mello e Souza, Octávio da Costa Eduardo e Egon Schaden; em 1954 a banca fora constituída por Gilda de Mello e Souza, Frederico Lane e Herbert Baldus. Para mais detalhes: Ver ANEXO C: Relação das comissões julgadoras.

²⁵⁶ Rossini Camargo Guarnieri fez o Curso de Etnografia e Folclore em 1936.

²⁵⁷ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 140841/1955, fls.5.

Senhor Secretário,

CONSIDERANDO

o renome de Mário de Andrade, não só no Brasil como no exterior;
que foi ele, indiscutivelmente, o primeiro grande incentivador da pesquisa folclórica em todo o território nacional;
que se lhe devem as primeiras pesquisas de campo de valor científico;
que idealizou o arquivo folclórico, gravações, filmes e peças da Prefeitura Municipal de São Paulo, o qual se encontra organizado na Discoteca, secção da Divisão de Expansão Cultural, do Departamento de Cultura;
A Comissão Municipal de Folclore resolve por bem sugerir a Vossa Excelência que se dê ao atual 'Concurso de Monografias sobre o Folclore Brasileiro' da Discoteca Municipal, o nome do ilustre mestre, passando êste a se denominar 'Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore'

(Rossini Camargo Guarnieri)
Presidente²⁵⁸

Portanto, além da alteração do nome do certame, que manteve essa denominação até sua última edição – *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* – a Comissão Municipal de Folclore achou por bem alterar a responsabilidade de escolha das comissões julgadoras, sendo que todas as sugestões foram prontamente acatadas pelo então Secretário de Educação e Cultura, João Accioli. Tais proposições e alterações, por outro lado, fizeram-se durante a ausência de Oneyda Alvarenga que, ao retornar de licença-prêmio, apontou algumas falhas nas alterações sugeridas:

Sr. Chefe de Cult.1

Ao reassumir hoje a Chefia da Discoteca Pública Municipal, de que estivemos afastada por licença-prêmio, tomamos conhecimento, através dos diversos despachos exarados em nosso ofício nº 214, de 24 de agosto de 1955, das decisões tomadas pela Comissão Municipal de Folclore e aprovadas pelo Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, sobre o Concurso de Monografias sobre Folclore Nacional', por nossa iniciativa instituídos em 1946 e até agora mantidos. Dêses despachos não consta, entretanto, a quem cabe executar as novas determinações da cláusula 7ª. do regulamento dos Concursos, isto é: quem deve solicitar à Comissão Nacional, à Comissão Paulista e à Comissão Municipal de Folclore, as listas tríplices de julgadores, que devem ser submetidas à apreciação do Exmo. Sr. Secretário. Por isso, solicitamos a V.S. o obséquio de nos instruir a respeito. Pedimos ainda seja-nos permitida uma observação 130sobre o que decidiu a douta Comissão Municipal de Folclore. Pensamos que a modificação da cláusula 7ª. obriga necessariamente à modificação da cláusula 6ª. também, cláusula que trata das pessoas impedidas de concorrer aos Concursos, visto que a Comissão julgadora dos Concursos passa a ser constituída de pessoas indicadas pelas Comissões Nacional, Paulista e Municipal de Folclore, parece-nos que nenhum de seus membros poderá concorrer aos Concursos. É

²⁵⁸ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 140.841/1955. fls.7

claro que em qualquer competição e mesmo em quaisquer circunstâncias, nenhum indivíduo pode ser julgado por juízes que êle próprio escolheu. O parágrafo único da cláusula 6ª. deveria, pois, ser acrescido de uma alínea, sem a qual pairariam sobre a lisura dos Concursos, dúvidas capazes de anulá-los. Sugerimos que a cláusula 6ª. fique, portanto, assim redigida:

'6ª. - Salvo as exceções indicadas no parágrafo único desta cláusula, poderão concorrer todos os brasileiros natos ou naturalizados e os estrangeiros radicados no país;

§único – Não poderão concorrer a cada concurso:

- a) os autores que nos dois Concursos anteriores obtiveram 1º e 2º prêmios;
- b) o membros da Comissão Julgadoras
- c) Os membros a quem cabe indicar a Comissão Julgadora, isto é, os membros da Comissão Nacional de Folclore, da Comissão Paulista de Folclore e da Comissão Municipal de Folclore.'

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V.S. as nossas
Atenciosas Saudações

Oneyda Alvarenga – Chefe de Cult. 102.²⁵⁹

Os apontamentos de Oneyda Alvarenga revelam um certo e justificado descontentamento em relação às decisões tomadas em sua ausência. Transcorridos quase dez anos desde que o concurso fora criado, os certames só perduraram graças ao esmero da autora de *Menina Boba* à frente da Discoteca. Além disso, se não bastasse o fato de ainda não haver uma Comissão Julgadora constituída até aquele momento, em 25 de Outubro de 1955, e que o prazo máximo para divulgação do resultado do certame era até 15 de Dezembro do respectivo ano, a alteração das regras de uma “partida” em andamento poderia não só comprometer os prazos estabelecidos em edital, mas também colocar em dúvida a lisura do concurso.²⁶⁰ Entretanto, apesar da justificativa técnico-burocrática de Oneyda Alvarenga, a Comissão Municipal de Folclore manifestou sua consternação em relação aos argumentos da diretora da DPM uma vez que, segundo sua manifestação (Oneyda), os membros das comissões nacional,

²⁵⁹ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 140841/1955, fls.13. (grifo nosso).

²⁶⁰ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 140841/1955, fls.16-18 e 26. A escolha da banca desse ano foi determinada apenas em 01 de Dezembro de 1955, que assim ficou definida: Silvio Romero Filho (Comissão Municipal); Mário Wagner Vieira da Cunha (Comissão Paulista) e Oswaldo Cabral (Comissão Nacional). Assim, Oneyda alertou em regime de urgência: “Por Determinação da cláusula 9º do Edital do Concurso publicado no 'Diário Oficial' de 20, 23, 24, 26, 29 e 30 de abril do corrente ano, a Comissão Julgadora deverá apresentar o resultado do seu julgamento no máximo até 15 do corrente mês. Caso não o faça por qualquer circunstâncias, S.E. deverá, data venia, dar o caso a solução jurídica que êle comporta e que o Edital obriga, bem como tomar as necessárias providencias para evitar que os recursos orçamentários destinados a êsse 10º Concurso venham a cair em exercício findo.” Assim, João Accioli resolveu por bem prorrogar o prazo de apresentação do resultado do Concurso para 30 de Dezembro.

estadual e municipal de folclore não poderiam participar da disputa:

Senhor Secretário:

Tomando na devida consideração a matéria constante do ofício 265/55 retro, sente indeclinavelmente a COMISSÃO MUNICIPAL DE FOLCLORE a necessidade de lamentar a estranha atitude da ilustrada Chefia de Cult 102, dê que:

- a) - é perfeitamente jurídica a alteração anteriormente proposta para o Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre Folclore;
- b) - a proposta foi tomada colegialmente pela Comissão, que a estudou e aprovou, e finalmente
- c) - não se torna possível qualquer revisão no momento, e nem será feita, a disposições aprovadas pelos membros desta Comissão, que por desempenharem função pública de natureza relevante se acham acima de qualquer suspeita.

14. 11. 55.

[?]

[?]

Oswald Andrade Filho

Jamile Japur

José Geraldo de Souza

Rossini Camargo Guarnieri

Léa Maria da Rocha.²⁶¹

Deste modo, frente ao pouco caso demonstrado com os apontamentos de Oneyda Alvarenga, a resposta da diretora da DPM cobriu cerca de 4 páginas, na qual ela reiterou que a opção proposta pela Comissão Municipal de Folclore, além de comprometer a isonomia da disputa, não foi devidamente estudada pelo Secretário de Educação e Cultura, responsável, em última análise, pela decisão final, que, todavia, havia sido tomada arbitrariamente pela comissão municipal. Uma vez que o ofício 326/55 referente à reiteração de Oneyda Alvarenga não se tratou de um despacho corriqueiro, transcreveremos aqui os trechos mais substanciais deste questionamento, os quais expressam pontos importantes a serem discutidos:

[...] Quando as novas decisões sobre o Concurso foram tomadas, estávamos ausente da Discoteca em gozo de licença-prêmio iniciada a 25 de agosto do corrente ano. Ao reassumir em 24 de outubro e tomando conhecimento do decidido, imediatamente enviamos a V.S. nosso ofício nº 265/55, de outubro, anexado ao referido processo como fls. 13. Nesse ofício não só pedíamos as instruções que não tinham sido dadas a esta Discoteca sobre quem solicitaria as listas tríplices às Comissões Nacional, Paulista e Municipal de Folclore, como tratávamos de assunto perfeitamente pertinente e grave: indicávamos que a escolha dos julgadores sendo feita pelas referidas Comissões, os membros dessas entidades deveriam ser incluídos entre as pessoas impedidas de concorrer aos Concursos, pois que ninguém pode ser julgado por juízes de sua própria escolha. (...). Quanto ao problema levantado pelo mesmo ofício,

²⁶¹ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 140841/1955, fls.15

devia êle ser levado à consideração do Exmo. Sr. Secretário e não o foi apesar do Sr. Diretor do Departamento de Cultura ter despachado o processo para 'S.E.Gab. - Sr. Secretário' (cota de 27-10-1955, fls.14), quem tomou conhecimento e se arrogou decidir sobre o assunto, sem qualquer delegação de poderes feita pela autoridade superior que era a única competente no caso, foi a Comissão Municipal de Folclore, como se vê a fls.15. E decidiu invocando sua 'função pública de natureza relevante', sua 'situação acima de qualquer suspeita', sua 'proposta tomada (sic) colegialmente', a natureza 'perfeitamente jurídica' de sua decisão; mas não entrou no mérito do assunto. Ora, em primeiro lugar a Comissão Municipal de Folclore parece ignorar que levantar suspeição sobre qualquer pessoa, em razão de suas funções, absolutamente não significa declarar que essa pessoa é deshonesta. Acaso juízes e promotores, quando se declaram suspeitos num feito jurídico, estarão se passando um atestado de desonestidade? Acaso quando as partes, usando um direito que lhes é assegurado, arguem de suspeição a um juiz, estarão ofendendo a dignidade da sua investidura? Suspeito é o indivíduo que, pelas circunstâncias especiais e ocasionais em que esteja colocado, não pode participar da apreciação de determinados fatos, exatamente para que a sua honestidade continue a pairar acima de qualquer suspeita.

A ser adotado o parecer (e não decisão) da Comissão Municipal de Folclore, os concorrentes ficariam divididos em três grupos:

1º) Concorrentes que indicam, embora 'colegialmente', um julgador: os membros da Comissão Nacional de Folclore.

2º) Concorrentes que, nas mesmas circunstâncias, indicam dois julgadores: os membros da Comissão Municipal de Folclore, que também são membros da Comissão Paulista de Folclore. Note-se: os membros da Comissão Municipal de Folclore são, se não em sua totalidade, pelo menos em sua absoluta maioria membros da Comissão Paulista de Folclore, inclusive o Secretário-geral desta.

3º) Concorrentes que não indicam nenhum dos julgadores, por não serem membros de qualquer dessas três Comissões.

Esse tratamento desigual dispensado aos concorrentes aberra de todos os preceitos de Justiça. Em consequência, qualquer concorrente do 3º grupo que não seja premiado, pode interpor recurso para a anulação do julgamento, caso os prêmios sejam conferidos aos do 1º ou 2º grupos.

Não é, portanto, jurídico o parecer da Comissão Municipal de Folclore, salvo melhor juízo do Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, a quem cabe a decisão final que, como se verá, ainda não foi dada [...].

Desejamos tornar claro que, ao apontar os fatos recenseados neste ofício, só nos move o único desejo que há vinte anos norteia nossa vida de funcionária municipal: o de bem servir à Secretaria de Educação e Cultura, o de colaborar honestamente e na medida da nossa pequena valia, para que o Exmo. Sr. Secretário realize os bons propósitos que o orientam na sua gestão, e, portanto, o de cumprir o que é estritamente um dever funcional dos servidores públicos. A nossa atitude não é, pois uma 'atitude estranha', como erroneamente a qualificou a Comissão Municipal de Folclore em seu parecer de fls. 15, quando nele tratou do nosso ofício de fls.13, nascido, como êste, do são intuito de evitar prejuízos de várias ordens à Secretaria de Educação e Cultura. [...]

Atenciosas saudações

Oneyda Alvarenga – Chefe de Cult. 102 ²⁶²

²⁶² SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 140841/1955.

Como pudemos verificar na citação acima, Oneyda Alvarenga revelou não só o possível favorecimento que a mudança na cláusula referente à indicação da comissão julgadora acarretaria, na medida em que boa parte dos concorrentes provinham dos quadros das respectivas comissões folclóricas, como também os embaraços administrativos da questão que nem havia sido devidamente levada ao responsável pela pasta, João Accioli. Assim, a musicóloga mineira achou por bem recomendar a transferência da competência do Concurso para o gabinete da pasta, eximindo-se a Discoteca de qualquer responsabilidade. Todavia, a questão continuou a se arrastar sem que se chegasse a uma decisão satisfatória sobre os temas em tela.

De todo modo, essa digressão se faz necessária para termos a real dimensão da articulação dos folcloristas em São Paulo durante a década de 1950. Levando-se em conta que no ano anterior, 1954, o *Movimento Folclórico* ganhou em São Paulo um grande impulso em virtude dos festejos do IV Centenário, podemos concluir com certa segurança que as alterações sugeridas pela Comissão Municipal de Folclore foram um reflexo da “força” e influência que os folcloristas passaram a ter a ponto de modificarem os termos dos editais do Concurso de Monografias. Deve-se destacar, por outro lado, que apesar da Comissão Municipal ter se vinculado indiretamente ao *Movimento Folclórico*, por outra via, isso não quer dizer que a modificação da prerrogativa de escolha das bancas examinadoras tenha contado com a anuência e motivação da Comissão Nacional de Folclore, sob liderança de Renato Almeida, uma vez que a própria Oneyda Alvarenga fazia parte de seu colegiado. Entretanto, se por um lado Renato Almeida não determinava diretamente as decisões das comissões estaduais, por outro, o musicólogo carioca estimulava que os membros das comissões estaduais mantivessem vínculos institucionais com as autoridades locais. Assim, comentando um caso de “desarticulação” do Secretário Geral da Comissão Pernambucana, Getúlio César, Renato citou o caso paradigmático da Comissão Municipal de Folclore de São Paulo:

[...] Em carta bastante ácida enviada ao secretário-geral pernambucano Getúlio César, Renato Almeida confessa seu descontentamento com o fato de a CNFL só ter tido notícia da inauguração de um museu de folclore no Recife [...] através de uma revista, sem que qualquer manifestação da Comissão Pernambucana fosse notada. [...]. Ele reforça sua argumentação citando o caso da criação, pela prefeitura paulistana, de sua Comissão Municipal, não ligada diretamente à 'nossa comissão', mas que teria entre seus dez membros, sete pertencentes a esta última, inclusive o seu secretário-geral, Rossini Tavares de Lima.²⁶³

²⁶³ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de

Ora, considerando que Rossini Tavares de Lima manifestou seu descontentamento em relação aos sociólogos no que dizia respeito à atuação (ou ausência) deles na Comissão Estadual de Folclore,²⁶⁴ não é um equívoco supor que o fato das bancas de um concurso de estudos folclóricos maciçamente avaliado por sociólogos tenha contrariado os folcloristas de São Paulo liderados por Rossini Tavares de Lima. Não afirmamos aqui, em absoluto, que a ideia de intervir no regulamento do certame tenha partido dele. Entretanto, o fato de Rossini Tavares de Lima ter sido o responsável por propor à Oneyda a inclusão de intelectuais das comissões folclóricas dentre aqueles que avaliariam o concurso, como sugerido em 1952, parece-nos suficiente para presumir, frente aos debates teóricos travados dentro dos inúmeros congressos nacionais e internacionais, que os folcloristas de São Paulo se achavam metodologicamente bem aparelhados para avaliarem quais pesquisas mereceriam ser premiadas, a ponto de interferirem nas escolhas de Oneyda Alvarenga, não raras vezes associada aos “sociólogos de Donald Pierson”.

Já discutimos no 2º capítulo que o ano de 1954 foi marcado por uma grande mobilização de intelectuais dedicados ao estudo do folclore ou cultura popular, fato que, faz-nos supor, esteve na base dessa intervenção no Concurso de Monografias. A vitalidade do movimento em São Paulo começou a ganhar impulso no começo da década de 50 do século XX graças aos esforços de Rossini Tavares de Lima, que atuava junto ao Centro de Pesquisas Folclóricas, subordinado ao Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, sempre subsidiado pelo estímulo e respaldo de Renato Almeida. Nesse sentido, a organização de um Curso de Folclore em São Paulo, previsto para ocorrer em 1952, foi noticiada como uma “vitória do movimento”. Resultado de um convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Educação, o Club de Poesia, a Comissão Paulista de Folclore e o Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, o curso contou com a inscrição de mais de 150 alunos.²⁶⁵ Naquela altura, passados pouco mais de 5 anos desde que a Comissão Nacional do Folclore

Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p. 201

²⁶⁴ No 4º Capítulo daremos mais detalhes sobre essa questão.

²⁶⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore. CAIXA 65, PASTA 11169. In: Folclore, A GAZETA, 28/01/1952; Curso de Folclore, A GAZETA, [15/05/1952]; O TEMPO; Conferências, em Abril, sobre Poesia Popular e Folclore, [09/03/1952]; CORREIO DA MANHÃ, Curso de Folclore em São Paulo, [19/08/1952]; FOLHA DA NOITE, Curso de Folclore, [15/05/1952]; DIÁRIO CARIOCA, Curso de Folclore em São Paulo, [16/08/1952]; JORNAL DO COMERCIO, Curso de Folclore em São Paulo, [19/08/1952].

O Curso de Folclore realizado em parceria com o Clube de Poesia, teve o formato dividido em 12 conferências com especialistas de todo o Brasil. Renato Almeida, Camara Cascudo, Cecília Meirelles, Edison Carneiro, Joaquim Ribeiro, João Dornas Filho, Loureiro Fernandes foram alguns dos palestrantes. Gostaríamos apenas de destacar o fato de a organização do curso ter ocorrido em parceria com o Clube de Poesia, o que por si só já imprime uma marca que o relaciona ao universo literário.

se encontrava em funcionamento e transcorrido o I Congresso Brasileiro de Folclore, Renato Almeida afirmava que apesar dessas ações os estudos folclóricos ainda não apresentavam solidez:

Em primeiro lugar – acentuou – isso ocorre por falta de meios. E folclore – como sublinhou Mário de Andrade – custa dinheiro. Depois, porque ainda não conseguimos convencer-nos de que o primordial são as pesquisas de campo para o levantamento do 'corpus' do nosso folclore, antes do que as obras de erudição se ressentirão de deficiente documentação. [...] É preciso sair do folclore autodidático: É preciso acabar com as improvisações, com uma literatura folclórica de segunda mão e criar especialistas e técnicos. [...]²⁶⁶

Mais uma vez notamos que o objetivo de Renato Almeida e dos folcloristas era justamente fugir ao amadorismo e, por conseguinte, alcançar a profissionalização científica. Para tal empreitada seria fundamental alcançar a especialização acadêmica, fato que nunca chegou a se concretizar plenamente. Deste modo, o Congresso Internacional de Folclore ocorrido em São Paulo teve por meta dirimir antagonismos conceituais existentes entre os folcloristas nacionais e estrangeiros. Assim, ao retornar do *International Folk Music Council* Renato Almeida revelou o entusiasmo com que os intelectuais europeus receberam a ideia de debater tais questões em um congresso internacional em São Paulo no ano de 1954:

Conversei com os colegas europeus, quer em Londres, quer de países onde estive, sobre esse projeto e devo dizer que a ideia foi recebida com entusiasmo. A possibilidade de folcloristas estrangeiros virem ao Brasil estudar conosco, em congresso internacional, problemas de conjunto e ao mesmo tempo assistirem a demonstração de nosso folclore excitou todas as imaginações. Tanto assim que a Diretoria do “Internacional Folk Music Council” decidiu que a VII Assembleia se realizará nesta Capital, paralelamente ao Congresso[...] Fiz apenas sondagens e verifiquei a excelente acolhida que teve a ideia. Esse resultado é que vim comunicar à Comissão do IV Centenário, para que decida afinal o que se deve fazer. Apenas teoricamente chegamos a um entendimento no sentido de que, si se convocar o Congresso, o assunto deve ser o estudo das principais divergências entre as conceituações europeias e de outros continentes. Um grande folclorista belga, Albert Marinus ficou incumbido por mim de preparar um anteprojeto do temário que seria submetido à Comissão Nacional de Folclore e depois apresentado a um comitê internacional, que

²⁶⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. H. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore. Recorte de Jornal, Caixa 65, Pasta 11169. In: DIÁRIO DE SÃO PAULO. “Ainda não conseguimos convencer-nos de que o primordial são as pesquisas de campo – Curso de folclore, importante iniciativa – manifesta o ministro Renato Almeida sua impressão dos trabalhos que se realizam em São Paulo, [03/06/1952]”. Na mesma matéria Renato Almeida ainda destaca a importância de se criar uma cadeira de folclore no currículo universitário, objetivo nunca realizado durante a vigência do movimento.

oportunamente se poderá constituir. Tudo isso, repito, são apenas hipóteses, pois só depois de estruturado o congresso, verificar-se-á si esse é o melhor caminho ou si outros não serão preferíveis. [...] A única coisa que posso afirmar é que, em melhor acolhida à iniciativa de um Congresso Internacional de Folclore, nesta Capital, que, sem dúvida, terá não apenas uma imensa repercussão cultural, mas também alargará o conhecimento de nosso país em numerosos círculos intelectuais do mundo ²⁶⁷

Para organização dos festejos folclóricos a Comissão do IV Centenário delegou à Comissão Paulista de Folclore bem como à Comissão Nacional de Folclore, sediada no Rio de Janeiro, a responsabilidade de organizar o supracitado festejo, os quais compreenderiam “[...] demonstrações de danças e folguedos populares, além de uma exposição de folclore de São Paulo e de outros estados bandeirantes”.²⁶⁸ Para preparação de tal programa organizou-se em 28 de Outubro de 1952 uma comissão mista para superintender as festas e exposições que ficou assim estabelecida: Oswald de Andrade Filho, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Afonso Dante Chiara, Jamile Japur e Rossini Tavares de Lima, enquanto representantes do estado de São Paulo; e Antonio Osmar Gomes, Manuel Diegues Junior, Edison Carneiro, Cecília Meireles e Henrique Fernandes Braga do Rio de Janeiro. Nesta mesma reunião ficou acertada a participação dos demais estados da federação e que seriam convidados os seguintes grupos: Bumba-meu-Boi (Maranhão), Maracatu e Frevo (Pernambuco), Reisado e Guerreiros (Alagoas), Cavalhadas (Paraná), Quicumbi (Espírito Santo), e também do clube 35 de Tradições Gaúchas do Rio Grande do Sul.²⁶⁹

Enfim, as coincidências não são fortuitas entre os membros que organizaram os festejos folclóricos durante o IV Centenário e aqueles que passaram a compor a Comissão Municipal de Folclore; logo, a mudança da cláusula relativa à escolha das bancas examinadoras se relacionou umbilicalmente ao grande impulso do *Movimento Folclórico* em São Paulo.

Entretanto, no ano subsequente, ou seja, 1956, toda a celeuma se resolveu não pelo consenso entre a Discoteca e Comissão Municipal de Folclore. Muito pelo contrário,

²⁶⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore. Recorte de Jornal s/n°. CAIXA 65, PASTA 11169. In: A GAZETA. Congresso Internacional em São Paulo – A ideia despertou entusiasmo nos círculos folclóricos europeus. São Paulo, [18/08/1952].

²⁶⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore. Recorte de Jornal s/n°. CAIXA 65, PASTA 11169. In: A GAZETA. O Folclore nas comemorações do IV Centenário, [05/11/1952].

²⁶⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. DPH. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore. Recorte de Jornal s/n°, CAIXA 65, PASTA 11169, In: DIÁRIO DE SÃO PAULO. Festejos folclóricos no IV Centenário de São Paulo – Constituída uma comissão mista para organizar o programa, [05/12/1952].

resolveu-se em virtude da vida efêmera desta última, que, inclusive, não mais se reuniu. Assim, na abertura do Processo nº 0.034.711/56, relativo à instituição do 11º Concurso, a iniciativa de se alterar a cláusula 7ª, relativa ao modo de nomeação da comissão julgadora, partiu da própria assessoria jurídica da Secretaria de Educação que havia relutado em acatar os apontamentos de Oneyda Alvarenga no ano anterior:

Senhor Secretário:

1 – Como a Comissão Municipal de Folclore não se tem reunido, pela dificuldade em conseguir-se horário que satisfaça a todos os seus integrantes, e para que os presentes autos não venham depender exclusivamente do pronunciamento daquela Comissão, sugerimos a V. Exa. altera-se a redação da cláusula 7ª do edital do '11º Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre folclore', pelo seguinte:

'7º - Os trabalhos serão julgados por uma Comissão constituída de três membros, escolhidos pelo Secretário de Educação e Cultura, dentre especialistas em folclore ou matérias afins.

2 – Com isso, não só se atenderá ao resolvido no proc. 140.841/55, que continuará a subsistir para os efeitos internos, como se prevenirá eventualmente falta das listas tríplices das Comissões Federal, Estadual e Municipal de Folclore.

São Paulo, 4 de Abril de 1956

Frederico José da Silva Ramos

Assistente Jurídico – S.E.²⁷⁰

Deste modo, apesar de subsistir o dispositivo jurídico determinado em 1955, internamente, as nomeações das Comissões julgadoras deixaram de ser prerrogativa do *Movimento Folclórico* paulista. A partir desse ano a cláusula relativa à indicação do júri passou a vigorar nos termos estabelecidos na citação acima até 1974. Nesse sentido, a mudança mais substancial em relação à escolha da comissão julgadora ocorreu em 1975, ano no qual o *Concurso Mário de Andrade de Monografias* quase não se realizou, em grande medida, em virtude da reestruturação administrativa pela qual as divisões que compunham o Departamento de Cultura passaram:

10ª Os trabalhos serão julgados por uma Comissão constituída de cinco (5) membros, especialistas ou estudiosos de folclore ou matérias afins, dos quais pelo menos (2) deverão possuir título de 'doutor' em carreira universitária. Três (3) serão escolhidos pelo Departamento de Informação e Documentação Artística, mediante indicação da Diretora da Divisão de Discoteca e Biblioteca de Música e dois (2) serão indicados pelo Diretor Executivo da

²⁷⁰ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.034.771/56, fls. 6-7.

Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, dentre os membros do Conselho Nacional de Folclore.²⁷¹

Se não fosse pela interferência da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão subordinado ao MEC, o *Concurso Mário de Andrade de Monografias* não teria acontecido. Por outro lado, como havíamos destacado, Oneyda Alvarenga buscou, sempre que possível, justificar as premiações por meio de pareceres de intelectuais universitários, não raras vezes com formação no âmbito das ciências sociais. Deste modo, a citação acima comprova, uma vez que pelo menos dois (2) dos cinco avaliadores do certame deveriam ter o título de doutor, que em 1975 não seria mais admissível que as premiações fossem conferidas apenas por intelectuais “polígrafos” sem formação e atuação acadêmica. Ora, tal fato justifica a insistência da autora de *Música Popular Brasileira* que, desde o início do certame, reconheceu o processo de profissionalização dos estudos sociais e culturais no Brasil nos quais as pesquisas folclóricas deveriam se respaldar.²⁷²

A cláusula voltada à atribuição da Comissão Julgadora em conferir os prêmios se manteve sem grandes alterações por todo o período no qual se realizou o concurso. Nesse sentido, a partir da 2ª edição, os editais passaram a esclarecer os direitos da comissão, vinculados ao propósito de assegurar a cientificidade do Concurso:

Caberá à Comissão Julgadora, a seu critério, o direito de:

- a) anular este concurso, por considerar os trabalhos não merecedores dos prêmios;
- b) conferir apenas os prêmios que julgar passíveis de distribuição;
- c) eliminar os candidatos que não cumprirem as exigências deste edital.²⁷³

Pode-se dizer que o dispositivo “a)” foi utilizado em várias ocasiões, como demonstraremos em subcapítulo posterior, onde comentaremos individualmente as Atas de cada edição do certame. Entretanto, considerando a possibilidade que opiniões divergentes ocorressem, a partir do 11º Concurso (1956), além da lavratura da Ata, os pareceristas poderiam apresentar seus apontamentos individualmente, realidade que já havia se processado

²⁷¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital 1975. DT.0030.09

²⁷² Entretanto, o respectivo artigo nos permite refletir sobre o modelo de “fomento” à pesquisa por meio de certames públicos, que, talvez, o Concurso Mário de Andrade tenha representado paradigmaticamente. Considerando a ampliação dos programas de pós-graduação, que a partir do início da década de 60 passou a se ancorar no apoio financeiro de agências financiadoras, pode-se concluir, portanto, que talvez o modelo proposto pelo Departamento de Cultura se esgotará.

²⁷³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital 1947. DT.0002.38

mesmo antes dela estar assegurada pelos editais:

9ª [...]

§ único – Além da lavratura da Ata, os julgadores poderão apresentar por escrito seus pareceres individuais, se assim julgarem necessários para maior esclarecimento de seus pontos de vista.²⁷⁴

A cláusula relativa às premiações previa, em 1946, que seriam distribuídos um 1º prêmio e um 2º prêmio, todos não desdobráveis, contemplados com pagamento em dinheiro; e três menções honrosas, vigorando, pois, nestes termos até o 6º Concurso ocorrido em 1951. A partir do certame subsequente seriam distribuídos três prêmios em dinheiro ao invés de apenas dois. Por outro lado, o principal "prêmio" seria efetivamente a publicação dos trabalhos na Revista do Arquivo Municipal. Como previsto no edital de 1946, tanto os estudos contemplados com alguns dos prêmios quanto aqueles contemplados com menções honrosas teriam esse direito assegurado. Além disso, o júri ainda poderia classificar até 5 trabalhos para serem publicados no mesmo periódico, condição esta que perdurou até o 7º certame.²⁷⁵ Como demonstraremos subseqüentemente, apesar de no ano de 1951 (6º Concurso) o júri ter recomendado a publicação de três trabalhos não classificados,²⁷⁶ o fato de as publicações terem se realizado constantemente com atrasos, inviabilizou, pois, a manutenção do direito da comissão julgadora recomendar trabalhos não premiados à publicação a partir do 8º Concurso. Nesse sentido, o edital de 1953 trazia a seguinte redação:

11º) O Departamento de Cultura fará publicar, na Revista do Arquivo Municipal, as monografias premiadas. Do primeiro, segundo e terceiro prêmios, bem como das três menções honrosas, será feita separata de 500 exemplares, tendo os autores direito a cem.²⁷⁷

As dificuldades orçamentárias da RAM, periódico de relevância nacional durante os anos 30 do século XX, obrigou que a Discoteca revisse a obrigatoriedade de publicar todos os trabalhos agraciados pelo Concurso de Monografias. Assim, em 1954, ano da realização do 9º

²⁷⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1956. DT.0011.16

²⁷⁵ Até o 4º Concurso, dos trabalhos premiados seriam feitas 500 separatas de cada um, tendo os autores direito a cem unidades. Já dos trabalhos contemplados com menções honrosas, os autores teriam direito a cem unidades do número da revista que publicasse seu estudo. A partir do 5º certame, passou a vigorar que tanto dos estudos premiados quanto das menções honrosas seriam feitas 500 separatas, sendo que os autores teriam direito a cem unidades.

²⁷⁶ Ver ANEXO A: Relação das monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga

²⁷⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1953. DT.0008.13

Concurso, as publicações de separatas se restringiram apenas aos trabalhos efetivamente contemplados com 1º, 2º e 3º prêmios:

13º) O Departamento de Cultura fará publicar, na Revista do Arquivo Municipal, as monografias premiadas. Do primeiro, segundo e terceiro prêmios, será feita separata de 500 exemplares, tendo os autores direito a cem.²⁷⁸

Como descreveremos mais aprofundadamente em momento oportuno, o cumprimento da cláusula relativa às publicações foi causa de grandes problemas para Oneyda Alvarenga. Não só muitos trabalhos foram publicados com grande atraso, o que, por sua vez, levou alguns autores a optarem por publicações independentes, como inúmeros estudos se mantêm inéditos até hoje. Apesar do empenho de Oneyda Alvarenga em manter os critérios dos anos anteriores, a partir de 1959 o Departamento de Cultura ficou desobrigado a proceder com a publicação das separatas, restando-lhe apenas a obrigatoriedade de conduzir a primeira edição dos trabalhos premiados (1º, 2º e 3º prêmios) junto a RAM:

13º) O Departamento de Cultura fará publicar, na Revista do Arquivo Municipal, as monografias a que forem conferidos o 1º, 2º e 3º prêmios.²⁷⁹

Em síntese, essas foram as principais bases dos editais que subsidiaram a realização anual do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*. De uma maneira geral, o fito de Oneyda Alvarenga, que se aposentou em 1969, foi realmente estimular estudos inéditos, feitos preferencialmente em campo, nos moldes propostos pelo *Curso de Etnografia e Folclore*, do qual ela participou como aluna. Por mais que tenhamos destacado a polêmica envolvendo Oneyda Alvarenga e uma parcela do *Movimento Folclórico*, notoriamente com os folcloristas da comissões municipal e paulista de folclore, entretanto, pode-se dizer que os objetivos de Oneyda Alvarenga se coadunavam com as metas defendidas pelo respectivo *Movimento Folclórico* uma vez que estes também estavam decididamente engajados no estabelecimento de pesquisas de campo. Não por acaso, pois, o último concurso ocorrido em 1975 foi promovido graças à parceria entre a Campanha de Defesa do Folclore e a Secretaria

²⁷⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1954. DT.0009.11

²⁷⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Edital de 1959. DT.00014. No certame subsequente as menções honrosas voltaram a figurar dentro do escopo das publicações. A partir de 1966 a redação sofreu uma pequena alteração, sem entretanto, modificar-lhe o teor.

Municipal de Cultura, momento no qual a DPM se encontrava subordinada ao Departamento de Informação e Documentação Artística (IDART). Tal fato comprova o quanto a vitalidade do *Concurso Mário de Andrade* só foi possível em virtude dos laços vitais que Oneyda Alvarenga manteve com o *Movimento Folclórico*, do qual por largo período ela foi membro efetivo.

3.3 As monografias premiadas: atas e pareceres do júri

A semelhança entre a ato de conjecturar de juízes e cientistas é apenas aparente. A diferença fulcral entre os dois ofícios reside justamente no fato de que o primeiro o faz por meio da moral; já o segundo o faz por meio de regras aparentemente extramoriais. Obviamente essa questão toma contornos complexos quando se tem em mente as ciências humanas que, salvo raras exceções, não se alicerçam sobre uma linguagem imparcial. Nesse sentido, Marc Bloch, preocupado em sustar qualquer dúvida sobre a diferença entre os dois ofícios, dedicou algumas páginas de sua *Apologia da História* para a resolução desse problema:

Existem duas maneiras de ser imparcial: a do cientista e a do juiz. Elas têm uma raiz comum, que é a honesta submissão à verdade. [...] Chega um momento, porém, que os caminhos se separam. Quando o cientista observou e explicou, sua tarefa está terminada. Ao juiz resta ainda declarar sua sentença. Calando qualquer inclinação pessoal, pronuncia essa sentença segundo a lei? Ele se achará imparcial. Sê-lo-á, com efeito, no sentido dos juízes. Não no sentido dos cientistas. Pois não se poderia condenar ou absolver sem tomar partido por uma tábua de valores, que não depende de nenhuma ciência positiva. Que um homem tenha matado um outro é um fato eminentemente suscetível de prova. Mas castigar o assassino supõe que se considere o assassino culpado: o que, feitas as contas, é apenas uma opinião sobre a qual todas as civilizações não entraram num acordo. Ora, por muito tempo o historiador passou por uma espécie de juiz dos Infernos, encarregado de distribuir o elogio ou o vitupério aos heróis mortos. [...] São mais que nunca, as palavras de Pascal: 'Todo mundo age como deus ao julgar: isto é bom ou ruim'. Esquecemos que um juízo de valor tem sua única razão como preparação de um ato e com sentido apenas em relação a um sistema de referências morais, deliberadamente aceito. [...] Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos. 'compreender'.²⁸⁰

Obviamente, nenhum dos intelectuais convidados a avaliarem os estudos apresentados se arrogavam propriamente juízes, em absoluto. Entretanto, a própria natureza de um *concurso*, no qual autores e intelectuais disputavam um prêmio, colocava-os [pareceristas] em

²⁸⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp.125-6.

uma situação ligeiramente deslocada do ofício de um cientista humano, que, em outras palavras, transbordava os limites da *compreensão*. Afinal, considerando a natureza híbrida dos estudos folclóricos, ora feitos à luz da sociologia, da história, da psicologia ou do próprio folclore, cada avaliador, por mais “imparcial” que fosse, posicionou-se a partir de determinadas *regras* ou *métodos* que lhe parecia mais conveniente ou correto. Eis então o cientista convidado a julgar; a ele coube a difícil tarefa de consagrar o sucesso de alguns e, talvez, o fracasso da maioria, mesmo que essa não fosse sua real pretensão.

Por um largo período coube ao historiador julgar o passado. Hoje, pelo contrário, a posição do historiador é muito mais cômoda. Não lhe preocupa, como falou Bloch, se o assassino é culpado ou não; interessa-lhe saber o que motivou tal ato e o que justificou determinada pena. Ora, o que pretendemos reforçar com essa digressão nada mais é do que marcar a nossa mais completa falta de indulgência em relação às decisões exaradas pelas comissões julgadoras do *Concurso Mário de Andrade*. Assim, nosso fito será tão somente compreender as posições metodológicas que subsidiaram cada banca ou parecerista, pois, como verificar-se-á, por vezes a banca nem sempre foi unânime na classificação dos prêmios. Em outras palavras, não pretendemos sob hipótese alguma justificar ou mesmo endossar a classificação de outrora. Deste modo, com a meta de tornar a análise mais inteligível, privilegiaremos neste subcapítulo a escolha dos estudos premiados, priorizando, quando possível, as bancas que apresentaram os pareceres individualizados.

Nesse sentido, optaremos pela apresentação cronológica dos pareceres em virtude das seguintes razões: como confirmar-se-á no transcorrer desse subcapítulo, a escolha dos trabalhos premiados variou de acordo com o perfil intelectual das bancas. Ora, uma vez que até 1954 as bancas foram compostas maciçamente por sociólogos e antropólogos e que após esta data as bancas foram contrabalançadas por folcloristas, a manutenção cronológica das atas a serem discutidas se colocou naturalmente como metodologia mais adequada. Além disso, após 1969, ano no qual Oneyda Alvarenga se aposentou, o júri passou a ser composto quase que exclusivamente por autores vinculados às subcomissões folclóricas. Logo, a apresentação sequencial das atas das comissões julgadoras permitirá a comparação entre os aspectos teóricos e metodológicos ventilados tanto pelo intelectual especializado quanto pelo folclorista.

Assim, o primeiro certame, ocorrido em 1946, contou com pareceres individualizados de Roger Bastide, Heitor Corrêa de Azevedo²⁸¹ e Oneyda Alvarenga. De uma maneira geral,

²⁸¹ Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, por residir no Rio de Janeiro, não compareceu à DPM para avaliação

na avaliação da banca os trabalhos não poderiam, a princípio, receber os prêmios por carecerem de método que justificasse a classificação. Todavia, uma vez que o *Concurso Mário de Andrade* foi instituído com o objetivo de criar uma bibliografia sobre o folclore musical brasileiro, a comissão achou por bem conferir os prêmios com o único propósito de estimular a produção de novos estudos sobre o tema:

Em seguida, procedeu-se ao julgamento dos trabalhos. A comissão decidiu preliminarmente que, revelando as monografias grande falta de método folclórico, pouca ordem na exposição dos materiais, insuficiência ou inexistência de crítica calcada por poucos conhecimentos folclóricos, nenhuma das três poderia, a rigor, ser premiada. Entretanto, ponderando que o concurso foi instituído a fim de incentivar as pesquisas de folclore musical brasileiro, e criar, através desse apêlo, a consciência da necessidade e da possibilidade de fazerem-se estudos seguros dos nossos fatos folclóricos, resolveu a comissão conferir os prêmios, apesar da insuficiência científica dos trabalhos apresentados.²⁸²

Ficou claro que os trabalhos, a rigor, estavam aquém do esperado. Faltavam-lhes *método folclórico* e *crítica*, desejados para a elaboração deste tipo de estudo. Entretanto, pelos motivos expostos pela comissão, os trabalhos de José de Almeida Prado, autor que apresentou duas pesquisas (*Trabalhos fúnebre na roça* e *Cantores paulistas de porfia ou desafio*) e de Afonso Chiarini (*Cururu*) foram premiados. Resta-nos avaliar, por outra via, o que a banca entendeu por *método folclórico*, uma vez que a Ata de julgamento não foi clara a esse respeito. Deste modo, o parecer de Roger Bastide nos permitiu ponderar qual seria tal método visto à luz de um sociólogo:

Cantores Paulistas de Porfia ou Desafio

Não constituiu propriamente falando um estudo de folclore, mas sim estudo dos cantores e de seus temas. A parte importante é a estrutura do desafio, como gênero folclórico (os temas tratados somente em segundo lugar – e o estudo comparado depois, se quisermos).

Poucos exemplos musicais.

[...]

Trabalhos fúnebre na roça

Seria o melhor trabalho, pelo assunto abordado (pouco estudado), pelo plano (com exceção de um elemento), pela parte musical, se:

I) Falta de técnica folclórica (sem nome, idade, endereço, foto, mérito do

conjunta dos estudos apresentados. Portanto, a Ata do ano de 1946 foi redigida por Oneyda Alvarenga e Roger Bastide, sem dispensar, entretanto, os apontamentos apresentados por Luiz Heitor realizados por meio de seu parecer individual.

²⁸² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 1º Concurso. DT.0001.10

informante para cada informante – sem localização exata no espaço e o tempo das cerimônias). É verdade que se pode responder pelo fato dos costumes desaparecidos?

II) Sem distinção étnica. Ora comparação com o itambi negro. Esta comparação não vale ou é necessário ampliar a comparação com costumes lusos e indígenas.

Cururu

Seria o melhor trabalho, portanto, com série de fichas precisas e muito interessantes.

Infelizmente, grandes falhas: horivelmente escrito. O plano quase inexistente (não se vê a razão da ordem das fichas; e os prolongamentos: textos citados que não esclarecem o problema) (e que se poderia multiplicar: teria sido necessário escolher exemplos significativos ou, de preferência, uma antologia).

Parte musical pequena.

Como o primeiro, tende frequentemente a desviar do folclore para estudo histórico da literatura folclórica.

Mas com excelentes passagens.²⁸³

Pela citação de Bastide fica evidente o que se esperaria de um estudo embasado sob o método folclórico. A monografia *Trabalhos fúnebres na roça*, apesar de contemplada com primeiro prêmio, deu um bom exemplo de sua ausência; escrita, pois, sem as informações básicas sobre os informantes, tais como nome, idade, localidade das cerimônias e etc. Por outro lado, a monografia de Afonso Chiarini, intitulada *Cururu*, apresentou melhor aplicação da metodologia folclórica uma vez que continha fichas precisas dos informantes. Entretanto, talvez a falta de um encaminhado menos truncado, somado aos poucos exemplos musicais (não devemos desconsiderar que esse foi o único certame direcionado exclusivamente ao folclore musical) não permitiu a sua classificação com o primeiro prêmio. Do mesmo modo, a monografia *Cantores Paulistas de Porfia ou desafia*, também de autoria de José Nascimento A. Prado, carecia de exemplos musicais.

Oneyda Alvarenga também não deixou de frisar as falhas das monografias apresentadas. Assim, reforçando a ausência de metodologia folclórica, ela resolveu recomendar os prêmios com o único propósito de estimular a realização de estudos científicos sobre a realidade musical popular brasileira:

Parecer da Sra. Oneyda Alvarenga [...]

[...] A impressão geral é que os autores desperdiçaram o material, por certo

²⁸³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 1º Concurso. DT.0001.10. Tradução de Patrícia Sanches. (grifo nosso)

valioso, de que dispunham: deixando transparecer bastante familiaridade com os fatos que abordaram, ficaram entretanto aquém do que se poderia esperar dêses conhecimentos, por não estarem ao par do que seja o folclore como disciplina científica.

Feita essa ressalva necessária, é meu parecer que se concedam os prêmios, de acordo com o valor relativo dos trabalhos, visto tratar-se de um concurso destinado a incentivar o registro e estudo dos nossos costumes e fatos musicais populares. Dêse ponto de vista é absolutamente justa e imprescindível a concessão dos prêmios, de que os concorrentes se mostraram merecedores pelo seu esforço louvável; pelo real amor às coisas populares e pela boa vontade com que atenderam ao apêlo da Discoteca Publica Municipal.

Das três monografias, a mais bem feita é a que trata de “trabalhos fúnebres na roça”, da autoria do concorrente que assina 'Elias Veloso'. Tem larga cópia de informações, plano melhor e melhor exposição do material. Acrescentando-se a êses pontos a circunstância de que versa um assunto importante, sobre o qual a documentação existente é quase nula. Contém 59 exemplos musicais. Entretanto, o autor peca como os demais concorrentes, pelo desconhecimento das exigências básicas do método folclórico (entre as quais salientam-se os dados controladores das pesquisas realizadas) e deixa obscuro certos pontos musicais que carecerão de verificação futura, como por ex., a natureza dos agrupamentos vocais e os processos de cantar usados nos cantos fúnebres.

O trabalho intitulado 'CURURU', apresentado por 'Patriota', é profundamente desnorreado, embora contenha índice que fazia prever uma monografia bem construída. Dir-se-ia que o autor sabia o que era necessário fazer, mas não soube como fazê-lo. Além da confusão tremenda na exposição dos dados, do alongamento causado por considerações dispensáveis porque nada objetivas, [...]. Pontos há, no seu trabalho, que realmente não se entendem. [...] Por outro lado, deixa sem explicação ou explica de modo contraditório ou vaguíssimo, termos de técnica músico-poética dos cantadores.²⁸⁴

O Parecer de Oneyda Alvarenga levantou os mesmos aspectos apontados por Roger Bastide. Nesse sentido, a monografia *Trabalhos fúnebres na roça* pecou pela falta de tratamento controlado das informações a respeito dos informantes e dos agrupamentos musicais. Do mesmo modo, ao estudo *Cururu* faltou sê-lo desenvolvido de acordo com o que pretendia o autor. Todavia, apesar das falhas apontadas pela musicóloga mineira, o estudo também possuía qualidades e boa aplicação do método folclórico (controle dos dados levantados em pesquisa de campo), que, conseqüentemente, rendeu-lhe a indicação para o 2º prêmio:

Entretanto, com esforço e paciência se vê que, ao lado dos seus grandes êrros e confusões, o trabalho contém boa cópia de informações úteis: natureza do cururu na região examinada pelo A. (exclusivamente desafio, sem dança);

²⁸⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 1º Concurso. DT.0001.10 (grifo nosso)

normas a que obedece a sua execução; proveniência étnica dos seus cultores; indumentária e hábitos dos curureiros; instrumentos usados e costumes a eles ligados; profissionalização do 'curureiro', etc. Traz também seis exemplos musicais, uma galeria de 'curureiros' com fotografias e dados biográficos, e um mapa folclórico assinalando a região curureira de São Paulo que o A. conhece.

A maior profusão de dados e a maior objetividade dêles é que torna a monografia de 'Patriota' mais recomendável para o 2º prêmio que a do sr. 'Germano de Souza'. O autor que adotou este pseudônimo apresenta um trabalho sobre 'CANTADORES PAULISTAS DE PORFIA OU DESAFIO' que, embora melhor escrito que o de 'Patriota', é vasado num molde de puro transbordamento de entusiasmo pelos cantadores que conhece, limitando-se a deixar correr sua admiração, entremeio-a de amostras poéticas que, se não são realmente boas, deixam a desejar pelo caráter incompleto e pela geral imprecisão informativa. Mas apesar disso o trabalho tem dados aproveitáveis: divisão dos cantadores em cantadores de moda e cantadores de desafio, semi profissionalização dos cantadores, manifestações do apreço em que são tidos os cantores, assuntos de cantoria, como os cantores se formam e como se exercitam, relação de cantores (embora entremeiada de muita literatice sentimental); tipos de viola e a nomenclatura das suas cordas (embora não dê afinação e não diga o que caracteriza os tipos de que fornece nome), etc. Obscuridade existem também neste trabalho: na pág. 42 não se entende como se faz a afinação das violas; na pág. 43 são muito mal explicados os tipos de toadas, que só vêm a ser mais ou menos entendidos pelo exemplo musical; [...]²⁸⁵

Se o controle cuidadoso dos dados coletados em campo rendeu a classificação intermediária do estudo de Afonso Chiarini, por outro lado, o excesso de entusiasmo do trabalho *Cantores Paulistas de porfia ou desafio*, também de autoria de José Nascimento de A. Prado, mesmo contendo dados apreciáveis sobre os tipos de violas, pôde render-lhe apenas a 1º menção honrosa.

Curiosamente, mesmo não podendo comparecer à DPM na data prevista para a avaliação das monografias inscritas ao certame, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo manifestou sua opinião em completo acordo com as posições de Bastide e Oneyda Alvarenga, reforçando, pois, a falta de aplicação metodológica dos trabalhos:

[...] A primeira impressão é essa: que os três trabalhos apresentados ao certame foram subscritos por pessoas profundamente afeitas com as práticas poético-musicais e usos que narram suas monografias. Já não se pode dizer, entretanto, que todas elas tenham o mesmo conhecimento do Folclore como uma disciplina científica. As Instruções para 'Comissão de Pesquisas Populares', que durante algum tempo investigou o Folclore do Distrito Federal, e que teve a colaboração de Mário de Andrade, definiam a Monografia como a 'pesquisa completa e a mais exaustiva possível sobre um

²⁸⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 1º Concurso. DT.0001.10.(grifo nosso)

determinado assunto ou tema. A monografia é científica por excelência. Nela cabem necessariamente, a descrição do fato, a sua bibliografia, a sua comparação histórico-nacional e antropogeográfica, a sua análise de gabinete e as conclusões crítico-filosóficas'. Dentro desse postulado é evidente que [...] só um revelou a intenção do autor, de atingir esse tipo da verdadeira monografia [...]. Esse trabalho é 'Cururu', assinado por 'Patriota'. Entretanto, seu autor ficou na intenção [...]. Mas a desordem na exposição do assunto, com inexplicáveis vai-e-vens; por vezes a péssima redação, que obscurece totalmente o pensamento do autor, impedem a classificação desse trabalho para o primeiro prêmio. [...] Os outros dois trabalhos apresentados [...] são bem mais desprezíveis, limitam-se a um registro de fatos, versos, melodias e usanças das regiões familiares a seus autores. Não têm – principalmente o primeiro – aquela objetividade indispensável a monografia rigorosamente científicas. Mas é tal a riqueza de contribuições informativas trazidas pela segunda dessas monografias²⁸⁶ que a ela deve ser conferido, penso que com toda justiça, o primeiro prêmio do concurso instituído pelo Departamento de Cultura. O trabalho sobre 'CANTORES PAULISTAS DE PORFIA OU DESAFIO' tem, como já disse, excelente Vocabulário; traz indicações preciosas, e muito bem expostas, sobre a arte poética dos cantadores. No mais, entretanto, são meras recordações alinhavadas com uma ingenuidade por vezes tocante. [...]²⁸⁷

O parecer de Luiz Heitor se embasou no conceito de monografia desenvolvido pela Comissão de Pesquisas Populares, responsável por coordenar estudos folclóricos no Distrito Federal que, inclusive, contou com a colaboração de Mário de Andrade. Nesse sentido, apenas o trabalho intitulado *Cururu* se aproximou do postulado científico manifestado pelo musicólogo carioca. No entanto, a falta de organização do estudo não poderia render-lhe o 1º prêmio, o qual, como manifestado nos outros dois pareceres, foi recomendado à monografia *Trabalhos Fúnebres na roça* em virtude da riqueza e singularidade do tema estudado. Assim, as demais indicações de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo se coadunavam às recomendações de Oneyda e Bastide; em outras palavras, o perfil sentimental de um e o rigor metodológico de outro foram decisivos para justificar a indicação, respectivamente, de *Cururu* para o 2º prêmio e *Cantores Paulistas de porfia ou desafio* para 1º menção honrosa.

Entretanto, o unísono com qual os membros do júri se manifestaram na primeira edição do Concurso Mário de Andrade nem sempre prevaleceu nos demais certames. Deste modo, no 2º concurso, ocorrido em 1947, a comissão julgadora, composta por Sérgio Buarque de Holanda, Rossini Tavares de Lima e Donald Pierson decidiu preliminarmente fundamentar uma orientação sobre a metodologia a ser empregada pela banca na avaliação das

²⁸⁶ Luiz Heitor se refere ao estudo efetivamente classificado com o 1º Prêmio: *Trabalhos fúnebres na roça*, de autoria de José Nascimento de Almeida Prado.

²⁸⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 1º Concurso. DT.0001.10. (grifo nosso)

monografias:

Ao iniciarem-se os trabalhos de julgamento, achou-se indispensável o estabelecimento de um critério prévio segundo o qual fossem ajuizados os méritos das obras inscritas no concurso. Discutiu-se sôbre se prevaleceria o critério do simples documentário ou o do tratamento científico do material. Decidiu-se por maioria que o segundo critério seria o preferido. Fixado êsse ponto de vista passou-se à votação, sendo escolhidos para 1º e 2º prêmios respectivamente o estudo de Octávio da Costa Eduardo – 'Aspectos do Folclore de uma Comunidade Rural' e o de José Nascimento de Almeida Prado – 'Baile Pastoril no Sertão da Bahia'. Obteve 1º Menção Honrosa o sr. Aluísio de Almeida – '142 Histórias Brasileiras Colhidas em S. Paulo'; 2º Menção Honrosa o sr. Francisco Brasileiro – 'Monografia Folclórica sôbre o Rio das Garças'; 3º Menção Honrosa o sr. Wellman Galvão de França Rangel – 'Algumas Contribuições Espanholas ao Folclore Paulista'.

[...]

A comissão resolveu ainda que a publicação dos trabalhos deverá ser precedida de uma nota, elaborada conjuntamente pelos seus três componentes, da qual constarão os critérios adotados para o julgamento dos trabalhos e uma breve crítica dos estudos premiados, crítica que visará exclusivamente auxiliar e orientar não só estes pesquisadores, como outros interessados pelo folclore nacional.²⁸⁸

Na elaboração das atas acabou por prevalecer em determinadas ocasiões o traço formalista que lhes cabia. Esta, por outro lado, trouxe-nos dois elementos interessantes. Primeiramente, perguntamo-nos sobre o motivo que teria levado os membros da banca a opinarem pelo critério de classificação. A princípio, pensaríamos que o critério *científico* seria tácito, haja vista as opiniões exaradas um ano antes. Entretanto, o critério *científico* prevaleceu por maioria de votos, ou seja, um dos membros da banca foi favorável ao critério de *simples documentário*. Neste caso, Sergio Buarque e Donald Pierson foram favoráveis pelo primeiro e Rossini Tavares de Lima pelo segundo. Portanto, o parecer deste último, sendo o único à apresentá-lo individualmente, fundamentava-se do seguinte modo:

Considerando:

a) que no terreno do estudo do folclore brasileiro, o que importa, no presente, é a obtenção de documentos inéditos, coligidos sob critério científico, que venham enriquecer a tão pobre bibliografia existente sobre o folclore do Brasil,

b) que ainda não é tempo de se chegar a conclusões sobre este ou aquele fato do nosso populário, com fundamento no incipiente documentário que possuímos, para não cairmos em generalizações precipitadas, que são, em grande parte, a causa geradora das confusões reinantes no campo do folclore, em nossa terra,

²⁸⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 2º Concurso. DT.0002.22. (grifo nosso)

c) que, portanto, o dever do folclorista [?] de sua responsabilidade, é, na fase atual de nossos estudos, primária, e por isso mesmo fundamental, para o futuro da ciência folclórica brasileira, combater as generalizações e convencer-se de que o axioma do momento é 'coligir e divulgar'.²⁸⁹

Ora, essa questão nunca foi completamente consensual dentro do pensamento folclórico dos anos 1950 e 1960. Como já pudemos discutir em outras partes dessa dissertação, Florestan Fernandes não deixou de reiterar que as ciências sociais seriam fundamentais para que os folcloristas não se resumissem a simples “coleccionadores de dados”; por outro lado, outros folcloristas recusaram de imediato a submissão do folclore às ciências sociais, propondo, pois, como Edison Carneiro, o desenvolvimento de uma teoria independente. No caso em questão e do ponto de vista de Rossini Tavares de Lima, ao contrário do conceito de monografia defendido um ano antes por Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, o estudo comparado, as análises de gabinete e as conclusões crítico-filosóficas deveriam ser evitadas uma vez que até aquele momento as conclusões sintetizadoras seriam precipitadas. O momento, como finalizou Rossini, era de “coligir e divulgar”. Por estas razões, para o autor de *A ciência do folclore* a distribuição dos prêmios se faria da seguinte forma: para 1º e 2º prêmios, respectivamente, *Baile Pastoril no sertão da Bahia*, de autoria de José Nascimento de A. Prado, e *142 histórias Brasileiras*, escrita por Aluísio de Almeida; e apenas uma menção honrosa, conferida ao trabalho *Monografia folclórica sobre o Rio das Garças* de autoria de Francisco Brasileiro.

Ora, os demais membros do Júri não só conferiram todos os prêmios bem como escolheram para 1º prêmio a monografia de Octavio da Costa Eduardo, sociólogo formado pela ESP e que trabalhou ao lado de Donald Pierson no clássico estudo de comunidade sobre o município de Araçariguama intitulado *Cruz das Almas*. A escolha do trabalho de Octávio não deixou de ser emblemática uma vez que o *critério científico*, defendido por Pierson e Sergio Buarque, determinou a alteração da classificação proposta por Rossini, o qual, por outra via, priorizou os estudos “coleccionistas” e não conferiu nenhum prêmio ou menção honrosa ao trabalho de Octávio da Costa Eduardo.²⁹⁰

²⁸⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 2º Concurso. DT.0002.22. (grifo nosso)

²⁹⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 2º Concurso. DT.0002.22
Rossini resumiu da seguinte forma a escolha dos trabalhos: “2º que, nessas condições, destacam-se, entre as nove monografias, as intituladas 'Bailes Pastoris no Sertão da Bahia', do sr. J.N de Almeida Prado e '142 Histórias Brasileiras', do sr. Aluisio de Almeida, que mais se acercam da monografia sobre folclore brasileiro na fase atual;

Essa polarização de perspectivas entre folcloristas e cientistas humanos tendeu a diminuir nos anos posteriores uma vez que Oneyda Alvarenga priorizou o convite aos intelectuais, via de regra, vinculados aos centros universitários de São Paulo, com destaque para FFCL e ESP, para a constituição das comissões julgadoras, fato este que se manteve nestes termos até a realização do 6º Concurso, ocorrido em 1951. Assim, na realização do 3º certame, a banca constituída por Herbert Baldus, Antonio Candido e Luis Saia, avaliou o único trabalho apresentado ao concurso:

Em discussão a matéria, concordaram todos que a monografia 'Os Pasquins' do Litoral Norte de São Paulo e suas peculiaridades na ilha de São Sebastião', de autoria da Sra. Gioconda Mussolini, único apresentado, era digno de receber o primeiro prêmio, pelas qualidades seguintes:

- 1º Originalidade do Material, colhido pela autora;
- 2º Honestidade científica;
- 3º Capacidade de pesquisa e generalização teórica

Concordam também que a monografia padece, não obstante, de alguns senões metodológicos, que vão indicados:

- 1º Certa desproporção entre a parte teórica e a apresentação do material;
 - 2º A parte teórica aparece como que justaposta ao trabalho, constando como consta de um histórico do problema do pasquim, quando seria preferível havê-la extraído do próprio material;
 - 3º E, finalmente, que assim agindo a autora perdeu de algum modo o sentido funcionalista da pesquisa, deixando de integrá-la devidamente no contexto cultural em que ocorrem os fatos estudados.
- Resolve a comissão assinalar estes pontos como contribuição à autora, entendendo que seu trabalho vem enriquecer a nossa literatura especializada, graças às qualidades inicialmente mencionadas.²⁹¹

Como verificamos na citação acima, o prêmio se justificou devido à seriedade

3º que pela originalidade do material e importância da contribuição, deverá caber o 1º prêmio à monografia 'Bailes Pastoris no sertão da Bahia', do sr. J.N de Almeida Prado, excluída para a publicação a deficiente bibliografia;

4º que pelas mesmas razões, em relação as outras monografias, deverá caber o 2º prêmio ao trabalho '142 Histórias Brasileiras', do sr. Aluisio de Almeida que deverão ser publicadas sob o título de 'estórias' ou 'contos populares', como a classificação sugerida pelo autor, excluído da coleção o velho romance 'o pai que castigou a filha' (pag. 95), já registrado em outras versões com o título de Valdevina ou Aldininha ou Albininha ou Degrauda;

5º que se deve conferir apenas uma menção honrosa, cabendo esta à 'Monografia Folclórica do Rio das Garças', do sr. Francisco Brasileiro, que longe de ser um trabalho científico, apresenta muitas coisas de interesse ao estudioso da demopsicologia brasileira e cuja publicação deverá ser feita sob o título de 'Notas sobre o Folclore do Rio das Garças', excluídos os versos 'Uiará' (pag. 27) e 'Lagôa Encantda' (pag. 45);

6º que das demais monografias, merece atenção do folclorista brasileiro apenas a pequena documentação de 'Contribuição do Romanceiro Nacional' do sr. Helio Galvão e a segunda parte de 'Aspectos de uma Comunidade Rural', do sr. Octávio da Costa Eduardo;"

²⁹¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 3º Concurso. DT.0003.24. (grifo nosso)

científica e à capacidade de generalizações teóricas. Entretanto, a banca não se satisfaz com a separação entre a parte argumentativa e a documentação coletada na Ilha. Ora, guardadas as devidas proporções, pode-se considerar que este trabalho de Gioconda, semelhantemente ao trabalho de Florestan Fernandes, *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*²⁹² também se fez a meio caminho entre folclore e sociologia. Afinal, o cuidado com os registros era pedra angular para todo o trabalho que, bem ou mal, se fizesse sob a baliza do folclore. Ademais, não devemos esquecer que Gioconda Mussolini foi uma das alunas de Dina Lévi-Strauss no Curso de Etnografia e Folclore (1936). Logo, ficou evidente que a banca se inclinava mais para o desenvolvimento sociológico da pesquisa na medida em que a “desproporção” entre parte teórica e o material colhido inviabilizou o sentido “*funcionalista da pesquisa, deixando de integrá-la devidamente no contexto*” em que ocorreram os fatos analisados. Enquanto para alguns folcloristas, tais como Rossini Tavares de Lima, era preferível documentar cientificamente o fenômeno estudado, a opção de Gioconda desagradou o júri dessa edição.²⁹³

Corroborando com o que já havíamos frisado nos capítulos anteriores, a tendência sociológica expressada por meio das comissões julgadoras se tornou uma regra até o final da primeira metade da década de 50 do século XX. Na edição subsequente a 1948, a banca formada por Florestan Fernandes, Gioconda Mussolini e Egon Schaden sacramentou essa tendência como poderemos comprovar na leitura da respectiva Ata. Nessa ocasião, a banca considerou que apenas três trabalhos se enquadravam no perfil de pesquisa desejada:

²⁹² FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Marins Fontes, 2004, p.5

Em nota prévia de seu estudo, escrita em novembro de 1959, Florestan escreveu: “[...] o leitor verá que não temos ilusões sobre as limitações de nossos estudos. A meio caminho entre o folclore e a sociologia, podemos sofrer críticas mais ou menos graves de ambos os lados – as quais somos os primeiros a reconhecer... O saldo que provavelmente nos honrará perante os demais estudiosos brasileiros é de natureza empírica. Registramos, como pudemos, o que ocorreu com o folclore brasileiro em uma cidade que se transformou depressa, rompendo suas ligações com o passado tradicional e dando nova feição à organização da vida humana no Brasil. Aí está o principal interesse das achegas contidas neste volume e o fundamento de nossas esperanças de que ele seja útil aos que fizerem estudos análogos, em condições mais propícias ao labor científico.”

²⁹³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 3º Concurso. DT.0003.24

A crítica da comissão julgadora à organização do trabalho é muito interessante. Enquanto para o *Movimento Folclórico*, ao que nos parece, era preferível documentar cientificamente o fenômeno estudado, a forma pela qual Gioconda optou desagradou o júri, havendo, pois, certa justaposição entre parte teórica e o material coletado. Sem pretendermos ser contrafactuais, caso o júri fosse composto por folcloristas, seria possível que a causa de crítica para Baldus e Candido fosse desnecessária, pois, afinal, Gioconda além de discutir a peculiaridade do Pasquim em São Sebastião, espécie de canção popular cultivada pela população caíçara desta região do litoral paulista, na primeira parte do trabalho, apresentou na segunda parte o extenso material recolhido em sua pesquisa.

[...] Sobre êstes três trabalhos a comissão emite os seguintes pareceres:

A monografia do sr. Théó Brandão sobre 'O reisado alagoano', contemplada com o primeiro prêmio, distingue-se pela documentação extraordinariamente rica, quase toda inédita e exposta de maneira minuciosa, clara e objetiva. O autor teve o cuidado de indicar o local e a data que foram colhidos os textos, as melodias e outros dados.

Interessantes e valiosas são as informações sobre as mudanças sofridas pelo 'reisado' no decorrer do período a que se refere a pesquisa do autor. Pena é que o sr. Théó Brandão não tenha procurado elaborar cientificamente o excelente material que apresenta. A análise etnográfica não é completa, mas em muitas partes pelo menos satisfatória, a passo que a discussão sociológica apenas esboça em algumas passagens. Não há nenhuma conclusão geral do estudo.

O trabalho do sr. Veríssimo de Melo, 'Rondas Infantis Brasileiras', tornou-se merecedora do segundo prêmio por constituir uma apreciável contribuição ao estudo do folclore infantil brasileiro. É um trabalho redigido com objetividade e espírito científico, bem documentado e enriquecido através de tentativas pessoais de interpretação das origens e da distribuição das composições recolhidas pelo autor. Embora se notem algumas lacunas no estabelecimento das filiações (às vezes incompletamente analisadas ou apenas sugeridas) e na exploração da bibliografia existente sobre o assunto, as qualidades [?] levaram a comissão julgadora à convicção de que o autor faz jus, plenamente, à classificação que lhe foi atribuída.

O estudo do sr. Luiz Carlos Lessa sobre 'Chimarrão' a que a comissão atribui menção honrosa tem o mérito de ser bem construído e de obedecer a um plano. O autor, embora sem perspectiva sociológica, tenta mostrar a função e o significado da erva-mate em muitos aspectos da vida gaúcha antiga e atual. Além de ser bem escrito em estilo elegante e claro, o trabalho contém ótima documentação fotográfica e boa descrição da técnica de preparo e dos apetrechos ligados ao fabrico e o uso da erva. A introdução histórica é interessante, mas demasiado extensa. Infelizmente o sr. Luiz Carlos Lessa, que trabalha de preferência com material de segunda mão, não enriqueceu seu estudo com uma elaboração teórica. A feição literária que dá aos textos bem como a falta de indicação de algumas fontes (com a do texto jesuítico sobre a origem da erva) ou informantes (como o do 'causo' do 'amor desarranjado') diminuem o valor científico da monografia.²⁹⁴

Como pudemos verificar, a baliza que norteou a análise destes três estudos passou obrigatoriamente pela maior ou menor utilização, por parte dos autores, de ferramentas e análises sociológicas como meio de fundamentação dos trabalhos. Apesar da ótima e inédita documentação apresentada por Théó Brandão, a banca destacou que, infelizmente, o autor esboçou uma análise sociológica sem, entretanto, chegar a nenhuma conclusão geral. Do mesmo modo, o trabalho de Veríssimo de Melo recebeu o 2º prêmio antes pela boa documentação reunida e a tentativa pessoal de interpretação do que pelas lacunas

²⁹⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 4º Concurso. DT.0004.44. (grifo nosso)

bibliográficas da pesquisa. Já a monografia de Luiz Carlos Lessa, apesar de bem escrita, também não fundamentou sua análise por meio de metodologia sociológica; em outras palavras, além de trabalhar principalmente com “material de segunda mão”, a feição literária que a pesquisa assumiu em certas passagens não se coadunava com a perspectiva científica esperada.

O rigor expresso pelas bancas se manteve sem grandes alterações até o momento em que Oneyda Alvarenga perdeu a autonomia para a indicação do júri. Deste modo, em 1950, por exemplo, dos 6 trabalhos apresentados ao Concurso apenas 2 foram devidamente considerados à altura dos prêmios; no caso em questão, tratavam-se dos estudos *Ciclo Agrícola, Calendário religioso e magias ligadas às plantações*, de autoria de Alceu Maynard Araújo, e *Medicina teológica e as benzeduras*, escrito por Oswaldo R. Cabral. Por se tratarem de estudos desenvolvidos por intelectuais de referência dentro das comissões folclóricas dos estados de São Paulo e Santa Catarina, respectivamente, a Comissão Julgadora considerou que ambos seriam merecedores do 1º Prêmio. Entretanto, uma vez que a cláusula 10º do edital não permitia que o prêmio fosse desdobrável, o júri “*procurou as qualidades e os defeitos dessas duas teses para estabelecer uma classificação*”:

Defeitos do trabalho do sr. Alceu Maynard Araujo

- 1) Depois de cada dado folclórico seria necessário indicar, entre parênteses, o nome do ou dos informantes, a localização do município e a data da coleta, e, em apêndice, dar a ficha folclórica (com fotografia) de cada informante.
- 2) O autor poderia ter se limitado à pura descrição, mas teve a veleidade de uma interpretação geral: Quis mostrar que o calendário das festas estava ligado ao calendário da vegetação. Todavia, o autor deve reconhecer que existem algumas exceções (página 18; mês de junho, etc.). Para resolver esta dificuldade seria necessário sublinhar com mais força a distinção entre as festas da comunidade, que seguem o calendário agrícola, e as festas da vizinhança, que não são obrigadas a segui-lo, pois são puramente noturnas. (...) Uma outra sugestão do autor é a importância da arqueo-civilização, sugestão que na verdade êle não utiliza: poder-se-ia mostrar facilmente que o contato com o Mundo dos Mortos, que caracterizava o Carnaval europeu, aqui muda ligeiramente de lugar, para se catolicizar na 'encomendação das almas' da quaresma. A monografia do sr. Alceu Maynard Araujo apresenta, pois, insuficiência do elemento interpretativo, que não foi levado tão longe quanto poderia ter sido. [...]
- 6) O trabalho se interrompe bruscamente, finalizando sem apresentação duma conclusão, duma hipótese, ou pelo menos dum resumo dos pontos principais.²⁹⁵

²⁹⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 5º Concurso. DT.0005.36. (grifo nosso)

Apesar da originalidade do trabalho, a pesquisa de Alceu pecou pela falta de rigor no registro dos dados coligidos, tais como ausência de referências fundamentais a respeito dos informantes, localidades, datas e etc. Além disso, apesar da tentativa de interpretação da relação entre calendário agrícola e as festas religiosas, nas palavras da banca, faltou ao autor levantar as exceções à regra e também aprofundar o estudo comparado sobre a adaptação do folclore de origem europeia à realidade geográfica brasileira.²⁹⁶

Já o trabalho de Oswaldo Rodrigues Cabral teve a virtude de apresentar uma interpretação mais aprofundada do que a monografia de Alceu Maynard Araújo. Entretanto, segundo a banca examinadora, a falta de recursos bibliográficos limitaram os acertos da pesquisa:

“Defeitos do trabalho do sr. Oswaldo R. Cabral:

1) Os dados folclóricos estão bem recolhidos, embora as informações sejam muitas vezes indiretas. Entretanto, como os 'benzedores' não podem dar mais informações sobre si mesmos, o autor não pode ser incriminado. Por outro lado, nas notas bibliográficas a paginação, salvo raras exceções, não está indicada.

2) O autor apresentou ao seu trabalho uma parte interpretativa mais desenvolvida que a monografia do sr. Alceu Maynard Araújo. Infelizmente esta parte, sem dúvida devido à mediocridade de recursos bibliográficos de que dispõe o autor, levanta muitas controvérsias. Pode-se censurar: [...]

d) Quanto à medicina teológica cristã, o autor não distingue: 1) sua ligação com a medicina popular pagã; [...] 2) nenhuma discussão sobre a ligação entre os Santos e esta ou aquela doença. Trata-se de uma criação popular? Ou de uma criação eclesiástica? A comissão inclina-se para a segunda interpretação, fundando-se no fato de que as virtudes milagrosas dos Reis constituíram uma criação voluntária de certas dinastias (Marc Bloch: Les Rois Thaumaturgues) e que foi a partir do Século XV que se desenvolveu o culto dos Santos curadores. 3) falta a parte mais importante. Com efeito, o que era importante para o assunto, era estudar a formação das rezas encontradas no Brasil e cujos primeiros textos eram em latim. (Roger Bastide citou alguns exemplos no seu artigo 'Folclore Francês e Folclore Brasileiro', Correio do Povo, 18-4-1948, dos quais alguns já traduzidos em francês, muito próximos das rezas brasileiras citadas por Oswaldo R. Cabral). [...]

4) O autor introduz julgamento de valor sobre práticas e crenças folclóricas, falando em ignorância e erudição, malefício e benefício.

5) Ao definir os benzedores como 'filhos ilegítimos da medicina teológica' (p.43) o autor desprezou o processo do sincretismo. Aliás esta falha se observa em toda a segunda parte do trabalho, onde as possibilidades de contato com traços de origem africana nem sequer foram examinadas.

[...]

²⁹⁶ É interessante notar o uso da conceituação teórica de Bastide que, futuramente, será utilizada por Alceu Maynard Araújo em outras monografias apresentadas ao certame. Trata-se da menção à teoria da arqueocivilização defendida pelos folcloristas europeus. Como já pudemos discutir rapidamente nesse capítulo, esse conceito foi motivo de discórdia entre folcloristas latino-americanos e folcloristas europeus durante a realização do I Congresso Internacional de Folclore de São Paulo ocorrido em 1954.

Assim, se o autor teve o mérito de querer explicar e introduzir suas observações numa teoria geral, devido à falta de uma bibliografia apropriada essa teoria se conservou por demais geral, sem se ligar suficientemente ao assunto (sôbre a medicina teológica e não sobre o tipo das fórmulas dos benzedores), e apresentando lacunas. [...]²⁹⁷

Ora, apesar de ter apresentado a parte interpretativa mais bem desenvolvida do que na monografia de Alceu Maynard Araújo, a banca sociológica formada por Lavínia Costa Raymond, Roger Bastide e Donald Pierson apresentou um dos pareceres mais rigorosos do certame. Elencamos na citação acima apenas alguns trechos, para não deixar a leitura demasiadamente longa, os quais comprovam, pois, a profundidade com que a tese de Oswalvo Rodrigues foi debatida. Os principais apontamentos se detiveram, basicamente, sobre a fragilidade bibliográfica usada para discutir devidamente o tema das práticas médicas folclóricas e sua relação com a teologia judaico-cristã. Como pudemos ver, houve espaço para citação de Marc Bloch e do próprio Roger Bastide. Entretanto, a principal falha que pareceu contar decisivamente a favor do trabalho de Alceu Maynard foi o fato de o médico e secretário geral da Comissão Catarinense de Folclore não ter debatido o sincretismo religioso no Brasil e seus reflexos sobre a medicina popular; além disso, os juízos de valor manifestados pelo folclorista não se adequavam, segundo a banca, à natureza de um trabalho científico.

Se até aqui as bancas manifestaram opiniões unânimes referentes à conferência das premiações, com exceção ao certame de 1947, em 1951 a banca formada por Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda e Herbert Baldus teve opinião divergente sobre os estudos merecedores das premiações. Entretanto, o júri não manifestou a mesma aridez das bancas antecessoras, formadas, hegemonicamente, por sociólogos da FFCL e ESP, conferindo, pois, não só todos os prêmios e menções honrosas como também indicando três monografias não premiadas para publicação²⁹⁸:

²⁹⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 5º Concurso. DT.0005.36. (grifo nosso)

²⁹⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 6º Concurso. DT.0006.23
A classificação final ficou estabelecida da seguinte forma:
“A apuração final revelou que obtiveram prêmios e menções honrosas os seguintes concorrentes:
1º Prêmio: Frederico Lane, 'Armas e Técnicas nas Regiões de São Paulo'
2º Prêmio: Alceu Maynard Araújo, 'Alguns Ritos Mágicos'
1º Menção Honrosa: Rossini Tavares de Lima, 'Achezas ao Estudo do Romanceiro do Brasil'.
2º Menção Honrosa: Geraldo Brandão, 'Mogi das Cruzes'.
3º Menção Honrosa: José Pimentel de Amorim, 'Medicina Popular em Alagoas'.
A comissão resolveu recomendar para a publicação, além dos trabalhos premiados e enviados, já referidos, os seguintes trabalhos: Luiz de Andrade, 'Raízes Psicológicas do Culto do Fogo'; Saul Martins, 'As Diversões';

No dia 14 de Dezembro de 1951, às 16 horas, reuniu-se a Comissão Julgadora do 6º Concurso de Monografias Folclóricas do Departamento de Cultura, composta dos senhores professores sr. Herbert Baldus, Sérgio Milliet e Sérgio Buarque de Holanda. Discutiram a matéria, concordaram o primeiro e o último em que o primeiro prêmio deveria caber à monografia intitulada 'Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo', de autoria do dr. Frederico Lane, pelas qualidades seguintes:

- 1º Originalidade do material colhido;
- 2º Honestidade científica;
- 3º Capacidade de Pesquisa.

Opinaram igualmente os srs. Sérgio Buarque de Holanda e Herbert Baldus que tratando-se em [suma?] de trabalho pioneiro sobre o assunto, a monografia do sr. Frederico Lane ressoante-se, até certo ponto, de [apreciação?] deficiente dos aspectos sociais do problema abordado.

Divergindo dos demais membros da Comissão, o sr. Sérgio Milliet votara, para o primeiro lugar, no trabalho do sr. Alceu Maynard Araújo intitulado "Alguns Ritos Mágicos".

Os senhores Herbert Baldus e Sérgio Buarque de Holanda tendo concordado para o primeiro lugar em outro trabalho, opinaram que a monografia citada do sr. Alceu Maynard Araújo já se encontraria em condições de receber o segundo prêmio, dada a abundância de dados colhidos em pesquisa de campo acompanhadas de elementos de controle com [?] a devida indicação dos informantes. A meu ver o trabalho²⁹⁹ em apreço padece de alguns defeitos como [?] certas generalizações perigosas e ineficientemente precipitadas. O sr. Sérgio Milliet indicou para o segundo prêmio o trabalho do sr. Rossini Tavares de Lima, intitulado 'Acheias ao estudo do Romancero do Brasil'.³⁰⁰

A monografia de Frederico Lane intitulada *Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo* não foi escolhida unanimemente pela banca; entretanto, a originalidade da pesquisa despertou, inclusive, o comentário positivo de Florestan Fernandes no jornal O Estado de S. Paulo.³⁰¹ Se por um lado as bancas "sociológicas" não deixaram brecha para qualquer manifestação contrária em relação à classificação dos trabalhos concorrentes ao certame, por outro, o júri formado por um historiador, um antropólogo e um crítico de arte permitiu a existência de uma pluralidade de opiniões não encontrada nas edições anteriores do

Veríssimo de Melo, 'Jogos Populares do Brasil'."

²⁹⁹ A palavra "trabalho" foi repetida e para facilitar a leitura foi por nós suprimida nessa transcrição.

³⁰⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 6º Concurso. DT.0006.23

³⁰¹ FERNANDES, Florestan. Armas e técnicas de briga. In: _____. **O Folclore em questão**. São Paulo: Editora Hicitec, 1978, p.210.

Florestan Fernandes descreveu a importância deste trabalho na seguintes bases:

"O valor deste pequeno estudo folclórico está na raridade do tema, tratado com sobriedade mas construtivamente por Frederico Lane. Poucos se têm preocupado por ele, apesar de sua importância para o conhecimento dos 'costumes caboclos'. Pondo de lado o valor empírico da monografia, cabe-nos salientar uma de suas principais sugestões. A de que seria desejável alargar o âmbito das coleções, com o fito de abranger peças de natureza folclórica, de grande interesse para o conhecimento do meio social brasileiro."

concurso, cujas bancas foram maciçamente “sociológicas”. Assim, neste 5º Concurso não houve consenso geral para a conferência de todos os prêmios e menções honrosas, reforçando, pois, a pluralidade de opiniões nem sempre consonantes com o perfil intelectual sociológico.³⁰²

Nesse sentido, por recomendação de Rossini Tavares de Lima, Oneyda Alvarenga indicou uma banca de folcloristas vinculados ao *Movimento Folclórico* para o julgamento do Concurso de 1952. Já discutimos no subcapítulo anterior o atrito que se estabeleceu entre Oneyda Alvarenga e a Comissão Municipal de Folclore. Ora, há de se reconhecer que a indicação de intelectuais universitários nem sempre vinculados ao movimento capitaneado por Renato Almeida desagradou os folcloristas; folcloristas estes que estavam empenhados em fundamentar cientificamente o folclore. Assim, ao contrário do verificado nos anos anteriores, a banca formada por Renato Almeida, Edison Carneiro e Théo Brandão distribuiu todos os prêmios e menções honrosas, além de recomendar alguns trabalhos não premiados para a publicação:

[...]

Tendo em vista as recomendações do edital,- 'somente serão levadas em consideração as monografias que representarem o resultado de pesquisas pessoais, feitas pelos seus autores em campo' ou 'trabalhos que... revelem pontos de vista originais na interpretação de dados', - recomendações que concordam com a intenção com que nos dispusemos a julgar este concurso, encaramos os diversos originais à luz da sua importância como pesquisa folclórica.

Nesta ordem de ideias, adjudicamos:

O primeiro prêmio (25.000 cruzeiros) à monografia 'A malhação de Judas em São Paulo', de Rossini Tavares de Lima, concebida e executada dentro da melhor e mais moderna técnica de pesquisa folclórica;

O segundo prêmio (15.000 cruzeiros) à monografia 'Contribuição rítmico-modal do Canto Gregoriano para a música popular brasileira', do Padre José Geraldo de Souza, SDB, que, pelo documentário, pelas observações

³⁰² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 6º Concurso. DT.0006.23

Não há nenhum exagero quando afirmamos que não houve unanimidade na conferência de todos os prêmios e menções honrosas:

“Para menção honrosa o sr. Herbert Baldus indicou os seguintes trabalhos: 1º Rossini Tavares de Lima, 'Acheugas ao estudo do Romanceiro do Brasil'; 2º Geraldo Brandão, 'Mogi das Cruzes'; José Pimentel de Amorim, 'Medicina Popular em Alagoas'.

O sr. Sérgio Buarque de Holanda propôs para menção honrosa os seguintes trabalhos: 1º Rossini Tavares de Lima, 'Acheugas ao Estudo do Romanceiro do Brasil'; 2º José Pimentel de Amorim, 'Medicina Popular em Alagoas'; 3º Geraldo Brandão, Mogi das Cruzes.

O sr. Sérgio Milliet propôs para menção honrosa os trabalhos seguintes: 1º Frederico Lane, 'Armas e técnicas de briga nas Regiões rurais de São Paulo'; 2º Luiz de Andrade, 'Raízes Psicológicas dos Cultos do Fogo'; 3º José Pimentel de Amorim, 'Medicina Popular em Alagoas'.

Havendo divergências na votação para menções honrosas, (...) concordaram os membros da comissão em que a mesma deveria caber ao candidato que reuniu o maior número de votos para o capítulo, ou seja, o sr. Geraldo Brandão, com o trabalho intitulado 'Mogi das Cruzes'”.

pertinentes e pelas conclusões, se destina a uma longa repercussão no campo de estudos da nossa música popular, quer pelo valor intrínseco, quer como ponto de partida para outras pesquisas do maior interesse na exegese da folcmúsica brasileira.

O terceiro prêmio (10.000 cruzeiros) à monografia 'Artes e Ofícios Caseiros', de Saul Martins, que retrata toda uma região desconhecida em seus hábitos e costumes populares, com exatidão e sobriedade.

Entre os demais trabalhos, muitos deles notáveis como erudição ou como coleta de dados, embora não tanto como pesquisa folclórica, distinguimos com Menções Honrosas, nesta ordem, 'Medicina da roça', de J. A. de Almeida Prado, 'Danças gaúchas', de J.C. Paixão Cortes e Luiz Carlos Lessa, e 'Notas sobre o culto popular de São Gonçalo d'Amarante', de Geraldo Brandão.

Para a publicação, recomendamos ainda os trabalhos de Aluísio de Almeida e Hildegardes Cantolino Vianna, que representam apreciáveis coletâneas, com contribuições do melhor mérito para os estudos folclóricos brasileiros.

Este julgamento foi feito de acordo com o Doutor Théo Brandão, que, não tendo podido assinar este parecer, porque isso retardava sua entrega, autorizou os signatários a fazer esta declaração, de acordo com o telegrama incluso.³⁰³

Ora, percebe-se por meio da Ata transcrita o perfil de trabalho desejado pelos folcloristas. Ao contrário do verificado nos anos anteriores, cujas bancas foram hegemonicamente compostas por cientistas sociais, a documentação e a descrição dos fatos culturais deveriam prevalecer sobre as análises teóricas. Considerando que os estudos folclóricos se inseriram diretamente dentro do pensamento patrimonial brasileiro, haja vista a relevância da *Missão de Pesquisas Folclóricas* (1938), cuja importância foi devidamente reconhecida pelo *Movimento Folclórico*, o registro da cultura popular se colocava como primeiro passo frente aos estudos de “síntese”. Portanto, malgrado a falta de preparo teórico em determinados casos, o incentivo à pesquisa e ao registro justificou as premiações. Em outras palavras, todos os autores classificados estavam vinculados às comissões folclóricas estaduais.

Entretanto, a orientação voltada às ciências sociais continuou a prevalecer nos certames posteriores. Em 1953, por exemplo, a banca formada por Antonio Candido, Octávio da Costa Eduardo e Egon Schaden concedeu apenas o 1º e 2º prêmios frente aos 8 trabalhos apresentados nesse ano. Assim, somente os estudos *Um grupo de moçambique de Aparecida do norte*, de autoria de Maria de Lourdes Borges Pereira, e *Contribuição para o estudo da modinha*, escrito por Eunice Evanira Pereira Mendes foram considerados aptos a receberem a classificação:

³⁰³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 6º Concurso. Ata 7º Concurso. DT.0007.59

O trabalho contemplado com o primeiro prêmio, da autoria de 'Yemanjá', recomenda-se pelas seguintes razões: 1º) rico material, exposto com precisão, que se manifesta na delimitação da área de estudo, na forma de apresentação, na metodologia da pesquisa e no pormenor das notações; 2º) apreciável sentido interrogativo, revelando esforço bem sucedido de interpretação funcional; 3º) riqueza de documentação fotográfica, organicamente ligada ao texto; 4º) linguagem bastante sóbria e adequada ao assunto, com ausência de digressões, em que pese certa página sentimental no fim, destoando da organização geral do trabalho; 5º) preocupação de completar e validar, pelo recurso discreto ao método comparativo, as observações, e 6º), finalmente, informação bibliográfica adstrita às exigências do assunto.

Quanto à monografia de 'Lobishomem', contemplada como segundo prêmio, dado o seu caráter estritamente musical, a Comissão, como faculta o regulamento, recorreu ao parecer de especialistas em musicologia, resultando as seguintes considerações: 1º) são bastante corretas a notação musical e a análise musicológica; 2º) as peças apresentadas se recomendam pela sua qualidade; 3º) a análise teria lucrado se o concorrente houvesse ressaltado os elementos estéticos e o significado poético-musical; 4º) lamenta-se que o autor não tenha fornecido com precisão as indicações relativas à coleta do material.³⁰⁴

A avaliação da banca não deixa dúvida que o rigor sociológico vinha imperando na avaliação das monografias concorrentes; não só o desenvolvimento argumentativo e a reflexão teórica foram levados em conta como também os registros de campo e bibliográficos não passaram despercebidos a ponto de os avaliadores terem consultado um especialista em musicologia para garantir a seriedade do certame. Entretanto, o posicionamento sociológico nunca foi unanimidade entre os folcloristas nos anos 1950, principalmente quando se teve em mente a comparação entre os pesquisas teóricas e pesquisas de campo (coleta e registro).

Assim, como já expusemos anteriormente, a polarização foi por vezes tensa entre os folcloristas capitaneados por Rossini Tavares de Lima e cientistas sociais em São Paulo. Deste modo, pode-se dizer que a dicotomia entre a sociologia e o folclore, entendidos aqui enquanto metodologias específicas, alcançou seu auge durante a realização do Congresso Internacional de Folclore, ocorrido em 1954, cujo fato não deixou de se refletir sobre o Concurso de Monografias. Assim, data deste período, mais especificamente do 10º certame, ocorrido em 1955, a interferência dos folcloristas junto à nomeação das bancas examinadoras que até então vinham priorizando estudos embasados metodologicamente junto à sociologia. Como já pudemos discutir rapidamente no subcapítulo referente aos editais do certame, a

³⁰⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 8º Concurso. DT.0008.42

comissão daquele ano foi constituída por meio da indicação de três listas tríplices feitas pela Comissão Nacional de Folclore, Comissão Paulista de Folclore e Comissão Municipal de Folclore. Nesse sentido, a banca composta por Sílvio Romero Filho (Comissão Municipal de Folclore), Mário Wagner Vieira da Cunha (Comissão Paulista de Folclore) e Oswaldo Rodrigues Cabral (Comissão Nacional de Folclore) elucidou as divergências teóricas e metodológicas em relação aos estudos de cultura popular:

Aos seis de janeiro de mil novecentos e cinquenta e seis reuniu-se a Comissão Julgadora do 10º Concurso Mário de Andrade de Monografias Folclóricas, com a presença dos srs. Sílvio Romero Filho e Mário Wagner Vieira da Cunha, ausente o sr. Oswaldo R. Cabral, por se encontrar em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. A referida Comissão tomou conhecimento dos pareceres emitidos em tempo, por cada um dos seus membros, pareceres estes que passam a fazer parte integrante da presente ata. Levando em consideração tais pareceres, a Comissão decide pelo ato unânime dos dois membros presentes o seguinte: conferir o primeiro prêmio ao trabalho 'Folia de Reis', de Alferes, indicado para esse prêmio nos pareceres dos srs. Oswaldo Cabral e Mário Wagner Vieira da Cunha; conferir o segundo prêmio à monografia apresentada por Alpy, 'Estudo sobre o romance do soldado jogador', a qual fora apontada para primeira classificação no parecer do sr. Sílvio Romero Filho e proposta para segundo e terceiro prêmio pelos srs. Oswaldo Cabral e Mário Wagner, respectivamente.

Conferir primeira menção honrosa aos estudos 'Folclore do Rio São Francisco' e 'A vida religiosa e recreativa de um município do interior', respectivamente, de Amoipira e J. Sarutaiano, em atenção às indicações feitas pelos sr. Sílvio Romero Filho e Mário Wagner em seus pareceres; conferir segunda menção honrosa ao trabalho do sr. A. Ricardo, 'Folhetos populares na zona do açúcar de Pernambuco', por ter recebido no parecer do sr. Oswaldo Cabral a indicação para terceiro prêmio e no do sr. Mário Wagner para segunda menção honrosa; conferir terceira menção honrosa à monografia de Gitarana, 'Acauã', que no parecer do sr. Sílvio Romero Filho fôra indicado para a 3ª classificação e recebera do sr. Oswaldo Cabral em seu parecer a terceira menção honrosa.

A comissão deixa de conferir qualquer menção aos trabalhos apresentados por Homildo Sêneca e Afonso Alvez, sobre os quais nenhuma indicação ocorreu naqueles três pareceres, exceto a referência constante no parecer do sr. Oswaldo Cabral em relação ao segundo trabalho mencionado.

[...] ³⁰⁵

Ora, a Ata demonstrou explicitamente as divergências sobre as quais acabamos de referenciar; afinal, a classificação foi decidida de acordo com número de indicações que cada estudo recebeu nos pareceres individualizados. Deste modo, vejamos individualmente os respectivos pareceres para compreendermos o que motivou tais escolhas, a começar pelo parecer de Oswaldo Rodrigues Cabral, indicado pela Comissão Nacional de Folclore e diretor

³⁰⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 10º Concurso. DT.0010.74

da Comissão Catarinense de Folclore:

Inicialmente dividi os trabalhos em três grupos, depois de uma rápida leitura e exame:

- a) – os trabalhos que revelam pesquisa de campo;
- b) – os que 'não satisfazendo essa exigência', revelam 'ponto de vista original de interpretação';
- c) – os que fogem às condições do concurso.

Dentre os primeiros alinhei:

- 1) – Folia de Reis – assinado por Alferes;
- 2) – Folhetos Populares na Zona Assucareira de Pernambuco, assinado por Ant. Ricardo;
- 3) – O Folclore do Rio São Francisco – assinado por Amoipira;
- 4) – Acauã – assinado por Gitirana

No segundo grupo incluí:

- 1) – Estudo sobre o Romance do Soldado Jogador – de Ypy; e
- 2) - Pedro Malasartes e o Homem Natural – de Afonso Alves;

Ao derradeiro pertencem:

- 1) – A Vida Religiosa e Recreativa num município do Interior – de J. Sarutaitano; e
- 2) – Quadros do Folclore Brasileiro ³⁰⁶ – assinado por Homílio Sêneca. ³⁰⁷

No parecer de Oswaldo Rodrigues Cabral transpareceu inúmero elementos centrais referentes ao *Movimento Folclórico Brasileiro*. Assim, os apontamentos sobre os motivos que teriam levado a não classificação do trabalho *A vida religiosa e recreativa num município do interior*, de autoria de Oracy Nogueira, foi singular:

O trabalho A VIDA RELIGIOSA E RECREATIVA NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR, de J. Sarutaiano, ao contrário, é o trabalho de um pesquisador, embora também não possa enquadrar-se nos termos do Edital. É uma pesquisa sociológica de real mérito, bem ordenada, bem sistematizada, completa no seu âmbito, feito por quem possui, efetivamente, o senso, a sensibilidade do pesquisador e a redige com a sobriedade científica necessária, imprescindível.

Depois de uma dissertação sobre a atividade lúdica, à guisa de introdução, o A. estuda sucessivamente o crescimento da população de Itapetininga e a estruturação das classes sociais de que se compõe a mesma; as instituições, associações e atividades religiosas, desde o século passado até os dias atuais, através da distribuição dos habitantes pelas diferentes confissões religiosas, apresentando interessantes quadros estatísticos da comunidade, bem como um calendário das festividades católicas, descrevendo algumas festividades, entretanto sem se deter, justamente, e de maneira mais minuciosa, no aspecto folclórico das mesmas, o que é pena, da parte de quem revela tão nítida compreensão do assunto; demora-se, todavia, no estudo dos compromissos

³⁰⁶ Deixaremos para discutir os trabalhos não premiados no próximo subcapítulo.

³⁰⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata do 10º Concurso. DT.0010.74

das Irmandades e Confrarias, assunto que evidentemente possui maior valor para os estudos sociológicos da comunidade do que para os estudos folclóricos; [...]. Depois, entra a encarar os jogos de azar e de competição, distribuindo-os em sete grupos diversos e fazendo referências de evidente interesse e sabor folclórico. A caça e a pesca são atividades que o A. também não esquece de mencionar e estudar e sobre o canto e a música dedica páginas de indiscutível interesse. Termina por apresentar seis conclusões.

É um trabalho de fôlego e de mérito, que merece publicação, não apenas em periódico especializado, mas publicação autônoma, em volume, por ser uma interessante contribuição ao estudo sociológico de uma comunidade do interior do país.

Infelizmente, as linhas diretivas do concurso são outras e é de se lamentar que tão útil, proveitosa e bem orientada pesquisa não possa ser aceita ao mesmo.³⁰⁸

O parecer do folclorista catarinense não deixa dúvida que a não classificação do trabalho de Oracy Nogueira se fez por razões metodológicas. Afinal, apesar da qualidade inquestionável do trabalho que apresentou uma abordagem completa da vida cultural em Itapetininga, passando por todas as classes sociais, o autor não se deteve nos aspectos folclóricos; aspectos estes que se esperariam no Concurso de Monografias. Tal fato se deveu à opção metodológica do autor que, nas palavras de Oswaldo Rodrigues Cabral, assentou-se na perspectiva sociológica, configurando-se antes em um estudo de comunidade do que em um estudo folclórico. Sem pretendermos ser contrafactuais, caso a indicação da banca seguisse a tradição das nomeações anteriores, tudo nos leva a considerar que o resultado fosse, talvez, mais favorável a Oracy Nogueira. De todo modo, o respectivo parecer é suficiente para comprovarmos que, apesar dos estudos de comunidade terem sido recomendados como metodologia adequada aos estudos folclóricos,³⁰⁹ especificamente em 1955 esta perspectiva ainda não era consensual.

Quais eram as inclinações positivas de Oswaldo Rodrigues Cabral para o desenvolvimento de pesquisas folclóricas? Ora, de acordo com a classificação dele, a orientação esperada deveria se embasar em pesquisas de campo, como poderemos comprovar por meio do posicionamento exarado em seu parecer:

Acauã é uma interessante observação respeito às águas numa região assolada pela seca. Trata-se dos prenúncios de chuva através de fatos religiosos, através de aves, de outros animais e das árvores. [...] o A. cita casos que

³⁰⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata do 10º Concurso. DT.0010.74. (Grifo nosso)

³⁰⁹ CARNEIRO, Edison. Comunidade, Folk Culture e Folclore. In: _____. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 81.

veio a saber, passando, depois às lendas, cogitando da lua, das estrelas, do arco-iris, da mandioca, do milho, etc. - fugindo ao assunto inicial de que se vinha ocupando, para em seguida a êle voltar, quando registra a lenda que 'explica' a causa das sêcas no Ceará. [...]

O material apresentado, não obstante, é excelente e, tivesse o autor recebido outra feição, menos apressada, seria um dos forte concorrentes ao primeiro lugar na classificação.

Outro trabalho de pesquisa incidindo nos mesmos defeito apontados no precedente é o FOLCLORE DO RIO SÃO FRANCISCO, de Amoipira.

Inicia-se com um resumo histórico e entra, depois, na parte folclórica. Cogita, então, da lúdica infantil, que por si só daria uma bôa monografia; dos Ternos, do Bumba-meu-boi, da Festa do Divino, das Congadas, da Festa de S. João, da Roda de São Gonçalo, passando, em seguida a apresentar Décimas e Ligeiras, Toadas, Lendas e "estórias". [...]

É um trabalho bastante longo, com farto e precioso material de pesquisa própria, de observação direta. Infelizmente, os registros são quase sempre incompletos e encontram-se redigidos sem ordenação precisa, sem divisões imprescindíveis para que os assuntos tratados possam permanecer dentro dos seus limites normais de maneira completa, semeados, como estão, aqui e ali, por todo o texto.

O terceiro trabalho dêste grupo é o que trata dos FOLHETOS POPULARES DA ZONA DO ASSUCAR DE PERNANBUCO, de autoria de Antonio Ricardo.

Aqui está um trabalho digno de louvor em todos os sentidos, sob todos os aspectos: na pesquisa, na orientação do registro, na sistematização da matéria.

Otimamente orientado, é um trabalho longo, como não poderia deixar de ser, mas perfeitamente limitado ao tema escolhido, sem interpolações de matéria diversa, sem que o A. se afaste do tema escolhido. Inclui um vocabulário, o documentário pentagramático, o documentário fotográfico e bibliografia.

Perfeito e completo.

É um modelo para quantas pesquisas se façam no campo dos estudos folclóricos – e não hesitamos em colocá-lo em primeiro lugar entre todos os que se apresentaram ao concurso.³¹⁰

Percebe-se claramente que as críticas de Oswaldo Rodrigues Cabral não foram muitas se comparadas aos elogios dos respectivos trabalhos; quando houve, como no caso da monografia *Acauã* de autoria de Giselda Joffily Costa, tal crítica se direccionou antes à falta de zelo no desenvolvimento do trabalho do que pela abordagem teórica do texto. Do mesmo modo, a monografia *O folclore do Rio São Francisco* de autoria de Demosthenes Guanaes Pereira foi elogiada pela farta documentação colhida pelo autor, porém, carecendo de rigor em seu registro. Assim, naturalmente, o trabalho *Folhetos populares na zona do açúcar pernambucano*, apresentado por Renato Carneiro Campo, não poderia deixar de ser recomendada para a obtenção do primeiro prêmio, afinal ela entre todas as demais monografias foi a mais bem fundamentada do ponto de vista da coleta e apresentação da

³¹⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata do 10º Concurso. DT.0010.74

pesquisa de campo, qualidade, entretanto, que não prevaleceu frente aos demais pareceristas.

O parecer de Silvio Romero Filho possui similitudes com o posicionamento do folclorista e médico catarinense. De uma maneira geral, pode-se dizer que para ambos o *Concurso Mário de Andrade* possuía contornos claros e diretamente restritivos ao folclore, entendido como disciplina peculiar frente às demais disciplinas humanas. Foi assim, pois, que ele fundamentou seu posicionamento de acordo como o maior ou menor grau de dados folclóricos apresentados em cada um dos estudos:

[...]

Ora, conquanto os trabalhos inscritos no 10º Concurso Mário de Andrade, de Monografias sobre o Folclore sejam todos altamente meritórios, nem todos podem ser considerados dentro da exigência da primeira das normas do mesmo concurso.

Contendo valiosas contribuições ântropo-geográficas, estatísticas, históricas, sociológicas, literárias, religiosas e dados interessantes sobre usos e costumes regionais, algumas das aludidas monografias não 'versam sobre aspectos do folclore nacional'. Se poderiam, sem dúvida, apreciadas sob outros prismas, ser todas, com justiça premiadas, no caso vertente, tendo a classificação de obedecer ao critério fixado pelas referidas normas do concurso, peço vênha para indicar a seguinte:

- 1) YPY – ESTUDO SOBRE O ROMANCE DO SOLDADO JOGADOR. Tema integralmente folclórico e explanação atendendo às exigências da norma segunda do concurso.
- 2) AMOIPIRA – O FOLK-LORE DO RIO SÃO FRANCISCO. Com muito material folclórico.
- 3) GITIRANA – ACAUÃ. Com bastante material folclórico.
- 4) J. SARUTAIANO – A VIDA RELIGIOSA E RECREATIVA NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR. Com pouco material folclórico.³¹¹

Ao contrário dos demais membros do júri, Mário Wagner Vieira da Cunha, cuja formação profissional e intelectual se fez junto à FFCL, ESP e *Curso de Etnografia e Folclore*, não poderia deixar de se pautar no maior ou menor grau de desenvolvimento teórico das monografias apresentadas ao certame para justificar seu parecer. Após pontuar o maior ou menor grau de desenvolvimento teórico que, com exceção dos trabalhos *Vida religiosa e recreativa num município do interior*, de Oracy Nogueira, e *Folhetos populares na zona do açúcar em Pernambuco*, de Renato Carneiro Campo, os quais aplicaram metodologia sociológica, todos os demais trabalhos pecaram pela ausência de desenvolvimento “sociológico”:

³¹¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata do 10º Concurso. DT.0010.74. (grifo nosso).

3) Antonio Ricardo, Folhetos na zona do açúcar de Pernambuco.

'Na presente monografia, escreve o A. a pág.6, falaremos de folhetos populares que abordam assuntos relacionados com a zona dos engenhos de Pernambuco. Pretendemos sugerir que as 'estórias' neste requisito já formaram um verdadeiro ciclo: E constituem um divertimento e talvez mais que um divertimento para parte numerosa da população rural desta parte do Brasil.' Não resta dúvida que, somente a um modo, o A. colimou estes objetivos. Tomando vários folhetos (escolhidos pelo fato de que abordam assuntos relacionados com a área, o A. praticamente, se contenta com chamar a atenção para essas ocorrências, tecendo, por vezes o referido comentário.

E este comentário, longe de ser feito ao ponto de vista folclórico, o faz mais como sociólogo. Não o preocuparam as grande correntes históricas da civilização, nem as bases emocionais da natureza humana condicionando o comportamento [?], e sim, as relações funcionais presentes. Também indica o A. somente de passagem a aceitação que os folhetos recebem por uma certa parte da população, na sua função de 'divertimento' ou outras. E, o que é mais difícil de se reconhecer é pretender o A. ao menos sugerindo que as histórias desses folhetos já formem 'verdadeiro ciclo'. Com uma abordagem preponderantemente sociológica, realizada sem muita profundidade, ainda assim, esta monografia tem a exploração de problema de interesse aos estudos folclóricos da região.

[...]

5) J. Sarutaiano, A vida religiosa e recreativa num município do interior.

Fundado em pesquisa (feitas especialmente em jornais antigos), o A. nos dá um estudo sobre a vida religiosa e recreativa no município de Itapetininga. A preocupação marcante é pela estrutura social e os grupos sociais e instituições analisadas o são, frequentemente, no seu desenvolvimento histórico. Assim, o material folclórico apresentado nunca chega a receber o tratamento descritivo e interpretativo que poderia esperar num trabalho de folclore. No entanto, é forçoso reconhecer que essa material ocorre e de modo a contribuir positivamente para o conhecimento de sua relação com a estrutura social.³¹²

O trabalho *Folhetos populares na zona do açúcar em Pernambuco*, de Renato Carneiro Campo, apesar de se embasar em uma problemática de ordem sociológica a respeito dos folhetos populares, ao dedicar atenção aos aspectos funcionais do mesmo, por outra via, segundo Mário Wagner, a explanação se fez sem muita profundidade sociológica. Do mesmo modo, o trabalho de Oracy Nogueira, apesar do rigor documental e analítico inquestionável, notadamente direcionado às estruturas sociais de Itapetininga, pecou justamente por não se aprofundar na análise sobre o material folclórico reunido. Entretanto, ao contrário de Oswaldo Rodrigues Cabral que optou pela desclassificação do referido estudo, para Mário Wagner

³¹² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata do 10º Concurso. DT.0010.74. (Grifo nosso).

Vieira da Cunha, não obstante a falta de tratamento do conteúdo folclórico da pesquisa,³¹³ seria “*forçoso reconhecer*” a estreita relação entre a documentação reunida e a estrutura social; justificava-se, por conseguinte, para o autor de *Festa de Bom Jesus de Pirapora* a indicação do estudo *A vida religiosa e recreativa num município do interior* para o 2º prêmio.

Não obstante, se em 1955 a metodologia praticada por Oracy Nogueira não encontrou guarida junto ao certame, todavia, um ano depois tal perspectiva viveu, talvez, seu maior esplendor dentro do Concurso Mário de Andrade. Em outras palavras, pode-se dizer que na década de 50 do século XX os estudos de comunidade alcançaram seu apogeu no Brasil, em grande medida, em virtude do projeto UNESCO empreendido no vale do Rio São Francisco.³¹⁴ Não por acaso, pois, em 1956 os três primeiros prêmios foram conferidos para monografias embasadas direta ou indiretamente nesta égide: os estudos *O pão da terra*; *A dança de São Gonçalo num povoado baiano*; e *Escorço do folclore de uma comunidade*, respectivamente de autoria de Carlos Borges Schimidt³¹⁵, de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Alceu Maynard Araújo, constituem-se em estudos de comunidade. Os dois últimos, inclusive, foram elaborados à luz do projeto UNESCO. Assim, a banca formada por José Dalmo Belfort de Mattos, José Geraldo de Souza e Guerra Peixe, não teve dúvidas em relação à distribuição dos prêmios:

Passou-se, a seguir, a classificação dos concorrentes. Resolveram os julgadores, após longos debates, atribuir o 1º lugar ao trabalho 'O pão da terra', dado o valôr dessa monografia. Ressalvaram, no entanto que dito trabalho escapa um tanto ao campo folclórico, visto interessar-se quasi exclusivamente pelos processos ecológicos e sócio-folclóricos, deixando o fator 'humano' em segundo plano.

Os demais lugares foram atribuídos: 2º) ao trabalho 'Escorço do folclore de uma comunidade' (de autoria de 'Zé da Zabumba'); 3º) - 'A dança de S. Gonçalo num povoado baiano' (pseudônimo 'Drites'); 4º) - 'Medicina popular em Alagoas' (pseudônimo 'J. Paraíba'); 5º) 'As aparadeiras, as sendeironas e o seu folclore' assinado por 'Egéria'; 6º) 'Ritos fúnebres no

³¹³ JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, nº65. São Paulo: Anpocs, 2007.

³¹⁴ MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década 1950. In: **Cadernos de Campo**. n 18. São Paulo: USP, 2009.
MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemuel da Silva; LOPES, Thiago da Costa. Donald Pierson e o projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 56, nº 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

³¹⁵ Carlos Borges Schimidt dirigiu a Diretoria de Publicação Agrícola, vinculada à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. A respectiva diretoria publicou dois estudos basilares para os estudos de comunidade: *Cunha, tradição e transição em uma comunidade rural no Brasil* e *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*, ambos de autoria de Emílio Willems. Para mais informações consultar:
JACKSON, Luiz Carlos. Uma defesa da comunidade. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.21, n.1. 2009., p. 183.

interior do Ceará' – de autoria de 'Branca de Santileno'; atribuindo-se-lhes, na ordem indicada, os três prêmios e as três menções honrosas. Os trabalhos 'O Bicho carrapatú', 'Aspectos folclóricos do polígono das secas' e 'Folclore em regiões diversas do Brasil' (...) foram igualmente estudados e profundamente examinados pela Comissão.³¹⁶

Apesar de um júri alinhado com o *Movimento Folclórico* - afinal, todos faziam parte da Comissão Paulista de Folclore - a presença destes estudos embasados metodologicamente sobre a sociologia prevaleceram nesta edição do certame.

Como já havíamos destacado anteriormente, mesmo que do ponto vista jurídico a nomeação das bancas continuasse em 1957 subordinada à indicação das comissões folclóricas municipal, estadual e nacional, do ponto de vista prático ela retornou à alçada anterior, ou seja, a indicação voltou a ser “homologada” pelo Secretário de Educação e Cultura.³¹⁷ Nesse sentido, o júri do 13º Concurso foi composto por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Afonso Trujillo Ferrari e Aziz Simão; em outras palavras, uma banca sociológica. Como já pudemos apurar até aqui, tais bancas inclinadas às ciências sociais sempre primaram pelo desenvolvimento teórico das monografias merecedoras de premiação. Entretanto, isso não quer dizer que as mesmas estivessem desatentas ao rigor “analítico” e documental das pesquisas que, apesar de carecem de metodologia propriamente sociológica, justificaria as respectivas premiações. Deste modo, na 13ª edição do certame o júri reconheceu a singularidade da pesquisa de Théó Brandão que apresentou a monografia *Os Pastoris de Alagoas*:

4 – o trabalho 'Os Pastoris de Alagoas' é o único que realmente se enquadra nos primeiros itens do regulamento do Concurso: trata-se de monografia exaustiva sobre os bailes pastoris daquele Estado, apresentando o A. não somente sua descrição, como as letras e a música de 169 dês, colhidas por todo o Estado, fotografias dos espetáculos, mapas da incidência do fato e gráficos diversos; além desta coleta pessoal em campo, o A. analisa 'Os Pastoris' em seu desenvolvimento histórico e classifica seus diferentes tipos. Como se vê, é um trabalho completo, muito bem redigido, sobre um fato folclórico nosso ainda não estudado, e que segue um plano definido tanto na pesquisa quanto na exposição e interpretação de material. Este trabalho, parece-nos, merece um prêmio e, mais ainda, o primeiro prêmio do Concurso.³¹⁸

³¹⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 11º Concurso. DT.001111.30. (Grifo nosso)

³¹⁷ Apesar de ser uma decisão subordinada apenas ao Secretário, em determinadas ocasiões a recomendação partiu diretamente da chefia da Discoteca.

³¹⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 13º Concurso. DT.0013.20

Apesar do reconhecimento das qualidades do trabalho de Théo Brandão, a princípio, sua monografia não poderia ter sido premiada uma vez que algumas partes do trabalho foram remetidas para a Discoteca fora do prazo de inscrição, contendo, inclusive, a identidade real do autor. Por outro lado, Oneyda Alvarenga deu ciência à banca apenas sobre as partes remetidas fora do prazo, mantendo a identidade de Théo Brandão em sigilo. Assim, considerando que o estudo *Reisado Alagoano* era o único em condições de ser classificado, o júri resolveu manter a premiação uma vez que ela não comprometeria a lisura do certame.

O ano de 1960 foi uma data marcante para o *Movimento Folclórico*. Foi justamente nesse ínterim que Edison Carneiro assumiu a presidência da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Não por acaso, portanto, o autor de *Candomblés da Bahia* remeteu ineditamente sua pesquisa *Samba de umbigada* à concorrência. Assim, a banca formada por Antônio Rubbo Müller, Octavio da Costa Eduardo e Gioconda Mussolini, após avaliarem individualmente as monografias inscritas, optaram por conferir apenas uma premiação e duas menções honrosas: *O Jongo*, de Maria de Lourdes Borges Ribeiro (1º prêmio); *Samba de umbigada*, de Edison Carneiro (1º menção honrosa) e *Figurinhas e figureiros do bairro de São João*, de Alfredo João Rabaçal (2º menção honrosa), foram os únicos trabalhos que alcançaram os objetivos esperados pelo certame.

O JONGO:

Trata-se de uma monografia rica em material colhido e interpretado pelo A. e na qual se destaca, como principal característica, a sensibilidade pelo significativo, adquirido pelo contato 'simpático' do A. com a situação que se propôs estudar. (p.1) (p.2) Corre daí que a fluência da exposição e seu nexos lógico traduzem não apenas a vontade de quem domina o objeto de sua análise e pode, por isso, passar dos aspectos manifestos aos aspectos implícitos e não verbalizados desta manifestação folclórica (numa excelente contribuição ao estudo da magia no Jongo), como também a penetração de quem chegou a viver uma realidade 'de dentro' na sensibilidade de seus participantes e pode, por isso, retratá-la sem esforço nas expressões, sinonímia e simbolismo dos próprios membros do grupo. Em suma: o A. coloca diante do leitor uma realidade viva, vivida e 'decifrada', uma totalidade perfeitamente individualizada, que longe de se fragmentar e despersonalizar na análise dos detalhes, vai-se compondo em função desses detalhes, coletados e apresentados com vistas a uma integração.

1º Embora não seja este o objetivo do A., conforme êle próprio o declara na primeira página de seu trabalho, é esboçada uma análise antropológica. Gostaríamos de sugerir que em futuros trabalhos o A. se pusesse a par da bibliografia mais atualizada de interpretação do folclore em termos sócio-culturais que poderia abrir-lhe perspectivas mais fecundas que as sugestões que faz com base em Lévy-Bruhl, Freud e etc. Realmente, um dos aspectos que lamentamos não encontrar, sequer esboçado, em seu trabalho é o quadro

sociocultural mais amplo no qual o Jongo se integra, funciona e se transforma. [...] ³¹⁹

Como pudemos verificar, a notoriedade da pesquisa de Maria de Lourdes Borges Ribeiro foi devidamente alcançada em virtude da “experiência participante” junto aos jongadeiros, demonstrando, pois, um experiência viva e vivida no vale do paraíba. Nesse sentido, a banca não deixou de recomendar, mesmo considerando que a pesquisa não se arrogava em um trabalho de antropologia, que a literatura antropológica embasada em Lévy-Bruhl e Freud fosse ampliada. De todo modo, a singularidade da pesquisa da autora, atrelada à pesquisa de campo, foi suficiente para lhe render o 1º prêmio.

Já o trabalho de Edison Carneiro, *Samba de umbigada*, pode ser visto como um modelo de pesquisa sofisticado para os padrões folclóricos apregoados nas décadas de 50 e 60 do século XX. Assim, o autor abdicou de realizar uma pesquisa propriamente monográfica para se lançar em um estudo que buscou propor uma síntese que explicasse a formação do samba e a contribuição cultural de origem africana neste processo:

O SAMBA DE UMBIGADA

Apesar da monografia não representar o fruto de uma pesquisa de campo, concorrendo, como o faculta o regulamento do Concurso, na qualidade de interpretadora de dados bibliográficos sobre o folclore nacional, o A. sugere, em muitas passagens (como, por exemplo, na descrição do 'Tambor de Crioulo' do Maranhão e do 'Coco' do Rio Grande do Norte) sua familiaridade 'direta' com o tema analisado.

A preocupação do A. consiste em distribuir pelo Brasil certas manifestações folclóricas que, malgrado a diferença de nomes e as ramificações das variantes, traduzem uma identidade fundamental e podem, numa primeira tentativa de sistematização, ser consideradas como variações ao redor de um tema. Ou melhor de três temas que o A. se propõe destrinchar no lugar de origem, a África – onde identifica três tipos de danças genericamente englobadas pelos observadores sob o nome de 'batuque' – para acompanhar, a seguir, em sua trajetória histórica pelo Brasil.

Em nosso país identifica três áreas ou zonas – espécie de áreas culturais definidas em termos da predominância deste ou daquele tipo de produto folclórico - a zona do Coco, a do Samba e a do Jongo. Dentro dessas áreas, faz desfilar, segundo os vários estados brasileiros, os produtos folclóricos correspondentes, espécies de um gênero, gêneros que, por sua vez, constituiriam a família do 'Samba'. A focalização da 'umbigada' como característica geral, advém do fato de considerar o A. que 'A umbigada – 'efetiva ou simulada' para usar a expressão feliz de Nestor Diógenes – está presente em quase todas as variedades conhecidas. [...].'

O aspecto pelo qual esta monografia se destaca e merece ser destacada consiste na consciência clara do A. de que qualquer pesquisa tem que ser

³¹⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 15º Concurso. DT.0015.28. (Grifo nosso)

precedida de uma colocação de problemas significativos pre-formulados (e reformuláveis, é claro) sem o que o mais minucioso dos levantamentos pode ser 'científico' nas intenções, mas não nos resultados. O esquema proposto trai uma formação em ciências sociais de que é bem patente a Conclusão. Contudo, o trabalho está muito longe de estar 'realizado'. Nem mesmo no plano que se propõe. Assim, é que depois de esquematizar o material em dois quadros bastante interessantes, o A. nem sequer se preocupou pelo sentido da presença ou ausência da umbigada nas várias manifestações, muito embora houvesse apresentado uma tentativa genérica de explicação dessa presença ou ausência.³²⁰

Ora, a banca não deixou de destacar o arrojo do pesquisador; malgrado não ser propriamente uma pesquisa de campo, foi digna de louvor a formulação de um problema a ser perseguido e resolvido no transcorrer do estudo, ou seja, compreender o elo entre o *batuque* de origem africana na configuração do *samba* no Brasil. Entretanto, talvez pelo tom polêmico que por vez Edison Carneiro assumiu ao defender uma metodologia folclórica em detrimento da “submissão” ao método sociológico, a banca não deixou de questionar que, independentemente do acerto em propor um problema a ser perseguido pela pesquisa, o autor de *Candomblés da Bahia* traiu uma proposição sociológica em sua conclusão em benefício do folclore, este entendido por Edison Carneiro como uma teoria independente frente às demais ciências sociais.

Por fim, neste certame o trabalho de Alfredo João Rabaçal, *Figurinhas e figureiros do bairro de São João* também foi agraciado com a 2ª menção honrosa. Assim, a banca soube reconhecer a importância de sua pesquisa dedicada basicamente ao estudo da cerâmica de Taubaté:

FIGURINHAS E FIGUREIROS DO BAIRRO DE SÃO JOÃO

[...]

Por faltar, também, à monografia uma análise realmente estética, mesmo na parte relativa à reconstrução histórica, na qual o A. revelou certo esforço interpretativo (e diga-se de passagem que o capítulo 'Presépio e Presepeiros' é o melhor do trabalho), a demonstração do aspecto tradicional desta cerâmica é feita por afirmações sobre as suas possíveis procedências, mas não enquanto esta tradição se expresse nos próprios produtos estudados – as figurinhas.

Mesmo no levantamento, o A. deixa de lado aspectos importantes. Por exemplo, em que a cerâmica de Taubaté é representativa ou distinta dentro do Vale do Paraíba? Qual o mercado consumidor dessa cerâmica? (Sabemos que este atinge S. Paulo, onde casas especializadas lançam à venda esta

³²⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 15º Concurso. DT.0015.28. (Grifo nosso).

cerâmica com uma cerâmica original entre outras do Brasil, originalidade que o A. não conseguiu revelar em seu trabalho).

Contudo, a monografia tem valor: representa pesquisa de campo, é apresentada de maneira cuidadosa e, principalmente, constitui uma base honesta e indispensável para futuras pesquisas e interpretações do setor visado.³²¹

O júri reconheceu que o mérito do trabalho se deveu à precisão de Rabaçal dedicada à pesquisa de campo, que, por conseguinte, tornou-se fonte segura para pesquisas futuras. Entretanto, uma banca alinhada com as ciências sociais não poderia deixar de destacar as falhas do trabalho que pecou na parte sociológica necessária à pesquisa; em outras palavras, faltou mapear o alcance que as cerâmicas de Taubaté teriam junto ao estado de São Paulo, uma vez que as mesmas chegavam ao mercado da capital paulista.

O júri só voltou a ser contrabalançado entre ciências sociais e folclore, efetivamente, em 1963, na realização do 18º Concurso. Assim, a banca composta por Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Rossini Tavares de Lima, ambos vinculados à Comissão Paulista de Folclore, e Hiroschi Saito, sociólogo da ESP, avaliaram as quatro monografias apresentadas ao certame e chegaram à conclusão que apenas os trabalhos *Batuques de Belém* e *Um grupo de samba-lenço na cidade de São Paulo*, respectivamente escritos por Malaquias Pimentel e Neide Comenda, poderiam ser classificados:

Batuque de Belém é uma pesquisa bem feita, com boa técnica a que se junta o mérito de referir-se o estudo aos cultos africanos do Pará, região em que o assunto, largamente estudado em outras áreas, ainda é pouco conhecido. Não apenas mostra o ritual, como ainda os alimentos do culto, os orixás e seu sincretismo com os santos católicos, as cerimônias de iniciação, a vida dos terreiros e de pais e mães de santo, os pontos musicais, a constituição dos conjuntos instrumentais e os calendários das principais datas comemoradas. Sentimos, porém, falta de referências a dois pontos importantes: 1) os assistentes e a razão de frequentarem as macumbas, indicando as finalidades do culto; 2) uma informação sobre despachos, ebós, feitiços ou outro nome que tenha, que, aliás, pode ser juntada para a publicação definitiva do trabalho.

Ainda que muito difícil o registro do ritmo dos atabaques, [?] que o Autor o conseguisse por meio de especialista, pois como êle próprio o diz, 'o atabaque é a alma da festa nos terreiros'.

[...]

O autor domina bem o assunto, de que é conhecedor minucioso – a redação é cuidada, o pensamento bem exposto – o que empresta à sua monografia algum valor, pelo que classificamos em 3º lugar e lhe concedemos o 3º prêmio.³²²

³²¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 15º Concurso. DT.0015.28

³²² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca

Apesar de ter sido a melhor monografia apresentada ao certame e o júri “folclórico” ter reconhecido a singularidade da pesquisa, a banca resolveu, entretanto, classificá-la com o 3º prêmio. Prevaleceu, assim, o elogio ao estudo de Malaquias Pimentel, uma vez que ele descreveu de forma pormenorizada o sincretismo e o ambiente cultural (alimentação, danças e cantos) dos terreiros da capital paraense. Por outra via, tanto pela falta de discussão referente à relação entre os terreiros e os “assistentes” bem como pela ausência de um estudo rítmico mais aprofundado das músicas, o júri achou por bem não conferir o primeiro prêmio a ele.

Se, por um lado, o trabalho *Batuques de Belém* foi “criticado” pela falta de método, por outro, o estudo *Um grupo de samba-lenço da cidade de São Paulo* foi questionado nas seguintes bases:

O estudo sobre Um Grupo de Samba-Lenço da Cidade de São Paulo que é igualmente interessante, tem desde logo, um erro de método. A autora inclui no texto as 18 entrevistas que fez. Ora, a entrevista é um processo de trabalho apreciável e proveitoso, mas neste caso, o aconselhável era que a Autora tabulasse o material e nos desse as conclusões e não fizesse como fêz: ocupou 22 páginas maciças, portanto, a maior parte do texto, com a sua reprodução, cabendo à matéria apenas 18 páginas, algumas das quais com a metade tomada por fotografia. No tocante às entrevistas, temos algumas reservas a opor. Não tem, como deveriam ter, um questionário igual, ocupam-se preferencialmente da identificação do informante, como a sua vida, os aspectos que nada têm a ver com o assunto, sobretudo quando a Autora não fez indicações sequer do status dos dançadores do Samba-Lenço, de suas condições de trabalho e da maneira pela qual o conjunto é financiado, aspectos complementares, mas que poderiam justificar muitas das perguntas apresentadas.

[...]

Como qualidades efetivas da monografia, temos, antes de mais nada, a excelente documentação fotográfica, a parte descritiva, embora um pouco prejudicada pela redação um tanto confusa, as citações musicais ainda que sem comentários. Poderia ter estudado os textos das letras, cheios de sugestões, sobretudo se quisesse comparar com os de dança similares [...]. E lamentavelmente a Autora deixou passar a 'deixa' importante que D. Francisca ofereceu ao se referir aos aspectos mágicos da roda de samba,³²³ nome pelo qual era conhecido o samba-lenço,³²⁴ ficando em branco um capítulo de grande interesse. Na parte relativa à influência da música negra, feita de forma muito superficial e discutível, não há referência à música dos cultos africanos e das suas danças, onde talvez esteja a tônica dessa influência.

A despeito de tais deficiências, e da ausência de uma conclusão para o trabalho, que é meramente descritivo, pelo menos para classificar a dança, conferimos a êle a 3ª menção honrosa, porque a Autora demonstrou

interesse, fêz um trabalho de coleta e revelou qualidades para o estudo do Folclore, as quais merecem ser estimuladas.³²⁵

Ora, se no final dos anos 1940 era preferível ao folclorista coligir dados antes de buscar qualquer conclusão apressada, nesta edição do concurso percebemos que tal premissa não teve a justificativa de outrora. Afinal, a simples compilação das entrevistas que, por sua vez, não obedeceram a uma metodologia comum, custou, pois, a classificação do trabalho apenas com a 3ª menção honrosa. Entretanto, pode-se considerar que se por um lado o desenvolvimento analítico foi questionado frente ao preenchimento maciço do trabalho com entrevistas, por outro via, a compilação de dados fotográficos e citações musicais não poderia deixar de qualificar o estudo à respectiva premiação.

De uma maneira geral, os certames permaneceram por um largo período sem que nenhum trabalho fosse considerado apto à recepção das premiações e menções honrosas, questão que debateremos mais detidamente no próximo subcapítulo. Assim, somente em 1968, mais especificamente na 23ª edição do concurso, a banca constituída por Antonio Rubbo Müller, Hélio Damante e Alfredo Rabaçal voltou a conferir apenas as menções honrosas, especificamente aos estudos *Santana de Parnaíba*, escrito por Rosa Maria Barbanti e Jacob Kopel Rissini; *2.112 Dísticos de caminhão* de Américo Pellegrini Filho e *Estórias cantadas de negro do Recife*, de autoria de Kleide Ferreira do Amaral Pereira, respectivamente com 1º, 2º e 3º menções honrosas:

[...]

Os membros da Comissão Julgadora deliberaram: 1º) não conceder os prêmios por considerar o conjunto de trabalhos não qualificado para a classificação requerida nos termos do Regulamento. 2º) - Conferir menção honrosa às monografias concorrentes, na seguinte ordem: Ia. Menção Honrosa: 'Santana de Parnaíba, Pseudônimo – Santa Anna; IIa. Menção Honrosa: '2.112 Dísticos de Caminhão', Pseudônimo – Dito Vira Mundo; e IIIa. Menção Honrosa: "Estórias Cantadas dos Negros de Recife", Pseudônimo – Luzinete.³²⁶

Somos obrigados a reconhecer que independentemente das bancas “folclorísticas” ou sociológicas, a partir desta segunda metade dos anos 60 do século XX, as bancas passaram a ser unânimes frente à fragilidade metodológica dos trabalhos, independentemente da

³²⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 18º Concurso. DT.0018.12(Grifo nosso).

³²⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 23º Concursos. DT.0018.12.

orientação teórica. Deste modo, em 1969 foram apresentados ao certame uma série de trabalhos que atenderam às expectativas do *Concurso Mário de Andrade*:

[...] Decidiu conferir o 1º prêmio ao trabalho 'Grupo de Moçambique São Benedito de Jacaré', de Nejô, caracterizado por objetividade, linguagem bastante comunicativa, seriedade de pesquisa, enfoque antropológico do assunto, pesquisa de campo direta, ilustrações simples e muito elucidativas, sendo muito bem definido o seu universo de pesquisa (Jacaré). O 2º prêmio para 'A Margem e o Texto: Contribuições para o Estudo de Macunaíma, de 'Tehura', que atendendo à cláusula 2a. no que se refere a 'pontos de vista originais na interpretação de dados bibliográficos sobre o folclore nacional', realizou um trabalho que, situando-se equidistante da etnologia ('Vem Roraima zum Orinoco') e da literatura ('Macunaíma'), realça o que há de bem característico na cultura popular brasileira. O 3º prêmio para 'Acheegas ao Estudo do Artesanato de Colchas de Franca', de 'Mar de Ni', que faz sobre esse tema uma observação sistemática precisa, possui universo definido, atendendo a todos os quesitos exigidos, demonstra correlação e interpretações precisas dos dados coligidos e apresenta boa ilustração tanto fotográfica como esquemática. Menções honrosas: 1a) 'A Umbanda em Poços de Caldas', de 'Amantes do Folclore', porém com a ressalva de que sejam eliminadas da publicação as ilustrações simplesmente decorativas, sem legendas, isoladas do contexto; e 2a) 'Um Tema Errante no Folclore Musical', de 'Neldau'. A 3a. Menção honrosa não foi conferida, de vez que o voto de Alceu Maynard Araújo, para 'Folclore da Aguardente' de 'Caipiracicabano', foi voto vencido.³²⁷

A banca, nesta ocasião, foi formada por Alceu Maynard Araújo, Mariwal Antonio Jordão e Barbosa Lessa, ou seja, um sociólogo, um jornalista e um folclorista, respectivamente. Assim, o primeiro prêmio foi conferido para Maria José Nunes de Siqueira, responsável pela monografia *Grupo de Moçambique 'São João' de Jacaré*. Segundo o júri, o referido prêmio se justificou em virtude da perspectiva antropológica da autora, que soube conciliar uma linguagem clara com ilustrações pertinentes. Já o segundo prêmio foi conferido à Telê Porto Ancona Lopez, responsável por um estudo singular que mapeou e analisou as marginálias da biblioteca de Mário de Andrade, cuja base fundamentou a produção da célebre obra *Macunaíma*. Como bem destacou o júri, apesar de se tratar de um estudo equidistante entre a antropologia e a literatura, a primazia de Telê se deveu justamente ao fato de ter realçado aspectos relevantes da cultura popular brasileira. Já em relação aos demais estudos a comissão julgadora foi unânime, com exceção à monografia *Folclore da água ardente*, de João Chiarini, que foi merecedora da 3ª menção honrosa apenas para Alceu Maynard Araújo.

³²⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 24º Concurso. DT.0024.35

Se, por um lado, até a década de 60 a presença de cientistas sociais na composição do júri foi majoritária, a partir do final dessa década, mais especificamente, após a aposentadoria de Oneyda Alvarenga, as bancas passaram a ser compostas principalmente por intelectuais alinhados com o *Movimento Folclórico*. Em 1970 o júri foi composto por dois folcloristas e uma socióloga; Maria de Lourdes Borges Ribeiro e Osvald Andrade Filho, ambos vinculados ao *Movimento Folclórico*, e Léa Vinocur Freitag.³²⁸ Pode-se concluir, por outra via, que até a realização do último certame em 1975 a “tensão” entre ciências sociais e folclore tendeu a desaparecer dos pareceres exarados pelo júri:

1º Prêmio – Escolas de Samba e Cordões da Cidade de São Paulo – Cognitor – Wilson Rodrigues de Moraes – Tese inédita, precisão de pesquisa, experiência participante, realismo e colorido de linguagem, análise pormenorizada e individual dos informantes;

2º Prêmio – Contribuição ao Estudo do Folclore Regional Brasileiro – Macunaíma – Ligia Temple Garcia Gatti – Roteiro padrão para o estudo do Folclore de qualquer comunidade brasileira, excelente documentário fotográfico;

3º Prêmio – Folc-Infância – Macambira – Maria Vera Siqueira – Trabalho de pesquisa feito com orientação segura, abrangendo diversas áreas do país. O documentário apresentado inclui diversos aspectos do folclore do nenê e do menino, quer aqueles em que é objeto, quer quando passa a portador.

1º Menção Honrosa- Alguns aspectos curiosos da Dança de São Gonçalo – Luzinete Marques. Kleide Ferreira do Amaral Pereira. Extenso trabalho de campo com perspectiva histórica.

2º Menção Honrosa – Emboladas do meu nordeste – Embolador Nordestino – Gumercindo Saraiva – Excelente contribuição para o estudo e valorização da embolada.³²⁹

Essa edição merece destaque pela tese apresentada por Wilson Rodrigues de Moraes, arquiteto de formação e dramaturgo, cuja atividade profissional e intelectual foi ímpar em relação ao estudo do samba em São Paulo, no qual se tornou referência. Wilson Rodrigues de Moraes ainda se notabilizou pelo estudo do teatro popular como pudemos verificar em seu artigo publicado na Revista Brasileira de Folclore em 1968.³³⁰ A ata daquele ano nos permite

³²⁸ Não confirmamos até que ponto foi o envolvimento de Léa Vinocur Freitag com a Comissão Paulista de Folclore. Por outro lado, deve-se destacar que ela conheceu Rossini Tavares de Lima no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

³²⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 25º Concurso. DT.0025.26

³³⁰ MORAES, Wilson Rodrigues de. Folclore e teatro. In: **Revista Brasileira de Folclore. Ano VIII, nº 22**, 1968, p.280-4.

confirmar que as bancas passaram a privilegiar pesquisas de campo independentemente do maior ou menor grau de desenvolvimento teórico, marca esta que caracterizou o posicionamento dos júris antecessores.

De uma maneira geral, as pesquisas folclóricas ganharam um novo impulso na década de 70 do século XX. Como já pudemos discutir no capítulo anterior, em 1971 foi criado em São Paulo junto às dependências do Museu de Folclore, sediado na OCA, uma Escola de Folclore. Assim, a partir de 1971 não foram raras as ocasiões em que intelectuais ou alunos vinculados ao museu participaram como concorrentes ao certame. Nesse ano especificamente, o primeiro prêmio foi dado para Américo Pellegrini Filho, secretário da Associação Brasileira de Folclore, responsável pela manutenção do respectivo museu:

a) Primeiro prêmio – concedido por unanimidade ao trabalho intitulado 'Literatura oral no Estado de S. Paulo', apresentado por 'Ouvidor de Estórias'. Foram considerados os seguintes aspectos: coleta realizada com rigor; transcrição do material, quase sempre, na linguagem original; uso de bibliografia colecionada, não tendo deixado de cotejar as diferentes variantes. b) segundo prêmio: concedido, com voto vencido de Wilson Rodrigues de Moraes, ao trabalho sem título sobre folclore de promessa, apresentado por 'Bandeirante do Folclore'. Foram considerados os seguintes aspectos: coleta realizada a contento; abrange os mais diversos aspectos da região, sendo que a introdução do trabalho merecia uma breve reformulação. c) Terceiro prêmio – concedido, com voto vencido de Wilson Rodrigues de Moraes, ao trabalho 'Uma vivência do folclore em Brj, digo, Brejo da Cruz', apresentado por 'Paraibana'. Foram considerados os seguintes aspectos: bom plano de estudo; boa coleta, desejando-se uma melhor caracterização sócio-cultural da área focalizada. 4) Menções honrosas – concedidas aos trabalhos '52 estórias populares' e 'um estudo de epitáfios', apresentados respectivamente por 'Amparo' e Princesa Jericoacara. Os trabalhos restantes: 'Brasil, seu folclore de norte a sul', 'Festa dos Santos Reis' e 'Estórias do nosso povo' [...], embora com algumas qualidades não atingiram o nível desejado pela Comissão Julgadora. [...] ³³¹

Por meio da leitura desta ata, cuja banca foi composta por Erasmo D'Almeida Magalhães, Ines Madalena Aranha de Lima (Inesita Barroso) e Wilson Rodrigues de Moraes, notamos que todos os trabalhos foram desenvolvidos por meio de pesquisa de campo, prevalecendo em suas obras o registro documental e o cotejamento dos dados coligidos com as bibliografias correspondentes aos temas. Corroborando com que acabamos de destacar há

Para mais informações sobre o samba em São Paulo e sobre Wilson Rodrigues de Moraes consultar: MARCHEZIN, Lucas Tadeu. **Um samba nas quebradas do mundaréu: a história do samba paulistano na voz de Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde, Toninho Batuqueiro e Plínio Marcos**. Dissertação de Mestrado em Estudos Brasileiros, IEB-USP, São Paulo, 2016.

³³¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 26º Concurso. DT.0026.19

pouco, no ano subsequente (1972) dois estudos de alunos da Escola de Folclore foram premiados: Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo e Yoshiko Mott, respectivamente com os trabalhos *Medicina Popular em Favela de São Paulo* e *O águia do Sertão ou rei dos cantadores*, os quais receberam os 1º e 3º prêmios, nesta ordem:

Aos trinta dias do mês de Novembro de 1972, na Discoteca Pública Municipal de São Paulo, reuniram-se os três membros da Comissão Julgadora do Concurso em epígrafe, para julgamento de 22 (vinte e dois) trabalhos apresentados [...] Após estabelecerem um critério numérico para avaliação dos vários aspectos em pauta em trabalhos desse gênero, os membros da Comissão Julgadora decidiram.

1. Conferir o 1º prêmio a 'Medicina Popular em Favela de São Paulo', de Artemis, com 19 pontos.
2. Conferir o 2º prêmio a 'Provérbios em Goiás', de Agur-e-Lauel, com 17 pontos.
3. Conferir o 3º prêmio a 'Cruzes, Santas Cruzes e Capelas', de Yo[?] Cagibi, com 16 pontos.
4. Conferir 1a. Menção Honrosa a 'Registros Folclóricos de São José dos Campos', de Jurema Pessoa, com 14 pontos.
5. Conferir 2a. Menção Honrosa a 'O Águia do Sertão ou o Rei dos Cantadores', de Xenofonte, com 8 pontos.
6. Conferir 3a. Menção Honrosa a 'Pastorinhas do Egito', de Libertina, com 7 pontos.³³²

Como pudemos verificar, na Ata desse ano não há apontamentos substanciais a respeito do ordenamento metodológico das monografias. Entretanto, deve-se destacar que o fluxo de trabalhos inscritos aumentou consideravelmente; realidade esta que prevaleceu até o penúltimo certame. Tal fato motivou o júri formado por Maria do Socorro da Silva Aragão, Rosa Maria Barbanti e Luiz Carlos Barbosa Lessa a adotar um sistema de pontuação para a avaliação dos 22 trabalhos apresentados ao certame. No ano posterior o fluxo de monografias inscritas aumentou ainda mais. Se, por um lado, a maioria dos trabalhos não se filiava diretamente à escola de folclore, por outro, 5 dos 34 trabalhos vinculavam-se diretamente ao Museu de Folclore e, por conseguinte, os dois estudos mais bem classificados provieram diretamente da instituição criada por Rossini Tavares de Lima em 1948. Assim, Haydee Nascimento e Marcel Jules Thieblot obtiveram 2º e 3º prêmios, respectivamente:

Aos trinta dias do mês de Novembro de 1973, na Discoteca Pública Municipal de São Paulo, reuniram-se os três membros da Comissão Julgadora do concurso em epígrafe, para julgamento dos 34 (trinta e quatro) trabalhos apresentados. (...) Após estabelecerem um critério numérico para

³³² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 27º Concurso. DT.0027.54

avaliação dos vários aspectos em pauta em trabalhos desse gênero, os membros da Comissão Julgadora decidiram:

- 1° Conferir o 1° prêmio a 'NÃO HOUVE PREMIADO'
- 2° Conferir o 2° prêmio ao trabalho 'CERAMICA UTILITARIA EM APIAI' pseudônimo – Artesã – Haydee Nascimento
- 3° Conferir o 3° prêmio ao trabalho – 'O FOLCLORE EM RONDONIA' pseudônimo- Marcos Morvan – Marcel Jules THIEBLOT
- 4° Conferir 1ª Menção Honrosa a 'O ESPELHO DO PASSADO' O CAIPIRA DE MORRO GRANDE' seus costumes – sua linguagem. Pseudônimo 'ANDEJA' – CACILDA AMARAL MELO
- 5° Conferir 2ª Menção Honrosa a 'O FOLCLORE DE NOSSA SENHORA DAS DORES' – Pseudônimo NOEL SAMBAIBA – Manoel José Cardoso.
- 6° Conferir 3ª Menção Honrosa a 'ZÉ DA PRAIA É O PROFESSOR' – Antonio Claudio Franco Vasques, cujo título 'AS GARRAFAS DE MAJORLANDIA',³³³

Como verificado no ano anterior, a comissão optou por um critério de pontuação para a escolha dos trabalhos premiados que, infelizmente, não nos permitiu apurar “qualitativamente” a classificação dos estudos. Outrossim, por mais que a banca formada por Julieta de Andrade, braço direito de Rossini Tavares de Lima e idealizadora da Escola de Folclore, Luiz Kawall e Maria Amália Ciffoni não tenham apresentado apontamentos metodológicos, houve rigor na classificação uma vez que o 1° prêmio não foi conferido.

Se por um lado, como havíamos destacado no transcorrer desse subcapítulo, Oneyda Alvarenga primou por pesquisas folclóricas embasadas cientificamente junto às ciências sociais, o fato de a presença de sociólogos, como avaliadores, ter diminuído após a aposentadoria da musicóloga mineira, apresenta, pois, um indicativo importante. Afinal, após 1969, último ano de efetivo exercício da autora de *Cateretês do sul de Minas Gerais*, a presença de sociólogos diminuiu consideravelmente junto às bancas examinadoras, os quais foram paulatinamente substituídos por folcloristas, cuja formação intelectual nem sempre se fazia junto aos departamentos de ciências humanas. Ora, a falta de “dicotomias” teóricas se deve justamente ao sensível afastamento dos sociólogos do *Concurso Mário de Andrade*. Por outro lado, nas duas últimas edições do certame as ciências humanas voltaram a aparecer junto ao concurso, mas neste caso na função de concorrentes aos prêmios; trata-se justamente dos estudos de Carlos Rodrigues Brandão. Assim, vejamos os apontamentos do júri em 1974, penúltima edição do certame:

'A literatura de cordel enquanto meio de comunicação no nordeste brasileiro'

³³³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 28° Concurso. DT.00028.80

[...]

Apresenta:

a) Falhas metodológicas, que podem assim ser esquematizadas: na Introdução não fica declarada a época em que foi efetuada a pesquisa; não fica claro se a amostragem de 245 'folhetos' foi obtida aleatoriamente ou por escolha deliberada; [...]; há faltas de referência bibliográfica (exemplo: p.3, falta citar fonte de áreas e população).

[...]

Contudo, pela grande quantidade de dados colhidos para a análise da literatura de Cordel, pelo seu caráter de estudo abrangente uma vez que procura alcançar todas as formas do gênero, o trabalho apresenta-se como pesquisa pioneira na sistematização adotada. A ampla bibliografia é específica, sendo utilizada com critério. Além disso, a autora complementa sua pesquisa com a análise de manifestação folclórica, chegando a conclusões válidas sobre o significado e a expressão da Literatura de Cordel como meio de comunicação de massa.³³⁴

Ao contrário do verificado nos anos anteriores, nesta edição o júri voltou a se expressar metodologicamente. Deste modo, mesmo sendo classificada com o primeiro prêmio, a monografia de Martha Guerra Hussein não deixou de ser analisada criticamente. Assim, os juízos de valor e as limitações quanto ao registro da documentação analisadas não deixaram de ser referenciadas pelo júri. Entrando, essas falhas foram superadas pelo cotejamento adequado dos dados coligidos com a bibliografia especializada e, mais ainda, pelo ineditismo de apresentar uma “tese” referente a uma manifestação até então tida como tradicional vista à luz da sociedade de massas.

Do mesmo modo, a monografia de Carlos Rodrigues Brandão também não deixou de ser analisada criticamente. Por se tratar de um estudo sobre uma dança dramática, a ausência dos registros musicais em pentagramas, bem como a falta de esquemas coreográficos e aspectos complementares (indumentárias, instrumentos e etc.) talvez tenham sido o ponto determinante para classificá-la em 2º lugar:

'A dança dos Congos'

Trabalho amplo sobre um tema bastante específico. Suas falhas residem:

- a) na falta dos registros musicais correspondentes às letras e coreografias estudadas; esses registros possibilitariam um estudo completo, rítmico e melódico, da manifestação
- b) na falta de indicação, nos esquemas coreográficos, dos instrumentos e complementos de cada dançador;
- c) na falta de indicação das vestimentas e seus complementos;
- d) na falta de indicação pormenorizada dos instrumentos (que apenas são citados nas pp.28 e 67).

A limitação do trabalho no espaço e no tempo contribuiu para dar-lhe mais

³³⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 29º Concurso. DT.0029.52.

densidade e objetividade. Os esquemas montados para indicar a coreografia, e os quadros de sequência temática e de textos do folgado (embaixada e marchas) mostram o cuidado do autor em munir-se de instrumentos para a interpretação e análise do fato. As Notas complementares são pertinentes e esclarecedoras. O estudo empreendido pelo autor, com base em documentos de campo, constitui contribuição valiosa para a compreensão desse folgado popular.³³⁵

Entretanto, a boa delimitação do estudo bem como as notas explicativas foram determinantes para o reconhecimento do mérito da monografia, fortemente alicerçada em pesquisa de campo e embasada em teoria adequada, superando, enfim, as dicotomias que marcaram os estudos de cultura popular até meados dos anos 1960.

Frente aos demais estudos, pode-se dizer que os apontamentos da banca seguiram as mesmas bases dos trabalhos anteriores: tanto a monografia *Práticas médicas populares* de autoria de Ático Frota Vilas Boas da Mota quanto *Benzimentos em São Paulo hoje*, escrito por Maria Herminia Pollichero, apesar do reconhecimento dos méritos individuais de cada autor, o júri primou por destacar as falhas dos respectivos estudos, como poderemos comprovar por meio da leitura da respectiva ata:

'Práticas médicas populares'

a) metodológicas – não caracteriza os informantes; não há referenciação de variantes junto a cada documento de campo (exemplos: orações para Engasgo, pp. 33 e 36, largamente registrada);

[...]

Como coleta de campo, o trabalho apresenta-se bem estruturado e vasado em linguagem objetiva. A bibliografia, embora diminuta, é bem ajustada ao tema. A introdução, sem ser exaustiva, esclarece bem o sentido do trabalho.

'Benzimentos em São Paulo hoje'.

É uma coleta de campo. Falhas:

a) metodológicas, entre as quais a falta de caracterização dos informantes;

b) redação não adequada a trabalhos de nível científico;

[...]

Trabalho de coleta de campo, cujo material (concentrando especialmente nas pp. 48 a 910 está à espera da indispensável análise. A comissão julgadora recomenda que a autora procure refazê-lo, com a necessária orientação metodológica.³³⁶

O trigésimo e último certame, como já referenciamos em outras partes dessa dissertação, só ocorreu graças à interferência da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

³³⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 29º Concurso. DT.0029.52. (Grifo nosso).

³³⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 29º Concurso. DT.0029.52. (Grifo nosso).

que se encontrava sob a direção de Bráulio Nascimento. Tal fato por si só comprova o quanto o *Concurso Mário de Andrade* representou para o desenvolvimento de pesquisas folclóricas no Brasil, especificamente, para o que ficou conhecido como *Movimento Folclórico*. Deste modo, a comissão julgadora foi composta por cinco membros, três escolhidos pela Departamento de Informação e Documentação Artística (IDART) e dois escolhidos pela Campanha de Defesa do Folclore.

Como demonstramos no transcorrer desse subcapítulo, a polarização entre cientistas sociais e folcloristas tendeu a se arrefecer na década de 70. Assim, o júri composto por Oneyda Alvarenga, Maria do Carmo Vendramini, Alfredo João Rabaçal, Dante de Laytano e Hélio Damante foram coesos em reação à escolha dos trabalhos premiados:

Aberto os envelopes de identificação, verificou-se que o primeiro prêmio, conferido ao trabalho Festa do Santo Preto, coube a Carlos Rodrigues Brandão, da cidade de Goiânia; o segundo prêmio, Decifra-me ou devoro-te, coube a Ático Vilas Boas da Mota, da mesma cidade; e o terceiro prêmio, Excelências da Morte, coube a José Maria Tavares de Andrade, da cidade de Londrina; a primeira menção honrosa, Litolatria, coube a José Pires de Moraes Rego Jr., de Belém do Pará; a segunda menção honrosa, Revisão do Pastoril, a Marco Venício de Andrade, de São Paulo; a terceira menção honrosa, Festa do Divino em Goiás e Pirenópolis, a Niomar de Souza Pereira³³⁷ e Mára Públio de Souza Veiga Jardim, também de São Paulo.³³⁸

A Escola de Folclore se manteve em atividade até o final da década de 1990. Entretanto, após a morte de Rossini Tavares de Lima, o Museu de Folclore perdeu paulatinamente a unidade e estabilidade que a sua presença lhe havia conferido por, praticamente, quatro décadas. Assim, por mais que a vitalidade do *Movimento Folclórico* tenha alcançado os anos 80 e 90 do século XX, em 1975 a reestruturação administrativa que transformou o Departamento de Cultura na atual Secretaria Municipal de Cultura impôs significativas mudanças à Discoteca Pública Municipal. Incorporada ao Departamento de Informação e Documentação Artística, não caberia mais à DPM trilhar a sua própria política cultural. Maria Eugenia Franco não descartou de imediato a manutenção do *Concurso Mário de Andrade*; entretanto, para ela, a defasagem dos prêmios, que poderiam ser corrigidos caso o IDART se transformasse em fundação, o que não ocorreu, conduziram-na à não reativação do certame.

³³⁷ Niomar de Souza Pereira também se vinculava ao Museu de Folclore de São Paulo. Para mais informações consultar o 4º capítulo dessa dissertação.

³³⁸ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 30º Concurso. DT.0030.44. (Grifo nosso).

Por fim, pode-se dizer que até 1954 o perfil teórico oriundo das ciências sociais imperou sobre o *Concurso Mário de Andrade* uma vez que a maior parte dos pareceristas eram sociólogos ou antropólogos. Por outro lado, a partir de 1955, a influência do movimento folclórico paulista levou Oneyda Alvarenga a contrabalançar as bancas examinadoras entre folcloristas e sociólogos; por conseguinte, o intelectual polígrafo associado ao perfil do folclorista pode influir objetivamente na classificação das monografias concorrentes. Ora, se a “hegemonia” sociológica só foi superada após a aposentadoria da autora de *Música Popular Brasileira*, em 1969, concluímos que o objetivo de Oneyda Alvarenga se coadunava com o perfil orientador da *Sociedade de Etnografia e Folclore*: se por um lado se mirava estimular a produção de pesquisas monográficas sobre a realidade cultural brasileira, por outra via, essas pesquisas não poderiam abdicar das metodologias tidas como mais adequadas ao estudo do folclore, via de regra, oriundas da sociologia.

3.4 As monografias não premiadas: atas e pareceres do júri.

Discutimos no subcapítulo anterior que o modelo de estudo premiado em cada edição do *Concurso Mário de Andrade de Monografias* partiu antes da “arbitrariedade” de cada parecerista ou banca examinadora do que de qualquer submissão à verdade. Assim, se os paradigmas emanados da sociologia prevaleceram em determinadas ocasiões, em outras, a descrição e o registro documental não deixou de caracterizar o tipo de trabalho esperado por alguns folcloristas. Logo, o fato de a maioria dos trabalhos apresentados não terem sido premiados justifica, pois, a necessidade deste subcapítulo que agora iniciamos.

Para todo historiador a memória se impõe como objeto de grande preocupação, pois é a partir dela que percebemos quais são os *monumentos* e os silêncios da história. Jacques Le Goff nos lembra que para além de um problema teórico, a memória, da qual a história se alimenta, “*procura salvar o passado para servir ao presente*”:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.³³⁹

Confirmamos por meio da citação de Le Goff que a memória é um terreno em

³³⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990, p. 426.

constante tensão entre as forças sociais na disputa pelo poder. Ora, quem detém o direito de escrever a história exerce de imediato um poder; logo, tal poder está diretamente imbricado com aquilo que será lembrado e relegado ao esquecimento. No caso em apreço, pode-se dizer que o *Concurso Mário de Andrade* transcorreu em um momento da história intelectual na qual o padrão universitário e acadêmico se consolidou como paradigma, em substituição ao modelo ensaístico até então vigente na produção espiritual brasileira. Logo, seria dos erros mais graves simplesmente endossar o modelo de trabalho intelectual que se aproximou mais dos padrões universitários, como por vezes se verificou nas atas do *Concurso Mário de Andrade*, frente à produção intelectual de autores polígrafos. Nesse sentido, nosso fito neste subcapítulo será revelar as vozes dos autores não premiados; contar mesmo que rapidamente a história dos vencidos.

Entretanto, comentar todas as monografias não premiadas não será possível, uma vez que partimos justamente dos limites impostos pela atas e pareceres das comissões julgadoras, os quais, em um grande número de casos, referenciaram apenas as bases que justificaram as premiações. Tais justificativas, por outro lado, ao mesmo tempo que embasaram as classificações, dialeticamente também balizaram as não premiações. Assim, comentaremos aqui apenas os apontamentos objetivos que o júri manifestou sobre os trabalhos que não foram premiados.

Na ocasião do 5º Concurso, cuja banca foi composta por Roger Bastide, Donald Pierson e Lavínia Costa Villela, o júri fundamentou a não classificação da maioria dos trabalhos mediante as seguintes bases:

A comissão decidiu inicialmente, baseada no item 8º do edital do Concurso, rejeitar três monografias, que não correspondiam às exigências do item 1º do mesmo edital:

1º - A monografia 'A modinha', de autoria da sra. Sylvia Azevedo, porque trata de uma forma de música erudita. Certamente poder-se-ia fazer da modinha uma tese de folclore, mas sob a condição de: a) indicar num prefácio as razões pelas quais o autor afirma a existência, controversa, de um folclore burguês; b) ou então não estudar a modinha senão depois de sua retirada dos salões. Ora, a única passagem da monografia sobre a democratização do folclore, versa sobre Catulo da Paixão Cearense, ou seja sobre música popular e não folclórica.

2º - A monografia sobre as 'Danças do Índio Brasileiro', de autoria da sra. Alice Landau, porque trata de um assunto antes etnográfico do que folclórico.

3º - A monografia sobre 'Antônio Dó', de autoria do sr. Saul Martins, porque trata de um assunto de história e não de folclore. Nesta monografia, a única página consagrada ao folclore é a página 21, e o assunto só poderia figurar no Concurso se tivesse sido estudada a lenda de Antônio Dó e não a sua vida verdadeira. A utilização da linguagem sertaneja já não constitui senão um

artifício de composição literária e não inclui o assunto no Concurso.³⁴⁰

O primeiro ponto a se destacar se refere à disposição “limitativa” do que se compreendia como objeto de folclore. Pode-se dizer que independentemente de um júri “sociológico” ou “folclorístico”, imperava ainda uma perspectiva “evolucionista” acerca do folclore, entendido enquanto uma cultura *sui generis* e fechada em relação ao restante da sociedade dita “erudita” ou de massas. Assim, não seria fácil justificar nesse período a existência de um “folclore burguês”; efetivamente, Sylvia de Azevedo, autora da monografia intitulada *Modinha*, não teve meios de fazê-lo e, por conseguinte, acabou desclassificada do concurso. Mesmo que essa análise tenha partido de uma banca eminentemente inclinada para as ciências sociais, os folcloristas tinham uma posição equivalente para o problema, como poderemos comprovar por meio da citação de Renato Almeida:

Não são porém os meios populares e as sociedades agráficas as atmosferas exclusivas do folclore. Nas classes elevadas, mesmo entre intelectuais, há uma soma de ideias e práticas hauridas do folclore, que a elas ascendem e ali se conservam. Mas só os elementos de cultura *folk* são portadores de folclore, logo só em seus meios os fatos se folclorizam, fenômeno que não se verifica em qualquer outra camada social. Sem vir do povo ou do primitivo coisa alguma é folclórica, pois apenas nesses ambientes medra folclore. Não se justifica, portanto, o conceito de Varagnac quando afirma que se produzem fenômenos folclóricos fora do povo. Existem sim, mas não se produzem. Localizam-se, mas não germinam nem se desenvolvem. O fato folclórico, se tem origem erudita, não se confunde com o traço cultural-religioso, ritual, metafísico, literário, artístico ou técnico de que promana. Só depois de ele ter baixado ao povo, de ter sido recebido e adaptado, torna-se folclórico, pela feição, pelo estilo que adquire, nas medidas sócio-psicológicas da comunidade popular onde foi aceito. [...] ³⁴¹

Sabe-se hoje o quanto essa perspectiva analítica - que não era exclusividade de folcloristas - está superada. Em outras palavras, a tentativa de legitimar uma teoria em relação ao folclore conduziu a intelectualidade dedicada ao assunto a justificar uma visão “tradicional” em relação à cultura popular que, muitas vezes, serviu de base à construção de narrativas nacionais.³⁴²

De modo semelhante, a historiografia tem destacado que os estudos folclóricos

³⁴⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 5º Concurso. DT.0005.36. (Grifo nosso).

³⁴¹ ALMEIDA, Renato. **A inteligência do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Americana; Brasília: INL, 1974.p.28-9.

³⁴² BURKE, Peter **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 35-6

brasileiros se dedicaram, grosso modo, à pesquisa dos processos de aculturação das inúmeras contribuições étnicas que paulatinamente constituíram a sociedade brasileira;³⁴³ assim, embasado em Roberto DaMatta, Luís Rodolfo Vilhena discutiu a contraposição metodológica entre folclore, cuja base teórica se assentava sobre a “fábula das três raças”, e a sociologia que teve em Florestan Fernandes o primeiro impulso teórico voltado ao estudo da formação das classes sociais no Brasil.³⁴⁴ Entretanto, Florestan Fernandes não representou a única corrente dentro da sociologia brasileira, como discutiremos detidamente no último capítulo. Assim, pode-se dizer que em 1950 ainda persistia, indiretamente, a concepção “positiva” do folclore na medida em que esta disciplina trataria dos resquícios “pré-lógicos” dentro da sociedade moderna.³⁴⁵ Logo, o estudo das sociedades indígenas, como verificado na monografia *Danças do índio brasileiro*, de autoria da Alice Landau, não poderia ocorrer sob o auspício do folclore uma vez que seu estudo, nas palavras do júri, tratava-se de “*um assunto antes etnográfico do que folclórico*”. Mesmo considerando que na 22ª edição do certame dois trabalhos tenham se embasado em temas “etnológicos” e que a banca não os tenha desclassificado por esse motivo, o fato de as monografias que versaram sobre temas indígenas não tenham sido premiadas revela a dificuldade do tratamento desse assunto sob a perspectiva dos estudos de cultura popular.³⁴⁶

³⁴³ TRAVASSOS, Elisabeth. Esboço de balanço da etnomusicologia no Brasil. In: **Opus 9**, ANPPOM. Santa Catarina: UDESC, 2003, pp. 75 - 6.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.62.

³⁴⁴ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.133

DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981. pp.62-3

³⁴⁵ FERNANDES, Florestan. A burguesia, o “progresso” e o folclore. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978, pp.48-49.

³⁴⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 22º Concurso. DT.0022.12.

O estudo de sociedades indígenas era encarado como um tema desconectado do folclore. Posição semelhante teve a banca do 22º certame, naquela ocasião composta por Oracy Nogueira, Eva Altermann Blay e Lia Freitas Garcia. Nesse sentido, a monografia de Catxêre – A mulher Estrela e outras Lendas Indígenas, de autoria de Caterina Góes Campos tentou trabalhar de maneira comparada mitologia indígena e mitologia cristã. Por mais que não a tenha desclassificado por estudar um tema indígena, o fato não deixa de ser elucidativo sobre a dificuldade do tratamento do tema pelo folclore:

“[...]”

O autor tem pretensões interpretativas aproximando a mitologia indígena das mitologias cristã e grega. Entretanto não realiza uma análise sistemática de nenhuma destas três formas mitológicas. Conseqüentemente, não pode efetuar comparações válidas.”

“FLORES DA THAU – Vocabulário Etnológico do Folclore Amazônico

Embora o presente trabalho possa ser considerado como de folclore, não se pode reconhecer a primazia reivindicada pelo autor quanto à aproximação do folclore e da linguística, devendo-se lembrar que Paulo Carvalho Neto organizou o 'Dicionário del Folklore Ecuatoriano' onde consigna termos indígenas, com tentativas de explicação semântica e etimológica.

Ademais não se poderia reconhecer originalidade no seu trabalho que reúne contribuições à etimologia

A monografia *Antônio Dó*, de autoria de Saul Martins, foi desclassificada por dois motivos: primeiramente, por se constituir antes numa pesquisa de história do que de folclore; mas o ponto mais interessante do parecer diz respeito ao uso de artifícios literários na composição do trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Movimento Folclórico* consagrou o auge de um processo iniciado com Sílvio Romero e Amadeu Amaral que visou estabelecer limites claros entre folclore e literatura; isto é, o movimento deflagrado por Renato Almeida almejou apartar os excessos literários que caracterizaram os estudos folclóricos de então.³⁴⁷

Entretanto, não devemos esquecer da difícil encruzilhada na qual o movimento se encontrava. Uma vez que boa parte dos colaboradores do *Movimento Folclórico* provinha das Academias de Letras e Institutos Históricos e Geográficos, ou seja, instituições alinhadas com o modelo de produção intelectual *ensaístico* e literário, padrão este que passou a ser seriamente questionado pelos novos paradigmas desenvolvidos nos cursos de ciências sociais, o foro científico da produção folclorística foi constantemente questionado.³⁴⁸ Assim, a monografia *Viagem à Amazônia* foi justamente eliminada por ser antes um *romance* do que uma obra científica:

[...]

A comissão julgadora resolveu ainda eliminar do Concurso, sempre fundamentada no item 8º do edital, a monografia que tem o título 'Viagem à Amazônia', da autoria da sra. Maria Nogueira Faiardo.

A comissão julga que o pensamento dos que instituíram o Concurso foi recompensar estudos de ordem científica. Ora, a monografia em apreço, embora pareça de acôrdo com o item 1º do edital, não é um trabalho científico, mas uma espécie de romance folclórico, que poderia participar, talvez com probabilidade de sucesso, de um concurso de literatura para colegiais, mas que nada de novo traz ao folclore.³⁴⁹

encontradas nas obras mencionadas na bibliografia, porém, juntadas sem espírito crítico.”

³⁴⁷ ALMEIDA, Renato. **A inteligência do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Americana; Brasília: INL. 1974. p. 284.

“Na literatura, os motivos folclóricos não só animaram romances e dramas, na sua inteireza ou em episódios e cenas, como ainda foram largamente aproveitados em crônicas e artigos. Houve o perigo do tema fácil de que resultou muita contradição em grande desprestígio para o Folclore. Não se exige, é claro, que na sua aplicação o folclore seja um documentário, um simples traço pode servir, da mesma forma não é preciso transpor o fato, bastará a criação ambiente. Mas fantasiar folclore onde não existe e pretender assegurar sua autenticidade, improvisando-se folclorista, tem sido um tributo muito grande que se tem pago, aqui e em toda parte.”

³⁴⁸ Id.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p. 125

³⁴⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 5º concurso. DT.0005.36.

O mesmo questionamento em relação à feição literária de algumas obras ocorreu em outras ocasiões do certame, como nas 12^a e 13^a edições. Especificamente no 12º Concurso, ocorrido em 1957, no qual nenhum trabalho foi premiado, o trabalho *Caipora-Caiporice-Caiporismo* de autoria de Jorge Vieira de Barros foi imediatamente eliminado por se tratar de uma obra de cunho literário:

Aos dezessete dias do mês de Dezembro de Mil Novecentos e Cincoenta e sete, na sala da Discoteca Pública Municipal, com a presença da sra. D. Carmem Martins Helal, Chefe Substituto da Discoteca, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora do XII Concurso 'Mário de Andrade', professores Fernando Altenfelder Silva e Alceu Maynard Araujo. Por motivo de força maior por estar convocado para sessão de júri, deixou de comparecer o Professor Sergio Buarque de Holanda que se fêz representar pelo Professor Alceu Maynard Araujo. Discutiram a seguir os trabalhos apresentados: 'Caipora-Caiporice-Caiporismo – Jader de Ferro de Cid (Pseudônimo); 'Onze Capítulos de Folclore' – de Chimango (Pseudônimo); 'Contribuição ao Estudo dos Trava-línguas – de Lélé (Pseudônimo); 'O Mito de Édipo no Folclore Brasileiro' – de José Medeiros Leite (Pseudônimo). Dos quatro trabalhos apresentados, logo após a primeira leitura, eliminamos o 'Caipora-caiporice-caiporismo' porque não tem nenhuma característica de trabalho científico, de monografia. Não indica fontes, não expõe metodologicamente e nem tira conclusões. É apenas literatura.³⁵⁰

De modo semelhante ao ocorrido em 1957, na 13^a edição do concurso houve apenas uma premiação, corresponde ao trabalho de Théó Brandão, o que atesta o rigor das bancas examinadoras. Assim, a monografia intitulada *O berimbau* escrita por Mário Luhanda foi desclassificada pelo fato de o *Concurso Mário de Andrade* desde sua institucionalização ter se voltado à promoção de estudos científicos e não trabalhos de cunho literário:

1 – O trabalho 'O Birimbau', do concorrente Mário Luhanda, fôge à primeira clausula do regulamento do Concurso, pois falta-lhe uma base de dados que justifique a elaboração levada a efeito pelo A.; além disso, a elaboração não póde ser classificada como folclórica, e sim somente como literária, não entrando no escôpo do Concurso em questão, que é promover o estudo sistemático e científico dos dados expostos.³⁵¹

De uma maneira geral, o subcapítulo anterior dedicado às obras premiadas revelou que muitas monografias não estavam à altura científica esperada pelo concurso, transparecendo

³⁵⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 12º Concurso. DT.0012.18. (Grifo nosso).

³⁵¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo Concurso de Monografias. Ata 13º Concurso. DT.0013.20. Grifo nosso.

em inúmeras ocasiões as clivagens metodológicas de cada edição, ora mais “sociológicas” (até 1969) ora mais folclorísticas. Nesse sentido, a concepção do que estaria à devida altura científica em relação ao estudo da cultura popular variou de acordo com o enfoque metodológico esperado pelo júri. Defendemos no transcorrer dos dois primeiros capítulos que a orientação etnográfica do *Curso de Etnografia e Folclore* e da *Sociedade de Etnografia e Folclore* se manifestou no *Concurso Mário de Andrade* haja vista que Oneyda Alvarenga buscou sempre que possível nomear bancas inclinadas às ciências sociais. Deste modo, mesmo considerando que o fito de Oneyda Alvarenga não fosse causar qualquer tipo de celeuma entre folcloristas e cientistas sociais, a predileção sociológica dos júris tomou contornos tensos em 1954, ano no qual o *Movimento Folclórico* atingiu seu auge com a realização do 1º Congresso Internacional de Folclore em São Paulo; em outras palavras, o fato de nenhuma monografia ter sido premiada no ano das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo levou à intervenção da Comissão Municipal do Folclore junto à cláusula dos editais relativa à nomeação das bancas:

O 9º Concurso de Monografias Folclóricas, coincidindo com o ano do 4º Centenário da Fundação de S. Paulo, deveria ser um dos mais expressivos. Lamentavelmente, os trabalhos são em seu conjunto deficientes quanto à elaboração, apresentando, além disso ausência completa de interpretação do ponto de vista sociológico, estético, ergológico, etc., limitando-se, portanto a simples coletânea de material.

O sentido do que seja uma monografia parece ter escapado também aos concorrentes. A semi-reportagem e a pequena memória não deixam de ter o seu valor, mas não cabem dentro do conceito de monografia. Se no passado as comissões julgadoras foram lenientes e compreensivas, justamente para estimular a pesquisa folclórica, a continuação desse critério já não encontra as mesmas justificativas. A exigência de um padrão mais elevado de trabalho será um benefício ao próprio folclore que se desenvolve em S. Paulo e no resto do Brasil. Se não basta um ano de intervalo para a elaboração de um trabalho à altura do nosso meio cultural, é preferível deixá-lo para o concurso seguinte.³⁵²

A banca dessa edição do certame foi composta por dois cientistas sociais de ofício, Gilda de Mello e Souza e Herbert Baldus, e Frederico Lane, intelectual que além de ter sido premido com o 1º prêmio em 1950 também fez parte dos quadros da Comissão Paulista de Folclore. De uma maneira geral, a tensão se estabeleceu, acreditamos, em virtude de a pesquisa de Oswald Andrade Filho, artista plástico, jornalista e membro das comissões estadual e municipal de folclore não ter sido considerada merecedora de nenhum prêmio. Deve-se destacar que na ocasião dos festejos do IV Centenário, Oswald Andrade Filho, o

³⁵² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 9º Concurso. DT.0009.32

Nonê, teve atuação fundamental nas realizações do *Festival Folclórico* e principalmente na elaboração da *Exposição Interamericana de artes e técnicas populares* uma vez que ele realizou inúmeras incursões no estado de São Paulo com o objetivo de coletar artefatos para a respectiva exposição que se realizou no Parque do Ibirapuera.³⁵³ Assim, a pesquisa *Cerâmica do estado de São Paulo*, inscrita sob o pseudônimo de Caco Velho não foi premiada mediante os seguintes apontamentos:

O trabalho de Caco Velho sobre Cerâmica do Estado de S. Paulo, poderia ser um trabalho clássico no gênero. Dá ao leitor a impressão de elaboração prematura e atabalhoada. Queixa-se o autor da falta de bibliografia pertinente ao assunto, mas deixou de consultar pelo menos algumas das obras principais sobre cerâmica indígena brasileira. A bibliografia sobre esse assunto é avultada.

Algumas das observações do autor são deficientes, ou francamente errôneas. A boca de um forno é invariavelmente o lugar onde se coloca a lenha, fato que ele parece não ter compreendido. Diz ele que a pátina escura é totalmente casual, esquecendo que certo tipo de cerâmica litorânea é propositalmente e invariavelmente escurecida. Não interpreta corretamente a construção de vasos grandes. E, imperdoavelmente não liga a mínima importância, principalmente guarani, aos próprios exemplos que servem para ilustrar o seu trabalho. Um vaso pronto, de Sorocaba, por exemplo, é tão berrantemente guarani que não deixa a menor dúvida sobre a origem dessa cerâmica como um remanescente da antiga arte oleira paulista. E não é necessário ser muito perspicaz para se chegar à mesma conclusão à vista do cuscuzeiro antigo de Carapicuíba.

Dêste modo, apesar de ter destacado os dois trabalhos discutidos acima, como dignos de alguma consideração, resolveu a comissão julgadora, por unanimidade, não conferir nem prêmios, nem menções honrosas.³⁵⁴

Por mais que não tenhamos meios para conjecturar até que ponto a pesquisa apresentada em 1954 por Oswald Andrade Filho foi fruto dos trabalhos desenvolvidos por ele ao lado de Rossini Tavares de Lima, deve-se considerar que as “missões” orientadas pela comissões estadual e municipal de folclore seguramente subsidiaram a elaboração do trabalho. Afinal, ele fazia parte dos dois colegiados. Deste modo, apesar da riqueza dos elementos de pesquisa de campo que Nonê apresentou em sua monografia, que, nas palavras

³⁵³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Processo nº 2004–0.208.101-0. fls.197–218.

Por meio dos relatórios remetidos por Rossini Tavares de Lima para a Comissão do IV Centenário, integrantes do Processo nº 1695/53, poderemos ter um a ideia dos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 1953. Em 1953 o Vale do Paraíba foi percorrido por Rossini Tavares de Lima, Oswald Andrade Filho, Afonso Dante Chiara, Jamile Japur, dentre outros. Foram coletadas peças de cerâmica na cidade de Cunha, máscaras e bandeiras de folias de reis, mastro de festa de Santa Cruz, instrumentos musicais. Além disso, fizeram registros fotográficos. Em julho de 1953 percorreram as regiões de Itapeva, Itararé, Araçá, Ribeirão Branco, Ilhabela, São Sebastião, Jacaré e Natividade da Serra. Em setembro percorreram Barretos, Bebedouro, Colina, Itirapina e Jaborandi.

³⁵⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 9º Concurso. DT.0009.32.

da banca, teve tudo para ser um trabalho clássico do gênero, as falhas destacadas pelo júri inviabilizaram a premiação. Para a infelicidade do autor, dentre os pareceristas da 9ª edição do *Concurso Mário de Andrade* se encontrava Herbert Baldus, autor pioneiro nos estudos antropológicos voltados à cultura guarani.³⁵⁵ Assim, as lacunas bibliográficas e, por conseguinte, a ausência de filiações elementares entre a cerâmica folclórica e a cerâmica guarani justificaram a não classificação da monografia de Oswald Andrade Filho.

Pode-se dizer que as não premiações, independentemente da orientação das bancas, se deveram ora à ausência de desenvolvimento teórico ora à falta de rigor na coleta e apresentação dos dados registrados em campo. Nesse sentido, no certame de 1955, Mário Wagner Vieira da Cunha fundamentou a não premiação dos trabalhos *Quadros do folclore brasileiro*, escrito por José Custódio Soares, e *Pedro Malasarte e o homem natural*, de autoria de Ubiratan Rosa, nestes termos respectivamente.³⁵⁶ Apesar de não terem concordado quanto a desclassificação deste último, Oswaldo Rodrigues Cabral manifestou opinião consonante em relação à monografia *Quadros do folclore brasileiro*, que, apesar de bem escrita, carecia tanto de pesquisa de campo quanto de desenvolvimento metodológico.³⁵⁷

³⁵⁵ SILVA, Orlando Sampaio. O antropólogo Herbert Baldus. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2.000, v.43, nº 2, pp.23-79.

³⁵⁶ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 10º Concurso. DT.0010.74.

Segue abaixo outros trechos da ata que atestam o assunto discutido:

“Homílio Sêneca, Quadros do folclore brasileiro

Da parte uma ou outra informação pessoal, esta monografia reúne dados bibliográficos e citações sobre a 'noção de folclore', conceituação de 'superstições ["brismancia?"]', etc., etc. com isso, longe de nos dar 'os quadros do folclore brasileiro'. o A. deixa patente sua pouca familiaridade com os estudos folclóricos, em geral, e, especialmente, com a literatura brasileira de folclore, em particular. Por outra, o trabalho guarda sempre tom expositivo, sem uma contribuição teorica [sic] pessoal.

[...]

Afonso Alves, Pedro Malasarte e o homem natural.

Trata-se de trabalho de, praticamente, nenhum valor documentário. É como esclarece o próprio A., 'uma tentativa de interpretação filosófica'. Inspirado em Nietzsche e Freud, procura explicar a 'extraordinária importância das histórias de Pedro Malazarte para o povo brasileiro. Sua interpretação não é original e não conseguiu o A.nela nos convencer com respeito ao caso especial do Brasil.”

³⁵⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 10º Concurso. DT.0010.74.

Segue abaixo outros trechos da ata que atestam o assunto discutido:

“QUADROS DO FOLCLORE BRASILEIRO é um trabalho que não pode ser incluído entre as pesquisas de campo e seu estudo, nem revela pontos de vista originais na interpretação de dados Bibliográficos sobre o folclore nacional, como é da exigência do edital do Concurso.

De início, mesmo, confessamo-nos em completo desacordo com trechos da advertência do A. de que se exija 'que a monografia, ainda que folclorista de ofício, não se limite a catar, a alinhar [?]garimpos alheios, mas os apresente sob forma nova'.

Nem uma coisa nem outra. O pesquisador não deve andar batendo garimpos alheios – mas fazer êle mesmo a sua pesquisa, ver, observar, anotar, registrar e, em seguida, estudar os fatos colhidos, encará-los à luz dos seus estudos e dos alheios, compará-los com outros fenômenos colhidos em outras faisqueiras, estabelecendo, se possível, as linhas de aculturação e de filiação, para remontar, tanto quanto possível, às origens do fato pesquisado. Ou, observando-os diretamente, registrá-los com a máxima fidelidade, documentá-los, indo às minúncias, para, assim fornecer aos que se dedicam aos estudos mais avançados, o material imprescindível às

Deste modo, em algumas ocasiões o certame não teve nenhum trabalho premiado ou mencionado honrosamente. Esse foi o caso das edições de 1957, 1959,³⁵⁸ 1961,³⁵⁹ 1962, 1964, 1965, 1966 e 1967. Assim, no 12º Concurso o trabalho de Aloísio de Almeida poderia ser contemplado com uma das premiações, entretanto, por não ser um trabalho inédito, não houve nenhuma classificação:

[...] Havíamos classificado como melhor dos trabalhos apresentados o 'XI Capítulos de Folclore' de Chimango. Mas acontece que ao relermos cuidadosamente achamos que havíamos lido algo parecido com aquilo que ali se apresentava como monografia. Rebuscando nosso arquivo de recortes de jornais, encontramos alguns daqueles capítulos já publicados no 'O Estado de São Paulo'[...]. Os artigos publicados e os da monografia foram examinados por inteiro, e constatou-se que estavam ipsis literis. Cumprindo o regulamento do concurso, de acôrdo com a sua primeira norma – 'deverá ser inédita a monografia', tivemos que desclassificar o melhor trabalho apresentado. Aproveitamos o ensejo para indicar a sua publicação na Revista do Arquivo.³⁶⁰

Desta forma, os demais trabalhos apresentados, *Contribuição ao estudo dos travalínguas* e *Mito de Édipo no folclore Brasileiro*, respectivamente de Léa Maria da Rocha e Altamariando Ribeiro dos Santos, não foram premiados pela comissão constituída por Alceu Maynard Araújo, Fernando Altenfelder Silva e Sergio Buarque de Holanda uma vez que o primeiro careceria de apontamentos conceituais imprescindíveis e o segundo se tratava mais de um trabalho de psicanálise do que de folclore:

[...] O trabalho 'Contribuição ao estudo dos travalínguas', apresentou 41 páginas, inclusive bibliografia. O trabalho procura por em evidencia o valor educativo dos travalínguas, não define o que seja uma travalíngua, daí quem sabe o seu primeiro engano ao incluir, sob o número um, uma parlenda que não é travalíngua [...]. Aliás, à página 6 o A. confessa que aquele travalíngua êle o foi buscar em uma publicação de jornal. E o erro de um articulista o levou a classificá-lo erradamente. [...] Opinamos pela não classificação do trabalho acima.

[...] Resta-nos apenas o trabalho sôbre 'Mito de Édipo no folclore Brasileiro' para ser julgado. Grande parte deste trabalho consiste num resumo nem sempre adequado da teoria psicanalítica de Jung; [...] Não há propriamente uma análise interpretativa. Baseou-se no romancista Jorge Amado e ao se referir a Sousa Carneiro e Arthur Ramos, devia ver que o mito de Orugan é

cogitações superiores”.

³⁵⁸ Não houve trabalhos inscritos.

³⁵⁹ Nesse ano houve apenas uma menção honrosa conferida ao trabalho de Aloísio de Almeida, *Folclore da banda de música*. Entretanto, essa monografia não se encontra arquivada no Acervo Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga.

³⁶⁰ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 12º Concurso. DT.0012.18.

africano e não é constado no Brasil, a não ser pelo romancista, pois quando Artur Ramos a êle se refere, indica, em o Negro Brasileiro, volume da Brasiliana, à página 318, que está citando, referindo-se a A.B.Ellis, 'The Yoruba speaking peoples of the slave coast of West Africa, páginas 43 e seguintes. Não é mito brasileiro. Julgamos pois que este trabalho se afasta do preconizado pelo artigo segunda das normas do Concurso Mário de Andrade. Assim sendo a comissão opinou pela não classificação dos trabalhos, portanto, não haverá distribuição dos prêmios.³⁶¹

Como já discutimos neste capítulo, a interferência da comissão municipal de folclore junto às normas do *Concurso Mário de Andrade de Monografias* não foi duradoura haja vista a vida efêmera daquela. Assim, paulatinamente, a indicação das bancas retornou ao costume anterior. Mesmo se configurando numa atribuição do Secretário de Educação e Cultura, não raras vezes o responsável pela pasta solicitou à Discoteca a indicação de intelectuais em condições de avaliar as monografias. Consequentemente, mesmo sendo contrabalançadas entre cientistas sociais e folcloristas, o concurso viveu um período de escassez de premiações. Isto posto, em 1961, a comissão do 16º Concurso formada por Ruy Galvão Andrade Coelho, Fernando Henrique Cardoso e Nice Lecoq Müller achou por bem não conferir nenhum prêmio:

Aos vinte dias do mês de dezembro de 1961 reuniu-se a Comissão Julgadora do 16º 'Concurso Mário de Andrade', estando presente os professores Ruy Galvão de Andrade Coelho e Fernando Henrique Cardoso, tendo a d. Nice Lecoq Müller enviado seu parecer por escrito. Tendo lido e analisado as quatro monografias que concorreram ao prêmio, intituladas respectivamente, 'O boi das aspas ouro', de autoria de Leoni (pseudônimo), 'O ferrão de quero-quero na conquista amorosa', escrito por Jaguar (pseudônimo), 'Nau-Catarineta', de Pay-Piá (pseudônimo), e 'Folclore da Banda de Música' de autoria de Joaquim da Alegria (pseudônimo), os membros da comissão julgadora deliberaram o seguinte:

1º) Nenhum dos trabalhos apresentados possui o conjunto de requisitos necessários para a obtenção das láureas correspondentes ao 1º, 2º e 3º prêmios. Quanto à apreciação individual dos trabalhos apresentados, do mesmo modo que em relação à conclusão geral, a Comissão Julgadora subscreve o Parecer de Nice Lecoq Müller anexo a esta ata.³⁶²

De modo semelhante, no 17º Concurso ocorrido em 1962, restou à banca constituída por Alfredo João Rabaçal, Raul de Moraes e Armando Ferrari recomendar que a divulgação do concurso fosse ampliada para centros universitários de modo a estimular a elaboração de

³⁶¹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 12º Concurso. DT.0012.18. (Grifo nosso).

³⁶² SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 16º Concurso. DT.0016.10

monografias mais bem fundamentadas:

Tendo em vista os pareceres citados, e a unanimidade de opiniões, a Comissão Julgadora resolveu não conferir nenhum dos prêmios que constam no edital do Concurso.

Devido ao reduzido número de trabalhos apresentados e a deficiências dos mesmos, traduzidas no não conferimento dos prêmios, a Comissão Julgadora acredita ser esta situação resultante de uma possível insuficiência na divulgação do edital do Concurso. Deste modo o aspecto fundamental – incentivo às pesquisas de folclore – do concurso não vem sendo atingido, motivo pelo qual, a Comissão Julgadora, toma a liberdade de sugerir aos poderes competentes, que as verbas destinadas aos prêmios do XVII Concurso, digo, deste XVII Concurso, sejam aplicadas na divulgação – inclusive forma de, digo, em forma de cartazes – do próximo Concurso Mário de Andrade, propaganda esta a ser feita nos centros de interesse, tais como Sociedades Culturais, Bibliotecas e Universidades de todo o País [...]³⁶³

A citação anterior não deixa dúvida que a desclassificação dos trabalhos apresentados ao certame estivesse relacionada apenas às orientações metodológicas esperadas pelas bancas. Antes disso, a banca deste ano aventou que o motivo da ausência de estudos merecedores de premiações estivesse relacionado à precariedade dos meios de divulgação que não vinham alcançando instituições idôneas, tais como universidades, sociedades culturais e bibliotecas. No entanto, a situação não se alterou no 18º Concurso, cuja banca, que contou com a colaboração de Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Rossini Tavares de Lima e Hiroshi Saito, achou por bem conferir apenas o 3º prêmio e a 3ª menção honrosa, deixando de classificar os trabalhos *Contribuição ao estudo do folclore São Clarense* e *Acalantos e cantigas de um folclore tenebroso* porque o primeiro apresentou antes um estudo de arqueologia do que de folclore e o segundo tratou o tema *folclore e educação* de maneira deficiente.³⁶⁴

Ora, o fato de bancas formadas por membros das comissões folclóricas não conferirem os prêmios não deixa de ser um aspecto importante para dissiparmos a ideia de que os

³⁶³ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 17º Concurso. DT.0017.20

³⁶⁴ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 18º Concurso. DT.0018.12.

“Preliminarmente, as duas primeiras não se conformam com o item 1º do Regimento do Concurso, que exige o trabalho sobre aspecto do folclore nacional.

O mesmo diremos relativamente à segunda. Novamente trata-se de assunto que foge ao folclore, que entra apenas como motivação, para um estudo, também de valor, sobre psicologia educacional. (...) Visa o autor mostrar que é prejudicial à formação da criança cantigas e estórias apavorantes, de monstros e papões. No caso, o folclore apenas, é um dos exemplos, e utilizado apenas pelo Autor para mostrar o erro de incutir na alma infantil, o medo e o terror. Um trabalho sobre Folclore e Educação verificamos que o folclore possui consideráveis valores educativos e didáticos, mas nem sempre pode servir a êsse destino, exigindo seu emprego a seleção de material, no que aliás, estão de acordo todos os folcloristas que tem versado o assunto. [...]”

folcloristas estivessem imbuídos de princípios metodológicos improvisados. Muito pelo contrário, discutiremos no capítulo posterior, eles desenvolveram teorias específicas a respeito da cultura popular e buscaram difundi-las por meio de suas revistas, semanas folclóricas e congressos com o fito de habilitar os intelectuais vinculados às comissões folclóricas. Do mesmo modo, em 1964, novamente uma banca que contou com a participação de dois folcloristas vinculados à Comissão Paulista de Folclore deixou de conferir os prêmios por considerar os trabalhos deficientes:

Aos 24 de novembro de 1964, reuniu-se na Discoteca Pública Municipal de São Paulo, a comissão designada por ato do sr. Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, integrada pelos senhores dr. Paulo Zingg, prof. Rossini Tavares de Lima, Pe. dr. José Geraldo de Souza, com a finalidade de julgar os seguintes trabalhos inscritos aos '19º CONCURSO MÁRIO DE ANDRADE', de monografias sobre o folclore nacional:

[...]

Discutidos os pareceres, a Comissão deliberou, por unanimidade, de acordo com o art. 8º, letra 'a', do Edital, anular o Concurso, por considerar os trabalhos não merecedores dos prêmios.³⁶⁵

Por fim, tanto no 21º quanto no 22º concursos, ocorridos em 1966 e 1967, não houve autores contemplados nem com prêmios nem com menções honrosas, revelando, pois, o ocaso teórico e metodológico nestes anos. Por outra via, no começo da década de 1970 as pesquisas ganharam um novo impulso, em grande medida com a criação de uma escola de folclore nas dependências do Museu de Folclore, sediado no Parque do Ibirapuera e, por conseguinte, as pesquisas pareceram retomar o grau de desenvolvimento esperado pelas bancas. De uma maneira geral, pode-se dizer que as desclassificações das monografias nem sempre foram determinadas pelas posições metodológicas do júri, ora mais inclinado para o desenvolvimento sociológico das pesquisas ora mais propenso para metodologias emanadas do *Movimento Folclórico*. De todo modo, a apreciação dos motivos que levaram à não classificação dos trabalhos nos permitiu verificar o que efetivamente se esperava de pesquisas sobre cultura popular durante os anos 50 e 70 do século XX: o desenvolvimento de pesquisas científicas, com maior ou menor grau de desenvolvimento sociológico, em substituição aos estudos de caráter “ensaístico” de feições literárias.

Entretanto, a avaliação dos motivos que levaram à não premiação da maior parte das monografias revela outra face dos estudos folclóricos. Se por um lado é tácito reconhecer que

³⁶⁵ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo monografias folclóricas. Ata 19º Concurso. DT.0019.22

os traços “positivistas” marcaram boa parte dos postulados epistemológicos referentes aos estudos de cultura popular desde a sua gênese,³⁶⁶ o caráter emotivo e até mesmo literário que, grosso modo, qualificou o modelo de trabalho não desejado pelo certame, por outra via, revelou que a premissa “evolucionista” não foi uma unanimidade entre os folcloristas. Ora, considerando que a maior parte dos estudos não premiados se constituíram de memórias pessoais, não raras vezes retratadas por meio de um equilíbrio entre literatura e folclore, evidencia-se a inexistência, mesmo que provisória, da dicotomia entre o cientista, entendido como o portador da razão, e o “outro”, portador dos resquícios “pré-lógicos” na sociedade moderna. Em outras palavras, uma vez que a cultura retratada nesses casos era a cultura na qual o próprio autor cresceu e se formou, não seria, portanto, imprescindível converter-se em cientista para falar de si mesmo.

3.5 A Discoteca e a Revista do Arquivo Municipal: as publicações.

Se partirmos da constatação que o fito de Oneyda Alvarenga foi criar uma bibliografia sobre o folclore brasileiro por meio do *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, consequentemente, concluímos que a publicação dos trabalhos premiados se constituiu em pedra angular da política implementada pela Discoteca Pública Municipal. Nesse sentido, naturalmente desde o início do certame a Revista do Arquivo Municipal (RAM) se impôs como o veículo ideal para a divulgação destes trabalhos uma vez que o referido periódico tinha alcance privilegiado dentro e fora do território brasileiro.

Concebida antes da gestão dos modernistas idealizadores do DC, o objetivo inicial da RAM foi publicar os documentos históricos do município de São Paulo. Durante a gestão de Fábio Padro, a RAM teve o seu escopo ampliado, transformando-se, talvez, no principal periódico científico brasileiro na medida em que a Revista do Brasil deixou de ser editada em 1927.³⁶⁷ Ao contar com publicações de inúmeras áreas do saber, desde os campos da

³⁶⁶ FERNANDES, Florestan. A burguesia, o “progresso” e o folclore. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p.49-53.

³⁶⁷ OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Colonizadores do futuro: Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 1995. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. p. 96.

Segundo Rita de Cássia Oliveira, a proposta inicial da RAM era publicar o acervo documental do Arquivo Municipal. Quando Fábio Prado ascendeu à administração municipal, em Setembro de 1934, 4 volumes da Revista já haviam sido publicados graças aos esforços de Alfredo Luzzi Galliano e Nuto Sant'Anna, o quais atuavam na Diretoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura, a quem a revista estava originalmente subordinada. Com o advento do Departamento de Cultura a RAM passou a se subordinar à Seção de Documentação Histórica e Social, chefiada por Sérgio Milliet, e teve seu leque de assuntos ampliados,

etnologia, etnografia, história, sociologia, folclore etc., rapidamente a RAM se tornou uma revista referencial no território brasileiro, transformando-se, pois, no órgão divulgador das ideias do Departamento de Cultura:

Muito mais do que um veículo de divulgação das atividades do Departamento, a Revista do Arquivo Municipal acabou se tornando um dos maiores espaços para reflexões e estudos característicos do ambiente cultural paulista e brasileiro dos anos 30. A Revista do Brasil, a grande revista de repercussão nacional extinta em 1927 deixou o caminho aberto sem concorrência para que a Revista do Arquivo ganhasse espaço como veículo de estudos da cultura brasileira. [...]

[...]

Além de circular pelo Brasil inteiro, a Revista 'era distribuída, naturalmente, pelas universidades americanas, universidades europeias, para Centros de Cultura'. Era comercializada pelo próprio Departamento através de pedidos à Divisão de Documentação Histórica e Social, vendida em algumas livrarias da capital e ainda contava em 1936, com 1.000 assinantes, para uma tiragem de 2.000 exemplares.”³⁶⁸

Contando com uma ampla rede de leitores e colaboradores, tais como os professores da Universidade de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política, a RAM se notabilizou como um dos serviços mais eficazes do DC a ponto de gerar renda capaz de subsidiar parte de seus custos, não só por meio das assinaturas, que chegou à cifra de 1.000 registros, como destacamos na citação acima, mas também por meio de seus anúncios de publicidade.³⁶⁹

Entretanto, se a RAM alcançou notoriedade nos anos 1930, nas duas décadas seguintes se iniciou um lento processo de decadência da revista. A meio caminho entre o processo de especialização das ciências humanas e a produção intelectual diversificada de autores polígrafos, dicotomia tão bem encarnada por ela, a RAM perdeu paulatinamente seu espaço dentro do debate intelectual nacional:

transformando-se, pois, em uma revista de natureza científica e institucional.

³⁶⁸ OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Colonizadores do futuro: Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 1995. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995, pp. 96-7

³⁶⁹ Ibid., pp. 98-9

Rita de Cássia Oliveira deu mais detalhes da vitalidade financeira da revista: “Tanto o prefeito Fábio Prado, quanto Paulo Duarte e Rubens Borba de Moraes orgulham-se do fato da Revista gerar receita. O prefeito esclarece que inicialmente a Revista contava com uma verba de 12 contos de réis para uma tiragem de duas ou três centenas de exemplares; com onze volumes editados (abril de 1935), contava com um receita de 14 contos e despesa seis contos; só a publicidade rendia 1:500\$000 por volume. A publicidade na Revista era estimulada através de anúncios do próprio Departamento oferecendo espaços na Revista. Todos os volumes, a partir de fevereiro de 1935, passam a trazer o 'Expediente', vendendo assinaturas, números atrasados e espaços para anunciantes (uma página 1/2 página ou 1/ 4 de página, com os respectivos preços). [...] outros números da Revista terão anunciantes de peso como o Banco do Estado de São Paulo, Mappin Stores, Cia City (loteamentos do Pacaembu), Cigarros Continental, 'a nova marca da Souza Cruz', Caixa Econômica Federal, Chevrolet, [...]”

Com o aparecimento de algumas outras revistas, científicas ou de cultura, os intelectuais que anteriormente publicavam na RAM passaram a ter outros espaços de sociabilidade. A década de 1950 assistiu ao surgimento de vários outros periódicos, cada qual especializado em um tipo de debate, como a *Revista Brasileira*, a *Revista de Antropologia*, a *Anhembi*, abordando estudos econômicos, antropológicos e culturais. [...] ³⁷⁰

Apesar de a revista ainda ser um periódico importante durante os anos 1950, no qual intelectuais de renome continuavam a publicar artigos, a concorrência de periódicos especializados não deixa de ser sintomática para refletirmos sobre a encruzilhada na qual a RAM se encontrava. Tal fato não deixou de se refletir negativamente nas publicações dos trabalhos premiados pelo *Concurso Mário de Andrade de Monografias*. Com exceção do primeiro certame, no qual a publicação se fez no ano subsequente, nos demais concursos os atrasos em relação às publicações se tornaram regra, não raras vezes acontecendo com cerca de 5 anos de inassiduidade. Assim, Oneyda Alvarenga se viu obrigada a encontrar uma solução, conjuntamente com o responsável pela Revista, Paulo Fradique Sant'Anna, e Francisco Pati, então diretor do DC:

Cult. 1.

Por entendimento havidos entre o dr. Francisco Pati, ilustre Diretor do Departamento de Cultura, o sr. Paulo Fradique Sant'ana, digno chefe de cult. 4. e esta chefia, ficou decidido que dadas as dificuldades financeiras que vêm progressivamente entrando a publicação dos trabalhos premiados nos 'Concursos Mário de Andrade', as unidades interessadas no caso não podem continuar assumindo todas as obrigações contidas na cláusula 13ª do regulamento do concurso.

Considerando que:

1º Sendo finalidade desse Concurso não só premiar esforços, mas concorrer para a formação de uma bibliografia científica sobre o folclore nacional;

2º - Sendo difícil a qualquer autor, mormente aos de ensaios, conseguir editor para obras que, pela sua natureza, quase sempre implicam gastos relativamente grandes (dada a larga quantidade de gráficos, mapas, desenhos, melodias, fotografias, que são uma exigência do próprio método do Folclore) e trazem lucros pequenos;

3º - Em decorrência da circunstância anterior, não publicar os trabalhos seria praticamente anular a importância cultural dos Concursos, esta chefia concluiu que, das obrigações que a Prefeitura assume através desse Concurso, considera impossível eliminar-se a publicação das monografias premiadas. O máximo que se poderia fazer, sem grave dano cultural, seria diminuir, de agora em diante, o número dos trabalhos publicáveis e cortar as separatas. Assim, a partir deste 14º Concurso, e enquanto perdurar as dificuldades com que luta o Departamento de Cultura, a redação da cláusula

³⁷⁰ CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória -1934-1950)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2008. FFCLH-USP, 2008, p. 2.

13ª passaria a ser a seguinte, se com ela concordar quem de direito:
 '13ª) O Departamento de Cultura fará publicar, na Revista do Arquivo Municipal, as monografias a que forem conferidos o 1º, 2º e 3º prêmios'.
 [...] ³⁷¹

O despacho de Oneyda Alvarenga nos permite avaliar duas questões importantes. Primeiramente, comprovamos que realmente a RAM não contava mais com a mesma vitalidade verificável no anos 1930. Não só as publicações dos trabalhos premiados vinham ocorrendo com substancial atraso como se chegou a cogitar a extinção das publicações dos trabalhos premiados pelo *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, cuja hipótese, nas palavras de Oneyda Alvarenga, anularia substantivamente a importância cultural dos concursos. Deste modo, resolveu-se que no 14º Concurso apenas fossem publicados os estudos contemplados com o 1º, 2º e 3º prêmios, excluindo-se, pois, as menções honrosas. Entretanto, a alteração da 13ª Cláusula resolveria o problema apenas parcialmente, uma vez que, desde 1951 os estudos premiados ainda se achavam sem as respectivas publicações em virtude da ausência de recursos:

[...]
 Nessa reunião tratou-se ainda dos problemas ligados à divulgação dos trabalhos que, desde o 6º Concurso (1951) vêm aguardando que a Revista do Arquivo esteja financeiramente capacitada para publicá-los. Esta chefia lembrou então que os prêmios são constituídos conjuntamente por uma importância em dinheiro e pela publicação dos trabalhos; que a instituição dos Concursos, feita através [de] um edital que o Diário Oficial publica, constituiu uma espécie de contrato bi-lateral, pelo qual, enquanto os concorrentes se obrigam a determinadas coisas, a Prefeitura se obriga a outras. Ora, se os concorrentes premiados evidentemente cumpriram tôdas as cláusulas do contrato que lhes competia cumprir, a Prefeitura vem conferindo apenas uma parte dos prêmios que prometeu – o prêmio em dinheiro, protelando por tempo extremamente largo, nocivo aos interesses intelectuais e materiais dos autores, a outra parte do galardão que se obrigou a conferir: a edição das obras premiadas. Que com isso a municipalidade causa prejuízo aos autores, é fácil constatar. Prejuízo intelectual, porque o atraso na divulgação das monografias fará com que, ao chegarem a ser divulgadas, haja enormes probabilidades de que elas já tenham sido há muito superadas por ulteriores pesquisas dos seus próprios autores ou de outrem. Prejuízo material porque, mesmo existindo a dificuldade para obtenção de editores, não é um contrassenso lembrar que em princípio não é impossível que alguém se interesse por editar tais trabalhos. Como a 1ª edição das obras premiadas cabe ao Departamento de Cultura, ficam pois os autores impedidos de tomar iniciativas para remediar êsses prejuízos de dupla natureza que a Prefeitura lhes causa, e que por isso poderiam até ser motivo de ação judicial, se a tanto quisessem chegar as pessoas atingidas por êles. Assim julgando, esta chefia foi de opinião que ao Departamento de Cultura não seria possível deixar de editar todos os trabalhos que, do 6º ao 13º Concursos e por força dos editais que os instituíram, devem ser publicados

³⁷¹ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo 0.053.304/59 fls.5 et seq.

na Revista do Arquivo, seja por terem recebido prêmios, menções honrosas ou por terem sido indicados para publicação: bem como não lhe seria possível deixar de fazer as separatas dos que a elas têm direito: do 6º até o 8º Concurso, dos prêmios e das menções honrosas: do 9º ao 13º, só dos prêmios.

A esta chefia, o único meio que ocorre para remediar os meios das dificuldades financeiras, sem causar maiores danos aos interesses dos autores e à situação moral do Departamento de Cultura, é o estabelecimento de uma ordem de prioridade para a publicação dos trabalhos, como segue:

1º - Todos os trabalhos que, do 6º ao 13º Concurso e na ordem deles, obtiveram do 1º ao 3º prêmio.

2º - Todos os trabalhos que, do 6º ao 13º Concurso e na ordem deles, receberam menções honrosas. (A partir do 8º Concurso, sem separatas das menções honrosas)

3º - Todos os trabalhos que, no 6º e 7º Concursos e na ordem deles, foram indicados para publicação. (tais indicações foram suspensas a partir do 8º Concurso.)

Restaria, ainda, calcular o tempo necessário para pôr em dia a publicação de tais trabalhos e o montante das despesas, bem como o exame das possibilidades de se conseguirem meios para cobri-las. Entretanto, como tais medidas parecem-nos atribuição direta de Cult.4, sugerimos seja o assunto submetido também ao exame do sr. Paulo Fradique Sant'Ana, mas salvo melhor juízo, após a apreciação do edital deste ano, para que não se interrompa a marcha do 14º Concurso.

10-3-59

Oneyda Alvarenga – Chefe de Cult. 102³⁷²

Entre os trabalhos que aguardavam a publicação se encontrava o estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que analisaremos no próximo capítulo. Contemplado com o 3º prêmio em 1956, o Departamento de Cultura perdeu a oportunidade de publicar ineditamente o estudo *A Dança de São Gonçalo num povoado Baiano*, tendo em vista que a autora resolveu publicá-lo independentemente. Se por um lado, os prejuízos ocasionados pela demora poderiam ainda ser remediados parcialmente, por outro, a desobrigação da Prefeitura de São Paulo (PMSP) em proceder com as publicações dos estudos premiados até aquela data, inclusive das separatas, seria uma séria irregularidade haja vista que os editais estabeleceram os termos de um acordo bilateral entre PMSP e os concorrentes. Assim, as falhas só poderiam ser mitigadas por meio do estabelecimento de prioridades que visassem colocar as publicações em dia.

Nesse sentido, sensível aos problemas financeiros da Revista, Oneyda Alvarenga reiterou ao diretor do DC a necessidade de se reduzir o número de monografias a serem publicadas, inclusive, sem as respectivas separatas:

³⁷² SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.053.304/59 fls.5 et seq.

A cult.1

Tomamos a liberdade de salientar que considerando realmente prejudicial a suspensão absoluta de qualquer publicação das monografias de ora em diante premiadas nos 'Concursos Mário de Andrade', esta chefia concordou entretanto em reduzir o vulto dessas publicações, limitando-as à divulgação dos trabalhos, sem separatas, através da Revista do Arquivo, como se vê a fls.5-verso. Assim sendo, pedimos a V.S. solicitar ao ilustre Sr. Diretor do Departamento de Cultura no esclareça qual a forma em que a cláusula 13ª deve ser incluída no edital dêste ano: se a antiga (fls.4), se a modificada (fls.5-verso).³⁷³

A demora em se efetivar os termos estabelecidos nos editais fez com que não apenas Maria Isaura P. De Queiroz procedesse com a publicação independente de seu trabalho. Assim, de maneira semelhante, Geraldo Brandão, premiado com a 3ª menção honrosa no 7º Concurso, resolveu publicar por meio próprio a sua monografia:

Sr. Chefe de Cult. 4,

Conforme relação anexada, encaminhamos a V.S., para publicação na 'Revista do Arquivo' os trabalhos que receberam prêmios e menções honrosas no 8º, 10º e 11º 'Concurso Mário de Andrade', de monografias sobre o folclore nacional, realizados respectivamente em 1953, 1955 e 1956. Aproveitamos a oportunidade para esclarecer a V.S. o seguinte:

1º) Da publicação dos trabalhos relativos ao 7º Concurso enviados a essa Divisão em 3-3-53 (pelo ofício 82), esta chefia julga que pode ser excluído o que recebeu 3º Menção Honrosa (Geraldo Brandão- 'Notas sobre o culto de S. Gonçalo do Amarante'), por já ter sido publicado pelo seu Autor, sem prévia autorização do Departamento de Cultura, com o seguinte título: Geraldo Brandão – 'Notas sobre a dança de São Gonçalo do Amarante'; de igual teor, e pelas as mesmas razões, seriam passíveis mais dois trabalhos, um do 8º e outro do 11º Concurso, assinaladas na relação anexada.

2º) Até o 8º Concurso, inclusive, o Edital dos Concursos obrigava à feitura de separatas também dos trabalhos dos trabalhos contemplados com Menções Honrosas. Do 9º em diante, as separatas serão apenas dos trabalhos premiados.

3º Não são agora encaminhadas a 'Revista do Arquivo': a) As monografias que, do 8º ao 11º Concurso, foram apenas indicadas para publicação, pois que, conforme decisões ontem tomadas por nós ambos e o Sr. Diretor do Departamento de Cultura, tais trabalhos deverão ainda ser objeto de decisão superior definitiva. b) as do 12º Concurso, pois que nêle não foram conferidos prêmios nem menções honrosas e houve apenas uma indicação para publicação. c) O único trabalho premiado no 13º Concurso (1958). Esse trabalho foi remetido à Discoteca por etapas e, a pedido do Autor, esta chefia precisará ajustar a paginação dos originais, antes de encaminha-los a V.S..

Aproveitamos o ensejo para apresentar à V.S. nossas

³⁷³ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.053.304/59 fls.8 et seq.

Cordiais Saudações

Oneyda Alvarenga – Chefe de cult. 102 ³⁷⁴

Como pudemos verificar na citação acima, a solução do problema das separatas se arrastou por todo o ano de 1959. O motivo de tal contratempo se deveu à inexistência de recursos que pudessem efetivar a feitura do trabalho. Assim, a renitência de Francisco Pati em dar uma solução satisfatória ao impasse, restringindo-se tão somente em despachar o processo ora para a Discoteca ora para a RAM, por muito pouco, um problema de ordem econômica não se transformou em um impasse pessoal entre Oneyda Alvarenga e Paulo Fradique Sant'Anna, tendo-se em vista que a dotação da Revista não permitiria solucionar o infortúnio das separatas:

Cult – Sr. Diretor

De acordo com entendimento verbal, remeto a V.S o presente processo, a fim de ser estudado o assunto de verba para recorrer ao pagamento das separatas dos trabalhos premiados no Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional premiados pela Discoteca Pública Municipal, da Divisão de Expansão Cultural.

Como já informei a V.S esta unidade não dispõe de verba para pagar essas despesas.

Outrossim, solicito solução rápida para o caso, pois está para sair três números da Revista e as composições não podem ficar muito tempo à espera dos meios para a execução dos trabalhos.

17/3/59

Paulo Fradique Sant'Anna. ³⁷⁵

Uma vez que a chefia de contabilidade do DC não concordou em contemplar a publicação das respectivas separatas por outros meios que não fosse a dotação já prevista para prover as publicações da Revista do Arquivo Municipal, Paulo Fradique Sant'Anna, ao tomar conhecimento do fato, resolveu restituir o processo ao diretor do DC expressando seu descontentamento em ter que responder “*pelos serviços*” da Discoteca:

Cult – Sr. Diretor

Em reunião havida com V.S e a Sra. Chefe de Cult. 102, tivemos a oportunidade de esclarecer suficientemente o assunto.

As verbas desta unidade são para recorrer serviços desta unidade. Aliás, se não dispuséssemos de tão pequena dotação, não teríamos dúvidas em pagar

³⁷⁴ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo n° 0.043.949/59. fls.1-2.

³⁷⁵ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo n° 0.043.949/59. fls.5.

os serviços da Discoteca, mas tal não acontece.

Esta chefia não está de acordo com a parte final da informação retro, pois sempre há possibilidades de se atender às necessidades do serviço quando há vontade e interesse de solucionar-se o assunto. O que não é possível é Cult.4 arcar com as despesas e serviços de outras unidades, com prejuízo de seus próprios serviços.

31/3/59

Paulo Fradique Sant'Anna ³⁷⁶

Oneyda Alvarenga, uma intelectual de personalidade forte, respondeu acidamente aos apontamentos de Paulo Fradique Sant'Anna. Ao justificar que a DPM também dispunha de uma verba demasiadamente enxuta para custear a confecção das separatas, a musicóloga mineira escreveu um longo despacho, remetendo-se, inclusive, ao papel de porta-voz das ideias do Departamento de Cultura que a RAM paradigmaticamente representou durante a gestão de Mário de Andrade:

A Cult.1,

[...]

Em informação ao ofício nº 36/59, cuja cópia anexamos, esta chefia teve ocasião de fazer um relatório dos problemas relativos à publicação dos trabalhos premiados nos concursos. Ao que aí foi dito e em face da cota retro do Sr. Chefe de Cult.4, só nos cabe agregar o seguinte:

1º) Das verbas de Cult.1, a única que se refere especificamente a serviços desta secção é o item 203 da verba 611.8394 'Bibliotecas e discotecas'. Tal como acontece a Cult.4 e esta chefia teve ocasião de expor ao Sr. Paulo Fradique Sat'Anna na referida reunião, a importância dessa dotação (Cr\$ 320.000,00 líquidos) é curtíssima para atender a serviços por sua natureza caríssimos (compra de livros, músicas e discos). Assim não será possível a esta Discoteca destinar a outros fins êsses recursos que representam o mínimo indispensável à manutenção de atividades que beneficiam diretamente um largo público.

2º) Incluindo nas cláusulas dos regulamentos dos Concursos a publicação dos trabalhos pela 'Revista do Arquivo', esta chefia jamais teve a intenção de criar para Cult.4 embaraços econômicos ou de outra qualquer natureza, nem de obrigá-la a 'pagar os serviços da Discoteca'.

Considerando que: a 'Revista do Arquivo' sempre concedeu largo lugar à colaboração de natureza etnográfica e folclórica, chegando mesmo não só a publicar livros inteiros sobre o assunto, como a se declarar 'órgão da Sociedade de Etnografia e Folclore e da Sociedade de Sociologia'; nela sempre vimos o periódico oficial do Departamento de Cultura (pois que assim era declarada até há poucos anos e sempre foi posta sob a direta responsabilidade intelectual de seu Diretor),

é que desde o 1º Concurso, realizado em 1946, propusemos que os trabalhos premiados fôssem publicados na 'Revista do Arquivo', medida então aprovada por quem de direito, e que aprovada continuou sendo em todos os anos subsequentes, sem que nenhum protesto tenha partido, ao que nos conste, da anterior chefia de Cult.4.

Acentuamos novamente; não é nosso intuito criar embaraços a Cult.4, nem negar suas dificuldades financeiras que afinal são de todas as unidades do

³⁷⁶ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.043.949/59. fls.6

Departamento de Cultura. Ora, se a 'Revista do Arquivo' não pode publicar os trabalhos dos concursos já realizados nem poderá publicar os dos concursos a serem instituídos, as únicas soluções possíveis nos parecem estas:

1º) [...]

2º) Dêste ano em diante, assegurar à própria Discoteca ou à Diretoria do Departamento de Cultura os recursos necessários à criação de série editorial destinada aos trabalhos premiados nos seus Concursos, ou assegurar a Cult.4 um aumento de verba que possibilite a publicação desses trabalhos. Do contrário, e conforme já tivemos ocasião de expor na referida informação cuja cópia anexamos, os Concursos de Monografias sobre o folclore nacional praticamente perderão sua razão de ser.

8/4/1959

Oneyda Alvarenga – Chefe de
Cult. 102.³⁷⁷

A resposta de Oneyda Alvarenga ocasionada pela justificativa “infeliz” de Paulo Fradique Sant'Anna não poderia ser diferente. Evocando a natureza interdisciplinar da Revista, que sempre deu espaço para os estudos folclóricos e etnográficos, chegando mesmo a se declarar órgão auxiliar da *Sociedade de Etnografia e Folclore*, a musicóloga mineira não deixou de frisar que a RAM foi por excelência o periódico divulgador das ideias do Departamento de Cultura. Nesse sentido, nas palavras de Oneyda Alvarenga, fazer cumprir os termos previstos nos editais dos certames, referentes às publicações, em hipótese alguma representaria a transferência dos serviços da Discoteca para a RAM. Obviamente o objetivo de Sant'Anna e Oneyda não foi outro senão dar uma solução definitiva ao caso, o qual, entretanto, transbordava às responsabilidades tanto da Discoteca quanto da Revista do Arquivo. Assim, o diretor da RAM não tardou em reparar a desavença entre ele e a diretora da DPM:

Cult. - Sr. Diretor

Esta chefia, antes de examinar questão do orçamento das despesas para o pagamento “das publicações” dos Concursos promovidos pela Discoteca, deseja esclarecer o seguinte:

- 1) Ao assumir a Chefia de Cult.4 me propuz a executar um programa de trabalhos que incluía, entre outras cousas, colocar as publicações do Departamento de Cultura, grandemente atrasadas por falta de verba, em dia.
- 2) Tendo em vista que essas publicações se achavam na Gráfica há muito tempo, depois de consultar o Sr. Gerente de Cult.41, que orçou as despesas de dois números de revistas do Arquivo, dos volumes de 1955, 1956 e 1957 das Leis e Decretos, de quatro separatas de trabalhos premiados – dois da Discoteca além do Guia da Casa do Bandeirante em cr\$.800,00,00 (oitocentos mil cruzeiros), procurei conseguir os meios necessários para a impressão dos referidos trabalhos.

³⁷⁷ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 0.043.949/59. fls.7-8.

[...]

Dada essa explicação, afim de que seja devidamente entendido o sacrifício que se faz para por em dia, um serviço de capital importância para o Município e para a Cultura paulistana e brasileira, esclareço:

- a) Esta chefia não é nem podia ser contra a publicação dos trabalhos premiados nos Concursos realizados pela Discoteca Pública Municipal;
- b) Deseja, apenas, conciliar os interesses de ambas as Unidades: de Cult.4 pondo em dia as publicações; de Cult.102, publicando todos os trabalhos, a fim de que, também, fiquem em dia essas publicações.

Para tanto, foi a primeira a procurar a Sra. Oneida Alvarenga para um entendimento, pois tanto Cult.4 como Cult.102, têm dificuldades comuns: falta de verba.

Do entendimento havido entre Dna. Oneida Alvarenga, V.S. e esta Chefia ficou assentado:

- 1) que Cult.102, procuraria alterar o regulamento do Concurso para o corrente ano, de modo que fosse menor o número de trabalhos premiados para serem publicados na Revista do Arquivo;
- 2) que Cult. 4 procuraria publicar o máximo possível, a fim de que o serviço ficasse em dia logo;
- 3) que, não obstante a boa vontade existente, Cult. 4 não poderia arcar com as despesas da publicação das separatas (vide informação de fls.5), pois a verba não comportava a despesa;

[...]

Pois bem, depois disso tudo, informa o Sr. Encarregado de S.E.003 que a despesa deveria correr por conta da verba de Cult.4, pois não haveria outra possibilidade, o que motivou a minha informação de fls.6, cuja interpretação não foi bem entendida por V.S. e pela Sra. Chefe de Cult.102.

Diante do exposto, reafirmo o que já foi combinado: Cult.4 publicará o máximo dos trabalhos de Cult.102, na Revista do Arquivo, e esta Unidade ou V.S. tratará de conseguir a verba necessária para ocorrer ao pagamento das Separatas. O caso é fácil e não há problema, desde que se deseje resolvê-lo.

[...]

12/5/59

Paulo Fradique Sant'Anna
Chefe de Cult.4³⁷⁸

Deste modo, Paulo Fradique Sant'Anna recomendou que as providências em vista de reparar minimamente o atraso das publicações, referentes ao intervalo entre 1951 e 1958, deveriam se orientar primeiramente pela publicação dos trabalhos premiados, deixando-se as menções honrosas para serem impressas em um segundo momento. Do mesmo modo, a publicação das separatas deveria ser resolvida mediante a disponibilidade de verba complementar, uma vez que nenhuma das unidades responsáveis, tanto a RAM quanto a Discoteca, dispunham de condições financeiras para custeá-las, fato que foi reconhecido pelo então Secretário de Educação e Cultura, Levy de Azevedo Sodré, após todo o infortúnio envolvendo as duas unidades.³⁷⁹

³⁷⁸ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 43.849/59. fls. 15-17

³⁷⁹ SÃO PAULO (Município). SEMPLA. Arquivo Geral de Processos. Processo nº 43.849/59. fls. 19-21

Ora, os dados apresentados até aqui são suficientes para comprovar a dificuldade que a Revista do Arquivo Municipal passava durante os idos da década de 1950. Segundo Silene Ferreira Claro, entre 1944 e 1950 a RAM entrou em uma fase de esvaziamento das suas publicações, cujo fato, em outras palavras, representou, talvez, o ocaso de um periódico de natureza híbrida, que não raras vezes se valeu das colaborações de autores oriundos dos Institutos Históricos Geográficos, Academias de Letras, Faculdades de Direito, enfim, de autores polígrafos ou não especializados, frente ao processo de especialização dos campos das ciências humanas que viu nas décadas de 40 e 50 do século XX o surgimento de periódicos individualizados, tais como *Revista Brasileira de História, Sociologia, Anhembi, Revista Brasiliense* e a *Revista de Antropologia*:

Socialmente, o Brasil durante a década de 40 e, destacadamente, a cidade de São Paulo, tornaram-se mais complexos, com novos setores sociais participando ou tentando participar das decisões políticas. Houve também a passagem da ditadura estadonovista a um contexto com mais democracia possível. As instituições de ensino e pesquisa, como a ELSP e USP estavam mais inseridas na sociedade; novos institutos foram criados, outros se fundiram ao longo do processo. O mercado editorial se ampliou com o surgimento de novos periódicos, cada vez mais especializados. [...] Uma nova fase de relações intelectuais estava se estabelecendo, na qual os pares procuravam dialogar entre si, desenvolvendo seus próprios espaços de trocas e suas regras. Assim, o espaço que a RAM oferecia se tornava insuficiente pelo ecletismo de seus colaboradores – a mesma característica que nos anos anteriores atraía um grande grupo de intelectuais.³⁸⁰

Percebemos por meio da citação acima o quadro intelectual semelhante, subjacente tanto à Revista do Arquivo Municipal quanto ao *Movimento Folclórico*. Uma vez que, a partir do final dos anos 1940, a tendência científica se direcionava cada vez mais rumo à especialização disciplinar, o perfil do intelectual ensaísta ou polígrafo, não raramente vinculado aos Institutos Históricos Geográficos ou Academias de Letras, colaboradores por excelência tanto da RAM quanto do *Movimento Folclórico*, via-se em um momento de transição. A partir desse contexto, o intelectual autorizado a falar sobre o social e o cultural deveria ter uma formação especializada em um dos campos das ciências humanas ou sociais. Assim, tal crise não deixou de se espelhar negativamente sobre o *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, impondo-lhe, pois, os termos do projeto iniciado pela Discoteca Pública Municipal em 1946. Se por um lado a vitalidade do certame só foi alcançada graças à adesão

³⁸⁰ CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória -1934-1950)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo, 2008. FFCLH-USP, 2008, pp.80-1.

de autores sem formação especializada, por outro, esse fato determinou os limites da empresa encabeçada por Oneyda Alvarenga.

Se os esforços de Oneyda Alvarenga em reparar o atraso das publicações anteriores ao ano de 1959 surtiram êxito, o descompasso, entretanto, entre as premiações e as publicações correspondentes se manteve. Se não bastasse a demora, após a aposentadoria de Oneyda Alvarenga as publicações se tornaram antes uma exceção que uma regra. Nesse sentido, vamos analisar rapidamente os intervalos entre as premiações e as publicações correspondentes.

Caso verifiquemos rapidamente a tabela completa das monografias premiadas e arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, confirmaremos que apenas no 1º Concurso (1946) a publicação ocorreu no intervalo esperado, ocorrendo, pois, no ano subsequente (1947). Nesse sentido, o atraso começou já no 2º certame haja vista que a publicação dos trabalhos ocorreu apenas 4 anos mais tarde (1951). Afim de evitarmos que a descrição textual fique demasiadamente cansativa compilaremos na tabela abaixo as informações relativas às publicações.

Tabela 9 – Intervalo em anos das publicações (menções honrosas e premiações)

Publicações - Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional					
Concurso	Ano do concurso	Ano da Publicação	Intervalo em anos (prêmios)	Intervalo em anos (menções honrosas)	Observações
1º	1946	1947	1	1	
2º	1947	1951	4	4	
3º	1948	1950	2		Não houve menções honrosas
4º	1949	1953	3	3	
5º	1950	1957	7		Não houve menções honrosas
6º	1951	1955 e 1959	4	8	8 anos para indicados para publicação
7º	1952	1959	7	Não Publicado	
8º	1953	1959	6		Não houve menções honrosas
10º	1955	1959 e 1969	4	14	
11º	1956	1959	3	3 e 13	13 anos para 2ª e 3ª menções honrosas
13º	1958	Não Publicado	Não Publicado	Não Publicado	

15°	1960	1968	8	9	1ª menção honrosa não publicada
18°	1963	1969	6	6	
23°	1968	Não publicado	Não publicado	Não publicado	
24°	1969	Não publicado	Não publicado	Não publicado	
25°	1970	1971	1	Não publicado	Apenas 1º prêmio publicado.
26°	1971	1973	2	Não publicado	Apenas 1º prêmio publicado.
27°	1972	1974	2	Não publicado	Apenas 1º prêmio publicado.
28°	1973	1974	1	Não publicado	Apenas 1º prêmio publicado.
29°	1974	1974	2	Não publicado	Apenas 1º prêmio publicado.
30°	1975	Não publicado	Não publicado	Não publicado	

Como pudemos perceber, até 1959, ou seja, até o 14º certame, as publicações quando ocorreram em um intervalo razoável, foram de, no mínimo, dois anos, cuja realidade, entretanto, foi uma exceção, tendo-se em vista que tal fato só se processou no 3º Concurso. Assim, os intervalos variaram entre quatro, sete e até treze anos após a realização dos certames, sem considerarmos que nesse intervalo o estudo de Théó Brandão, 1º prêmio em 1958, não foi publicado. Mesmo após 1959, ano no qual Oneyda Alvarenga se empenhou, conjuntamente com Paulo Fradique Sant'Anna, em colocar as publicações em dia, o intervalo continuou muito extenso: entre seis e oito anos; além da não publicação dos trabalhos premiados do 23º e 24º Concursos. Após a aposentadoria de Oneyda (1969), a grande maioria dos estudos premiados não foram publicados. Com exceção dos primeiros prêmios, os quais, por outro lado, realizaram-se dentro do intervalo de um ou dois anos, de um total de 36 trabalhos contemplados com prêmios ou menções honrosas entre 1969 e 1975, 30 monografias não foram publicadas nas páginas da Revista do Arquivo Municipal.³⁸¹

Deste modo, se por um lado a DPM pôde por meio do *Concurso Mário de Andrade* continuar contribuindo para com os estudos folclóricos, mesmo após a gestão de Mário de Andrade, e, conseqüentemente, ampliar o conhecimento da realidade cultural do país, especificamente da cultura popular brasileira, por outro, a constatação das dificuldades

³⁸¹ Ver ANEXO A: Relação das monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga

administrativas que envolveram a realização dos certames comprovou que o Departamento Cultura efetivamente se “burocratizou” após o período de administração do autor de *Macunaíma*. Se não fosse a persistência de “alguns funcionários”, como bem destacou Paulo Duarte, o engessamento do DC seguramente teria sido ainda maior. Nesse sentido, pode-se considerar que a meta da musicóloga mineira – a criação de uma bibliografia sobre o folclore brasileiro – foi alcançada apenas parcialmente uma vez que as publicações ocorreram com grande atraso, quando simplesmente não aconteceram; deve-se contrapor, entretanto, que as publicações deixaram de acontecer após a aposentadoria de Oneyda Alvarenga, cuja pertinácia, enquanto dirigiu a DPM, evitou sistematicamente que o DC deixasse de cumprir as obrigações estabelecidas que lhe competia.

Assim, resta-nos avaliar em quais termos se constituiu essa bibliografia. Como já referenciamos desde o capítulo passado, Oneyda Alvarenga não pôde manter o Concurso de Monografias dentro dos limites estritos do folclore musical; logo, o certame acabou por se transformar em um foro de debate sobre as várias possibilidades de estudo do folclore, como a própria Oneyda reconheceu no início dos anos 1960. Nestes termos, pois, avaliaremos rapidamente no próximo capítulo as especificidades dos estudos folclóricos em São Paulo vistos à luz do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*.

4º Capítulo } Os estudos folclóricos em São Paulo

No Departamento de Cultura, Mário de Andrade orientou as pesquisas folclóricas segundo as concepções que faziam do folclore uma especialidade científica. O inquérito devia servir de base à formação de coleções de textos literários e musicais, à confecção de mapas, relativos à distribuição espacial das ocorrências folclóricas investigadas, e às elaborações mais ambiciosas, de intentos classificatórios ou comparativos.

Florestan Fernandes.³⁸²

Este quarto e último capítulo buscará descrever a especificidade do *Movimento Folclórico* em São Paulo visto à luz do *Concurso Mário de Andrade*. Por outro lado, considerando que o respectivo certame alcançou grande parte dos estados brasileiros uma vez que o respectivo movimento estava organizado em subcomissões estaduais, seria possível, por conseguinte, comparar as variações locais dos estudos folclóricos durante os anos 50, 60 e 70 do século XX. Entretanto, o estágio das pesquisas acerca do *Movimento Folclórico Brasileiro* somado ao grande número de monografias a serem analisadas inviabilizou o desenvolvimento do trabalho nesta frente.³⁸³

Nesse sentido, o diálogo entre ciências sociais e folclore pode ser descrito, talvez, como uma das maiores distinções dos estudos folclóricos em São Paulo se comparado com o ocorrido em outros estados brasileiros. Luís Rodolfo Vilhena e Maria Viveiros de Castro Cavalcanti³⁸⁴ demonstraram a importância que a sociologia de Florestan Fernandes teve para a “marginalização” dos estudos folclóricos uma vez que o autor paulista, apesar de ter se dedicado ao estudo do folclore durante as décadas de 40 e 50 do século XX, passou a desacreditar na tese de que o folclore pudesse ser encarado com uma disciplina social autônoma. Sobre este caso, o artigo dedicado ao estágio dos estudos folclóricos em São Paulo,

³⁸² FERNANDES, Florestan. Os estudos folclóricos em São Paulo. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 85.

³⁸³ Como já pudemos debater no início deste trabalho, até o presente momento existem apenas duas teses dedicadas exclusivamente ao estudo das pesquisas folclóricas durante a segunda metade do século XX no Brasil: o trabalho de Luis Rodolfo Villhena, *Projeto e Missão: O Movimento Folclórico brasileiro (1947-1964)*, dedicado ao *Movimento Folclórico* e o trabalho de Letícia Borges Nedel, *Um Passado novo para uma história em crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1848-1965)*, que toma a especificidade dos estudos folclóricos no Rio Grande do Sul.

³⁸⁴ CALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luis Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**, v.3, nº 5, Rio de Janeiro: FGV-CPDOC 1990.

escrito entre 1956 e 1957, evidenciou paradigmaticamente a crítica do autor paulista:

As transformações por que passaram os estudos folclóricos em São Paulo são facilmente compreensíveis. A ideia de converter o folclore em ciência positiva autônoma trazia, consigo, limitações e dificuldades insuperáveis. Está fora de qualquer dúvida que o folclore pode ser objeto de investigação científica. Mas, conforme o aspecto que o considere cientificamente, a investigação deverá desenvolver-se no campo da história, da linguística, da psicologia, da etnologia ou da sociologia. O folclore, como ponto de vista especial, só se justifica como disciplina humanística, na qual se poderão aproveitar os resultados das investigações científicas sobre o folclore ou técnicas e métodos científicos de levantamento e ordenação de materiais folclóricos.³⁸⁵

Este artigo de Florestan Fernandes não foi bem acolhido por alguns folcloristas diretamente engajados na defesa do folclore com disciplina peculiar, como demonstraremos subsequentemente. Entretanto, se por um lado a sociologia praticada por Florestan Fernandes se distanciou paulatinamente dos estudos voltados à cultura popular, por outro, isso não significou que autores com formação em ciências sociais deixassem de abordá-la em seus trabalhos.

Deste modo, não podemos deixar de lembrar que Florestan Fernandes apresentou nesse artigo não só uma genealogia dos estudos de cultura popular em São Paulo, passando por Cornélio Pires, Amadeu Amaral e Mário de Andrade, mas destacou também as contribuições que as ciências sociais vinham dando aos estudos folclóricos; curiosamente grande parte dos autores destacados por ele figuraram no Concurso de Monografias sejam como concorrentes ou membros de banca, como nos casos de Gioconda Mussolini, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Oracy Nogueira, Alceu Maynard Araújo e outros.³⁸⁶ Além disso, Fernandes não se restringiu em apresentar apenas os trabalhos de cientistas sociais, destacando, pois, muitos autores “polígrafos” que, inclusive, foram premiados pelo certame instituído pela DPM: José Nascimento de Almeida Prado, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Rossini Tavares de Lima, Geraldo Brandão, João Chiarini e etc.³⁸⁷ Há de se reconhecer que o principal mérito do líder da *escola paulista de sociologia* foi justamente fazer um inventário exaustivo dos principais autores dedicados aos estudos folclóricos em São Paulo, independentemente das orientações ou filiações metodológicas. Ora, não seria justamente essa a principal marca distintiva dos estudos folclóricos em São

³⁸⁵ CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luis Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**, v.3, nº 5, 1990, p. 94

³⁸⁶ Ibid., p. 106-10.

³⁸⁷ Ibid., 90-4

Paulo haja vista que, apesar das polêmicas editoriais, desde a institucionalização da Comissão Paulista de Folclore Oneyda Alvarenga buscou conciliar os esforços de pesquisadores especializados e não especializados no âmbito dos estudos de cultura popular? Outrossim, a análise dos trabalhos premiados e não premiados pelo Concurso de Monografias, realizada por meio das atas das comissões julgadoras, provou que as opções metodológicas referentes aos estudos de cultura popular variaram de acordo com as inclinações teóricas dos intelectuais que compuseram as bancas.

Assim, antes de pretendermos analisar aprofundadamente algumas monografias para reconstituição desse quadro intelectual, que alcançou o seu auge entre as décadas de 50 e 60 do século XX, buscaremos esclarecer os elementos sociais e institucionais subjacentes à produção destes estudos, principalmente quando feitos por autores paulistas, ora mais próximos aos centros universitários, ora mais próximos ao *Movimento Folclórico*. Em outras palavras, nosso fito será discutir subsequentemente em que medida o debate intelectual em torno da temática dos estudos de cultura popular havido entre três instituições, a saber, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola de Sociologia e Política e o *Movimento Folclórico*, notadamente a Comissão Paulista de Folclore, pode ser verificados no *Concurso Mário Andrade de Monografias*. Outras abordagens seguramente seriam possíveis, entretanto, sem desconsiderar que este *concurso* foi uma iniciativa institucional do Departamento de Cultura, realizado sob os auspícios de Oneyda Alvarenga, abordaremos aqui as especificidades dos estudos folclóricos em São Paulo vistos à luz do respectivo certame.

4.1 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Sociologia da Cultura no Concurso Mário de Andrade: Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gioconda Mussolini

A década de 50 do século XX foi marcada em São Paulo por um intenso processo de industrialização, modernização e euforia que não deixaria de se plasmar sobre a produção cultural da cidade. Neste período, a fração mais moderna da burguesia industrial paulistana esteve diretamente vinculada à produção e criação de instituições culturais tais como o Museu de Arte Moderna (MAM-SP), fundado por Francisco Matarazzo Sobrinho; Museu de Arte de São Paulo (MASP), concebido por Assis Chateaubriand; Companhia Vera Cruz de Cinema, novamente por Cicillo Matarazo; e Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), engendrado por Franco Zampari.³⁸⁸ A implantação destas instituições culturais, como pudemos perceber,

³⁸⁸ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do Século XX.**

fizeram-se por meio da iniciativa particular e independentemente dos interesses estatais, contrabalançando, assim, a proeminência do antigo centro cultural irradiador do país sediado no Rio de Janeiro.

Maria Arminda de Arruda localiza esse otimismo modernista não só no campo cultural, onde as artes passaram por um intenso processo de experimentação, mas também no campo científico, com amplo destaque à sociologia. Nesse sentido, Florestan Fernandes, em seu texto escrito para o *Congresso Internacional de Americanistas*, ocorrido em virtude dos festejos do IV Centenário de São Paulo, cristalizou primorosamente o sentimento que animou toda uma geração ao colocar no presente e não no passado o *telos* a guiar a sociedade brasileira:

[...] A ênfase no Presente resulta na crença em um futuro promissor identificado, neste caso, com a realidade de uma sociedade de classes aberta e com um regime de participação democrática. A cidade burguesa que emergia nos fins do século XIX atingia, após meio século, genuíno estilo urbano de vida, ligado a um universo valorativo de ordem diversa, respaldado na ideia de progresso inelutável.' Como a história não se faz em dia, aí temos mais uma evidência de que o nosso presente é rico de forças que trabalham para um futuro melhor. Os que pensam no Brasil como 'país do futuro' têm em vista, naturalmente, cidades como São Paulo, na quais se está forjando, verdadeiramente, a sociedade brasileira da era científica e tecnológica'. [...] ³⁸⁹

Dessa crença no presente como guia seguro para a compreensão da sociedade brasileira, assenta-se indiretamente o “afastamento” de Florestan Fernandes dos estudos folclóricos então praticados no início de sua carreira universitária.³⁹⁰ Metodologicamente, Fernandes direcionará, pois, seu olhar justamente ao desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil e guiará toda uma geração de sociólogos por ele orientada para este caminho.³⁹¹ Deste modo, a sociologia seria a ciência por excelência a deslindar a realidade brasileira, ao superar o modelo ensaístico que marcou toda a produção espiritual brasileira até o surgimento de um novo padrão de intelectual que, seguramente, Florestan Fernandes se tornou o exemplo lapidar. Seria essa realmente a causa que teria levado Fernandes a se afastar de seu antigo objeto de estudo de mocidade, o folclore, e o motivo que o teria levado a dicotomizar com

Bauru: Edusc, 2001, p.42

³⁸⁹ Ibid., p.31

³⁹⁰ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; GARCIA, Sylvia Gemignani. **Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, 2003, pp.63-5.

³⁹¹ PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo dos anos 1950-1960**. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2008, p.178.

folcloristas tais como Edison Carneiro, não com o fito de menosprezar o estudo da cultura popular, mas com o objetivo de fazê-lo sob a regência das ciências sociais? Tomando como referência a obra de Luís Rodolfo Vilhena consideramos essa hipótese correta. Como já pontuamos em outra ocasião, a cientificidade de Florestan Fernandes se fez em antítese ao modelo ensaístico, permeado, de certo modo, pela premissa da identidade nacional assentada sobre a confluência dos grupos étnicos formadores do Brasil, uma vez que sua preocupação intelectual se orientou ao estudo da formação da sociedade de classes.³⁹²

Em sua principal obra dedicada ao estudo do folclore em São Paulo, Fernandes já trazia a premissa que de certa forma marcaria boa parte de sua trajetória de pesquisa: a mudança social. Assim, a conclusão do expoente da escola paulista de sociologia em relação ao folclore na cidade de São Paulo não seria das mais animadoras àqueles que desejassem estudá-lo:

[...] O folclore paulistano estaria influenciando, de maneira reconhecível, a reconstrução da herança social da cidade de São Paulo? Essa pergunta é um pouco ambiciosa, especialmente tendo-se em vista a precariedade dos dados com que lidamos e as limitações da análise sincrônica de assuntos dessa natureza. [...] A 'revolução urbana' está assumindo, entre nós, padrões comparáveis ao crescimento das cidade industrializadas da Europa e dos Estados Unidos. Em consequência, a 'urbanização' se faz à custas da desagregação da 'cultura popular' e em condições que favorecem muito pouco o influxo construtivo desta sobre a formação da 'civilização industrial e urbana'. [...] Onde os elementos folclóricos se preservaram com maior intensidade, isto não foi fruto de valorização sociais positivas, defendidas com ardor pelos agentes humanos, mas produto da inércia cultural. [...] ³⁹³

Se por um lado o debate havido em torno das páginas da Revista Brasiliense entre Fernandes e Carneiro contribuiu para consagrar-lhe a responsabilidade pela marginalização dos estudos folclóricos,³⁹⁴ por outro, o autor de *Trocinhas do Bom Retiro* concluiu seu estudo sobre o folclore em São Paulo bem ao sabor da sensibilidade da “paixão de um primeiro amor”:

Doutro lado, gostaríamos de contribuir para dissipar certo preconceito, que se vem firmando, contra São Paulo. Nossa cidade é comumente concebida com uma espécie de 'área exótica' do cosmo cultural brasileiro. Outros

³⁹² JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, n°65. São Paulo: Anpocs, 2007 p.34.

³⁹³ FERNANDES, Florestan. **Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 26

³⁹⁴ CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luis Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**, vol 3, n° 5, 1990.

folcloristas já patentearam, no passado, que o folclore da cidade de São Paulo poderia ser considerado tão rico quanto os folclores de outras regiões do Brasil, ligando-se às mesmas matrizes ibéricas e exprimindo as mesmas tendências de reelaboração interna que eles. De minha parte, parecia-me indispensável reiterar essa demonstração: esse folclore chegou até nossos dias, atravessando todas as correntes de renovação da vida social da cidade e poderá, pelo menos parcialmente e sofrendo transformações mais ou menos profundas, incorporar-se ao novo sistema sociocultural metropolitano.³⁹⁵

Entretanto, apesar do envolvimento de Florestan Fernandes com os estudos folclóricos no início de sua carreira universitária, o desenvolvimento destes estudos no interior da Universidade de São Paulo se deveu à presença de Roger Bastide, professor contratado pela FFCL no final da década de 30 do século XX. Intelectual de nacionalidade francesa, atuou diretamente na formação das primeiras gerações de sociólogos formados pela USP. Provavelmente em decorrência da guerra que assolava a maior parte da Europa, foi um dos professores que mais permaneceu no Brasil, cerca de 17 anos, retornando para França em 1954.³⁹⁶ Autor de origem protestante, minoria religiosa de um país majoritariamente católico, esta realidade o influenciou na maneira profunda com que compreendia as alteridades culturais no Brasil:

Passando a viver numa região tão diferente da de sua origem, a preocupação maior deste grande sociólogo foi compreender o Brasil através de múltiplas e diferentes abordagens: penetrando pela história (Imagens do Nordeste místico em branco e preto, 1945); perscrutando o imaginário (A poesia afro-brasileira, 1943); interrogando a psicologia e a psicanálise (A psicanálise do cafuné, 1941); analisando as relações interétnicas (Relações entre negros e brancos em São Paulo, 1955, em colaboração com Florestan Fernandes); utilizando a perspectiva do folclore (Sociologia do folclore brasileiro, 1959); abordando finalmente a religião, através de duas teses monumentais, defendidas na França, e que constituem uma espécie de súpula dos conhecimentos que adquiriu em terra estranha, através da pesquisa de campo e da reflexão teórica (O candomblé na Bahia: rito nagô, 1961; As religiões africanas no Brasil, 1971).³⁹⁷

As preocupações intelectuais de Bastide ao chegar ao Brasil encontrariam eco não apenas no seio universitário. Assim, integrou-se ao grupo de modernista que vinha debatendo a realidade cultural e artística brasileira: Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Oswald de

³⁹⁵ FERNANDES, Florestan. **Folclore e Mudança Social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 35-6.

³⁹⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Roger Bastide: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 8.
MASSI, Fernanda. Franceses e Norte Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, v.1, 1989. p. 417.

³⁹⁷ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. op. cit. p. 8.

Andrade, Flávio de Carvalho, Lasar Segall e Paulo Duarte.³⁹⁸ Interessa-nos aqui discutir rapidamente quais foram afinal as reais contribuições de Roger Bastide ao estudo do folclore no Brasil. Nesse sentido, como já destacamos por meio da citação de Maria Isaura P. De Queiroz, Bastide dedicou uma de suas muitas obras ao folclore, intitulada *Sociologia do Folclore Brasileiro*. Ao abrir o respectivo trabalho, o sociólogo francês descreveu brevemente o desenvolvimento científico do folclore até aquele momento:

[...]A palavra folclore é tomada, neste livro, não no sentido restrito que lhe dão em geral os norte-americanos – o da tradição oral –, mas no sentido mais amplo que lhe atribuem tanto os europeus como os sul-americanos, e que engloba os costumes e festas bem como as lendas e provérbios. O folclore é a cultura inteira do 'folk'.

Os folcloristas, que não se contentam com a pura descrição dos fatos, que pretendem também interpretá-los ou compreendê-los, começaram pelo método histórico. [...] No Brasil, o primeiro Congresso Nacional de Folclore reunido no Rio de Janeiro e do qual tive a honra de participar, como representante da Universidade e como um dos delegados da Comissão de São Paulo, decidiu, por sugestão de Renato Almeida seguido pela imensa maioria dos membros do Congresso, definir o folclore como um ramo da Antropologia, o que estuda a cultura popular em oposição à cultura erudita. Isso, bem entendido, não contraria o antigo ponto de vista histórico, mas esse ponto de vista histórico, se é legítimo, deve integrar-se num conjunto mais amplo.

O folclore não flutua no ar, só existe encarnado numa sociedade, e estudá-lo sem levar em conta essa sociedade é condenar-se a apreender-lhe apenas a superfície. [...]"³⁹⁹

Apesar de Bastide afirmar que a decisão se estabelecera em consenso e que a moção de enquadrar o folclore dentro do campo antropológico partiu de Renato Almeida, a mesma não representou o sentimento geral do *Movimento Folclórico*. Como já destacamos anteriormente, no I congresso Internacional ocorrido em São Paulo, em 1954, parte dos folcloristas brasileiros tentou, porém sem êxito, fundamentar o folclore como ciência autônoma no âmbito das ciências sociais.⁴⁰⁰ O postulado defendido por Bastide se depreende do próprio título de seu livro ao colocar o folclore dentro do escopo da sociologia. Por outro lado, isso não quer dizer que o autor de *Psicanálise do Cafuné* não partilhasse do mesmo pressuposto que acompanhou a maior parte dos estudos sobre a cultura popular no Brasil, qual seja, a ideia de que a cultura brasileira resultou do sincretismo cultural de negros, indígenas e europeus. Entretanto, do ponto de vista teórico, Bastide não partilhava da ideia de que o

³⁹⁸ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Roger Bastide: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 12.

³⁹⁹ BASTIDE, Roger. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Editora Anhembi, 1959.

⁴⁰⁰ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.138 et seq.

folclore brasileiro se justifica por si; alicerçado sobre a teoria de Varagnac, o folclore brasileiro seria oriundo da sobreposição de superestruturas africanas ou ameríndias que encontram nas bases estruturais do colonizador português condições de sobreviver:

Se portanto o folclore não sobrevive quando certas formas de sociabilidade desaparecem, tivemos razão em dizer que as estruturas sociais são fundamentais à sua compreensão. Mas no Brasil, novas complicações vão se produzir. O folclore brasileiro, com efeito, se deixarmos de lado as contribuições indígenas, é um folclore de exportação. Em parte vindo da África e em parte trazido de Portugal. [...] É preciso distinguir aqui o caso das tradições portuguesas das tradições africanas. Os portugueses [...] - tiveram - [...] apenas que de modificar-se para adaptar-se a condições novas de vida [...]. O Folclore portanto não foi destruído, pois a mesma sociedade se mantinha [...]. Para os africanos, ao contrário, a escravidão destruiu inteiramente os quadros sociais do folclore e as estruturas nacionais flutuavam no vácuo. Se não morreram completamente, é porque a política portuguesa permitiu a reconstituição nas cidades das 'nações' [...]⁴⁰¹

Sem entrarmos propriamente na análise teórica de Bastide e sua discordância ou mesmo confluência com o pensamento que norteou parte dos autores simpáticos ao *Movimento Folclórico*, interessa-nos aqui pontuar a respeito da importância que o sociólogo francês exerceu junto à Universidade de São Paulo ao imprimir uma diversificação de abordagens que após seu retorno à França não mais se fez sob a mesma harmonia. Como atestam as últimas pesquisas relativas à história da sociologia uspiana, notadamente Luiz Carlos Jackson e Carolina Pulici, a designação que comumente se aplica à sociologia uspiana – Escola Paulista de Sociologia – se não obscurece por completo o perfil metodológico da sociologia praticada junto à FFCL, sob outra perspectiva, ela melhor se aplicaria à qualificação do grupo capitaneado por Florestan Fernandes que, a partir de 1954, assumiu a Cadeira de Sociologia I. Em outros termos, pode-se dizer que essa cadeira, sob a direção de Florestan Fernandes, estimulou os estudos do processo de industrialização no Brasil ao passo que na Cadeira de Sociologia II imperou a perspectiva voltada aos estudos do Brasil rural e das artes em geral:

Se afora o conteúdo típico do currículo do sociólogo, a Sociologia voltou-se, nos anos 60, aos estudos do processo de industrialização, cujos efeitos, aqui, seriam comparáveis aos dos países centrais, pode-se dizer que a Sociologia II, por seu turno, insistiu na temática do 'Brasil-Velho' ('Sociologia Rural'), nas análises que enfatizavam as dimensões culturais da experiência humana ('Sociologia das Áreas Culturais da América Latina'), no estudo dos campos

⁴⁰¹ BASTIDE, Roger. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Editora Anhembi, 1959.

comuns à psicologia e às ciências sociais ('Teorias Sociológicas do Comportamento') e, por fim, nos temas ainda pouco legítimos na hierarquia acadêmica da época, como a questão da mulher ('Ensino Profissional Feminino' e 'A Visão Feminina').⁴⁰²

Deste modo, mesmo considerando que paulatinamente a sociologia realizada na FFCL distanciou-se criticamente da metodologia dos estudos de comunidade realizados na ESP, sobre os quais comentaremos no subcapítulo posterior, internamente a sociologia uspiana polarizou-se, de certo modo, entre as cadeiras de Sociologia I e Sociologia II: a primeira aglutinando o grupo de Florestan Fernandes, praticantes do que ficou conhecido como *sociologia do desenvolvimento* e a segunda reunindo os autores praticantes das inúmeras abordagens metodológicas difundidas por Roger Bastide, que poderia ser qualificada genericamente de *sociologia da cultura*.⁴⁰³ Nesse sentido, se é seguro afirmar que Florestan Fernandes cristalizou a imagem mais acabada do sociólogo especialista, cuja visão pragmática sobre a sociedade não deveria ceder espaço diante do modelo voltado à erudição e ao ensaísmo, que, segundo Fernandes, marcou a tendência anterior da intelectualidade brasileira, a Cadeira de Sociologia II ao reunir Antonio Candido, Ruy Galvão de Andrada Coelho e Maria Isaura Pereira de Queiroz, antigos alunos de Roger Bastide, por outro lado, deu, por assim dizer, continuidade a um modo de fazer sociológico menos 'empírico' e dedicado ao estudo da literatura, da sociedade rural, enfim, ao universo cultural como um todo.⁴⁰⁴ É interessante destacarmos ainda, conforme pontuou Pulici, que a ascensão de Florestan à Cadeira de Sociologia I coincidiu não casualmente com a transferência de Antonio Candido para a teoria literária; Gilda de Mello e Souza para a filosofia e Maria Isaura para Sociologia II.⁴⁰⁵ Assim, comprova-se que a “escola paulista de sociologia” contou a colaboração ou a 'competição' de outros autores que não se alinhavam restritamente a Fernandes:

Tais exemplos são suficientes para deixarmos de ver Florestan Fernandes como o único 'chefe de escola' de que se tem notícia. (...) a análise de Antonio Candido de Mello e Souza de que 'além dos estudos sobre o negro no Brasil, Bastide trabalhou e encaminhou discípulos em sociologia da arte, campo também de sua predileção', não é exagero vermos em obras como *O Espírito das Roupas: A moda no século XIX*, *Aspectos Sociológicos da Obra de Kafka*, *Marcel Proust e a Nossa Época*, *Funções Sociais do Teatro Francês*, *Águia da Memória e a Sociedade Angolana através da Literatura*:

⁴⁰² PULICI, Carolina. **Entre Sociólogos: Versões conflitivas da 'condição de sociólogo' na USP dos anos 1950-1960**. São Paulo: EDusp, Fapesp, 2008, p.100

⁴⁰³ JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras da sociologia paulista. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n1. São Paulo: USP, 2007, p.134.

⁴⁰⁴ PULICI, Carolina. op. cit., p.55

⁴⁰⁵ Ibid., p. 29.

a Luanda na Obra de Castro Soromenho' desdobramentos dessas tendências intelectuais iniciadas anteriormente a 1954, período em que Antonio Candido de Mello e Souza, Ruy Galvão Andrada Coelho, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz eram todos alunos de Roger Bastide.⁴⁰⁶

É justamente dentro desta dicotomia que se inserem os trabalhos apresentados ao Concurso de Monografias, de Maria Isaura Pereira de Queiroz e de Gioconda Mussolini, *Dança de São Gonçalo num povoado Baiano*, 3º prêmio em 1956, e *Pasquins na Ilha de São Sebastião*, 1º prêmio em 1948, respectivamente. Em outras palavras, se por um lado ambos possam ser inscritos com ressalvas no âmbito de estudos de comunidade, mesmo que as autoras buscassem se “distanciar” teoricamente da Escola de Sociologia e Política, em contrapartida, internamente os estudos rurais ou de comunidade encontraram resistência dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras uma vez que o grupo sediado junto a Cadeira de Sociologia I buscou estabelecer sua hegemonia sobre a sociologia praticada dentro da Universidade de São Paulo.⁴⁰⁷

Não obstante o cenário de “disputa”, a concorrência metodológica não impediu a convivência de teorias aparentemente opostas, como verificável no trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, dado que a autora soube dosar as posições teóricas de Florestan Fernandes e Antonio Candido. É justamente nestes termos aparentemente antagônicos, como pudemos verificar acima, que a autora de *Bairros Rurais Paulistas* fundamentou sua monografia, embasando-se em Florestan Fernandes, para o qual a necessidade da sociologia já se via presente como ferramenta metodológica para os estudos folclóricos, inclusive, para Amadeu Amaral:

Monografias e artigos que os folcloristas dedicaram a esta dança preocupam-se em apontar-lhe a origem remota, em analisar as possíveis influências africanas ou indígenas, em classificá-la de acordo com diferentes aspectos. Seu estudo, como se vê, segue a orientação comum dos estudos folclóricos brasileiros. Coleção e descrição de dados, classificação, filiação, constituem as principais diretrizes que orientam nossos folcloristas em seus trabalhos. Demorando algum tempo no município de Geremoabo no estado da Bahia pudemos assistir à realização da dança de São Gonçalo no povoado de Santa Brígida. Vivem neste povoado, lado a lado, levando aparentemente o mesmo tipo de existência material e moral, um grupo de bahianos autóctones e um outro grupo que de há 10 anos para cá ali se foi reunindo, formado

⁴⁰⁶ PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo dos anos 1950-1960**. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2008, p. 28

⁴⁰⁷ Id.. JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, nº 65. São Paulo: Anpocs, 2007

principalmente de alagoanos emigrados de seu estado natal. Ambos dançam o S. Gonçalo. Mas enquanto a dança está florescente no meio alagoano, no meio bahiano ela quase não se realiza mais.

Esta primeira observação levou-nos a pesquisar porque tal se dava, ficando logo evidente que a explicação só seria obtida se estudada as duas comunidades diferentes que ali coexistem e a função da dança em cada uma delas. O Material estava, pois, exigindo tratamento sociológico.

Diz-nos Florestan Fernandes que foi Amadeu Amaral, entre nós, que primeiro reclamou a abordagem sociológica como uma nova matéria de se focalizar os fatos folclóricos, estimando que o significado dêste só poderia ser plenamente compreendido quando fôssem estudados mergulhados no contexto socio-cultural de que fazem parte; embora as condições da época não permitissem ao autor levar avante a investigação folclórica em tais moldes, teve êle o mérito apontar uma direção nova à pesquisa.

Faltava principalmente uma formação especializada que permitisse a abordagem do problema sob este aspecto. Não existindo ainda no Brasil cursos de Ciências Sociais, os folcloristas, embora sentindo a necessidade de uma focalização nova do assunto completando as já existentes, não podiam incrementar suas pesquisas nesse sentido. (...) Sendo o fato folclórico um fato social, cumpre examiná-lo também sob esse aspecto, e para tal é necessária uma formação sociológica.⁴⁰⁸

Embora Maria Isaura Pereira de Queiroz frise subsequentemente que a análise sociológica não substitui as demais abordagens folclóricas, seja da proveniência ou difusão do objeto estudado, evidencia-se o posicionamento profissional do sociólogo, intelectual de destaque na interpretação da sociedade e cultura brasileiras durante os anos 50 e 60 do século XX, que, como já pontuamos, Florestan Fernandes representou autoridade paradigmática.

A coexistência da qual falamos anteriormente também é verificável no que diz respeito aos estudos de comunidade, traço distintivo da Escola de Sociologia e Política, posto que o trabalho de Queiroz se realizou sob o auspício do maior estudo de comunidade realizado no Brasil: o célebre trabalho em equipe sobre o vale do Rio São Francisco, empreendidos nos anos 50 do século XX por Donald Pierson e Charles Wagley, do qual Alceu Maynard Araújo também participou. Nesse sentido, o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz apresentado ao certame em 1956 surgiu devido à participação dela nesse projeto, ocorrido em virtude do convênio entre o governo do estado da Bahia e a Columbia University de Nova York em 1949. A direção dessa pesquisa - que coube a Thales de Azevedo⁴⁰⁹, enquanto diretor regional, e Luiz Aguiar Costa Pinto, como consultor, buscou por meio deste estudo obter conhecimentos que servissem de base para o planejamento e implantação de políticas

⁴⁰⁸ QUEIROZ, Mara Isaura Pereira de. **A dança de São Gonçalo num povoado baiano**. 3º prêmio no 11º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (original). 1956, pp. 2 - 3

⁴⁰⁹ BOTELHO, André; CARVALHO, Lucas Correia. A sociedade em movimento: dimensões da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol 26, nº2, Brasília: UNB, 2011, p. 214.

educacionais, de assistência médica e de administração por parte do estado da Bahia. Assim, Maria Isaura incumbiu-se do estudo em Santa Brígida, que originou o trabalho *A Dança de São Gonçalo num povoado Baiano*, posteriormente publicado como *Sociologia e Folclore: A dança de São Gonçalo num povoado baiano* em 1958.

Apesar da citação teórica de Florestan Fernandes, o que comprovava a qualificação dele no que dizia respeito aos estudos folclóricos do ponto de vista da ciências sociais, metodologicamente, a monografia de Maria Isaura Pereira de Queiroz ancorou-se sobre a obra de Antonio Candido, mais especificamente sobre seu trabalho de doutoramento, *Parceiros do Rio Bonito*, do qual a autora extraiu e desenvolveu o conceito de *sociedade rústica*, elaborados originalmente por Candido. Deste modo, Luiz Carlos Jackson, responsável por inaugurar a análise das correntes sociológicas em “disputa” no interior da sociologia paulista, frisou com precisão em qual medida Queiroz aplicou e desenvolveu os aparatos conceituais de Candido:

A influência mais direta de PRB se deu, portanto, na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz e o grupo do CERU. Na importante e variada obra da autora, podemos discriminar como um dos interesses centrais pesquisar as diferentes modalidades da organização social dos grupos rústicos brasileiros. Tal influencia é comprovada pelos trabalhos realizados nos anos sessenta, que aprofundaram os conhecimentos sobre os 'bairros' paulistas e verificaram a hipótese de Antonio Candido acerca da desorganização progressiva da sociedade caipira.⁴¹⁰

Deste modo, na monografia apresentada ao *Concurso Mário de Andrade* a autora de *Bairros rurais paulistas* se baseou diretamente no trabalho de Antonio Candido, *Parceiros do rio bonito*, aplicando o conceito 'sociedade rústica', originalmente desenvolvido a luz da sociedade caipira paulista, ao contexto da sociedade de Geremoabo que, segundo Queiroz, vivenciava processo semelhante de desagregação da sociedade tradicional, principalmente quando o objeto de análise se assentava sobre a dança de São Gonçalo dos baianos, ao passo que o grupo emigrado de alagoas apresentava, antagonicamente, maior vitalidade da mesma dança. Assim, a teoria de Candido se aplicava perfeitamente aos dois fenômenos. Em outras palavras, se por um lado o aparato conceitual de Candido ajudava a explicar o processo de “desagregação” da sociedade rústica, em contrapartida, também permitia compreender os laços que mantinham o grupo alagoano unido por meio da vitalidade da Dança de São Gonçalo entre eles:

⁴¹⁰ JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Fapesp, 2002, p.96.

Antonio Candido, que estudou um dos aspectos desta cultura, prefere chamá-la 'cultura rústica brasileira' dados os diferentes significados que o termo 'caboclo', possui entre nós. Adotamos o termo utilizado por este último autor, tanto mais que o próprio James B. Watson chama a atenção para as diferenças de interpretação que podem resultar dos muitos significados da expressão 'caboclo'.

Segundo ambos os autores, caracteriza-se o 'universo das culturas tradicionais do homem do campo' no Brasil pelas relações sociais básicas desenvolvidas nos agrupamentos de 'algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, a convivência, práticas de auxílio mútuo, atividades lúdico-religiosas', e desenvolvendo uma economia de subsistência. Os elementos mais importantes para a caracterização deste tipo cultural são, pois, a solidariedade decorrente da vizinhança, da participação no mesmo trabalho e nas mesmas atividades lúdico-religiosas, uma solidariedade vicinal.⁴¹¹

Ora, a citação acima não deixa dúvida quanto à vinculação do trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz ao ramo dos “estudos de comunidade”, mais especificamente ao campo da sociologia rural, o qual teve maior guarida dentro da FFCL até o momento em que Roger Bastide esteve à frente da Cadeira de Sociologia I.

Pode-se dizer com certa segurança que as contribuições diretas da sociologia paulista ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, pelo menos no diz respeito aos trabalhos concorrentes, partiram mais diretamente dos estudos de comunidade, tanto daqueles praticados diretamente pelos autores filiados à ESP quanto daqueles realizados por intelectuais formalmente vinculados à FFCL, como no caso de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gioconda Mussolini, sobre a qual comentaremos subsequentemente.

Gioconda Mussolini se formou em 1938 em Ciências Sociais. Ao invés de iniciar carreira de professora primária, Gioconda foi convidada a compor a equipe do “Centro de Pesquisas e Documentação Social”, subordinado à Cadeira de Sociologia I da FFCL, naquele momento ainda regida por Paul Abrousse Bastide. Após o retorno deste último para França, Gioconda colaboraria por mais três anos sob a regência de Roger Bastide. Como discutiremos mais à frente, apesar de a FFCL e a ESP representarem projetos institucionais que objetivaram alcançar metas distintas, a existência do programa de pós-graduação desta última permitiu a aproximação e a complementaridade entre as duas universidades, como, por exemplo, no caso de Gioconda Mussolini, que no começo dos anos 1940 começou a frequentar o curso de mestrado nesta última instituição, onde, inclusive conviveu com o colega de FFCL, Florestan Fernandes, defendendo, pois, em 1945 a tese *Os meios de defesa*

⁴¹¹ QUEIROZ, Mara Isaura Pereira de. **A dança de São Gonçalo num povoado baiano**. 3º prêmio no 11º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (original). 1956, p. 10.

contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaigang de Duque de Caxias e Bororó Oriental, sob orientação de Herbert Baldus:

[...] os anos passados como aluna de mestrado em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo (1940-1945) também são decisivos. O envolvimento nas atividades da seção de estudos pós-graduados da ELSP nesses anos, sob a batuta de Donald Pierson, implicava como se sabe, a participação em pequenas expedições de treinamento etnográfico. Entretanto, é ainda sob a orientação de Roger Bastide, na Cadeira de Sociologia I, na Faculdade de Filosofia da USP, que Gioconda participa de uma visita realizada em maio de 1943, na cidade paulista de Tietê, para coleta de 'material folclórico'. A turma fora 'a convite da Prefeitura local assistir a um batuque' e era composta de Bastide, Lavínia Costa, Gilda de Mello e Souza, José Francisco de Camargo, Gioconda Mussolini e Antonio Candido, o qual se demora mais uns dias após o encerramento da festa e redigirá um artigo publicado na revista *sociologia* em 1947.⁴¹²

Não é desnecessário lembrarmos que a participação de Gioconda Mussolini no certame de monografias folclóricas não é fortuita, afinal, assim como Mário Wagner Vieira da Cunha, a autora de *Persistência e mudança em sociedades de 'folk' no Brasil* também realizou o *Curso de Etnografia e Folclore*, ministrado por Dina Lévi-Strauss, assim como foi uma das sócias-fundadoras da *Sociedade de Etnografia e Folclore*. Andrea Ciacchi, especialista na obra da referida autora, destacou a trajetória de Gioconda Mussolini junto aos estudos folclóricos:

Uma parcela significativa da produção bibliográfica de Gioconda Mussolini, por exemplo, é constituída por textos sobre folclore e cultura popular: os artigos, 'Festa de folia' e 'Festa de devoção', publicados na *Folha da Manhã* em 1946 – um estudo sobre a função integrativa das festas folclóricas no litoral paulista -, o ensaio 'Os pasquins no litoral norte de São Paulo e suas peculiaridades na Ilha de São Sebastião' – trabalho apresentado em 1949 ao III Concurso de Monografias Folclóricas, instituído pelo Departamento de Cultura de São Paulo de São Paulo [...] e, finalmente, a comunicação 'Persistência e mudança em sociedades de 'folk' no Brasil', apresentada no XXXI Congresso Internacional de Americanistas' e publicada em seus *Anais* em 1955. É necessário adiantar, aqui, que a influência da Sociedade de Etnografia e Folclore, de cujos quadros e atividades ela participou entre 1936 e 1938, sobre a personalidade intelectual de Gioconda Mussolini ultrapassa o mero plano das escolhas temáticas. De fato, tal influência desdobra-se no chão mais sutil e sólido do estilo da autora, aqui compreendido como o conjunto do registro de sua escrita, dos cuidados metodológicos e da abrangência teórica do tratamento dispensado as fontes, informantes e registros[...].⁴¹³

⁴¹² CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: Uma travessia bibliográfica. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2007, v.50, n°1. p.185

⁴¹³ Ibid., pp.184-5.

Por outro lado, mesmo considerando a influência que a SEF exerceu sobre as escolhas temáticas e tratamentos documentais em suas pesquisas, não podemos deixar de ressaltar que o trabalho apresentado ao certame de monografias folclóricas em 1948 pode ser inscrito, também, dentro da baliza dos estudos de comunidade. Deste modo, é notória sua aproximação com seu ex-professor, Emílio Willems, responsável pela tentativa “ecumênica” de aproximar FFCL e ESP uma vez que ao mesmo tempo que ele lecionava nesta última instituição, desde 1941 era responsável pela Cadeira de Antropologia da FFCL. Gioconda se transferiu para a respectiva cadeira em 1945 e compartilhou com Willems importantes pesquisas de campo, sendo que uma delas resultou no propalado e já citado estudo *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, que também contou com a participação de Francisca Kloverza, Florestan Fernandes, Alceu Maynard Araújo, Carlos Borges Schmidt e Paulo Florençano. Assim, em 1947 Gioconda auxiliou Willems em outro trabalho que apontava para o campo de pesquisa que marcaria diretamente sua carreira, desenvolvido na ilha de Búzios, relativo a comunidade caiçara: *Búzios Island; a Caiçara Community in Southern Brazil*, patrocinada pela ESP e que seria publicado em português apenas em 2003.⁴¹⁴

Nesse sentido, a monografia apresentada ao *Concurso Mário de Andrade* resultou de pesquisa etnográfica dedicada à população caiçara da ilha de São Sebastião, mas neste caso tomou a cultura popular ou folclórica como objeto de estudos:

“Tirar pasquim’ é a prática generalizada em todo o litoral norte do Estado de São Paulo. Difere, porém, para os ‘centros’ para as ‘margens’, a par dos fins visados e das possibilidades de expressão, aquilo que se poderia chamar de ‘situação estimuladora’ para pôr em uso esta prática. [...]”

Estive em Bonete em janeiro de 1947. Data daí o início do presente estudo. Um simples acaso foi a força propulsora que me impeliu às análises aqui apresentadas: as informações ali colhidas podiam representar um começo promissor, mas nada me motivou tanto quanto o simples enunciado da palavra ‘pasquim’. Ela não me teria ocorrido para designar os produtos literários ali encontrados.

Na sua forma atual, personalíssima, parte integrante do repertório das cantorias de ciranda, o pasquim representava uma peculiaridade local que não poderia, porisso mesmo, coincidir com as minhas informações sobre a época de sua existência que eu colocava no passado e com a representação de sua forma e conteúdo que eu sintetizava em papelucho anônimo, porta-voz da crítica ou da difamação.

Já havia iniciado a coleta de dados, conseguido o registro de vários pasquins e travado conhecimento com um pasquineiro, quando uma verdadeira

⁴¹⁴ CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: Uma travessia bibliográfica. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2007, v.50, n°1, p.188.

Tanto Alceu quanto Carlos Schmidt inscreveram monografias ao Concurso de Monografias Folclóricas; o primeiro, inclusive, apresentou um estudo sobre Cunha, como já referenciamos anteriormente.

chusma de 'papeluchos' se espalhou em São Sebastião (no continente fronteiro, cabeça de comarca) por volta das eleições de novembro de 1947. Dava-se agora, para empregar as palavras do informante de Bonete, 'o aparecimento da ocasião' que não se definia da mesma forma para esta cidadezinha e para os bairros da ilha.

Este fato foi oportuno mais por fornecer material de confronto com o da ilha, de que por enriquecê-lo com elementos folclóricos. [...]

Dentro de um limite geográfico mais restrito – a Ilha – e da mera atualidade, porém, é possível focalizar duas questões essenciais neste trabalho: de um lado, o processo de transformação por que passou o pasquim, analisando-se a 'conversão' e a 'redefinição' de sua primitiva forma tal com, a história nê-la fornece; em segundo lugar, a análise do próprio produto redefinido – o pasquim da ilha – como expressão folclórica.⁴¹⁵

Como pudemos verificar na citação acima, Gioconda Mussolini estava diretamente interessada em estudar a especificidade do “pasquim” enquanto gênero folclórico, uma vez que ao lado do pasquim “tradicional”, de natureza *escrita* e produzido segundo alguma orientação política, crítica ou satírica, a variante folclórica apresentava variação oral, sendo geralmente cantada e acompanhada de viola com o objetivo de “divertir” e existente “longe” do centro do município.⁴¹⁶

Nesse sentido, considerando que o pasquim possuía uma origem, em linhas gerais, “erudita”, geralmente expressa na linguagem escrita, no Brasil, segundo Gioconda, o pasquim nunca chegou a se “elitizar”; conseqüentemente, ela se viu instada a refletir sobre a viabilidade teórica de pensar o pasquim como reminiscência do passado. Dessa maneira, o pasquim na ilha de São Sebastião representou antes um processo cultural de transformação e adequação à sociedade “folk” do que propriamente um fator de continuidade em relação ao passado:

Para se dar conta da origem histórica de um traço, de um lado, e de outro, das transformações que nele se operam, por efeito de sua integração num novo contexto, sugere Herskovits que se substitua o termo 'sobrevivência cultural' por 'retenção de costume', com a condição de se lhe anexar um atributo complementar: reinterpretação. Ver-se-á assim, como êle o salienta, 'que um novo significado é invariavelmente vasado nos moldes das formas anteriores', transformando-se, então, o Folclore não em coletor de relíquias de um passado morto, mas de realidades vivas, onde o 'velho' se redefine e reajusta (...)

Contudo, mais que êstes pormenores (sem dúvida significativos como

⁴¹⁵ MUSSOLINI, Gioconda. Os pasquins do litoral norte de São Paulo e suas peculiaridades na ilha de São Sebastião. 1º Prêmio no 3º Prêmio do Concurso de Monografias sobre o folclore nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, CXXXIV, 1950, pp.11-2.

⁴¹⁶ Ibid., p. 25.

A autora especificou, ainda, que o termo “ciranda” se aplicava como sinônimo de baile em toda ilha, ao contrário do que se verificava no continente

elementos na análise) o que é importante considerar é o processo de reinterpretação por que passou (e ainda está passando) o pasquim, ao se adaptar a novas condições de vida 'diferentes daquela em que foi criado', transformando-se em elemento folclórico não por representar um vestígio do passado, mas por ter sido adotado por uma sociedade de 'folk' que o incorporou segundo suas possibilidades culturais, e da qual ele é a expressão mais característica entre os demais produtos literários.⁴¹⁷

Deste ponto de vista, como discutiremos subseqüentemente, Gioconda Mussolini parece se distanciar da perspectiva dos estudos de folclore feitos por Alceu Maynard Araújo, por exemplo, realizados sob a baliza dos estudos de comunidade, uma vez que para este último o folclore poderia “desaparecer” em meio ao processo de mudança social. Talvez Gioconda Mussolini cristalice o perfil lapidar de intelectual da FFCL dedicado ao estudo da cultura popular ou folclórica; ex-aluna do Curso de Etnografia e Folclore, especializada justamente na Escola de Sociologia e Política, a autora trabalhou diretamente com Emílio Willems, professor responsável pelo projeto ecumênico entre USP e ESP. Entretanto, apesar de sua colaboração substancial junto aos estudos de comunidade, Gioconda Mussolini viria a criticar diretamente estes mesmos estudos por meio de seu artigo “*Persistência e mudança em sociedades de 'folk'*”:

Assim, num só gesto, Gioconda marca a sua posição teórica, coloca-se com clareza em um dos dois campos em disputa e, dessa forma, sela uma espécie de “traição” aos colegas da Cadeira de Antropologia da FFCL, até mesmo o seu chefe e futuro orientador, Egon Schaden. É nessa chave, portanto, que não só deve ser lido o significado e o alcance de seus estudos sobre a pesca, mas, também e sobretudo, deve ser avaliada a posição institucional que ela ocupa.⁴¹⁸

Enfim, apesar das polêmicas editoriais que cercaram os estudos folclóricos oriundos da “escola paulista de sociologia”, a FFCL efetivamente colaborou com a produção bibliográfica dos estudos de cultura popular a ponto de Gioconda Mussolini e Maria Isaura Pereira de Queiroz terem suas obras premiadas pelo Concurso de Monografias. Por outra via, há de se reconhecer a menor adesão da FFCL ao *Movimento Folclórico*, pelo menos em um

⁴¹⁷ MUSSOLINI, Gioconda. Os pasquins do litoral norte de São Paulo e suas peculiaridades na ilha de São Sebastião. 1º Prêmio no 3º Prêmio do Concurso de Monografias sobre o folclore nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, CXXXIV, 1950, pp. 25-6

⁴¹⁸ CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: Uma travessia bibliográfica. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2007, v.50, n°1, p.206.
O levantamento historiográfico da produção intelectual de Gioconda Mussolini, realizado por Andrea Ciacchi, situou dois artigos publicados na revista *Sociologia*, criada por Willems, em 1945 e 1946, *O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião* e *O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa*, respectivamente, ambos tomando a Ilha de São Sebastião como referência de análise.

segundo momento, como debateremos ainda nesse capítulo. Tal fato se deveu à confluência de vários fatores. Se por um lado, a presença de Roger Bastide permitiu que estudos folclóricos fossem praticados no interior da Universidade de São Paulo, por outro, a ascensão da *sociologia do desenvolvimento* inibiu não apenas a ampliação dos estudos folclóricos como passou a questionar a viabilidade teórica dos estudos de comunidades rurais. Outrossim, os estudos de comunidade, vistos pela Universidade de São Paulo como um projeto “conservador” oriundo da Escola de Sociologia e Política, permitiu não só que a respectiva ESP tivesse seu quadro decente mais próximo do *Movimento Folclórico*, como serviu, inclusive, de padrão metodológico para os estudos de cultura popular.

4.2 A Escola de Sociologia e Política e os Estudos de Comunidade no Concurso Mário de Andrade: Alceu Maynard Araújo e Oracy Nogueira

Iniciamos o subcapítulo anterior destacando o intenso processo de modernização da sociedade brasileira, em especial da cidade de São Paulo, ocorrido na década de 50 do século XX. Pode-se acrescentar que, do ponto de vista institucional, a Escola de Sociologia e Política cristalizou paradigmaticamente o modelo de academização universitária que apenas décadas mais tarde se consolidaria no cenário educacional brasileiro por meio da criação de agências e fundações dedicadas exclusivamente ao financiamento de pesquisas universitárias. Fundada um ano antes da USP ⁴¹⁹a ESP surgiu em 1933 com vocação para o desenvolvimento de pesquisas de campo. Deste modo, segundo Fernando Limongi, apesar do mesmo contexto social estar subjacente à fundação de ambas as instituições, que se relaciona ao papel desempenhado pelo grupo do jornal O Estado de S. Paulo e, por conseguinte, da família Mesquita, os objetivos de cada instituição seriam distintos:

O desenvolvimento das Ciências Sociais em São Paulo está marcado, em sua origem, pela presença de duas instituições de ensino superior voltadas para formação de profissionais na área: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), funda em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

⁴¹⁹ MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras. In: MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, v.1, 1989. pp. 414-5

A fundação da Universidade de São Paulo está diretamente relacionada a criação dos liceus no Brasil na década de 20 do século XX. George Dumas foi responsável pelo elo então estabelecido entre França e Brasil tanto na criação dos Liceus como da futura universidade. Nesse sentido, o médico e psicólogo francês foi responsável por indicar os futuros professores da USP após Teodoro Ramos a contatá-lo a pedido de Júlio de Mesquita Filho. Além dos professores franceses, tais como Pierre Monbeg, Claude Lévi-Strauss, P. A. Bastide, Fernand Braudel, dentre outros, Teodoro Ramos contratou também professores italianos, alemães, portugueses e espanhóis.

(FFCL), fundada em 1934, que viria a ser o centro da universidade então criada.

Se a coexistência das duas instituições não leva imediatamente a um processo de competição, pede, no mínimo, que se delimitem espaços próprios. Em realidade, cada uma delas teve uma origem particular e se desenvolveu no interior de 'culturas' distintas, em função destas mesmas origens. O objetivo deste artigo é frisar a importância da ELSP, sobretudo de sua seção de estudos pós-graduados, na determinação dos rumos da Sociologia paulista. O modelo de sociólogo profissional, dedicado às pesquisas empíricas, encontra maior impulso nesta instituição do que na FFCL, cujo modelo era o da docência alimentada por preocupações de cunho teórico e especulativo. [...]

Ao contrário da tradição filosófica que norteou a contratação de professores franceses para composição do quadro docente da FFCL, a ESP optou pelo modelo essencialmente direcionado ao trabalho de campo com forte inclinação para padrão estadunidense. Não por acaso, pois, durante a gestão de Mário de Andrade, Samuel H. Lowrie, professor da ESP, foi contratado pelo DC para organizar a pioneira pesquisa social sobre as condições socioeconômicas dos trabalhadores de limpeza pública da cidade de São Paulo.⁴²¹

Entretanto, não devemos esquecer que apesar destas distinções institucionais e metodológica,⁴²² houve um fluxo constante de profissionais e estudantes entre as duas universidades. Nesse sentido, Florestan Fernandes, por exemplo, sociólogo de maior destaque da USP se especializou em nível de pós-graduação justamente na ESP sob a orientação de Herbert Baldus, defendendo a tese *A função Social da Guerra na sociedade tupinambá*. Do mesmo modo, Gioconda Mussolini, outra socióloga da FFCL, também desenvolveu mestrado sob orientação de Herbert Baldus.

Pode-se dizer, portanto, que este quadro de complementaridade entre as duas instituições se manifestou no *Concurso Mário de Andrade*, seja por meio das comissões

⁴²⁰ LIMONGI, Fernando. A escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio. Op. Cit., p. 217.

⁴²¹ CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

LIMONGI, Fernando. A escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, v.1, 1989. p.220

⁴²² JACKSON, Luis Carlos. Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1938-1969). In. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.19, n.1. São Paulo: USP, 2007, p.121.

Luiz Carlos Jackson nos deu mais informações da clivagem existente entre USP e ESP: “A divergência principal entre as duas escolas residia não apenas na fundamentação empírica (apoiada em modelo metateórico indutivo) ou teórica (apoiada em modelo metateórico dedutivo) dos programas de pesquisa desenvolvidos por elas. As duas instituições distanciavam-se também politicamente: a ELSP representava, do ponto de vista dos sociólogos formados na USP, um projeto político e acadêmico conservador. É justamente esse o ponto decisivo da resenha de Caio Prado Jr. a *Cunha*, ao explicar a correlação entre 'empirismo' e conservadorismo político, implícita no texto de Florestan Fernandes e em artigos posteriores de Octávio Ianni e Mari Sylvia de Carvalho Franco. [...]”

julgadoras ou mesmo entre os concorrentes, conforme descrito no subcapítulo anterior.⁴²³ Outrossim, uma vez que não havia até a década de 1950 possibilidades de doutoramento com orientação sistemática na USP, a criação da seção de pós-graduação da ESP em 1941, por iniciativa de Donald Pierson, aumentou substancialmente o fluxo de ex-alunos da FFCL que buscavam especialização naquela universidade:

[...]Havia, tão somente, a possibilidade de fazer doutoramento sem orientação sistemática. Assim, a ênfase no treinamento em pesquisas aliada à pós-graduação tornavam a ELSP uma alternativa sedutora para os recém-formados pela FFCL que pretendiam afirmar-se em sua especialidade. Além do que, como veremos, a pós-graduação da ELSP era inteiramente voltada para o desenvolvimento de áreas de pesquisa, dimensão completamente ausente na FFCL.⁴²⁴

O caráter acentuadamente científico imprimido por Donald Pierson, oriundo da Universidade de Chicago, entretanto, só foi possível graças à atuação de outros dois professores estrangeiros, Herbert Baldus e Emilio Willens, ambos alemães. Nesse sentido, a marca metodológica das pesquisas de campo empreendidas pela ESP permitiu certa aproximação com os estudos folclóricos, uma vez que os estudos sobre a 'cultura folk' recaíam diretamente sobre grande parte dos objetos e preocupações dos folcloristas: o Brasil rural.⁴²⁵ A esse respeito, Limongi nos deu mais detalhes do curso ministrado por Pierson intitulado *Pesquisas sociais na comunidade paulista* que resultaria futuramente no estudo *Cruz das Almas*, o qual, ao lado do livro de Emilio Willems, *Cunha*, introduziu o modelo de pesquisa que ficou conhecido como *estudos de comunidade*.

Antes de entrarmos propriamente no caso dos estudos de comunidades e seus reflexos nos estudos folclóricos apresentados ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*, traçaremos um breve histórico da trajetória de Donald Pierson, pesquisador que participou como membro de júri do respectivo certame em duas ocasiões. Nascido em 1900 na cidade de Indianápolis, capital do estado de Indiana no Estados Unidos

⁴²³ Esses seriam os casos dos trabalhos de Gioconda Mussolini, ao ser premiada em 1948 com a monografia *Os Pasquins do Litoral Norte de São Paulo e suas peculiaridades na ilha de São Sebastião* e Maria Isaura Pereira de Queiroz, com seu estudo *A Dança de São Gonçalo num povoado Baiano*, apresentado ao certame em 1956; Octavio da Costa Eduardo, com seu trabalho *Aspectos do folclore de uma comunidade rural*, premiado em 1947; Oracy Nogueira, com seu estudo de comunidade sobre Itapetininga intitulado *A vida religiosa e recreativa num município do interior*, apresentado ao certame em 1955; e os vários trabalhos daquele que foi um dos principais agentes do *Movimento Folclórico* em São Paulo formado pela ESP, Alceu Maynard Araújo: *Ciclo agrícola, calendário religioso e magias ligadas as plantações* (1950), *Alguns ritos mágicos de feitiçaria e medicina popular* (1951), *Escorço do folclore de uma comunidade* (1956).

⁴²⁴ JACKSON, Luis Carlos. Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1938-1969). In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.19, n.1. São Paulo: USP, 2007, p.223.

⁴²⁵ *Ibid.*, p.227.

da América, bacharelou-se em 1927 em Artes Liberais pelo *College of Emporia*, de Kansas, e posteriormente se especializando em Literatura, Psicologia e História; realizou mestrado em artes na Universidade de Chicago em 1933 e doutorou-se pela mesma universidade em 1939 com especialização em sociologia e antropologia social, tendo como influências Robert E. Park, Robert Radcliffe-Brown, dentre outros. Antes de assumir o cargo junto a ESP em 1939, esteve no Brasil em 1935 estudando as relações sociais do negro que resultou no trabalho intitulado *Negroes in Brazil: A study of Race Contact at Bahia*.⁴²⁶

A presença de Pierson no Brasil será fundamental no que diz respeito aos estudos do Brasil rural uma vez que alguns alunos que trabalharam diretamente com ele realizaram pesquisas que foram apresentadas ao Concurso de Monografias: Oracy Nogueira, Alceu Maynard Araújo e Octávio da Costa Eduardo.⁴²⁷ Nesse sentido um dos estudos, inclusive, de Alceu Maynard Araújo, premiado com 2º prêmio em 1956, intitulado *Escorço de uma comunidade rural* resultou da colaboração de Maynard junto à pesquisa financiada pela UNESCO no vale do Rio São Francisco. Tanto Octávio da Costa Eduardo quanto Alceu Maynard Araújo trabalharam nesta pesquisa, publicada em três tomos sob o título *O Homem no Vale do São Francisco*.⁴²⁸ Do mesmo modo, Oracy Nogueira, autor que passaremos a abordar a partir de agora, também iniciou seus estudos junto à ESP ao lado de Donald Pierson e apresentou o trabalho *A vida religiosa e recreativa num município do interior* no Concurso de Monografias em 1955.

Nascido na cidade paulista de Cunha em 1917 e filho de professores primários, Oracy Nogueira ingressou no curso de ciências sociais da ESP aos 23 anos de idade, formando-se em 1942, universidade com a qual manteve estreita relação até 1952. Dentre a numerosa produção bibliográfica do autor,⁴²⁹ destaca-se sua preocupação com as questões raciais no Brasil. Assim, foi justamente por meio de Donald Pierson que Nogueira conheceu a maior

⁴²⁶ PIERSON, Donald. **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.p. IX e X

⁴²⁷ Pode-se dizer que Octavio da Costa Eduardo apresentou o primeiro trabalho ao concurso que poderia ser inscrito na tipologia dos estudos de comunidade com sua monografia *Aspectos do folclore de uma comunidade rural*, premiado em 1947.

⁴²⁸ PIERSON, Donald. Op. Cit., p. X

MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década 1950. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n 18. São Paulo: USP, 2009, pp.257-71.

MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemuel da Silva; LOPES, Thiago da Costa. Donald Pierson e o projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 56, n° 2, Rio de Janeiro: UERJ, 2013, p. 254-284.

⁴²⁹ CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Apresentação. In: NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga**. São Paulo, Edusp, 1998, p. 12.

Defendeu sua tese de mestrado *Vozes do Campos do Jordão: Experiências Sociais e Psíquicas do Tuberculoso Pulmonar no Estado de São Paulo* em 1945.

parte da bibliografia brasileira e norte-americana referente aos estudos raciais, especializando-se subsequentemente nesse tema. Outrossim, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti sintetizou diligentemente o quanto a obra do autor de *Vozes de Campos do Jordão* esteve diretamente vinculada ao modelo dos estudos de comunidade no Brasil, para os quais, como já referenciamos, Pierson foi autor paradigmático ao lado de Willems.

Entretanto, se por um lado o momento de formação de um padrão intelectual sociológico moderno aproximou a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, principalmente devido ao sucesso alcançado pelo programa de pós-graduação daquela, em contrapartida, o desenvolvimento subsequente das metodologias de pesquisas sociológicas tendeu a afastá-las. Paradigmática a esse respeito foi a pesquisa financiada pela UNESCO dedicada ao negro em São Paulo, coordenada por Roger Bastide, que resultou no livro *Branços e Negros em São Paulo*, editado por Paulo Duarte. Inicialmente Alfred Métraux ofereceu o trabalho a Donald Pierson, o qual, tendo recusado o convite, indicou Oracy Nogueira para substituí-lo. Assim, Oracy veio a trabalhar quase isoladamente de Florestan Fernandes e Roger Bastide:⁴³⁰

[...] A primeira edição do livro (1955), com título *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*, publicou o conjunto completo dos produzidos pela equipe. Já a segunda edição, de 1958, incluída na Coleção Brasileira com o título *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e feitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, trouxe apenas o texto conjunto de Roger Bastide e Florestan Fernandes. A diferença é significativa e reafirma a hierarquia já visível no subtítulo da primeira edição, que sumaria unicamente a parte republicada. Vale lembrar que a pesquisa de Oracy Nogueira tinha como referência o município de Itapetininga e que o viés analítico dos relatórios das mulheres envolvidas no projeto era psicológico.⁴³¹

Por meio da citação acima comprovamos a crítica que os estudos de comunidades sofreram por parte da intelectualidade uspiana. Afinal, o trabalho de Oracy Nogueira se tratou justamente de uma pesquisa desenvolvida nesses moldes. Nesse sentido, a obra de Nogueira acabou por se obscurecer momentaneamente; contraste marcante para um dos intelectuais mais ativos em São Paulo, que atuou profissionalmente nas principais instituições culturais e

⁴³⁰ JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n.1. São Paulo: USP, 2007, p.122

Também participaram desta pesquisa conjuntamente com Oracy Nogueira: Virginia Leone Bicudo e Anieli Ginsberg.

⁴³¹ Id.

educacionais do país: editando a revista *sociologia* ao lado de Emilio Willems; exercendo papel de destaque na Comissão Paulista de Folclore; trabalhando no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; atuando no Instituto de Administração da USP e no próprio Departamento de Ciências Sociais desta última universidade.⁴³²

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti nos lembra do momento decisivo que os estudos raciais tiveram para os desdobramentos subsequentes em relação às metodologias de estudo junto às das ciências sociais:

Esse conjunto de circunstâncias embasa o relativo desconhecimento que encobriu “Relações Raciais no Município de Itapetininga”. Na década de 1960, os estudos de comunidade foram, por sua vez, alvo de contundentes críticas, cujo efeito, talvez inadvertido, foi deles afastar as gerações subsequentes. Ora, como estudo de comunidade, ‘Relações Raciais no Município de Itapetininga’ é exemplar da estreita e propalada associação da antropologia com a sociologia existente nas décadas de 1940 e 1950. Como tal, lembra-nos também que a formação propiciada pela Escola Livre de Sociologia e Política se caracterizava não apenas por uma forte orientação empírica, mas também por uma tendência propriamente etnográfica e fortemente conceitual. Conduz-nos a uma maneira de conhecer e a uma época que parece ter mais a nos dizer do que aquilo a que estamos habituados a ouvir.⁴³³

É interessante destacarmos que as tendências empírica, etnográfica e conceitual destacadas por Maria Laura Cavalcanti, ao que nos parece, justificou a maior adesão dos intelectuais formados pela ESP ao *Movimento Folclórico*, entre os quais se encontrava Oracy Nogueira. Não foi por acaso, pois, que o autor de *Vozes de Campos do Jordão* atuou

⁴³² JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n.1. São Paulo: USP, 2007, p.123

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Apresentação. In: NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga**. São Paulo, Edusp, 1998p.10 et seq.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira: Esboço de uma trajetória intelectual. In: **Manguinhos**, vol. II, jul-out. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995. pp.119-33.

Oracy Nogueira nasceu em Cunha em 1917 e se graduou na ESP em 1942. Defenderia sua tese de mestrado na mesma instituição com o trabalho sobre tuberculosos intitulado *Vozes de Campos do Jordão*. Por meio de um convênio com a Escola de Chicago iniciou seu doutoramento nos Estados Unidos em 1945, porém, em virtude de seu engajamento político de esquerda não pôde retornar àquele país e, por conseguinte, não obteve o título desejado. Segundo Luiz Carlos Jackson, a trajetória de Oracy Nogueira se confunde com o rumo da ESP que, de um certo modo, entrou em crise com o retorno de Donald Pierson aos EUA. Transferiu-se no início dos anos 1950 para o Instituto de Administração da USP, então chefiado por Maria Wagner Vieira da Cunha.

⁴³³ Id..

Nesse sentido, o estudo sobre Itapetininga, *Preconceito de Marca. As relações sociais em Itapetininga*, republicado em 1998 com primorosa apresentação de Maria Laura Viveiros de Castro, recolocou a obra de Oracy Nogueira no devido lugar em relação aos estudos raciais no Brasil. A originalidade de Oracy deveu-se, nas palavras de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, à perspicácia analítica do sociólogo paulista ao identificar na sociedade itapetiningana dois tipos de preconceitos raciais: o de marca e o de origem.

Ibid, p.17

diligentemente no Congresso Internacional de Folclore durante os debates conceituais.⁴³⁴ Do mesmo modo, se entre as décadas de 1940 e 1950 os estudos de comunidades encarnaram paradigmaticamente a aproximação entre sociologia e antropologia, acreditamos não ser despropositado acrescentar o folclore nesse quadro. Caso contrário, por exemplo, sobre qual rubrica poderíamos inscrever o estudo de Oracy Nogueira, *A vida recreativa num município do Interior*? Ora, como já destacamos no subcapítulo anterior, os estudos de comunidade foram considerados, por um certo período, modelo metodológico indicado para a realização de estudos folclóricos.⁴³⁵

Nesse sentido, o estudo apresentado ao Concurso de Monografias se assentou justamente sobre o município de Itapetininga; estudo no qual o autor ampliou sua análise em direção ao modo de vida recreativo e, por conseguinte, alargou o escopo de observação das relações sociais e raciais deste município.⁴³⁶ Basicamente, segundo suas conclusões, do século XIX até a primeira parte da década de 50 do século XX, o processo de secularização do modo recreativo se ampliou consideravelmente, desvinculando-se, pois, dos elementos de ordem religiosa e, portanto, aumentando a discrepância entre os caracteres culturais urbanos e rurais. Em outras palavras, a acentuação de “contrastes” marcou o processo de mudança e transformação do município de Itapetininga:

[...] No que toca, particularmente, à vida recreativa, as seguintes mudanças podem ser apontadas: a) as antigas festas comunitárias, de que participavam os diferentes setores sociais, vão cedendo lugar às festas de participação restrita, de repercussão limitada aos interessados imediatos, geralmente da mesma classe social; b) as diversões de rua vão cedendo lugar a diversões em recintos fechados ou em áreas confinadas, sedes dos clubes, nos cinemas, nos estádios esportivos; c) as diversões de apreciação – cinema, teatro profissional ou etc. – tendem a prevalecer sobre as atividades – teatro amador, congada, cavallhada, pratica direta de esportes etc.; d) os divertimentos de massa, em que os apreciadores, dispersos espacialmente e socialmente, com o mínimo de interação entre si, convergem a atenção para um foco usualmente exterior à comunidade, de onde se difundem músicas, notícias e imagens que os distraem, estendem as possibilidades de recreação de todos a todos dias da semana e a todas as horas do dia dando maior margem à opção individual e facilitando, ao mesmo tempo, a formação e manutenção de hábitos de recreação que são ao mesmo tempo um produto e um condição de existência para as instituições recreativas específicas; e)

⁴³⁴ CARNEIRO, Edison. Folclore, Fenômeno Social. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p.93

⁴³⁵ CARNEIRO, Edison. Comunidade, Folk Culture e Folclore. In: _____. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965p.81-85.

⁴³⁶ O limite de uma dissertação de mestrado não permiti que fizéssemos uma análise exaustiva e satisfatória de tantos estudos, que, sem dúvida alguma muitos trabalhos mereceriam. Esse é o caso do trabalho de Oracy Nogueira que, além de valer-se de rica documentação primária levantada em arquivos do município estudado, contou com intensa pesquisa participativa.

Enfim, a existência de instituições recreativas de funcionamento permanente, quer de caráter associativo quer de caráter comercial, torna as atividades recreativas menos dependentes de temporadas, especialmente na zona urbana, cuja população, em sua maioria, exerce ocupações cuja retribuição permanece mais ou menos uniforme, por todo o ano, sem que sobre ela tenham grande repercussão as diferentes fazes do ano agrícola.⁴³⁷

Percebemos por meio da citação de Oracy Nogueira a perspectiva que os estudos de comunidade tiveram ao estudar o folclore: a relação nem sempre harmoniosa entre o *costume* e o processo de modernização da sociedade brasileira que, em outras palavras, tendeu a recolocar os padrões culturais em termos individuais, geralmente mediados pela *mercadoria*, em substituição dos meios convencionais, nos quais as relações vicinais e de compadrio prevaleciam.

O problema analisado por Oracy em Itapetininga foi cristalizado teoricamente em um artigo publicado na série *Documentos*, periódico da Comissão Nacional de Folclore, onde ele discutiu o papel que as ciências sociais desempenhariam junto aos estudos folclóricos. Assim, embasado em Lucien Febvre, historiador responsável pela criação da *escola dos annales* ao lado de Marc Bloch, o autor de *Vozes de Campos do Jordão* destacou, grosso modo, que a função do cientista social seria mediar as alteridades entre o mundo rural e urbano. Deste modo, considerando o acelerado processo modernizador da sociedade brasileira, equivalente ou até mesmo superior ao processo europeu ocorrido no século XIX, caberia à história, ou seja, à análise diacrônica do folclore:

[...] recolocar a cada instante da vida da humanidade o homem em seu meio e [...] mostrar o quanto êste meio humano é diferente, profundamente diverso, de época para época.⁴³⁸

Ora, foi justamente nestas bases que o trabalho apresentado por Oracy em 1955 se assentou. Conciliando a pesquisa participante com verificações em arquivos e jornais antigos, o autor demonstrou diligentemente que as organizações recreativas do “passado”, tais como danças populares – congadas e moçambiques, por exemplo -, irmandades religiosas, festas tradicionais e etc., paulatinamente cediam espaço para atividades recreativas de foro individual e privado.

Assim, para Oracy, levando-se em conta que foram as próprias condições da sociedade contemporânea que permitiram o aparecimento da sociologia, o cientista social estaria

⁴³⁷ NOGUEIRA, Oracy. **Vida religiosa e recreativa num município do interior**. 1º Menção Honrosa no 10º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (original). 1955, p.253-254

⁴³⁸ NOGUEIRA, Oracy. Curso de técnicas de pesquisa social patrocinado pela Comissão Paulista de Folclore. Aula inaugural: A função das Ciências Sociais. In: **Documentos da CNFL**, nº 233, 1951, p.3

consciente de seu papel voltado ao esclarecimento humano. Em outras palavras, o cientista humano teria um objetivo essencialmente ético:

[...] passando a concorrer para um novo humanismo: um humanismo que provém de compreensão buscada no conhecimento. Tal objetivo é não apenas científico – porquanto envolve a pesquisa dos fatos – mas também ético-pragmático, uma vez que implica uma preocupação constante pelo destino dos seres humanos. [...] ⁴³⁹

A citação acima é suficiente para comprovar o quanto o exercício de pesquisa do cientista social ultrapassava o limite científico, transbordando-se, como bem demonstrou o autor de *Vozes de Campos do Jordão*, em um compromisso ético para com o “desenvolvimento” da sociedade. Seguramente, essa questão deve ser estendida para o *Movimento Folclórico* como um todo uma vez que o respectivo texto resultou da aula inaugural do curso que ele ministrou junto à Comissão Paulista de Folclore, cujo objetivo foi orientar metodologicamente o estudo do folclore pelo ponto de vista das ciências sociais. Ora, não nos parece um equívoco considerar, nesse caso específico, que o folclorista, munido destas ferramentas conceituais e teóricas, teria o compromisso ético-científico de mediar os dois *tempos* existentes no Brasil de outrora: entre um mais lento e regido pelo calendário agrícola e religioso, sob o qual a maior parte da cultura popular se sujeitava, e outro cada vez mais subordinado ao meio técnico-científico em amplo processo de expansão.

Outro autor que se destacou junto aos estudos de comunidade e participou ativamente do *Movimento Folclórico* em São Paulo foi Alceu Maynard Araújo. Presbiteriano de Piracicaba, nascido em 1913, bacharelou-se em ciências políticas e sociais junto à ESP obtendo o título de doutor em Antropologia. Assim, percorreu uma longa carreira no âmbito do magistério, enquanto professor primário, e no campo da advocacia. Também foi funcionário do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Ao prefaciá-las de suas obras, Herbert Baldus, nos deu uma breve biografia e traçou claramente o perfil intelectual do autor que dedicou a maior parte de sua obra ao estudo do folclore no Brasil:

Conheço Alceu Maynard Araújo há vinte anos. Com aquele jeito radiante de saúde física e espiritual que o caracteriza até hoje, apareceu na Escola de Sociologia e Política de São Paulo para assistir minhas aulas. Queria saber tudo sobre o índio, pois vinha com uma nobre ambição: tornar-se o David

⁴³⁹ NOGEIRA, Oracy. Curso de técnicas de pesquisa social patrocinado pela Comissão Paulista de Folclore. Aula inaugural: A função das Ciências Sociais. In: **Documentos da CNFL**, nº 233, 1951, p. 5

Livingstone do Brasil, o explorador de seus sertões e o salvador dos silvícolas. Fiquei tão contente com Alceu que o convidei para ser um dos meus assistentes de campo na pesquisa que realizei, em 1946, entre os índios Kaingang da região do Ivai. Lamento ainda hoje que ele, naquela época funcionário público municipal, não tivesse conseguido a devida licença para me acompanhar. (...)

Mais sorte que eu para obter Alceu como assistente tiveram dois colegas meus da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, os sociólogos Emílio Willems e Donald Pierson. Foi assim que o nosso amigo chegou a especializar-se em pesquisas de comunidade rurais, dedicando todo o seu amor ao caipira e pensando cada vez menos no filho nu da mata virgem. [...]

[...] De fato, como professor procurei incutir nele a importância do empirismo e a desconfiança contra a especulação teórica. Essa orientação científica combinou-se com sua grande capacidade de entabular relações humanas, sua bondade natural, sua alegria, sua constante disposição de sacrificar qualquer conforto pessoal em prol de um ideal, seu fino senso de observador, seu dinamismo perpétuo em colher dados escrevendo, desenhando, gravando, fotografando e filmando e, por fim, sua facilidade em elaborar e reproduzir esses dados. Resultado: 'a exposição descritiva' que lhe trouxe não somente o reconhecimento oficial por meio de prêmios e títulos, mas – o que vale mais – fez seus numerosos artigos e monografias serem publicados por revistas de alto padrão científico e casas editoriais de renome. [...]⁴⁴⁰

Como podemos depreender da citação de Herbert Baldus, Emilio Willems e Donald Pierson foram responsáveis por introduzir Alceu Maynard Araújo na seara dos estudos de comunidade e, não por acaso, uma vez que ele compôs a equipe que se dedicou ao estudo sobre Cunha, Alceu Maynard apresentou ao certame o trabalho *Ciclo agrícola, calendário religioso e magias ligadas à plantação*, justamente sobre este município, obtendo o 1º prêmio no 5º Concurso ocorrido em 1950. Na apresentação da pesquisa, confirmamos não só a pesquisa participante mas também sua preocupação com o registro documental do trabalho, ricamente ilustrado com gráficos e fotografias. Pode-se dizer, portanto, que Alceu foi um dos estudiosos mais atentos ao registro etnográfico:

O presente trabalho é fruto de um lustro de observações de uma comunidade rural paulista.

Nosso primeiro contato foi em fins de dezembro de 1944 e princípios de 1945. Tivemos a felicidade de acompanhar noites e noites a Folia de Reis, dançar o jongo e participar de todas as festas e cerimônias cíclicas do Natal. Nossa permanência foi de 30 dias. Em 1945 estivemos outras duas vezes no mesmo lugar. Em 1947, mais duas vezes, uma delas demoradamente. Em 1948, só uma, porém proveitosa, tendo viajado, em lombo de burro, de ponta a ponta, o município todo. Em 1949, também apenas uma, por ocasião de uma grande estiagem e em 1950 na época da Festa do Divino Espírito Santo, quando ficamos apenas 10 dias. Apenas, dissemos, porque sempre para

⁴⁴⁰ BALDUS, Herbert. Duas Palavras. In: ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional: Festas, bailados, mitos e lendas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. XVI-XVII.

nosso estudos, ficávamos para mais de 20 dias. [...]Tiramos mais de 500 fotografias (muitas não serão incluídas no presente trabalho porque já foram publicadas); rodamos alguns filmes; recolhemos alguns elementos para nossos ergológicos e para nossa iconoteca. [...] ⁴⁴¹

A finalidade do trabalho, nas palavras de Alceu Maynard Araújo, foi mostrar a inter-relação das festas e as atividades agrícolas. Nesse sentido, o autor notou que as grandes festas, onde havia um grande aumento da vida social, ocorriam justamente por ocasião das vacâncias, ou seja, nos momentos em que não havia trabalho na lavoura. Em outras palavras, o calendário agrícola ditava a distribuição das festas, independentemente do calendário religioso:

[...] É o calendário agrícola ditando a distribuição das festas e cerimônias. [...] delineou-se-nos claramente a perfeita e indubitável preponderância do calendário agrícola sobre o religioso. [...] Nêsses cinco anos de observação participante, muitas entrevistas foram feitas. De fato, vivemos bem de perto, dentro do mesmo ritmo de vida a vida dessa bucólica comunidade do estado bandeirante.

Evitamos citar o seu nome atual, substituindo-o sempre pelo antigo – FREGUESIA DO FACÃO – aliás seguindo a norma em estudos de comunidade. ⁴⁴²

Um dado interessante da biografia de Alceu Maynard Araújo se deve a sua orientação religiosa que, aparentemente, estabeleceu certa dicotomia em relação à proteção das práticas “tradicionais” ou folclóricas, hegemonicamente eivadas pelo catolicismo. Pesquisador de origem presbiteriana, Araújo se inseriu na mesma linha historiográfica de Cornélio Pires, este responsável por inaugurar, em linhas gerais, os estudos sobre a sociedade caipira. Dissemos e reiteramos que a dicotomia é apenas aparente, pois, como destacamos, o conhecimento mais aprofundado do mundo caipira iniciou-se pelas mãos de autores protestantes. José de Souza Martins, ao prefaciар a obra de Antonio Gouvêa Mendonça, frisou a importância dos autores de origem presbiteriana para com o conhecimento do mundo caipira:

A hipótese levantada pelo autor do livro, de que o protestantismo tenha se inserido de preferência entre as populações pobres da roça, onde foi facilmente acolhido, é uma hipótese mais do que pertinente. De certo modo, ela tem uma confirmação no fato de que os pesquisadores que em São Paulo tem se interessado pela cultura caipira (e sertaneja) são majoritariamente presbiterianos: Otoniel Mota, Cornélio Pires, Alceu Maynard Araújo, Duglas

⁴⁴¹ ARAÚJO, Alceu Maynard. Ciclo agrícola, calendário religioso e magias ligadas à plantação. In: **Revista do Arquivo Municipal**, n° CLIX, 1957, p. 15

⁴⁴² Ibid., p.16.

Teixeira Monteiro, Walnice Nogueira Galvão. Em grande parte porque havia, no início, um interesse muito mais do que folclórico em decifrar a cultura camponesa e o dialeto caipira, como cultura que era de um diálogo religioso. [...]

Aparentemente, da parte dos protestantes havia um interesse sério no conhecimento da cultura caipira, um grupo social marginal, até então objeto de desprezo e de deboche. Esse mesmo interesse se manifestou em várias obras do Reverendo Otoniel Mota, que também era Campos, como Cornélio Pires, presumo que parentes, descendentes de velhas famílias paulistas e caipiras. Pires teve um sucessor qualificado em outro presbiteriano, como mencionei, Alceu Maynard Araújo, um dos melhores etnógrafos da cultura caipira, a quem devemos registros preciosos de traços dessa cultura que de outro modo se perderiam. Alceu era presbiteriano e professor na Escola de Sociologia e Política. [...] ⁴⁴³

Se houve ou não um sentimento “missionário” em Alceu, acreditamos que essa afeição se estabeleceu pelo crivo etnográfico, pois o autor não só descreveu mas viveu participativamente a cultura popular por ele estudada, chegando mesmo a se transbordar na defesa desse folclore. Especificamente sobre Cunha, município objeto de seu estudo apresentado ao certame de monografias em 1950, Alceu percebeu o conflito cultural entre a cultura tradicional, de origem “católica”, e as religiões reformadas. Assim, apesar de algumas religiões protestantes “tirarem o homem da rotina”, segundo Maynard, por outro lado, também rompiam com a tradição folclórica por ele defendida:

É claro que o processo mesmo da urbanização vai diminuindo os dias de festa e de guarda. [...] É a secularização que se faz sentir. E mesmo a substituição dos santos com introdução de novos, vai deixando na penumbra, sem cultos 'folgados' os miraculosos servidores do homem do século passado. [...].

Outro fator que está contribuindo para a secularização do calendário religioso caboclo é o contato diuturno com pessoas de outras religiões. Na zona rural da FREGUESIA DE FACÃO, há vários núcleos de protestantes. No cume ou nas Abóboras (Jericó), no Monjolo, há fortes grupos de metodistas wesleyanos, com igrejas e escolas de alfabetização, quer para as crianças quer para adultos, mantidas pela comunidade religiosa. [...] Os protestantes não guardam êsses dias de festa do calendário católico-caipira. Eles somente respeitam o domingo [...] e criticam, não raro, os que assim não o fazem, achando-os preguiçosos e indolentes. Pressão grande, nesse sentido, exercem os neo-convertidos ao protestantismo, sendo até intolerantes, querendo que todos abracem o seu credo e transmudem a rotina de vida, chegando a criticar severamente as 'folgas' que os trabalhadores têm nos dias de festa e de guarda dos santos. [...]

Mas o protestantismo é um elemento profundamente aculturador. Traz novidade de vida, transforma o homem, tira-o da rotina, implanta novos hábitos, quebra a tradição. Olhado por êsse prisma, êle é um mal, porque

⁴⁴³ MARTINS, José de Souza. Prefácio da 3ª Edição. In: MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008, pp.23- 5.

vem quebrar a tradição tetrasecular.”⁴⁴⁴

Fato é que a região do vale do Paraíba foi objeto de estudo apresentado no ano subsequente, em 1956, referente a São Luiz do Paraitinga intitulada *Alguns ritos mágicos: “abusões”, feitiçaria e medicina popular*.⁴⁴⁵ Assim como justificado em seu trabalho sobre o município de Cunha, o grau de “isolamento” geográfico foi fundamental para escolha do estudo, no caso, referente as superstições populares, embasando-se em Gilberto Freyre e Roger Bastide:

[...] Nossa escôlha da região montanhosa para coletar êstes dados, foi impulsionada também por uma observação de Gilberto Freyre em 'Problemas de Antropologia', que de 'acordo com estatística, há maior número de superstições entre moradores de montanha, do que na planície, bem como entre camponeses que vivem na cidade'. [...] procuraremos com o material recolhido dar mais elementos para estudos futuros dessa hipótese. Acontece também que o fato folclórico é menos coercitivo que outros fatos sociais. Isso porque são fatos que morrem e portanto perdem a fôrça de coerção. Temos para nós que os fatos folclóricos são de três espécies: a) - sobrevivência das sociedades prehistóricas; b) - fatos folclóricos que vêm do desnivelamento dos costume, etc. (Imitação das classes inferiores do que fazem as classes superiores. As classes superiores perdem seus costumes e a classe inferiores os conserva modificados); e c) – criações folclóricas populares sem imitação. Êstes são mais raros. O folclore fornece então: a) – fatos sociológicos para a demonstração dos fenômenos sociológicos; e b) o sociólogo fornece ao folclore um interpretação. É o que também visamos com a recolta dêstes dados.⁴⁴⁶

Isto posto, depreende-se da análise de Alceu que se por um lado o autor foi um dos sociólogos mais ativos dentro da Comissão Paulista de Folclore, em contrapartida, assim como verificado na polêmica entre José Loureiro Fernandes e Fernando Azevedo durante a realização do 1º Congresso Internacional de Folclore ocorrido em São Paulo em 1954, o sociólogo da Escola de Sociologia e Política postulava que o folclore brasileiro, ao contrário do que defendia Edison Carneiro em *Dinâmica do Folclore Brasileiro*, por exemplo, não seria propriamente o resultado da “fábula das três raças”⁴⁴⁷, mas, antes disso, reminiscências das

⁴⁴⁴ ARAÚJO, Alceu Maynard. Ciclo agrícola, calendário religioso e magias ligadas à plantação. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLIX, 1957 pp.52-3

⁴⁴⁵ ARAÚJO, Alceu Maynard. Alguns ritos mágicos: “abusões”, feitiçaria e medicina popular (2º prêmio do 6º Concurso de Monografias de Folclore da Discoteca Municipal de 1951). In: **Separata da Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXI, 1955.

⁴⁴⁶ Ibid., p. 46.

⁴⁴⁷ DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981. p.62-63

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de

sociedades pré-históricas. Em outras palavras, aproximava-se, pois, da teoria de André Varagnac, posição esta partilhada pelos folcloristas europeus que estiveram no Congresso de 1954 e pelo próprio Roger Bastide. Bastide foi, inclusive, utilizado para justificar o recorte geográfico de Alceu ao escolher as regiões montanhosas para estudar superstições folclóricas.⁴⁴⁸ De todo modo, como ressaltamos anteriormente, o autor atribuía claramente à sociologia a tarefa de analisar os dados folclóricos, ao contrário da posição de folcloristas, como o já citado Edison Carneiro ou mesmo Rossini Tavares de Lima, aproximando-o, pois, da posição teórica de Florestan Fernandes.

O autor ainda abriu um breve espaço para citar a *Sociedade de Etnografia e Folclore* e o próprio Mário de Andrade, revelando, pois, que sua preocupação era justamente registrar as “magias” e demais preceitos supersticiosos uma vez que caso eles não se “transformassem”, simplesmente desapareceriam:

Nosso fito em recolher êste material é documentar uma faceta do folclore que devido à mudança cultural e à transição motivada por vários fatores, com facilidade se perderá ou se transformará.

Acreditamos que para um estudo mais aprofundado e comparativo, deveríamos lançar mão de um mapa do Estado de São Paulo e assinalar aí as observâncias, tabús alimentares (êste já foi feito pela Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo, no tempo de Mário de Andrade, com a valiosa colaboração de José Bento de Faria Ferraz) etc, peculiares às diversas regiões paulistas: litoral, planalto atlântico, depressão e planalto ocidental. Essa tarefa com a geográfica, pretendemos um dia realizar. [...] Contribuiríamos, outrossim para a efetivação de UM MAPA FOLCLÓRICO DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL.⁴⁴⁹

A citação da *Sociedade de Etnografia e Folclore* não é fortuita. Considerando que Mário de Andrade foi um dos autores mais “incorporados” às leituras do *Movimento Folclórico*, a *Missão de Pesquisas Folclóricas* bem como a SEF, por conseguinte, foram tomadas como exemplos paradigmáticos de trabalhos de registro, preservação e conhecimento das realidades culturais populares no Brasil. Assim, se por um lado tanto a *Missão* quanto a SEF podem ser lidas sob o prisma da política patrimonial no Brasil, como já destacamos por meio dos estudos de Gilberto Ramos Nogueira e Flávia Toni, o fato de Alceu citar claramente essas iniciativas, comprova que o *Movimento Folclórico* estava imbuído do mesmo sentimento, obviamente, inspirados nas experiências do Departamento de Cultura e de sua

Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.133

⁴⁴⁸ ARAÚJO, Alceu Maynard. Alguns ritos mágicos: “abusões”, feitiçaria e medicina popular (2º prêmio do 6º Concurso de Monografias de Folclore da Discoteca Municipal de 1951). In: **Separata da Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXI, 1955, p.46.

⁴⁴⁹ Ibid., p. 54

Discoteca Pública Municipal. Afinal, quando o autor citou a necessidade de um mapeamento folclórico dos municípios brasileiros, ele estava, precisamente, reafirmando uma das principais premissas do anteprojeto do SPHAN, elaborado por Mário de Andrade: o inventariamento da cultura no Brasil.⁴⁵⁰

Como já discutimos, Alceu Maynard Araújo se destacou, talvez, como o principal exemplo de intelectual que vinculou diretamente a metodologia dos estudos de comunidade às pesquisas folclóricas. Não por acaso, ao participar da maior pesquisa de comunidade no Brasil, que ficou conhecida como *Projeto Vale do São Francisco*, Alceu se valeu de uma parte dos materiais coligidos para desenvolver um estudo folclórico sobre Piaçabuçu, município Alagoano situado na foz do Rio São Francisco.⁴⁵¹ Não obstante o rigor sociológico do autor, o mesmo não deixou de alinhar seu estudo à genealogia das pesquisas folclóricas no Brasil, para as quais novamente o Departamento de Cultura de São Paulo e Mário de Andrade exerceram papéis ímpares, reforçando-nos, portanto, a importância que a obra do autor de *Macunaíma* teve para o desenvolvimento do *Movimento Folclórico Brasileiro*:

Os estudos folclóricos no Brasil cronologicamente situam-se: antes e depois de Mário de Andrade. O Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo é o obelisco dessas épocas, pois o pai de Macunaíma, firmando-se nesse monumento cultural deu o passo inicial para os grandes giros 'por esses Brasis a fora', animando, encorajando e principalmente dando o exemplo de pesquisador infatigável. A missão de pesquisas do Departamento de Cultura de São Paulo enviada ao nordeste brasileiro trouxe-nos a convicção de que ainda há muito o que recolher nessas plagas. Preciso é seguir-lhes as pegadas. E foi modestamente o que procuramos fazer ao apresentar este 'Escorço do folclore de uma comunidade'. [...]. Infelizmente até hoje as Universidades brasileiras, as Faculdades de Filosofia ainda não incluíram entre suas cadeiras a de Folclore. Somente as universidades nos dariam os cientistas sociais preparados para tão ingente cruzada. Mas, não se deve desanimar. Enquanto esperamos, sigamos o conselho de Mário de Andrade: 'colher, colher, colher sempre'. Um dia alguém capacitado estudará o acervo. Eis portanto a nossa pequena parcela – esta recolta folclórica e etnográfica.”⁴⁵²

⁴⁵⁰ NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Fapesp, Hucitec, 2005

⁴⁵¹ ARAÚJO, Alceu Maynard. Escorço do folclore de uma comunidade. 2º Prêmio do 11º Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXVI, 1959, p. 143.

Transcrevemos aqui a nota que o autor escreveu na introdução de seu trabalho: “O A. participou do concurso de monografias de folclore devidamente autorizado pela direção da Escola de Sociologia e Política de São Paulo para utilizar os dados que recolheu na pesquisa sociológica realizada no baixo São Francisco, quando ali esteve, em 1952, participando do programa de estudos sociológicos de todo o vale, supervisionados pelo prof. Dr. Donald Pierson. O Autor, especialista em pesquisas de comunidades rurais, foi como representante do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. O estudo global intitulado 'Passagem Grande – cidade ribeirinha', será publicado pela Comissão do Vale do São Francisco.”

⁴⁵² Ibid., p.141.

A citação de Alceu nos reforça dois aspectos importantes que já referenciamos no 1º capítulo de nossa dissertação, quais sejam, que a concepção de preservação cultural para Mário de Andrade e inclusive para a própria Discoteca Publica Municipal passaria necessariamente pelo *registro* dos bens culturais, cuja base metodológica se assentaria sobre a *etnografia*. Do mesmo modo que o estudo se ancorava sobre a tradição dos trabalhos iniciados pelo DC, o autor não deixou de se alinhar a uma das principais premissas do *Movimento Folclórico*: frisar a importância de o folclore ser incluído dentro das faculdades de filosofia. Por outro lado, ao contrário do que defendia, por exemplo, Edison Carneiro ou Oswaldo Rodrigues Cabral, para Araújo os estudos de comunidade forneceriam as principais bases metodológicas para o conhecimento científico do folclore, reiterando-nos, pois, que o movimento não estava coeso quanto ao enquadramento do folclore como ciência social autônoma:

[...] a nossa experiência nos tem mostrado que a melhor maneira para se estudar o folclore é através de estudos de comunidade. Tomar um município e estudá-lo. Foi o que fizemos no presente estudo, o primeiro feito no Brasil por um antropólogo social.⁴⁵³

Assim, se por um lado os estudos de comunidade foram intensamente marcados pela crítica por parte de autores uspianos ou alinhados com sua perspectiva sociológica, como Caio Prado Junior, autor que inaugurou a censura à obra *Cunha*, coordenada por Emilio Willems,⁴⁵⁴ pode-se considerar, em contrapartida, que o perfil empírico destes estudos conduziu à adesão de autores identificados com essa metodologia ao *Movimento Folclórico*, cujos principais praticantes se encontravam diretamente vinculados à Escola de Sociologia e Política. Em outras palavras, ao contrário do verificado na FFCL, onde a *sociologia da cultura* difundida por Roger Bastide “perdeu” espaço paulatinamente para a *sociologia do desenvolvimento*, na ESP, os estudos de comunidade permitiram não só que o folclore fosse estudado e praticado pela comunidade acadêmica como chegou a representar a metodologia adequada para as pesquisas de cultura popular no final dos anos 50 do século XX.

⁴⁵³ ARAÚJO, Alceu Maynard. Escorço do folclore de uma comunidade. 2º Prêmio do 11º Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXVI, 1959, p. 143.

⁴⁵⁴ JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940 – 1970). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, nº 65. São Paulo: Anpocs, 2007

4.3 O Movimento Folclórico no Concurso Mário de Andrade: Rossini Tavares de Lima, Américo Pellegrini Filho e Edison Carneiro

O momento de euforia e entusiasmo dos anos 1950, como já referenciamos no início do capítulo, marcou profundamente o cenário cultural da cidade de São Paulo. Se por um lado este período histórico permitiu o surgimento de inúmeras instituições culturais voltadas ao teatro, cinema e ao universo artístico em geral, tal como os museus, em regra geridos e mantidos pela burguesia paulista, em 1954 a municipalidade de São Paulo resolveu organizar os festejos do IV Centenário que, de uma maneira geral, sacramentou e forjou a imagem da cidade de São Paulo como centro econômico e cultural do Brasil. Não por acaso, a autarquia responsável pela organização do evento foi presidida inicialmente por Francisco Matarazzo Sobrinho, o Cicillo,⁴⁵⁵ empresário industrial de grande proeminência econômica que financiou inúmeras iniciativas culturais tais como o MAM-SP e a Companhia Vera Cruz de cinema.⁴⁵⁶

Congregando uma variável e ampla gama de eventos por toda a cidade, desde congressos, exposições e apresentações por todo ano de 1954, o principal *monumento* criado justamente para marcar o IV centenário da cidade de São Paulo foi a construção do Parque do Ibirapuera, onde a Comissão Paulista de Folclore organizou uma grande exposição de cultura popular, sob a curadoria e organização de Rossini Tavares de Lima, para o qual a Comissão Nacional de Folclore foi de suma importância para a aquisição de artefatos museológicos a serem expostos. Além dessa grande exposição, intitulada *Exposição Interamericana de Artes e Técnicas Populares*, a Comissão do IV Centenário também financiou a realização do I Congresso Internacional de Folclore, do qual já falamos anteriormente, que reforçou o papel de destaque de São Paulo dentro do *Movimento Folclórico*. Assim, como frisou Silvio Luiz Lofego, se por um lado os festejos do IV Centenário colocaram São Paulo entre o passado e

⁴⁵⁵ LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo: Uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004, p.46.

Com a mudança do governo municipal, então presidida por Armando Arruda Pereira, em 08 de abril de 1953 chega ao posto de prefeito Jânio Quadros que pretendia valer-se do exercício de prefeito para se lançar ao governo Estadual. Apesar de manter certa discrição em relação aos trabalhos da Autarquia do IV Centenário, em virtude do descontentamento no tocante ao desfile de carnaval de rua em São Paulo, Jânio Quadros decidiu trocar a direção da Autarquia então chefiada por Francisco Matarazzo. Guilherme de Almeida passaria a chefiar os trabalhos do IV Centenário no lugar de Cicillo. Silvio Luiz Lofego pontou, por outro lado, que muito pouco poderia ser feito pois a proximidade dos festejos estava demasiadamente próxima: “[...] Depois de 26 meses à frente da comissão que representava as comemorações do IV Centenário, conforme pudemos acompanhar através das portarias, e ultrapassada a data do aniversário, 25 de Janeiro de 1954, pouco poderia ser feito para mudar os rumos da comemoração. A programação já estava definida e uma nova não fazia mais sentido. (...) O Novo presidente da Comissão foi empossado por Jânio Quadros, em 24 de março de 1954, prometendo apenas dar continuidade a que já estava sendo feito.”

⁴⁵⁶ ARRUDA, Maria Arminda. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX**. Bauru: Edusc, 2001, p.42.

futuro, afinal a imagem do *Bandeirante* foi constantemente retomada como símbolo da formação do Brasil, o contexto industrial da metrópole paulistana situava novamente São Paulo na dianteira modernizadora do país. Deste modo, nesse quadro entre passado e futuro se situou a relevância do folclore e, por sua vez, do próprio *Movimento Folclórico* em São Paulo, visto que a identidade nacional se embasava justamente sobre o folclore:

De tal forma, as propostas que brotavam, ao longo dos preparativos tinham por meta *fazer convergir para São Paulo as atenções dos homens de pensamento de todo o mundo, transformando a capital bandeirante na sede de várias dezenas de congressos internacionais programados para o ano de 1954*, conforme declara o próprio Histórico da Comissão do IV Centenário e suas Realizações, produzido pelo Serviço de Imprensa, em 1954. Além disso, São Paulo se propunha ser uma espécie de resumo do Brasil ou seu ponto de convergência. A chamada nas propagandas de jornais para o Primeiro Festival Brasileiro de Folclore era 'Todo Brasil dentro de São Paulo pela primeira vez!'⁴⁵⁷

O festival folclórico que a citação acima frisou foi organizado por Rossini Tavares de Lima, figura central dos esforços do *Movimento Folclórico* em São Paulo. Em entrevista dada ao MIS-SP em 1981, o autor de *A ciência do folclore* deu mais detalhes sobre a organização destes eventos relacionados ao folclore que estiveram na base da ampliação do Museu de Folclore a ser implantando em dos edifícios do recém-criado Parque do Ibirapuera:

Eu enviei um ofício, naquela época ao prefeito de São Paulo sugerindo que se realizasse naquela época durante as comemorações do IV Centenário um Congresso Internacional de Folclore de São Paulo e também uma exposição Interamericana de artes e técnicas populares e um grande festival de folclore brasileiro.

Nessa época eu tive dois grandes mestres: Mário de Andrade, que me estimulou; que não foi apenas o mestre, mas um grande amigo que nós perdemos. E o segundo foi Renato Almeida. [...]

Depois houve uma colaboração de Ernani da Silva Bruno, aqui presente, arranjando um lugarzinho para este material lá no prédio onde estamos hoje. E foi aquela luta imensa para defesa desse material naquele prédio; que todo mundo estava interessado em tomar aquele prédio. E lançamos mão de todos os meios possíveis e impossíveis para defender aquele local até que em 1961 conseguimos constituir uma associação que se chamou Associação Brasileira de Folclore e que foi a associação que deu assim cunho oficial e material [...] daquele material que vinha de várias procedências: vinha material do Centro de Pesquisas Folclóricas, vinha material da Comissão Nacional de Folclore e que estava ali no Parque do Ibirapuera sem dono. Passou então a ser a Associação Brasileira de Folclore. Hoje nós estamos cumprindo 20

⁴⁵⁷ LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo: Uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004. p. 39

anos de Associação. [...]⁴⁵⁸

Ora, como já destacamos anteriormente, a Comissão Paulista de Folclore foi aquela da qual o maior número de autores a ela filiados inscreveram monografias que concorreram ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*.⁴⁵⁹ Na medida em que seria impraticável discurrir em uma dissertação de mestrado sobre todos os autores de monografias inscritos no referido certame, optaremos por analisar mais detidamente os trabalhos de três autores que atuaram decisivamente nas formulações teóricas do *Movimento Folclórico*: o já citado Rossini Tavares de Lima, professor da cadeira de Folclore Musical do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; Américo Pellegrini Filho, intelectual que trabalhou ao lado de Rossini no jornal *A Gazeta* e que secretariou a Associação Brasileira de Folclore, associação mantenedora do Museu de Artes e Técnicas Populares⁴⁶⁰ e Edison Carneiro. A importância do primeiro se deve ao papel de destaque que teve na Comissão Paulista de Folclore e mais ainda o fato de o supracitado *Museu de Folclore* possuir em sua estrutura organizacional uma *Escola de Folclore*, criada em 1971, da qual alguns ex-alunos inscreveram trabalhos no *Concurso*. A relevância do segundo se deve ao fato de ter se destacado junto ao *Movimento Folclórico* em São Paulo, porém, afastando-se ligeiramente da orientação metodológica de Rossini Tavares de Lima. O terceiro, ao presidir a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro a partir de 1961 – a mesma fora criada em 1958 sob os auspícios do Ministério da Educação – estabeleceu intenso papel no debate intelectual em relação aos limites do método folclórico.

Com verificamos na citação anterior, Rossini Tavares de Lima iniciou sua trajetória profissional junto ao Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde teve como professor Mário de Andrade. Nascido na cidade de Itapetininga em 1915, transferiu-se para São Paulo aos nove anos de idade e por influência de seus pais – Mozart Tavares de Lima, professor de música e sua mãe, Maria José Ayres Tavares de Lima, professora primária – estudou música durante a década de 20 do século passado, chegando, subsequentemente, ao Conservatório Dramático e Musical. Lá teve a oportunidade de conhecer o autor de *Macunaíma* do qual tornou-se amigo. Rossini assim descreveu sua atuação junto ao Conservatório:

⁴⁵⁸ LIMA, Rossini Tavares de. Depoimento [15/07/1981]. Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som -SP. CD: 00035EBR00005AD, 00035EBR00006AD, 00035EBR00007AD.

⁴⁵⁹ Ver ANEXO D: Relação dos membros das comissões folclóricas estaduais.

⁴⁶⁰ Este passou a ser o nome oficial do Museu de Folclore a partir de 1961. Como demonstraremos neste subcapítulo, o Museu de Folclore foi criado em 1948 junto ao Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, subordinado ao Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

[...] Eu passei a década de 20 estudando piano. Dessa maneira eu acabei chegando ao Conservatório Dramático Musical de São Paulo. Fiz o curso do Conservatório; dentro desse curso obtive, assim, grandes ensinamentos e grandes contatos. Tive a oportunidade, por exemplo, de encontrar Mário de Andrade. Mário de Andrade de quem fui aluno e de quem fui amigo. Amigo de chope do Franciscano à noite. E aluno que procurava sempre esclarecimentos dos mais variados assuntos, porque Mário era realmente um humanista, um dirigente de juventude e de jovens [...]. Eu, através de Mário de Andrade, encontrei o folclore, que Mário de Andrade estava muito interessado no desenvolvimento de pesquisas de folclore; e pelas mãos de Mário de Andrade que eu acabei recebendo a incumbência de dirigir a Cadeira de Folclore do Conservatório [...]. Eu fui o segundo professor de folclore do Brasil. O 1º é o professor Luiz Heitor Corrêa de Azevedo no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Música, da Universidade do Brasil, que no momento é o diretor do Departamento Cultural da Unesco em Paris. [...] Tomei posse de minha Cadeira em 1944 e desde o início tive a intenção de desenvolver pesquisa de campo.

Eu tomei desde o início da minha carreira de folclorista, isso eu faço questão de dizer, que eu sou apenas e somente folclorista, porque o pianista ficou frustrado no ideal de minha mãe. Aliás, dos meus pais, do meu pai e da minha mãe. Sou apenas e somente folclorista.

Eu, como folclorista, desde o início eu tive duas atitudes básicas e fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho, uma atitude no sentido de estimular e de fazer a pesquisa de campo, porque através dessa pesquisa é que nós poderíamos conhecer melhor o Brasil. [...] E o segundo é uma atitude crítica em relação ao que não se faz; ao que não se fazia e sem receio de consequências [...] eu costumo dizer que a minha primeira equipe de pesquisadores de campo foi constituída dos meus alunos de 1944 do conservatório. Eu comecei a reger a Cadeira de Folclore e imediatamente arregacei as mangas e comecei a desenvolver com meus alunos a pesquisa de campo. Tem um pequeno caderno publicado em 1945 que tem o título de *Notas de pesquisa de folclore musical* no qual estão várias observações de meus alunos. Eu sempre fiz muita questão de valorizar o elemento aluno. [...]⁴⁶¹

Assim, como pudemos ler acima, Mário de Andrade foi o responsável por introduzir Rossini no universo do folclore; no caso, do folclore musical. Ao assumir a Cadeira de Folclore Musical, em 1944, tornou-se o segundo professor no Brasil sobre essa matéria, até então ensinada apenas junto a Escola Nacional de Música sob a regência de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo. Deste modo, o importante a se destacar aqui é o fato de Rossini Tavares de Lima frisar o enfoque que ele direcionava às “pesquisas de campo” enquanto presidiu a respectiva cadeira de Folclore Nacional. Não por acaso, pois, especificamente na pesquisa intitulada *Malhação de Judas em São Paulo*, premiada com o 1º prêmio no 7º Concurso de 1952, o autor contou com a colaboração de alunos do Conservatório, conforme pudemos

⁴⁶¹ LIMA, Rossini Tavares de. Depoimento [15/07/1981]. Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som -SP. CD: 00035EBR00005AD, 00035EBR00006AD, 00035EBR00007AD.

apurar:

O judas é um dos fatos mais significativos e essencialmente populares do fim da Semana Santa, no Estado de São Paulo.

Entretanto, pouco ou nada se tem feito para melhor conhecê-lo. Um estudo sério, um trabalho de campo sistematizado são coisas que ninguém até agora pensou em realizar sobre o assunto.

Por isso nos arvoramos a estudá-lo, contando com a colaboração de nossos colegas de classe de Folclore Nacional do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

Como primeiro passo, dividimos o material humano com que contávamos em várias equipes, verificando, também, quais os locais da Capital e outros pontos do interior e do litoral paulista, que poderiam ser utilizados para a pesquisa.

A seguir, reunimos todos os colaboradores, dizendo-lhes como o trabalho de campo deveria ser executado.

A orientação que lhes demos foi registrada em pequeno questionário, que além dos dados que necessariamente devem acompanhar os fatos folclóricos recolhidos, compreendia os itens:

- 1 – De como é feito o boneco
- 2 – De como é amarrado
- 3 – De como é feita a malhação
- 4 – Dos elementos que tomam parte
- 5 – Do que os participantes dizem sobre o fato
- 6 – Das frases ou versos que dizem os participantes
- 8- Do testamento

Dêsse modo, nos anos 1950 e 1951, pudemos levantar o material, cujo resumo foi divulgado nos 32 e 33 do 'Correio Folclórico', publicação domingueira que mantivemos no 'Correio Paulistano', sob o patrocínio do Centro de Pesquisas Folclóricas 'Mário de Andrade' e da Comissão Paulista de Folclore do I.B.E.C.C.⁴⁶²

De uma maneira geral, os bairros estudados na cidade de São Paulo foram Bexiga, Moóca, Bela Vista, Bom Retiro, Luz, Belém, Horto Florestal, Brás, Cerqueira César e Nossa Senhora do Ó. Além disso, foram pesquisadas algumas cidades do interior, tais como Cotia, Itú, Pirapora, Atibia, Araras, Botucatu, Campinas, São Caetano do Sul, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Santo Amaro, Taubaté, Taquaritinga, Santos e São Vicente. Somado à descrição material do evento (amarração do boneco, queima e etc.), o estudo apresentou rico documentário da parte literária e amplo registro fotográfico. Apesar de se tratar de um fenômeno cuja música não exercia papel de destaque, lembremos que o escopo do *Movimento Folclórico* se ampliara para o estudo dos *folguedos populares*, houve espaço para o registro e análise em pauta de dois documentos musicais.

⁴⁶² LIMA, Rossini Tavares de. A malhação de Judas em São Paulo. 1º prêmio no 7º Concurso de Monografias sobre o folclore nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXIII, 1959, p.14.

Nesse sentido, por tratar-se de um estudioso do campo musical, a monografia *Achegas ao estudo do romanceiro no Brasil*, apresentado no 6º Concurso de Monografias em 1951 apresentou a coleta e a análise de 22 documentos, todos contemplados com o registro em pentagrama. A respectiva pesquisa, como bem apontou o título, tratava-se de uma *achega*, termo designativo comum entre pesquisas folclóricas justamente por representar mais um esforço de coleta do que estudos de sínteses gerais:

Escreve Gordon Hall Gerould que o romance não constituiu expressão típica de um determinado país. Ele é comum ao cancionário de todos os povos civilizados. [...]

De certa forma, como vemos, as autoridades estão concordes em ressaltar-lhe o caráter narrativo.

Entretanto, a verdade é que nem toda poesia narrativa constitui um romance. Romance possui peculiaridades essenciais, que o distinguem das demais poesias narrativas.

No romance, em geral, os personagens vêm à cena, falando e praticando de acordo com sua índole e situação, assim como o próprio poeta narrador, e no final, via de regra, há uma catástrofe.

Por conseguinte, preferimos conceituá-la como uma poesia dramática cantada, especialmente, em face do que, entre nós, o povo chama romance, no sentido folclórico do termo.

Dessa poesia, encontramos em nossa tradição dois tipos: um de procedência ibérica e outro criação nacional, ainda que este nem sempre se apresente com o nome de romance. Ao primeiro pertencem velhos romances, que tiveram grande difusão nos séculos XVI e XVII, e outros de origem relativamente recente. No segundo tipo incluem-se os romances, décimas e abecês de animais, cangaceiros, etc.

Nestas achegas ao estudo dessa forma de poesia dramática, em nossa terra, vamos apenas analisar, rapidamente, o documentário que recolhemos dos velhos romances ibéricos de 'Juliana e D. Jorge', 'Cego ou Ceguinho', 'Silvaninha', 'Sta. Helena' (Sta. Iria), e para encerrar apresentaremos documentos da 'Pastorinha', 'Nau Catarineta' e 'Dona Infanta', também coligidos por nós da tradição oral.

Mas, nosso grande objetivo é mostrar que os velhos romances ainda hoje podem ser recolhidos, se quisermos realizar pesquisa de campo.⁴⁶³

Assim, ao abrir cada uma das séries de documentos coligidos, Rossini se preocupou em analisar brevemente a estrutura do romance: seus personagens, o assunto abordado, as características poéticas e a estruturas musicais (tonalidade, altura e estrutura rítmica). Além disso, em cada documento, que contemplava o registro poético e musical, apontou também o local da coleta, a data do registro e a “idade” do documento segundo o informante.⁴⁶⁴

⁴⁶³ LIMA, Rossini Tavares de. *Achegas ao estudo do romanceiro do Brasil*. 1º Menção honrosa no 6º Concurso de Monografias sobre o folclore nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXII, 1959, p. 9-10.

⁴⁶⁴ Os documentos foram coligidos das seguintes cidades: Rio Claro (SP); São José dos Campos (SP); Glicério (SP); Joanópolis (SP); Araras (SP); Torrinha (SP); São Roque (SP); Agudos (SP); Lins (SP); São Paulo (inúmeros bairros: Luz, Lapa, Campos Elísios, Brás, Santa Cecília, Perdizes, Barra Funda, Belém, Moóca,

Em linhas gerais, nestes dois trabalhos que o autor de *A Ciência do Folclore* apresentou ao certame, a principal pretensão analítica poderia ser descrita dentro do escopo da identidade nacional; afinal, principalmente no trabalho dedicado ao cancionário, o autor destacou a origem dos documentos coletados, ou seja, os de proveniência ibérica e aqueles tidos como nacionais. Por outro lado, salta aos olhos do leitor o rigor documental que, seguramente, foi uma das principais marcas dos autores vinculados ao *Movimento Folclórico* premiados pelo Concurso de Monografias. Entretanto, a ausência de problemáticas “pretensiosas” em hipótese alguma diminuiu o ímpeto combativo de Rossini Tavares de Lima na defesa do folclore.

Nesse sentido, Rossini foi um dos folcloristas mais engajados em defender uma teoria folclórica que se por um lado não negligenciava e mesmo valorizava a aproximação com as ciências sociais, em contrapartida, do ponto de vista de sua “militância folclórica” debateu e criticou constantemente a falta de envolvimento de alguns sociólogos. Tal “embate” se evidenciou ainda no início dos trabalhos da subcomissão estadual de folclore que, como já discutimos, foi implantada por Oneyda Alvarenga. Desta maneira, o autor de *Escola de Folclore* comunicava por carta seu descontentamento a Renato Almeida em relação aos sociólogos:

Não é de hoje que eu estou para lhe escrever. Entretanto, como eu não sou amigo de escrever cartas, especialmente, quando tenho más notícias, vou sempre deixando para amanhã. [...]

Em primeiro lugar, desejo agradecer as imerecidas atenções que tenho sido alvo por parte do amigo e da Comissão Nacional de Folclore. Imerecidas, porque na verdade fracassei inteiramente como Secretário-Geral, da Sub-Comissão de S. Paulo. Orientando o Centro de Pesquisas Folclóricas 'Mário de Andrade', que reúne hoje [...] jovens e velhos, que mesmo, às vezes cometendo erros, muito tem feito pelo folclore, em nosso Estado, não tive forças bastantes para manter um grupo onde havia gente tão auto-suficiente, como é o da Sub-Comissão. Esta auto-suficiência, na minha opinião, foi a causa primeira da desagregação do grupo inicial organizado por Oneyda Alvarenga. De um lado ficaram os folcloristas de gabinete, dizendo melhor os sociólogos do Donald Pierson, do outro, os verdadeiros representantes da Comissão Nacional, chamados pelos anteriores de 'folcloristas tradicionalistas', voltaram-se para o Centro 'Mário de Andrade', e graças a ele pudemos fundar o primeiro museu folclórico do Brasil, em cuja inauguração nem os 'sociólogos' e nem Oneyda Alvarenga compareceram. [...]

Em consequência desses fatos, há quase quatro meses não se reúne a Sub-Comissão, e a não ser, aqui na cidade de S. Paulo, o nosso grande companheiro Alceu, 'responsável' direto pela criação do museu do Centro, e

Santana); Jardinópolis (SP); Sorocaba (SP); Bandeirantes (SP); São Simão (SP); Cachoeira (SP); Muzambinho (MG); Carangola (MG); Caxambú (MG); Barbacena (MG); Entre-Rios (MT) e um documento tão somente registrado como Estado de Alagoas.

ainda Oswald Andrade Filho, Ruth Guimarães, Magaly França, Maria Candelária, Alonso Aníbal da Fonseca, todos trabalhando no Centro de Pesquisas, não mais tivemos notícias dos outros membros, inclusive a representação da Comissão Nacional.

Portanto, como o amigo deve ter percebido, a Sub-Comissão de S. Paulo não existe e, por isso, venho por meio desta solicitar a minha demissão do cargo de Secretário-Geral e também de membro da Sub-Comissão de S. Paulo, que na realidade, sob esse título, só tem existido no papel. [...]

Deixo de enviar uma cópia desta carta à Oneyda Alvarenga, porque não a considero como representante da Comissão Nacional, em S. Paulo.⁴⁶⁵

Fato foi que Rossini não só permaneceu na direção da Comissão Paulista como ampliou consideravelmente o recém-inaugurado Museu de Folclore em virtude dos festejos do IV Centenário, como já pudemos discutir rapidamente. Cabe reforçarmos aqui o descontentamento do folclorista paulista não só com os “sociólogos” de Donald Pierson, mas também em relação a Oneyda Alvarenga. De tal sorte, se ela enquanto representante da Comissão Nacional de Folclore e responsável direta pela implantação da Subcomissão Paulista deixou de comparecer à inauguração do Museu de Folclore, não nos parece equivocado concluir que Oneyda estivesse mais próxima aos tais “sociólogos de Donald Pierson” do que dos “folcloristas tradicionais”, afinal, ela convidara a “nata” acadêmica de São Paulo para compor a respectiva subcomissão; em outras palavras, o relacionamento de Oneyda Alvarenga com o grupo de estudiosos “autossuficientes” pode ser comprovado pela escolha das comissões julgadoras do certame de monografias até 1955, hegemonicamente provenientes da FFCL e da ESP.

Ora, não fora, pois, por acaso que Alceu Maynard Araújo, talvez prevendo a fragilidade que ficaria a Comissão Paulista de Folclore sem ninguém disposto a presidi-la, escreveu a Renato Almeida antecipando o pedido de demissão de Rossini com o fito de alertá-lo sobre o infortúnio:

[...] falei longamente com o Rossini. Há, infelizmente, aqui em S. Paulo, na Sub-Comissão duas correntes: uma que chamamos 'dos sociólogos' e outra a 'dos pesquisadores'. Desde a primeira reunião que tivemos, ainda com Da. Oneyda, percebemos essa divisão se esboçando. Logo de início eu fiquei entre os dois fogos. Colega e ligado aos elementos oriundos da Fac. Filosofia e Escola de Sociologia, fui candidato deles a Secretário da Sub, mas, confiando muito mais no valor do Rossini, candidatei-o a Secretário e fiquei contente porque ele está a testa de nossa Sub. Dessa data passei a pertencer francamente a corrente dos pesquisadores de campo, encabeçada pelo

⁴⁶⁵ BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Rossini para Renato Almeida. 20 de Janeiro de 1949, doc s/n°.

Rossini. Não degladiamos, mas apenas achamos que não estamos no tempo de discutir problemas resolvidos (discussão de gabinete ou de sábios que tem os pés debaixo da secretaria) e só pensamos que nossa missão é ir para o campo e pesquisar. Pesquisar para que se tenha de fato um acervo. Não precisamos discutir teorias. Aceitamos aquelas que o nosso raciocínio separou. As nossas reuniões da CNFL começaram a ser assistidas por mim, Rossini, Magaly Ruth... e os sociólogos não apareceram mais. Mas tudo isso não tem importância porque da minha parte com eles ou sem eles eu continuarei a trabalhar pelo folclore. Eu estou metido nisso é por ideal. Nessa luta em prol do folclore o sr. é o meu general, de as ordens que o soldadinho paulista não recuará. [...]⁴⁶⁶

O esboço de desentendimento com Oneyda Alvarenga, ao que nos parece, logo se resolveu, uma vez que partiu justamente de Rossini o conselho de se agregar os membros das comissões estaduais de folclore na composição das comissões julgadoras do concurso de monografias, como já referenciamos anteriormente. Coincidência ou não, precisamente no ano que Oneyda convidou uma banca de “folcloristas tradicionais”, Rossini Tavares de Lima fora premiado com o 1º prêmio com o trabalho *Malhação de Judas em São Paulo* que há pouco analisamos. Entretanto, a resolução da “rusga” com os sociólogos resolveu-se apenas em parte. Em outras palavras, resolveu-se apenas em relação à Escola de Sociologia e Política posto que até a entrevista dada ao MIS em 1981, Rossini nutria, ainda, séria “desconfiança” em relação as ciências sociais uspiana:

[...] Desde o início do meu trabalho já na década de 50, não na década de 40, eu encontrei a Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Encontrei na figura de Antonio Rubbo Müller, que se transformou num amigo, num companheiro excelente, que acabou integrando aquela Comissão Paulista de Folclore ao que fui incumbido de organizar por sugestão de Renato Almeida. E daí pela frente eu sempre tive ótimo relacionamento com a Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Todas as vezes que tinha um aluno na perspectiva de desenvolver estudos universitários eu nunca sugeria o Departamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sempre sugeria a Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Eu achava que lá estavam os melhores mestres, e vejam que estavam: Donald Pierson, que também teve bom relacionamento, excelente sociólogo americano com obra de pesquisas seríssimas como aquela sobre Vale de São Francisco em dois volumes; e o professor Herbert Baldus que foi diretor do Departamento de Etnologia do Museu Paulista e que era professor de etnologia da Escola de Sociologia de São Paulo. De modo o que a Escola de Sociologia de São Paulo, da qual saíram hoje os grandes iluminados das ciências humanas no domínio da antropologia [...] são ex-alunos da Escola de Sociologia de São Paulo. Há muitos ex-alunos brilhantes, com destaque no panorama internacional, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo do que na Faculdade de

⁴⁶⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional de Folclore. Correspondências recebidas. Carta de Alceu para Renato Almeida. 13 de Janeiro de 1949, doc s/nº.

Filosofia, Ciências e Letras. De modo que manteve um contato muito grande com a Escola. E a Escola acabou por causa de Antonio Rubbo Müller a ter uma influência na minha formação, em virtude dos contatos que eu mantive com essa escola e com os mestres que estavam dentro dessa escola.⁴⁶⁷

Muito pelo contrário foi a opinião de Rossini em relação à FFCL, mais especificamente sobre Roger Bastide. Nesta mesma entrevista que pertence ao acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, ficou patente o seu posicionamento crítico em relação às contribuições da USP sobre o desenvolvimento de pesquisas folclóricas, não poupando críticas ao sociólogo francês:

[...]Eu sei de muitos professores que as vezes se utilizam de material de aluno e passa a ser conhecido no Brasil todo em função do que não fizeram, mas do que fizeram os seus alunos. [...] Eu lembro, e vai aqui uma crítica, ao professor Roger Bastide, com quem eu tive um relacionamento nesse período, [...] cujos os melhores trabalhos são consequências da atividade de campo desenvolvidas por seus próprios alunos e que muitas vezes os nomes desses alunos estão esquecidos nas obras do professor Roger Bastide. Foi o que eu não fiz. Eu procurava valorizar; o aluno trazia um pequeno documento, uma pequena informação, eu procurava divulgar essa informação sempre com o nome desse aluno. [...]

Eu queria fazer mais um breve comentário a respeito do Roger Bastide [...]. Na USP de São Paulo falar mal do Roger Bastide as pessoas nem admitem; não é admissível falar mal do Roger Bastide. Roger Bastide é Deus no setor de sociologia e em folclore também. Quando pega folclore tá comigo. Bom, então, fiz uma análise e fiz um longo estudo sobre a contribuição nefasta de Roger Bastide ao folclore brasileiro, mostrando como ele não sabe nada de folclore brasileiro; como ele mistura tudo, porque o objetivo do Roger Bastide é defender as suas teses. Pra defender as suas teses ele está disposto a tudo, inclusive, misturar dados. E fiz um longo estudo e todo mundo sabe que essa é a minha atitude em relação ao homem que muita gente julga um grande pesquisador dos estudos de folclore no Brasil e etc. [...]⁴⁶⁸

Nosso objetivo não é endossar se as opiniões de Rossini Tavares de Lima em relação a Roger Bastide são procedentes ou não, em absoluto. Muito pelo contrário, apenas gostaríamos de frisar que muito destas opiniões “acaloradas” marcaram o *Movimento Folclórico* mesmo após o arrefecimento do respectivo movimento. Sem dúvida alguma, as opiniões de Rossini espelham um momento que seguramente hoje nos soa um tanto quanto desnecessárias, mas marcam indelevelmente o momento no qual o Concurso de Monografias atingia sua maturidade institucional. Muito pelo contrário, quem esteve diretamente envolvido nestas

⁴⁶⁷ LIMA, Rossini Tavares de. Depoimento [15/07/1981]. Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som -SP. CD: 00035EBR00005AD, 00035EBR00006AD, 00035EBR00007AD.

⁴⁶⁸ LIMA, Rossini Tavares de. Depoimento [15/07/1981]. Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som -SP. CD: 00035EBR00005AD, 00035EBR00006AD, 00035EBR00007AD.

“polêmicas” não foi Roger Bastide, o qual inclusive manteve correspondência com Renato Almeida mesmo após seu retorno a França, mas Florestan Fernandes, sobre o qual discutiremos posteriormente. De todo modo, polemizando com a FFCL e mesmo com a ESP, Rossini não deixou de criticar, novamente, o alheamento de intelectuais que estudaram o folclore, porém, sem “militarem” conjuntamente com o movimento deflagrado em 1947. Assim foi, portanto, que o autor de *Abcê do folclore* ao comentar o certame instituído por Oneyda Alvarenga em 1946 enquadrando os trabalhos de Gioconda Mussolini e Octávio da Costa Eduardo, ambos premiados pelo *Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional*:

[...] Em 1947, o prêmio foi do sociólogo Otávio da Costa Eduardo que, como Gioconda Mussolini, nunca, na realidade, se interessou por folclore, a não ser para fazer um trabalho e ganhar um prêmio. Aliás, foi o que ocorreu com outros premiados que, depois do prêmio, nada mais fizeram nos domínios do folclore.⁴⁶⁹

Nesse sentido, apesar da rusga de Rossini em relação aos sociólogos da Universidade de São Paulo ter uma fundamentação teórica, ao que parece, sua desafeição se fundamentava na falta de envolvimento destes intelectuais com o *Movimento Folclórico*. É justamente nestas bases que ele respaldou sua crítica à obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, por meio do polêmico artigo, *Os namoros de uma socióloga*, publicado na Revista Brasileira de Folclore em 1973:

Já está na hora de um folclorista discutir a atitude da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, que há alguns anos anda de namoro com o folclore, inteiramente alheada do movimento de estudo e pesquisa de folclore que se vem fazendo em vários pontos do país. E, no caso específico de São Paulo, na Escola de Folclore, anexada ao Museu de Artes e Técnicas Populares, da Associação Brasileira de Folclore. Não muito longe da Cidade Universitária, na qual, como professora da Faculdade de Filosofia, da USP, dirige cadeira de Sociologia.⁴⁷⁰

A importância de considerarmos a presença de Rossini Tavares de Lima para compreendermos o *Concurso Mário de Andrade* não deve apenas ao fato dele ter presidido a Comissão Paulista de Folclore de São Paulo por um longo período ou por ter sido premiado em duas ocasiões no respectivo certame. A relevância de Rossini também foi determinante porque, ao instituir uma *Escola de Folclore* no interior do *Museu de Folclore* no início da

⁴⁶⁹ LIMA, Rossini Tavares de. *A ciência do folclore: Segundo as diretrizes da Escola de Folclore*. São Paulo: Ricordi. 1978, p.45

⁴⁷⁰ LIMA, Rossini Tavares de. Os namoros de uma socióloga. In: *Revista Brasileira de Folclore*, Ano XII, N° 36. Rio de Janeiro: MEC, 1973, p.51

década de 1970, alguns alunos ou pesquisadores vinculados a este curso puderam inscrever trabalhos que concorreram ao Concurso de Monografias.⁴⁷¹ Esse é o caso, por exemplo, de Marcel Jules Thiéblot,⁴⁷² Niomar de Souza Pereira, Mara Públio de Souza Veiga Jardim⁴⁷³ e Haydée Nascimento,⁴⁷⁴ todos premiados pelo Concurso de Monografias.⁴⁷⁵ Poderíamos ainda citar dois autores, não propriamente na condição de alunos da escola de folclore, mas na condição de colaboradores seletos do Museu de Folclore e que foram premiados pelo certame: Américo Pellegrini Filho, que foi secretário-geral da Associação Brasileira de Folclore, responsável pelo gerenciamento do Museu, na década de 1960;⁴⁷⁶ e Wilson Rodrigues de Moraes, autor de um estudo singular sobre os primórdios das escolas de Samba em São Paulo e que manteve laços intelectuais com o Museu de Folclore de São Paulo.⁴⁷⁷

Mesmo considerando o risco de sistematizar tantos autores dentro de uma mesma baliza teórica, o fato dos autores supracitados terem direta ou indiretamente sofrido a

⁴⁷¹ Deve-se destacar que a partir da década de 1970 Oneyda Alvarenga já havia se aposentado e, portanto, não mais chefiava a Discoteca Pública Municipal.

⁴⁷² LIMA, Rossini Tavares de. **A ciência do folclore: segundo as diretrizes da Escola de Folclore**. São Paulo: Ricordi, 1978. p.27

Segundo Rossini, Marcel Thiéblot, estudioso de nacionalidade francesa, tornou-se um dos maiores folcloristas. O estudo apresentado ao certame em 1973 é justamente o trabalho que Rossini comentou em seu livro *A Ciência do Folclore*. Estudando especificamente o estado de Rondônia entre 1972 e 1975, pesquisou o folclore de moradores e parceiros da região, divididos entre seringueiros, castanheiros, pescadores, caçadores, marreteiros, artesãos e etc. Segundo Rossini: “[...] O Folclore de Rondônia, historicamente ligado à Amazônia e ao nordeste, constata Marcel Thiéblot, começa a se modificar, consequência da aculturação de migrantes paranaenses, mineiros, capixabas, os parceiros que vão para as matas. Os fogões de barro, encardidos, passam a ser todos brancos, apenas com uma mão diária de barro branco; os quintais enchem-se de flores e o roçar, derrubar, plantar constituem novas atividades da região. Em contrapartida, o amazonense, como é chamado o velho habitante, ensina o parceiro como aproveitar as riquezas naturais, para sobreviver, enquanto a lavoura não produz e como se defender dos perigos.”

⁴⁷³ Id.

Segundo pudemos apurar diretamente com Dalva Soares Bolognini em entrevista realizada em Agosto de 2015, Niomar de Souza Pereira chefiou a Associação Brasileira de Folclore entre 1993 e 1996. Além disso, o trabalho citado por Rossini no livro *A Ciência do Folclore*, resultante da monografia de conclusão de curso da Escola de Folclore, foi apresentada e premiada com a 3º menção honrosa em 1975. O respectivo estudo se debruçou sobre a festividade do Divino nas cidades Goiás e Pirenópolis.

⁴⁷⁴ Ibid., p.28.

De forma semelhante ao verificado nos trabalhos de Marcel Thiéblot, Niomar de Souza Pereira e Mara Públio de Souza, o trabalho de Haydée Nascimento apresentada ao certame de 1973 e premiada com 2º prêmio também foi fruto do trabalho de conclusão de curso da Escola de Folclore. A referida pesquisa se dedicou ao estudo das cerâmicas em Apiaí, Vale do Ribeira. Segundo Rossini: “Outra pesquisadora de muito entusiasmo e trabalho é Haydée Nascimento, que concluiu o curso da Escola de Folclore com uma pesquisa sobre a cerâmica utilitária em Apiaí, publicada em separata pela Revista do Arquivo Municipal. Constantemente, entrega relatórios à Escola de Folclore, relativos às observações que faz sobre diferentes aspectos do folclore. Este ano, coletou dados sobre o carnaval de máscaras de Santana de Parnaíba, para a Comissão Estadual de Folclore, e está preparando trabalho relativo a instrumentos musicais, no domínio da religião mediúnica de aculturação africana, em terreiros da capital. Haydée Nascimento é também membro da Associação Brasileira de Folclore.”

⁴⁷⁵ Ibid., p.27

⁴⁷⁶ PELLEGRINI FILHO, Américo. Depoimento. [1 de junho de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor Barbosa Sousa.

⁴⁷⁷ BOLOGNINI, Dalva Soares. Depoimento. [20 de agosto de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor Barbosa Sousa.

influência do Museu de Folclore sobre sua produção intelectual, parece-nos, pois, que a melhor alternativa seja esclarecer a orientação metodológica defendida pelo *Movimento Folclórico* em São Paulo, cujo principal expoente foi Rossini Tavares de Lima. Nesse sentido, o autor de *A Ciência do Folclore* assim esquematizava sua teoria:

Não acreditamos na possibilidade de se chegar a um melhor entendimento do homem da sociedade letrada e, no caso particular, do homem brasileiro através da análise do seu contexto de cultura erudita, popularesca ou de massas. Nos nossos quarenta anos de estudo e trabalho de campo, no domínio do folclore, constatamos a existência de uma outra cultura, que melhor explica cada um de nós na vivência da família, sítio, fazenda, bairro, cidade, região e país, com alguns universais de cultura e outras expressões resultantes do difusionismo e do paralelismo cultural. É uma cultura informal, que recebemos, aceitamos e difundimos, dentro de um mecanismo bem diferente do que ocorre com as culturas dirigidas: erudita, popularesca e de massas. Por isso, a denominamos cultura espontânea; ela é espontânea no seu condicionamento inconsciente de sermos levados a fazer, no processo de imitação do fazermos imitando o que os outros fazem e da aceitação coletiva, em que se observa a liberdade de aceitar e recusar⁴⁷⁸

Em linhas gerais, pode-se dizer que Rossini Tavares de Lima considerava a existência de quatro culturas, ou seja, a erudita, a popularesca, a de massa e a *espontânea*, esta última se constituindo no folclore propriamente dito. Para ele, a principal via de estudo que poderia explicar o homem brasileiro deveria se pautar justamente na análise daquela cultura *não* dirigida e transmitida informalmente. O autor, entretanto, não explicou objetivamente o que significaria este “direcionamento” que, afinal, diferenciava, pois, o folclore das culturas erudita, de massa e popularesca. De todo modo, podemos concluir que estava subjacente às palavras do autor uma premissa que justificaria a *identidade* brasileira, cuja cultura, independentemente de sua origem ou proveniência, deveria ser aceita coletivamente.

Assim, nosso objetivo é demonstrar o quanto a perspectiva de Rossini Tavares de Lima se alinhava as premissas do *Movimento Folclórico* que, como descrevemos anteriormente, buscou ampliar seu escopo de análise para além dos limites da música e da literatura popular, sem perder de vista a premissa da *identidade brasileira*, via de regra, alicerçada sobre a “fábula das três raças”. Não por acaso, pois, em matéria de 1948, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, Rossini justificava a implantação de um Museu de Folclore no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo com o fito de subsidiar a Cadeira de Folclore Nacional:

⁴⁷⁸ LIMA, Rossini Tavares de. *A ciência do folclore: segundo as diretrizes da Escola de Folclore*. São Paulo: Ricordi, 1978, p. 17.

[...] Tínhamos necessidade de dar aos nossos alunos da classe de Folclore Nacional, do Conservatório Dramático Musical, um exemplo vivo dos diferentes setores do folclore brasileiro [...]. [...] como nossa cadeira era como o é simplesmente de folclore musical, como muita gente julga, tratamos de interessar os nossos alunos em todos os setores do folclore e pudemos dessa maneira, recolher numerosas peças que agora enriquecem o nosso museu [...].

Dando essa orientação ao nosso trabalho, fomos criticados e ainda o somos, pois há quem se admire de possuir um estabelecimento musical coleções de cestaria, cerâmica, ex-votos, religião popular, etc. Mas a verdade é que, não levando muito em conta as críticas e nunca descurando da música folclórica, que, aliás, é o que mais nos interessa, fomos reunindo, nesse dois anos, o material que lá está e que pode ser consultado por músicos e artistas e mesmo por sociólogos e antropólogos.⁴⁷⁹

Se por um lado, a inclusão de temas de cultura popular aparentemente alheios ao universo de uma instituição musical despertou certo “estranhamento” na época de criação do Museu de Folclore nas dependências do Conservatório Dramático, em contrapartida, essa tendência se tornou uma premissa do *Movimento Folclórico* que ampliou consideravelmente seu objeto de estudo, verificável, por exemplo, nos estudos dos futuros alunos da Escola de Folclore, criada em 1971.

Entretanto, se por um lado houve uma crescente polarização entre Rossini e os “sociólogos do Donald Pierson”, por outro, pode-se dizer que intelectuais diretamente engajados com os estudos folclóricos em São Paulo também se afastaram das matrizes teóricas que orientaram o *Movimento Folclórico* em São Paulo. Esse seria o caso, por exemplo, de Américo Pellegrini Filho, intelectual paulista que alcançou notoriedade junto aos estudos de cultura popular ou folclórica. Formado em jornalismo em 1958 na faculdade Cásper Líbero, entrou em contato com Rossini Tavares de Lima quando passou a trabalhar no jornalismo da Gazeta. A principal contribuição deste autor, futuramente secretário geral da Associação Brasileira de Folclore entre os anos 60 e 70 do século XX, associação esta que manteve o Museu de Folclore, assentou-se sobre o folclore escrito, cujo tema até então era pouco estudado pelos pesquisadores de cultura popular.⁴⁸⁰ Assim, o trabalho *2.112 Dísticos*

⁴⁷⁹ SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore. Série Jornais. O ESTADO DE SÃO PAULO. A Vida do Museu, 15.abr.il, 1951. Doc. s/nº.

⁴⁸⁰ Américo Pellegrini Filho foi orientado pelo antropólogo Egon Schaden e Frederic M. Litto entre 1976 e 1980 durante a realização de sua pesquisa de mestrado intitulada *Aldeia de Carapicuíba: Folclore e mudança*. Em seu doutorado ele se especializou diretamente sobre o folclore escrito por meio da tese *Folclore: comunicação escrita e urbana* sob orientação de Virgílio B. Noya Brito.

Para mais detalhes consultar:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767309J1#FormacaoAcademicaTitulacao>

de caminhão contemplado com 1º menção honrosa em 1968 deu um exemplo dessa perspectiva. Baseado metodologicamente na obra de Marcos Vinícios Villaça, intitulada *Em torno da Sociologia do Caminhão*, o jornalista e folclorista paulista justificou seu trabalho por meio da correlação entre passado e presente uma vez que os ornatos dos antigos tropeiros se transmutaram para os meios de transporte modernos, hegemonicamente alicerçados sobre caminhões; em outras palavras, as frases estampadas em para-choques de caminhões teriam o potencial de expressar a psicologia coletiva destes profissionais:

Por meio dessas frases, pode-se estudar a psicologia geral da coletividade formada pelos motoristas profissionais de caminhão, uma vez que nelas êsse público específico se projeta inteiramente. Aí fica a sugestão.

Esta monografia, entretanto, não pode ter metas de tal porte, uma vez que é antes e tudo um trabalho de pesquisa de campo, um trabalho de coleta e apresentação do material autêntico. Os 2.112 dísticos aqui reunidos foram recolhidos durante quase onze anos, ou melhor, de janeiro de 1958 a outubro de 1968. [...] ⁴⁸¹

Os 2.112 documentos reunidos foram basicamente classificados em 19 categorias: religiosidade, amor, cidades, nomes-apelidos, filosofia, mulher, expressões populares, humor, saudade, despedidas-volta, viagem, ditados, músicas-filmes-programas, trocadilhos, pobreza, ironia, orgulho, morte, política e por fim patriotismo. ⁴⁸² Em entrevista concedida em junho de 2015, o professor atualmente aposentado pela Escola de Comunicação e Artes da USP nos deu mais detalhes a respeito de sua trajetória junto aos estudos de cultura popular, em especial àqueles direcionados ao folclore escrito:

[...] eu sempre gostei de estudar o Brasil, minha paixãoite entende? Então, eu me formei em jornalismo, Cásper Libero, e em contato com isso e aquilo na reportagem geral da Gazeta eu percebi de cara que Folclore é um bom caminho para a gente conhecer o país, o povo, a nação. Então comecei a me interessar por folclore. Isso para a década de 50 e 60. Viagens curtas, aqui para o Vale do Paraíba, que sempre ofereceu facilidades para se viajar, para festas, festas de São Benedito, do Divino, para artesanato de figuras de presépio. Então foram esses assuntos, os primeiros assuntos que me interessaram. Como o Rossini trabalhava na Gazeta e eu comecei a trabalhar na Gazeta também, então participei da Comissão Paulista de Folclore naturalmente, sem forçar nada. Mas eu sempre procurei seguir o meu caminho, entende? Sem ter verba, sem ter dinheiro, com muito sacrifício pessoal, meus pais ajudando naturalmente. Comecei a trabalhar no jornalismo e todas as horas vagas que eu tinha eu me dedicava ao estudo, a leituras, à compra de livros sobre o Brasil no geral e sobre folclore, em particular. Assim começou meu interesse pelo assunto. Fiz algum outro curso

⁴⁸¹ PELLEGRINI FILHO, Américo. **2.112 dísticos de caminhão**. 2º Menção honrosa no 23º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional [original]. 1968, p.5

⁴⁸² Ibid., p.20.

de folclore, mas sempre procurando caminhos para a comunicação do folclore, jornalismo afinal é comunicação social. E fiz alguns trabalhos; algum é citado aqui *Dístico de Caminhão*, porque logo de cara eu verifiquei que o folclore ou cultura popular, como também é usado atualmente, não tem transmissão apenas por via oral, existe folclore escrito também, que nasce escrito, não que tenha sido facilitado por jornalismo ou escritores e ficou escrito. Ele nasce escrito. Por exemplo, frases em para-choques de caminhão, para-choques de automóveis também, frases em cemitérios, de lápides tumulares, em estabelecimentos comerciais: em bares, farmácias – Fiado só amanhã, fiado só vizinho, Padre nosso do fiado, por exemplo, uma paródia do pai nosso [...] ⁴⁸³

Apesar de ter continuado a dedicar-se ao tema do folclore escrito, Américo Pellegrini Filho recebeu o 1º prêmio em 1971 ao apresentar um trabalho dedicado ao folclore oral. Especificamente alicerçado em pesquisa de campo, o objetivo do autor não foi apresentar propriamente um estudo de síntese. Do mesmo modo que o trabalho anterior, contemplado com menção honrosa, esta monografia mirou registrar os contos populares de transmissão oral de maneira objetiva e sem distorções:

Não é nossa intenção tecer longas considerações eruditas sobre Literatura Oral no Estado de S. Paulo. E muitas razões poderíamos alinhar para justificar nossa atitude; porém seria uma perda de tempo alongar-nos nessas justificativas, pois quem conhece o assunto – a literatura transmitida oralmente – sabe muito bem que se trata de um ramo vastíssimo do folclore, e com aspectos bastante estudados por mestres de outros países. Convém explicar que procuramos registrar, de maneira metódica, e procurando captar o flagrante de cada *contador de causos*, os fatos da especialidade, sem lembrar, indicar, pedir esta ou aquela estória, esta ou aquela adivinha. Portanto, usamos uma sistemática aleatória. Em cada registro, procuramos obter as 'vozes do povo', ficando cada documento 'sem deformação letrada e sem falso preconceito estético de aformoseamento'. Procuramos seguir a lição de Cascudo, a fim de que esta coleção apresentasse um material isento de alterações ao *folk*, mantendo assim a 'fidelidade registradora, honesta fixação vocabular, incidência dialogal, posição e movimento psicológico dos personagens', até onde isso foi possível. ⁴⁸⁴

De uma maneira geral, Américo Pellegrini Filho apresentou a metodologia que orientou seu trabalho de forma criteriosa. Assim, o autor se pautou no uso de recursos mecânicos, seguindo recomendações de Renato Almeida, para registrar os contos populares;

⁴⁸³ PELLEGRINI FILHO, Américo. Depoimento. [1 de junho de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor Barbosa Sousa.

⁴⁸⁴ PELLEGRINI FILHO, Américo. Literatura oral no estado de São Paulo. 1º prêmio no 26º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXXXV, 1973, p.181.

apresentou objetivamente as principais bases bibliográficas⁴⁸⁵ que pautou a análise e classificação dos documentos coletados e, por conseguinte, elencou os 15 informantes com seus respectivos nomes, idades, etnias e naturalidades.

Entretanto, apesar da colaboração fundamental que o autor de *O folclore paulista* deu ao Museu de Folclore e, por consequência, ao *Movimento Folclórico* em São Paulo, isso não representou uma completa adesão às bases institucionais e teóricas estabelecidas pelo *Movimento Folclórico* em São Paulo:

[...] O Rossini se juntou a uma outra professora, a professora Julieta, que não era folclorista, mas se juntou a ele e criaram a Escola de Folclore. Prometiam que os interessados daqui a seis (6) meses, literalmente isso, daqui a 6 meses vocês estarão folcloristas. Com aulas aos sábados à tarde, uma vez por semana. [...]. Folclore é complexo. Exige conhecimento de antropologia, sociologia, um pouco de história, compreende, geografia, para dar uma base para a pessoa poder coletar, primeiro, com muito cuidado, sem influir no registro dos fatos. Um fotografia, digamos, com absoluta nitidez, sem distorção nenhuma. Uma fotografia no foco, para fazer uma imagem conveniente. E depois analisar esses traços folclóricos. Para analisar fica muito mais difícil. Precisa ter aquele lastro cultural que um cursinho de aulas aos sábados, à tarde, durante um semestre não é suficiente de jeito nenhum. Inclusive lançaram um livro chamado, o título é *a ciência do folclore*, [...]. Não prova nada que o folclore é ciência. Aliás, não precisa ser ciência, não precisa ser dito que é ciência. O Florestan Fernandes, tão respeitado como sociólogo da USP, tem artigos publicados, tem textos publicados dizendo que não há necessidade de tratar o folclore como ciência. Um nome respeitado na área de cultura brasileira. [...]

Por meio da entrevista concedida por Américo pudemos comprovar parte dos argumentos desenvolvidos por Luís Rodolfo Vilhena, ou seja, que a defesa de uma ciência folclórica não foi unanimidade entre os estudiosos deste tema no Brasil. Antes disso, o autor de *Folclore Paulista* defendia uma formação diversificada, permeada por conhecimentos de sociologia, antropologia, geografia e história, os quais, por sua vez, dificilmente seriam supridos suficientemente em um curso de 6 meses de duração. Devemos reiterar, por outra via, que tomamos os testemunhos com reservas. Não pretendemos endossar a posição dos defensores ou críticos à ideia de folclore enquanto ciência; afinal, a *memória* é apenas um recurso para a reconstrução passado com o fito de compreendê-lo. Deste modo, a trajetória de Américo Pellegrini Filho veio a se cristalizar junto à Escola de Comunicação e Artes (ECA)

⁴⁸⁵ PELLEGRINI FILHO, Américo. Literatura oral no estado de São Paulo. 1º prêmio no 26º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional. In: **Revista do Arquivo Municipal**, nº CLXXXV, 1973, p.183.

A classificação adotada por Américo se pautou em Antti Aarne e Stith Thompson.

da Universidade de São Paulo, instituição na qual se especializou justamente na área de cultura popular escrita e onde veio a lecionar futuramente. Junto à ECA Américo pode desenvolver um tema que se tornou caro a partir dos anos 1970: a relação entre Folclore e Turismo.

Nesse sentido, uma das consequências do regime militar estabelecido a partir de 1964 foi orientar o desenvolvimento econômico do país, inclusive, das atividades culturais. Data deste momento, por exemplo, a criação da Embrafilme (1969) e da Embratur (1966).⁴⁸⁶ Tema até então tratado com reserva e cuidado pelo *Movimento Folclórico*, o *tradicional* passou a conviver constantemente com a sociedade do entretenimento e de consumo e sobre tal realidade os folcloristas foram obrigados a refletir. Não por acaso, em 1970 o Museu de Folclore de São Paulo organizou um simpósio dedicado exclusivamente ao tema.⁴⁸⁷ Pode-se dizer, portanto, que a política cultural inaugurada pelos militares teve um impacto direto sobre o mercado cultural e, por conseguinte, a política em torno do turismo se refletiu diretamente sobre “o processo de mercantilização da cultura popular”:

[...] Não é por acaso que as Casas de Cultura Popular, sobretudo no Nordeste, se encontram sempre associadas às grandes empresas de turismo, que procuram explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais. Por outro lado, parece existir uma divisão de trabalho entre cultura de massa e cultura “artística” e popular. O Estado deixa às empresas a administração dos meios de comunicação de massa e investe sobretudo na esfera do teatro (Serviço Nacional de Teatro), do cinema (Embrafilme), do livro didático (Instituto Nacional do Livro), das artes e do folclore (Funarte). [...] ⁴⁸⁸

Apesar de reconhecerem os aspectos positivos da atividade turística, principalmente aquelas atinentes aos ganhos financeiros por ela proporcionada, por outro lado, a *autenticidade* dos eventos culturais se manteve como principal preocupação dos folcloristas.⁴⁸⁹ Por outro lado, no depoimento conferido em setembro de 2015, Américo Pellegrini Filho reconheceu que o turismo nem sempre influenciaria as manifestações populares negativamente uma vez que o traço folclórico poderia conviver com espetáculos de cunho comercial e turístico sem revelar grandes antagonismos, coexistindo, pois, em uma dupla função: “tradicional” e comercial.⁴⁹⁰ Entretanto, essa é uma questão que extrapola os

⁴⁸⁶ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p.86.

⁴⁸⁷ ALMEIDA, Renato. Folclore e Turismo Cultural. In: **Revista Brasileira de Folclore**, Ano X, n 28, 1970, p.199-203.

⁴⁸⁸ ORTIZ, Renato. op. cit., p. 88

⁴⁸⁹ ALMEIDA, Renato. Folclore e Turismo Cultural. In: **Revista Brasileira de Folclore**, Ano X, n 28, 1970., pp.202-3.

⁴⁹⁰ PELLEGRINI FILHO, Américo. Depoimento. [1 de junho de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor

limites dessa dissertação, restando-nos, pois, a tarefa de registrar a importância desta problemática que se tornou pedra angular para políticas culturais voltadas ao folclore após 1964.⁴⁹¹

Já destacamos em outra ocasião a presença considerável de associados ao *Movimento Folclórico* que concorreram ao certame instituído pela Discoteca Pública Municipal, os quais se constituíram no principal grupo identificável de postulantes aos prêmios.⁴⁹² Nesse sentido, o fato de Edison Carneiro, intelectual dos mais ativos no interior do *Movimento Folclórico*, ter participado da edição de 1960 com o trabalho *Samba de Umbigada*, justifica por si só a necessidade de discutirmos mais detidamente um dos intelectuais mais influentes e paradigmáticos desta linha de pensamento. Autor diretamente envolvido com os estudos sobre a população e cultura negras no Brasil, Edison Carneiro se notabilizou ainda na juventude ao organizar o 2º Congresso Afro-Brasileiro, ocorrido no estado da Bahia, para o qual Camargo Guarnieri viajou em nome do Departamento de Cultura. Luiz Gustavo Rossi assim categorizou a figura do intelectual “feiticeiro” que não se furtou ao debate político em detrimento da equidade científica então postulada:

[...] Foi em meio a estas clivagens entre ciência, política e disputas ideológicas que Édison Carneiro não apenas deu molde aos termos de sua inserção na seara dos estudos afro-brasileiros, atento aos arroubos *conservadores* dos movimentos negros, como também formatou as posições contrárias aos modelos de intervenção médica que, mesmo no I Congresso Afro-Brasileiro de Recife, ainda ofereciam uma das abordagens privilegiadas para os *problemas* raciais brasileiros. [...] ⁴⁹³

Barbosa Sousa.

“Há casos de um estudioso lá da UFPA, universidade do Pará, que estudou o carimbó na ilha de Marajó que foi o mestrado dele, que é praticada a dança Carimbó nos hotéis, em algumas cidades de Marajó, praticada em hotéis para turista ver, pagando-se alguma coisa aos executantes, dando uma nova vida ao fato folclórico. Enquanto isso, quando há uma festa de aniversário, de casamento e etc na família de um desses dançantes eles vão dançar normalmente como sempre, sem cobrar nada do aniversariante. Entende? É lazer festivos sem ser turismo. Então, o traço folclórico as vezes, em resumo, tem a continuidade de suas características de sempre, por exemplo, a dança ser realizada em uma festa familiar e passar ser realizada em hotéis para turista ver e nesse caso vira espetáculo e como tal os participantes tem todo o direito de cobrar dos turistas ou do dono do hotel. Então, veja aí uma situação interessante de um traço folclórico ter dupla existência.”

⁴⁹¹ IKEDA, Alberto T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. In: **Estudos Avançados**, 27 (79), São Paulo: USP, 2013, p.177-8.

Fato é que a questão relativa à autenticidade das manifestações populares hoje é um tema superado. Análises contemporâneas como aquelas apresentadas por Alberto Ikeda demonstraram que, ao contrário do que poderiam supor os folcloristas dos anos 50, há atualmente um momento de revitalização de danças e músicas populares, tanto por compositores de música popular, de gêneros regionais ou de “raiz” quanto por outros grupos contemporâneos de “revitalização”. Ivan Vilela, professor e pesquisador da ECA-USP, é um exemplo de compositor e interprete. Os grupos *A barca* e *Grupo Cachuera!* são exemplos dos grupos contemporâneos de revitalização.

⁴⁹² ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiticeiro”: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Campinas, 2011. Doutorado em Antropologia. Unicamp, 2011, p. 105 et seq.

⁴⁹³ ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiticeiro”: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Campinas, 2011. Doutorado em Antropologia. Unicamp, 2011, pp. 157 et seq.

Filho do engenheiro civil e professor da Escola Politécnica da Bahia, Antonio Joaquim de Souza Carneiro (1881-1942), Edison Carneiro compôs no início da década de 1930 conjuntamente com Jorge Amado, Aydano do Couto Ferraz, Clóvis Amorim, dentre outros, a *Academia dos Rebeldes*, espécie de sociedade modernista baiana que publicou duas revistas durante a sua existência: *O Meridiano*, com apenas um número e *O Momento*, com nove números.⁴⁹⁴ De todo modo, rapidamente Edison Carneiro se notabilizou enquanto pesquisador da cultura negra, não deixando de dicotomizar com autoridades consagradas tais como Gilberto Freyre e Arthur Ramos ao propor uma leitura permeada pelo marxismo em substituição à orientação de cunho “evolucionista” que ainda imperava sobre parte do pensamento antropológico da época:

Parece-me significativo sublinhar as orientações que revestiam a organização do evento em Recife, assim como a relativa dependência de Freyre em face das instituições e dos pesquisadores médicos de Recife para legitimar suas pretensões de liderança a partir da província, pois elas fornecem alguns dos parâmetros importantes para se entender muitos dos significados investidos por Édison Carneiro na realização do II Congresso Afro-Brasileiro, em 1937, e em sua tentativa de organizar a União das Seitas Afro-Brasileiras. Ambos empreendimentos levados a cabo por Carneiro como forma de se contrapor ao modelo de controle científico e a certo 'jeitão paternal' que, segundo Édison Carneiro, seriam próprios dos trabalhos não apenas de Gilberto Freyre, mas também do médico alagoano Arthur Ramos – igualmente um entusiasta da fiscalização e da tutela médica psiquiátrica dos negros e demais grupos de cultura considerados por ele como 'primitivos' e 'pré-lógicos', a exemplo dos *selvagens*, das crianças-problema, dos delinquentes, dos esquizofrênicos e dos psicopatas.⁴⁹⁵

Seguindo na mesma esteira de estudo relativo à cultura negra, o trabalho apresentado por Carneiro ao Concurso de Monografias versava sobre o samba no Brasil. Assim, se por um lado os trabalhos desenvolvidos nos anos 1930 por Edison Carneiro, notadamente o 2º Congresso Afro-brasileiro e a União das Seitas Afro-Brasileiras, marcam seu posicionamento antagônico frente às práticas “cientificistas” ainda vigentes no primeira parte do século XX, as quais, curiosamente contavam com a anuência de Gilberto Freyre – responsável, dicotomicamente, por trazer para o Brasil a abordagem antropológica de Franz Boas – e Arthur Ramos – médico e antropólogo alagoano que no pós-guerra presidiu o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO -, a monografia *Samba de Umbigada* ineditamente

⁴⁹⁴ Ibid., pp.109-13.

⁴⁹⁵ Ibid., pp. 167- 8

apresentada ao certame de monografias folclóricas contém vestígios indelévels da tentativa de superação de paradigmas eurocêntricos. Em outras palavras, o objetivo de Carneiro foi evidenciar o quanto a designação *batuque*, termo genericamente aplicado às manifestações musicais e coreográficas africanas, carregava forte sentido “evolucionista” do colonizador português. Deste modo, ao avaliar a literatura deixada pelos cronistas que descreveram os *batuques* em África, Carneiro elucidou o eurocentrismo e preconceito desses autores:

O primeiro desses livros, Os sertões d' África, enfeixa “apontamentos de viagem” de Alfredo de Sarmiento. O segundo, de Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, resultou de uma expedição de interesse geográfico, realizada entre 1877 e 1880, De Bengela às terras Iaca. Ladislau Batalha, comerciante estabelecido em Angola, publicou, nos fins do decênio, dois folhetos, Angola, sem maior interesse para o exame do batuque, e Costumes Angolenses. E finalmente, o major Dias de Carvalho, além de seu método prático para falar a língua da região, levantou a Etnografia e a história tradicional dos povos da Lunda, durante a sua missão às terras de Muatiânvua.

Com exceção de major, seria difícil reunir tantos preconceitos em apenas quatro pessoas. Sarmiento, Capello e Ivens e Ladislau Batalha, para conquistar o público português, tentaram dar um tom sensacional às suas crônicas, em que são constantes as exclamações de espanto e de horror. Os seus livros são relatos de viagens – e o de Ladislau Batalha chega a constituir-se de cartas datadas de vários pontos do interior. Os exploradores Capello e Ivens, muito atentos à fauna, à flora e à geografia de Angola, não se referem aos seus habitantes sem notar a sua solécia, a sua rapinagem, o fedor dos seus corpos, chegando a confessar que foram “obrigados a assistir” às danças (*batuques*) que em sua homenagem executaram os negros da região de Caconda. O falso pudor e o etnocentrismo caracterizam, em geral, os seus trabalhos.

O Major Dias de Carvalho destaca-se, entre todos, pelo seu treinamento científico e pelo interesse humano demonstrado pelos povos que estudou.

De referência ao batuque, todos eles, o major inclusive, se revelam falhos, vagos, incompletos, - e somente através do cotejo das suas observações poderemos ter uma ideia aproximada, seja do era a dança que alguns chamam batuque, seja das várias danças que encontraram em Angola.”⁴⁹⁶

Segundo o folclorista baiano o preconceito em relação ao *batuque* se estendia, inclusive, para o Brasil no qual seria aplicado depreciativamente como meio de definir as manifestações coreográficas e musicais, estendendo-se da Bahia ao Rio Grande do Sul:

Esta palavra, na sua acepção mais lata no Brasil, aplica-se ao conjunto de sons produzidos por instrumentos de percussão, em especial se considerados desarmônicos ou ensurdecadores. Também em sentido lato, a tódia e qualquer dança ao som de atabaques dá-se, depreciativamente, o nome de batuque.

⁴⁹⁶ CARNEIRO, EDISON. **Samba de umbigada**. 1º Menção Honrosa no 15º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (grifo original). 1960, pp. 4-5.

Especificamente, batuque designa um jogo de destreza da Bahia, uma dança de umbigada de São Paulo – que se filia ao batuque africano – e dois tipos de cultos de origem africana correntes na região amazônica e no Rio Grande do Sul.⁴⁹⁷

Deste modo, Edison Carneiro justificou a opção pelo termo *samba*, em substituição do termo *batuque*, justamente pelo fato dele (*samba*) representar o abasileiramento qualificador de danças e músicas de origem ou influência africana. Segundo o autor, esse processo de “abasileiramento” ocorreu naturalmente na segunda metade do século XIX. Entretanto, essa acepção tendia a retroceder na segunda parte do século XX devido ao processo de individualização das danças e a “explosão” do samba carioca:

Não há, presentemente, uma palavra de aceitação universal para designar, em conjunto, as danças populares nacionais – tecnicamente, bailes – derivadas do batuque africano.

Englobando, nas notícias mais antigas, sob o nome genérico de batuques, assim mesmo no plural, já nos fins do século XIX passaram a ser conhecidas como samba, mas, nos nossos dias, a crescente individualização das suas variantes locais e a voga do samba carioca têm contrariado essa tendência.

Há boas razões para a preferência por samba⁴⁹⁸

Assim, o trabalho de Edison Carneiro se tratava de um estudo essencialmente bibliográfico que mapeou na literatura existente todas as variantes de samba no Brasil, principalmente no que diz respeito aos elementos coreográficos e poéticos, sem no entanto se aprofundar na discussão propriamente melódica ou rítmica, não se furtando, por outro lado, de apontar os elos essenciais destes *sambas* com o *batuque* africano. Nesse sentido, passando pelo coco nordestino, pelo samba de roda baiano, pelo zona do Jongo e do samba rural paulista, o autor apresentou os vínculos indelévels entre essas duas partes do Atlântico, ou seja, entre os territórios coloniais portugueses em África e o Brasil. Ao citar especificamente Ivens e Capello, por exemplo, o folclorista baiano confirmou a existência da *umbigada* em Loanda e região de Caconda, elemento coreográfico que se transmutou para regiões brasileiras.

Em outras palavras, evidencia-se no trabalho *Samba de umbigada* apresentado ao Concurso de Monografias aquilo que descrevemos no transcorrer deste capítulo sob o amparo da análise de Luís Rodolfo Vilhena, qual seja, o fato de que metodologicamente a literatura folclórica deste período se pautou decididamente, porém não exclusivamente – deve-se

⁴⁹⁷ CARNEIRO, EDISON. **Samba de umbigada**. 1º Menção Honrosa no 15º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (grifo original). 1960., p.1.

⁴⁹⁸ Id.

destacar – sobre a teoria de que tradicionalmente a *identidade brasileira* se fundamentou no *sincretismo* das culturas de origem europeia, africana e por vezes indígena, como se evidencia em parte da conclusão de Carneiro a respeito da formação do samba:

A simples presença das danças africanas no Brasil já supõe um demorado processo de aclimatação, com perda de algum dos seus elementos e aquisição de outros, novos, sugeridos ou impostos pelo ambiente.

Mudando de terra (da África para o Brasil) e de grupo social (dos escravos para a população geral e, em Alagoas, pelo menos, para os salões da sociedade), estas danças sofreram uma evolução desigual no país. O texto e a melodia tomaram nova roupagem. Permanece, em muitos casos, o improviso africano, mas o cancionista popular fez para si um amplo lugar nas canções, em especial, das variedades a que chamamos samba e jongo. A melodia se deixou suplantada pela cantoria do Nordeste, no côco; suplantou, por sua vez, a música popularesca do Rio de Janeiro (samba) ou mantém as suas características em outros lugares. Quanto à coreografia, os quatro tipos de dança identificadas no Brasil floriram numa infinidade de subtipos, quer conservando a sua individualidade, quer fusionando-se, principalmente as danças de pares e de roda. O caso mais flagrante dessa floração de sub-tipos se encontra em Alagoas.

Embora a viola e a gaita se contem entre os instrumentos musicais associados ao samba, em geral são “instrumentos de pancada” - como diria o major Dias de Carvalho - que fazem o acompanhamento.⁴⁹⁹

Resta-nos frisar que do ponto de vista histórico institucional a monografia *Samba de Umbigada* foi inscrita e premiada com 1º menção honrosa em 1960, ou seja, um ano antes de Edison Carneiro assumir a direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958 sob a responsabilidade do MEC, durante a presidência de Juscelino Kubitschek, e que contou com a colaboração decisiva de Renato Almeida, Joaquim Ribeiro, Manuel Diegues Junior em sua formulação. Nesse sentido, as conclusões de Carneiro acabaram por espelhar o crivo metodológico do *Movimento Folclórico* uma vez que ele foi um dos intelectuais mais engajados e defensores dessa orientação teórica:

Poderemos dizer, ante os magros resultados dêste levantamento, que as variedades de samba nos são conhecidas?

Urge que a registremos, separadamente, mas dentro de um esquema nacional, para vencer as perplexidades com que agora nos defrontamos. As descrições que nelas temos – quando temos, pois nada há para o tambor de crioulo, bambelô, o caxambu, - são, para dizer o mínimo, superficiais. Em muitos casos, são insuficientes até mesmo para identifica-las, tantas são as dúvidas e as hesitações a que dão lugar. Não será possível levar a indagação

⁴⁹⁹ CARNEIRO, EDISON. **Samba de umbigada**. 1º Menção Honrosa no 15º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (grifo original). 1960., p.28.

científica a plano superior sem o recenseamento exaustivo e minucioso do universo do samba.

Mas o simples estabelecer, de acôrdo com as exigências da técnica, a identidade dessas formas de samba – registrá-las no seu texto, na sua coreografia, na sua música, nas suas repercussões sociais imediatas, – já não satisfaria a curiosidade científica que despertam, por mais importante e urgente que seja, a execução dessa tarefa. Se os fenômenos do folclore precisam ser levantados, essa etapa inicial deve completar-se com a pesquisa mais profunda das suas conexões íntimas com outros fenômenos sociais e culturais que contribuem para lhes dar aquela côr local que traduz, no tempo e no espaço, a sua aceitação pela sociedade. Ora, no referente ao samba, - excluídos alguns trabalhos, entre os quais o de Mário de Andrade em torno do Samba Rural, -nem sequer passamos da crônica ao registro. E necessitamos de mais do que registro. Que fatores sociais e culturais estimulam o processo de urbanização do samba no nordeste (côco) e o retardo no sul (samba lenço, batuque, jongo)? Que conjuntura sócio-cultural faz com que as figurações do samba de roda da Bahia desabrochem na letra do samba carioca? Que significa no texto e na coreografia, a aceitação do cancionista e da poesia popular em substituição ao improvisado antigo? Quais e de que modo, outras danças, populares e sociais, concorreram para dar a fisionomia atual às variedades de samba? Que seguimentos da população, em cada estado, se solidarizam, e porque o fazem, com as danças herdeiras do batuque africano? De que maneira reflete o samba as transformações que se produziram e se produzem na estrutura social brasileira? Por omissão da história, da sociologia, da antropologia, da economia, a pesquisa folclórica sobre o samba de umbigada terá de responder a inúmeras questões que estas e muitas vêzes, à cata de esclarecimentos, empreender incursões pioneiras em outros campos. Temos de passar do registro – ou seja, da fenomenologia - para a pesquisa sistemática, para investigação científica que explique o fenômeno em relação com os fatos sociais e culturais próximos e remotos que lhe dão a configuração final.

Uma pesquisa destas não seria apenas útil e oportuna. Através dela poderíamos levantar, não só a história tradicional, como a vida cotidiana das massas populares do nordeste, do leste e do sul, única moldura em que o samba assume tôda a sua significação. E inauguraríamos, definitivamente, no Brasil, a era da pesquisa de folclore no quadro próprio das ciências da sociedade e da cultura.⁵⁰⁰

O autor de *Candomblés da Bahia* defende, como pudemos verificar na citação acima, o recenseamento exaustivo das variedades de samba no Brasil, conjecturando a necessidade de se conhecer o contexto social no qual elas estariam inseridas bem como os fatores subjacentes e independentes de cada manifestação, que favoreceriam ora sua inserção no âmbito urbano, ora sua manutenção no contexto “original”. Assim, não por acaso, o autor explicitou que pela ausência da *história, da sociologia, da antropologia, da economia*, ou seja, de ciências “tradicionais” e já estabelecidas no seio universitário, caberia, pois, ao *folclore* o preenchimento das lacunas contextuais então existentes. Deste modo, é justamente no limiar entre o *registro* e a formulação de problemáticas *sociológicas*, talvez, que resida a

⁵⁰⁰ CARNEIRO, Edison. **Samba de umbigada**. 1º Menção Honrosa no 15º Concurso Mário de Andrade de monografias sobre o folclore nacional (grifo original). 1960., pp. 41-2.

origem da contenda na qual Carneiro se envolveu com a sociologia uspiana. Assim, frente ao artigo de Florestan Fernandes *Os estudos folclóricos em São Paulo*, originalmente publicado parcialmente junto ao suplemento literário de OESP, entre novembro e dezembro de 1956 e janeiro de 1957,⁵⁰¹ Edison Carneiro publicou o artigo *A sociologia e as “ambições” do folclore* em “resposta” às posições de Fernandes acerca do folclore:

O debate dessas 'ambições' não está, naturalmente, encerrado – tôdas as contribuições à solução do problema serão benvindas – mas, naquele que agora se trava, há uma indisfarçável tendência a reduzir os folcloristas a meros coletores de um rico material que somente os sociólogos (eles mesmo, evidentemente) estariam em condições de interpretar.

A guerra de sutilezas dêsses sociólogos paulistas constitui, antes de tudo, um retrocesso em relação ao estudo do folclore, seja por considerá-lo, como se fazia ao tempo de Thoms, um ramo das *antiquités populaires*, limitando-o inteiramente à tradição oral, seja por subestimar o trabalho do folclorista, que tal só teria habilitações para a 'análise de identidades formais e temáticas' e para 'investigações de intuítos classificatórios ou genéticos', seja por levantar o fantasma neolítico da 'arqueocivilização' de Varagnac'.⁵⁰²

Deste modo, Florestan Fernandes acabou por encarnar a liderança espiritual da investida paulista “contra” as ambições do *folclore*, que buscava autonomia metodológica e teórica frente às demais ciências humanas, verificáveis, por exemplo, nas conclusões de Carneiro em *Samba de umbigada*. Direcionando graves críticas tanto a Fernandes quanto a Roger Bastide que, segundo Carneiro, seriam os responsáveis pela “detração” do postulado científico do *folclore*, o autor de *A sociologia e as 'ambições' do Folclore* não poupou críticas inclusive a duas intelectuais que supostamente seguiriam as orientações de Bastide e Fernandes a respeito da abordagem sociológica do fenômeno folclórico:

Um e outro são responsáveis pelos trabalhos de duas alunas, que obedeceram à sua orientação – trabalhos em que são constantes o desprezo pelo labor do folclorista e a segurança de que só a sociologia pode entender os fenômenos folclóricos em toda a sua plenitude.

Em geral, a atitude dêstes sociólogos pode ser qualificada de pedante, na acepção que a esta palavra dá o dicionário, pois na verdade faz prova do mais completo desconhecimento daquilo que pretende esclarecer.

Florestan Fernandes, que avocou a si a discussão teórica do assunto, nega ao folclore quaisquer títulos para candidatar-se a ciência.

(...)

Maria Isaura, assistente da Universidade de São Paulo, uma das nossas mais inteligentes pesquisadoras de problemas sociais, fez a sua pesquisa na Bahia

⁵⁰¹ FERNANDES, Florestan. Os estudos Folclóricos em São Paulo. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p.71

⁵⁰² CARNEIRO, Edison. A Sociologia e as “ambições” do folclore. In: _____. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965 pp.68-9.

(Sociologia e Folclore – A dança de S. Gonçalo num povoado baiano, Liv. Progresso Ed., 1958). Embora demonstremos o mesmo desprezo de Florestan Fernandes pelos cultores da 'disciplina humanística' – 'coleção e descrição de dados, classificação, filiação, constituem as principais diretrizes que orientam nossos folcloristas...' - nada há que distinga a sua pesquisa, como tal, da pesquisa costumeira de folclore. A sociologia do título só se faz presente na introdução e nas 'reflexões' do último capítulo. E, como veremos, sem propósito. [...]

Entretanto, apesar de toda esta ausência da sociologia, Maria Isaura – que confessa estar seguindo os passos de Florestan Fernandes, 'talvez o primeiro autor brasileiro que utilizou a sociologia como um método adequado ao estudo do folclore – declara em conclusão [...] que 'o emprego da sociologia não visa a substituir as outras abordagens também muito necessárias [...]'. A diplomacia destas conclusões não obscurece o fato de que, tendo realizado uma pesquisa típica de folclore, Maria Isaura perdeu a oportunidade e demonstrar, na prática, a teoria.

[...]

Se Maria Isaura fez uma pesquisa de folclore, Lavínea Raymond fez apenas a pesquisa a que Renato Almeida chama 'de fim de semana' para compor a sua tese (*Algumas dança populares no Estado de São Paulo*, Boletim nº 191 da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1958): andou vendo, uma ou duas vezes apresentações públicas (algumas delas combinadas de antemão) de batuque, de congada, de moçambique e de jongo, e registrou tudo o que viu e ouviu nessas ocasiões. Que os sociólogos respondam – bastarão pesquisas tão ligeiras para a elaboração de estudos sociológicos?⁵⁰³

A extensa citação extraída do artigo de Edison Carneiro nos interessa por dois motivos: primeiro porque nos elucida um aspecto teórico que nunca foi completamente consensual no interior do *Movimento Folclórico*, qual seja, os limites epistemológicos entre as ciências sociais e o folclore, Segundo, porque uma das obras citadas por Edison Carneiro foi apresentada ineditamente ao *Concurso Mário de Andrade, Dança de São Gonçalo*, de autoria de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre a qual já nos referimos em subcapítulo anterior. Longe de pretendermos tomar partido entre as posições conflitantes, em absoluto, o debate travado no interior das páginas da *Revista Brasiliense*, que, inclusive, mencionou uma das obras apresentadas ao Concurso de Monografias, permite-nos esclarecer este momento crucial da história intelectual brasileira no qual estava em jogo justamente os paradigmas de produção do conhecimento acerca da sociedade e cultura no Brasil. Nesse sentido, na esteira da institucionalização de disciplinas universitárias, mais especificamente da *sociologia*, Fernandes fundamentou, pois, sua resposta a Carneiro:

A *Revista Brasiliense* publicou, em seu número 23, um artigo no qual minhas ideias sobre o folclore são objeto de apreciação negativa. Considero

⁵⁰³ CARNEIRO, Edison. A Sociologia e as “ambições” do folclore. In: _____. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 76-7

a crítica uma condição necessária do trabalho intelectual, desde que ela seja objetiva, tenha sentido construtivo e se mantenha no plano do respeito pela pessoa humana – do autor criticado e dos leitores, que formam sua opinião louvando-se nas afirmações do crítico.

No caso em apreço, haveria pouco interesse em ressuscitar o assunto. O meu trabalho trata, apenas, do desenvolvimento dos estudos folclóricos em São Paulo e jamais poderia ser encarado como sucedâneo ou equivalente de um tratado de folclore. [...] Como prezo deveras a *Revista Brasiliense* e seus leitores habituais, pareceu-me conveniente coligar os trechos em que apresento aquelas explanações, para que elas possam ser entendidas em função das orientações que procuro defender.

Acredito que esses trechos evidenciam (juntamente com o esforço que fiz de dar um balanço geral no estado dos estudos folclóricos em São Paulo, com análise extensa das contribuições particulares de Amadeu Amaral e Mário de Andrade, em dois ensaios subsequentes) que estou longe de subestimar o tipo de trabalho intelectual, produzido pelo folclorista. Além disso, eles revelarão ao leitor atilado o empenho com que propugno mais colaboração eficiente entre as ciências sociais e o folclore. (...) O que não pode perdurar são as confusões, que vêm transformando o folclore em disciplina híbrida, aberta às aventuras mais singulares dos que se sentem incapazes de qualquer atividade intelectual produtiva. Sem subestimar a pessoa ou o trabalho de ninguém, parece que já é tempo de pôr fim seja à improvisação involuntária, seja à mistificação consciente, seja à falta de especialização apropriada nesse campo de estudos.⁵⁰⁴

Se por uma lado é inegável considerarmos que Fernandes realmente pretendeu contribuir construtivamente com o desenvolvimento dos estudos folclóricos, inclusive, verificáveis por meio de sua produção intelectual sobre este assunto e por sua pequena colaboração junto à Comissão Paulista de Folclore – afinal seu nome constava como responsável pelo estudo do folclore infantil em um dos primeiros relatórios enviado pela Comissão Paulista à Comissão Nacional de Folclore -, por outro, a defesa de uma *especialização apropriada* frente à *improvisação involuntária*, parece evidenciar a promoção de um padrão intelectual universitário, via de regra, sociológico, para o desenvolvimento de estudos com o verdadeiro foro científico.⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ FERNANDES, Florestan. Folclore e ciências sociais. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. pp.8-9.

⁵⁰⁵ CARNEIRO, Edison. Comunidade, Folk Culture e Folclore. In: _____. **A dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. pp. 83-4

Nesse mesmo sentido, podemos confirmar que internamente o próprio *Movimento Folclórico* chegou a orientar-se metodologicamente em direção às ciências sociais, como ocorrido no Congresso de Folclore de Porto Alegre realizado em 1959. Deste modo, Edison Carneiro redigiu um artigo criticando a orientação desse congresso em relação ao uso metodológico dos “estudos de comunidade” como melhor orientação a guiar os estudos sobre folclore. Ora, não por acaso, pois, no que diz respeito aos estudos folclóricos realizados por cientistas sociais apresentados ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional* foram realizados sob esta rubrica, tais como os de Alceu Maynard Araújo, Oracy Nogueira e Octávio da Costa Eduardo, todos próximos à orientação da ESP, ou mesmo os de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gioconda Mussolini, ambas alinhadas com a USP. Nas palavras de Edison Carneiro:

“O louvável interesse de relacionar o folclore com a sociedade em que se verifica levou o Congresso de

Contraditoriamente ao que parece ser consensual no interior dos estudos de história do pensamento social brasileiro, os estudos folclóricos ainda mantêm sua latência nos dias atuais.⁵⁰⁶ Não mais imbuídos daquela intencionalidade “científica” que buscou legitimar o folclore dentro do corpus universitário, a atividade cultural ocorrida em torno da cultura popular, especificamente em São Paulo, nem de longe é desprezível. Folcloristas e agentes culturais são capazes atualmente de organizar um significativo potencial de recursos culturais e sociais para realização de festivais, seminários e gravações articulando politicamente grupos de cultura popular ou folclórica em todo o estado de São Paulo. Paradigmático a esse respeito são os trabalhos da organização social *Abaçai*, criada por Toninho Macedo, ex-aluno de Rossini Tavares de Lima, e o *Fórum de Culturas Populares e Tradicionais*, que por longa data contou com o empenho de Marcelo Manzati, apenas para citar duas instituições restritas a São Paulo, que, seguramente, poderiam ser ampliadas.⁵⁰⁷

De todo modo, resta-nos reiterar aqui que a grande maioria dos trabalhos apresentados ao *Concurso Mário de Andrade de Monografias*, no que diz respeito às vinculações institucionais e orientações teóricas, associavam-se às comissões folclóricas estaduais, cujos quadros, não raras vezes, compartilhavam-se com os Institutos Históricos e Geográficos locais, Academias de Letras e Institutos Musicais, congregando, pois, intelectuais cujas formações orbitavam em torno das Faculdades de Direito e por vezes Faculdades de Medicina.⁵⁰⁸ Exceções à regra foram os estados de São Paulo e outros da região Sul, até onde pude apurar, mas principalmente o primeiro, onde a institucionalização universitária permitiu que o quadro local da subcomissão folclórica fosse mais heterogêneo o que não evitou, entretanto, desentendimentos ou dissidências entre sociólogos profissionais e intelectuais

Folclore de Pôrto Alegre a tomar a decisão infeliz de recomendar 'estudos de comunidade' nas pesquisas a empreender e de singularizar 'as manifestações de cultura de *folk*' como matéria preferencial de observação, registro e interpretação por parte dos folcloristas.

Tentando orientar dêsse modo as pesquisas de folclore, o congresso invadiu o campo mais geral da antropologia, reinstalando uma confusão que parecia ter-se esclarecido desde 1951, e, sob a alegação de fomentar as boas relações entre os cultores das ciências sociais, praticamente propôs a auto-anulação do folclorista, ao indicar, como objetivo dêste, 'o estudo mais completo e integral do homem brasileiro nas *diferentes* manifestações de sua cultura'.

Esta ampliação injustificável das fronteiras do folclore se faz à custa do total desconhecimento de conceitos – por sinal muito em voga – da antropologia na hora exata em que folclore trava batalhas decisivas por se fazer reconhecer como uma das ciências sociais. (...)

(...). Terá utilidade estudar tôda a estrutura de uma comunidade, empregando recursos de outras ciências sociais, a fim de entender as manifestações folclóricas 'dentro do contexto da sociedade', para, afinal, trazer apenas algumas *amostras* que o revelem?”.

⁵⁰⁶ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, p.42.

⁵⁰⁷ IKEDA, Alberto T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. In: **Estudos Avançados**, 27 (79). São Paulo: USP, 2013, pp.178-9.

⁵⁰⁸ VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997, pp. 265 et seq.

polígrafos.

Uma vez que o conjunto de monografias apresentadas ao certame compõe pouco mais de 200 títulos, a realização de análises individuais de cada autor mostrou-se desde o início da pesquisa uma tarefa contraproducente dentro dos limites que uma pesquisa de mestrado permitiria realizar. Nesse sentido, a opção mais satisfatória foi restringir nossa análise aos estudos realizados por autores paulistas, com exceção a Edison Carneiro, os quais, bem ou mal, dialogaram com as instituições fomentadoras de pesquisa deste estado, e que elucidaram a tônica das principais tendências metodológicas dos estudos folclóricos apresentados ao certame. Tal referencial se justificou tendo em vista que o referido concurso partiu especificamente da política de estímulo à pesquisa estabelecida por meio da Discoteca Pública Municipal de São Paulo.

Assim, iniciamos o 2º e 3º capítulos evidenciando que o *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*, apesar de seu direcionamento inicial voltado ao fomento de estudos monográficos sobre o folclore musical, acabou por transbordar os limites restritos à música, abordando os campos das ciências sociais e do folclore em geral. Não foi outro o nosso objetivo senão esclarecer quais foram as principais tendências teóricas e metodológicas que marcaram o período em questão (1946-1975), com destaque para os anos 1950 e 1960, que direta ou indiretamente se cristalizaram nos estudos apresentados ao certame em questão. Em outras palavras, se por um lado o alargamento do escopo do concurso desvirtuou aparentemente a meta original da Discoteca, ou seja, a constituição de uma bibliografia acerca do folclore musical brasileiro, em contrapartida, a ampliação do *corpus* temático não impediu que se constituísse um acervo bibliográfico considerável no qual a música popular também foi abordada.

Considerações finais } O lugar do folclore musical no Concurso de Monografias.

A historiografia brasileira relativa à história da etnomusicologia no Brasil é unânime quanto à genealogia desta disciplina junto aos estudos folclóricos. Nesse sentido, a trajetória institucional da Discoteca Pública Municipal é um exemplo paradigmático. Entretanto, frente aos desdobramentos teóricos e metodológicos envolvendo tais estudos entre os anos 50, 60 e até 70 do século XX, momento no qual a DPM manteve o Concurso de Monografias, pode-se dizer que Oneyda Alvarenga formou, mesmo que indiretamente, uma bibliografia sobre o folclore musical brasileiro?

A resposta dessa questão necessitaria de uma avaliação “qualitativa” das monografias apresentadas ao certame, tarefa esta que infelizmente se mostrou inviável dentro dos prazos estabelecidos para uma pesquisa de mestrado. Entretanto, resta-nos o esforço final de avaliá-las mesmo que “quantitativamente” a fim de tecer algumas conclusões possíveis. À primeira vista, depois de termos discutido a ampliação do escopo científico do folclore que, grosso modo, substituiu a hegemonia dos estudos musicais pela investigação dos folguedos populares, pode-se concluir que a meta original de Oneyda Alvarenga não foi alcançada.

Basicamente, Edison Carneiro propôs a classificação dos estudos folclóricos nas seguintes categorias: a) Folclore oral, contemplando o folclore infantil; b) Crendices e superstições; c) lúdica, contemplando danças e bailes, autos, jogos e sorte, cortejos, teatro de bonecos, festas tradicionais; d) artes e técnicas; e) música; f) usos e costumes; g) linguagem popular.⁵⁰⁹ Nas palavras de Carneiro:

A primeira destas ordens compreende a poesia, as canções, as lendas e os mitos, as estórias, as adivinhas, os provérbios, a literatura de cordel e outros elementos de transmissão oral e envolve as rondas, os jogos, as parlendas e em geral o folclore infantil. Quanto à segunda, explica-se por si mesma. Na terceira enquadram-se o moçambique, o samba de roda, as danças de São Gonçalo e de Santa Cruz (*saraquê*); autos como as cheganças, os caiapós, as congadas, o bumba-meu-boi; jogos como a capoeira de Angola e cortejos como as folias de Reis e as escolas de samba; o teatrinho de mamolengos; festas tradicionais, Natal, Carnaval, São João, e festas locais. A cerâmica, a cestaria, renda e bordado, a pintura, a escultura (ex-votos inclusive), a arquitetura e as artes caseiras pertencem à quarta ordem. O dom universal da música assume formas peculiares no seio do povo – e são essas formas que constituem a quinta ordem. Na sexta ordem cabem os usos e costumes populares relacionados com as atividades econômicas e sociais, a caça e a pesca, a habitação e a vestimenta, a medicina popular e as cerimônias que

⁵⁰⁹ CARNEIRO, Edison. Pesquisa de Folclore. In: _____. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p.134

cercam o nascimento, o casamento e a morte, como as *sentinelas* do Nordeste e o *gurufim* dos morros cariocas. Uma última ordem, a sétima, abarca só fenômenos da linguagem popular, inclusive mímica, metáfora, frases feitas, linguagens especiais.⁵¹⁰

Assim, tomando-se a proposição de Edison Carneiro, do total de 206 monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga os estudos estritamente musicais aparecem apenas como o quarto maior grupo dentre as sete séries estabelecidas pelo autor de *Candomblés da Bahia*:

- a) Folclore oral, contemplando o folclore infantil: 36 monografias (17,45%)
- b) Crendices e superstições: 9 monografias (4,30%)
- c) Lúdica, contemplando danças e bailes, autos e etc.: 69 monografias (33,40%)
- d) Artes e técnicas: 17 monografias (8,25%)
- e) Música: 24 monografias (11,65%)
- f) Usos e costumes: 36 monografias (17,45%)
- g) Linguagem popular: 12 monografias (5,85%)
- * Sem classificação determinada: 3 monografias

De uma maneira geral, o grupo mais expressivo é aquele relativo ao item “c”, ou seja, referente aos folguedos populares. Considerando que com o *Movimento Folclórico* houve uma ampliação do escopo metodológico até então mais restrito aos estudos musicais, confirmamos que efetivamente o *Concurso Mário de Andrade* representou essa tendência uma vez que 33,4% dos trabalhos apresentados ao certame podem ser enquadrados nessa classificação. Nesse sentido, a música aparece apenas com 11,65% dos estudos apresentados ao Concurso, ficando atrás dos estudos de estória oral (17,45%) e usos e costumes (17,45%).⁵¹¹

Por outro lado, a classificação de Carneiro apresenta algumas redundâncias; afinal, há de se reconhecer que inúmeros trabalhos classificados no item “c”, que abarca o conjunto dos folguedos populares, versam em grande parte sobre música, direta ou indiretamente. Ora, a própria definição de folgado popular se por um lado engloba manifestações não estritamente musicais, por outro, a definição apresentada por Luiz da Câmara Cascudo sobre este mesmo tema se aproxima menos da concepção dos folcloristas da década de 1950 do que

⁵¹⁰ CARNEIRO, Edison. Pesquisa de Folclore. In: _____. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 134-5

⁵¹¹ Ver ANEXO B: Relação das monografias arquivadas segundo classificação de Edison Carneiro.

do conceito de *danças dramáticas* cunhado por Mário de Andrade, que toma o aspecto musical em conjunto com os traços coreográficos e poéticos.

Como já destacamos, a literatura acerca da história da etnomusicologia no Brasil é unânime quanto à genealogia desta disciplina junto aos estudos folclóricos haja vista a atuação que musicólogos do porte de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e Mário de Andrade, por exemplo, tiveram nos primeiros impulsos institucionais desta disciplina:

A etnomusicologia é o resultado de um dos encontros entre as ciências humanas - no caso, a antropologia – e a música. Ela admite as perspectivas disciplinares constituintes (antropologia e música), o que parece indicar que o encontro em comentários é inesgotável, nele os dois pontos de vista nunca se apagando. No Brasil, a etnomusicologia é uma área em franca consolidação, fortemente ancorada na tradição intelectual do País, especialmente do Folclore. Neste campo, ela tem ancestrais de porte comparável aos dos melhores do mundo, como Mário de Andrade, Guerra Peixe, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e outros.⁵¹²

Por outro lado, não se trata apenas de reconhecer a genealogia da “etnomusicologia” no Brasil junto aos estudos folclóricos. Semelhantemente ao constatado por Luís Rodolfo Vilhena em seu estudo sobre o *Movimento Folclórico*, partimos antes da ausência de qualquer balanço historiográfico consistente em relação às reais contribuições de autores classificados como folcloristas em torno da temática “etnomusicológica”. Nesse sentido, tanto Elizabeth Travassos⁵¹³ quanto Rafael Bastos⁵¹⁴ estão diretamente preocupados em apresentar um quadro contemporâneo das pesquisas musicais cuja metodologia se alicerça sobre a antropologia. Se por um lado tanto Elisabeth Travassos quanto Rafael Bastos reconhecem que a “etnomusicologia” se iniciou no Brasil junto aos estudos do *folclore*, por outro, a historiografia se ateve, grosso modo, principalmente à obra de Mário de Andrade, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo e outros musicólogos que alcançaram notoriedade antes do advento do *Movimento Folclórico*. Ora, há uma grande lacuna entre os estudos de Mário de Andrade e a institucionalização da etnomusicologia no Brasil que, em termos gerais, deu-se no final dos anos 70 do século XX.⁵¹⁵

⁵¹² BASTOS, Rafael José de Menezes. Etnomusicologia no Brasil: Algumas tendências hoje: In: **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995, p.4

⁵¹³ TRAVASSOS, Elisabeth. Esboço de balanço da etnomusicologia no Brasil. In: **Opus 9**, ANPOM, 2003, pp. 75 - 6.

⁵¹⁴ BASTOS, Rafael José de Menezes. Op. Cit., p.4.

⁵¹⁵ Considerando os apontamentos de Flavia Camargo Toni e Tiago de Oliveira Pinto, o fato da *Missão de Pesquisas Folclóricas* ter se utilizado metodologicamente da obra do musicólogo romeno Constantin Brailoiu, intitulada *Ésquisse d' Une Méthode de Folklore Musical*, indicado por Dina Lévi Strauss a Mário de Andrade, deu um exmplo paradigmático do que viria a constituir o campo da etnomusicologia na década de 50 do século XX com a criação da *Society for Etnomusicology* nos EUA. Para mais detalhes consultar:

Segundo Alberto Ikeda a etnomusicologia só veio a ser ensinada efetivamente no âmbito universitário brasileiro entre 1980 e 1981 por meio de um curso ministrado junto ao programa de mestrado do Conservatório Brasileiro de Música. Convidado pelo musicólogo José Maria das Neves, Anthony Seeger lecionou a disciplina *etnomusicologia*, tendo como alunos Rosa Zamith e Carlos Sandroni. Posteriormente, Elizabeth Travassos veio a assumir o curso até então ministrado por Seeger (informação verbal).⁵¹⁶ Nesse sentido, o estudo das pesquisas folclóricas ocorridas durante os anos 50, 60 e 70 do século XX poderia preencher uma parte desta lacuna historiográfica na medida em que os autores concorrentes ao *Concurso Mário de Andrade* se preocuparam, mesmo que indiretamente, com o estudo da música.⁵¹⁷

Assim, frustrado o objetivo inicial de Oneyda Alvarenga, o *Concurso Mário de Andrade* acabou por se constituir em foro de debate a respeito das possíveis metodologias de estudo sobre o folclore no Brasil. Independentemente da vitalidade que o *movimento folclórico* conferiu ao certame, a especificidade dos estudos sociais e culturais em São Paulo não deixou de imprimir marca indelével ao concurso. Como pudemos destacar no transcorrer da dissertação, mais detidamente no 3º e 4º capítulos, a predileção de Oneyda Alvarenga em estimular os estudos folclóricos sem dispensar o crivo metodológico e teórico das ciências sociais se relacionava diretamente com a tradição do próprio Departamento de Cultura. Por conseguinte, o quadro metodológico e teórico proporcionado tanto pela FFCL quanto pela ESP não poderia deixar de se manifestar na produção intelectual estimulada pela DPM. Em outras palavras, considerando que o respectivo concurso foi mantido por uma instituição paulista, a dialética entre as instituições universitárias de São Paulo e o movimento folclórico se transformou em um elemento singular do concurso.

Pode-se dizer, por outro lado, que *Concurso Mário de Andrade* possuiu dois momentos distintos. No primeiro, entre a década de 50 e 60 do século XX, notamos que a vitalidade do *movimento folclórico* somado ao esforço de Oneyda Alvarenga em aproximá-lo das ciências sociais propiciou maior solidez aos trabalhos concorrentes ao certame. Não só autores que viriam a se consagrar dentro da seara acadêmica bem como intelectuais de brilhantismo teórico vinculados às principais subcomissões folclóricas estaduais foram premiados. Apesar

TONI, Flávia Camargo. Missão: as pesquisas folclóricas. In: **Revista USP**, n° 77, 2008, p. 28.

PINTO, Tiago de Oliveira. Etnomusicologia: da música brasileira à música mundial. In: **Revista USP**, n° 77, 2008, p.8.

⁵¹⁶ Informação fornecida por Alberto Ikeda em São Paulo, em 2016.

⁵¹⁷ O propósito da musicóloga mineira ao criar o Concurso de Monografias não foi outro se não lançar bases bibliográficas para a etnomusicologia no Brasil, então identificada como estudos do “folclore musical”. Esta pretensão, ambiciosa para a época, uma vez que a disciplina se firmaria apenas com a fundação da *Society for Ethnomusicology* nos anos 50 do século XX, entretanto, não teria ainda condições de se sustentar, recebendo, pois, “críticas” de Florestan Fernandes, como já destacamos, no primeiro concurso instituído em 1946.

da polarização entre autores especializados e polígrafos, como verificado nos anos de 1954 e 1955, momento no qual Oneyda Alvarenga perdeu momentaneamente a autonomia para indicar as comissões julgadoras, autores com orientações metodológicas diversas proporcionaram um debate intelectual rico e vultoso que se manifestou tanto nos trabalhos apresentados quanto na atas das comissões julgadoras. Por outro lado, a partir da década de 1960 se iniciou um processo de inflexão que pareceu apontar para o ocaso do certame. Esse esgotamento parece ter um duplo fundamento: o primeiro, institucional e o segundo, político.

Do ponto de vista institucional, pode-se dizer que o propósito de se estimular pesquisas por meio de concursos públicos se esgotara uma vez que o padrão intelectual não acadêmico foi paulatinamente substituído pelo modelo universitário, especificamente financiado por agências de pesquisa. Apesar de não termos abordado propriamente esse assunto no transcorrer do trabalho poderíamos citar a criação da FAPESP como um marco na história intelectual de São Paulo.⁵¹⁸ Além disso, a concorrência que um periódico interdisciplinar como a RAM sofreu por parte de outros periódicos especializados, tais como *Revista de Antropologia*, *Sociologia*, *Revista Brasileira de História*, por exemplo, a partir dos anos 1950, como pudemos discutir no 3º capítulo dessa dissertação, reforça a interpretação de que a fórmula de se incentivar e divulgar pesquisas por meio de concursos públicos se esgotara. Assim, não só o certame deixou de conferir prêmios seguidas vezes na década de 1960 como se creditou que a diminuição do rigor dos trabalhos apresentados se devesse à falta de divulgação do concurso junto a instituições culturais e educacionais.

Por outro lado, do ponto de vista político, se nem mesmo as instituições universitárias e de pesquisa escaparam do cerceamento imposto pelo regime militar, *o movimento folclórico* sofreu um duro golpe após 1964 que simplesmente inibiu a continuidade das premissas defendidas pela Campanha de Defesa do Folclore. Consequentemente, a orientação à pesquisa

⁵¹⁸ CHASSOT, Walkiria Costa Fucilli; HAMBURGER, Amélia Império. Idéias e ações que implantaram e consolidaram a Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo. In: MOTOYAMA, Shozo (org). **FAPESP: Uma história de política científica e tecnológica**. São Paulo: FAPESP, 1999, p.105-109

A participação de Florestan Fernandes no que se refere aos esforços de criação da FAPESP dá prova da consolidação de um novo perfil intelectual, via de regra, universitário e independente. Segundo Chassot e Hamburger: [...] A existência de uma fundação paulista de apoio à pesquisa definida no artigo 123 da Constituição Estadual de 1947 se efetiva em 1960, numa confluência de perspectivas da comunidade de pesquisadores e do Plano de Ação do governo Carvalho Pinto. [...] A participação de cientistas e intelectuais reconhecidos na comunidade acadêmica, é uma marca na história da FAPESP. As primeiras gerações formadas pela Faculdade de Filosofia, nos esforços para concretizarem a Fundação, aliaram-se aos professores das escolas tradicionais da Universidade de São Paulo, como Medicina, Direito e Escola Politécnica, e, também, a pesquisadores de institutos isolados. Da mesma forma que Caio Prado Júnior, João Meiller e Adriano Marchini tiveram atuações fundamentais para a inclusão do artigo 123 na Constituição Estadual de 1947, no governo Carvalho Pinto, Paulo Emílio Vanzolini, Crodowaldo Pavan, Florestan Fernandes, Mario Schenberg, José Reis, entre outros, reconheceram o ambiente político propício e trabalharam no sentido de tornar a Fundação uma realidade. [...].

e à preservação do folclore tomou claros contornos conservadores. Se, por um lado, não se pode dizer que o *movimento folclórico* simplesmente desapareceu com ascensão dos militares, todavia, a vocação ao estudo e à preservação da cultura popular arrefeceu paulatinamente. Em outras palavras, pode-se dizer que a política inaugurada pelos militares buscou colocar o folclore dentro do mercado cultural em franca expansão. Por conseguinte, a pluralidade de pesquisas embasadas em metodologias e teorias distintas concorrentes ao certame diminuiu.

Deste modo, com a aposentadoria de Oneyda Alvarenga o *Concurso Mário de Andrade* ainda perdurou por 6 anos mais pela inércia da administração municipal do que por algum empenho institucional propriamente dito. Apesar do aumento substancial de trabalhos concorrentes na década de 70, que direta ou indiretamente se relacionou à criação da Escola de Folclore nas dependências do Museu de Folclore de São Paulo, o certame pareceu antiquado aos primeiros gestores do IDART. Como pudemos discutir no início dessa dissertação, o último certame só ocorreu em virtude da interferência da Campanha de Defesa do Folclore junto a Secretaria Municipal de Cultura.

Assim, por mais que o *Concurso Mário de Andrade* tenha falhado na construção de uma bibliografia acerca da música popular, o respectivo certame parece confirmar a tese apresentada por Carlos Sandroni no 27º Encontro da Associação Brasileira de Antropologia.⁵¹⁹ Deste modo, talvez existam mais continuidades e semelhanças entre etnomusicologia, folclore e antropologia do que comumente se ventila. Visto de longe, esse talvez seja o caso do *Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional*: conciliando os esforços de folcloristas e cientistas humanos, Oneyda Alvarenga transformou a Discoteca Pública Municipal em uma instituição de fomento às pesquisas folclóricas dentre as quais a música era parte integrante.

Por fim, quando Oneyda Alvarenga ampliou o escopo do certame, mediante a premissa do *Movimento Folclórico* e de parte das ciências sociais, ela deu continuidade ao projeto que se iniciou nos anos 30 com a *Sociedade de Etnografia e Folclore* e a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, ou seja, com a proposta de inventariamento do patrimônio cultural brasileiro. Em outras palavras, se por um lado a *Missão* se dedicou principalmente ao registro da música popular, por outro, apesar do alargamento do escopo do concurso ao folclore em geral, a autora de *Música Popular Brasileira* pareceu ter seguido a mesma base teórica que fundamentou a *Missão* e que pode ser vislumbrada no anteprojeto do SPHAN, que, por sua vez, não se restringiu à música ou às danças dramáticas, incluindo, pois, tanto a cultura

⁵¹⁹ SANDRONI, Carlos. Anotações sobre etnomusicologia como folclore e como antropologia. In: **Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém do Pará: Anais 27ª RBA, 2009.**

material quanto a intangível haja vista que separá-las seria inconcebível.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Eduardo Henrik. A música do ponto de vista do nativo: um ensaio bibliográfico. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, vol. 50, nº1, 2007.

ALMEIDA, Renato. **A inteligência do folclore**. Rio de Janeiro: Ed. Americana; Brasília: INL, 1974.

_____. Folclore e Turismo Cultural. In: **Revista Brasileira de Folclore**, Ano X, nº 28, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1970

ALVARENGA, Oneyda. **Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1950.

ANDRADE, Mário de. **Danças Dramáticas do Brasil**. 1º Tomo, Obras Completas de Mário de Andrade. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d

_____. **Ensaio sobre a música Brasileira**. São Paulo, Brasília: Livraria Martins Editora S.A, Instituto Nacional do Livro, 1972.

_____. Folclore. In: MORAES, Rubens Borba de (org.). **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1959.

_____. O Samba Rural Paulista. In: _____. **Aspectos da Música Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1975.

_____; ALVARENGA, Oneyda. **Cartas**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

_____. Inauguração do Curso de Etnografia do Departamento de Cultura (minuta de palestra). Apud. SHIMABUKURO, Elizabete H.; BOTANI, Aparecida Sales Linares; AZEVEDO, José Eduardo. In: **SEF: Sociedade de Etnografia e Folclore [Catálogo]/Discoteca Oneyda Alvarenga**. Coordenação de Maria Regina A. Davidoff e Elizabete H. Shimabukuro. São Paulo: Centro Cultural São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do Século XX**. Bauru: Edusc, 2001.

_____; GARCIA, Silvia Gemignani. **Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, 2003.

AZEVEDO, José Eduardo. Apresentação. In: **Acervo de pesquisas folclóricas de Mário de Andrade: 1935-1938**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 2000.

BALDUS, Herbert. Duas Palavras. In: ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional: Festas, bailados, mitos e lendas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

BASTIDE, Roger. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Editora Anhembi, 1959.

BASTOS, Rafael José de Menezes. **Etnomusicologia no Brasil: algumas tendências hoje**. In: **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTELHO, André; CARVLHO, Lucas Correia. A sociedade em movimento da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol. 26, nº2, Brasília, UNB, 2011.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CALABRI, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 até ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8º Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, Editora Hucitec, 1985.

_____. O significado de “raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, São Paulo, Edusp, 2011.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

CAROZZE. Valquíria Maroti. **A menina boba e a Discoteca**. Dissertação de Mestrado em Identidades Brasileiras, São Paulo, 2012. Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Apresentação. In: NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual. In: **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. II, jul-out, 1995. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1995.

_____; VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a

marginalização do folclore. In: **Estudos Históricos**, vol. 3, n° 5, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, 1990.

CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, 2010. Pontifícia Universidade Católica -PUC-SP, 2010.

CHASSOT, Walkiria Costa Fucilli; HAMBURGER, Amélia Império. Idéias e ações que implantaram e consolidaram a Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo. In: MOTOYAMA, Shozo (org). **FAPESP: Uma história de política científica e tecnológica**. São Paulo: FAPESP, 1999.

CIACCHI, Andrea. Gioconda Mussolini: Uma travessia bibliográfica. In: **Revista de Antropologia**, v.50, n°1. São Paulo: USP, 2007.

CLARO, Silene Ferreira. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: Um espaço científico e cultural esquecido** (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934-1950). Tese de Doutorado em História, São Paulo, 2008. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas -FFCLH-USP, 2008.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. vol.1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011,

FERNANDES, Florestan. Sobre o folclore. In: _____. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Mário de Andrade e o folclore. (Revista do Arquivo Municipal, vol. CVI, 1946). In: _____. _____. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Um concurso de folclore musical. (Jornal de São Paulo, 4 de junho de 1946). In: _____. _____. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Folclore e ciências sociais (Revista Brasiliense, 24, julho-agosto de 1959). In: _____. _____. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Objeto e campo do folclore (Suplemento Literário do Jornal O Estado de S. Paulo, n° 75, de 29.mar.1958). In: _____. _____. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. A burguesia, o “progresso” e o folclore. (O Estado de S. Paulo, 19 de Agosto de 1944). In: _____. _____. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Os estudos folclóricos em São Paulo. (Publicado parcialmente no suplemento literário de O Estado de S. Paulo, 1956-1957). In: _____. _____. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Amadeu Amaral e o folclore brasileiro. (O Estado de S. Paulo, 21 e 28 de novembro

e dezembro de 1948). In: _____. _____. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Armas e técnicas de briga. (Suplemento literário de O Estado de S. Paulo, nº 161, 12 de Dezembro de 1959). In: _____. _____. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 2005, v. 48, nº2.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Museu Paulista. In: COSTA, Marcos (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: Livro II, 1950-1979**. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Em torno da “Semana”. In: _____. _____. São Paulo: Editora UNESP, Fundação Perseu Abramo, 2011.

IKEDA, Alberto T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. In: **Estudos Avançados**, 27 (79). São Paulo: USP. 2013

JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, nº65. São Paulo: Anpocs, 2007.

_____. **A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Fapesp, 2002.

_____. Uma defesa da comunidade. In: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v.21, n.1. São Paulo, 2009.

_____. Gerações pioneiras da sociologia paulista (1934-1969. In: _____, v. 19, nº 1, 2007.

KANTOR, Iris (org.); MACIEL, Débora A. (org.); SIMÕES, Júlio Assis. **A Escola Live de Sociologia e Política: anos de formação**. São Paulo: Escuta, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1.990.

LÉVI-STRAUSS, Dina. **Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1936.

LIMA, Rossini Tavares de. **A ciência do folclore: segundo as diretrizes da Escola de Folclore**. São Paulo: Ricordi. 1978.

_____; ANDRADE, Julieta. **Escola de Folclore: estudo e pesquisa de cultura espontânea**.

São Paulo: Editora Livramento, 1979.

_____. Os namoros de uma socióloga. In: **Revista Brasileira de Folclore**, Ano XII, Nº 36, Rio de Janeiro: MEC, 1973.

LIMONGI, Fernando. A escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol.1 São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, 1989.

LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

LOPES, Telê Porto Ancona. **Mário de Andrade: ramais e caminhos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972.

MACHADO JR, Armando Marcondes. **Resgate histórico: Divisão territorial do Estado de São Paulo**. São Paulo: Mageart, 2011.

MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. In: **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Vol.2, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1998.

_____. Estudos de comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década 1950. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n 18, São Paulo: USP, 2009.

_____; OLIVEIRA, Nemuel da Silva; LOPES, Thiago da Costa. Donald Pierson e o projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 56, nº 2, Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

MARCHEZIN, Lucas Tadeu. **Um samba nas quebradas do mundaréu: a história do samba paulistano na voz de Geraldo Filme, Zeca da Casa Verde, Toninho Batukeiro e Plínio Marcos**. Dissertação de Mestrado em Estudos Brasileiros, IEB-USP, São Paulo, 2016.

MARIZ, Vasco. **Três musicólogos brasileiros: Mário de Andrade, Renato Almeida, Luiz Heitor Correa de Azevedo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1983.

MARTINS, José de Souza. Prefácio da 3ª Edição. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.

MASSI, Fernanda. Franceses e Norte Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol.1 São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, 1989.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente brasileira (1920-1945)**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difiel, 1979.

_____. Por uma sociologia das ciências sociais. In: _____ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol.1 São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, 1989.

MORAES, Wilson Rodrigues. Folclore e teatro. In: **Revista Brasileira de Folclore**, Ano VIII, nº 22, 1968.

MOYA, Fernanda Nunes. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: um projeto modernista para a música nacional**. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp-Assis, 2010.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese, PPG História, UnB, 2005.

_____. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil Meridional. In: **Revista Brasileira de História**. v.31, nº62. São Paulo: USP, 2011.

NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960. In: MARRAS, Stelio. **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Edusp, Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, 2012.

NOGUEIRA, Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Fapesp, Hucitec, 2005.

NOGUEIRA, Oracy. Curso de técnicas de pesquisa social patrocinado pela Comissão Paulista de Folclore. Aula inaugural: A função das Ciências Sociais. In: **Documentos da CNFL**, nº 233, 1951

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Colonizadores do Futuro: Cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, 1995. Pontifícia Universidade Católica / PUC-SP, 1995.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **Cultura popular: Românticos e Folclorista**. São Paulo: Olho d'Águra Editora e Livraria, s/d.

PEREIRA, João Baptista Borges. Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia. In: **Estudos Avançados**. 8 (22), 1994.

PEREIRA, Maria Eliza. **Lundu do escritor difícil: Canto Nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PIERSON, Donald. **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia Sonora. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, Vol. 44, nº 1, 2001.

_____. Etnomusicologia: da música brasileira à música mundial. In: **Revista USP**. São Paulo: USP, CCS, nº 77, 2008.

_____. Considerações sobre a musicologia comparada alemã. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Musicologia**. Ano 1, nº 1. São Paulo, 1983.

PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo dos anos 1950-1960**. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Roger Bastide: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo: Humanitas, FFCLH-USP, 2001.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiticeiro”: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Campinas, 2011. Doutorado em Antropologia. Unicamp, 2011.

RUBINO, Silvana. Clube de pesquisadores: a Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice Editora, Edita Revista dos Tribunais, Idesp, vol.1,1989.

SAMPIETRI, Carlos Eduardo. **A Discoteca Pública Municipal de São Paulo: (1935 – 1945)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2009.

SANDRONI, Carlos. **Mário de Andrade contra Macunaíma**. São Paulo: Edições Vértice, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

_____. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. In: **Estudos Avançados**, 24(69), São Paulo: USP, 2010.

_____. Apontamentos sobre a história e o perfil institucional da etnomusicologia no Brasil. In: **Revista USP**, nº 77, São Paulo: USP, 2008.

_____. Anotações sobre etnomusicologia como folclore e como antropologia. In: **Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Belém do Pará: ANAIS 27a RBA, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música. Tradução de Giovane Cirino. In: **Cadernos de Campo**, nº 17. São Paulo: USP, 2008

SILVA, Orlando Sampaio. O antropólogo Herbert Baldus. In: **Revista de Antropologia**, v.43, nº2, p.23-79. São Paulo: USP, 2000

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio: Um anteprojeto ainda atual. In: **Revista do Iphan**, nº 30. Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

TONI, Flávia Camargo. **A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura**.

São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.

_____. Missão: as pesquisas folclóricas. In: **Revista USP**, nº77, 2008.

_____; CAROZZE. Valquíria Maroti. Mário de Andrade, Francisco Curt Lange e Carleton Sprague Smith as discotecas públicas, o conhecimento musical e a política cultural. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 0, p. 181, São Paulo: USP, 2013.

TRAVASSOS, Elisabeth. Mário de Andrade e o Folclore. In: **Revista Iphan** nº 30. Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

_____. Esboço de balanço da etnomusicologia no Brasil. In: **Opus 9**, ANPPOM. Santa Catarina: Udesc, 2003.

VALENTINI, Luísa. **Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2010.

VIAL, Andrea Dias. **O colecionismo no período entre guerras: a contribuição da Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções etnográficas**. Dissertação de Mestrado, em História, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2010.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão: O Movimento Folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte, FGV, 1997.

FONTES

Revista do Arquivo Municipal. Nº CXV, 1947.
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CXXXIV, 1950.
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CXLIV, 1951.
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLV, 1953.
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLIX, 1957.
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLX, 1957
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXI, 1958
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXII, 1959
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXIII, 1959
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXIV, 1959
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXV, 1959
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXVI, 1959
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXVII, 1960
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXIII, 1968
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXVII, 1969
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXVIII, 1969
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXVI, 1969
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXIX, 1969
 Revista do Arquivo Municipal. Nº CLXXXI, 1970

Revista do Arquivo Municipal. N° CLXXXIII, 1971
 Revista do Arquivo Municipal. N° CLXXXV, 1973
 Revista do Arquivo Municipal. N° CLXXXVI, 1974
 Revista do Arquivo Municipal. N° CLXXXVIII, 1976
 Revista do Arquivo Municipal. Índice dos volumes I ao CC. V. 201, 2002.

BRASIL. Ministério da Cultura. Iphan. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Fundo Comissão Nacional de Folclore. Série: correspondências.

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Arquivo Histórico da Cidade. Fundo Departamento de Cultura (1935-1938).

Processo n° 86938/1935
 Processo n° 72161/1938
 Processo n° 76703/1938
 Processo n° 85399/1938
 Processo n° 88931/1938
 Processo n° 47794/1938
 Processo n° 81942/1938
 Processo n° 11632/1938
 Processo n° 46749/1938
 Processo n° 87865/1937
 Processo n° 36121/1936
 Processo n° 22957/1936
 Processo n° 71606/1936
 Processo n° 72136/1935
 Processo n° 92768/1938
 Processo n° 27608/1939
 Processo n° 78293/1937
 Processo n° 18821/1937
 Processo n° 36130/1936
 Processo n° 25674/1936
 Processo n° 13943/1936
 Processo n° 58767/1936
 Processo n° 89825/1936
 Processo n° 68721/1935
 Processo n° 75299/1935
 Processo n° 76145/1935
 Processo n° 76144/1935
 Processo n° 70303/1935
 Processo n° 65813/1936
 Processo n° 37396/1937
 Processo n° 34996/1938
 Processo n° 34996/1938
 Processo n° 90525/1936
 Processo n° 87396/1936
 Processo n° 58446/1937

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Planejamento - SEMPLA. Arquivo Geral de Processos:

Processo nº 0.072.773/54
Processo nº 0.027.680/73
Processo nº 0.140.841/55
Processo nº 0.040.037/57
Processo nº 0.061.982/58
Processo nº 0.043.849/59
Processo nº 0.017.060/61
Processo nº 0.017.997/62
Processo nº 0.017.611/63
Processo nº 0.013.844/64
Processo nº 0.027.111/65
Processo nº 0.018.915/65
Processo nº 0.023.223/66
Processo nº 0.032.980/67
Processo nº 0.036.795/68
Processo nº 0.027.210/70
Processo nº 0.027.075/71
Processo nº 0.027.460/72

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Centro Cultural São Paulo. Divisão de Acervo e Documentação - DADOC. Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. Fundo DPM. Grupo: Concurso de Monografias; séries de atas, cartas, editais e monografias (ver ANEXO A).

SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico - DPH. Pavilhão das Culturas Brasileiras. Fundo Museu de Folclore “Rossini Tavares de Lima”. Série: recortes de jornais; fotografias; relatórios do dia-a-dia.

SÃO PAULO (Município). Câmara Municipal. Atos e decretos municipais:

Ato 788 de 10 de janeiro de 1935
Ato 861 de 30 de maio de 1935
Ato 914 de 31 de agosto de 1935
Lei nº 3662 de outubro de 1937
Decreto-Lei nº 333 de 27 de dezembro de 1945
Decreto-Lei nº 360 de 13 de setembro de 1946
Decreto-Lei nº 430 de 8 de julho de 1947

Disponíveis em: <http://www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

PELLEGRINI FILHO, Américo. Depoimento. [1 de junho de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor Barbosa Sousa.

BOLOGNINI, Dalva Soares. Depoimento. [20 de agosto de 2015]. Entrevista concedida a Rafael Vitor Barbosa Sousa.

LIMA, Rossini Tavares de. Depoimento [15 de julho de 1981]. Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som -SP. Entrevistadores: Julieta Andrade; Abguar Bastos; Miroel Silveira; Ernani Silva Bruno. CD: 00035EBR00005AD, 00035EBR00006AD, 00035EBR00007AD.

ANEXO A} Relação das monografias arquivadas no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga

Certame	Data	Prêmio	Autor	Título	Publicação pela R.A.M
1º	1946	1º Prêmio	PRADO, José N. de Almeida	Trabalhos Fúnebres na Roça	CXV,1947,11
1º	1946	2º Prêmio	CHIARINE, João	Cururú	CXV,1947,81
1º	1946	M.H	PRADO, José N. de Almeida	Cantores Paulistas de Porfia ou Desafio	CXV,1947,199
2º	1947	1º Prêmio	EDUARDO, Octávio da Costa	Aspectos do Folclore de uma Comunidade Rural	CXLIV,1951,11
2º	1947	2º Prêmio	PRADO, José N. de Almeida	Baile Pastoril no Sertão da Bahia	CXLIV,1951,61
2º	1947	1º M.H	ALMEIDA, Aluísio de	142 Histórias Brasileiras Colhidas em São Paulo	CXLIV,1951,161
2º	1947	2º M.H	BRASILEIRO, Francisco	Monografia Folclórica sobre o Rio das Garças	CXLIV,1951,333
2º	1947	3º M.H	RANGEL, Wellman de F.	Algumas Contribuições Espanholas ao Folclore Paulista	CXLIV,1951,395.
2º	1947	Não Premiado	GALVÃO, Hélio	Contribuição ao Romanceiro Nacional	
2º	1947	Não Premiado	MELO, Veríssimo de	Folk-lore Infantil	
3º	1948	1º Prêmio	MUSSOLINI, Gioconda	Os "Pasquins" do litoral norte de São Paulo e suas peculiaridades na Ilha de São Sebastião	CXXXIV,1950,9
4º	1949	1º Prêmio	BRANDÃO, Théo	O Reisado Alagoano	CLV,1953,11
4º	1949	2º Prêmio	MELO, Veríssimo de	Rondas Infantis Brasileiras	CLV,1953,227
4º	1949	M.H	LESSA, Luiz Carlos	Chimarrão	CLV,1953,357
4º	1949	Não Premiado	NOGUEIRA, Diogo	Aspectos Psicológicos dos Brinquedos de Roda e Canções de Ninar	
4º	1949	Não Premiado	ALMEIDA, Luiz Rodrigo de	Paremiologia Médica Brasileira	
4º	1949	Não Premiado	SANTO, Octávio Espirito	Romeiros à Lapa	
4º	1949	Não Premiado	GALVÃO FILHO, Olinto L.	O Ciclo de São João	
5º	1950	1º Prêmio	ARAÚJO, Alceu Maynard	Ciclo Agrícola, Calendário Religioso e Magias Ligadas às Plantações	CLIX,1957,11
5º	1950	2º Prêmio	CABRAL, Oswaldo R.	Medicina Teológica e as Benzeduras	CLX,1957,5
5º	1950	Não Premiado	LANDAU, Alice	Danças do Índio Brasileiro	
5º	1950	Não Premiado	FAJARDO, Maria Nogueira	Viajem à Amazônia	

6º	1951	1º Prêmio	LANE, Frederico	Arma e Técnicas de Briga nas Regiões de São Paulo	CLXI,1955,7
6º	1951	2º Prêmio	ARAUJO, Alceu Maynard	Alguns Ritos Mágicos, Feitiçaria e Medicina Popular	CLXI,39,1955
6º	1951	1º M.H	LIMA, Rossini Tavares de	Achegas ao Estudo do Romancero do Brasil	CLXII,1959,7
6º	1951	2º M.H	BRANDÃO, Geraldo	Mogi das Cruzes	CLXII,1959,51
6º	1951	3º M.H	AMORIM, José Pimentel de	Medicina Popular em Alagoas: Rezas e Benzeduras	CLXII,1959,129
6º	1951	Não Premiado	PIAZZA, Walter	As Festividades do Divino	
6º	1951	Não Premiado	ANDRADE, Luiz de	Raízes Psicológicas do Culto do Fogo	CLXII,1959,241
6º	1951	Não Premiado	MELO, Veríssimo de	Jogos Populares no Brasil	CLXII,1959,335
6º	1951	Não Premiado	MARTINS, Saul	As Diversões	CLXII,1959,295
6º	1951	Não Premiado	FELIPE, Euclides J.	O Caminho de São Paulo	
7º	1952	1º Prêmio	LIMA, Rossini Tavares de	A Malhação de Judas em São Paulo	CLXII,1959,9
7º	1952	2º Prêmio	SOUZA, José Geraldo de	Contribuição Rítmico-modal do Canto Gregoriano para a Música Popular Brasileira	CLXIII,1959,39
7º	1952	3º Prêmio	MARTINS, Saul	Artes e Ofícios Caseiros	CLXIV,1959,155
7º	1952	1º M.H	PRADO, José N. de Almeida	Medicina na Roça	NÃO PUBLICADO
7º	1952	2º M.H	CORTES, Paixão; LESSA, Luiz Carlos	Danças Gaúchas	NÃO PUBLICADO
7º	1952	3º M.H	BRANDÃO, Geraldo	Notas sobre o Culto Popular de São Gonçalo	NÃO PUBLICADO
7º	1952	Não Premiado	NACIMENTO, Maria Bernadette Vieira	Trabalho sobre o Folclore Brasileiro	
7º	1952	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio	Notas de Folclore Infantil Paulista	Indicado para Publicação
7º	1952	Não Premiado	VIANNA, Hildegardes Cantolino	Histórias e Casos	Indicado para Publicação
8º	1953	1º Prêmio	RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges	Um Grupo de Moçambique de Aparecida do Norte	CLXIV,1959,11
8º	1953	2º Prêmio	MENDES, Eunice Evanira Pereira	Contribuição Para o Estudo da Modinha	CLXIV,1959,121
8º	1953	Não Premiado	PRADO, José N. de Almeida	Painéis Folclóricos da Folia e de Reis no Brasil	
8º	1953	Não Premiado	NOVAES, Maria Stela de	O Fogo e a Pirotécnica no Folclore	
8º	1953	Não Premiado	CRETELLA SOBRINHO, Paulo	O Conteúdo Folclórico na Conduta Humana	

8º	1953	Não Premiado	TEIXEIRA, Fausto	Congada, Moçambique e Cabocolinhos em Minas Gerais	
8º	1953	Não Premiado	SANTOS, Paulo da Silveira	Folclore Afro-negro em São Roque: Macumba e congadas no Século XIX	
8º	1953	Não Premiado	LACERDA, Regina	Vila Boa	
9º	1954	Não Premiado	ANDRADE FILHO, Oswaldo	Algumas Indicações sobre a Cerâmica do Estado de São Paulo	
9º	1954	Não Premiado	CERASO, Lúcia Gessi	Congadas e Cavalhadas	
9º	1954	Não Premiado	PRADO, José N. de Almeida	Dialeto Paulista	
9º	1954	Não Premiado	CARVALHO, Celso de	O Ciclo de Natal num Velho Recanto de Minas	
9º	1954	Não Premiado	BRANDÃO, Geraldo	Amostra de Folclore Mágico	
9º	1954	Não Premiado	ROCHA, Léa Maria	Contribuição ao Estudo dos Travalínguas	
9º	1954	Não Premiado	SCHIMIDT, Ives R.	São Benedito "O Santo de Devoção do Povo de Taubaté	
10º	1955	1º Prêmio	CASTRO, Zaide Maciel de; COUTO, Arací do Prado	Folia de Reis	CLXV,1959,11
10º	1955	2º Prêmio	PIZA, Flávio de Moraes de Toledo	Estudo sobre o Soldado Jogador	CLXV,1959,71
10º	1955	1º M.H	PEREIRA, Demosthenes Guanaes	O Folclore do Rio São Francisco	NÃO PUBLICADO
10º	1955	1º M.H	NOGUEIRA, Oracy	A Vida Religiosa e Recreativa num Município do Interior	NÃO PUBLICADO
10º	1955	2º M.H	CAMPO, Renato Carneiro	Folhetos Populares na Zona do Açúcar em Pernambuco	NÃO PUBLICADO
10º	1955	3º M.H	COSTA, Giselda Joffily	Acauã	CLXXIX,1969,17
10º	1955	Não Premiado	ROSA, Ubiratan	Pedro Malazarte e o Homem Natural	
10º	1955	Não Premiado	SOARES, José Custódio	Quadros do Folclore Brasileiro	
11º	1956	1º Prêmio	SCHIMIDT, Carlos Borges	O Pão da Terra	CLXV,1959,127
11º	1956	2º Prêmio	ARAUJO, Alceu Maynard	Escorço do Folclore de uma Comunidade	CLXVI,1959,133 e CLXVII,1960,95
11º	1956	3º Prêmio	QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de	A Dança de São Gonçalo num Povoado Baiano	NÃO PUBLICADO
11º	1956	1º M.H	AMORIN, J. Pimentel de	Medicina Popular em Alagoas	CLXII,1959,129
11º	1956	2º M.H	VIANNA, Hildegardes	As Paradeiras, as senderonas e seu Focllore	CLXXIX,1969,55

11°	1956	3° M.H	GALENO, Cândida Maria Santiago	Ritos Fúnebres no Interior do Ceará	CLXXVIII,1969,73
11°	1956	Não Premiado	BARROS, Manuel Balbino de	Aspectos Folclóricos do Polígono das Secas	
11°	1956	Não Premiado	NORA, Mansur	Folclore em Regiões diversas do Brasil	
11°	1956	Não Premiado	Melo, Carmelo dos Reis de	O Bicho Carrapatú	
12°	1957	Não Premiado	BARROS, Jorge Vieira de	Caipora-Caiporice- Caiporismo	
12°	1957	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio de	Onze Capítulos de Folclore	
12°	1957	Não Premiado	ROCHA, Léa Maria da	Contribuição ao Estudo dos Travalínguas	
12°	1957	Não Premiado	SANTOS, Altamirando Ribeiro dos	O Mito do Édipo no Folclore Brasileiro	
13°	1958	1° Prêmio	BRANDÃO, Théo	Os Pastoris de Alagoas	NÃO PUBLICADO
13°	1958	Não Premiado	LEÃO, Emanuel Araújo de Barros	Cavalcadas Folclóricas	
13°	1958	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio de	Verbetes do Folclore religioso	
15°	1960	1° Prêmio	RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges	O Jongo	CLXXIII,1968,165
15°	1960	1° M.H	CARNEIRO, Edison	Samba de Umbigada	NÃO PUBLICADO
15°	1960	2° M.H	RABAÇAL, Alfredo João	Figurinhas e Figureiros do Bairro de São João	CLXXVI,1969,7
15°	1960	Não Premiado	NOBREGA, José Claudino da	Vila Bela da Santíssima Trindade	
15°	1960	Não Premiado	MIRANDA, Nicanor	Três Lendas Paulistas	
16°	1961	Não Premiado	BORGES, Nelmaton Vianna	O Boi das Aspas de Ouro	
16°	1961	Não Premiado	BARROS, Carlos Vandoni de	O Ferrão do Quero- Quero na Conquista Amorosa	
16°	1961	Não Premiado	OLIVEIRA, João Castilho de	A Nau Catarineta	
17°	1962	Não Premiado	NUNES, José	Estudos do Folclore	
17°	1962	Não Premiado	RIBEIRO, Aor Seixas	O Negro Carioca no Samba	
17°	1962	Não Premiado	COELHO, Suely Maria	O Folclore na Literatura	
17°	1962	Não Premiado	LIMA, Eunice de Monte	A Bahia dos Cincos Sentidos	
18°	1963	3° Prêmio	PIMENTEL, Malaquias	Batuques de Belém	CLXXVIII,1969,101
18°	1963	3° M.H	COMENDA, Neide	Um Grupo de Samba- Lenço da Cidade de São Paulo	CLXXVII,1969,121
18°	1963	Não Premiado	TOLENTINO, Mário	Contribuição ao Estudo do Folclore São Clarense	

18º	1963	Não Premiado	DEL NERO, Carlos	Acalantos e Cantigas de um Folclore Tenebroso	
19º	1964	Não Premiado	LANGER, Suzana Celia de Carvalho e outros	A Campanha da Coroa	
19º	1964	Não Premiado	TEIXEIRA, Carlos Borges	Eleição na Vila	
19º	1964	Não Premiado	ESCALANTE, Eduardo Alberto	Psicanálise do Sincretismo Religioso no Brasil	
19º	1964	Não Premiado	OLIVEIRA, Afonso Celso de	O Folclore em Nosso Destino	
19º	1964	Não Premiado	BRAGA, Pedro Abreu Paulo	Berimbau	
20º	1965	Não Premiado	MACHADO, Maria A. S.	O Folclore e Suas Crendices	
20º	1965	Não Premiado	PIMENTEL, Altmar de Alencar	Os Caramurus	
21º	1966	Não Premiado	FREITAG, Léa Vinocur	Um Estudo de Bordado Ponto-Cruz em São Pedro	
21º	1966	Não Premiado	Sem Identificação	Um Estranho Ritual do Fogo	
22º	1967	Não Premiado	CAMPOS, Catarina Góes	Catxerê, A Mulher- Estrela e outras Lendas Indígenas	
22º	1967	Não Premiado	MELO, Aluísio	Vocabulário Etimológico Tupi do Folclore Amazônico	
22º	1967	Não Premiado	NEVES, João Corrêa das	Crendices e Superstições	
23º	1968	1º M.H	BARBANTI, Rosa Maria; RISSINI, Jacob Kopel	Santana de Parnaíba	NÃO PUBLICADO
23º	1968	2º M.H	PELLEGRINI FILHO, Américo	2.112 Dísticos de Caminhão	NÃO PUBLICADO
23º	1968	3º M.H	PEREIRA, Kleide Ferreira do Amaral	Estórias Cantadas de Negro do Recife	NÃO PUBLICADO
23º	1968	Não Premiado	LONGO, Jacy de Abreu	Contos Folclóricos	
23º	1968	Não Premiado	RAMALHO, Horácio	O Carro de Boi	
23º	1968	Não Premiado	ROCHA FILHO, Rubem	O Padre Cícero e as Diversas Formas de Religiosidade ou Fanatismo na Literatura de Cordel	
24º	1969	1º Prêmio	SIQUEIRA, Maria José Nunes de	Grupo de Moçambique "São Benedito" de Jacaré	NÃO PUBLICADO
24º	1969	2º Prêmio	LOPES, Theresinha Apparecida Porto A.	A Margem e o Texto: Contribuição para os Estudos de Macunaíma	NÃO PUBLICADO
24º	1969	3º Prêmio	MARCONI, Marina de Andrade	Achegas ao Estudo ao Artesanato de Colchas de Franca	NÃO PUBLICADO

24°	1969	1° M.H	SOUZA, Maria José de; PREZIA, Maria Angela Silva	A Umbanda em Poços de Calda	NÃO PUBLICADO
24°	1969	2° M.H	RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges	Um Tema Errante no Folclore Musical	NÃO PUBLICADO
24°	1969	Não Premiado	SILVA, Francisco Pereira	Achegas à Inteligência do Jongo	
24°	1969	Não Premiado	OYAFUSO, Olga	O que se Deve Saber Sobre a Dança	
24°	1969	Não Premiado	CHIARINI, João	Folclore da Aguardente	
24°	1969	Não Premiado	CARRADORE, Hugo Pedro	Cururu	
24°	1969	Não Premiado	RIBEIRO, Maria do Carmo Biondi	Congada	
24°	1969	Não Premiado	FERNADES, Waldemar Iglesias	Algumas Estórias Populares Colhidas em Sorocaba	CLXXXI,1970,183
24°	1969	Não Premiado	MOURA, Virginia Maria de Assis	Um Estudo sobre a Contribuição dos Grupos Étnicos à Formação da Cultura Popular Brasileira	
25°	1970	1° Prêmio	MORAES, Wilson de Rodrigues de	Escolas de Samba e Cordões da Cidade de São Paulo	CLXXXIII,1971,167
25°	1970	2° Prêmio	GATTI, Lúcia Temple	Contribuição ao Estudo do Folclore Regional Brasileiro	NÃO PUBLICADO
25°	1970	3° Prêmio	SIQUEIRA, Maria Vera	Folc-infância	NÃO PUBLICADO
25°	1970	1° M.H	PEREIRA, Kleide Ferreira do Amaral	Aspectos Curiosos da Dança de São Gonçalo	NÃO PUBLICADO
25°	1970	2° M.H	SARAIVA, Gumercindo	Emboladas do Meu Nordeste	NÃO PUBLICADO
25°	1970	Não Premiado	GATTO, Sylvio	O Folclore	
25°	1970	Não Premiado	BUENO, Margarete	Aspectos de Mário de Andrade	
25°	1970	Não Premiado	RODRIGUES, Glória Maria Clemente; GUIMARÃES FILHO, Aldo	Crônicas Folclóricas para Crianças	
25°	1970?	Não Premiado	GUIMARÃES, Lais	Impressões Folclóricas Brasileiras	
26°	1971	1° Prêmio	PELLEGRINI FILHO, Américo	Literatura Oral no Estado de São Paulo	CLXXXV,1973,175
26°	1971	2° Prêmio	MACHADO, Miriam Silva de; CRUVUNEL, Ana Amélia Ribeiro	Folclore de Promissão	NÃO PUBLICADO
26°	1971	3° Prêmio	ARAGÃO, Maria do Socorro da Silva	Uma Vivência de Folclore em Brejo do Cruz	NÃO PUBLICADO
26°	1971	1° M.H	FERNANDES, Waldemar Iglesias	52 Estórias Populares	NÃO PUBLICADO

26°	1971	2° M.H	AGNELLI, Maria Cecília Vecchio	Um Estudo de Epitáfio	NÃO PUBLICADO
26°	1971	Não Premiado	PEIXOTO, Marina Tereza F.	Brasil, Seu Folclore de Norte a Sul	
26°	1971	Não Premiado	SILVA, Gibson Freitas da	Festas dos Santos Reis	
26°	1971	Não Premiado	BETTINI, Eliza de Almeida Prado	Estórias do Nosso Povo	
27°	1972	1° Prêmio	CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda	Medicina Popular em Favela de São Paulo	CLXXXVI,1974,175
27°	1972	2° Prêmio	MOTA, Ático Frota Vilas Boas da	Provérbios em Goiás	NÃO PUBLICADO
27°	1972	3° Prêmio	MOTT, Yoshiko T.; MOTT, Luiz	Cruzes, Santa Cruzes e Capelas	NÃO PUBLICADO
27°	1972	2° M.H	ALBUQUERQUE FILHO, Aleixo Leite de	O Águia do Sertão ou Rei dos Cantadores	NÃO PUBLICADO
27°	1972	3° M.H	CASTRO, Zaide Maciel de	Pastorinhas do Egito	NÃO PUBLICADO
27°	1972	Não Premiado	MONTEIRO, Walcyr	Visagens, Assombrações e Culto das Almas em Belém	
27°	1972	Não Premiado	BONAND NETO, Olimpio	Sociedade de Bacamarteiros	
27°	1972	Não Premiado	NUSDEU, René Antonio	Seu Clóvis, Artista Popular	
27°	1972	Não Premiado	DI COLLA, Flávio La Luna	Dimensões do Conto Folclórico Medieval no Brasil	
27°	1972	Não Premiado	ARAUAJA, Antonio Amaury	E Assim Morreu Lampião	
27°	1972	Não Premiado	MAIA, Thereza Regina de Camargo	Paraty, Folclore e Região	
27°	1972	Não Premiado	SANTOS, Paulo Ricardo da Silveira	A Entrada dos Carros de Lenha, Velha Prática Folclórica em São Roque	
27°	1972	Não Premiado	PEREIRA, Enilce Gomes	Folclore Brasileiro	
27°	1972	Não Premiado	SOUZA, Maria José de	O Folclore do Cangaço	
27°	1972	Não Premiado	GHANNOUM, Norma Bacheli	Folclore da Região Amazônica	
27°	1972	Não Premiado	SARAIWA, Gumerindo	O Fandango no Nordeste Brasileiro	
27°	1972	Não Premiado	PIMENTEL, Altimar de Alencar	Uma Dança de Umbigada	
27°	1972	Não Premiado	ARAUJO, Vicente de Paula	O Folclore e Cinema Brasileiro	
27°	1972	Não Premiado	ARAUJO, Renê Maria Tavares de	A Nuvem da Esperança	
27°	1972	Não Premiado	BARBOZA, Waldemar de	São João no Folclore Brasileiro	

			Almeida		
27°	1972	Não Premiado	ALMEIDA, Nair Starling dos Santos	A trova e o Folclore	
28°	1973	2° Prêmio	NASCIMENTO, Haydee	Cerâmica Utilitária em Apiáí	CLXXXVI,1974,45
28°	1973	3° Prêmio	THIEBLOT, Marcel Jules	Folclore em Rondônia	NÃO PUBLICADO
28°	1973	1° M.H	MELLO, Cacilda Amaral	O Espelho do Passado "O Caipira do Morro Grande"	NÃO PUBLICADO
28°	1973	2° M.H	CARDOSO, Manoel José	O Folclore de Nossa Senhora das Dores	NÃO PUBLICADO
28°	1973	3° M.H	VASQUES, Antonio Cláudio Branco	As Garrafas de Majorlândia	NÃO PUBLICADO
28°	1973	Não Premiado	PELLEGRINI FILHO, Américo	42 Contos Populares	
28°	1973	Não Premiado	KHORIATI, José Luiz	O Folclore já era?	
28°	1973	Não Premiado	SOUZA, Maria José de	Para Interpretar Beato Lourenço	
28°	1973	Não Premiado	MOTT, Luiz Roberto de Barros	Noite de Lua...Lua Cheia	
28°	1973	Não Premiado	MOTT, Yoshiko Tababe	Com Dois Te Botaram(...): Os	
28°	1973	Não Premiado	SILVA, Maria Leonor Alvares	O Boi da Guia	
28°	1973	Não Premiado	ALMEIDA, Noel Marcondes	Cultos Afro Brasileiros	
28°	1973	Não Premiado	PAIM, Ilda Costa	Sabedoria do Meu Povo	
28°	1973	Não Premiado	NEVES, João Corrêa das	Temas Folclóricos	
28°	1973	Não Premiado	SOUZA, Maria José de	Umbanda e Quimbanda	
28°	1973	Não Premiado	TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes	Jogos e Brinquedos entre Crianças de Campinas	
28°	1973	Não Premiado	STERQUE, Graziella Dias	Justificativa para a Criação de um Novo Traje Típico e Representativo para o Estado do Pará	
28°	1973	Não Premiado	CAMPOS, Agnelo	Folia de Reis: Festa do Divino	
28°	1973	Não Premiado	HYPPOLITO, Odiles de Pompeu	Festa do Divino Espírito Santo	
28°	1973	Não Premiado	HAHNEL, Benedito Antonio	Pirapora do Bom Jesus	
28°	1973	Não Premiado	PORTIGAL, Dr. Henrique	Linguagem Popular. Folclore do Bócio Endêmico e outras Endemias	
28°	1973	Não Premiado	SANTOS, Jaçanan Muza dos	Congadas	

28°	1973	Não Premiado	RUBÃO, Augusto Vasconcelos	Os Violeiros e Cantores de Outrora do Sul de Minas	
28°	1973	Não Premiado	AZEVEDO, Gentil de	Folclore, fogueria Emoção que Deixa Viver	
28°	1973	Não Premiado	MOURA, Prof. Julio de	Canções Folclóricas Brasileiras	
28°	1973	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio de	Mitos, Crendices e Lendas em São Paulo	
28°	1973	Não Premiado	DI COLA, Luiz Flavio La Luna	Mitos e Linguagem do Folclore Brasileiro	
28°	1973	Não Premiado	TIBIRIÇA, Luiz Caldas	Folclore Musical do Município Catarinense de São José	
28°	1973	Não Premiado	ESCALANTE, Eduardo Alberto	Festa de Santa Cruz de Aldeia de Carapicuíba no Estado de São Paulo	
28°	1973	Não Premiado	MERHEB, Alice Inês Silva	Contribuição ao Estudo de Meteorologia Popular	
28°	1973	Não Premiado	BISPO, Antonio Alexandre	Folclore de Nossos Mestres Músicos	
28°	1973	Não Premiado	AZEVEDO, José Antonio de	As Carrancas do Rio Francisco	
29°	1974	1° Prêmio	HUSSEINI, Martha Guerra	A Literatura de Cordel Enquanto Meio de Comunicação no Nordeste Brasileiro	CLXXXVIII,1976,117
29°	1974	2° Prêmio	BRADÃO, Carlos Rodrigues	As Danças Dos Congos	NÃO PUBLICADO
29°	1974	3° Prêmio	MOTA, Ático Frota Vilas Boas da	Práticas Médicas Populares	NÃO PUBLICADO
29°	1974	1° M.H	POLLICHERO, Maria Hermínia	Benzimentos em São Paulo Hoje	NÃO PUBLICADO
30°	1975	1° Prêmio	BRANDÃO, Carlos Rodrigues	A Festa do Santo Preto: As Congadas de Nossa Senhora do Rosário em Catalão	NÃO PUBLICADO
30°	1975	2° Prêmio	MOTA, Ático Vilas Boas	Decifra-me ou te Devoro, Contribuição aos Estudos das Adivinhas em Goiás	NÃO PUBLICADO
30°	1975	3° Prêmio	ANDRADE, José Maria Tavares de	Excelências da Morte	NÃO PUBLICADO
30°	1975	1° M.H	REGO JR, José Pires de Moraes	Litolatria - Culto das Pedras no Estado do Pará	NÃO PUBLICADO
30°	1975	2° M.H	ANDRADE, Marco Venício de	Revisão do Pastorial	NÃO PUBLICADO
30°	1975	3° M.H	PEREIRA, Niomar de Souza; JARDIM, Mara Públio de Souza Veiga	Festa do Divino em Goiás e Pirenópolis	NÃO PUBLICADO

ANEXO B } Relação das monografias arquivadas segundo classificação de Edison Carneiro

*: monografias que poderiam ser enquadradas em mais de uma classificação.

Folclore Oral					
Concurso	Data	Premiação	Autor	Título	Classificação
2º	1947	1º Prêmio	EDUARDO, Octávio da Costa	Aspectos do Folclore de uma Comunidade Rural	a
2º	1947	1º M.H	ALMEIDA, Aluísio de	142 Histórias Brasileiras Colhidas em São Paulo	a
2º	1947	2º M.H	BRASILEIRO, Francisco	Monografia Folclórica sobre o Rio das Garças	a
2º	1947	3º M.H	RANGEL, Wellman de F.	Algumas Contribuições Espanholas ao Folclore Paulista	a
2º	1947	Não Premiado	MELO, Veríssimo de	Folk-lore Infantil	a
4º	1949	2º Prêmio	MELO, Veríssimo de	Rondas Infantis Brasileiras	a
7º	1952	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio	Notas de Folclore Infantil Paulista	a
7º	1952	Não Premiado	VIANNA, Hildegardes Cantolino	Histórias e Casos	a
10º	1955	2º Prêmio	PIZA, Flávio de Moraes de Toledo	Estudo sobre o Soldado Jogador	a
10º	1955	Não Premiado	ROSA, Ubiratan	Pedro Malazarte e o Homem Natural	a
12º	1957	Não Premiado	BARROS, Jorge Vieira de	Caipora-Caioporice-Caiporismo	a
12º	1957	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio de	Onze Capítulos de Folclore	a
12º	1957	Não Premiado	SANTOS, Altamirando Ribeiro dos	O Mito do Édipo no Folclore Brasileiro	a
13º	1958	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio de	Verbetes do Folclore Religioso	a*
15º	1960	Não Premiado	MIRANDA, Nicanor	Três Lendas Paulistas	a
16º	1961	Não Premiado	BARROS, Carlos Vandoni de	O Ferrão do Quero-Quero na Conquista Amorosa	a
17º	1962	Não Premiado	NUNES, José	Estudos do Folclore	a

18º	1963	Não Premiado	DEL NERO, Carlos	Acalantos e Cantigas de um Folclore Tenebroso	a
20º	1965	Não Premiado	PIMENTEL, Altimar de Alencar	Os Caramurus	a
22º	1967	Não Premiado	CAMPOS, Catarina Góes	Catxerê, A Mulher-Estrela e outras Lendas Indígenas	a
23º	1968	Não Premiado	LONGO, Jacy de Abreu	Contos Folclóricos	a
23º	1968	Não Premiado	ROCHA FILHO, Rubem	O Padre Cícero e as Diversas Formas de Religiosidade ou Fanatismo na Literatura de Cordel	a
24º	1969	Não Premiado	FERNADES, Waldemar Iglesias	Algumas Estórias Populares Colhidas em Sorocaba	a
25º	1970	3º Prêmio	SIQUEIRA, Maria Vera	Folc-Infância	a
25º	1970	Não Premiado	RODRIGUES, Glória Maria Clemente; GUIMARÃES FILHO, Aldo	Crônicas Folclóricas para Crianças	a
26º	1971	1º Prêmio	PELLEGRINI FILHO, Américo	Literatura Oral no Estado de São Paulo	a
26º	1971	1º M.H	FERNANDES, Waldemar Iglesias	52 Estórias Populares	a
26º	1971	Não Premiado	BETTINI, Eliza de Almeida Prado	Estórias do Nosso Povo	a
27º	1972	2º Prêmio	MOTA, Ático Frota Vilas Boas da	Provérbios em Goiás	a
27º	1972	Não Premiado	DI COLLA, Flávio La Luna	Dimensões do Conto Folclórico Medieval no Brasil	a
27º	1972	Não Premiado	ARAUJA, Antonio Amaury	E Assim Morreu Lampião	a
27º	1972	Não Premiado	PEREIRA, Enilce Gomes	Folclore Brasileiro	a
28º	1973	Não Premiado	PELLEGRINI FILHO, Américo	42 Contos Populares	a
28º	1973	Não Premiado	KHORIATI, José Luiz	O Folclore já era?	a
28º	1973	Não Premiado	TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes	Jogos e Brinquedos entre Crianças de Campinas	a
30º	1975	2º Prêmio	MOTA, Ático Vilas Boas	Decifra-me ou te Devoro, Contribuição aos Estudos das Adivinhas em Goiás	a
Total					37

Crendices e superstições					
Concurso	Data	Premio	Autor	Título	Classificação
6º	1951	Não Premiado	ANDRADE, Luiz de	Raízes Psicológicas do Culto do Fogo	b
7º	1952	Não Premiado	NACIMENTO, Maria Bernadette Vieira	Trabalho sobre o Folclore Brasileiro	b*
9º	1954	Não Premiado	BRANDÃO, Geraldo	Amostra de Folclore Mágico	b
20º	1965	Não Premiado	MACHADO, Maria A. S.	O Folclore e Suas Crendices	b
21º	1966	Não Premiado	Sem Identificação	Um Estranho Ritual do Fogo	b
22º	1967	Não Premiado	NEVES, João Corrêa das	Crendices e Superstições	b
27º	1972	Não Premiado	MONTEIRO, Walcyr	Visagens, Assombrações e Culto das Almas em Belém	b
28º	1973	Não Premiado	ALMEIDA, Aluísio de	Mitos, Crendices e Lendas em São Paulo	b
29º	1974	1º M.H	POLLICHERO, Maria Herminia	Benzimentos em São Paulo Hoje	b
Total					9

Lúdica, contemplando danças e bailes, autos e etc.					
Concurso	Data	Premio	Autor	Título	Classificação
2º	1947	2º Prêmio	PRADO, José N. de Almeida	Baile Pastoril no Sertão da Bahia	c
4º	1949	1º Prêmio	BRANDÃO, Théo	O Reisado Alagoano	c
4º	1949	Não Premiado	NOGUEIRA, Diogo	Aspectos Psicológicos dos Brinquedos de Roda e Canções de Ninar	c
4º	1949	Não Premiado	SANTO, Octávio Espirito	Romeiros à Lapa	c
4º	1949	Não Premiado	GALVÃO FILHO, Olinto L.	O Ciclo de São João	c
5º	1950	Não Premiado	LANDAU, Alice	Danças do Índio Brasileiro	c

6º	1951	Não Premiado	PIAZZA, Walter	As Festividades do Divino	c
6º	1951	Não Premiado	MELO, Veríssimo de	Jogos Populares no Brasil	c
6º	1951	Não Premiado	MARTINS, Saul	As Diversões	c
7º	1952	1º Prêmio	LIMA, Rossini Tavares de	A Malhação de Judas em São Paulo	c
7º	1952	2º M.H	CORTES, Paixão; LESSA, Luiz Carlos	Danças Gaúchas	c
7º	1952	3º M.H	BRANDÃO, Geraldo	Notas sobre o Culto Popular de São Gonçalo	c
8º	1953	1º Prêmio	RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges	Um Grupo de Moçambique de Aparecida do Norte	c
8º	1953	Não Premiado	PRADO, José N. de Almeida	Painéis Folclóricos da Folia e de Reis no Brasil	c
8º	1953	Não Premiado	NOVAES, Maria Stela de	O Fogo e a Pirotécnica no Folclore	c
8º	1953	Não Premiado	TEIXEIRA, Fausto	Congada, Moçambique e Cabocolinhos em Minas Gerais	c
8º	1953	Não Premiado	SANTOS, Paulo da Silveira	Folclore Afro-negro em São Roque: Macumba e congadas no Século XIX	c
8º	1953	Não Premiado	LACERDA, Regina	Vila Boa	c*
9º	1954	Não Premiado	CERASO, Lúcia Gessi	Congadas e Cavalhadas	c
9º	1954	Não Premiado	CARVALHO, Celso de	O Ciclo de Natal num Velho Recanto de Minas	c
9º	1954	Não Premiado	SCHIMIDT, Ives R.	São Benedito "O Santo de Devoção do Povo de Taubaté	c
10º	1955	1º Prêmio	CASTRO, Zaide Maciel de; COUTO, Araci do Prado	Folia de Reis	c
10º	1955	1º M.H	NOGUEIRA, Oracy	A Vida Religiosa e Recreativa num Município do Interior	c
10º	1955	Não Premiado	SOARES, José Custódio	Quadros do Folclore Brasileiro	c*
11º	1956	3º Prêmio	QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de	A Dança de São Gonçalo num Povoado Baiano	c
11º	1956	Não Premiado	NORA, Mansur	Folclore em Regiões diversas do Brasil	c*

13°	1958	1° Prêmio	BRANDÃO, Théo	Os Pastoris de Alagoas	c
15°	1960	1° Prêmio	RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges	O Jongo	c
16°	1961	Não Premiado	BORGES, Nelmaton Vianna	O Boi das Aspas de Ouro	c
16°	1961	Não Premiado	OLIVEIRA, João Castilho de	A Nau Catarineta	c
17°	1962	Não Premiado	LIMA, Eunice de Monte	A Bahia dos Cinco Sentidos	c
18°	1963	3° Prêmio	PIMENTEL, Malaquias	Batuques de Belém	c
19°	1964	Não Premiado	LANGER, Suzana Celia de Carvalho e outros	A Campanha da Coroa	c
19°	1964	Não Premiado	ESCALANTE, Eduardo Alberto	Psicanálise do Sincretismo Religioso no Brasil	c*
23°	1968	1° M.H	BARBANTI, Rosa Maria; RISSINI, Jacob Kopel	Santana de Parnaíba	c
24°	1969	1° Prêmio	SIQUEIRA, Maria José Nunes de	Grupo de Moçambique "São Benedito" de Jacaré	c
24°	1969	1° M.H	SOUZA, Maria José de; PREZIA, Maria Angela Silva	A Umbanda em Poços de Calda	c
24°	1969	Não Premiado	SILVA, Francisco Pereira	Achegas à Inteligência do Jongo	c
24°	1969	Não Premiado	OYAFUSO, Olga	O que se Deve Saber Sobre a Dança	c
24°	1969	Não Premiado	CARRADORE, Hugo Pedro	Cururu	c
24°	1969	Não Premiado	RIBEIRO, Maria do Carmo Biondi	Congada	c
25°	1970	2° Prêmio	GATTI, Lúcia Temple	Contribuição ao Estudo do Folclore Regional Brasileiro	c
25°	1970	1° M.H	PEREIRA, Kleide Ferreira do Amaral	Aspectos Curiosos da Dança de São Gonçalo	c
25°	1970	Não Premiado	GUIMARÃES, Laís	Impressões Folclóricas Brasileiras	c*

26°	1971	2° Prêmio	MACHADO, Miriam Silva de; CRUVUNEL, Ana Amélia Ribeiro	Folclore de Promissão	c
26°	1971	3° Prêmio	ARAGÃO, Maria do Socorro da Silva	Uma Vivência de Folclore em Brejo do Cruz	c
26°	1971	Não Premiado	SILVA, Gibson Freitas da	Festas dos Santos Reis	c
27°	1972	3° M.H	CASTRO, Zaide Maciel de	Pastorinhas do Egito	c
27°	1972	Não Premiado	BONAND NETO, Olímpio	Sociedade de Bacamarteiros	c
27°	1972	Não Premiado	GHANNOUM, Norma Bachel	Folclore da Região Amazônica	c*
27°	1972	Não Premiado	PIMENTEL, Altimar de Alencar	Uma Dança de Umbigada	c
27°	1972	Não Premiado	BARBOZA, Waldemar de Almeida	São João no Folclore Brasileiro	c
28°	1973	2° M.H	CARDOSO, Manoel José	O Folclore de Nossa Senhora das Dores	c
28°	1973	Não Premiado	SOUZA, Maria José de	Para Interpretar Beato Lourenço	c
28°	1973	Não Premiado	SILVA, Maria Leonor Alvares	O Boi da Guia	c
28°	1973	Não Premiado	ALMEIDA, Noel Marcondes	Cultos Afro Brasileiros	c
28°	1973	Não Premiado	PAIM, Ilda Costa	Sabedoria do Meu Povo	c*
28°	1973	Não Premiado	SOUZA, Maria José de	Umbanda e Quimbanda	c
28°	1973	Não Premiado	CAMPOS, Agnelo	Folia de Reis: Festa do Divino	c
28°	1973	Não Premiado	HYPPOLITO, Odiles de Pompeu	Festa do Divino Espírito Santo	c
28°	1973	Não Premiado	HAHNEL, Benedito Antonio	Pirapora do Bom Jesus	c

28°	1973	Não Premiado	SANTOS, Jaçanan Muza dos	Congadas	c
28°	1973	Não Premiado	AZEVEDO, Gentil de	Folclore, Fogueria Emoção que Deixa Viver	c
28°	1973	Não Premiado	ESCALANTE, Eduardo Alberto	Festa de Santa Cruz de Aldeia de Carapicuíba no Estado de São Paulo	c
29°	1974	2° Prêmio	BRADÃO, Carlos Rodrigues	As Danças Dos Congos	c
30°	1975	1° Prêmio	BRANDÃO, Carlos Rodrigues	A Festa do Santo Preto: As Congadas de Nossa Senhora do Rosário em Catalão	c
30°	1975	1° M.H	REGO JR, José Pires de Moraes	Litolatria - Culto das Pedras no Estado do Pará	c
30°	1975	2° M.H	ANDRADE, Marco Venício de	Revisão do Pastorial	c
30°	1975	3° M.H	PEREIRA, Niomar de Souza; JARDIM, Mara Públio de Souza Veiga	Festa do Divino em Goiás e Pirenópolis	c
Total					68

Artes e técnicas

Concurso	Ano	Prêmio	Autor	Título	Classificação
7°	1952	3° Prêmio	MARTINS, Saul	Artes e Ofícios Caseiros	d
9°	1954	Não Premiado	ANDRADE FILHO, Oswaldo	Algumas Indicações sobre a Cerâmica do Estado de São Paulo	d
10°	1955	2° M.H	CAMPO, Renato Carneiro	Folhetos Populares na Zona do Açúcar em Pernambuco	d
15°	1960	2° M.H	RABAÇAL, Alfredo João	Figurinhas e Figureiros do Bairro de São João	d

15°	1960	Não Premiado	NOBREGA, José Claudino da	Vila Bela da Santíssima Trindade	d*
18°	1963	Não Premiado	TOLENTINO, Mário	Contribuição ao Estudo do Folclore São Clarense	d
21°	1966	Não Premiado	FREITAG, Léa Vinocur	Um Estudo de Bordado Ponto-Cruz em São Pedro	d
23°	1968	Não Premiado	RAMALHO, Horácio	O Carro de Boi	d
24°	1969	3° Prêmio	MARCONI, Marina de Andrade	Achegas ao Estudo ao Artesanato de Colchas de Franca	d
27°	1972	3° Prêmio	MOTT, Yoshiko T.; MOTT, Luiz	Cruzes, Santa Cruzes e Capelas	d
27°	1972	Não Premiado	NUSDEU, René Antonio	Seu Clóvis, Artista Popular	d
27°	1972	Não Premiado	MAIA, Thereza Regina de Camargo	Paraty, Folclore e Região	d*
28°	1973	2° Prêmio	NASCIMENTO, Haydée	Cerâmica Utilitária em Apiaí	d
28°	1973	3° M.H	VASQUES, Antonio Cláudio Branco	As Garrafas de Majorlândia	d
28°	1973	Não Premiado	STERQUE, Graziella Dias	Justificativa para a Criação de um Novo Traje Típico e Representativo para o Estado do Pará	d
28°	1973	Não Premiado	AZEVEDO, José Antonio de	As Carrancas do Rio Francisco	d
29°	1974	1° Prêmio	HUSSEINI, Martha Guerra	A Literatura de Cordel Enquanto Meio de Comunicação no Nordeste Brasileiro	d
Total					17

Música					
Concurso	Ano	Prêmio	Autor	Título	Classificação
1º	1946	1º Prêmio	PRADO, José N. de Almeida	Trabalhos Fúnebres na Roça	e
1º	1946	2º Prêmio	CHIARINE, João	Cururú	e
1º	1946	M.H	PRADO, José N. de Almeida	Cantores Paulistas de Porfia ou Desafio	e
2º	1947	Não Premiado	GALVÃO, Hélio	Contribuição ao Romanceiro Nacional	e
3º	1948	1º Prêmio	MUSSOLINI, Gioconda	Os "Pasquins" do litoral norte de São Paulo e suas peculiaridades na Ilha de São Sebastião	e
6º	1951	1º M.H	LIMA, Rossini Tavares de	Achegas ao Estudo do Romanceiro do Brasil	e
7º	1952	2º Prêmio	SOUZA, José Geraldo de	Contribuição Rítmico-Modal do Canto Gregoriano para a Música Popular Brasileira	e
8º	1953	2º Prêmio	MENDES, Eunice Evanira Pereira	Contribuição Para o Estudo da Modinha	e
11º	1956	3º M.H	GALENO, Cândida Maria Santiago	Ritos Fúnebres no Interior do Ceará	e
15º	1960	1º M.H	CARNEIRO, Edison	Samba de Umbigada	e
17º	1962	Não Premiado	RIBEIRO, Aor Seixas	O Negro Carioca no Samba	e
18º	1963	3º M.H	COMENDA, Neide	Um Grupo de Samba-Lenço da Cidade de São Paulo	e
19º	1964	Não Premiado	BRAGA, Pedro Abreu Paulo	Berimbau	e
23º	1968	3º M.H	PEREIRA, Kleide Ferreira do Amaral	Estórias Cantadas de Negro do Recife	e
24º	1969	2º M.H	RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges	Um Tema Errante no Folclore Musical	e
25º	1970	1º Prêmio	MORAES, Wilson de Rodrigues de	Escolas de Samba e Cordões da Cidade de São Paulo	e
25º	1970	2º M.H	SARAIVA, Gumercindo	Emboladas do Meu Nordeste	e
27º	1972	2º M.H	ALBUQUERQUE FILHO, Aleixo Leite de	O Águia do Sertão ou Rei dos Cantadores	e

27°	1972	Não Premiado	SARAIVA, Gumercindo	O Fandango no Nordeste Brasileiro	e
27°	1972	Não Premiado	ALMEIDA, Nair Starling dos Santos	A trova e o Folclore	e
28°	1973	Não Premiado	RUBÃO, Augusto Vasconcelos	Os Violeiros e Cantores de Ouro Preto do Sul de Minas	e
28°	1973	Não Premiado	MOURA, Prof. Julio de	Canções Folclóricas Brasileiras	e
28°	1973	Não Premiado	TIBIRIÇA, Luiz Caldas	Folclore Musical do Município Catarinense de São José	e
28°	1973	Não Premiado	BISPO, Antonio Alexandre	Folclore de Nossos Mestres Músicos	e
Total					24

Usos e costumes					
Concurso	Ano	Premio	Autor	Título	Classificação
4°	1949	1° M.H	LESSA, Luiz Carlos	Chimarrão	f
4°	1949	Não Premiado	ALMEIDA, Luiz Rodrigo de	Paremiologia Médica Brasileira	f
5°	1950	1° Prêmio	ARAUJO, Alceu Maynard	Ciclo Agrícola, Calendário Religioso e Magias Ligadas às Plantações	f
5°	1950	2° Prêmio	CABRAL, Oswaldo R.	Medicina Teológica e as Benzeduras	f
5°	1950	Não Premiado	FAJARDO, Maria Nogueira	Viajem à Amazônia	f*
6°	1951	1° Prêmio	LANE, Frederico	Arma e Técnicas de Briga nas Regiões de São Paulo	f
6°	1951	2° Prêmio	ARAUJO, Alceu Maynard	Alguns Ritos Mágicos, Feitiçaria e Medicina Popular	f
6°	1951	2° M.H	BRANDÃO, Geraldo	Mogi das Cruzes	f*

6º	1951	3º M.H	AMORIM, José Pimentel de	Medicina Popular em Alagoas: Rezas e Benzeduras	f
7º	1952	1º M.H	PRADO, José N. de Almeida	Medicina na Roça	f
8º	1953	Não Premiado	CRETELLA SOBRINHO, Paulo	O Conteúdo Folclórico na Conduta Humana	f
10º	1955	1º M.H	PEREIRA, Demosthenes Guanaes	O Folclore do Rio São Francisco	f
10º	1955	3º M.H	COSTA, Giselda Joffily	Acauã	f
11º	1956	1º Prêmio	SCHIMIDT, Carlos Borges	O Pão da Terra	f
11º	1956	2º Prêmio	ARAÚJO, Alceu Maynard	Escorço do Folclore de uma Comunidade	f*
11º	1956	1º M.H	AMORIM, J. Pimentel de	Medicina Popular em Alagoas	f
11º	1956	2º M.H	VIANNA, Hildegardes	As Paradeiras, as senderonas e seu Folclore	f
11º	1956	Não Premiado	BARROS, Manuel Balbino de	Aspectos Folclóricos do Polígono das Secas	f
11º	1956	Não Premiado	Melo, Carmelo dos Reis de	O Bicho Carrapatú	f
13º	1958	Não Premiado	LEÃO, Emanuel Araújo de Barros	Cavalcadas Folclóricas	f
19º	1964	Não Premiado	TEIXEIRA, Carlos Borges	Eleição na Vila	f
19º	1964	Não Premiado	OLIVEIRA, Afonso Celso de	O Folclore em Nosso Destino	f*
24º	1969	Não Premiado	CHIARINI, João	Folclore da Aguardente	f
24º	1969	Não Premiado	MOURA, Virginia Maria de Assis	Um Estudo sobre a Contribuição dos Grupos Étnicos à Formação da Cultura Popular Brasileira	f
27º	1972	1º Prêmio	CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda	Medicina Popular em Favela de São Paulo	f
27º	1972	Não Premiado	SANTOS, Paulo Ricardo da Silveira	A Entrada dos Carros de Lenha, Velha Prática Folclórica em São Roque	f

27°	1972	Não Premiado	SOUZA, Maria José de	O Folclore do Cangaço	f*
27°	1972	Não Premiado	ARAUJO, Renê Maria Tavares de	A Nuvem da Esperança	f
28°	1973	3° Prêmio	THIEBLOT, Marcel Jules	Folclore em Rondônia	f
28°	1973	1° M.H	MELLO, Cacilda Amaral	O Espelho do Passado "O Caipira do Morro Grande"	f
28°	1973	Não Premiado	MOTT, Luiz Roberto de Barros	Noite de Lua...Lua Cheia	f
28°	1973	Não Premiado	MOTT, Yoshiko Tababe	Com Dois Te Botaram(...): Os	f
28°	1973	Não Premiado	NEVES, João Corrêa das	Temas Folclóricos	f*
28°	1973	Não Premiado	MERHEB, Alice Inês Silva	Contribuição ao Estudo de Meteorologia Popular	f
29°	1974	3° Prêmio	MOTA, Ático Frota Vilas Boas da	Práticas Médicas Populares	f
30°	1975	3° Prêmio	ANDRADE, José Maria Tavares de	Excelências da Morte	f
Total					36

Linguagem popular

Concurso	Ano	Prêmio	Autor	Título	Classificação
6°	1951	Não Premiado	FELIPE, Euclides J.	O Caminho de São Paulo	g*
9°	1954	Não Premiado	PRADO, José N. de Almeida	Dialeto Paulista	g
9°	1954	Não Premiado	ROCHA, Léa Maria	Contribuição ao Estudo dos Travalínguas	g
12°	1957	Não Premiado	ROCHA, Léa Maria da	Contribuição ao Estudo dos Travalínguas	g

17°	1962	Não Premiado	COELHO, Sueley Maria	O Folclore na Literatura	g
22°	1967	Não Premiado	MELO, Aluísio	Vocabulário Etimológico Tupi do Folclore Amazônico	g
23°	1968	2° M.H	PELLEGRINI FILHO, Américo	2.112 Dísticos de Caminhão	g
25°	1970	Não Premiado	GATTO, Sylvio	O Folclore	g
26°	1971	2° M.H	AGNELLI, Maria Cecília Vecchio	Um Estudo de Epitáfio	g
26°	1971	Não Premiado	PEIXOTO, Marina Tereza F.	Brasil, Seu Folclore de Norte a Sul	g*
28°	1973	Não Premiado	PORTIGAL, Dr. Henrique	Linguagem Popular. Folclore do Bócio Endêmico e outras Endemias	g
28°	1973	Não Premiado	DI COLA, Luiz Flavio La Luna	Mitos e Linguagem do Folclore Brasileiro	g
Total					12

Sem classificação determinada: 3 monografias

Concurso	Ano	Prêmio	Autor	Título	Classificação
24°	1969	2° Prêmio	LOPES, Theresinha Apparecida Porto A.	A Margem e o Texto: Contribuição para os Estudos de Macunaíma	h
25°	1970	Não Premiado	BUENO, Margarete	Aspectos de Mário de Andrade	h
27°	1972	Não Premiado	ARAUJO, Vicente de Paula	O Folclore e Cinema Brasileiro	h
Total					3

ANEXO C} Relação das comissões julgadoras do Concurso Mário de Andrade de Monografias sobre o Folclore Nacional (1946-1975)

Concurso	Ano	Banca
1°	1946	Roger Bastide, Oneyda Alvarenga e Luiz Heitor Corrêa de Azevedo
2°	1947	Sergio Buarque de Holanda, Rossini Tavares de Lima e Donald Pierson
3°	1948	Herbert Baldus, Antonio Candido de Mello e Souza e Luis Saia
4°	1949	Gilda de Mello e Souza, Florestan Fernandes e Egon Schaden
5°	1950	Lavínia Costa Raymond, Roger Bastide e Donald Pierson
6°	1951	Sergio Milliet, Herbert Baldus e Sergio Buarque de Holanda
7°	1952	Renato Almeida, Edison Carneiro e Theo Brandão
8°	1953	Antonio Candido de Mello e Souza e Otávio da Costa Eduardo e Egon Schaden.
9°	1954	Gilda de Mello e Souza, Frederico Lane e Herbert Baldus
10°	1955	Oswald Rodrigues Cabral, Sylvio Romero Filho e Mário Wagner Vieira da Cunha.
11°	1956	José Geraldo de Souza, Guerra Peixe e José Dalmo Belfort de Mattos
12°	1957	Alceu Maynard Araújo, Fernando Altenfelder Silva e Sergio Buarque de Holanda.
13°	1958	Maria Isaura Pereira de Queiroz, Alfonso Trujillo Ferrari e Aziz Simão.
14°	1959	A comissão julgadora seria composta por Gioconda Mussolini, Fernando Henrique Cardoso e Rossini Tavares de Lima
15°	1960	Gioconda Mussolini, Octavio Ianni e Antonio Rubbo Müller
16°	1961	Fernando Henrique Cardoso, Nice Lecoq Müller e Ruy Galvão de Andrade Coelho.
17°	1962	Raul de Moraes, Armando Ferrari e Alfredo João Rabaçal.
18°	1963	Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Rossini Tavares de Lima e Hiroschi Saito.
19°	1964	Paulo Zingg, Rossini Tavares de Lima e Padre José Geraldo de Souza.
20°	1965	A comissão julgadora não chegou a se formar
21°	1966	Duglas Teixeira Monteiro, Ruy Galvão de Andrade Coelho e João Borges Pereira.
22°	1967	Lia Freitas Garcia, Eva Altermann Blay e Oracy Nogueira
23°	1968	Antonio Rubbo Müller, Hélio Damante e Alfredo João Rabaçal
24°	1969	Alceu Maynard Araújo, Mariwal Antonio Jordão e Luiz Carlos Barbosa Lessa
25°	1970	Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Léa Vinocur Freitag e Oswald de Andrade Filho

26°	1971	Inês Madalena Aranha de Lima, Wilson Rodrigues de Moraes e Erasmo D'Almeida Magalhães.
27°	1972	Maria do Socorro da Silva Aragão, Rosa Maria Barbanti e Luiz Carlos Barbosa Lessa.
28°	1973	Julieta de Andrade, Maria Amélia Corrêa Giffoni e Ernesto Machado Kawall.
29°	1974	Laura Della Mônica, Nilo Scalzo e Américo Pellegrini Filho.
30°	1975	Oneyda Alvarenga, Maria do Carmo Vendramini, Alfredo João Rabaçal, Dantas de Laytano e Hélio Damante.

ANEXO D } Membros das Comissões Estaduais Folclóricas: anos de formação

Comissão Paulista			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Rossini Tavares de Lima (Prof.)	São Paulo – SP	Secretário Geral; Conservatório Dramático Musical de São Paulo	1º Menção Honrosa no 6º Concurso em 1951; 1º Prêmio no 7º Concurso em 1952; Membro de Banca no 2º Concurso em 1947; Membro de Banca no 14º Concurso em 1959; Membro de Banca no 18º Concurso em 1963; Membro de Banca no 19º Concurso em 1964.
Adigena C. Castelo Branco (Prof.)	São Paulo – SP		
Afonso Dante Chiara (Dr.)	São Paulo – SP		
Afonso Dias (Prof.)	Conchas	Ginásio Estadual	
Alberto Marino (Prof.)	São Paulo – SP		
Alberto Staroce (Dr.)	São Paulo – SP		
Alonso Aníbal da Fonseca (Prof.)	São Paulo – SP		
Ana Rita de Toledo (Prof.)	São Paulo – SP		
Anthero Barradas Barata (Dr.)	São Paulo – SP		
Antonio Oswaldo Ferras (Prof.)	São Paulo – SP	Departamento de Educação	
Benedito Pires de Almeida (Prof.)	Tietê		
Cesar Guerra Peixe	São Paulo – SP		Comissão Julgadora no 11º Concurso em 1956)
Conceição Borges Ribeiro (Prof.)	Aparecida		
Cori Gomes de Amorim (Dr.)	São Paulo – SP		
Deputado Valentim de Amaral	São Paulo – SP		
Dinorá de Carvalho Muricy (Prof.)	São Paulo – SP		
Diretoria do Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade	São Paulo – SP		
Ebion de Lima	Lorena		
Elza Dellier Gomes (Prof.)	São Paulo – SP		
Ermanno Marchetti (Vereador)	São Paulo – SP		

Evanira Pereira Mendes (Prof.)	Santo André		2° Prêmio no 8° Concurso em 1953.
Francisco Pati (Dr.)	São Paulo – SP	Departamento de Cultura	
Frank Goldman	São Paulo – SP		
Frederico Lane (Dr.)	São Paulo – SP		1° Prêmio no 6° Concurso em 1951; Membro de Banca no 9° Concurso em 1954.
Gentil de Camargo (Prof.)	São Paulo – SP		
Geraldo Brandão (Prof.)	Mogi das Cruzes		2° Menção Honrosa no 6° Concurso em 1951; 3° Menção Honrosa no 7° Concurso em 1952; Não Premiado no 9° Concurso em 1954.
Hely de Faria Paiva	São Paulo – SP		
Hernani Donato	São Paulo – SP		
Hildaléa Gaidzakian	São Paulo – SP		
Jamile Japur (Prof.)	São Paulo – SP		
João Batista Conti	Atibaia		
João Ribas da Costa	São Paulo – SP		
José Albertino Rodrigues	São Paulo – SP		
José Dalmo F. Belfort de Mattos (Dr.)	São Paulo – SP		Membro de Banca no 11° Concurso em 1956.
José Geraldo de Souza (Padre)	São Paulo – SP	Instituto Pio XI	2° Prêmio no 7° Concurso em 1952; Membro de Banca no 11° Concurso em 1956; Membro de Banca no 19° Concurso em 1964.
José Luiz de Melo Pati	São Paulo – SP		
José Pedro de Camões	Taubaté	Museu Histórico de Taubaté	
José Porfirio (Prof.)	Garça		
Kaoro Onaga	São Paulo – SP	Escola de Sociologia e Política – ESP	
Laura Della Monica (Prof.)	São Paulo – SP		Membro de Banca no 29° Concurso em 1974
Lisete Toledo. Nogueira (Prof.)	São Paulo – SP		
Luiz Castanho de Almeida (Padre); (Aluísio de Almeida)	Sorocaba		1° Menção Honrosa no 2° Concurso em 1947; Indicado para publicação no 7° Concurso em 1952; Não Premiado no 12° Concurso em 1957; Não Premiado no 13° Concurso em 1958; Não Premiado no 28° Concurso em 1973.
Maria Abujabra (Prof.)	Salto Grande	E. de F. Sorocabana	

Maria de Lourdes Borges Ribeiro (Prof.)	Aparecida	E. de S. Paulo	1º Prêmio no 8º Concurso em 1953; 1º Prêmio no 15º Concurso em 1960; 2º Menção Honrosa no 24º Concurso em 1969; Membro de Banca no 18º Concurso em 1963; Membro de Banca no 25º Concurso em 1970;
Menemio Campos Lobato (Prof.)	Tietê		
Nastas Farhat (Prof.)	Itapeva	Colégio Estadual e Escola Normal – Itapeva	
Oracy Nogueira	São Paulo – SP	Escola de Sociologia e Política – ESP	1º Menção Honrosa em 1955 no 10º Concurso;
Oswald Andrade Filho	São Paulo – SP		Não Premiado em 1954 no 9º Concurso; Membro de Banca no 25º Concurso em 1970;
Paulo Barra (Prof.)	Ribeirão Preto		
Roger Bastide	São Paulo – SP	Faculdade de Filosofia Letras e Ciências – USP	Membro de Banca em 1946 e 1950.
Sebastião de Almeida Oliveira	Tanabi		
Sebastião de Almeida Pinto (Dr.)	Botucatu		
Yves Rudner Schimidt	São Paulo – SP		Não Premiado em 1954 no 9º Concurso;
Zilkar Cavalcanti Maranhão	Piracicaba	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”	
Membros definitivos (Relatório de Atividades – 7 de Abril a 6 Julho de 1948)			
Alceu Maynard de Araújo (Prof.)	São Paulo – SP		1º Prêmio no 5º Concurso em 1950; 2º Prêmio no 6º Concurso em 1951; 2º Prêmio no 11º Concurso em 1956;
Antonio Rubbo Miller	São Paulo – SP	Por si e como representante da Escola Livre de Sociologia e Política	
Carlos Correa Mascaro	Campinas		
Fernando Altenfelder Silva (Prof.)	São Paulo – SP		Membro de Banca no 12º Concurso em 1957)
Florestan Fernandes	São Paulo – SP		Membro de Banca no 4º Concurso em 1949.
Gentil de Camargo	Taubaté		
João Chiarini	Piracicaba		2º Prêmio no 1º Concurso em 1946;
Luís Saia (Prof.)	São Paulo – SP		Membro de Banca no 3º Concurso em 1948;

Lygia Sangirard Lacerda	São Paulo – SP	Representante do Conservatório Dramático Musical	
Magaly Franca	São Paulo – SP	Na qualidade de Diretora – Fundadora do Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade	
Octávio da Costa Eduardo	São Paulo – SP	Por si e como representante da Escola Livre de Sociologia e Política	1º Prêmio no 2º Concurso em 1947; Membro de Banca no 8º Concurso em 1953.
Oswald de Andrade Filho (Prof.)	São Paulo – SP		Não Premiado em 1954 no 9º Concurso; membro de banca em 1970.
Ruth Guimarães	São Paulo – SP		
Sebastião A. Oliveira	Tanabi		
Sebastião de A. Pinto	Botucatu		

Comissão Alagoana (em 24/05/1948)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Theotonio Villela Brandão (Dr.)	Maceió	Secretário Geral	1º Prêmio no 4º Concurso em 1949; 1º Prêmio no 13º Concurso em 1958;
A S. Mendonça Junior			
Abelardo Duarte			
Aida Ucherer Braga			
Carlos Ramiro Bastos			
Carlos Ramiro Bastos (Dr.)			
Conego Júlio Albuquerque	S. Miguel dos Campos		
Conego Theofanes de Barros			
Ezechyas da Rocha		Representante do Instituto Histórico de Alagoas	
Franklin Casado Lima		Inspetor Regional de Estatística Municipal	
Gastão Carvalho Souza			
Hamilton Moraes Freitas	Marechal Deodoro		
J. Calmon Reis			
J. Silveira			
José Aloísio Vilela			
José Calmon Reis (Dr.)			
José Lages Filho (Dr.)			
José Machado Filho	Maragogi		
Lima Castro (Dr.)	Coruripe		
Linda Mascarenhas			

Luiz Lavenere (Prof.)			
Mário Marroquim (Dr.)			
Mendonça Junior (Dr.)		Representante do Centro Estudos Econômicos e Sociais	
Núcleo Estudantil do Colégio Guido de Fontgalland			
Osório Gatto			
Paulino Santiago	Maceió		
Pedro Leão de Menezes	Palmeira dos Índios		
Pimentel de Amorim (Dr.)	Viçosa		3º Menção Honrosa no 3º Concurso em 1951; 1º Menção Honrosa no 11º Concurso em 1956
Sinfrônio Magalhães		Representante do Dep. Estadual de Cultura	

Comissão do Rio Grande do Norte (em 25/02/1948)

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Luiz da Câmara Cascudo			
Hélio Galvão		Secretário (25/02/1948)	Não Premiado no 2º Concurso em 1947;
Manoel Rodrigues de Melo			
Veríssimo de Melo		Secretário (23/04/1951)	2º Prêmio no 4º Concurso em 1949; Não Premiado no 6º Concurso em 1951;
Vingt-Un Rosado			

Comissão Paranaense (26/08/1948)

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Aluísio França (Dr.)	Curitiba		
Aluísio de Abreu	Paranaguá	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (Secretario)	
Antonio Fontes (Dr.)	Paranaguá	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá	
Arion Rodrigues (Prof.)	Curitiba	Subsecretário Executivo	
Bento Mussurunga (Prof.)	Curitiba		
Carlos Stelfeldt (Dr.)	Curitiba	Diretor do Museu Paranaense	
David Carneiro (Dr.)	Curitiba	Representante do Museu Cel. David Carneiro	

De Sá Barreto (Dr.)	Apucarana		
Edgard Chalbaud Sampaio (Dr.)	Curitiba	Representante da Escola de Música e Belas Artes; Secretário Geral em 1951	
Felício Raitani (Prof. Dr.)	Curitiba		
Fernando Corrêa Azevedo (Prof.)	Curitiba	Diretor de SCABI; Secretário Geral (1954)	
Gotero Angelo (Dr.)	Curitiba		
José Loureiro Fernandes (Dr.)	Curitiba	Representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná; Secretário de Educação e Cultura; Presidente da Seção do Paraná do IBECC; Secretário Geral (1952-1954)	
Josefina Ribas (Sr.)	Curitiba		
Lucidorio Pinto	Paranaguá	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá	
Mário Macaggi	Paranaguá	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá	
Milton Condessa (Dr.)	Curitiba		
Moacir Teixeira (Prof.)	Londrina		
Nascimento Junior	Paranaguá	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá	
Nascimento Junior (Sr.)	Paranaguá		
Oscar Martins Gomes (Dr.)	Curitiba	Diretor Geral	
Oswaldo Piloto (Prof.)	Curitiba		
Pedro Saturino (Sr.)	Curitiba		
Porcia Guimarães Alves (Prof.)	Curitiba	Secretária Executiva	
Roberto Lopes (Frei)	Rio Negro		
Rosário F. Mansur Guérios (Dr.)	Curitiba	Representante do Círculo de Estudos Bandeirantes	
Serafim França (Dr.)	Curitiba		
Vicente Vítola (Padre)	Curitiba	Representante do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – Sede do arcebispado	
Virgílio Moreira (Sr.)	Irari		
Walfrido Pilloto (Dr.)	Curitiba		

Comissão Rio Grande do Sul (Em03 de Junho de 1948)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Adão Carazzoni		Redator do Jornal (?); Comentarista de Rádio.	
Aldo Obino		Crítico de arte do Correio do Povo; Professor do Colégio Estadual Júlio de Castilhos;	
Andino Abreu			
Angelo Guido		Crítico de Arte do Diário de Notícias; Professor de História da Arte do Instituto de Belas Artes;	
Dante de Laytano		Secretário Geral.	Membro de Banca no 30º Concurso em 1975
Darcy Azambuja		Professor da Faculdade de Direito, Católicas e Filosofia.	
Elpidio Ferreira Paes			
Enio de Freitas e Castro			
Erico Veríssimo			
Fernando Corona		Arquiteto e professor do Instituto de Belas Artes.	
Guilhermino Cesar		Vice-Presidente do Tribunal de Contas; Professor de Literatura da Faculdade de Filosofia da Universidade e Faculdade Católica de Filosofia.	
Lia Bastia Meyer			
Luiz Carlos de Moraes		Coronel e ex- comandante do antigo colégio militar; pesquisador do vocabulário regionalista e presidente em exercício do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	

Luiz Carlos Lessa		35 Centro de Tradições Gaúchas	1º Menção Honrosa do 4º Concurso em 1949; 2º Menção Honrosa no 7º Concurso em 1952; Membro de Banca no 24º Concurso em 1969; Membro de Banca no 27º Concurso em 1972.
Manoelito de Ornolas		Escritor e Diretor do Arquivo Público do Estado; redator do Correio do Povo; Professor do Conservatório de Música do Instituto de Belas Artes; superintendente de Ensino Artístico do Estado; Presidente da Associação de Música.	
Mário Azambuja		Médico e Musicista	
Moyses Volinho		Presidente do Tribunal de Contas; Crítico Literário e diretor da revista Província de São Pedro.	
Otelo Rosa		Historiador e professor do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.	
P. Balduino Rambo			
Tony Seitz (?)			
Walter Spalding		Historiador e Diretor do Arquivo e Biblioteca da Cidade.	

Comissão Catarinense			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Altino Flores			
Álvaro Tolentino de Souza			
Antonio Nunes Varela			
Antonio Tautolis de Mesquita			
Arnoldo Carneiro de Carvalho			
Aroldo Caldeira			
Carlos Büchler Junior		Departamento de Geografia e Cartografia	
Carlos da Costa Pereira			
Custódio Campos			

Elpídio Barboza			
Henrique da Silva Pontes			
Henrique Stodieck			
Hermes Guedas da Fonseca			
Ildelfonso Juvenal			
João A . Sena			
João Crisostomo de Paiva			
João dos Santo Areão			
Martinho de Naro			
Osvaldo Ferreira de Melo			
Oswaldo R. Cabral		Secretário-Geral	2° Prêmio no 5° Concurso em 1950; Membro de Banca no 10° Concurso em 1955.
Othon D'Eça			
Plinio Franzoni Junior			
Roberto Lacerda		Departamento Estadual de Estatística	
Victor A . Peluso		Departamento de Geografia e Cartografia	
Walter Pizza			Não Premiado no 6° Concurso em 1951
Wilmar Dias			

Comissão Cearense (em 07 de Maio de 1948)

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Albano Amora			
Cruz Filho			
Eduardo Campos			
Florival Seraine (Dr.)			
Francisco Alves (Dr.)			
Gastão Junta			
Henriqueta Galeno (Dra.)		Secretária Geral	
Mário Barata			

Comissão de Goiás

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Antonio Jurema de Guimarães (Sr.)			
Bernardo Elias (Prof.)			
Colemar Natal e Silva (Prof. Dr.)		Instituto Histórico Geográfico	

Colemar Natal e Silva		Secretário Geral (até 10 de Maio de 1952)	
Jarbas Jaime		Jornalista	
José Peres Fontenele (Sr.)		Prefeitura	
José Trindade da Fonseca e Silva (Cônego)		Secretário de Educação; Secretário Geral (a partir de 10 de Maio de 1952)	
Maria França Gonçalves (Prof.)		Diretora do Instituto de Educação	
Oscar Sabino Junior		Jornalista; Diretor do Dep. de Cultura	
Regina Lacerda			não Premiado no 8º Concurso em 1953
Valentim Gricco (Padre)		Diretor do Ateneu Dom Bosco	

Comissão Capixaba			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Guilherme Santos Neves	Vitória	Secretário Geral	
Paul Etienne Pessaune (Dr.)	Vitória		
Cristiano Braga (Dr.)	Vitória		
Ernesto Strobach (Maestro)	Vitória		
Eugênio L. Sette (Dr.)	Vitória		
Geraldo Costa Alves (Prof.)	Vitória		
Heráclito Amâncio Pereira (Dr.)	Vitória		
Isaltina Paollielo (Prof.)	Vitória		
João Ribas da Costa (Prof.)	Vitória		
Luiz Edmundo Malizeck (Prof.)	Vitória		
Maria Madalena Lisa (Prof.)	Vitória		
Maria Penedo (Prof.)	Vitória	Escola Técnica de Vitória	
Maria Stela de Novaes	Vitória		Não Premiado no 8º Concurso em 1953;
Nelson Abel de Almeida (Dr.)	Vitória		
Renato José Costa Pacheco (Prof.)	Vitória		

Comissão Maranhense (Em 10 de Maio de 1951)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso

Domingos Viera Filho	Secretário Geral;		
Eleyson Cardoso			
Fernando dos Reis Perdigão			
Fulgêncio Pinto			
João Lazaro Figueiredo			
José Vera Cruz Santana			
Luci Teixeira			
Mário Martins Meireles			
Ruben Almeida			
Thomas Moses			

Comissão Mineira (s/d e 06 de Junho de 1948)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
? Antonio Carlos	Barbacena		
Angelica Rezende Garcia de Paiva			
Antonio Joaquim de Almeida (Dr.)			
Arminda Orminda da Mata Machado (Prof.)	Diamantina		
Branca Carvalho de Vasconcelos			
Edelweiss Teixeira	Prata		
Fausto Teixeira		Conservatório Mineiro de Música	não Premiado no 8º Concurso em 1953
Flausino Vale (Dr.)			
Francisco Inacio Peixoto (Dr.)	Cataguazes		
Franklin de Sales (Dr.)			
Heli Menegale (Dr.)			
Henriqueta Lisboa			
Jarbas de Carvalho	Ponte Nova		
João Camilo de Oliveira Torres (Dr.)		Redação da Folha da Manhã	
João Dornas Filho (Dr.)			
José Augusto Neves (Prof.)	Diamantina		
José Rezende	Estação de Zelinda		
Levindo Lambert (Prof.)		Conservatório Mineiro de Música	
Levy Braga (Dr.)			
Lucia Machado Almeida			
Manuel Ambrosio Junior	Januária		
Mário do Amaral Moreira	Lavras		
Mário Lucio Brandão (Dr.)		Museu Histórico de Belo Horizonte	
Nelson de Sena (Dr.)			
Prof. Tabajara Pedroso		Colégio Estadual	

Ursulina Pitaguari (Prof.)	Ouro Fino		
-------------------------------	-----------	--	--

Comissão Paraense (em 27 de Outubro de 1950)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Adelermo Matos (Prof)			
Arnoldo Bordalo da Silva			
Augusto Moura Filho (Dr.)			
Bolivar Bordalo da Silva			
Coutinho de Oliveira		Secretário Geral	
De Campos Ribeiro (Dr.)		O Estado do Pará	
Erico Fernandes			
Ernesto Cruz (Prof.)		Biblioteca Pública	
Francisco Paulo Mendes			
Frederico Barta			
Georges Colman			
Inocência Machado Coelho			
Levi Hall de Moura			
Luiz Gomes Jaques Flores			
Margarida Sebinazappa (Prof.)			
Maria Luiza Velas Alves (Prof.)			
Nunes Pereira			
Paulo Maranhão Filho (Dr.)			
Prof. Bruno de Menezes		O Estado do Pará	
Raymundo Moura			
Santana Marques			
Instituições colaborativas			
Instituto Histórico e Geográfico do Pará			
? Belas-Artes			
Academia Paraense de Letras			
Conservatório de Belém do Pará			
Instituto Carlos Gomes			
Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará			

Comissão Paraibana (22 de Julho de 1948; 04 de Setembro de 1948; 13 de Julho de 1951)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso

José Leal Ramos	João Pessoa	Secretário Geral (até 1951); Funcionário do Arquivo Público	
Afonso Pereira da Silva	João Pessoa	Secretário Geral (a partir de 02 de Agosto de 1951) Diretoria da Orquestra Sinfônica e do Conservatório de Música	
Antonio da Rocha Barreto	João Pessoa	Academia Paraibana de Letras	
Antonio Pinheiro Dantas	Catolé do Rocha		
Arnaldo Tavares	Borborema	Médico	
Cristiano Pimentel	Campina Grande	Jornal “O Debate”	
Francisco Lima	João Pessoa	Padre	
Francisco Rodrigues Clerot	João Pessoa	Engenheiro Civil	
Francisco Vidal Filho	João Pessoa	Jornalista e professor universitário	
George Matos	João Pessoa	Jornalista; Poeta	
Geraldo Nascimento	João Pessoa	Funcionário Público Estadual	
José Afonso Gayoso	Patos	Deputado Estadual	
José Batista de Melo	João Pessoa	Tribunal Regional eleitoral	
José Cajú	Bonito de Santa Fé		
José da Veiga Cabral	João Pessoa	Conservatório Paraibano de Música	
José Rafael	Monteiro	Advogado e Jornalista	
José Vieira de Medeiros	Pombal	Departamento do Serviço Público	
Jurandi Barroso	João Pessoa	Jornalista; Secretária de Educação e Saúde	
Leon Rodrigues Francisco Clérot	João Pessoa	Funcionário do DER; Engenheiro	
Lília Guedes (Dra.)	João Pessoa	Professora; Bacharel em Direito	
Luiz de Gonzaga	João Pessoa	Padre	
Luiz Rodrigues de Souza (Dr.)	João Pessoa	Secretária de Educação e Saúde; médico	
Manuel Otaviano	Piancó	Padre	
Mardoqueo Nacre	João Pessoa	Conservatório Paraibano de Música	
Maria Luíza Rollón de Martinez Sotomayor			
Nelson Ribeiro	Conceição do Piancó	Ex-Prefeito de Conceição do Piancó-PB	
Pedro Paulo de Almeida	João Pessoa		
Princesa Isabel	Nominando Diniz	Deputado Estadual	
Professor José de Melo	João Pessoa		

Rubens Figueiras (Prof.)	João Pessoa	Sociedade dos Professores	
Severino Rocha	Ingá	Professor	
Walfredo Rodrigues	João Pessoa		

Comissão Pernambucana (em 08 de Março de 1948;

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Ariano Suassuna	Recife		
Ascenso Ferreira	Recife		
Césio Rigueira Costa	Recife		
Cloves Melo	Recife	Folha do Povo	
Cônego Xavier Pedrosa	Olinda		
Getúlio Cesar	Recife	Secretário-Geral; Vice presidente do Instituto Arqueológico	
Gonçalves Fernandes	Recife		
João Valença	Recife		
Lula Cardoso Ayres	Recife		
Maria Lúcia Amaral	Recife		
Mário Sette	Recife		
Raul Valença	Recife		
Silvino Lopes	Recife	Jornal Pequeno	
Sousa Barros	Recife		
Teresinha Caldas	Recife		
Waldemar de Oliveira	Recife		
Waldemar Valente	Recife		

Comissão do Piauí (Em 09 de Julho de 1951)

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Alarico Cunha			
Alberico Sousa			
Alvaro Ferreira (Dr.)			
Artur Passos			
Francisco Rocha			
Joel Oliveira			
José Camilo Filho (Dr.)			
José Camilo Silveira Filho		Secretário Geral	
Nicanor Barreto			
Orisvaldo Bugija Brito			
Pedro Brito			

Comissão Sergipana

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Acrísio Cruz			
Cândina Viana Ribeiro (Prof.)		Instituto de Música	

Demócrito Cortes		Representante da Prefeitura de Aracajú	
Epitáfio da Fonseca Dória		Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	
Exupero Monteiro		Departamento de Educação	
Felte Bezerra (Dr.)		Secretário Geral;	
Fernando Porto		Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	
Garcia Moreno (Dr.)		Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	
João Evangelista Cachoeira		Academia Sergipana de Letras	
José Augusto Garcez		Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	
José de Carvalho Déda		Representante do Departamento de Educação do Estado	
Josefina Sampaio Leite (Prof.)		Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe	
Manuel Cabral Machado (Prof.)		Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe	
Marcus Ferreira de Jesus		Sociedade de Cultura Artística de Sergipe	
Maria Blandina de Souza			
Zozimo Lima		Academia Sergipana de Letras	

Comissão do Rio de Janeiro (9 de Setembro de 1949; 1 de Outubro de 1950; 16 de Agosto de 1950;

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Emílio Calcino		Jornalista	
João Batista dos Santos		Advogado e ex-prefeito de Cambuci	
Luiz Palmier		Secretário Geral (A partir de outubro de 1952)	
Myrtharístides Toledo Piza		Juiz de Direito	
Oruill? Da Silva		Inspetor Regional de Estatística	
Rubens Falcão		Secretário Geral (até outubro de 1952)	
Tobias (Tostes?) (Upachado?)		Técnico de Educação	

Comissão do Amazonas (em 3 de Março de 1948; 8 de Janeiro de 1951)

Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
A . Antunes de Oliveira			

André Vidal de Araujo		Desembargador; Diretor da Escola Social de Manaus; Instituto Histórico geográfico	
Betty Antunes de Oliveira			
Manoel Anísio Jobim		Secretário Geral (até 1951); Instituto Histórico geográfico	
Mário Ypiranga Monteiro		Secretário Geral (a partir de 1951); Instituto Histórico geográfico	
Raimundo Nonato Pinheiro		Padre; Instituto Histórico geográfico	
Temistocleo	Gadilha	Instituto Histórico Geográfico	

Comissão Bahiana (Em 08 de Maio de 1950)			
Nome	Cidade (quando informada)	Vínculos Institucionais e/ou formação informada	Participação no Concurso
Nome	Cidade	Vínculo Institucional	
Adroaldo Ribeiro Costa (prof.)	Salvador		
Anísio Melhor	Salvador		
Antonio Monteiro (Prof.)	Salvador		
Antonio Osmar Gomes	Rio de Janeiro		
Antonio Viana	Salvador	Secretário Geral	
Artur de Sales	Salvador		
Augusto Azevedo	Cidade de Cachoeira		
Aurides Magalhães	Salvador		
Carlos Alberto de Carvalho	Salvador		
Carlos Ott (Prof.)	Salvador		
Castelão Sampaio	Salvador		
Claudelino Sepúlveda (Dr.)	Salvador		
Claudio Tavares	Salvador		
Fernando Pinto de Queiroz (Dr.)	São Gonçalo dos Campos		
Fernando São Paulo (Prof.)	Salvador		
Francisco Gomes de Oliveira Neto (Prof.)	Salvador		
Frederico Edelweis	Salvador		
Giselia Valadares	Salvador		
Heitor Prager Froes (Dr.)	Salvador		

Hildegardes Cantolino Viana (Dra.)	Salvador		2º Menção Honrosa no 11º Concurso em 1956; não premiado no 7º Concurso mas indicado para publicação em 1952.
José Calazans Brandão da Silva (Dr.)	Salvador		
Luiz Almeida (Dr.)	Salvador		
Marieta Alves	Salvador		
Oswaldo Valente	Salvador		
Otávio Torres (Prof.)	Salvador		
Paulo Jatobá (Dr.)	Salvador		
Raimundo Brito (Dr.)	Salvador		
Stela Câmara Dubois	Jaguaquara		
Vanda Kiapecllante (?)	Salvador		
Instituições Colaborativas			
Associação Brasileira de escritores			
Academia de Letra da Bahia			
Ala das Letras e das Artes			
Centro de Estudos Bahianos			
Escola de Música da Bahia			